

# VOZES PELOS DIREITOS DA MULHER

memórias,  
lutas e políticas  
públicas

Eliane Ribeiro  
Nilda Negreiros  
Wania Sant'Anna

Organizadoras





VOZES  
PELOS  
DIREITOS  
DA  
MULHER

memórias,  
lutas e políticas  
públicas

Eliane Ribeiro  
Nilda Negreiros  
Wania Sant'Anna

Organizadoras

© **Eliane Ribeiro, Wania Sant'Anna e Nilda Negreiros (Org.)**

**Gamma Editora**

**Conselho Editorial:** Bethania Assy, Francisco Carlos Teixeira da Silva, Geraldo Tadeu Monteiro, Gisele Cittadino, Gláucio Marafon, Ivair Reinaldim, João César de Castro Rocha, Lúcia Helena Salgado e Silva, Maria Cláudia Maia, Maria Isabel Mendes de Almeida, Mirian Goldenberg e Silene de Moraes Freire.

**Editor chefe:** Geraldo Tadeu Moreira Monteiro

**Coordenação Editorial:** Gisele Moreiraa

**Revisão:** Lucas Riehl

**Diagramação:** Leonardo Paulino Santos

**Capa:** Larissa Luz dos Santos

**DIREITO DE IMAGEM**

Projetado por freepik.com

**Pixabay:** wonderwoman627

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Vozes pelos direitos da mulher : memórias, lutas e políticas públicas  
[livro eletrônico] / organização Eliane Ribeiro, Wania Sant'Anna, Nilda  
Negreiros. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : Gamma Livraria e Editora, 2021.  
PDF

ISBN 978-65-86052-55-8

1. Ciências sociais 2. Direito das mulheres - Brasil 3. Direitos humanos 4.  
Mulheres - Direitos - Brasil 5. Políticas públicas (Direito) 6. Violência contra  
as mulheres - Legislação - Brasil 7. Violência contra as mulheres - Prevenção I.  
Ribeiro, Eliane. II. Sant'Anna, Wania. III. Negreiros, Nilda.

21-72857

CDD-362.83

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Mulheres : Direitos : Serviço social : Bem-estar social 362.83  
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

**Gamma Editora**

Rua da Quitanda, nº 67, sala 301

CEP.: 20.011-030 – Rio de Janeiro (RJ)

**Tel./Fax:** (21) 2224-1469

**E-mail:** gamma.editorarj@gmail.com

**Site:** www.gammaeditora.com

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,  
constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/1998).

## **Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO**

**Reitor** – Prof. Dr. Ricardo Silva Cardoso

**Vice-Reitor** – Prof. Dr. Benedito Adeodato

**Pró-reitor de Extensão e Cultura**–Prof. Dr. Jorge de Paula Costa Avila

Equipe Acadêmica

**Eliane Ribeiro** – Coordenadora acadêmica do Projeto Mapa para Política em Defesa da Mulher pela UNIRIO. Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. da Escola de Educação, da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu/UNIRIO).

**Wania Sant’Anna** – Coordenadora Técnica do Projeto Mapa para Política em Defesa da Mulher pela Associação para Gestão e Políticas Públicas (AGPP), Mestre em História.

**Nilda Negreiros** – Coordenadora Geral do Projeto Mapa para Política em Defesa da Mulher pela Associação para Gestão e Políticas Públicas (AGPP), Mestre em Educação.

**Kamila Eulalia Abreu** – Assistente de Pesquisa e bolsista pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu/UNIRIO).

**Produção realizada pelo Grupo de Pesquisa Juventude: Políticas Públicas, Processos Sociais e Educação.**

Equipe Técnica

**Maria Carla Britto de Castro Lima** – Assessora Jurídica da Reitoria. Área de Monitoramento e Acompanhamento. Equipe de Projetos – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

**Adriana Abib** – Secretária-executiva - Área de Monitoramento e Acompanhamento. Equipe de Projetos – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

### Conselho Editorial

**Jane Santos da Silva** – Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>.da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Historiadora, mestre em Política Social e Trabalho e doutora em Serviço Social. Atua no Mestrado Profissional em Ensino de História da UNIRIO (ProfHistória), com ênfase nos estudos de história da Educação Pública, formação de professores e difusão científica, impactos do movimento negro na Educação.

**Nubia Regina Moreira** – Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Atua como docente do curso de Educação e do mestrado em Educação. Líder do Grupo de Pesquisa OjuObinrin Observatório de Mulheres Negras (UESB), pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Práticas Curriculares e Educativas (GEPPCE/UESB). Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Tem como principais temas de estudo: produção cultural de mulheres negras, rede de mulheres negras, feminismo negro, trajetórias sociais, teoria e política feministas; teoria e política curriculares.

**Regina Novaes** – Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Antropóloga, entre 2005 e 2006 foi presidente do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). Entre 2018 e 2020, atuou como professora visitante no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDu/UNIRIO), na linha de pesquisa Educação e Políticas Públicas de Juventude. É pesquisadora do CNPq, em estudos com ênfase em questões de Juventude, ativismos políticos e cultura religiosa.

**Verónica Filardo** – Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. do Departamento de Sociología da Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de la República, em Montevideu, Uruguai. Coordenadora do Grupo de Estudos Urbanos e Geracionais, com ênfase nas questões de juventude e participou de pesquisas na perspectiva feminista da ONG Cotidiano Mujer. Coordenadora do Diploma Jóvenes, Juventud y Políticas Públicas (UDEALR).

## SUMÁRIO

<b>Apresentação I</b>	<b>1</b>
<b>Apresentação II</b>	<b>3</b>
<b>Palavras da Associação para Gestão de Políticas Públicas – AGPP</b>	<b>7</b>
<b>Palavras da Deputada Benedita da Silva</b>	<b>8</b>
<b>RODAS DE CONVERSAS</b>	
<b>Diálogo sobre a violência contra a mulher: desafios e propostas</b>	<b>13</b>
<i>Benedita da Silva e Inês Pandeló</i>	
<b>Invisibilidade e silenciamento das mulheres em situação de privação de liberdade</b>	<b>37</b>
<i>Elaine Barbosa (curadora), Joyce Gravano e Vanusa de Melo</i>	
<b>Impacto de acordos internacionais/nacionais na trajetória de uma agenda de direitos: movimentos, suportes e redes de enfrentamento à violência contra a mulher</b>	<b>74</b>
<i>Fernanda Papa, Eliane Ribeiro (curadora), Miriam Abramovay e Tauá Pires</i>	
<b>Na luta: limites, conquistas e direitos das mulheres com deficiência</b>	<b>118</b>
<i>Luciana Novaes, Pedro Prata (curador), Rita Louzeiro e Thais Becker</i>	
<b>Mulheres refugiadas no Brasil: relatos sobre interdições, direitos e coragem</b>	<b>143</b>
<i>Ana Karina Brenner (curadora), Mireille Muluila e Débora Alves</i>	
<b>Questões de gênero e currículo: sobre respeito no chão da escola</b>	<b>174</b>
<i>Ana Paula Santos, Maria Luiza Sússekind e Mary Garcia Castro</i>	
<b>Jovens mães universitárias: relatos sobre maternidade, contratempos e demandas</b>	<b>209</b>
<i>Ayend Hammad, Kamila Eulálio (curadora), Jamily d’Carmo e Juliana Márcia Santos Silva</i>	

<b>As religiões e os feminismos: pertencimentos múltiplos e urgência de interlocução.</b>	<b>242</b>
<i>Regina Novaes (curadora), Juliana Baptista, Renata Menezes e Wania Sant'Ana</i>	
<b>Jovens mulheres em coletivos: nada será como antes</b>	<b>283</b>
<i>Alana Oliveira, Kamila Eulálio (curadora) e Leilane Andrade</i>	
<b>Refletindo sobre masculinidades plurais no debate com as questões de gênero</b>	<b>304</b>
<i>Ricardo Salztrager (curador), Daniela Murta e Maicon Cunha</i>	
<b>Mulheres negras e visões de enfrentamento ao racismo</b>	<b>334</b>
<i>Vanda Menezes, Ieda Leal e Regina Adami</i>	
<b>Memória e Movimento Feminista</b>	<b>363</b>
<i>Branca Moreira Alves e Rita Andrea</i>	



## **Apresentação I**

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) tem a honra de entregar à sociedade mais uma produção acadêmica comprometida com os direitos humanos e, em especial, com o combate à violência sofrida pelas mulheres, que constitui, sobretudo, uma das principais formas de violação à vida, à saúde física e mental e à dignidade humana.

A publicação *Vozes pelos direitos da mulher: memórias, lutas e políticas públicas* é resultado do Projeto Mapa para Política em Defesa da Mulher, fruto de Emenda Parlamentar destinada à Universidade pela deputada federal Benedita da Silva. A partir de um amplo levantamento sobre questões que perpassam a discussão atual sobre a violência contra a mulher, o Projeto organizou Rodas de Conversa em que estudiosos e ativistas da área relataram suas intensas experiências e debateram avanços, limites e possibilidades na luta pela igualdade de gênero, conforme um dos 17 objetivos da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), da qual o Brasil é signatário.

Do ponto de vista acadêmico, a iniciativa reflete a potente relação entre a extensão universitária e o atento trabalho de pesquisa, duas áreas de ponta para a construção de conhecimentos qualificados que possam desvelar respostas mais humanizadas para os difíceis problemas que residem na nossa sociedade.

Desta forma, a UNIRIO é profundamente grata tanto aos extraordinários participantes das Rodas de Conversa, que escreveram

os capítulos deste livro, quanto aos docentes e bolsistas que desenvolveram o Projeto com rigor e sensibilidade.

Saudações acadêmicas!

**Prof. Dr. Ricardo Silva Cardoso**

Reitor

**Prof. Dr. Benedito Adeodato**

Vice-reitor

## **Apresentação II**

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), por meio do Projeto Mapa para Política em Defesa da Mulher, tem o prazer de divulgar a publicação de *Vozes pelos direitos da mulher: memórias, lutas e políticas públicas* como parte de seu compromisso com a ampliação dos direitos humanos e, em especial, com a garantia dos direitos e da proteção da mulher no Brasil.

O material aqui apresentado busca afirmar a importância de sempre valorizar a memória do movimento feminista no Brasil. Este movimento conquistou, nas últimas décadas, um conjunto bastante expressivo de direitos, que se converteu em políticas públicas, sobretudo em políticas de enfrentamento à brutal violência contra a mulher. Nesse sentido, vale lembrar que, em 2021, comemoramos 15 anos da promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), que criou mecanismos expressivos para coibir e prevenir essa prática perversa. Contudo, muito ainda precisa ser feito. Avançamos na legislação e no debate público, mas ainda precisamos conquistar corações e mentes em nossa sociedade.

As Rodas de Conversa aqui publicizadas convergem na perspectiva de debater argumentos que evidenciam o fato de que as relações de gênero patriarcais geram uma diversidade de violências, simbólicas e materiais, fruto de uma sociedade marcada por representações que, sistematicamente, reproduzem e produzem desigualdades, mormente sobre o valor social de cada sujeito, sustentando, de forma dramática,

a interdependência entre violência e gênero. Nessa perspectiva, ser mulher configura-se um fator central de vulnerabilidade, sobremaneira agravado se interseccionamos nossa análise com as marcas de raça, idade, local de moradia, classe social, religião, entre outras.

É importante destacar que o Projeto, no âmbito acadêmico, foi desenvolvido com a finalidade de aproximar extensão e pesquisa. De início, consistiu na realização de um amplo levantamento sobre questões, temas e narrativas acerca da defesa e da proteção da mulher, buscando dialogar com novos coletivos de mulheres, na tentativa de captar quem são esses sujeitos sociais que têm acionado a identidade feminina na esfera pública e como estão surgindo e sendo tratadas as demandas e os temas emergentes.

Os resultados do levantamento possibilitaram-nos organizar, a seguir, Rodas de Conversa sobre os mais distintos ângulos e abordagens, tentando dar visibilidade a essas novas agendas, pautas, demandas e sujeitos. Para tanto, convidamos um grupo qualificado de pesquisadores, estudiosos e ativistas identificados com esse campo. No fim, conseguimos mobilizar 37 participantes!

Cabe registrar que, antes de março de 2020, quando do início das restrições impostas pela pandemia do coronavírus, pretendíamos que as Rodas de Conversa fossem presenciais e abertas ao público, na própria UNIRIO. Contudo, diante da grave situação mundial, foi necessária uma reorganização. Assim, todas as sessões foram realizadas a partir de encontros remotos, em plataformas on-line, depois transcritas, enviadas aos participantes, autorizadas e, então, editadas para publicação.

Portanto, podemos afirmar que se trata de uma produção coletiva. Deste modo, todos os participantes são autores desta publicação. Posteriormente, textos e vídeos serão editados e disponibilizados em um repositório no site da UNIRIO, a fim de fomentar o debate, tanto no tripé ensino, pesquisa e extensão quanto na comunidade em geral.

Por fim, esse trabalho reafirma a compreensão de que a Universidade deve ser sempre um espaço público privilegiado de diálogo, debate, crítica, discussão e, sobretudo, construção de subsídios para

impulsionar a implementação de políticas públicas em defesa da população brasileira. Nesse momento, quando vivemos uma conjuntura absolutamente complexa, agravada pela pandemia e com riscos visíveis de desmonte de políticas públicas de proteção social, é imposto à instituição, com base no conhecimento científico, ativar seu papel de agente propulsor de desenvolvimento humanístico, econômico, social, político e cultural. Essa é a missão da Universidade pública, laica e democrática: debater, tensionar e desvelar temas e sujeitos que possam contribuir para a construção de outro mundo possível.

Nossos agradecimentos a todas, todos e todes que aceitaram participar das Rodas de Conversa e generosamente compartilhar reflexões sobre questões tão urgentes, destacando-se: Benedita da Silva; Inês Pandeló; Branca Moreira Alves; Rita Andrea; *Regina Novaes*; *Renata Menezes*; *Vânia Santana*; *Juliana Baptista*; Elaine Barbosa; Vanusa Melo; Joice Gravano; Fernanda Papa; Tauá Pires; Miriam Abramovay; Iêda Leal; Regina Adami; Vanda Menezes; Ana Paula Santos; Mary Garcia Castro; Maria Luiza Sussekind; Juliana Marcia Santos Silva; Kamila Eulália Abreu; Jamíly do Carmo; Ayend Hammad; Ana Karina Brenner; *Mireille Muluila*; Debora Marques Alves; Pedro Prata; *Luciana Novaes*; Thais Becker; Rita Louzeiro; Leilane Andrade; Alana Oliveira; Daniela Murta; Maicon Cunha; Ricardo Salztrager.

Para finalizar, saudamos a parceria com Wania Sant'Anna e Nilda Negreiros, da Associação de Gestão de Políticas Públicas (AGPP), e com Kamila Eulália Abreu, bolsista da pós-graduação (mestrado) da UNIRIO, pelo compromisso e empenho na realização das diversas tarefas que o Projeto impôs. Um agradecimento especial ao Professor Miguel Farah Neto, pelo apoio e diálogo.

Gostaríamos de agradecer ao reitor da UNIRIO Ricardo Cardoso e ao vice-reitor Benedito Adeodato, pelo convite para desenvolver o Projeto e pela confiança no Grupo de Pesquisa Juventudes: Políticas Públicas, Processos Sociais e Educação.

Por fim, manifestamos nossa especial gratidão à assessora jurídica da Reitoria Maria Carla Britto de Castro Lima, à secretária-executiva do Projeto Adriana Adib e a toda a equipe da Área de Monitoramento

e Acompanhamento/Equipe de Projetos/Assessoria da Reitoria, pelo apoio constante.

Agora, convidamos à leitura dos depoimentos e das reflexões aqui transcritas, que revelam o impacto das análises sobre a condição feminina, a partir de distintas experiências, vivências, trajetórias, abordagens e sensibilidades. Boa leitura!

**Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Eliane Ribeiro**

Coordenadora Acadêmica do Projeto Mapa para Política em  
Defesa da Mulher/ Rodas de Conversa  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

## **Palavras da Associação para Gestão de Políticas Públicas - AGPP**

O enfrentamento às múltiplas formas de violência contra as mulheres é uma importante demanda no que diz respeito a condições mais dignas e justas para as mulheres. E é dever do Estado em função de uma demanda da sociedade enfrentar todas as formas de preconceito/violência contra a mulher.

Coibir, punir e erradicar todas as formas de preconceito/violência devem ser preceitos fundamentais de um país que preze por uma sociedade justa e igualitária entre todos, garantindo através de políticas públicas que defendam a mulher.

E foi baseado nessa demanda da sociedade que o projeto foi pensado e a parceria UNIRIO e AGPP aconteceu.

A pandemia nos fez repensar ações e buscar novos caminhos... Nos reinventamos em meio ao processo e concluímos ao ver o resultado que alcançamos o objetivo.

As rodas de conversa que deram origem a este e-book trouxeram um novo vigor, uma energia que para além de conhecimento, nos emocionava e nos dava certeza de que estávamos no caminho certo.

O resultado está aqui apresentado e esperamos que ele possa auxiliar nas futuras discussões buscando as melhores soluções para o enfrentamento da violência contra a mulher.

**Kátia Cristiane Corrêa Martins**

Presidente/ Associação para Gestão de Políticas Públicas – AGPP

## Palavras da Deputada Benedita da Silva

*Apreendi que andorinha sozinha não faz verão*

No Brasil, a violência contra as mulheres é uma das mais terríveis ameaças que pairam sobre as nossas mulheres. É isso o que assistimos todos os dias: brasileiras vítimas do feminicídio, espancamentos, agressões verbais, violência psicológica e rebaixamento de sua autoestima. O movimento feminista, o movimento de mulheres e o movimento de mulheres negras têm sido incansáveis na estratégia de denúncia pública e reivindicações de políticas públicas destinadas ao enfrentamento dessas violações. Fomos, todas nós, protagonistas em exigir que a violência doméstica e familiar deixasse de ser vista e aceita como um assunto privado.

Nosso slogan “*em briga de marido e mulher, é preciso meter a colher*” ganhou as ruas como uma reivindicação justa, uma compreensão necessária sobre o quanto a sociedade precisava, e precisa, atuar contra os abusos cometidos entre as quatro paredes do lar, do espaço que deveria proteger todas as pessoas que vivem nele, mas que, em nosso caso, é negligente na proteção de mulheres e crianças. Essa tem sido a nossa luta desde os anos 80 do século passado! Pois muito bem, ganhamos as ruas com nossas denúncias e exigências, elaboramos leis específicas, construímos uma opinião pública que, hoje, não vira o rosto para esse tipo de atrocidade. Isso é verdade, mas também sabemos que esses avanços, infelizmente, ainda são insuficientes para proteger as nossas mulheres, jovens e meninas.



Daí que nossa luta e missão permanecem como extremamente necessárias. De fato, o que presenciamos hoje é um desafio gigante. É preciso ganhar as consciências humanas contra a violência e exigir, ainda mais, que o Estado Brasileiro cumpra de forma contundente a tarefa de justiça e proteção dos direitos das mulheres brasileiras. Uma vida sem violência é um direito de todas as mulheres e isso é preciso ser defendido por todas as pessoas.

Um país fundado no histórico da escravidão, marcado pelo racismo e por todo tipo de subordinação das mulheres, torna a tarefa ainda mais dura e complexa; mas precisamos encarar essa complexidade e exigir mudanças sociais e culturais profundas. E um dos caminhos para essa mudança é, também, garantir que as mulheres ocupem espaços de decisão política no país. Sim, precisamos ter mais mulheres na política, nas Câmaras de Vereadores e Vereadoras, nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional.

Nós precisamos de mais mulheres na política para virar o jogo e garantir que leis e políticas públicas sejam aprovadas, e implementadas, em favor da cidadania das mulheres, e em respeito ao que está expresso na Constituição Brasileira de 1988. Isso não é pedir muito, é exigir o que é justo e, portanto, inegociável.

Meu mandato, desde quando fui eleita vereadora da cidade do Rio de Janeiro, em 1982, esteve votado à essa luta e missão. Sou uma parlamentar dedicada às mulheres brasileiras, às mulheres negras brasileiras, ao movimento de mulheres e feminista desse país. Com minhas irmãs aprendi que juntas somos mais fortes e podemos mais. Aprendi que andorinha sozinha não faz verão e que as mulheres brasileiras têm uma força e determinação extraordinárias, que suas vidas estão, sempre, voltadas ao bem comum, à esperança de um país mais justo, de uma sociedade solidária, de uma vida sem violência. Eu aprendi isso com a minha vida e com a história de vida de um incontável número de mulheres que convivem comigo nessa longa estrada de atuação pública.

Nosso empenho em tratar a questão da violência publicamente nos levou à criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e nos levou a aprovação da Lei Maria da Penha, em 2007. Foi

essa determinação e garra das mulheres brasileiras organizadas, lutando por direitos, que nos fez criar, por exemplo, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência e, como seu desdobramento, elaborar tudo o que está previsto como política pública para o funcionamento da Rede de Serviço de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Foram anos de debates, negociações, audiências públicas e avaliações profundas sobre o que é necessário ser feito para que o Brasil enfrente o flagelo da violência doméstica e familiar.

Nesses anos todos, deixamos mais que transparente o papel e a responsabilidade do Estado, do poder público, nesse assunto. Nós, as parlamentares, não arredamos pé, um minuto sequer, de nossa responsabilidade, mas é preciso dizer que o Estado Brasileiro precisa fazer a sua parte – essencial nesse enfrentamento. Nesse sentido, é impossível não denunciar o desmonte das políticas públicas de atenção às mulheres vítimas de violência na atual gestão do governo federal. É preciso denunciar que a prática de desmonte das políticas sociais representam, na realidade, mais vulnerabilidade à integridade física das mulheres brasileiras e que a explosão dos casos de violência doméstica, incluindo o feminicídio, é uma expressão contundente desse desmonte, dessa forma negligente e irresponsável de conduzir os destinos da nação brasileira. Não nos calaremos jamais sobre isso porque temos responsabilidade pública em reverter esses desmandos e irresponsabilidade.

Esse nosso livro, com as vozes de tantas mulheres ativistas, é um exemplo de luta contra o silêncio. É um exemplo de como as mulheres brasileiras têm sido capazes de avaliar a condição feminina no país e como temos sido enfáticas em apontar saídas, propor políticas públicas e refletir sobre o machismo, o racismo e a desigualdade social no país. Os debates que as leitoras e leitores terão a oportunidade de ler por aqui descrevem problemas, descrevem múltiplas formas de violência, mas, acima de tudo, compartilham visões sobre como podemos ter uma sociedade mais justa à vida das mulheres brasileiras.

Apresentamos aqui visões de mundo do ponto de vista das mulheres, tratamos de assuntos que devem fazer parte de nossa reflexão

coletiva sobre qual país queremos e como queremos. E feliz é o país que pode contar com a contribuição valorosa dessas nossas ativistas sobre todos esses assuntos – organização política, poder, religião, democracia, racismo, políticas para a juventude, maternidade, ancestralidade, patriarcado e desigualdades sociais e econômica, entre outros.

Sim, as mulheres brasileiras, o movimento de mulheres, o movimento feminista e o movimento de mulheres negras precisam ser constantemente ouvidos, consultados e verdadeiramente envolvidos nos destinos da nação. Nós precisamos garantir que as mulheres jovens, as mulheres com deficiência, as mulheres das cidades, as do campo e as da floresta tenham seus direitos garantidos e interesses representados. Essa é a nossa luta e é a isso que o nosso mandato se dedica todos os dias.

Então, quero aqui agradecer a todas as nossas autoras, amigas de longa luta, e ativistas incansáveis. Também agradeço às professoras Eliane Ribeiro, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Nilda Negreiros, da Associação em Gestão de Políticas Públicas (AGPP), na condução das rodas de conversa e de todo o projeto *Mapa em Políticas Públicas em Defesa das Mulheres*. Agradeço também à amiga e historiadora Wania Sant’Anna pela participação nesse projeto coletivo, e à Kamilla Eulálio, jovem negra e mãe, estudante de pós-graduação da UNIRIO, na certeza de que as novas gerações cumpram o destino de transformar para melhor o nosso país. Estamos em busca de uma sociedade justa, solidária, sem machismo, sem racismo e sem homofobia e todas as nossas vozes importam muito.

Enfim, como debatemos em nossa roda de conversa, juntamente com nossa companheira Inês Pandeló, estamos seguras de que é possível construir uma *sociedade do bem viver*, uma sociedade livre de violência, livre de preconceitos, livre de discriminações e repleta de muito respeito às mulheres brasileiras.

**Benedita da Silva**  
Deputada Federal (PT-RJ)  
Rio de Janeiro, 2021

Rodas de conversas

Em 7 de agosto de 2020, o projeto *“Diálogos sobre a violência contra a mulher: desafios e propostas”*<sup>1</sup> recebeu a Deputada Federal Benedita da Silva (PT/RJ) e a ex-Deputada Inês Pandeló para uma conversa de aproximadamente 90 minutos. Agora, temos a oportunidade de apreciar as reflexões dessas duas parlamentares, que já atuaram diretamente na gestão estadual e municipal, sobre diversos assuntos relacionados à violência de gênero, políticas públicas para mulheres, jovens e outros grupos que precisam ter seus direitos de cidadania assegurados nas gestões municipal, estadual e federal. Nossa Roda, *“Diálogos sobre a violência contra a mulher: desafios e propostas”*, demonstrou o quanto nossas representantes estão conectadas aos desafios que se impõem à gestão pública para as mulheres e para o conjunto da cidade e, mais importante, o quanto estão preparadas para conduzir suas cidades sob os princípios do bem-viver e do respeito máximo à democracia.

## **Diálogo sobre a violência contra a mulher: desafios e propostas**

*Benedita da Silva  
Inês Pandeló*

*“É isso, a juventude está dormindo na rua! Voltaram famílias inteiras para as ruas! As famílias estão se contaminando com coronavírus, então é imprescindível que tenhamos esses dois braços, um braço é o SUAS e o outro braço é o SUS, eles têm que estar de mãos dadas e fortalecidas.”*

Benedita da Silva

*“Então, quando você vai fazer uma política pública é preciso olhar a quem ela está beneficiando. Muitas vezes a política pública é feita sem observar se ela está atendendo a homens e mulheres, se está atendendo a população como um todo.”*

Inês Pandeló

**Eliane Ribeiro:** Bom, boa tarde a todas, todos e todes. É um prazer estar aqui nessa *live* hoje. A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, por meio do *Projeto Mapa das Políticas Públicas em*

---

<sup>1</sup> A Roda foi conduzida pelas Professoras Eliane Ribeiro, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — UNIRIO, Wania Sant’Anna e Nilda Negreiros, da Associação para Gestão e Políticas Públicas — AGPP.

*Defesa da Mulher*, tem o imenso prazer em receber nessa primeira roda de conversa sobre a *Violência contra a mulher: desafios e propostas*, a deputada federal Benedita da Silva e a ex-deputada estadual Inês Pandeló, duas grandes parlamentares que tem na sua trajetória marcada por defesa dos direitos humanos, em especial da proteção da Mulher.

Aqui estamos e acolhendo esse projeto, por entender a Universidade e especialmente a Universidade Pública, por entender a universidade como um espaço privilegiado do debate, da crítica e sobretudo da construção de subsídios para impulsionar a implementação de políticas públicas em defesa da população brasileira.

Nesse momento, que vivemos uma conjuntura absolutamente complexa, agravada pela pandemia e com riscos visíveis de desmonte de políticas de proteção social, se impõe à universidade, em especial a universidade pública, provocar o seu papel como agente propulsor de desenvolvimento humano, econômico, social, político e cultural. Muito particularmente a Extensão Universitária. Queremos agradecer: muito obrigada pela confiança e por apostar e apoiar o trabalho da universidade pública.

**Wania Sant’Anna:** Boa tarde a todos e todas, eu quero agradecer também muito à Senhora deputada federal Benedita da Silva e à ex-deputada estadual Inês Pandeló, nossa conselheira no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro, nosso CEDIN, por estarem aqui conosco nessa tarde, conduzindo esse debate que é bem difícil, o debate sobre a violência contra as mulheres. Mas, é também um prazer, em nome da Associação de Gestão de Políticas Públicas, abrigar esse debate e ter a UNIRIO como parceira nesse projeto. Para todas nós, é de grande importância mapear as ações de política pública para mulheres no Rio de Janeiro e, em especial, o que diz respeito à violência doméstica. Para todas nós é um desafio. Estamos aqui para mapear, lembrar o que já fizemos e permaneceremos cobrando, e estamos aqui para lembrar a importância de ter políticas adequadamente desenhadas, especialmente no que diz respeito às mulheres.

**Benedita da Silva:** Boa tarde, a todos que estão nos assistindo na companhia de pessoas tão maravilhosas. Obrigada, Wania Sant’Anna, Inês Pandeló que tem marcado a política municipal em Barra Mansa, nossa ex-prefeita. Bem, pensei em dizer nessa breve introdução que eu sou Benedita da Silva, deputada federal do Partido dos Trabalhadores, estou junto com vocês para fazer esse diálogo sobre a violência contra mulher, desafios e propostas que serão colocadas.

**Inês Pandeló:** Quero cumprimentar a Eliane e o pessoal da UNIRIO que abriu essa possibilidade, a Wania Sant’Anna que é tão querida e presente em várias lutas por condições da mulher, mas também por democracia e por diversas outras questões, e a nossa Benedita da Silva, que nem precisa falar muito porque todo mundo conhece e sabe da garra dessa mulher e o exemplo que é para nós: uma batalhadora na causa das mulheres, nas causas democráticas e pelos direitos. É uma alegria poder participar dessa *live* com todos vocês e todos os que estão nas redes nos assistindo.

**Wania Sant’Anna:** Bom, vou começar com uma primeira pergunta para Benedita e na sequência eu vou fazer para Inês. Essa primeira pergunta é um pouquinho mais longa, mas vamos lá, eu vou ler: a violência contra as mulheres é um fenômeno social de larga escala no Brasil, mulheres de todos os estados e cidades classes sociais de pertencimento étnico-racial são cotidianamente atingidas, violentadas e mortas. No caso do Rio de Janeiro, os números dos núcleos de Segurança Pública que têm monitorado esses casos há quase uma década registram que em 2018 350 mulheres Fluminenses foram vítimas de homicídio doloso e que 288 mulheres sofreram tentativas de homicídio. Entre 350 Mulheres vítimas de homicídio, 71 foram vítimas do feminicídio, ou seja, a cada cinco dias uma mulher Fluminense foi vítima de feminicídio. **Diante desses números alarmantes, Benedita, quais os desafios permanecem para as mulheres e para a sociedade brasileira no tocante ao enfrentamento da violência contra as mulheres?**

Na sequência, segue também a pergunta para a Inês, daí você também pode já pensar um pouco sobre ela. **Também considerando esses números alarmantes, nos conte a importância de o Legislativo Estadual assegurar políticas públicas de atenção às Mulheres vítimas de violência — e nós sabemos que nos últimos anos houve um estrondoso desmonte e descontinuidade dessas políticas de atenção às Mulheres vítimas de violência. Então, Inês, qual é a sua avaliação desse desmonte?**

**Benedita da Silva:** Eu quero ainda cumprimentar a Eliane e agradecer a UNIRIO, por estarmos aqui. Sobre a primeira pergunta, eu quero dizer que a primeira impressão é uma realidade, está havendo um desmonte total nas políticas públicas para as mulheres. Nós vivemos a Lei Maria da Penha e a Lei Maria da Penha é uma lei que prevê a qualificação dos gestores públicos de políticas para as mulheres. Nós tivemos a qualificação dos gestores para cuidar e efetivar a Lei Maria da Penha, e isso incluiu atuar juntos às polícias civil e militar, por exemplo. Então, nós já empoderamos, nacionalizamos a Lei Maria da Penha, nós vimos que era preciso reforçar os equipamentos de gestão pública para atender as mulheres em situação de violência. E isso foi feito no governo de Lula e no governo de Dilma. Primeiro, criamos a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e esse mecanismo nos possibilitou a criação de políticas específicas para as mulheres brasileiras e ter essas políticas em uma afinidade enorme com os nossos movimentos feministas, movimento de mulheres, movimento de mulheres negras, movimento étnico de mulheres. Sim, houve políticas voltadas para essa pluralidade de mulheres. Mas, apesar de todas essas políticas e questões levadas à sociedade, nós ainda estamos enfrentando a questão do feminicídio.

As mulheres estão sendo violentadas, violentada pelos companheiros, e algumas são violentadas, dependendo da idade, até por seus netos. Temos uma violência centenária, a reprodução da violência contra as mulheres, contra as crianças. Essa é uma violência centenária, a imposição de deveres àquela mulher quando criança, ela cresce, chega



à adolescência e tem mais deveres para cumprir. O tempo passa e segue com mais deveres e deveres sobre essa mulher.

É alarmante como as mulheres estão sendo violentadas. Nós estamos vendo isso agora, durante a pandemia, nós estamos constatando como esses casos de violência aumentaram, à medida que essas mulheres passam mais tempo dentro de casa, a violência explodiu ainda mais. Com os conflitos existentes nas relações e agora todo mundo em casa, tudo isso se acirrou. E é verdade que nós estamos assistindo esse momento de acirramento da violência contra a mulher, muita violência mesmo. Mas nesse contexto de agora, tem também uma questão que é fundamental: a reação hoje também é uma reação muito mais forte. Dentre qualquer outro segmento da sociedade que vem sendo violentado nos seus direitos, a violência doméstica, a violência contra mulher é aquela que mais diz não. Em que pese essa cultura histórica de violência que as mulheres denunciam, a mulher diz não! A mulher não se acomoda, ela vai lá, ela dá parte na delegacia e tudo mais.

Mesmo assim nós estamos no processo de organização. É muito forte que não aceitamos de forma nenhuma esse desmonte que está sendo feito em relação às políticas para as mulheres. Essas políticas são políticas transversais, e violência é uma das políticas transversais. Vejamos a violência contra as mulheres negras, temos aí a violência de gênero e o racismo. Estamos vendo que essa questão cresce a cada momento, estamos vendo a violência de gênero e, nesse caso, as mulheres negras têm sido as mais violentadas. Eu sempre digo essa frase: “não queremos que nenhuma mulher seja violentada”. Mas, as mulheres negras são as mais violentadas, e isso é o que se vê em relação de trabalho, emprego, nos julgamentos sobre onde moram, como andam, como se vestem.

Existe uma série de ações e julgamentos que identificam o corpo dessa mulher negra como alvo para esse projeto neofacista que nós estamos vivendo. Nós tínhamos políticas públicas e princípios que buscavam combater essas violências contra as mulheres negras, e isso está ameaçado. Nós criamos essas políticas porque

queremos que essa identidade seja afirmada, reafirmada e consolidada. Existe uma geração que está encarando de frente essas múltiplas formas de violência. E é isso, nós temos que combater essas múltiplas formas de violência, que vão desde a sexualidade, suas opções, a sua religiosidade, posição social, a sua relação de trabalho... Todas essas situações têm sua carga de violência e violação de direitos que se agravam cada vez mais.

As trabalhadoras domésticas, que é um grande universo de mulheres negras, continuam sendo violentadas. Nós temos aí resultados tremendos e nós estamos fazendo esse enfrentamento, e é preciso chamar a sociedade brasileira para se contrapor a isso. O que temos dito, também, é que é preciso ser antirracista e ser antifascista. Não podemos aceitar e naturalizar. Não podemos aceitar que políticas governamentais naturalizem os assassinatos das mulheres, essa violência tremenda sobre as mulheres. Essa violência deixa muitas marcas, aquelas que não morrem, muitas vezes, são mutiladas, queimadas, marcadas fisicamente e psicologicamente. Isso tudo é uma barbárie e a isso que nós estamos reagindo. É preciso que tenhamos políticas públicas para tratar seriamente desses assuntos, precisamos retomar essa nossa caminhada que estava indo muito bem na defesa dos direitos das mulheres.

**Inês Pandeló:** Em 2018, a cada cinco dias uma mulher foi vítima de feminicídio, se olharmos os homicídios em geral foram mortas 350 mulheres. Nesse período de pandemia, mais mulheres foram violentadas, embora os registros nem sempre são feitos porque com o agressor estando o tempo todo dentro de casa, fica muito mais difícil a mulher sair e denunciar. Então, a mulher acaba aguentando calada, isto sem falar nas mulheres que vivem em comunidades mais distantes, periféricas e nas favelas, que já têm uma dificuldade maior de denunciar.

Então, você pergunta: e o retrocesso? Aconteceram muitos retrocessos, a Benedita citou alguns. O fim da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, que tinha *status* de ministério e recursos

para implementar políticas públicas nos municípios e nos Estados, isso é um retrocesso tremendo. Além de ter praticamente fechado a Secretaria Nacional, não vemos nenhum empenho também por parte do governo federal. O pessoal que está lá não tem capacidade e sensibilidade para essa questão. Com isto, muitos municípios, utilizando a questão da crise, acabaram fechando ou reduzindo departamentos, secretarias, descontinuaram projetos e políticas necessárias às mulheres.

Falando de Barra Mansa, cidade onde eu moro, o Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM) foi fechado. Esse foi um serviço que eu como Deputada Estadual, junto com CEDIM, com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres e a administração municipal da época, conseguimos implantar. Existem outros retrocessos que atingiram todo mundo e diretamente a mulher: a reforma trabalhista, a reforma previdenciária, o congelamento dos recursos da educação, saúde, segurança, tudo isso impacta também diretamente as mulheres, já que somos a maioria da população e com menos política específica direcionada. Quando se tem corte geral de orçamento público, temos também os cortes específicos atingindo diretamente as mulheres.

No entanto, eu vejo como o maior problema o retrocesso no pensamento e na forma de agir de muitas pessoas. Em alguns momentos parecemos ter retornado ao século passado, podemos dizer até que retornamos ao século retrasado, na forma de pensar, de olhar para mulher, querendo que a mulher continue submissa ao homem, como se fosse seu dono —a questão da bela, recatada e do lar. Tudo isso, essa concepção, tomou uma forma muito institucionalizada no atual governo federal.

E aí nos perguntamos: e no Legislativo Estadual, o que fazer? Eu penso que é muito importante ocupar os diversos espaços de poder — federal, estadual e, também, o legislativo municipal. Em primeiro lugar tem que ocupar os espaços, não existe espaço vazio, se não estivermos lá, vão estar outros, gente que defende o retrocesso e o corte de direitos. Ocupar os espaços não é só do ponto de vista físico, mas politicamente também. Uma das questões que as mulheres

nos parlamentos precisam, e tem muitas fazendo isso, é dizer: todo assunto tem a ver com a mulher sim. Então, eu meto a colher sim, eu falo, eu faço emenda, eu uso a tribuna. É importante usar criativamente esses espaços e fazer com que a discussão chegue naquele recinto considerado masculino ou tratar de temas considerados masculinos. É importante ocupar e dali extrapolar para sociedade.

Eu dou um exemplo da minha atuação como deputada estadual na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ). O programa Toda Mulher, que foi criado pela nossa companheira, Deputada Heloneida Studart, estava meio parado. Nós demos sequência a ele, dinamizamos com programas semanais.

Além das audiências públicas, que fazíamos sobre diversos temas, nós discutíamos diversos aspectos da política pública para mulher. A ideia era mostrar que estávamos ali para fazer a diferença, sim, queremos voltar esse assunto, sim, e assim ser um eco para sociedade também. Eu vejo isto como um bom caminho, legislação é importante ser feita, mas existe muita legislação. Nós precisamos impedir que legislações que representem retrocesso sejam aprovadas e fazer com que as legislações já existentes e que representam avanços sejam aplicadas. E nesse caso, a fiscalização e a cobrança, sempre junto com a sociedade, são necessárias porque sem mobilização social fica muito difícil aprovar avanços.

**Nilda Negreiros:** Boa tarde a todas e todos. Antes da pergunta, eu quero agradecer muito aqui a presença e por terem aceitado nosso convite. Fiquei muito feliz com isso e essa é uma ação do projeto, e em nome da AGPP agradeço a participação de vocês. A minha pergunta vai continuar um pouco na direção que vocês já vinham apontando, e é sobre a questão da nossa juventude. Com base em recentes pesquisas sobre juventude e em pautas construídas por muitos coletivos de jovens feministas, observa-se intenso mal-estar em relação a distintas formas de violência. **Como vocês acreditam que essa nova geração deve encarar e enfrentar as múltiplas formas de violência? E, em especial, como as**

## **mulheres jovens devem assumir esse enfrentamento e também a luta por democracia? Qual o papel dessas jovens?**

**Benedita da Silva:** Eu penso que, hoje, a juventude está com desafio, pelo menos é o que eu acho, maior do que nós possamos imaginar. Penso sobre isso, principalmente, diante deste processo antidemocrático, no processo da militarização da política, de criminalização dos movimentos sociais, todas essas coisas envolvem e impactam, realmente, a juventude brasileira.

A juventude está sofrendo um processo de violência, e eu quero resgatar a questão da violência sobre a juventude negra porque é assustador o número de jovens negros submetidos à violência cotidianamente. Nós temos visto que essa juventude tem assumido a sua identidade, o seu jeito de ser, os seus cabelos, o seu modo de falar, o seu modo de andar, tem assumido todo o seu único, o que é exclusivamente seu. Isto tem incomodado porque fomos criados sob o estereótipo do que seriam pessoas decentes e pessoas que não são decentes. Pessoas com as quais é possível um diálogo, e pessoas que você atira primeiro e fala depois. Na favela, principalmente, de onde descem muito dos nossos jovens e ultimamente tem descido no caixão.

O braço armado do Estado brasileiro, no caso do Estado do Rio de Janeiro e da cidade do Rio de Janeiro, tem sido cruel e violento com essa juventude. O braço armado do Estado tem sido cruel com a população da favela, da periferia e das quebradas, como a juventude gosta de falar. Na verdade, está havendo um genocídio da nossa juventude negra e isso é inconcebível. Nós não podemos aceitar isso. Nós estamos convivendo com uma perda enorme. Nós criamos políticas públicas para juventude e essas políticas a levaram, por exemplo, às universidades, a levaram para inúmeras outras atividades criativas e inclusivas, a levaram para fronteiras fora do Brasil. Nós criamos políticas que fortaleceram a sua identidade cultural, que alavancaram seus projetos na área da cultura, por exemplo. Então, essa perda que nós temos assistido, a perda desses jovens, merece atenção, muita atenção e uma reação.

O que fazer, por exemplo, em uma cidade como o Rio de Janeiro, em uma Prefeitura como a do Rio de Janeiro? Eu tenho muitas emendas parlamentares alocadas aqui. Eu sou uma das parlamentares que tem alocado emenda parlamentar junto à Prefeitura do Rio de Janeiro para que possamos engajar socialmente essa juventude, estimular o engajamento dessa juventude na área da cultura. E isso porque elas querem esse envolvimento, elas estão ávidas. Eu acredito que é possível ter e fazer política de inclusão de nossa juventude, porque ela está sendo permanentemente excluída e marginalizada. Existe contra ela um preconceito enorme.

Então, imaginem o coração de uma mãe negra que o filho sai de casa e ela não sabe se vai voltar. Porque existe em relação a essa juventude uma abordagem toda diferente, toda diferenciada. Nós temos assistido a coisas terríveis, cruéis. Temos assistido essa crueldade até quando essa juventude se mobiliza para ações de solidariedade, quando se reúnem para entregar cestas básicas. Vimos um menino de 14 anos ser morto dentro de casa, saíram atirando, foram mais de 70 tiros contra a casa que ele estava brincando com os primos. E aí nós vamos naturalizando essas questões, e não podemos naturalizar isso. Nós precisamos incluir essa juventude, nós precisamos proteger também as nossas meninas contra essa violência. As meninas têm buscado expandir a sua educação, elas têm buscado inclusão e precisamos apoiar esses desejos. Nós criamos políticas que iam nessa direção, tínhamos uma leva de políticas nessa direção. A política de cotas é um exemplo, colocou essa juventude dentro das universidades e hoje temos aí Doutores, Doutoradas, engenheiros e engenheiras... Ou seja, é possível fazer, é possível incluir. É isso que deve ser estimulado, deve ser incentivado.

A Inês Pandeló foi prefeita e ela sabe perfeitamente bem que as pessoas moram na cidade, que é preciso investir nessa juventude, na cidade onde elas moram. Porque ali é o lugar onde elas vivem, ali está a escola onde elas estudam. Nós temos que dar a elas uma escola livre, uma escola com liberdade, uma escola que possa fortalecer a autoestima dessa juventude. Temos uma juventude que é uma muito criativa, precisamos apoiá-la, precisamos que ela se sinta incluída e ajudando a sua cidade, o seu estado e seu país a se desenvolverem melhor.

Lembro também, Inês, de antes, de nossa preocupação com a gravidez precoce, não é? E essa preocupação com a gravidez precoce passou, foi descontinuada. O que temos hoje é essa política de desmonte das políticas públicas para as mulheres e em relação, também, à nossa juventude e às nossas meninas. E essas meninas precisam de atenção especial, precisam ter suporte. É preciso que essas meninas que sofrem violência, que sofrem violência doméstica, tenham suporte, sejam acompanhadas por equipes profissionais, que possam contar com serviços de apoio e acompanhamento psicológico, é desse tipo de apoio que a nossa juventude precisa. É isso que eu penso que nós devemos fazer e retomar, resgatar a rede de suporte que a nossa juventude tinha acesso no passado.

Penso que não só devemos lutar, manter as políticas de cotas nas universidades, como também combater a violência contra essa juventude, sem desviar o olhar também para a violência étnica que recai sobre a juventude negra e indígena. Na cidade do Rio de Janeiro, não se espantem de eu dizer, há anos e anos atrás, lidávamos com população indígena que vivia nas proximidades do bairro da Urca, na Praia Vermelha. Nós encontrávamos essa população na favela vendendo suas ervas, vendendo suas coisas para as pessoas que viviam na favela e hoje parece que essa população desapareceu. Só Deus sabe onde é que estão, mas posso imaginar que estão por aí sofrendo também uma série de violência — jovens e adultos. A perda de identidade é muito grande e isso é uma violência, e a revolta também se dá exatamente porque o poder público se torna ausente.

Esse é o panorama que eu percebo em relação à juventude, vejo as ameaças que sofrem ao sair para outro convívio social, os boicotes, o *bullying*, o racismo, a homofobia e uma série de outras formas de violência. Penso que nós precisamos olhar, e olhar com muito carinho, para essa juventude, fortalecendo cada dia mais. Sim, que eles tenham uma escola, mas uma escola com a cara do Brasil, onde os professores tenham o seu trabalho reconhecido, que estejam todos engajados em campanhas também contra o machismo que impera, violenta e faz com que as meninas fiquem ainda mais vulne-

ráveis. Precisamos de uma escola que impeça a violência contra as meninas desde cedo, que deixe claro que elas não estão disponíveis para serem usadas e violentadas.

É preciso adquirir conhecimento e informação adequadas, é preciso que haja transparência nos dados relacionados à segurança pública sobre as mortes desses meninos. Não podemos deixar acontecer o que tá acontecendo com a morte de Marielle Franco, que até agora ninguém sabe. Não é quem matou, mas quem mandou matar? Não podemos permitir esse joga pra lá e pra cá. Então, nós precisamos, sim, proteger a nossa juventude e eu tenho certeza que o caminho é ter políticas públicas para esse segmento da população. Essas políticas existem, elas já foram inventadas.

O município de Maricá está dando um exemplo tremendo, a gestão do Fabiano Horta tem trabalho forte com a juventude, um trabalho que nós executamos como uma política pública de gestão petista. Você sabe muito bem, Wania, você foi uma das pessoas que mais fez isso, trabalho de inclusão dessa juventude negra como Secretária de Direitos Humanos, um trabalho belíssimo, trabalho de nove meses que depois teve consequência na medida que também fui Secretária de Estado de Assistência Social. Enfim, nós sabemos perfeitamente que se o Estado quiser elaborar e implementar políticas públicas que alcancem e protejam essa nossa juventude, isso pode ser feito.

**Inês Pandeló:** Levando em conta os movimentos tradicionais, nós sabemos que o movimento feminista foi o movimento que mais cresceu. A gente pode dizer que o movimento feminista continua vivo e continuou vivo graças as jovens. As meninas que começaram a compreender que a mulher precisa se organizar e entrar na luta não só pela transformação social no geral, mas também no sentido do direito da mulher. Fazer que aquela frase “lugar de mulher é onde ela quiser” possa ser real, verdadeira, que as mulheres tenham as mesmas oportunidades respeitando as suas diferenças. Ninguém quer dizer que a mulher é igual ao homem, mas que tenham as mesmas oportunidades como cidadãs que são.



Muitas mulheres, muitas jovens, entraram nesse movimento e mesmo as que não estão ligadas diretamente ao movimento têm essa consciência, exigem respeito aos seus direitos e fazem espalhar no dia a dia essa boa notícia: que mais mulheres e homens possam compreender o papel da mulher na sociedade. O que é bom para mulher, é bom para todo mundo. Uma sociedade onde as mulheres estão inseridas, respeitadas nos seus direitos é uma sociedade boa para todo mundo, especialmente para as crianças que nascem nessa sociedade.

Então, eu vejo que tem muitas mulheres que cresceram entendendo assim: que são jovens, que estão na luta e estão respaldados por rapazes, jovens homens que começam a entender que o feminismo não é só para mulheres, que o feminismo é uma forma de encarar e viver na sociedade. Eu tenho visto alguns homens, alguns jovens com esta perspectiva, com esse entendimento. Mas, infelizmente, a nossa sociedade, como falamos na pergunta anterior, é ainda muito machista e preconceituosa, e o quanto há de retrocesso nesse momento.

Eu tive certa ilusão numa época, porque achava que a violência contra mulher ia terminando à medida que as pessoas com a cultura “antiga” e machista iam falecendo e os jovens estavam vindos com uma nova cultura, uma nova forma de viver as relações conjugais, depois eu vi que isto era pura ilusão. A sociedade continua machista e continua a formar pessoas machistas, pessoas com práticas de imposição e submissão em relação a outra pessoa, normalmente as mulheres. Muitas mulheres, infelizmente, ainda pensam que o lugar da mulher é estar atrás de um grande homem e nunca ela sendo protagonista, criando a sua própria história.

É um desafio enorme, mas a gente avançou. Quantas mulheres foram para faculdade, quantas mulheres levantaram a cabeça e foram para o trabalho fora de casa? Mas, quantas mulheres ainda, mesmo jovens, trabalham ou estudam fora, mas quando chegam em casa ainda tem que cuidar dos afazeres domésticos? O companheiro não quer saber de nada, não quer fazer os afazeres domésticos, como se a casa fosse só da mulher, quando a casa é de todo mundo que mora nela e cada um tem que ter a sua parcela de contribuição.

Eu fico muito feliz quando vejo as caminhadas, as passeatas, o *Facebook*, o *Instagram*, onde as mulheres jovens se colocam e se empoderam. E até dentro do partido político, onde as mulheres se organizam e não aceitam de forma alguma que haja submissão.

Nesse momento eleitoral, graças a uma luta antiga, as mulheres conquistaram os 30%, que não é só 30% das mulheres, elas podem chegar até 70% nas nominatas de candidaturas de cada partido, mas, acaba, por enquanto, sendo só 30%. As mulheres rejeitam serem usadas só para somar votos, serem as chamadas “laranjas” e dizem: “*eu quero fazer campanha, de fato, eu não quero só servir para trazer alguns votos para legenda e eleger um homem*”. As mulheres estão mais conscientes, estão conseguindo buscar mais o seu papel, então eu diria que eu fico muito contente, muito feliz mesmo.

A gente vai chegando numa certa idade, já está calejada de luta. Precisamos de mulheres jovens, que assumam a luta em defesa da democracia, em defesa dos direitos das próprias mulheres, do seu protagonismo, das suas oportunidades e que ocupem os seus espaços dizendo: “*sim, eu posso ser o que eu quiser, posso ir onde eu quiser, lugar de mulher é onde ela quiser*”.

Eu vejo ao mesmo tempo um desafio, porque cabe romper a bolha, ir além, chegar a outras mulheres que hoje não conseguem compreender isso. Contrapor a esse governo reacionário, com fascismo na sua essência, e inimigo da democracia e ajudar a construir essa nova sociedade.

Eu creio que precisa ser uma sociedade de Bem-Viver, um **projeto alternativo**, baseado em culturas andinas como os Quéchuas (*SumakKawsay*) e Aimará (*Suma Qamaña*). Uma **vida** que rompa com o *antropocentrismo*, onde a espécie humana é a superior a todas as outras, para uma construção de uma vida **em harmonia**, com os seres humanos e a natureza. É uma utopia, que ainda precisamos aprofundar, uma sociedade de respeito mútuo, de direitos iguais, uma sociedade socialista, ampliada pela força do “Bem-Viver”. Eu vejo nas mãos da juventude isso. Principalmente na mão das mulheres já que é a maioria. A maioria da população é formada por mulheres. Então, a gente precisa pegar o bastão e ir para frente da luta, para que a gente transforme essa

sociedade. E eu sei que tem muitas mulheres fazendo esse trabalho, parabéns a elas, inclusive o resultado, do que comemoramos hoje. Os 14 anos da Lei Maria da Penha foi fruto de muita luta, inclusive por muitas mulheres que eram jovens, e que agora estão precisando de novas guerreiras que assumam definitivamente esse papel.

**Wania Sant’Anna:** É verdade Inês, nós éramos jovens. Esse é um bom exemplo, algo que deu certo. Sim, nós éramos jovens quando iniciamos a luta e precisamos incentivar que outras mantenham essas lutas.

**Inês Pandeló:** Eu fui eleita prefeita de Barra Mansa com 36 anos de idade. Aos 32 anos como vereadora, a Benedita podia falar a idade que ela foi eleita a primeira vez para mostrar que nós éramos jovens.

**Wania Sant’Anna:** Amigas, temos aqui uma pergunta final a ser feita, enviada por um de nossos colaboradores: No mundo inteiro meninas e mulheres sofrem com assédio, machismo e violência nos espaços públicos. O medo muitas vezes impede que elas façam algum trajeto, limitando seu ir e vir na cidade. E isso acontece porque o espaço urbano não foi planejado sob a perspectiva de gênero e os serviços públicos são de má qualidade, como transporte, iluminação pública, educação, policiamento e moradia, e afetam diretamente a vida de milhares de mulheres e jovens mulheres. E os índices de violência contra as mulheres apontam que elas estão cada vez mais vulneráveis. **Então, o que vocês duas pensam dessa compreensão sobre a vida das mulheres nas cidades? Como as prefeituras e as câmaras de vereadores e vereadoras podem alterar esse caminho? Como mais mulheres na política podem fazer uma cidade mais livre da violência contra as mulheres? Como ter uma cidade mais acolhedora para todas as pessoas? Nós estamos às vésperas de um momento eleitoral muito importante, vocês duas são nossas referências, como outras. Mas, como seria uma cidade para as mulheres?**

**Benedita da Silva:** A Inês disse uma palavra e ela é importante. Nós somos, nesse momento, pré-candidatas, uma ao executivo e outra ao legislativo municipal. Estamos pré-candidatas exatamente por conta desses compromissos que nós temos. É esse compromisso que faz com que nós estejamos a todo tempo, a todo momento, defendendo as nossas crias. Essa coisa da nossa cria, você olha para o lado e vê. Essa coisa de mulher ser a maioria. Daí a gente fica pensando: *mas eu sou mais que uma maioria, porque eu sou uma mãe da maioria e mãe de todo o restante.*

Olhem só que coisa fantástica, que coisa maravilhosa! Então, por que não se investe nessas mulheres que são fantásticas e nessas mulheres maravilhosas? Porque nós somos, vamos assumir aqui que nós somos. Eu penso o seguinte, a Inês já falou aqui e eu vou repetir: “*o lugar de mulher é onde ela quiser*”. Diante do que estamos enfrentando hoje, eu acho que não podemos abrir mão de estar na política e onde nós quisermos estar. Isso é fundamental para o processo democrático, é fundamental para a soberania e é fundamental para essa juventude que chega. Para quê que eu estou pré-candidata à prefeitura? Eu estou levantando essa bandeira do Bem-viver, como colocado por nossa Inês Pandeló. O Bem-viver de quê? O Bem-viver de ações que previnam essa tragédia que acontece com a nossa juventude, com a população da cidade do Rio de Janeiro.

Eu estive em uma outra *live* e falei: eu sou do tempo, para poder dizer minha idade que a Inês perguntou e quer que eu diga, eu sou de um tempo... eu sou cabeça de cuia, sou do tempo que o guarda municipal não tinha nem cassetete, era no apito. E com o apito o guarda fazia coisas incríveis, atravessava pessoas com deficiência visual na rua, atravessava as crianças para escola, perguntava a uma senhora se ela queria ajuda... Uma coisa assim incrível! Mas só pode contar essa história quem tem 78 anos, igual eu tenho. Só quem tem a idade que eu tenho pode contar essa história. E é justamente essa experiência que eu tenho, essa história que eu tenho de ver o que aconteceu, numa vida muito difícil, mas que eu posso dizer que não foi impossível, não é mesmo? E, graças a Deus alcançando vitória. É por isso que a gente

tem que ter prevenção, a gente tem que ter a prevenção, a gente tem que ter cuidado, quem ama cuida. E isso é verdadeiro, quem ama cuida, quem ama não violenta, quem ama não bate, não despreza.

Eu contei, lembrei dessa história do guarda e do apito, para lembrar que nós não tínhamos a iluminação pública que nós temos nos dias de hoje. Era aqueles candeeiros, que para acender e para apagar você via um ponto de luz no meio de uma escuridão. Hoje não, hoje nós temos todas as condições de ter precaução na cidade, de iluminar as cidades.

É preciso ter ônibus para as pessoas, para a população. No caso do Rio de Janeiro, foram retiradas 100 linhas de ônibus de circulação e o secretário de transporte diz que não sabe o porquê. A população não foi oficialmente avisada que retirariam de circulação essas 100 linhas de ônibus. Como ficam as pessoas que precisam sair de casa de madrugada para ir trabalhar? Como ficam essas pessoas que acabam chegando atrasadas no trabalho? Não tem ônibus para essas pessoas chegarem no trabalho a tempo, e quando chegam atrasadas elas são descontadas. Essas pessoas quando saem do trabalho, exaustas e cansadas, terão que enfrentar uma fila de espera por horas, ou elas terão que esperar, outra vez, passar um ônibus. Isso não pode, você tem que pensar nas pessoas. É preciso pensar no cidadão, principalmente, aquele que precisa andar de ônibus. É preciso pensar naqueles que não tem o seu carrinho, que entram nele e vão embora pra casa. Ou melhor, é preciso pensar nesses também porque o preço da gasolina está caro para caramba. Tudo isso precisa ser pensado, não é mesmo?

Eu falei do guarda lá atrás porque o guarda parava na praça para conversar com as crianças, claro que dava uma “cantadinha”, às vezes, nas babás, nas mulheres que estavam por ali. Mas, as mulheres também davam as suas, porque vento que venta lá venta cá. Mas havia essa aproximação, as pessoas se cumprimentavam e com isso você começava a sentir aquela sensação de segurança. É preciso que nós tenhamos, realmente, uma política de prevenção para que as pessoas se sintam seguras de ir às suas festinhas, às suas igrejas, escola de samba, clube, praia, que possam ir aonde quiserem porque nós vamos estar ali com elas.

Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, nós não podemos deixar de ter uma política de prevenção, a maioria da população da cidade é de mulheres e nós estamos assistindo, a cada dia, as mulheres serem violentadas. Então, o que fazer nesse momento? É preciso dar assistência a essas mulheres, é preciso fortalecer o Conselho Municipal das Mulheres e os outros conselhos municipais para que tenham condições de ajudar a população na criação dessas políticas como guardiões e que, também, façam a fiscalização das ações do poder executivo. Esse é o caso também da juventude, é preciso apoiar os conselhos tutelares, não deixar que os conselhos tutelares virem partidos políticos ou igrejas. Os conselhos tutelares são representação da sociedade civil, do conjunto da sociedade civil, e é muito importante que as pessoas sejam votadas, é importante que a sociedade acompanhe. É muito importante ter um trabalho atuante nessa área, no fortalecimento dos conselhos, dos espaços de escuta da sociedade.

Vejam o caso da Secretaria de Assistência, por exemplo, e mais uma vez eu volto à pandemia. Nós temos o Sistema Único de Saúde atendendo essa multidão de pessoas. O que aconteceria se não tivéssemos o SUS? Brigaram tanto com Lula e com Dilma por causa da proposta de destinação dos recursos do Pré-sal para às áreas de saúde e educação e hoje nós estamos vendo o quanto isso está fazendo falta, não é mesmo?

Nós temos que fortalecer o SUS e junto com ele, nós temos que fortalecer também o Sistema Único da Assistência Social. Esses dois têm que estar casadinhos, principalmente em um momento como esse de pandemia.

É isso, a juventude está dormindo na rua! Voltaram famílias inteiras para as ruas! As famílias estão se contaminando com coronavírus, então é imprescindível que tenhamos esses dois braços, um braço é o SUAS e o outro braço é o SUS, eles têm que estar de mão dadas e fortalecidos.

São essas as políticas que precisamos, e elas são preventivas. Se não tivermos essas políticas preventivas nas cidades, a situação se agrava

va ainda mais. Sem essas políticas se agrava a violência, a exclusão, o desemprego. É isso que o Rio de Janeiro precisa, e uma das coisas que os cariocas não podem perder é essa alegria, não é? Porque Deus nos deu uma cidade maravilhosa, de montanhas e mares, mares e montanhas e a gente tem aí uma coisa fantástica que é a cidade do Rio de Janeiro. Então nós temos que zelar pelas pessoas. Porque não adianta você ter uma cidade linda, o Pão de Açúcar, o Cristo Redentor, as praias fantásticas, a Praia do Pepino, a Praia de Sepetiba, a praia de não sei onde, e viver enclausurado porque tem medo de sair de casa, porque tem medo de interagir.

Deus me livre você pedir uma carona nos dias de hoje. Isso era uma coisa tão natural na vida e olha o que virou, não é mesmo? No passado, vocês esticavam o braço alguém te dava uma carona, *“você tá indo para onde? Eu tô indo para um lugar”*. Aí dava uma carona. Hoje não, nós temos que proteger as pessoas, por que as pessoas estão assustadas com a violência. É isso o que acontece com a nossa juventude. Ela merece viver e merece ter um Bem-Viver, e é por isso que a cidade tem que ser muito bem governada. E é por isso que as pessoas têm que saber escolher quem elas irão eleger para a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, para que ela seja realmente uma cidade maravilhosa, com uma prefeitura potente, e que sirva de referência como hoje nós estamos vendo na cidade de Maricá.

Eu vou sempre falar do Prefeito Fabiano Horta porque no que diz respeito às políticas de proteção da juventude, de incentivo à cultura, de valorização da cultura indígena, que também existe no município, de valorização dos quilombolas, as coisas aconteceram e acontecem. O trabalho ali é tão forte que até mesmo os adversários reconhecem: *“Ah, não vale a pena mexer não. Não vale a pena nem se candidatar para tirar não, porque as coisas estão indo muito bem”*. Quem conheceu Maricá há 30 anos atrás sabe perfeitamente bem do que eu estou falando. Maricá hoje é uma outra cidade! Maricá hoje é uma coisa que eu, como pré-candidata, espero estar sendo oficialmente candidata nessas próximas eleições, espero tornar o Rio de Janeiro tão prazeroso para os seus moradores quanto é Maricá para os seus habitantes.

**Inês Pandeló:** Primeiro, eu quero parabenizar Benedita pela garra e a disponibilidade de, mais uma vez, se colocar como pré-candidata à prefeita do Rio de Janeiro. Ela que foi governadora, que tem essa história linda como deputada, vai poder fazer as coisas acontecerem na prática. Assim a gente espera, torce, se puder trabalhar para isso também, mesmo à distância.

E respondendo sobre como é a compreensão sobre a vida das mulheres na cidade, eu sempre repito que quem governa tem que entender que a cidade não é uma massa única. No município você tem homens e mulheres de diferentes orientações sexuais, pessoas que moram no centro, que moram nos bairros, que moram nas favelas, pessoas que são ricas e são pobres, que tem trabalho, que estão desempregadas, que são portadoras de deficiência ou não etc. Quer dizer, há uma diversidade que tem que ser olhada. Não pode você achar que fez uma obra e que essa obra bastou porque ela atendeu a todos, não, ela atendeu somente àquela população específica.

Então, quando você vai fazer uma política pública, é preciso olhar a quem que ela está beneficiando. Muitas vezes a política pública é feita sem observar se ela está atendendo a homens e mulheres, se está atendendo a população como um todo. Normalmente fazem mais quadra e campo de futebol, por exemplo, ao invés de pensar no esporte para estimular as mulheres, pensam sempre no esporte para os homens. É lógico que tem mulheres que jogam futebol, mas a grande maioria são homens, e são eles que estão presentes nas quadras, as mulheres não são a maioria.

Quando mencionamos a situação do transporte, na maioria das vezes, também, o gestor não pensa nas mulheres. Não é à toa que os ônibus têm degraus altos e lugar de segurar alto também. Na maioria das vezes foi um homem que fez o projeto pensando no homem. Os pontos de ônibus normalmente são baixos e aí é uma dificuldade para os idosos, mulheres e crianças subirem nesses ônibus. A Benedita mencionou a pandemia, eu penso que se tivesse acontecido uma fiscalização maior nos ônibus, e se tivesse colocado mais ônibus para circular, nós talvez tivéssemos reduzido o número de mortes e de contaminação.



Voltando à questão, a política pública numa cidade, no município, precisa contemplar as mulheres em todos os setores, tem que ser um tema transversal. Quer ver outro tema transversal, que eu penso? A questão do meio ambiente, não pode ser só de responsabilidade da Secretaria do Meio Ambiente, essa questão tem que estar presente em todas as políticas de todas as secretarias. Assim, eu penso, também, com relação ao gênero, as mulheres, precisam ser olhadas como cidadãs com direitos e oportunidades em todos os setores da política pública de uma prefeitura. E aí as ruas iluminadas, não é mesmo?

Vejam a questão das maternidades ou das casas de parto, por exemplo. Quando eu entrei na prefeitura de Barra Mansa não tinha hospital maternidade. Muitos vereadores levavam as mulheres para Santa Isabel, um distrito de Valença, por estrada de chão, em carros particulares, para terem os seus bebês. E voltavam aquelas mulheres às vezes com os pontos arrebentados e tinham que ser internadas na Santa Casa. Nós, então, conseguimos recursos federal e municipal para fazer o projeto, licitar os equipamentos e construir 86% de um hospital maternidade, que hoje está funcionando e as mulheres não precisam mais sair do município para terem os seus bebês.

Continuando a falar de partos, a mortalidade materna ainda é altíssima e mais de 90% das mortes podem ser evitadas, são mortes evitáveis porque a maioria das mortes acontece por alta pressão arterial ou, então, por complicações decorrentes do aborto. Esses são os principais motivos de falecimentos durante o período de 42 dias, período considerado como mortalidade materna.

Eu poderia citar várias outras questões, mas eu cito essas e a importância de ter um organismo, uma secretaria, uma coordenadoria ou um departamento, dependendo do município você pode criar um mecanismo público maior ou menor, não é mesmo? E, nesses casos, dos mecanismos de políticas públicas para as mulheres, o mais importante é ter orçamento, tem que ter infraestrutura para trabalhar e essa superintendência, departamento, ou secretaria tem que estar metendo a colher, volto de novo a esse termo, em todas as outras secretarias. O que tem de política pública para as mulheres ali naquela

secretaria? Na Câmara de Vereadores, eu penso que é muito parecido com o que mencionei sobre a Assembleia Legislativa. É preciso ocupar o espaço, fiscalizar o Executivo, acompanhar as ações, cobrar a inserção da temática de gênero, não deixar que sejam aprovadas leis que retrocedam ou tirem direitos.

E aí buscar e mobilizar a população. Recentemente todos os municípios aprovaram retirar a palavra “gênero” do plano Municipal de Educação. Isso começou lá em Brasília, no plano nacional, depois no estadual e, agora, chegou a todos os municípios, disseram que em um município tiraram até o termo gênero alimentício. Em Barra Mansa aprovaram também a retirada da palavra gênero, mas o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro entrou na justiça e a justiça deu favorável ao processo e tiveram que retornar com a palavra para o Plano Municipal de Educação.

Então, precisamos ter mais mulheres conscientes, antenadas com a sociedade, com a organização e mobilização popular. Eu penso que tem que ocupar os espaços e fazer com que a política pública de gênero, de direito das mulheres sejam realmente implementadas em todos os setores. É lógico que a gente fica muito na educação, saúde, violência contra mulher, mas à medida que a gente vai avançando, tendo mais organização, a gente vai entrando também nos outros espaços.

**Benedita da Silva:** Foi muito bom esse momento de conversa, espero que nós tenhamos mais oportunidades como essas de debate sobre a cidade como a Inês Pandeló tem colocado. As mulheres entendem de tudo, de economia, saúde, educação, planejamento, as mulheres entendem de tudo que se faz necessário aos seres humanos. Então nós estamos mais do que preparadas para enfrentar essas estruturas que sempre dizem que são, tradicionalmente, uma coisa de homens. E, como eu já disse lá atrás, nós somos as mães deles, como já disse lá atrás. Então, nós, com certeza, saberemos muito bem fazer com eles o debate, um debate de qualidade, energia e com essa força que as mulheres têm.

Nós não queremos, de forma nenhuma, que os nossos filhos, nossos irmãos, nossos maridos briguem conosco, nós somos amor puro. E, didaticamente, nós queremos que eles estejam inseridos, que votem na gente.

Essa nossa conversa foi muito boa, falamos de muitas coisas importantes, nós falamos de nossas questões, mas nós invocamos coisas muito essenciais nesse momento, nós falamos desses números da violência, nós falamos de morte, nós falamos da pandemia, do que vem acontecendo... Nós falamos sobre a importância de ter políticas para as mulheres, a importância das mulheres participarem na políticas e falamos de nossas vidas, nossa representação legislativa e executiva. Tivemos aqui a oportunidade de nos expressar nesse momento de diálogo. Não foi uma conversa presencial, nós estamos inaugurando essa nova forma de nos relacionar, mas todas nós sentimos esse calor humano da mesma forma.

**Inês Pandeló:** Eu quero também agradecer muito por essa oportunidade, foi um debate muito produtivo, nós tivemos a oportunidade de focar, porque a gente não fala só para quem está nos assistindo, a gente acaba falando para a gente mesmo também. Porque à medida que falamos, vamos reprisando na nossa mente as ideias, refletindo sobre coisas que defendemos como sendo importantes, e é ainda mais importante nesse momento ressaltar esse tipo de defesa. Essa defesa precisa ser feita e intensificada nesse momento, onde o fascismo e o retrocesso estão tomando conta de muitas mentes. Nós precisamos ocupar os espaços com as nossas ideias de amor, justiça, democracia e respeito. Somos só amor, gostei para caramba dessa frase que a Benedita falou, que a gente quer construir amor, essa palavra que antes parecia até piegas, fora de moda, agora virou revolucionária. Porque o Brasil tem um presidente que prega o ódio, que tem um gabinete do ódio ao lado do gabinete dele.

Nesses dias até o *Facebook* viu que estavam divulgando *FakeNews*, estimulando o ódio e a mentira contra os adversários e usando recursos públicos para isso. Isso tudo está sendo investigado, está sendo denun-

ciado. Para dizer e fundamentar, não digo que é só a palavra amor, mas o gesto de amor, do cuidado, o “Quem ama cuida”, o “Bem-Viver”. É bom para todo mundo acontecer o respeito à mulher, é bom também para o companheiro ou companheira viver em harmonia na relação, é bom para os filhos que nascem de um casal. Que possam viver todos e todas em harmonia, construindo essa sociedade do Bem-Viver, uma utopia que parece nunca chegar? É assim mesmo, não é? Já dizia o poeta: “para que serve a utopia? Se eu dou um passo à frente ela dá um passo atrás? Serve para isto mesmo, fazer a gente caminhar.

Quando a gente participa de um debate assim, se conseguimos estimular alguém que está nos assistindo a vir para luta, a entender melhor o processo, serve também para nossa reflexão. Então, eu quero agradecer muito a UNIRIO e esse projeto “Mapa de Políticas Públicas em Defesa da Mulher”, agradecer a oportunidade de estar aqui com vocês, Eliane Ribeiro e Wania, e com essa maravilhosa mulher que é a Benedita da Silva.

A Roda de Conversa “*Mulheres em situação de privação de liberdade*”<sup>1</sup>, foi realizada no dia 26 de agosto de 2020, de forma remota, com a participação de Elaine Barbosa, Joyce Gravano e Vanusa de Melo. A partir da realização de levantamento sobre questões emergentes no debate sobre mulheres, pode-se constatar que existe um vazio acerca da vida das mulheres em situação de privação de liberdade, tanto no campo acadêmico, quanto nos movimentos sociais e, até mesmo, no âmbito do movimento feminista. Nessa perspectiva, torna-se fundamental ouvir essas vozes e dar visibilidade às denúncias e demandas que tentam ser silenciadas. Só assim podemos entender a especificidade de ser mulher dentro do sistema prisional e na também complexa relação com o sistema judiciário. Percebemos nessas entrevistas que essas vozes femininas precisam e desejam participar ativamente do processo de construção de políticas públicas que atendam às suas necessidades, garantam seus direitos específicos e *humanizem o espaço de encarceramento*. É isso que vamos encontrar nessa potente e corajosa roda de conversa.

## **Invisibilidade e silenciamento das mulheres em situação de privação de liberdade**

*Elaine Barbosa (curadora)*

*Joyce Gravano*

*Vanusa de Melo*

*“Não há possibilidade de discussão sobre cárcere que não tenha egressas e egressos. Não se pode mais falar de nós sem nós!”*

Joyce Gravano

**Eliane Ribeiro:** Vamos começar aqui, hoje, a nossa roda de conversa. Primeiro, gostaríamos de nos apresentar. Eu sou Eliane Ribeiro, professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro do curso de Educação, de Ciências Sociais e da pós-graduação em Educação. Estou na coordenação acadêmica do projeto, com as professoras Wania Sant’Anna e Nilda Negreiros da AGPP. Também faz parte da equipe a nossa bolsista do programa de pós-graduação em Educação Kamila Eulálio de Abreu. Eu gostaria de chamar agora Vânia Santana para fazer sua apresentação.

---

<sup>1</sup> A Roda foi conduzida pelas Professoras Eliane Ribeiro, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — UNIRIO, Wania Sant’Anna e Nilda Negreiros, da Associação para Gestão e Políticas Públicas — AGPP.

**Wania Sant'Anna:** Bom dia a todas, eu queria agradecer imensamente a disponibilidade de vocês estarem conosco nessa manhã compartilhando a experiência e o conhecimento que vocês têm. O debate que associa a política pública e direito das mulheres e o enfrentamento à violência, é um terreno que nós estamos tentando refletir sobre as múltiplas formas de violência que atinge as mulheres brasileiras, em especial as mulheres no Estado do Rio de Janeiro, então nós temos um foco, mas sabemos que o que acontece aqui é uma realidade e pode ser usada para outros estados brasileiros. Até o presente momento muito agradecida a resposta de outras companheiras pesquisadoras e ativistas de terem essa reflexão conosco mesmo nesse momento de pandemia. Eu sou Wania Sant'Anna, historiadora, pesquisadora de relações raciais e de gênero, na atualidade eu sou vice-presidente do IBASE, integro a coalização negra por direitos, tenho um ativismo de longa data no movimento feminista de mulheres negras e do movimento negro. Estou colocando essas referências, porque tem tudo a ver com o debate público do aprimoramento das políticas públicas de atenção às mulheres e à população negra.

**Nilda Negreiros:** Bom dia, faço minhas as palavras de Eliane e de Wania, estamos numa ação em conjunto, eu coordeno o projeto pela AGPP que é uma Associação para Gestão de Políticas Públicas e junto com a UNIRIO estamos desenvolvendo esse projeto que busca estudar, avaliar e, quem sabe, através desse resultado buscar encaminhamento para novas políticas públicas, em busca dessa luta constante que é ser mulher nesse país, nesse mundo, nesse estado. Então, agradeço imensamente a vocês por terem aceito nosso convite, nesse momento em que todo mundo está trabalhando muito mais do que antes porque esse *home office* deixa a gente sem parar, então encontrar uma horinha nas agendas tem sido bastante complicado e agradecemos imensamente a vocês pela participação e que a nossa manhã e nossas horinhas sejam bem proveitosas, obrigada.

**Kamila Eulálio:** Olá, bom dia, meu nome é Kamila Eulálio, eu sou mestranda no programa de pós-graduação em educação da UNI-

RIO na linha de Políticas em Educação. Eu estudo mães, faço um recorte de gênero, estudo mães universitárias e permanência estudantil dentro da UNIRIO, que é a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, e agradeço a presença de vocês. Estou aqui para aprender muito e estou muito feliz de estar aqui com vocês.

**Eliane Ribeiro:** Para começar gostaríamos de apresentar as nossas três convidadas para a roda de conversa.

A primeira é a Elaine Barbosa, curadora da roda, já que foi com o suporte luxuoso da Elaine que conseguimos organizar e convidar as demais participantes. Elaine é advogada e pesquisadora, Mestre em Educação pela UNIRIO, doutoranda pela Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, ganhadora do Prêmio Ella Baker de direitos humanos de 2018, pela AERA (Associação Americana de Pesquisa em Educação), seu prêmio foi pelo admirável trabalho de dissertação *Aprendizagens de coloniais a partir das cartas de mulheres encarceradas: um estudo sobre o movimento negro educador*, que foi desenvolvido a partir de seu trabalho no Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela como assistente jurídica. Orgulho de tê-la conosco.

A segunda convidada, que nos honra com a sua presença, é a pedagoga Joyce Gravano, articuladora social e pedagógica da ONG (Organização Não Governamental) *Eu Sou Eu*, que é uma organização de egressos do sistema carcerário. *Eu sou eu* tem como objetivo fomentar e qualificar o debate sobre direitos dos presos (comunicação e formação); pressionar o estado a cumprir seu papel constitucional (pesquisa e ações) e fortalecer e difundir o grupo *Eu sou eu* como ator relevante no sistema prisional (participação e associativismo).

Nossa terceira participante é a Vanusa de Melo, graduada em letras, Mestre em Educação pela PUC, doutoranda em Educação pela PUC, professora do sistema prisional, e coordenadora do projeto *Escrevivendo a Liberdade*, desenvolvido dentro de presídios no Rio de Janeiro. Vanusa é escritora e pesquisadora em espaços de privação de liberdade.

Para começar, gostaríamos que vocês contassem um pouco dessa trajetória tão potente. **Como se aproximaram da questão das**

## **mulheres em situação de privação de liberdade e qual a atuação de vocês nesse campo?**

**Elaine Barbosa:** Gente, agradecida, gratidão imensa por estar aqui hoje com vocês, compartilhando um pouquinho novamente. As questões que tanto nos atravessam e que são relacionadas a questão de violências contra as mulheres. Companheiras de longa data, de lutas travadas junto aos movimentos negros, junto aos movimentos de mulheres negras, uma satisfação imensa estar aqui com vocês também. Professora Eliane já me apresentou, meu nome é Elaine Barbosa, eu venho também dessa construção junto a UNIRIO. Sou Mestre em Educação pela Universidade e foi uma satisfação imensa porque isso também me deu essa possibilidade de aproximação, de fazer com que essas questões das violências contra as mulheres alcançassem maior dimensão, um pouco para além dos muros da Universidade, que foi essa dimensão do alcance da dissertação.

A partir do prêmio, que foi um prêmio internacional, que se deu uma outra dimensão desses saberes tão invisibilizados que a gente trata, as questões das mulheres encarceradas no Brasil. A minha aproximação com esse tema veio junto da minha aproximação ao movimento negro e também aos movimentos sociais. Eu já fiz parte de duas comissões aqui no Rio de Janeiro — a Comissão da Igualdade Racial e a Comissão Estadual da Escravidão Negra no Brasil. Essas duas comissões proporcionaram o meu encontro junto ao movimento negro e junto aos movimentos sociais. Foi aí que eu tive em 2014 a possibilidade de estar somando na Assessoria Jurídica voluntária no Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela, que é uma instituição que trabalha especificamente com pessoas privadas de liberdade, tanto pessoas que estejam nessa condição, como também egressos, familiares dos egressos, todas essas questões que envolvem o encarceramento. E a partir desse trabalho voluntário com a assessoria jurídica, foi um divisor de águas, na verdade, na minha atuação profissional e política, porque veio essa questão do conhecimento e da aproximação com as pessoas encarceradas como um todo e, principalmente, com as mulheres encarceradas.



Digo isso, porque é uma questão muito importante, porque a gente tem uma dimensão gigante aí no que se refere às pessoas privadas de liberdade. Mas relacionado às mulheres encarceradas, a gente tem algumas sensibilidades e algumas opressões que são muito mais escancaradas e elas se fazem muito mais presentes na nossa sociedade como um marco civilizatório de opressões, que são lidadas nesse âmbito do encarceramento feminino que é preciso ser discutido. Então, eu entro nessa questão em 2014, onde quase ninguém falava sobre essa questão de encarceramento de mulheres aqui no Rio de Janeiro e no Brasil, como em todo o mundo, isso daí veio de uma construção junto com as Universidades, também junto com os movimentos sociais para que fosse uma pauta de discussão. Então, desde 2014 que eu venho lidando com essas questões e, enfim, isso se tornou também a análise do meu projeto de Mestrado, que é de onde eu falo um pouco sobre as cartas das mulheres encarceradas.

Lá no Instituto tem um trabalho que a gente recebe cartas de todos os presídios do Rio de Janeiro e essas cartas demandam auxílio jurídico, auxílio de assistência social, auxílio em relação à saúde e também as denúncias de violações Direitos Humanos dentro dos presídios. Então, a partir desses escritos que eu me debrucei para estar constataando e verificando as violências travadas. Este estudo que se aproxima da violência contra essas mulheres nesse ambiente prisional, felizmente teve uma boa repercussão, mas eu acho que isso também não foi mérito só meu, acho que foi um projeto coletivo também e que foi uma dissertação construída com muitas conversas, muito diálogo junto com os outros voluntários que atuam dentro do Instituto Nelson Mandela, que são de extrema importância para que a gente possa falar das questões.

Hoje, sou doutoranda em Direito na UFRJ pela Faculdade Nacional de Direito e também lá sou coordenadora do grupo de extensão *mulheres encarceradas*, que é onde a gente convoca os estudantes a estarem se aproximando dessa temática, entender um pouco melhor. Entendo que a questão das violências contra as mulheres e, principalmente, a questão do encarceramento está totalmente relacionada às questões das mulheres negras, das mulheres empobrecidas, das mulhe-

res que estão à margem e são consideradas subalternizadas pela sociedade. Então, hoje é isso que eu tenho feito. Também tenho trabalhado como pesquisadora no Observatório de Favelas que é onde eu e as demais pesquisadoras lidamos com as questões das pesquisas relacionadas às violências letais contra as mulheres, principalmente com as mulheres em situação de perigo de vida, e atenção a essas mulheres que moram nos territórios de favelas.

**Eliane Ribeiro:** Obrigada, muito obrigada, Elaine, e parabéns pela sua vasta experiência. Então, a gente queria chamar aqui Joyce Gravano, pedagoga, articuladora social e pedagógica e criadora do espaço aprendizagem Joyce Gravano. Joyce, por favor.

**Joyce Gravano:** Bom dia. Primeiro, eu já quero começar a pedir desculpa, porque eu estou super atenta ao telefone. A gente hoje aqui na organização vai receber os kits de higiene e um fogão que está vindo de doação, e aí eu estou controlando as pessoas que estão chegando aqui, então eu preciso estar um pouquinho atenta ao telefone, desde já peço desculpas por isso. Mas é porque os horários coincidem e como a Prof. Nilda falou: a gente tá trabalhando mais nesse período de pandemia do que antes, então eu fico atenta aos dois momentos. Eu sou Joyce Gravano, sou de São Gonçalo, começo sempre me apresentando como mãe do João Gabriel, porque isso faz uma diferença enorme na pessoa que eu sou e na estrutura que eu criei, porque ele há 13 anos guia muito como eu vou caminhar, eu sou pedagoga como ela me apresentou, articuladora social e pedagógica da ONG (Organização Não Governamental) *Eu Sou Eu*, que é uma organização de egressos do sistema carcerário. Nós somos cinco pessoas nesse momento e cada um dentro da sua área de atuação, a Bárbara, jornalista, o João, do Direito, o Cris, historiador, e eu na área de educação, de pedagogia, e eu acho que é o único coletivo de egressos e universitários do Rio de Janeiro ou quicá do Brasil, lançado em 2018.

Passei pelo sistema carcerário em 2012, 70 dias em Bangu por tráfico. Enfim, era uma acusação, mas pelo que eles chamam de “pagar

castigo” por ser casada com alguém que era envolvido. Fiquei lá 70 dias, depois fui inocentada e desde então essa realidade, a realidade que eu vi dentro do sistema, mudou quem eu era. Quando eu entrei no sistema prisional, estava no quinto período de pedagogia na UERJ, já era professora formada e já atuava na área de educação e me deparo com uma outra realidade. Primeiro, encontro com uma visão estereotipada do sistema, daquela realidade que a gente viu na televisão, daquela realidade que a gente vê descrita nos jornais, e, de repente, me deparo com uma outra realidade, não romantizando o sistema porque não tem nada de romântico, mas eu me deparo com pessoas, não com números e artigos, estando no presídio feminino diversas histórias.

Por já ser professora, eu comecei a escrever cartas para as mulheres. Muitas delas, analfabetas ou semi analfabetas, tinham muita dificuldade na escrita e, como a comunicação primordial do sistema é a carta, eu comecei a escrever cartas, primeiro para as mulheres da minha cela e depois para as mulheres da minha galeria. Aí, em determinado momento, a diretora permitiu que eu sentasse no corredor e escrevesse cartas para essas mulheres, essa realidade mudou a minha vida, primeiro porque consegui quebrar todos os estereótipos com relação ao sistema carcerário e as mulheres do sistema e segundo porque eu repensei a minha visão de educação a partir desses relatos. Eram mulheres que não tinham tido oportunidade, oportunidade que não começou a ser negada no momento que elas entraram para o sistema, essas oportunidades começaram a ser negadas no momento que elas nasceram em território de periferia e de favela. Não foi oferecido a elas educação básica, por esse motivo muitas delas não sabem escrever.

E eu me deparo com essas histórias. Como essas mulheres vão parar dentro daquele espaço, o que elas pensam daquele espaço e o que elas pensam após aquele espaço e a visão delas de que não haveria um depois, que aquilo era a realidade que era imposta para elas e que para muitas não haveria outras possibilidades se não reincidir? Então, quando eu saio, eu repenso a minha forma de trabalhar, de ver a educação e de como essa educação atinge principalmente mulheres. Voltei a atuar com

educação um tempo depois em escolas formais, mas sempre ainda com essa inquietação que eu trago do complexo de Bangu.

Em 2015 eu crio um espaço de aprendizagem que em primeiro momento atendia crianças e adolescentes do território onde eu moro, aqui em São Gonçalo, periferia da cidade do Rio de Janeiro. Em 2017 a gente começa a atuar com as mães, avós e irmãs dessas crianças que eu recebo. Então as crianças, a gente atuava durante o dia de maneira remunerada e com as mães a gente atuava de maneira social ainda muito orgânica, pedindo doação em rede social, apoio para os amigos, e isso foi crescendo, foi tomando uma proporção muito importante. Em 2018 eu me junto ao *Eu Sou Eu*, que é criado ainda intramuros e vai para o extramuros, uma criação do Samuel Lourenço, do João Luiz e do Cristiano. Sou a primeira mulher a participar da organização e a gente começa a pensar em como é que a gente pode trazer a nossa experiência em benefício de outras pessoas como nós, porque nós sabemos que somos exceção—egressos universitários que estão em espaços como nós estamos e, principalmente, nesse momento falando com professores da Universidade, a gente sabe que é uma exceção. Então, como é que a gente faz da nossa voz a voz das outras pessoas que a gente conheceu lá no sistema carcerário? Então em primeiro momento a gente incide politicamente, mas depois a gente começa a pensar em como é que a gente incide diretamente nas pessoas para levar a nossa realidade, mostrar para elas que é possível? Claro que não é um processo fácil, eu estou fazendo aqui um resumo muito tranquilo desse processo todo, mas não foi um processo fácil, foi um processo doloroso que encontrou diversas barreiras ao longo do caminho, mas em 2018 o *Eu Sou Eu* e a gente começa a pensar nisso. Em 2019, a gente começa a atuar em parceria com *Elas Existem* que é uma ONG que trabalha com as mulheres encarceradas e o *Elas Existem* cria um projeto chamado *Mulheres, Direito, Cidadania* e eu começo a ser voluntária lá e começo a atuar para mulheres e a levar o trabalho com a educação para essas mulheres que passam pelo cárcere como eu passei. Em 2020, nesse momento durante a pandemia, a gente consegue uma parceria e hoje a gente tem que trazer a chamada da educação que liberta. Porque

nós atuamos com 20 egressos do sistema e pessoas ligadas diretamente ao sistema carcerário — mães, filhas, irmãs de pessoas que estão presas nesse momento —, preparando eles para prova do Enceja (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos)<sup>2</sup> e trazendo algumas atividades que podem originar renda. Então a gente teve já um curso como o de *imersão de tranças, extensão de ideias* em que as mulheres aprenderam a trançar cabelos e ouvir um pouco sobre empreendedorismo. Sábado agora a gente tem um curso de gastronomia criativa que a gente traz para as mulheres e para homens, que é também uma atividade de um dia inteiro em que eles aprendem a cozinhar algumas comidas e podem vender e fazer na sua própria residência. E mais uma vez trazendo também as atividades de empreendedorismo, falando de precificação e tudo mais, porque a gente entende que a sociedade ainda não está pronta para receber essas pessoas que saíram do sistema, mas essas pessoas precisam se manter e eles precisam gerar renda. Então, a gente vai rolando um sistema, a gente costuma dizer que nós somos ferrugem nessa engrenagem, e vai criando formas para que, assim como nós, outros homens e mulheres possam estar inseridos dentro da sociedade não como vítimas de um sistema, mas como pessoas atuantes nesse sistema que a gente diz que é de moer gente.

**Vanusa de Melo:** Bom dia, estou muito feliz de conhecê-las e de estar junto da Elaine, da Joyce, mulheres parceiras e companheiras que são muito importantes para minha formação. Minha trajetória começou em 2007, quando eu, recém-aprovada no concurso para professor da rede estadual, escolhi trabalhar numa escola que ficava dentro de uma unidade socioeducativa, na Baixada Fluminense, o CAI–Baixada, unidade masculina. Desde o primeiro segundo de contato com aquele lugar, eu entendi que eu não queria só dar aula de língua portuguesa, eu queria mexer nas estruturas de alguma forma, eu já tinha muito trabalho, sou uma ativista de direitos humanos desde bem novinha. Então, eu tinha já algumas ideias do que fazer, mas fui conhecendo ali aos poucos.

---

<sup>2</sup> O Enceja é um exame do MEC/Inep para  *aferir competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental ou Ensino Médio na idade adequada.*

Logo no ano seguinte, a secretaria de educação abriu um novo concurso dessa vez pedindo que as pessoas já optassem especificamente por uma região metropolitana, mas eles abriram uma nova diretoria, a diretoria especial de unidades localizadas em espaços de privação de liberdade. Eu achei que se eu fizesse um novo concurso ficaria mais segura com a minha matrícula específica ali. Então, eu fiz novamente concurso e fui a primeira a ser aprovada. Fui escolher uma nova unidade para trabalhar, achando ainda que eu ia ficar com as duas matrículas, mas depois eu fiquei com uma só e, na sala dos professores, eu disse: *“vou para o Talavera trabalhar com as mulheres”*, e as outras mulheres que trabalhavam comigo disseram: *“não faça isso! Elas odeiam as professoras mulheres, elas não convivem com mulheres educadoras, não vá, você não vai durar uma semana lá!”*. Eu tinha saído há pouco tempo de uma certa crise com magistério, fiquei três anos fora de sala de aula. Tentei fazer outras coisas e depois eu vi que tudo que eu aprendi a fazer, eu queria ensinar as pessoas. Fiz produção cultural, eu queria ensinar sobre produção cultural, então eu montava um curso, montava uma oficina. Falei: *“gente, não tem como, é sala de aula a minha onda, é educação a minha necessidade”*. Fiz o concurso e voltei mesmo depois de exoneração e pedido de demissão em escolas da rede privada e tudo mais. Como eu fiquei com receio de ainda estar fragilizada com essa crise e ir para um desafio que eu não desse conta, não fui mesmo trabalhar com mulheres: fui para um presídio masculino. Fiquei muitos anos nesse presídio masculino em São Cristóvão, Evaristo de Moraes, a escola se chama Anacleto de Medeiros e ali eu fiquei trabalhando com homens.

Aos poucos, fui conhecendo as pessoas que trabalhavam com mulheres e desconstruindo a ideia e vendo como eu, tendo alguma formação feminista, crítica, pude cair nessa fala tão machista, tão preconceituosa e tão cheia de estereótipos. Não era real, era absoluto preconceito aparecendo na fala das colegas e não quis tentar, de todo modo, um aprendizado nas unidades. Na unidade masculina foi muito forte também, foi daí que eu comecei a minha trajetória como pesquisadora, fiz uma especialização, depois fiz o Mestrado e agora que eu estou fazendo Doutorado, mas essa lacuna me incomodava, sobretudo,

quando eu comecei a conhecer os projetos que atuavam com as mulheres, quando eu comecei a ler sobre a situação das mulheres encarceradas, quando eu comecei a ver os documentários sobre a situação das mulheres encarceradas, sobre a diferença entre a mulher encarcerada e homem encarcerado, quando fui ver os dados todos, as narrativas e a violação de direitos das mulheres, ali eu sentia que aquilo era uma lacuna mesmo na minha formação.

Recentemente eu participei de um debate sobre o filme *Nosso amor é maior*, que é um documentário de curta-metragem sobre a mulher que visita o homem na cadeia. Muitos dos depoimentos falam sobre essa diferença e a expressão que dá título ao filme diz: *“se é ao contrário, se é a mulher que está presa, o homem não passa por isso que a gente passa, por quê? Porque nosso amor é maior”*, a pessoa que está na visita diz isso e a cineasta aproveitou para dar título ao filme e me chamou muita atenção. Tem uma personagem do filme que é a Morena, ela é dona de uma dessas hospedagens que as mulheres vão e pagam para dormir um pouco, para tomar banho, para comer enquanto aguardam o horário. As coisas mudaram bastante, no documentário do lado de fora as mulheres aparecem amontoadas lá fora, sem nenhuma possibilidade de conforto, mas hoje tem essas hospedagens e a Morena é dona de uma delas. Ela mostra o alojamento, o dormitório, onde as mulheres esperam, tem assim 30 camas bem arrumadinhas, bem bonitas, ela diz: *“aqui que as mulheres pagam, dormem algumas horas, depois vem outras e dormem algumas horas, podem comer, tomar banho, guardar algumas coisas e tem para homem também, aí vai pro dormitório onde ela recebe homens também e tem três camas, três dormitórios”*. Só que tem aquela diferença brutal. Então, essa coisa é muito significativa mesmo.

Voltando à lacuna, em 2019, participando do curso do grupo de pesquisa GEPEP, Grupo de Pesquisa em Educação nas Prisões, coordenado pela professora Sandra Maciel na UFF, nós fomos convidadas a participar de uma pesquisa na socioeducação e eu tive a iniciativa de propor que aproveitando esse contato a gente fizesse um trabalho de oficina de escrita e leitura literária na unidade feminina de socioeducação. Nesse momento, eu terminei de quebrar de vez o

resquício de preconceito que ainda havia, aqui não tem isso de rejeição ao trabalho com as mulheres. Isso daí é uma fantasia alimentada por preconceito e nunca ouvi nada que a gente pudesse dizer “*sim, isso é um problema*”. Há um problema de gênero aqui na rejeição ao trabalho, somos todas mulheres no projeto *Escrevivendo a Liberdade* e a gente promove oficinas semanais de literatura, leitura e escrita, pensando na formação autoral, da escrita autoral. É um contraponto ao trabalho que muitas vezes, sem generalizar, a escola realiza, porque em geral o trabalho da escola especializada foca em currículos que não privilegiam autoria, mas uma escrita formatada para aprovação em exame, em provas. Então, a gente faz um trabalho de educação não formal pensando nessa outra perspectiva, a valorizar a autoria. Eu tenho cuidado com essa coisa de acharem que a gente está primeiro descobrindo talentos, tipo olheiro de futebol, não estamos fazendo isso, é um trabalho de formação. Segundo: não estamos dando voz, elas já falam, já escrevem, não é real que elas não saibam escrever. Quando nós fomos entrar pela primeira vez, disseram pra gente que elas eram analfabetas funcionais, que não tinha como fazer esse trabalho, mas a gente falou “*Não, tudo bem, a gente faz uma verificação, diagnóstico, pode ficar tranquilo*”. Todos os dias tem trocas de cartas, a Elaine e a Joyce falaram de cartas na fala delas, carta é um gênero muito presente na vida das pessoas que estão presas, é comunicação, é afeto que é trocado, vida, possibilidade de estar viva ali.

Nesse ponto, eu acho que consegui começar essa desconstrução maior do preconceito do trabalho com as mulheres, até então eu conhecia só em teoria, de ver os filmes, documentários. Depois conheci algumas mulheres que viveram a privação de liberdade também, lidei e lido com professoras mulheres que atuam nas escolas localizadas lá nos presídios femininos e nenhuma delas confirmava aquela visão de preconceito, gente que está 20, 30 anos trabalhando na educação no cárcere e mesmo assim não conseguiu se livrar disso, não conseguiu aprender, olhar com suficiente criticidade para a situação.

Atuei antes do *Escrevivendo a Liberdade*, no projeto *Do Cárcere à Universidade*, da Faculdade de Educação da UERJ, lembrando um pou-



co do que vocês estão falando sobre o acesso, é isso mesmo: o acesso ao Ensino Médio é minoria, ao Ensino Superior então é exceção e a palavra é essa mesma a usada — pouquíssimos —, a gente auxilia o processo da pessoa de permanência na universidade, de matrícula, permanência e dando suporte. O trabalho lá e coordenado pela professora Socorro Calháu. É missão diária, muito trabalho para fazer e 100% dos participantes são homens, não há nenhuma mulher que tenha procurado a gente para pedir apoio para permanência no curso para os quais tenham sido aprovadas, seja pelo Enem, seja pelo vestibular da UERJ. O projeto é da UERJ, então é isso, a trajetória está sendo por aí.

**Eliane Ribeiro:** Obrigada, Elaine, Joyce e Vanusa. Agora a gente queria chamar a Wania para fazer a pergunta. Podemos começar pela Joyce? Fazer uma mudança de rotina.

**Wania Sant’Anna:** Eu queria muito agradecer a essa fala de vocês, sinceramente muito lindo ver a trajetória e o percurso de cada uma e como a transmissão de uma fala reverbera esse empenho de vocês de ser um veículo no canal de voz do encarceramento. Eu tenho uma pergunta, que tem muito a ver com o debate atual contra encarceramento. O debate sobre encarceramento tem destacado esse perfil impressionante do crescimento de pessoas encarceradas como decorrência das políticas estaduais de enfrentamento ao tráfico de drogas. Então, resumindo, eu queria saber **o que vocês pensam sobre a política antidrogas e o impacto dela sobre encarceramento, em especial, sobre encarceramento das mulheres e das mulheres negras?**

**Joyce Gravano:** Então, nos últimos anos o número de mulheres encarceradas cresceu de maneira alarmante, eu fiz algumas anotações aqui até sobre dados que é para não me perder e é de aproximadamente 700% o aumento no número de mulheres encarceradas, segundo os dados do Infopen (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias)<sup>3</sup>, e, desses números, 62% foram presas por tráfico

<sup>3</sup> O Infopen é um sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro — Ministério da Justiça.

— pelos artigos 33 e 35 do Código Penal, que é tráfico, formação e associação para o tráfico —, e, desses 62%, uma boa parte dessas são mulheres negras. Os dados também dizem que essas mulheres são presas em cargos menores dentro da hierarquia do tráfico. Só que se a gente for pensar de maneira muito prática, com a nova lei de drogas em que você não tem uma quantidade específica de drogas, em que você entende como usuário e como traficante, a cor da pele e o CEP da pessoa influencia muito em como essa mulher, essa pessoa, vai ser julgada. Então, ali tem homens e mulheres pretas muito mais condenados, sentenciados por tráfico como traficantes com uma baixa quantidade de drogas e pessoas brancas de classe média alta com um número maior de drogas sendo colocados como usuários e encaminhados para tratamento em equipamentos estaduais e particulares. Então, o aumento do nível de encarceramento está muito ligado ao processo de racismo estrutural desse país e a lei de drogas, ela só auxilia nesse projeto de encarceramento.

Eu costumo dizer que, o processo de encarceramento do Brasil começa muito antes de quando você tem um corpo dentro de um espaço de privação de liberdade, ele começa quando você não oferece para as pessoas educação, saúde, lazer, saneamento básico, estrutura de moradia, quando você nega para as pessoas ao longo de toda sua vida uma estrutura básica. E aí, no momento que ela é encarcerada, você diz que vai ressocializar essa pessoa, porque ela não conseguiu se socializar, não conseguiu estar dentro dos critérios que a sociedade impõe durante toda sua vida. Só que o Estado negou a essa pessoa, durante todo o tempo, todas as estruturas, e aí aprisionar os homens e mulheres na questão da droga é a maior coisa hoje, eu acredito que o maior artigo que aprisiona hoje seja o tráfico, tanto para homens, quanto para mulheres, e mais uma vez negam todos os dias a essa pessoa dentro do sistema carcerário: devolvem ela para a sociedade, teoricamente, sem nenhum apoio, estrutura, e cria nisso uma reincidência. Então, eu acho que o racismo está ligado diretamente ao processo de encarceramento e está impactando muito mais em mulheres pretas periféricas.

**Vanusa de Melo:** Sempre que me falam sobre isso, indico um vídeo incrível da Dona Tereza, ela fez um vídeo no Quebrando tabu, esse é bom. Ela dá uma aula sobre a situação do encarceramento em massa da Juventude Negra. Ela é uma mãe de homem preso e ela começa o vídeo dizendo *“libera logo essa porcaria”* e aí ela explica por que essa coisa da prisão por tráfico está estruturando a prisão em alguns estados, principalmente enquanto a gente não avança nesta discussão sobre a legalização e as circunstâncias em que a legalização das drogas que hoje são ilícitas deve acontecer. A prisão só cresce, só incha e a gente briga pelo quê? Pela criação de mais vagas. Teve um governo progressista que avançou em muitas questões, mas criou mais vagas em vez de se criarem formas de esvaziamento da cadeia, de prevenção na adesão ao tráfico. As jovens com quem a gente lida no DEGASE<sup>4</sup> muitas vezes veem na adesão ao tráfico uma possibilidade de vida, de melhora, de ascensão, de dignidade, de ter uma vida digna. Passando pela vida do consumo? Com certeza, mas que não encontram nas instituições, na escola, nos direitos, os direitos que são violados.

Tem uma participante do projeto que diz sempre com todas as letras: *“a gente não tem essa coisa moralista de dar conselhos, lição de moral, mas o assunto surge”*. E aí ela sempre está dizendo e escrevendo que sabe que essa é a vida dela, que é *destino*, usa a palavra destino, que é pelo tráfico porque o tráfico é a família dela. Isso tudo constrói uma realidade dessa juventude que é fortalecida pela falta de uma política pública crítica, que saia desse falso moralismo que escolhe o que vai ser considerado drogas lícitas e que drogas vão ser ilícitas, porque isso impede que se planeje. Uma política que parta da descriminalização permitiria que profissionais discutissem, poderia haver uma comissão de agente de saúde, de Psicologia, de educação e de serviço social que pudesse discutir os danos do uso excessivo, abusivo, inconsciente de drogas, além da violência provocada pela guerra, a gente chama de guerra, guerra ao tráfico. E aí a mídia planta na sociedade essa ideia de guerra e como é guerra, tem morte mesmo, está tudo certo, “os fins justificam

---

<sup>4</sup> DEGASE (Departamento Geral de Ações Socioeducativas) é um órgão vinculado à Secretaria de Estado de Educação, que tem a responsabilidade de promover socioeducação no Estado do Rio de Janeiro.

os meios” ou “para fazer omelete tem que se quebrar os ovos”, já que estamos numa guerra, tem morte. Nessa lógica de relativização dos direitos humanos, relativização do valor da vida, de que algumas vidas são elimináveis, alguns corpos são matáveis.

Então, eu acho que toda vez que alguém propõe na política uma discussão mais séria sobre isso, como foi na última eleição para prefeito — a gente viu isso claramente — e essa discussão foi uma das coisas que definiu a eleição passada e já é antigo isso no Rio de Janeiro, essa pessoa fica com fama de fazer apologia às drogas. Muita gente vai escutar o que eu estou falando aqui e vai achar que eu estou fazendo isso também, e na verdade a gente tá querendo apontar que essa política de guerra às drogas está matando, inclusive, muito inocente, eliminando a juventude negra, e quem não morre está fazendo a gente ter a terceira maior população carcerária do mundo, isso é um número terrível. Estou dizendo que é preciso repensar essa política.

**Elaine Barbosa:** Eu acho que tanto a fala da Vanusa quanto a da Joyce contemplam muito a discussão aqui que a gente está travando, relacionada à essa questão do tráfico de drogas. Para tentar dar uma contextualizada, para a gente entender, porque que o tráfico de drogas é o principal crime encarcerador dessa população feminina e majoritariamente negra, é importante considerar que isso não vem de hoje, é uma construção que vem desde os anos 2000 e a população carcerária feminina no Brasil vem crescendo em ritmo preocupante em todas as prisões do estado, aqui no Rio de Janeiro, e em toda a Federação. Como bem a Joyce falou, é um aumento de mais de 700% do encarceramento da população e é importante falar também dessa questão das propostas que nos aproximam da realidade vivida por essas mulheres em situação de cárcere. Envolvida nesse ambiente criminal, é importante considerar a participação do Judiciário como um todo e também das políticas que vem do Executivo e do Legislativo, e a presença do racismo estrutural que pretende selecionar um determinado corpo, de uma determinada pessoa, para estar sendo inserido em uma grande engrenagem de criminalização dessa pessoa.

Quando a gente fala de tráfico de drogas é imprescindível a gente tentar entender essa perspectiva e porque isso acontece a partir de uma abordagem interseccional. Interseccionando gênero, raça e pobreza, é possível tentar entender esse aumento e a permanência do encarceramento dessas mulheres e as outras fontes de subordinação que também nos indicam e nos levam a entender a seletividade penal. É o que temos de mais próximo da realidade para explicar porque esses corpos são tão selecionados na nossa sociedade para compor o estado privado. Esse estado de privação dos seus corpos e a criminalização da pobreza são uma perspectiva central para entender o enfrentamento a esses problemas.

Importante também, dentro desse debate, informar que o encarceramento feminino representa dois produtos de opressão, de dois fatores de atração muito importantes, que também estão estabelecidos em todas as esferas, que é a questão do patriarcado, que afeta diretamente a condição dessa mulher presa, e o cárcere em si, e ambos estão vigentes na sociedade sobre convergência estatal, ainda que operados de uma forma naturalizada. A soma da sociedade patriarcal com essa negligência estatal para com as mulheres presas reflete uma realidade de misoginia, e pensar sobre essa perspectiva é muito importante. Que a exclusão feminina que ocorre fora dos muros das prisões também ocorre dentro dos muros das prisões, relacionadas às violações de direitos humanos, e são vivenciadas nas penitenciárias femininas, refletindo a violação do direito das mulheres como um todo. Então, são tensões importantes para nos aproximarmos de uma discussão qualificada e especificar o encarceramento feminino. Importante essas dimensões para entendermos a questão do tráfico, do encarceramento por um crime tão específico a partir das características do próprio crime, mesmo que esta mulher seja criminalizada por quantidades pequenas no porte de drogas, a tendência é que esta seja condenada e considerada como traficante, que, para além de uma discussão somente sobre a punibilização pelo cometimento do crime, o Estado quer criminalizar porque estas mulheres possuem os marcadores sociais sugerindo que essa mulher tem um corpo que deve ser criminalizado, e essa perseguição nada mais é que o racismo opera-

cionalizado pelo sistema de justiça. Essa percepção é muito importante para a mudança da cultura jurídica, a cultura também de execução penal, principalmente, entender que as mulheres não são somente presas por estarem cometendo algum crime, elas são presas porque existe um marcador social que faz com que aquela mulher seja criminalizada, entende? Então, são percepções importantes para entender o aumento sucessivo dessas mulheres encarceradas e quando percebemos isso, também percebemos os marcadores a partir dos anos 2000, que é quando as mulheres avançam mais no mercado trabalho.

É óbvio que as mulheres negras, as mulheres periféricas, estarão inseridas no mercado de trabalho de alguma forma, porque elas necessitam estar trabalhando, principalmente nos mercados informais, mas elas vêm cada vez mais, de forma gradual, galgando espaços estando em outros espaços de articulação e essas mulheres vão ficando cada vez mais expostas. Eu fico me perguntando também como essa questão da criminalização dessas mulheres negras também é uma forma de controle dos seus corpos sociais, sabe? Na sociedade não interessa agregar essas mulheres no mercado de trabalho formal, não interessa fazer uma política pública efetiva para que as mulheres que não têm condições de acessar determinados espaços que elas estejam acessando passem a ter. Então acho que tudo isso converge para pretensão de mantê-las no espaço privado de tortura, de opressão, para que elas realmente não estejam galgando outros espaços, assim como este espaço de privilégio aqui hoje, várias mulheres negras reunidas, falando aqui para uma universidade pública. Somos três mulheres negras aqui falando sobre nossas questões que nos atravessam, mas no espaço da Universidade. A gente sabe o quanto isso daí é custoso e o quanto isso não alcança a todas nós. Então acho que tem o que dizer. Sobre a qualificação de um determinado crime que faz com que essas mulheres em pequenos crimes permaneçam tanto tempo presas.

É outra questão para refletir: as mulheres quando adentram no cárcere não é para cumprir uma pena mínima, elas ficam presas, geralmente, por mais de dez anos pelo crime de tráfico de drogas em pequenas quantidades apreendidas. A quantidade de pena que essas

mulheres sofrem pelo Judiciário também tem muito a nos dizer sobre o quanto o nosso corpo tem que ficar não disponível. Nesse espaço privado, entende? Espaço privado de liberdade, e isso tem um impacto gigante em toda a sociedade, porque é uma mulher presa negra. Na maioria das vezes é a provedora de seu lar e a que possui o dever de alimentar seus filhos, isso é quantitativamente já reconhecido: o fato de que a maioria das mulheres que estão presas têm essas questões que a gente deve se debruçar, sabe? E o quanto isso implica na vida dessas mulheres e em relação a essa estrutura familiar que vai ser completamente desestruturada por conta de um aprisionamento dessa mulher. Mulher que geralmente é a provedora de seus lares e dos seus filhos, não é? Geralmente filhos que são menores de idade. Mais de 60% das mulheres aprisionadas são mães e possuem seus filhos menores de 12 anos de idade. Essas crianças dependem exclusivamente dessa mulher para que possam ter um desenvolvimento adequado e saudável para a sociedade. Olha o quanto isso também prejudica a questão educacional, social, econômica e do desenvolvimento do próprio Brasil e não há nenhuma observância do poder estatal nisso.

É muito mais fácil deixar essa mulher encarcerada e entregar os seus filhos para outras esferas de criminalização do que fazer uma política pública, porque depois é mais fácil matar essas pessoas, é muito mais fácil matar, ter uma lógica operacionalizada de um Estado que chega em um território e mata pessoas racialmente marcadas, racialmente selecionadas, é a questão de quem pode viver e de quem pode morrer no Estado brasileiro. Então são muitas questões que passam pelo encarceramento, que são muito sérias, que precisam ser confrontadas, precisam ser faladas, precisam ser levantadas e tem que ser um projeto de luta que precisa adentrar esses outros espaços de conhecimento, assim como a universidade. Quando eu entrei no meu Mestrado essa foi uma das minhas maiores preocupações, fazer com que essas vozes entrassem dentro de um espaço de disputa de narrativas, para que elas fossem de fato compreendidas por uma outra ótica e que pudessem fazer um tensionamento para que políticas públicas, reverberação dessas vozes de uma outra forma. Junto

aos movimentos sociais, eu acho que é um espaço de tensionamento também necessário e importante.

A gente tem uma intelectualidade que precisa ser repensada, em termos epistemológicos, em termos de como se compreender nessa esfera de desigualdades no qual estamos inseridos na América Latina, principalmente no Brasil. Então eu acho que é um tensionamento muito importante que a gente precisa rememorar, sabe? Outra coisa que eu gostaria de falar e que também é muito importante é que na maioria dos estados brasileiros há um maior quantitativo de mulheres negras aprisionadas, — isso é um fato —, mas é importante observar que em alguns estados elas são excepcionalmente as únicas mulheres encarceradas. Temos estados que são quase 100% de mulheres negras encarceradas, assim, e como é que se explica isso? Então é uma questão que tem que ser observada com muito cuidado. Aqui no Rio de Janeiro a gente tem mais de 60%, mas alguns estados, do norte principalmente, são quase 100% de mulheres negras encarceradas. Isso sem contar as especificações das questões das mulheres indígenas que são quase completamente invisibilizadas nesse campo, mas como eu trabalhei durante muito tempo nesse campo com as cartas, a gente percebia as vidas das mulheres que tinham suas línguas originárias e não conseguiam escrever. Como a Joyce explicou, é esse mecanismo das escribas, daí das pessoas que são mais letradas escreverem para outras. E como isso funciona dentro do cárcere elas também criam alguma possibilidade de escrita a partir dessas outras mulheres que ajudavam nessa rede de solidariedade para que pudessem ter suas demandas pretendidas, é então assim uma gama de opressões e de violências relacionadas às mulheres, que precisam ser reverberadas e faladas cada vez mais. Eu acho que tem muita discussão aí pela frente.

**Wania Sant’Anna:** Obrigada por todas as respostas que vocês nos deram nessa pergunta. Percepção completa que vocês têm, eu queria fazer só duas observações. Vocês sabem, eu fui secretária de estado de direitos humanos do Rio de Janeiro, durante nove meses eu não era responsável pela gestão do sistema penitenciário, mas eu fui res-



ponsável pela gestão financeira no sistema penitenciário quando a Governadora Benedita assumiu o governo. Nós acordamos, no momento de transição, que nós iríamos restabelecer a Secretaria de Justiça e passar o sistema penitenciário para Secretaria de Justiça. No fundo o que nós queríamos era separar o sistema socioeducativo e a agenda de Direitos Humanos do sistema penitenciário, dada a sua complexidade.

Lá fiquei, mulher preta que não tinha conhecimento da missa a metade, para lidar com aquela anomalia, que administrativamente a gente conseguia separar, mas na prática não conseguia. Então eu continuei, permaneci como responsável pelo orçamento, pela folha, pelo gasto, pela confusão. A nossa meta era proteger o socioeducativo. E uma das coisas que nos chamou atenção foi a ideia de que nós estávamos lidando com adolescentes em conflito com a lei. Essa expressão é de uma perversidade extraordinária. Por quê? Trata-se de um sistema que o tempo inteiro esteve em conflito com adolescente, os direitos da criança e adolescente, o Estado não fez nada e agora é o cidadão que passa a ser aquele identificado como em conflito com a lei. É bárbaro! E o socioeducativo é uma loucura! Porque existe um pressuposto que aquele grupo irá para o sistema socioeducativo, mas a luta é toda nossa, o arcabouço, e sobretudo a forma que esse pedaço do judiciário vê o adolescente é de criminalização, em especial criminalização da sua família, sem escapatória. O estado não se responsabiliza adequadamente por aquelas vidas que estão ali, isso é muito grave, no sentido que todo mundo que está trabalhando no sistema, de alguma forma, está buscando enxugar gelo, que todo mundo sabe que tem origem racial.

Outra coisa, Joyce e Elaine, deque eu estou muito convencida: esta mulher encarcerada também tem a ver com o mercado trabalho. Se aprisiona todo mundo, há sistema de encarceramento coletivo desse grupo.

**Elaine Barbosa:** Professora Wania, eu tenho total acordo com essas questões. Eu acho realmente que é algo que a gente precisa levantar para ser problematizado e como a questão do judiciário está muito implicada, com os acordos explícitos ali acontecendo na nossa cara

o tempo inteiro, ele diz o tempo inteiro quem deve ser preso e isso ficou muito explícito principalmente agora que a gente viu na decisão as motivações das juízas que estavam condenando uma pessoa negra. Então, expor essas questões publicamente através dos seus escritos é configuração do racismo institucional que temos hoje no judiciário e demonstra o que está introjetado na mente desses julgadores, que são julgadores brancos. Isso daí tem tudo a ver com nosso estado de colonização que vem se arrastando por tanto tempo e como a gente se confronta com esse posicionamento que vem dos mais altos escalões da sociedade. E esse aprisionamento nosso, das mulheres negras. Nós que somos insurgentes? Tentando a qualquer custo galgar espaços? E é isso que a gente faz, mesmo aquelas mulheres de periferias, mesmo as mulheres que não têm condições — elas vão pra frente, elas pegam seus filhos, elas querem atendimento de saúde, elas procuram as políticas públicas pelas próprias mãos e articulam possibilidades dentro das suas redes. Elas se movimentam e é isso que o Estado pretende nos parar. Não quer que chegue uma mulher negra no judiciário para dizer que ali essa questão do racismo vai ser tensionada de alguma forma, as políticas públicas não querem ver essas mulheres negras nesses postos, porque não querem ser tensionados para agregarem a esse tipo de relação e nem esse tipo de discussão. Não querem travar essa disputa de poder, por isso eles nos aprisionam e por isso eles também nos matam. Então, eu acho que isso também tem a ver com a questão dos postos de trabalho, porque é isso: se a mulher alça esses voos, ela vai trazer outras perspectivas que não estão ali estabelecidas hegemonicamente, eles já estão acostumados a ficar sentados no seu lugar de privilégio. E quando isso acontece, quando esse movimento acontece, esse privilégio vai ser tensionado de alguma forma. Então é isso, e que cada vez mais a gente possa estar aí discutindo sobre essas questões e tensionando, para que as estruturas racistas se moldem ou pelo menos, eu não sou tão otimista assim, que pelo menos sejam tensionadas publicamente por algo. Porque a gente sabe que mexer com as estruturas é muito difícil, mas elas são tensionadas o tempo inteiro, a gente nesse processo de resistência continua tensionando.

**Eliane Ribeiro:** Obrigado, Elaine. Eu fiquei pensando na sua fala e lembrei que Angela Davis alerta que as prisões são vistas como algo inevitável e permanente, e isso constrói um conjunto perverso de estereótipos e preconceitos. E, de alguma forma, o nosso papel na universidade é desnaturalizar essa situação.

**Joyce Gravano:** Antes eu queria falar um pouco sobre o que a Wania trouxe, sobre quando você aprisiona uma mulher, quando você aprisiona uma pessoa, você aprisiona toda a sua família com ela. Ano passado a gente fez uma atuação na frente de Benfica e a gente atuava com os familiares das pessoas que iam passar por Audiência de Custódia<sup>5</sup> e a realidade com que a gente se deparou. Quem atuou lá na frente foram algumas organizações, como o ISER (Instituto de Estudos da Religião), junto como *Elas Existem*, que é uma outra organização que atende mulheres encarceradas e com o *Eu Sou Eu*, organização que faço parte. Trazendo a nossa vivência do *Eu Sou Eu*, nós estávamos lá na porta. Eu não passei pela Audiência de Custódia em 2012, elas ainda não existiam, mas trazendo a nossa vivência, o nosso olhar no atendimento aos familiares que estavam ali, eles estavam completamente perdidos, porque você aprisiona uma pessoa, vai para a delegacia, depois vai passar para a audiência de custódia, mas não traz para esse familiar nenhuma informação do que se trata uma audiência de Custódia, do que acontece depois, onde você localiza o seu preso, essas informações não são passadas pelo Estado. A família é punida junto com o preso e o que a gente viu na porta era familiares completamente perdidos, pessoas de muito longe, pessoas que vieram do interior do estado, das cidades litorâneas, de São Gonçalo, que é a uma certa distância de Benfica, por dois ou três dias seguidos sem conseguir localizar o seu familiar, sem saber o que estava acontecendo, sem saber o que aconteceria depois, se

<sup>5</sup> Lançadas em 2015, as audiências de custódia consistem na rápida apresentação do preso a um juiz nos casos de prisões em flagrante, em uma audiência onde também são ouvidas as manifestações do Ministério Público, da Defensoria Pública ou do advogado do preso. O juiz analisa a prisão sob o aspecto da legalidade, da necessidade e da adequação da continuidade da prisão ou da eventual concessão de liberdade, com ou sem a imposição de outras medidas cautelares. Avalia, ainda, eventuais ocorrências de tortura ou de maus-tratos, entre outras irregularidades. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/audiencia-de-custodia/>

ele seria transferido para o presídio, se não, para qual presídio, como é que as coisas se desenrolariam. Esse trabalho foi muito importante para a gente fazer esse olhar e para criar um relatório, que fosse discutido depois de como é que as audiências de Custódia ocorrem e como é que elas impactam nos seus familiares e como é que mais uma vez há uma violação de Direito. E aí você está punindo o preso, que já está preso, cerceado de sua liberdade, e você pune também essa família, não trazendo para essa família nenhum tipo de informação e nenhum aparato judicial. E aí falei disso e me perdi da sua pergunta, Eliane. Pode repetir, por favor?

**Eliane Ribeiro:** Quais as principais demandas das mulheres em situação de privação de liberdade? O que essas mulheres têm demandado? Podemos começar com a Joyce?

**Joyce Gravano:** Eu acho que no primeiro momento é fazer com que a lei seja cumprida. Se a lei for cumprida a gente já caminha muito, porque a gente tem o marco da primeira infância, tem uma lei que diz que as mulheres precisam em alguns casos cumprir prisão domiciliar e essa lei não é cumprida. Então, eu acho que a gente já avança muito se a gente conseguir fazer com que a lei seja cumprida, já é um grande avanço.

**Nilda Negreiros:** A minha pergunta é exatamente sobre essa questão dos filhos. Na minha apresentação não falei, mas eu sou professora a vida inteira, passei por todas as idades possíveis e imagináveis. Iniciei lá nos pequenininhos e terminei na universidade, então sempre tive essa luta, porque eu sempre trabalhei em comunidade e eu tinha muitos alunos que eram filhos de mães que estavam presas e que muitos nem sequer tinham conhecido, porque nasceram e foram tirados da mãe. Nunca conheceram a mãe, porque nunca foram levados lá, estavam sendo criados por um vizinho, por alguém que se predispôs, já que muitos não tinham mais familiares. Então, eu queria perguntar exatamente sobre essa questão. **Dessa política, a gente viu recentemente, isso foi uma coisa que me marcou profundamente,**

## **a nossa ex-primeira-dama que utilizou do Código da infância para ter esse benefício e eu fiquei pensando: mas e as outras mães? Será que conseguem?**

**Joyce Gravano:** Então, a gente tem o marco da primeira infância, temos algumas leis que beneficiam — não sei se a palavra seria beneficiar, porque como é que fala em benefício para pessoas que estão encarceradas, mas pode trazer um outro olhar para mulheres encarceradas. Então, como eu disse, acho que um avanço é começar a fazer com que as leis sejam cumpridas para todas as mulheres, não só para algumas. Como foi o caso da Adriana Ancelmo<sup>6</sup>, porque ela se beneficiou dessa lei para poder estar com os filhos em casa, eu também fui beneficiária dessa lei lá em 2012 no regime de prisão domiciliar, até aguardar o julgamento, mas pouquíssimas mulheres têm acesso a isso, algumas não sabem nem da existência dessa lei, assim como no tempo em que a gente estava lá atendendo na frente de Benfica. No caso, não tinha muita atenção para uma mulher que tinha sido presa por furto no mercado, se ela tinha filhos menores ao passar para audiência de custódia, o que se determina é a manutenção da prisão dessa mulher, porque entende-se que ela precisava ficar presa já que ela não tinha pensado nos filhos no momento em que ela cometeu o crime. Então, ao invés de usarem a favor dessa mulher, é usado contra essa mulher. E aí o juiz fez a manutenção da prisão de uma mulher que tinha furtado um supermercado por comida, muito provavelmente para se alimentar e alimentar os seus filhos, e o juiz fez a manutenção da prisão dessa mulher e manteve ela presa, separando ela dos seus filhos, e eu fiquei pensando muito para onde as crianças iriam, o que elas iriam comer naquela noite, já que a mulher tinha sido presa furtando comida. Então um caminho é que a gente continue batalhando para que a lei seja cumprida para as mulheres.

Hoje, 40% das pessoas presas são presos provisórios, que não passaram por audiência ainda, muitos desses são mulheres que po-

---

<sup>6</sup> Com base no Estatuto da Primeira Infância, o Superior Tribunal de Justiça concedeu prisão domiciliar à advogada Adriana Ancelmo, mulher do ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, acusados de crimes de corrupção.

deriam estar esperando o julgamento em suas residências com seus filhos. É uma luta diária, a gente vive numa bolha de pessoas que militam pela causa carcerária, a gente vive se encontrando porque nós somos muito poucos, eu encontro a Vanusa, a Elaine, algumas outras, principalmente mulheres que militam nessa causa, porque nós somos ainda muito poucos que querem discutir essa pauta, é uma discussão que fica muito apartada da sociedade, porque as pessoas não se entendem como parte dessa discussão, parte desse processo. Elas não conseguem compreender que no sistema punitivista que a gente tem hoje, ninguém está livre de parar dentro do sistema carcerário, principalmente se você for uma pessoa preta periférica. Então não é uma discussão que é minha por ter passado pelo sistema ou da Vanusa por que trabalha com educação no sistema carcerário, da Elaine que estuda e milita, mas é uma pauta de todos, de todos nós e no momento que a gente consegue compreender isso, entender que se a gente tem uma estruturação dessa discussão caminhando para uma finalização desse sistema carcerário como a gente conhece hoje, ele é benéfico para a sociedade como um todo, eu não estou falando de benefício para mim que milito nessa área, mas benefício para a sociedade, porque pessoas na rua são pessoas que trabalham, que geram renda, que estruturam uma sociedade, mas a gente não tem esse olhar, no geral as pessoas não tem esse olhar. Eles só começam a pensar no sistema carcerário quando eles são afetados por ele de alguma forma, quando tem um parente preso, quando passam ou quando são detidos por algum motivo, é a partir daí, ou quando alguém muito importante é preso, e aí abre-se uma discussão. Como se abriu uma discussão sobre a primeira infância quando Adriana Ancelmo solicitou estar em casa com seus filhos e aí abriu uma discussão que é uma pauta muito importante. Todas as mulheres que estão presas hoje e têm filhos menores de 12 anos podiam estar com seus filhos em casa e não estão, por que a sociedade não cobra da Justiça que essas leis sejam cumpridas. Então acho que esse é o primeiro caminho.

Queria falar também que acho que é um dado muito importante, a gente traz muita coisa, as mulheres são abandonadas no cárcere e

os homens não são, mas até anotei o documentário que a Vanusa trouxe, é um documentário que eu não conheço e a gente precisa pensar por que essas mulheres são abandonadas em alguns casos, sim, porque elas são mais uma vez punidas. Mas também porque as famílias precisam pensar: ou alimento e cuidado de quem ficou de fora, ou eu visito e mantenho quem está lá dentro da prisão. Então nessa conta, é óbvio que na maioria das vezes você vai pensar em cuidar de quem ficou aqui fora. Quem está lá dentro vai precisar arrumar formas de se cuidar e essas formas existem. Poucas mulheres têm visitas, quando recebem o insumo, isso é dividido de maneira muito igual para outras mulheres. Quando as famílias chegam na porta de Benfica e ficam muito desesperadas, pensando “*será que meu filho tá comendo? Será que tem que vestir?*”, eu sempre digo a elas “*com certeza algum colega forneceu a essa pessoa um mínimo*”, do que se tem se oferece um mínimo, se partilha o mínimo e como eu disse lá no início, eu não trago essas informações para romantizar o processo de encarceramento, mas para humanizar aquele espaço de encarceramento. São pessoas, são seres humanos, têm uma história pregressa, anterior ao sistema carcerário, e que trazem suas vivências para aquele espaço e que são solidárias a outras pessoas. É claro que a gente vai encontrar diversos casos e são os que mais chamam atenção da mídia, de violência, de morte e tudo mais, de agressão, mas encontra-se naquele espaço, um espaço de humanidade de pessoas que auxiliam outras pessoas a passar por esse momento tão complicado e de, mais uma vez, violação de direitos.

**Eliane Ribeiro:** Obrigada, muito obrigada. Vanusa você pôde fazer o seu comentário? É só para saber que estamos caminhando para o final. Tanta coisa, tão importante o que vocês têm a dizer, mas precisamos fechar.

**Vanusa de Melo:** Eu acho que a Joyce já me contemplou bastante. Só para não cometer uma injustiça, eu esqueci de mencionar as editoras do documentário *Nosso Amor é Maior*<sup>7</sup>, que são a Bárbara

<sup>7</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=H5keA538\\_ng](https://www.youtube.com/watch?v=H5keA538_ng)

Nóbrega e a Bel Junqueira, e também mencionar o título do vídeo que tem a dona Teresa do quebrando Tabu para quem quiser achar, que é *Ninguém cria filho para ser criminoso*<sup>8</sup>. Com esse título se chega ao vídeo. Tem muita referência de filme na minha caminhada, a FIOCRUZ fez o documentário *Nascer nas prisões*<sup>9</sup> que eu acho que tem o reflexo disso tudo que a Joyce trouxe para a gente. Quando eu me interessei em trabalhar com mulheres, eu pensava: “*não é possível que seja, que as necessidades, as demandas sejam só essas específicas da saúde — o ginecologista, o obstetra etc.*”. Sem dúvida, são questões muito importantes, fundamentais para a gente saber sobre o Direito específico das mulheres e as necessidades, mas eu também tinha necessidade de saber como a gente tem na literatura, no cinema e em muitas publicações, muitas histórias de vida de homens presos, aí eu não tinha isso de mulheres. É muito incomum. Você tem um livro do Dráuzio Varella de literatura que fala sobre prisioneiras, o título é *Prisioneiras* e um ou outro livro aqui e ali que não tem grande circulação. Então eu me interessei por essas narrativas. Eu acho que isso é uma grande demanda. Quando se diz lá: “*eu não preciso desse projeto aqui, já tem muito projeto para mulher, vai para os mais necessitados que são os homens*”. Na verdade, sobre isso, os mais necessitados somos nós, no caso a ajuda é para nós, para conhecer, para saber, para ter clareza da situação, das histórias e de coisas que a gente não conhece. De história de vida de mulheres que perderam seus filhos, que foram adotados à revelia delas, por exemplo. Dessa história de dizerem sempre que a mulher presa, sempre é presa por que estava influenciada por um homem, eu falo não é possível gente que mesmo no crime tem a subalternização da mulher, isso é um pouco fantasioso? É lógico que tem essa ligação das mulheres — esposa, mãe, irmãs — que vão auxiliar os companheiros e parentes e tudo mais, mas não é isso, a adesão também se dá por outras vias para as mulheres. Eu acho que essa necessidade de estudar, de olhar, de ouvir essas histórias é uma questão para mim também. Só complementando porque já estou bem contemplada.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/quebrandoatabu/videos/791529411586119>

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vmi6r-M-K0U>



**Elaine Barbosa:** Eu acho que a fala da Joyce contempla muito todas essas possibilidades, que a gente possa vislumbrar em relação às demandas das mulheres encarceradas. Eu acho que a questão do cumprimento da lei se faz urgente pelos operadores do Judiciário e também de todas as esferas possíveis. Lembrar também que além das leis, temos várias recomendações, tratados e regras internacionais relacionados às mulheres encarceradas, assim como a principal que é regra de Bangkok, que é um pacto internacional que tem vários direcionamentos e diretrizes para que se regule de forma mais humanizada essa questão do encarceramento das mulheres, e que se quer passar longe de qualquer cumprimento efetivo aqui no nosso país, e nós somos signatários importantes, devemos sempre lembrar sobre isso. Além dessa questão, temos que pensar nesse trabalho educativo que é desmitificar a cultura do machismo, do racismo e de todas essas relações de opressões que estão introjetadas dentro dessas instituições criminalizadoras, porque também ajuda a fazer com que uma pessoa negra que chega numa audiência de custódia não seja enxergada como um potencial criminoso, que ela realmente tenha aí o seu princípio da dignidade humana e também de presunção de inocência respeitados e não violados assim como a gente vê o tempo inteiro e é ratificado pelo judiciário quando encarcera essas mulheres que nem sequer foram a julgamento. Importante lembrar que mais de 40% das mulheres encarceradas hoje no Brasil são presas provisórias, ou seja, estão presas sem sequer terem passado por um julgamento, sem serem sentenciadas pelos seus supostos crimes. Então isso é importante, relevantíssimo e está muito marcado na fala da Joyce, o mais importante, que é a reivindicação de todas as mulheres encarceradas, de todos os movimentos sociais e todas as pessoas que estão imbricadas nessa luta, que é a luta pelo desencarceramento. Desencarcerar hoje no país, no Brasil, se faz urgente, e, assim como professora Eliane Ribeiro citou Angela Davis, cito aqui, como mulheres, nós somos mulheres antirracistas, anticapitalistas, abolicionistas que pretendemos ser, trazendo essas concepções aqui, para combater a partir de nossas lutas diante do nosso papel políti-

co na sociedade e a Angela Davis fala muito sobre essa questão, ela fala que o processo histórico criou as prisões. Então, por um outro lado, outro processo histórico pode abolir as prisões. Então tudo isso que a gente vê, todas as violações de direitos, tudo aquilo que a professora Eliane Ribeiro leu lá na minha dissertação, todas aquelas violações de direito, tudo aquilo pode não existir um dia. Eu acho que basta ter essa mudança de cultura. Essa mudança de aplicações das leis tem um esforço legislativo, executivo e, sobretudo, do Judiciário para vislumbrar o rompimento dessa colonização tão presente ainda entre nós, para que possamos chegar a um outro processo histórico, em que a gente possa se aproximar da abolição das prisões e possa se pretender outras alternativas, porque é um sistema que foi feito e criado para oprimir pessoas e é o que a gente tem visto, presenciado e constatado hoje.

**Eliane Ribeiro:** Obrigada Elaine. Mudar corações e mentes e toda essa cultura estabelecida é o mais complexo, sem dúvida. Bom, para fechar a nossa roda de conversa, eu queria pedir para Nilda, Wania e Kamila fazerem suas observações finais e depois a Vanusa, Elaine e Joyce.

**Nilda Negreiros:** Eu vou só agradecer. Eu me sinto plenamente contemplada em todas as questões, principalmente agora no final que era uma questão que eu vinha falando sobre a situação das mães encarceradas, uma questão que sempre me marcou muito, por ter tido vários alunos cujas mães se encontravam nessa situação. É uma luta que a gente precisa ter para que a lei seja cumprida, porque já existe, ela está aí, mas infelizmente, por um conjunto de obstáculos, muitas mulheres desconhecem, muitas mulheres não alcançam, não chegam para elas esse direito e para as crianças, que é como eu falei. Eu tive alunos que nasceram e nunca nem conheceram a mãe porque não tinham nem quem pudesse levá-los para conhecer, mas sabia que a mãe estava presa, conheciam por foto. Então, eterna gratidão a vocês três.

**Kamila Eulálio:** Quero sim, eu queria agradecer muito, aprendi muito, anotei todas as dicas de documentário, tudo o que vocês fa-

laram. Eu acho que o principal é a gente desconstruir todos esses preconceitos, esses pré-conceitos que a gente tem em relação às mulheres de dentro do sistema carcerário e eu aprendi muito, muito mesmo, vou aprender mais ainda ouvindo e fazendo o relato de vocês. Obrigada.

**Wania Sant’Anna:** Eu queria também super agradecer essa hora e meia de troca de experiência e de conversa, só agradecer mesmo a disponibilidade do tempo de reflexão e compromisso que vocês têm. Eu acho que esse é um desafio imenso para todas nós mulheres, especialmente para a comunidade negra e para as mulheres negras. Acho que nesse singelo projeto, que a gente está tocando aqui, e que, seguramente, será um espaço dedicado ao aprofundamento e acolhimento dessas reflexões, é a parte que nos cabe de garantir esse espaço institucional para esse debate, para essa reflexão, para essa experiência, para essa demanda. Vocês sabem que a gente, como a Eliane falou, nós estamos no enfrentamento que é político de mudar o conhecimento e a gente muda conhecimento quando a gente reconhece essas vozes invisibilizadas, subalternizadas e que sabemos que isso é resultado de uma profunda injustiça, marcada pelo patriarcado, pelo racismo, pela misoginia, e ainda tem a estrutura do poder do país, como o sistema judiciário. Eu acho que tem a pauta sem dúvida de demanda de proteção da família e de todos os outros direitos sociais como vocês falaram, que foram violados no encarceramento, que produz esse quadro de violação. Quando o Estado subtraía uma pessoa até mesmo o direito de votar e não dá ela nem educação, nem trabalho, para mim isso é profundamente perverso, tal qual o sistema da escravidão. Então eu vejo no sistema carcerário uma forma sofisticada, moderna e doentia de escravização no sentido de que tem uma desumanidade no sistema — é um grande desafio para o século XXI. meu muito obrigada, muito obrigada a vocês de verdade.

**Eliane Ribeiro:** Para finalizar, Vanusa, por favor.

**Vanusa de Melo:** Primeiro queria dizer que eu estou muito contente, se é que se é possível ficar contente em se falando desse

tema, mas a gente trabalha com a resistência. Tem alguma alegria em ver a universidade mobilizada e sobretudo pessoas da área de educação. Quando eu comecei, quando eu voltei a estudar, depois de muitos anos de terminada a graduação, eu fiquei com a sensação de que não havia muito interesse em discutir esse tema, talvez no direito e na sociologia, talvez houvesse mais espaço, mas isso tem se construído. Tem alguns polos de discussão desse tema em alguma cidade do Rio de Janeiro, do Brasil, com os Professores Elionaldo Julião e Sandra Maciel, na Universidade Federal do Fluminense — UFF, e Elenice Cammarosano, na Universidade Federal de São Carlos — UFSCar. Eu acho que isso é muito importante, é um passo fundamental para que se fortaleça, porque isso vai dar subsídios para a formulação de políticas públicas. Em 2010, a gente já fez a diretrizes nacionais da educação nas prisões muito baseada em pesquisas feitas e agora a gente está tentando ver como fortalecer a remição de pena pela leitura e os dados que são apresentados são fundamentais para a gente se calçar e saber como apresentar tudo isso. O casamento, a paquera, enfim, a junção entre universidade, movimentos sociais e a formulação de políticas públicas, sem isso eu acho que não tem mudança, essas mudanças que a gente indica aqui, que a gente aponta e que são necessárias são a garantia de direitos, de reformulação de políticas, de luta da Angela Davis pelo abolicionismo penal. Sem a participação da Universidade não há, eu não vejo caminho para isso, porque a pesquisa e a universidade pública estão à frente disso. A pesquisa é um dos elementos fundamentais para contribuir com a gente nessa trajetória, então isso eu precisava marcar e aí eu acredito que a gente apontou alguns dos pontos importantes para pensar a situação da mulher encarcerada, da mulher negra na sociedade no Rio de Janeiro e no Brasil e como a juventude negra e mulher negra tem sido afetada pela cultura de encarceramento em massa. Então muito obrigada.

**Elaine Barbosa:** Eu só tenho que agradecer. Eu acho que foi um momento muito, muito bacana de trocas importantes e agradeço à professora Nilda Negreiros, professora Eliane Ribeiro, sempre es-

tamos de mão dadas, professora Wania Sant'Anna, professora Kamila Eulálio e minhas parceiras de luta de sempre. Estamos aí sempre travando nossas lutas, Vanusa e Joyce. E no início da fala da Joyce, eu tenho que confessar que fiquei emocionada, fico aqui me segurando porque quando eu ouço, sempre quando eu te ouço, Joyce, e a tantas outras mulheres que passaram por essa condição do cárcere e de alguma forma se reestruturaram e avançaram, isso mexe comigo, porque eu trabalhei e trabalho ainda com essas mulheres e posso me aproximar e entender as dificuldades que atravessam. Mas tive um contato muito próximo com todas e a gente sabe a dificuldade e as limitações que o Estado impõe a tudo, e você falando da questão das cartas e da solidariedade também umas com as outras, como isso fortalece a rede e isso me toca sempre. Eu fico sempre emocionada porque quando me aproximo dessas questões do encarceramento, lembro do José Carlos Brasileiro<sup>10</sup>, que foi egresso do sistema penal. E lá, com ele, eu aprendi que a gente está aprendendo o tempo inteiro. Com todas que fazem parte desse sistema. Os familiares e todos que estão lá dentro, a gente faz uma rede de aprendizagem e a gente nunca pode caminhar sem ouvi-los. Então, como bem a Vanusa falou, não é questão de dar voz, mas se somar à luta e fazer aí uma corrente de resistência para que, juntas, a gente possa superar os problemas que afetam toda a sociedade. Então, fico muito feliz aqui com esse debate, com a presença de todas. E queria falar também para professora Nilda que essa questão do exercício da maternança dentro das penitenciárias é algo que nos sufoca muito. Isso também esteve muito presente em tudo que eu fiz até então e continuo fazendo, o momento da separação da mãe e dos seus filhos, porque elas têm o direito de ficar com seus filhos, tem o direito de permanecer durante até

---

<sup>10</sup> José Carlos Brasileiro ativista e fundador do Instituto Nelson Mandela. Foi preso por 16 anos e nessa trajetória, criou o Instituto Nelson Mandela, em 18 de julho de 1989 no interior da Penitenciária Lemos de Brito, que se localizava na Rua Frei Caneca, município do Rio de Janeiro. O Instituto é considerado o primeiro Movimento Negro dentro das penitenciárias na América Latina e a primeira entidade de defesa dos privados de liberdade no Brasil. José Carlos Brasileiro foi, durante toda a sua vida, um militante pelos direitos dos presos no país (morreu em 2017). Sua história está contada no livro *O Cidadão José Carlos Brasileiro Rebelião e Audácia, Amor e Aventura, Vício e Redenção*, escrito por Benedita Maria Vieira de Carvalho. Letra Capital Editora, 2012.

seis meses de vida, e imaginar uma desvinculação de afeto enquanto seu filho tem apenas seis meses de vida, para mim, que também sou mãe, é algo muito inconcebível e doloroso, mas é isso que o Estado faz com as mulheres. E todas as mudanças legislativas não foram suficientes para que essas mulheres que têm seus filhos abaixo 12 anos e estão presas tivessem seus direitos garantidos. A Defensoria Pública reivindicou a partir de vários *habeas corpus*<sup>11</sup> coletivos e individuais, mas mesmo assim não logrou êxito como nós gostaríamos que lograsse, que era ver de fato essas mulheres livres para estarem ao lado dos seus filhos, construindo um projeto de vida. Então, é isso que nos toca, isso que nos move e agradeço imensamente por tudo que a gente conversou aqui e estou aí disponível, viu, professora Eliane? Você que me dá sempre oportunidades nesse processo de aprendizagem. Preciso falar também, só para encerrar: a professora Wania Sant’Anna falou muito sobre a importância dela já ter ocupado um cargo importante na secretaria de direitos humanos, é fundamental fazer política por dentro dessas construções. Eu queria também fazer referência à professora Vanda Ferreira<sup>12</sup>, que foi quem me introduziu a essa questão. Eu falei sobre o trabalho do José Carlos Brasileiro no Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela, mas se não fosse por ela o Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson

---

<sup>11</sup> Habeas corpus que é um tipo de processo que serve para proteger o ir e vir das pessoas, desde que este direito tenha sido ferido ilegalmente (ou com abuso de poder) ou esteja ameaçado de sê-lo. Está em jogo o direito de liberdade de locomoção. Que pode ser apresentado de forma coletiva diante de alguma realidade social que visa o restabelecimento da liberdade de locomoção coletivo. E o HC individual é direcionado aquele que pleiteia seu direito de forma individual que pode ser impetrado por qualquer pessoa, inclusive pelo próprio beneficiário, tenha ou não capacidade postulatória (Elaine Barbosa).

<sup>12</sup> “Vanda Maria de Souza Ferreira é uma mulher negra, potente, com uma longa e importante história de vida associada com a militância negra e a intelectualidade, contribuiu para modificar os rumos da educação penitenciária, pois à época da fundação do Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandelara a Diretora da Divisão de Educação e Cultura do Departamento do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro (DESIPE) e militante do Movimento Negro. Foi nesta condição de Secretária de governo e militante que foi possível o encontro com o José Carlos Brasileiro, que segundo ela “Foi o encontro das águas”. A Professora Vanda é apresentada como protagonista e peça-chave que possibilitou a criação do instituto intramuros da penitenciária. Ela foi a “porta-voz” das reivindicações da massa carcerária com o poder público: “Sem ela, nada disso seria possível”. Texto retirado de: BARBOSA, Elaine. Vozes Silenciadas: processos de aprendizagens com as cartas de mulheres encarceradas. In: PIRES, Thula; FREITAS, Felipe (orgs.). *Vozes do cárcere: ecos da resistência política*. Rio de Janeiro: Kitabu, 2018.

Mandela não teria existido. O Instituto tem mais de 30 anos de existência no Rio de Janeiro e faz as suas ações aqui porque a professora Vanda Ferreira à época era secretária da educação penitenciária do Estado do Rio de Janeiro e oportunizou e ouviu um preso, que era o José Carlos Brasileiro, que na época ainda se encontrava preso quando teve as primeiras conversas para o início do instituto, que nasceu dentro de uma das penitenciárias aqui do Rio de Janeiro. Isso tudo foi possível porque a professora Vanda Ferreira, mulher negra, mulher de Axé, mulher também que estava completamente comprometida com as causas relacionadas aos direitos humanos, foi sensível e ouviu aquela voz que estava ali pedindo ajuda e deu uma oportunidade a um homem preso, um corpo criminalizado e que se reinventou. Durante toda essa trajetória, como é importante nós termos mulheres negras dentro dos espaços de poder. Então, professora Vanda Ferreira, toda a minha reverência. A construção relacionada à educação antirracista e do sistema carcerário se deve a ela também, para que hoje a gente possa aprender de fato com todo esse processo que nos é tão caro e que faz parte de nossas vivências e experiências.

**Wania Sant’Anna:** Eu também, eu também, eu também, eu fui nisso por ela e lá estamos juntas e ela diz “*vai acontecer, vai dar certo*” e quando estava lá, ela estava na Fundação, a mais antiga, dentro do sistema penitenciário, a fundação que cuida de trabalho educacional, porque Vanda é para nós, nesse assunto, a referência, a primeira pessoa de que eu ouvi essa expressão “um corpo aprisionado”.

**Elaine Barbosa:** Gostaria também de agradecer a oportunidade, eu sou formada pela UNIRIO no Mestrado, orientada pela Claudia Miranda. Que também é professora da pós-graduação da UNIRIO, que muito marcou a minha trajetória e também muito me ajudou a avançar nessa questão do caminhar pela academia. A ela também devo muitas referências, que é uma mulher preta potente e tem esse esforço de fazer com que a gente caminhe junto e perceba as desconstruções que precisamos enfrentar na nossa jornada acadêmica.

**Eliane Ribeiro:** Queria agradecer muito esse encontro que só foi possível pela Elaine Barbosa. Foi Elaine que chamou Joyce, que chamou Vanusa e que pode nos brindar com essa manhã incrível, realmente de muita potência na luta pelos direitos humanos. Para terminar a gente queria chamar a Joyce e agradecer muito à Joyce, toda sua generosidade de compartilhar com a gente essa experiência tão rica, sua vivência, seu filho, então é com você, Joyce!

**Joyce Gravano:** Queria agradecer primeiro o convite da Elaine para estar aqui hoje, foi o convite que veio de todas vocês, muito obrigado. É sempre importante que a gente esteja nesses espaços falando do *Eu sou Eu*, de todos os outros integrantes do *Eu sou Eu* — é importante que a nossa voz seja ouvida. Quando eu decidi expor todos esses relatos sobre a minha passagem por Bangu e tudo que eu trouxe de vivência de lá é porque a gente entende que ainda é muito difícil que essas vozes sejam ouvidas. Então se a gente consegue esse espaço que reverbere a voz de quem ainda tá encarcerado ou de quem não está mais encarcerado, mas que ainda não consegue estar nesses espaços, não pode estar esses espaços, que a gente entende que é uma grande exposição estar nos espaços falando sobre cárceres, sobre as nossas vivências no cárcere, sobre como isso nos afeta e fazendo algumas críticas ao sistema —isso é se expor muito e nem todo mundo tem essa possibilidade de se expor como a gente faz. Então, que a gente seja a voz dessas pessoas que ainda são invisibilizadas e caladas. Agradecer por isso, agradecer a Elaine pela parceira de sempre, sempre muito bom estar com você. Vanusa, maravilhosa sempre, aprendo e troco muito com Vanusa que tem uma paciência gigante comigo, sempre me auxiliando na escrita e na estruturação de algumas ideias, não só a mim, mas como a outros egressos, porque a Vanusa é uma grande incentivadora da escrita de pessoas que passaram pelo sistema, o Samuel tá aí no segundo livro e também muito fruto do que a Vanusa trouxe para ele e outras pessoas também, como eu falei: a gente acaba vivendo numa bolha de pessoas que militam nessa área e pessoas muito importantes que entendem que não é só porque não passaram pelo sistema que não



tem que lutar por essa causa. Então deixo aqui meu agradecimento a todas essas pessoas, dizer que estou à disposição, estou sempre disposta a falar e trazer essas vivências, esse olhar, não só eu, mas o coletivo inteiro: o João, a Bárbara, o Cristiano, o Herivelto, somos todos dispostos, a gente fica feliz de ser convidado, porque a gente acha que não há uma possibilidade de discussão sobre cárcere que não tenha egressas e egressos. Há de se ter o nosso olhar, não se pode mais falar de nós sem nós, então a gente fica sempre muito feliz quando é convidado para estar nesses espaços, a gente se coloca à disposição, a gente está em todas as redes sociais com as nossas escritas, com o nosso *blog*, com o *Instagram*, *Facebook*, *Twitter*, onde encontro os nossos relatos e como a gente está caminhando e sobre os nossos projetos. São projetos muito importantes, a gente está atuando de maneira muito orgânica com esses familiares. Então todo apoio é bem-vindo, toda visibilidade para esse projeto é muito bem-vinda e é isso, só agradecer. Foi uma manhã de muito aprendizado, aprender mais um pouco porque apesar de ter uma vivência intramuros, essa visão extramuros é muito importante para que a gente continue exercendo nosso trabalho e trazendo luz ao tema do sistema carcerário.

No dia 31 de agosto de 2020 realizou-se a Roda de Conversa “*As violências contra a mulher e as redes e suportes internacionais e nacionais*”<sup>1</sup>. O objetivo foi debater a trajetória seguida por movimentos, ONGs, feministas e governos no Brasil, que teve como perspectiva a construção de um arcabouço legal e de suportes de acolhimento para enfrentar a violência contra a mulher. Por meio do encontro com Fernanda Papa, Miriam Abramovay e Tauá Pires, três mulheres com participação potente nesse processo, é possível perceber a importância de um conjunto de conferências, movimentos e redes, nacional e internacional, para o enfrentamento da violência (material e simbólica) contra a mulher, que atinge profundamente as mulheres brasileiras: desde a família, passando pela experiência escolar e alcançado até mesmo as instituições políticas, que dão base à democracia.

## **Impacto de acordos internacionais/nacionais na trajetória de uma agenda de direitos: movimentos, suportes e redes de enfrentamento à violência contra a mulher**

*Fernanda Papa  
Eliane Ribeiro (curadora)  
Miriam Abramovay  
Tauá Pires*

**Eliane Ribeiro:** Bom, boa tarde a todas, todos e todes. Essa é a terceira roda de conversa com o tema: *violência contra mulher e as redes de suporte nacionais e internacionais*. AUNIRIO agradece profundamente por vocês aceitarem participar desse encontro e dividir de maneira generosa o vasto conhecimento que vocês têm sobre o tema. Eu queria chamar as nossas companheiras de empreitada, a Nilda Negreiros e a Wania Sant’Anna da AGPP e a Kamila Eulalio, nossa bolsista da pós-graduação. Todas nós estamos responsáveis por sistematizar esse trabalho.

**Nilda Negreiros:** Quero dar boas-vindas. Agradecer a essas mulheres maravilhosas, toda essa bagagem de conhecimento. Eu, principalmente, igual a uma esponjinha, absorver tudo e aprender muito.

---

<sup>1</sup> A Roda foi conduzida pelas Professoras Eliane Ribeiro, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — UNIRIO, Wania Sant’Anna e Nilda Negreiros, da Associação para Gestão e Políticas Públicas — AGPP.

Uma eterna gratidão a vocês, por estarem conosco nessa luta e que a gente possa cada vez mais empenhar e fortalecer esses elos de luta. Muito obrigada!

**Kamila Eulalio:** Boa tarde a todas e todos que vão assistir e ler. Eu só quero agradecer mesmo a oportunidade de estar aqui mais uma vez participando desse projeto onde eu tenho aprendido muito.

**Eliane Ribeiro:** Vamos apresentar as nossas ilustres convidadas para essa roda de conversa.

Vamos começar pela Tauá Pires<sup>2</sup>. Tauá é uma Historiadora formada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É especialista em gestão de políticas públicas de gênero e raça pela Universidade de Brasília e coordenadora da área de Juventude, Gênero e Raça da Oxford Brasil. A Oxford é uma organização da sociedade civil brasileira, criada em 2014, para “*construção de um Brasil mais justo e sustentável, solidário e eliminando causas de pobreza e justiça social*”. A Oxford faz parte de uma rede global que atua em cerca de 90 países por meio de campanhas e programas de ajuda humanitária. Tauá Pires também atuou na Secretaria Nacional de Juventude e tem experiência em educação popular. Muitíssimo obrigada!

A segunda participante é a Miriam Abramovay<sup>3</sup>, socióloga Doutora em Ciência da Educação pela Universidade de Lyon, na França. Atualmente é coordenadora da área de juventude e políticas públicas da FLACSO, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, e membro da rede ibero-americana de infância e juventude da CLACSO (Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais). Foi coordenadora/pesquisadora de diversos organismos (UNICEF, BID, INEAM, FNUAP, UNIFEM), foi Vice-coordenadora do Observatório de Violências nas Escolas (Convênio Universidade Católica de Brasília/UNESCO), coordenou várias pesquisas da UNESCO, foi Conselheira do CONJUVE (Conselho Nacional de Juventude), Coordenadora de pesquisas da RITLA (Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana).

---

<sup>2</sup> ID Lattes: 2804994247769450.

<sup>3</sup> ID Lattes: 0557920878590829.

É autora e coautora de vários livros e artigos nos temas de Juventudes, Violências nas Escolas, Gênero, com ênfase em educação, gênero, violências nas escolas, violência e juventude, juventude e políticas públicas, gangues e segregação social.

Bom, a terceira é a Fernanda Papa<sup>4</sup>. Nossa querida Fernanda é formada em jornalismo pela PUC de São Paulo, tem Mestrado em administração pública e governo com estudos de gênero pela Fundação Getúlio Vargas, com dissertação premiada com primeiro lugar no mestrado acadêmico em Administração Pública e Governo 2012. Trabalhou por mais de 10 anos na Cooperação Internacional Alemã, foi diretora de projetos da Fundação Friedrich Ebert. Tem experiência em políticas públicas com ênfase em juventude, gênero, igualdade racial e comunicação comunitária. Coordenou políticas de prevenção à violência no governo federal “Plano Juventude Viva” pela Secretaria Nacional de Juventude (2012), e rede de atendimento a mulheres em situação de violência na então SPM. Foi gerente na Oxfam Brasil e também na ONU mulheres. Desde julho de 2020, dando sequência aos estudos em administração pública, está cursando a pós-graduação em Harvard Kennedy School. Muitíssimo obrigada.

Para começar e para vocês poderem se apresentar, eu pediria de início, que vocês contassem um pouco **como se aproximaram da questão da mulher e qual atuação de vocês no campo?** Quer começar, Tauá?

**Tauá Pires:** Posso começar. Reforçando os agradecimentos e falando da alegria de estar aqui com vocês, nessa roda tão incrível, tão maravilhosa. Fernanda que é uma parceira minha, de longa estrada. Trabalhamos juntas, não só na Oxfam Brasil, mas também no curto período em que passei na Secretaria Nacional de Juventude. Grande admiradora da Miriam também. E felicíssima de estar aqui na UNIRIO, é virtual, mas a minha sensação é de estar junto, de estar com, tenho muito carinho pela Eliane Ribeiro e toda a equipe da UNIRIO, do Grupo de pesquisa *Juventudes: políticas públicas, processos sociais e edu-*

---

<sup>4</sup> ID Lattes: 7736705105083589.

cação. Estou muito feliz de estar aqui participando. Falar muito rápido da minha trajetória. Você fez uma apresentação mais profissional, eu sempre faço uma apresentação lúdica também, contando dos outros elementos que me compõem. E isso tem a ver também com a trajetória, dentro do trabalho que faço em organizações não governamentais, já tenho 20 anos nessa área. Eu trabalhei por muito tempo fazendo trabalho de assessoramento, trabalho mais de assessoria externa, de diferentes grupos que tem aqui em Pernambuco, rede de mulheres negras, grupos feministas. Então, tem uma questão mesmo da tradição Pernambucana de ter uma militância forte. De início, exaltando mais uma militância de se assumirem enquanto uma militância feminista, e a gente sabe que de uns tempos para cá, com os desdobramentos, surgem outras formas também de se afirmar dentro dessa luta feminista. Então, tem um pouco essa questão de base do chão de onde eu venho. E aí também, de como eu me formo, é um fazer trabalhando, um fazer formativo, enquanto eu exercia funções mais técnicas, também era uma oportunidade de formação política e se tem muito a ver com a trajetória e depois nos espaços que eu fui ocupando nos últimos anos, antes da Oxfam Brasil. Também sempre muito comprometido e muito ligado nos trabalhos de gêneros, seja no campo mais pensando em políticas públicas, porque também tive um período por dentro do governo, na Secretaria Nacional de Juventude, como também no extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, trabalhando com povos e comunidades tradicionais. E aí, é impossível falar de povos e comunidades tradicionais sem falar sobre as mulheres, porque elas estão na liderança e na linha de frente dessa reflexão política em torno do tema. E agora na Oxfam Brasil, que você apresentou e que é uma organização recente enquanto organização brasileira com CNPJ, mas que compõe essa rede Global— a Oxfam, que atua hoje em mais de 90 países e somos cerca de 20 Oxfam nessa rede Global, tendo essa questão do trabalho de gênero como algo central que estrutura nossa organização e que, claro, no momento em que a gente se nacionaliza, vem como algo fundamental a gente falar sobre desigualdade e daí é impossível falar sobre a desigualdade no nosso caso sem falar sobre racismo. E

falar sobre racismo é impossível se a gente não falar da questão de como as mulheres negras estão inseridas no nosso cenário brasileiro, em termos de índices, dos vários índices, mas também do que a gente tem hoje de mais importante, demais pulsante, em termos mesmo de discussão política, não só no momento que a gente está vivendo, mas propositiva, a gente vem aí nos últimos anos com grandes questões atravessando o país, grandes mudanças, desde o *impeachment* ou golpe, como a gente prefira chamar, para cá. São mudanças muito profundas e tenho certeza que vocês vão concordar comigo que tem aí um grupo que está na linha de frente, que está conseguindo fazer uma discussão um pouco mais ampla, digamos assim, enquanto projeto político do Brasil. E certamente as mulheres negras estão nessa linha de frente e desde o início a gente vem compreendendo que é fundamental trabalhar com mulheres negras, especialmente jovens mulheres negras, e, mais do que isso, ouvi-las. Consegui abrir um espaço, também, para a gente ecoar essas vozes para estar encontrando uma outra forma, inclusive, de fazer essa discussão, onde essas lideranças, essas mulheres possam estar realmente na linha de frente. E a gente possa estar também ocupando outros papéis enquanto organizações, também enquanto aprendizado. Então o que posso dizer é contar um pouquinho dessa minha formação, começando com Pernambuco, o lugar que eu estou hoje, depois eu conto os desafios, que eu contei essa parte mais da trajetória, mas os desafios são muitos, são inúmeros e vou querer dividir com vocês, inclusive para a gente poder compartilhar também possibilidades de soluções.

**Miriam Abramovay:** Muito obrigada pelo convite. Nilda, muito obrigada por estar aqui. Kamila também. E Tauá, agora eu me lembrei de você, agora que você começou a falar da sua trajetória, veio tudo. Fernandinha, eu estive com ela no Conselho, na época da Secretaria de Juventude, então a gente se conhece bem.

É um problema falar de trajetória, dependendo, como a Eliane diz, da série “*idade que você tem*”. E eu fiz uma espécie de viagem sobre o tema e essa viagem é longa. Eu posso dizer para vocês que eu comecei

a trabalhar, a questão de gênero, antes dos anos 1980, em Paris, onde morava na época. Foi lá que as mulheres exiladas se organizavam em grupos de discussão sobre questões relacionadas ao feminismo e foi uma etapa importantíssima, com muitas novidades e descobertas. Vou me ater a época em que o feminismo aparecia como efervescente no nosso cotidiano, com muitas descobertas. Depois de Paris, eu voltei para o Brasil e aqui, as mulheres estavam muito ligadas à questão política, a questão da redemocratização do país, estavam muito unidas, mesmo em diferentes partidos, com distintas formas de pensar. Discutia-se a Anistia e o papel dos grupos de mulheres foi fundamental nesta luta. As mulheres se organizaram por grupos e começaram a criar jornais como *Nós Mulheres*, *Brasil Mulher*, entre outros. Além da política, temas como saúde, aborto e violência doméstica começaram a entrar também na pauta. Isso a partir dos anos 1980.

Eu poderia ficar falando dos muitos e muitos anos que eu participei de um grupo de mulheres. Na época também fui convidada para cooperar como grupo de pesquisa chamado NEM – Núcleo de Estudos sobre a Mulher, da PUC-RJ.

Logo depois eu fui para Costa Rica e na Costa Rica eu trabalhei na FLACSO-Costa Rica, e colaborei com um Projeto de Pesquisa chamado *Mulheres latino-americanas em dados*. Foi uma pesquisa com todos os países da América Latina, era uma análise da situação das mulheres sobre temas como saúde, educação, trabalho, violência, participação social e política, entre outros. No capítulo sobre participação social foi onde mais trabalhei. Ao mesmo tempo, eu tinha uma bolsa pela Fundação Kellogg, onde eu fiz um trabalho com mulheres no setor Rural, junto com uma ONG importante na Costa Rica, sobre relações de gênero em uma área no campo. Saindo da FLACSO, fui convidada para trabalhar na União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), uma organização internacional dedicada ao meio ambiente que tinha uma área de gênero e desenvolvimento sustentável. Nosso Projeto era regional, para todos os países da América Central. Nós dávamos assistência a grupos de mulheres organizadas, levando a discussão da desigualdade de gênero. O que foi um trabalho muito enri-

quecedor. Fui para Nova Iorque onde reencontrei Mary Castro e juntas realizamos um trabalho para Conferência de Beijing<sup>5</sup>, nas Nações Unidas, em 1995. Quando voltei para o Brasil, ainda trabalhei sobre questão Rural, gênero e meio ambiente com a Professora Mary Castro, realizamos 2 grandes pesquisas que foram publicadas em livros.

Nesta época dei aula na Católica de BSB e colaborava com a UNESCO, no setor de pesquisa. É neste momento que surge a oportunidade de nós começarmos a trabalhar juventudes. Então, eu dei uma volta. O tema mais gritante era *Juventudes e Violências*, bem quando foi assassinado o Índio Galdino<sup>6</sup> e quando o pesquisador Julio Waiselfiz iniciou a série *Mapa da Violência*, ao mesmo tempo em que começamos pesquisas qualitativas e quantitativas sobre o tema em quatro capitais brasileiras. Mas nunca deixamos nem abandonamos o tema gênero durante essa etapa. E depois, quando eu comecei a trabalhar mais o tema de violências nas escolas, sempre fazíamos uma análise de gênero para os vários fenômenos encontrados — gênero foi uma questão que permeou as nossas pesquisas. E quando nos convidam para falar do passado, precisamos fazer essas viagens e eu fico impressionada com tantas coisas que já realizamos. E como essa questão é atual. E como ainda as questões não estão resolvidas. Obrigada.

**Fernanda Papa:** Bom, gente, Boa tarde, que alegria escutar Tauá e Miriam, pessoas que fazem parte da minha formação, como mulher e como feminista. E que ajudaram a construir as políticas de juventude antes desse período difícil que estamos vivendo. É um prazer Nilda, Kamila, estar aqui com vocês e Eliane também, um abraço

<sup>5</sup> IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz foi um encontro organizado pelas Nações Unidas em setembro de 1995 em Pequim, China.

<sup>6</sup> Galdino Jesus dos Santos (Bahia, 1952 – Brasília, 20 de abril de 1997) foi um líder indígena brasileiro da etnia pataxó-hã-hã-hãe que estava em Brasília, no dia 19 de abril de 1997, para resolver problemas sobre demarcação de terras indígenas no sul do estado da Bahia e para as comemorações do dia do índio. Após finalizadas as comemorações, o líder indígena voltou até a pensão em que estava hospedado e, impedido de entrar por causa do horário, abrigou-se em uma parada de ônibus na W3 Sul (bairro central da cidade), onde foi vítima de brutal crime cometido por 5 jovens da alta sociedade de Brasília, que atearam fogo em Galdino enquanto ele dormia. Índio Galdino morreu poucas horas depois do crime.



muito grande para essa equipe, que eu acho que é a segunda vez que eu venho para um debate na UNIRIO, com o pessoal do Grupo de Pesquisa *Juventudes: políticas públicas, processos sociais e educação*. Esse espírito de sistematizar, pensar experiências, identificar desafios, registrar essa história que a gente vem construindo de direitos, seja da Juventude, seja das mulheres jovens, as mulheres de um modo geral. E pontuar a questão da violência, um tema paradigmático de democracia, o tema de pacto civilizatório — as mulheres brasileiras têm uma importância muito grande em relação a agenda no mundo, o feminismo brasileiro tem um papel importantíssimo. As mulheres brasileiras organizadas ao longo dos grandes esforços internacionais em colocar esse tema como tema de direitos humanos das mulheres no contexto internacional, que os países têm que assumir. Então, que bom que a UNIRIO está abraçando essas rodas, junto com uma equipe super importante, destaque também a Wania Sant’Anna, que deve estar chegando aqui. Enfim, mulheres que fazem parte dessa história de escrever os direitos das mulheres brasileiras no plural, trazendo o racismo, trazendo a idade, trazendo a orientação sexual, trazendo o território de pertencimento como chaves fundamentais para a gente ampliar essa sacolinha de direitos, que a gente vem tentando garantir desde a redemocratização do país, quando eu estava nascendo, Kamila não tinha nascido, Tauá estava quase nascendo. São as mais jovens. Miriam estava lutando pela gente desde a França.

Eu fiquei pensando como eu me aproximei do tema. Acho que o incômodo da discriminação, da gente se sentir mulher e por isso não ter as mesmas oportunidades que os homens. No caso, eu como mulher branca tive vários privilégios, da minha educação e de outras oportunidades que tive ao longo da vida. Mas eu acho que isso veio de um incômodo de quando eu era muito nova no mercado de trabalho, contei para vocês que eu estudei jornalismo. Comecei trabalhando no Jornal Folha de São Paulo, fui estagiária no Jornal Estadão, mas comecei trabalhando na Folha e eu era a única mulher na editoria que eu trabalhava, que era a editoria de esporte. Então, nada do que eu fazia podia ser realmente excelente, porque tinha que ter alguma coisa do

“*ah porque é menina, devem ter gostado dela*”. Essas sutilezas me incomodavam muito, fora outros tipos de interferências ao nosso estar no lugar. E quando eu tive a oportunidade de conhecer as questões de gênero por meio do meu trabalho, na verdade, eu percebi que eu queria mudar de lugar, que eu queria trabalhar com direitos humanos e com políticas de desenvolvimento.

Tive a oportunidade de fazer um estágio de dez semanas na ONU (Organização das Nações Unidas), enquanto eu ainda estava na Folha, que era um programa específico para jornalistas e para países que estavam envolvidos com as missões de paz da ONU, o Brasil tinha tropas em Angola, na época. E aquilo mudou muita minha visão de mundo, do que fazia sentido para mim. E era isso, eu trabalhando na Folha, eu estava no esporte, me mandavam, imagina, para cobrir o Guga, Gustavo Kuerten, que era o tenista número um na época, o tenista número um do Brasil e do mundo. Eu viajava muito com o Guga, mas queria visitar o campo de refugiados, viajava com o Guga, mas sempre queria fazer algo que tinha mais a ver com os direitos humanos, e não propriamente com a quadra de tênis. Enfim, acabei conseguindo mudar essa trajetória e fui trabalhar na Cooperação Internacional Alemã. Então, eu acho que eu descobri o feminismo na minha prática profissional, e também aprendi muito com as mulheres feministas do PT, e o feminismo é uma prática.

A Tauá também comentou de como ter trabalhado no suporte técnico, ajudando a construir espaços de diálogos para fortalecer determinadas agendas de direito pela democracia, pelo fortalecimento da democracia, nos formavam vivenciando juntos problemas muito concretos, como os que vinham do movimento sindical. Trabalhava muito com o movimento sindical, dentro da CUT, com essas mulheres do PT, com as mulheres jovens, com mulheres de outros partidos políticos do campo Progressista. Mas, também, com as meninas e mulheres de ONG, de ONGs feministas, de ONGs que trabalhavam com os direitos da Juventude, principalmente com a *Ação Educativa*<sup>7</sup>, que teve um papel

---

<sup>7</sup> Fundada em 1994, a Ação Educativa é uma associação civil sem fins lucrativos que atua nos campos da educação, da cultura e da juventude, na perspectiva dos direitos humanos. Para tanto, realiza atividades

muito importante ainda nessa minha formação, porque a gente trabalha muito junto. Daí que eu conheci a Miriam Abramovay, uma grande referência dessas mulheres, que também me formou. Aquele seu livro cor-de-rosa, eu estou tentando lembrar o título, mas é aquele da capa cor-de-rosa, *Juventude e Sexualidade*<sup>8</sup>, de 2004. Ele era uma das leituras obrigatórias no Forito. Que é uma das minhas paixões. Essa construção que era o “Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas”(Forito), foi um espaço que a gente copiou na Região do Cone Sul, que a organização que eu trabalhava começou a fazer em vários países da América do Sul, reunindo mulheres de partidos políticos progressistas para pensar agendas, para avançar na participação política das mulheres. Daí veio a questão das cotas nos 30%, depois as argentinas começaram, depois as brasileiras, enfim. Teve várias coisas que surgiram dali e no Forito a gente inovou trazendo, além das meninas dos partidos, as meninas da sociedade civil, porque a gente estava naquele momento começando a constituir o campo das políticas de juventude, na perspectiva de jovens como sujeitos de direito.

Eu percebi que tinha muita menina, muita jovem, fazendo coisas incríveis e se diziam militantes partidárias também, mas a ação delas estava nas organizações que davam muito mais espaço e trela para agenda das mulheres, das mulheres jovens do partido. Elas estavam no *hip-hop*, estavam no movimento estudantil, estavam nos movimentos de saúde da população negra, estavam nos movimentos populares, estavam nos movimentos de comunicação e democratização da comunicação. Enfim, uma mulherada muito maravilhosa e vocês conhecem a maioria delas. Então, temos a nossa deputada federal Áurea Carolina, que vem desse grupo. A Divaneide Basílio, que é vereadora no Rio Grande do Norte, que foi a nossa chefe de gabinete na Secretaria na-

---

de formação e apoio a grupos de educadores, jovens e agentes culturais. Integra campanhas e outras ações coletivas que visam à realização desses direitos. Desenvolve pesquisas e metodologias participativas com foco na construção de políticas públicas sintonizadas com as necessidades e interesses da população. É sua missão a defesa de direitos educativos, culturais e da juventude, tendo em vista a promoção da democracia, da justiça social e da sustentabilidade socioambiental no Brasil. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br/>

<sup>8</sup> ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; BERNADETE, Lorena. *Juventude e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

cional de Juventude, várias professoras universitárias na frente. Teve a Severine Macedo, que foi Secretária Nacional de Juventude. Enfim, tem uma mulherada maravilhosa que segue sendo a nossa inspiração. Então, eu acho que foi muito nesse campo da experiência, principalmente, com os governos locais, que mudou muito, inclusive no campo de estudo depois.

Então eu saí do jornalismo e comecei a estudar políticas públicas, me aprofundar nisso. A gente acompanhava muita criação nas áreas de gênero nos governos locais. Trabalhei no município de Santo André, em Osasco, em Fortaleza, em Guarulhos. E aí, em alguns desses lugares, já articulávamos Gênero e Raça juntos, fazer essa discussão também era muito importante. Era um momento que logo um pouco depois, com a eleição do governo Lula (2003), veio o grande ciclo de conferências, que foi muito marcante para o nosso trabalho, porque tínhamos a oportunidade de reunir pessoas, preparar essas pessoas para incidir nos espaços de conferência. Nesse momento eu abracei muito a questão das mulheres jovens e da juventude negra, para garantir que pudessem estar presentes na conferência, porque era muito difícil sair como delegado nas primeiras conferências. Mas existia uma generosidade enorme, eu não posso esquecer da Nilcéia, queria fazer uma homenagem para ela, que acabou de falecer. A ministra Nilcéia foi uma grande aliada, tanto das mulheres jovens, quanto de todas as mulheres do Brasil, ao liderar esse processo de conferências, as conferências das mulheres, que resultou no Plano Nacional. Além de várias políticas nacionais como o pacto de enfrentamento à violência, que é o que eu estudei no Mestrado, para entender como a transversalidade de gênero se dava na prática. Uma das prioridades do Plano de Ação da Conferência de Pequim de 1995 da ONU, na Conferência Mundial da Mulher, mas, que na prática é muito difícil realizar. Então, como você negocia o orçamento? Como você consegue espaço de poder junto ao ator principal? De qual agenda que a gente vai fazer parte? O organismo de política da mulher vai se envolver? Ninguém mais no conjunto da Prefeitura vai puxar? E aí a agenda Clássica, a agenda do enfrentamento, a defesa da mulher... Mas aí tem vários outros temas que se você não

tem um organismo específico, as outras áreas não trabalham devidamente desagregando os dados e colocando recurso e abrindo a escuta para participação das mulheres em relação a essas agendas. Então, foi um período de uma formação muito grande que eu tentei sistematizar um pouco dessa minha vivência.

Quando eu estava estudando administração pública e governo, deu aquela vontade de ir para o governo, e aí veio esse convite muito generoso do Ministro Gilberto Carvalho e da Severine Macedo. Foi quando fui trabalhar no governo federal, na Secretária Nacional de Juventude. Com vocês, inclusive. Eu vou falar com vocês, porque a gente era um time de pessoas dentro e fora da secretaria que ajudava a secretaria a existir. Então, a Miriam Abramovay, a Lili (Eliane Ribeiro), a Regina Novaes, a Tauá Pires estavam lá dentro no *Projovem*. Eu conheci o *Projovem* pela Tauá, que estava ali vivenciando a transmissão do *Projovem* no dia a dia e traduzia para mim o que estava acontecendo com o nosso jovem. Foi muito importante também. Nós ali éramos um grupo, várias mulheres, fazendo esse espaço acontecer.

Na Secretaria de Juventude eu trabalhei no “Plano Juventude Viva”, que foi um grande marco, acho que o maior aprendizado profissional que eu já tive até hoje, porque a gente articulava com onze Ministérios essa política inovadora e necessária, junto com a Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial —SEPIR, que articulava as políticas integradas. A cara jovem e negra da SEPIR era o Felipe Freitas, que é um grande pesquisador e ativista nas áreas de juventude, relações raciais, políticas públicas, polícia, política criminal, direitos fundamentais e democracia. E eu estava na Secretaria Nacional de Juventude cuidando dessa articulação interministerial, também de colocar o tema na agenda, e eu acho que foi esse o nosso legado. Logo depois eu tive um ano de trabalho na Secretaria de Políticas para Mulheres do governo federal. Mais uma que não está entre nós, a Rosângela Rigo, foi a secretária que me chamou para lá, ela faleceu pouco tempo depois num acidente de carro junto com a Lurdinha, que também era uma maravilhosa. E lá eu fiquei responsável pela rede de Atendimento à Mulher em situação de violência. Então, tinha uma meta no Plano Plurianual,

que eram serviços para atender mulheres vítimas de violência em pelo menos 10% dos Municípios brasileiros. A gente tinha 600 serviços. Com 404 municípios a meta foi atingida, mas era muito pouco perto do que o Brasil precisa. Ainda mais quando a gente pensa que a *Casa da Mulher Brasileira* recentralizou nas capitais o principal investimento do governo, quando a rede estava em um momento de expansão. Acho que eu tenho aqui a liberdade poética e uma crítica construtiva e companheira de dizer que eu acho que não foi acertado. Mas a gente pode fazer essa análise daqui a pouco porque tem mais coisa para conversar sobre isso. Foi muito importante porque era preciso negociar com os estados e municípios, monitorar como o serviço estava acontecendo, ajudar a formar as mulheres, principalmente.

Eu assumi também a área do tráfico de mulheres e a gente tinha um tripartite com o Ministério da Justiça e, principalmente, com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, então era muito interessante dialogar com a polícia federal, com a polícia rodoviária, com os outros Ministérios, porque tinha muita relação com o Ministério das Relações Internacionais, com a fronteira com tráfico de mulheres. Isso me levou bastante para as fronteiras do Brasil, fronteira da Guiana, fronteira da Colômbia, ali em Foz do Iguaçu que tem uma situação muito tensa. Mas foi muito interessante de fato para a gente conhecer essa rede de instituições que acompanham essa situação da mulher em violência e ela é muito maior do que a gente imagina. O sistema de justiça tem um papel muito importante, as defensorias, as varas, eu vivi a Lei Maria da Penha na prática. Então, entendemos os limites, mas entendemos também o divisor histórico que a lei trouxe para as mulheres brasileiras. Depois dessa experiência riquíssima no governo eu fui acolhida na Oxfam, que também foi uma experiência muito bonita. Eu e Tauá fomos colegas, e estando na sociedade civil internacional é outra situação. Não dá para dizer que a gente estava super feliz, é aquela coisa “*a gente sai do governo mais o governo não sai da gente*”. Ali também tive contato com o ativismo internacional, construímos um observatório feminista dos BRICS com mulheres de vários países. E também levando a perspectiva de gênero e raça no primeiro relatório

sobre desigualdade no Brasil, que a Oxfam fez. Foi muito generosa e importante a abertura dos deputados para negociar, para elaborar o relatório, eles perceberam que não dá para falar de desigualdade no Brasil sem falar de gênero e raça.

Depois disso fui trabalhar na *ONU Mulheres*, uma seleção para ir para o time da Nadine Gasman, representante do escritório da *ONU Mulheres* no Brasil, que é uma mulher que eu admiro muito. Atualmente ela é ministra da mulher do México e a Nadine Gasman foi minha chefe quando eu cheguei na *ONU mulheres* e eu assumi a área de liderança de participação política, então basicamente era agenda de paridade de gênero com sua democracia paritária, o que significa 50/50 — a gente ainda está longe disso. Foi muito interessante porque eu abracei o tema da violência política de gênero. Então, isso ainda é um trabalho que está em curso, deixei com as colegas que continuam tocando. Porque esse ano eu estou desenvolvendo estudos na *Harvard Kennedy School*. O tema da violência política de gênero ganha muita visibilidade a partir do caso da Marielle Franco<sup>9</sup>, sendo que essa é uma questão que já está presente desde que as mulheres tentam estar na política no Brasil e em todos os países do mundo, na verdade. É um tema que mina a democracia. Começar a numerar adicionais para enfrentamento dessa violência foi a minha militância institucional no último período, junto com uma agenda nova que é a defensoria de direitos humanos, que não é nova mas que a *ONU Mulheres* não tinha ainda uma linha de trabalho. É isso que eu ajudei a construir e me retirei com o projeto iniciando. Foi importante para fortalecer uma rede de apoio a mulheres defensoras de direitos humanos, entre elas, as que estão na política.

**Nilda Negreiros:** Eu vou fazer a pergunta e vou justificar porque que eu fiquei com essa pergunta. Eu sou professora pedagoga e

---

<sup>9</sup> Marielle Franco, nasceu na comunidade da Maré/RJ, elegeu-se vereadora do Rio de Janeiro para a Legislatura 2017-2020, com a quinta maior votação. Marielle se declarava feminista, defensora dos direitos humanos, e criticava as ações da Polícia Militar, tendo denunciado vários casos de abuso de autoridade por parte de policiais contra moradores de comunidades carentes. Em 14 de março de 2018, com 39 anos, foi assassinada a tiros junto de seu motorista, Anderson Pedro Mathias Gomes, na Região Central do Rio de Janeiro.

Mestre em Educação pela UFRJ e sou professora a minha vida inteira. Foi o que eu fiz a minha vida inteira, então passei por todos os níveis de escolarização desde a primeira infância até a universidade. A minha grande experiência é em sala de aula. Trabalhei 15 anos na Secretaria de Educação e lá tinha projetos que falavam muito na questão de gênero, na questão da sexualidade, na questão da dependência química, eram projetos que a gente tinha toda uma formação e muitos livros da Miriam servindo de orientação. E assim foi. Miriam Abramovay, você vem trabalhando há tantos anos com violência nas escolas e tem alertado para uma violência contra mulher que se reproduz no espaço escolar, **como a questão da feminilidade e da masculinidade tem aparecido e que tipo de violência de gênero você tem encontrado nesses estudos?**

**Miriam Abramovay:** O que se pode dizer é que no âmbito do percurso escolar, no fazer pedagógico nós encontramos uma divisão sexual visível e com dinâmicas também relacionadas ao que é masculino e feminino, com muitos preconceitos. Eu vou dar um exemplo para vocês de uma das pesquisas que nós fizemos, em que surgiu a questão da superioridade técnica de um dos gêneros, e é profundamente discriminatório, está relacionada ao raciocínio lógico matemático. Durante a pesquisa, entramos numa sala de aula e a primeira coisa que vimos foram estudantes jogando xadrez separados, um grupo de meninos e um grupo de meninas. Quando nós perguntamos para professora por que que eles estavam divididos dessa forma, ela respondeu: *“os meninos e as meninas têm ritmos diferentes no jogo, porque as garotas são mais sensíveis e demoram mais, são mais lentas. Os meninos, por sua vez, são mais ágeis, são mais rápidos para pensar e para fazerem jogadas, terminando a partida muito antes do que as meninas”*. Isso é um reforço da masculinidade, e de papéis de gênero predefinidos, mostrando que os meninos são agressivos, são mais rápidos, têm mais força, mais inteligência, o que tem relação também com outro tema que nós encontramos: que é o tema do futebol. Um tema tão caro aos brasileiros/as e as meninas sofrem muito com este tipo de preconceito. Elas são completamente excluídas, têm



o papel secundário, são auxiliares dos meninos no futebol, para que os homens desfrutem o jogo. Em uma das entrevistas que nós fizemos, perguntamos “o que vocês jogam?”. A resposta foi: “Os meninos jogam futebol e as meninas queimado”. E a entrevistadora perguntou:

— *E se as meninas quiserem jogar futebol?*

— *Não, porque o jogo é muito violento.*

— *Mas, os meninos podem jogar queimada e vôlei?*

— *Sim, sim.*

— *E o que vocês acham disso?*

— *Nós achamos muito errado, nós achamos muito injusto e se os meninos podem jogar vôlei, nós podemos jogar futebol.*

Aí um deles disse:

— *Mas, elas vão ficar chorando, elas vão se machucar, elas se machucam nas canelas, elas não vão saber jogar— o menino levou uma vaia.*

— *Eu já joguei, se tiver todo mundo jogando junto a professora deixa, mas se for campeonato a professora proíbe.*

Um dos temas relacionados a gênero e preconceito que aparece durante as pesquisas são os apelidos, segundo os depoimentos de estudantes: “Uma vez, eu amo jogar futebol, e adivinha com que apelido eu fiquei? Mulher-macho”. “Uma vez eu queria jogar futebol e qual foi meu apelido: Maria Machado”. Isto é um resumo porque é ainda pior. “Me xingaram porque eu estava jogando bola e ainda disseram que menina não usa bermuda”. Isso são restrições de gênero muito profundas, que delimitam competências e aptidões e isso permanece nas escolas. Ou seja, a escola como um dos espaços privilegiados na composição das identidades sexuais e de gênero, enquanto espaço de poder que regula, normaliza e normatiza os modelos de masculinidade e feminilidade. Atualmente piora a situação com a disseminação da chamada “ideologia de gênero”, que mesmo não conseguindo se tornar uma lei, funciona, na cabeça das pessoas, como se fosse verdade, acreditando em tudo o que se diz, disseminando mais preconceitos. Ou seja, é um retrocesso. É extremamente grave não poder discutir sexualidade nas escolas, não poder discutir e ter os modelos predefinidos, não

poder olhar a questão dos sujeitos e das sujeitas mais excluídas, como por exemplo os LGBTQ+.

Outro tema que apareceu sobre a masculinidade relacionada à questão racial, naquele belo e atual livro que eu produzi com a professora Mary Castro, *Relações Raciais na Escola*<sup>10</sup>, aparecem vários indicadores de violência simbólica, como apelidos e outras violências consideradas brincadeiras que ferem e magoam profundamente os/as estudantes. Surgiram também as diferenças entre o desempenho entre alunos brancos e negros que permanecem até hoje e que têm relação com as percepções negativas ou positivas que se tem sobre os alunos negros ou alunas negras.

Nós encontramos outra questão, que é interessante falar, que é a questão do *ethos* masculino violento na escola, e de como ele é exacerbado. Ele é tão exacerbado porque impera na sociedade um modelo de virilidade, o modo de ser macho. A questão do machismo tem uma importância fundamental. E é uma forma de espetacularizar também as ações de masculinidade. Um dos exemplos dessa masculinidade é a questão das armas nas escolas. Nós no ano passado fomos num seminário nas Nações Unidas cujo tema era arma nas escolas, com todos os países da América Latina. Então, a questão das armas, com essas novas lei existentes no Brasil, apoiando o uso das armas e facilitando a aquisição, valoriza ainda mais esse *ethos* violento masculino. Mas, não são só os meninos que entram com arma na escola, às vezes as meninas entram também, mas a grande maioria das armas são encontradas com os homens. Isso não quer dizer que eles ou elas vão utilizar. A arma é um sinal de exibição, de poder e força. Mas, principalmente chama a atenção e dá visibilidade para aquele ou aquela que amostra.

Gostaria de chamar atenção, sobre um tema pesquisado sobre gangues, uma pesquisa realizada em Brasília, onde grupos de gangues foram acompanhadas durante dois anos. Nesse estudo, a questão de

---

<sup>10</sup> ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (coords.). *Relações raciais na escola: reprodução de desigualdade e nome da igualdade*. Brasília : UNESCO, INEP, Observatório de Violências nas Escolas, 2006. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000145993>

gênero revelou o lugar do feminino e os preconceitos dentro de um espaço já estigmatizado, o das gangues.

As pesquisas sobre Violências nas Escolas mostraram que tivemos transformações nas chamadas novas feminilidades contrapondo tempos passados com os atuais, mostrando que as jovens querem força e poder e que não querem mais ser consideradas suaves, essencialmente meigas. Elas brigam por ter outra representação e começam a querer aprender a pichar como os meninos, a brigar como os meninos. Seu desejo é ter outro estilo de feminilidade, que não seja essa feminilidade encontrada na nossa sociedade. É evidente que pelas estatísticas não há comparação entre a violência de jovens mulheres e homens. No entanto, tem chamado atenção na escola a violência praticada pelas meninas, tanto é que nas últimas pesquisas quando a gente pergunta na escola quem é mais violento o menino ou menina, a percepção dos adultos é de que são as meninas, isso mudou, é um dado novo para se analisar. Vejam como é grave essa questão da não discussão de gênero, como uma forma delas serem respeitadas. E tem uma autora, que chama Messerschmidt<sup>11</sup>, que denomina *badgirls*, a situação e reivindicação de algumas meninas. Querem conseguir respeito dentro dos grupos por esta nova forma de ser. E eu não posso deixar de falar aqui das violências sexuais, encontradas nos vários depoimentos. Desde as primeiras pesquisas apareceu um número sem par de comportamentos considerados violência sexuais, além de alguns casos de estupro. São outros tipos de abuso, ou seja, relações não consensuais, entre duas pessoas. E são muito agressivas, como beijos, abraços forçados, passar a mão no corpo da outra, entre outras. E há uma grande omissão da escola em relação a essa questão. A escola põe para baixo do tapete, ela faz como na nossa sociedade. *“Veja só, tem meninos nessa escola que são abusados, eles assediam as meninas. Uma vez, uma menina veio com uma saia curtinha, eles a rodearam e ficaram pegando nas pernas dela e ela pedindo para parar, tinha um professor perto dela que não fez absolutamente nada”*. Ou seja, são representações do poder da masculinidade que imperam nesse tipo de ação. Existe também casos de

<sup>11</sup> MESSERSCHMIDT, J. From patriarchy to Gender. In: CHESNEY-LIND, Meda; HAGEDORN, John. *Female gangs in America*. Chicago: Lake Press View, 1999, p.188-232.

uma relação assimétrica, que podemos chamar de violência simbólica de professores para com suas estudantes. Nós tivemos agora durante a pandemia dois casos em duas cidades. O primeiro deles foi no Rio, numa escola privada importante e demorou para ser denunciado. É uma escola religiosa e, quando as meninas começaram a denunciar, veio uma cascata de acusações que foram feitas durante a Pandemia, por meio das redes sociais. E a acusação foi “*passar a mão nas coxas, no sutiã, no seio das estudantes menores de idade*”.

O segundo caso foi em Fortaleza, no Ceará, onde ficou claro que as escolas sabiam dos assédios, mas encobriram até que começou a vazar para a imprensa. Foi formada uma grande rede porque não se conseguiu mais abafar, e as meninas começaram a se organizar. A escola não tem obrigação só com a instrução formal, é um local de socialização que deve ser positiva. Agora eu vou ler para vocês alguns exemplos desses estudos sobre assédio: “*alunos mais velhos que passam a mão em mais jovens; brincadeiras de passar a mão nas nádegas das meninas; brincadeiras de chamar de gostosa; passar a mão nos peitos; vão ao banheiro entram rapidinho para tocar nas meninas; eles querem pegar a força e beijar na boca; um dos meninos trancou a menina no armário e tentou uma relação à força*”.

Um outro aspecto é na relação de professores homens com as alunas mulheres: “*meu amorzinho; bonitinha; levanta essa blusa; sua boca é linda; bora combinar de sair; cala a boca senão eu não te dou nota; beijo na boca; cantadinha; quer passar da notinha alta; ameaça de reprovação; pedem beijo das meninas; pedem para as meninas sentarem no colo deles*”. Nós tivemos na última pesquisa que nós fizemos, um professor que tinha sido afastado da escola por causa de assédio. Em um dos depoimentos sobre o tema, uma das jovens entrevistadas relata: “*o professor perguntou se eu queria ir para um hotel com ele e se eu não queria também sair com ele nesse final de semana*”.

Enfim, essas coisas acontecem cotidianamente, e a questão veio à tona com o escândalo da tentativa de proibição de realização de um aborto de uma menina de 11 anos, agora, que vinha sendo abusada pelo tio. A médica perguntou a ela “*você sabe como ficar grávida?*”, e ela respondeu: “*não isso aí eu vou aprender no próximo ano na escola*”. Para vo-

cês verem como é difícil, como isso é complicado e como a escola está sendo completamente omissa. E quem é responsável por uma menina de 11 anos dizer que ela não sabe como se fica grávida e que ela vai ter aula de ciências no próximo ano? E o que se espera das escolas? O mínimo é que as escolas possam reagir, que a escola eduque, que a gente comece a repensar as questões de gênero, as questões das relações e as relações que acontecem no seu cotidiano, de não se fazer mais políticas para debaixo do tapete sobre questões relacionadas à sexualidade, e que o tema tem que ser tratado com muita seriedade, fazendo parte do currículo da escola.

**Eliane Ribeiro:** Obrigada Miriam. Kamila, você quer fazer uma pergunta para Tauá?

**Kamila Eulalio:** Quero, sim, e gostaria de comentar outra coisa, ainda na fala da professora Miriam. Eu lembro bem de quando eu estava na escola, no ensino médio, eu estudei em uma escola normal, formação de professores, o que geralmente é uma escola que sempre tem muitas meninas, sempre tem muitas mulheres, e lá tinha um professor que ele sempre passava a mão no corpo das meninas e era característico dele, todo mundo já sabia que ele ia fazer isso, a direção sabia que ele fazia isso, mas nunca era feito nada para modificar a situação. Isto porque ele era dono de um do colégio famoso. Então, não parecia ser da vontade pública de que se fizesse alguma coisa, isso perdurou até ele se aposentar. Eu lembro que no meu último ano na escola, tinha o nosso pavor quando sabia que era o dia da aula dele. Então, as meninas fugiam de sentar na ponta para não serem assediadas por ele. E isso era uma constante, até dos meninos que estavam na sala perceberem que a gente estava muito incomodada com a situação e passaram a sentar na ponta para proteger a gente. Essa situação de violência existe, ela é rotineira. Enfim, isso é só um relato dos tantos que se tem quando a gente fala de violência contra a mulher.

Mas, a pergunta que eu ia fazer é para Tauá, saindo um pouco da história da escola e indo para jovens mulheres. **Eu queria saber um**

**pouco de quais são os principais problemas. Quais são as principais demandas que vocês encontram hoje no Brasil quando se fala de Violência e Juventude ? —mas partindo de um de um recorte de gênero. Quais são as principais violências que as meninas, que as mulheres jovens sofrem hoje no Brasil?**

**Tauá Pires:** Obrigada, Kamila, queria dizer que estou com minha cabeça fervilhando. Te ouvindo, Kamila, dizer o quanto eu sou solidária porque eu também vivenciei isso, e comentar sobre antes de responder à pergunta. Foi na Universidade, não foi na escola, onde eu fui explicitamente assediada por um professor. Eu acho que cada vez tem sido menos tolerado, isso eu entendo como um avanço, acho que a gente atingiu um limite, de algo que era tão tratado de canto, colocado tanto de maneira sorrateira e que não cabe mais na nossa sociedade — já não cabia, mas agora extrapolou. Então, na minha opinião, o assédio é um dos grandes temas da nossa geração. E é algo que também está fazendo parte dessa transformação que a gente vive. É algo também que marca a minha vida, é algo que também mexe muito comigo quando eu escuto. Enfim, só para fazer essa janela e falar também dessa sua experiência na escola e ser solidária.

E sobre as jovens, assim como a Fernanda Papa falou, nós somos jovens senhoras, não sou mais jovem. Eu era jovem quando estava na Secretaria Nacional de Juventude. E agora eu tenho chamado essa geração de média guarda, porque tem as jovens, tem a velha guarda e tem essa galera que faz a ponte, que articula, que consegue dialogar coma velha guarda, então eu consigo conversar com a professora Eliane Ribeiro, Regina Novaes, com a Jurema Werneck, com Sueli Carneiro. E estou ali na ponta com a juventude de fato. Então, acho que um pouco do nosso papel de média guarda é ir fortalecendo essas pontes, criando conexões e fazendo valer o lema da Marcha Mundial das Mulheres Negras que é *“Uma sobe e puxa outra”*. Então, o local que eu ocupo hoje precisa ser um local que cinco ou dez ocupem comigo. E aí falar sobre essa questão das violências que estão presentes hoje na vida das Jovens mulheres, especialmente as jovens

mulheres negras, é bem complexo, porque pela experiência que a gente tem, e um pouco dessa experiência compartilhada também com a Fernanda Papa, já que a gente trabalhava junto, a violência, infelizmente, é uma marca, ela atravessa a vida de praticamente todas as jovens mulheres negras. Então a gente sabe, por exemplo, que, em termos de números genéricos, uma em cada três mulheres sofreram, em algum momento da vida, abuso ou violência. São números gerais que todas nós conhecemos, mas na experiência prática, no cotidiano, especialmente de jovens mulheres que estão em periferias e favelas: a violência é uma marca, é algo que atravessa a vida delas. Fomos nos dando conta, por exemplo, que não era possível pensar projetos políticos desatrelados desse elemento, ao mesmo tempo em que a gente não faz um trabalho terapêutico. Então, vejam que aí tem uma questão, que é um desafio: como é que a gente dá conta de desenvolver projeto, por exemplo, de fortalecimento dessas potências? Fernanda também citou aqui, essas jovens estão nos seus territórios, por meio do *hip-hop*, por meio da poesia, por meio do audiovisual, por meio de liderança política, mesmo no sentido do ativismo, construindo uma série de questões que os projetos podem estar fortalecendo, articulando também situações que às vezes estão no espaço territorializado, mas isolado, e aí você que está em diálogo com outros territórios conecta isso internacionalmente e dá uma dimensão maior para aquela ação. Mas, essa questão política não pode estar desatrelada do elemento subjetivo, desse elemento terapêutico, com todos os cuidados que a gente precisa tomar. Porque quando a gente abre essa janelinha da violência, quando começamos a tratar sobre isso, é importante saber como dar conta, de alguma forma fomos conversando sobre isso aqui também. Então a gente constrói situações de catarse, a gente constrói espaços de acolhimento e a gente precisa saber também politicamente dentro das nossas práticas, das nossas instituições, o que a fazer com isso? O que fazemos para poder tratar das violências? Porque elas precisam ser ditas, nomeadas, dialogadas. As pessoas que sofrem violência precisam conseguir verbalizar, de alguma maneira, essas experiências e a gente precisa retomar o de-

bate. Tem uma fala da Lúcia Xavier<sup>12</sup> que me inspira muito, que diz: “*A violência não pode engessar, a gente precisa atravessá-la*”. Então, eu acho que esse é um dos grandes desafios.

De uns tempos para cá, começou a se falar muito em autocuidado, depois disseram que ficou banalizado, e ficou mesmo, acho que é por conta desse desafio. Porque não é o autocuidado do creme, da vela que a gente ama, são superimportantes esses elementos também, mais sutis, mais terapêuticos. Mas tem a ver com esse cuidado do humano, com essas vivências dessas mulheres e entendermos que existem os binômios. Eu estou chamando atenção para isso, porque é uma violência e uma potência. Essas coisas estão convivendo. Para dar um exemplo bem prático para vocês, eu nunca pensei que quando eu fosse construir um projeto, num período de dois anos, eu teria que dar conta de dois enterros, duas mortes de jovens. E que, num período de três anos, eu teria que estar acompanhando a prisão de uma jovem grávida em meio a uma pandemia. Então, isso está muito presente em nosso trabalho. É saber que, ao fazer um trabalho com juventude de periferia e favela, surgem casos de pessoas que vão estar sofrendo violência. Como a violência policial, que obviamente acomete mais aos jovens homens, mas as jovens mulheres também. É muito comum as mulheres trazerem relatos de que apanharam em praça pública, que estão sendo perseguidas pelos policiais em seus bairros, as vezes por uma questão até de música, porque existe uma abordagem coercitiva para você se enquadrar naquele sistema que é um sistema de controle. Então, tem uma questão dos corpos e das pessoas nas ruas sendo violentadas. E tem outros casos que tão ligados a outros setores, que é isso o caso da Alyne Pimentel<sup>13</sup>, é um caso emblemático e que o Brasil foi

<sup>12</sup> Lúcia Xavier é assistente social e importante ativista de direitos humanos brasileira. Fundou em 1992 a ONG *Criola*, dedicada a combater o racismo, o sexismo e a homofobia.

<sup>13</sup> Em 2008, o Brasil foi representado perante o Comitê das Nações Unidas para Eliminação das Discriminações contra as Mulheres (Comitê CEDAW) pela violação ao direito humano à saúde da mulher. O caso Alyne Pimentel foi o primeiro, no Sistema Global de Direitos Humanos, envolvendo denúncia sobre mortalidade materna. Ele buscou evidenciar a problemática sobre morte materna como violação do direito humano à saúde sexual e reprodutiva das mulheres. Alyne Pimentel era moradora de Belford Roxo, estado do Rio de Janeiro, tinha 28 anos, era negra, casada, mãe de uma menina de 5 anos e estava grávida de 6 meses de outra menina. Após percorrer vários hospitais, já com o feto mor-



condenado. Mas, existem muitas outras Alynas que foram ao hospital grávidas e foram negligenciadas e que vieram a óbito depois disso. Então, essa experiência de acesso a serviços e bens públicos, que é uma experiência que te conecta àquilo que deveria ser seu de direito, é uma experiência atravessada pela violência. A experiência do espaço público é uma experiência atravessada pela violência. E isso eu estou chamando atenção, vai marcando todo uma geração, vai marcando uma trajetória de uma vivência. Quando eu falei do binômio, é para chamar atenção de alguns casos que a gente foi acompanhando nos últimos anos, eu falei das questões mais fortes e emblemáticas porque realmente nós tivemos casos de feminicídio no projeto, aqui eu cito dois que eu vou nomear para vocês conhecerem. Um é o *Hobby das pretas*, é seu nome carinhoso, porque a gente tem mania de fazer projeto com nome grande e difícil. O nome seria *jovens mulheres negras fortalecidas contra racismo, sexismo etc.* Nome difícil para explicar. Aí veio alguém brilhante, que foi a Sil Bahia, e disse: “Ah, isso aí é *Hobby das pretas*”. E a gente amou esse nome, e pegamos para gente esse nome. Está batizado como *Hobby das pretas* e tem agora o *Juventudes nas Cidades*. Eu estou trazendo esses exemplos mais emblemáticos, que tem a ver com feminicídio, com óbito, com prisão. Eu quero chamar atenção para as sutilezas. Porque quando a gente vai acompanhando os projetos e as transformações nas vidas dessas jovens mulheres negras, observa-se que está ali uma escritora. Mas, está ali uma escritora brilhante, que a gente vai acompanhar, que está lançando livro, que é a mesma jovem que trabalhava no camelódromo e que ouviu a frase: “*Olha você tem as costas grandes que é boa de bater*”. É uma jovem que sofre violência, e que descobre a poesia literária, dentro de um processo que a gente vai monitorando. Eu fui ouvindo a Fernanda Papa falar sobre o Fórum Cone Sul

---

to, Alyne Pimentel já estava em condições críticas, mas teve que esperar oito horas para ser transferida para um hospital com maior possibilidade de atendimento, sendo que nas últimas duas horas de espera ela já apresentava sintomas de coma. No dia 16 de novembro de 2002, Alyne faleceu por falta de atendimento. (CATOIA, Cinthia de Cassia; SEVERI, Fabiana Cristina; FIRMINO, Inara Flora Cipriano. “Caso ‘Alyne Pimentel’: Violência de Gênero e Interseccionalidades”. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v.28, n.1, e60361, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2020000100205&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2020000100205&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 17 de fevereiro de 2021.

de Mulheres Jovens Políticas (Forito), do *Hobby* para cá, em termos de pré-candidaturas, hoje aqui em Fortaleza, por exemplo, nós temos seis jovens que estão em pré-candidatura, seja em mandatos coletivos seja em propostas individuais. A gente tem a Erica Hilton em São Paulo, que foi eleita como co-deputada e agora é candidata à vereadora. Então, a gente vê uma movimentação em curto prazo, que eu, Tauá, imaginava daqui a dez, quinze anos. Pensando um pouco na inspiração dessas mulheres tão incríveis que passaram pelo Forito, certamente vamos ter mulheres que estão aqui no Hobby e serão nossas líderes como gestoras públicas, serão parlamentares futuras, serão artistas e irão ocupar outros espaços no nosso cenário cultural e musical do país. Mas, a gente percebeu em um curto espaço de tempo que é tão efervescente o que acontece hoje nas periferias e nas favelas, que elas têm pressa, as mulheres têm pressa e as coisas estão acontecendo dentro das adversidades. Então, uma mesma mulher que mobiliza aqui, vou trazer para Pernambuco de novo, no Ibura um mutirão de distribuição em meio à pandemia, é uma mulher que não tem comida em casa, mas consegue distribuir 150 cestas básicas. Percebem? É esse binômio que chamo atenção. É uma pessoa que não tem a segurança alimentar, mas que promove a articulação política, que promove uma ação social no seu espaço, no seu território. É uma pessoa que faz poesia, que sofre violência. É uma pessoa que pensa política, mas que enfrenta no seu cotidiano a violência policial. Então é importante sempre que a gente for falar dos dados, dos índices, veras que mais sofrem com o desemprego: as jovens mulheres negras. As menos representadas, são as mulheres negras. Acho que o único índice que era menos preocupante era o da educação. Daqui uns anos a gente vai fazer um outro balanço, visto que nós tivemos uma perda nas políticas que eram tão importantes para termos uma mudança na balança no campo da educação. Mas vamos pegando todos os índices: econômico, de trabalho, de saúde, são lá as mulheres negras que mais sofrem. Mas, por outro lado, quando a gente vai virando a chave, são essas mesmas mulheres negras que vão trazendo questões propositivas de mudança para nossa sociedade. Por isso que, cada vez mais, falar em desigualdade é falar da luta antir-

racista, do racismo, e é impossível pensar sobre uma mudança na nossa democracia sem que se passe por esse lugar da questão racial, do racismo na nossa sociedade. Essas coisas estão inteiramente ligadas. Eu fui lembrando também, enquanto ouvia a Miriam Abramovay, enquanto ouvia vocês, de outras reflexões. A Lei Maria da Penha<sup>14</sup> é algo tão incrível, tão forte na nossa sociedade, não só no Brasil como internacionalmente é uma lei de referência. E é muito lindo a gente ter no Brasil uma lei com o nome de uma mulher que a gente possa acompanhar a fala dessa mulher *viva*. Uma coisa que me dá muito prazer é quando eu escuto a Maria da Penha<sup>15</sup> contando sua história, o relato da vida dela é algo muito forte e muito transformador. Mas eu também lembro da Bruna Pereira<sup>16</sup> que escreve o livro e fala: “*quando a gente liga para o 180<sup>17</sup>, eles não sobem a favela*”. Então, como é que a gente dá conta disso: de fazer valer uma lei tão importante como essa e de fazer com que uma lei como essa chegue às mulheres negras também, que a Lei também esteja presente em outros territórios? São desafios e contradições do nosso momento. O fato é que existem lacunas que estamos acompanhando em meio a essa situação que a gente enfrenta. É

<sup>14</sup> A Lei Maria da Penha (LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006) foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com 46 artigos distribuídos em sete títulos, ela cria mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher em conformidade com a Constituição Federal (art. 226, § 8º) e os tratados internacionais ratificados pelo Estado brasileiro (Convenção de Belém do Pará, Pacto de San José da Costa Rica, Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher). Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/resumo-da-lei-maria-da-penha.html>

<sup>15</sup> Maria da Penha Maia Fernandes (Fortaleza, Ceará, 1945) é uma farmacêutica, tem três filhas e é líder de movimentos de defesa dos direitos das mulheres, vítima emblemática da violência doméstica. Em 1983, seu marido tentou matá-la duas vezes, e por conta das agressões sofridas ela ficou paraplégica. Dezenove anos depois, seu agressor foi condenado (2002), quando faltavam seis meses para a prescrição do crime, foi preso e cumpriu dois anos (um terço) da pena a que fora condenado. Foi solto em 2004. O caso foi denunciado à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e foi considerado, pela primeira vez na história, um crime de violência doméstica. Daí a origem da Lei Maria da Penha. (FERNANDES, Maria da Penha M. *Sobrevivi... posso contar*. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2010).

<sup>16</sup> PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. *Dengos e zangas das mulheres-moringa: Vivências afetivo-sexuais de mulheres negras*. Pittsburgh, Estados Unidos: Latin America Research Commons, s/d. Disponível em: <https://www.larcommons.net/site/books/10.25154/book6/read/?loc=007.xhtml>

<sup>17</sup> O Ligue 180 tem por objetivo receber denúncias de violência, reclamações sobre os serviços da rede de atendimento à mulher e de orientar as mulheres sobre seus direitos e sobre a legislação vigente, encaminhando-as para outros serviços quando necessário.

preciso valorizar essas práticas que as jovens mulheres negras estão trazendo para a gente enquanto ensinamento, nesse momento, por tudo que estamos vivenciando. Então, é evidenciar, é ecoar essas vozes, é ampliar e criar conexões. Eu acho que esse é um papel importante que a universidade cumpre e que nós, organizações da sociedade civil, também precisamos nos colocar, não só num lugar de assessoria, não só daquela que vai fazer o projeto acontecer, mas daquela que está ali a serviço dessa transformação social. Então eu acho que isso é algo muito importante e há coisas que são caras e que a gente não pode abrir mão, que tem a ver com essa discussão mesmo do papel do Estado, do papel da justiça, porque acaba que é muito difícil quando dialogamos com uma jovem sobre justiça, muitas vezes é algo que não cabe no dia a dia dessa pessoa, mas é algo que a gente não pode abrir mão. Então como é que a gente dá conta dessas contradições?

Temos buscado alguns caminhos mais ligados a arte de pensar, por exemplo, como o lançamento do documentário que fizemos junto com a *Criola*, que é uma organização não governamental de referência no Rio de Janeiro, chamado *Enquanto viver luto!*. Lançamos dez histórias de violação de direitos humanos que foram interpretadas por atrizes que contam essas histórias reais, que a gente escreveu e apontou para uma relatora da OEA. E, ao mesmo tempo, fazemos o *Sonho de Preta Conta*, onde queremos que as mulheres falem dos seus sonhos, renovem utopias —queremos fazer um diálogo transcendente. Então, eu acho que é um pouco por aí que a gente tem que estar colocando as nossas energias e assumir de uma vez — já que eu sou não a única, não, temos três mulheres de óculos —, assumir que a gente está num momento em que as nossas lentes precisam ser de gênero e raça. Para enxergar melhor a política precisamos pensar: “*tudo bem, mas perai, quando a gente fala de gênero e raça, situa melhor esse debate. Como a gente faz o diálogo? Porque essa discussão é tão importante?*”.

A Fernanda Papa estudava como é que essa questão da transversalidade nas políticas públicas, nas questões sociais, vem na prática? Interseccionalidade é o tema, quando a gente faz na prática é tão complexo. Como é que a gente vai fazer? A gente *vai* ter que fazer. Porque

hoje a sociedade pede que a gente faça mudanças maiores e que vão passar desde o comportamento até a linguagem, de como a gente se comunica, como a gente ocupa nossos espaços, como a gente constrói as nossas relações sociais. Então, como é que fazemos com que ela tenha um quê subjetivo e um quê também de prática transformadora? Isso tudo está muito presente no momento em que estamos vivendo. E isso tem a ver com a violência que nós estamos falando, das jovens mulheres e das jovens mulheres negras. É isso...

**Kamila Eulalio:** Um comentário: Tauá, eu fiquei pensando como é importante ser militante e estudar sobre o tema. Porque é uma dupla responsabilidade, ao mesmo tempo em que eu sou jovem, eu sou negra, eu sou mãe, eu estudo mães jovens dentro da universidade. Isso para mim é algo muito caro. Você está falando de como lidar com essas situações e de como pensar a emergência dessas pessoas: acho que temos que engolir esses espaços. Vamos ter que pensar formas de permanecer, porque nós vamos estar lutando. Queria só agradecer pela sua fala, porque ela foi muito maravilhosa.

**Eliane Ribeiro:** Fernanda, nós queríamos perguntar o seguinte: A ONU anuncia aniversário de 25 anos da declaração de Beijing 2020, sob o lema “geração igualdade”. **O que difere a agenda de luta das mulheres de Beijing, de 25 anos atrás, para as mulheres de hoje? O que mudou? Quais as conquistas? E os desafios? E que suportes internacionais podemos acionar? Um pouco dessa tua experiência internacional.**

**Fernanda Papa:** Obrigada. Tauá, já coloquei meus óculos da raça aqui e da orientação sexual também. Mas, sobre o racismo, eu acho que realmente, e aí de dialogando com a Kamila, as mulheres negras vão engolir o mundo, porque chega de alimentar o mundo e só alimentar e não receber o devido reconhecimento. Ocupar o espaço de poder para vocês fazerem do mundo aquilo que vocês acharem que tem que ser feito. Essas candidaturas são um grande orgulho do *Hobby das Pretas*, essa sua construção tão amorosa e politicamente acer-

tada. Eu acho que tudo tem a ver com o efeito da morte da vereadora Marielle Franco que a gente tem falado. Lembro que no dia que ela morreu, dia 14 de março de 2018, a gente ficou tão paralisada, eu estava fazendo tratamento de saúde e eu não conseguia falar. A minha médica falou assim: *“só estou conseguindo pensar em uma frase que eu li de um poeta outro dia: Derrubaram o Carvalho, mas a floresta vai continuar crescendo”*. Então são muitas árvores Marielles crescendo. A gente chama ela de “a semente”, de fruta rara. Várias dessas mulheres estão por aí com a Marielle as protegendo. Sobre a pergunta de que maneira esses acordos e movimentos internacionais podem ajudar as mulheres e o que mudou de Beijing para cá: bom, só para situar, não podemos falar de todo arcabouço internacional, que são as chamadas normas globais. São os compromissos que os Estados-nação, principalmente membros das Nações Unidas, assumem em torno de determinadas agendas que devem refletir nas suas políticas nacionais e na maneira como vão construir os esforços internamente para esses direitos serem garantidos.

A Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, plataforma de ação de Pequim, de 1995, é considerada um marco, como também a Cedaw (Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher), de 1979, considerada a constituição Global dos direitos das mulheres, a grande Lei Internacional. E que tem um comitê, que monitora, que faz recomendações para os países. Além disso, os países signatários precisam responder de quando em quando, sobre as violações e como vão melhorar. O caso Aline Pimentel, exemplificado na fala da Tauá, foi parar na comissão, por exemplo. A plataforma de ação de Pequim serviu como um plano Internacional de Políticas para as mulheres, foi ali que se deram as disputas e as negociações por todos os países na esfera das Nações Unidas, com a importantíssima participação da sociedade civil brasileira. Várias mulheres do movimento feminista participaram. E a gente sabe que a sociedade civil foi fundamental para construir a ideia da ação afirmativa e de outras ferramentas que foram trazidas a partir de Pequim. Uma delas foi a criação de organismos específicos, de mecanismos governamentais, e daí vieram os futuros Ministérios

da Mulher, Secretarias Nacionais e o arcabouço institucional que foi posteriormente construído. A plataforma de ação de Pequim definiu 12 pontos e estamos aqui, 25 anos depois. Vou comentar de forma mais geral/global e depois como eu vejo isso no Brasil, não eu, mas olhando os estudos e o que a gente tem acompanhado na evolução da política. Os 12 pontos da plataforma de Pequim não são superados agora na revisão dos 25 anos. Eles são detalhados e acrescentados de problemas que se tornaram fundamentais para a humanidade. Porque falar dos direitos das mulheres não é só falar da condição de vida das mulheres, é falar da condição de vida de todo mundo e para que as pessoas possam estar vivendo bem, as mulheres precisam estar vivendo bem. Afinal, elas são a metade da população e dão à luz outra metade, então é disso que a gente está falando. Então, os 12 pontos têm a ver com mulher e pobreza. Esse é um dos pilares, como que ele agora é revisitado, a questão da fome e da má nutrição. Ela é discutida, não se pode falar de enfrentamento da pobreza, sem falar de enfrentamento da má nutrição. Quando você abre essa caixinha, dá para ver todos os sujeitos e quem são aqueles que mais estão sofrendo de fome e má nutrição. Vemos as negras e indígenas, principalmente a feminilização da pobreza, que é um dos problemas antigos do capitalismo no mundo. Isso estava colocado e aí quando você olha as faixas etárias também tem um agravamento. Como as mulheres idosas têm conseguido superar ou não esse tipo de situação? E as crianças estão especificamente vulneráveis, esses adolescentes e jovens? Na questão da educação, que também é um dos 12 pontos, o que aparece de novo? A gente continua lutando para mais educação e os objetivos do desenvolvimento do milênio e agora a agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) mostra que as mulheres estão acessando mais a educação. Inclusive, a pesquisa atual do Itaú Social mencionou que as mulheres negras, no Brasil, têm um nível de escolaridade maior do que os homens negros. E tão chegando perto também das pessoas não negras. Mas, tem outros temas: a educação pública de qualidade. Assuntos urgentes como a questão da tecnologia também: quem está acessando tecnologia? Porque a tecnologia é um fator determinante para o desenvolvimento econômico também.

Trazer a questão da tecnologia e o acesso das meninas e das jovens à educação e das mulheres à educação e a novas profissões de ponta tem a ver com a atualização dessa agenda na área da educação. Em saúde, tem muita disputa em torno de direitos sexuais reprodutivos, que é uma grande tristeza para as nossas precursoras, as feministas históricas da velha guarda, já que a gente está na média guarda. Tem muita disputa, tem muito retrocesso, mas também tem não só Pequim como também a importante Agenda de Cairo que vem depois, que é a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, celebrada no Cairo de 5 a 13 de setembro de 1994. Tem o tema da Saúde Mental que entra como tema importante da saúde das mulheres em todas as etapas da vida e que não tinha sido nomeado dessa forma em conferências mais antigas, como a de Pequim, em 1995. E hoje está sendo trazido com algo que é constitutivo, senão não dá para pensar em garantia da saúde física integral. A saúde integral tem a ver com a saúde reprodutiva também, e a saúde mental vem para agenda como um tema que precisa ser abraçado pelos países.

A violência contra mulher, que é o tema, vamos dizer, guarda-chuva, para a agenda da questão da violência doméstica, que continua como um grande desafio e é um tema que tem sido muito debatido e denunciado na pandemia, deve ser tratado como serviço essencial: enfrentamento à violência doméstica. Mas a violência nos espaços públicos também entra para agenda de Pequim, mas é isso que a Tauá falou antes e a Miriam também comentou: as mulheres sofrem muito no espaço público e se elas forem negras e jovens, em determinados espaços da cidade, como a área rural, elas vão sofrer mais ainda. As mulheres indígenas, também sofrem muito com isso. E aí a violência digital entra para a agenda, questões que não eram colocadas em 95, como também o tráfico de mulheres. O tráfico de mulheres como um fenômeno que não é novo, mas que necessita que se olhe para cada país do globo, porque são diferentes fatores que explicam a violência crescente do tráfico. No mundo, a indústria que mais gera dinheiro depois de armas e drogas é o tráfico humano. E preponderantemente no tráfico humano, o tráfico de mulheres, para exploração sexual e para trabalho forçado. Existem tan-



to fluxos internacionais, entre países, como fluxos nacionais. Por exemplo, no Brasil, é uma agenda interna em função das grandes obras de desenvolvimento. Então, você constrói uma Belo Monte, o que significa meninas sequestradas ou vendidas do Maranhão, de Goiás, do Paraná, enfim de todo lugar. Conheci casos de meninas afetadas no meio rural sendo levadas para essas regiões para serem exploradas sexualmente, como escravas sexuais. Tem também aquelas que são enganadas sob o pretexto de que vão trabalhar como doméstica e acabam sendo aprisionadas pelas redes de tráfico. Um tema super contemporâneo, que também tem a ver com a questão das imigrações, das mulheres refugiadas, e que afeta essas mulheres de maneira muito cruel, muito perversa!

A questão das mulheres nos conflitos armados também é um dos 12 pontos da agenda de Pequim, mas agora o que tem de novo é que não é só dizer que as mulheres dos conflitos armados sofrem especificamente por ser mulheres. O estupro é arma de guerra. Sofrem violências, são os considerados crimes de guerra. Mas também a reivindicação de que as mulheres possam ser sujeitos que participam das negociações e mediações de conflito de processos de paz e de conflito. Ter o olhar da mulher participando de uma negociação que vai afetar a vida dela, com a família dela, na comunidade dela é muito diferente de quando só se tem homens negociando o que vai ser feito para se romper com essa situação de conflito armado. Isso vale muito se pensarmos nossa realidade de guerra nas nossas periferias, que em alguns lugares é chamado de guerra ao tráfico, mas que a gente sabe que é uma guerra conflagrada de várias outras formas. A necessidade das mulheres participarem desse processo está sendo colocado na Agenda +25, ou seja, 25 anos de conferência. A questão das mulheres na economia, por exemplo, este tema é o empoderamento econômico, acesso ao crédito, pagamento igual para função semelhante e tal. A gente sabe que essa é uma agenda que avançou, mas, infelizmente, não avançou para todas as mulheres —as mulheres são desiguais — e a gente sabe que é isso: as mulheres negras continuam ganhando menos em trabalhos informais, mais precários e assim por diante. As indígenas mais ainda, que muitas vezes sequer são consideradas trabalhadoras

que podem ascender. Então, a Agenda do Trabalho Decente, formalizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1999, que é posterior a 1995 (Pequim), tenta dar conta de fazer essa discussão do que é um trabalho decente, são os estandartes nos padrões mínimos a serem cumpridos, mas é outra agenda que chega que já foi mencionada aqui, que é: o abuso, a discriminação e o assédio no espaço de trabalho.

Com tudo que aconteceu no último período de denúncias, de campanhas em todos os países, algumas se tornaram globais, outras continuaram nacionais. Mas, a gente tem a Primavera Feminista de 2015, por exemplo, quando centenas de milhares de mulheres tomaram as ruas do País pela igualdade de gênero, em uma luta contra a violência e a opressão. E aí a questão do abuso no local de trabalho, do assédio, entra como um dos pontos de preocupação e de compromisso. E os mecanismos de sinais e trocas das políticas para as mulheres, dos direitos das mulheres e a questão das mulheres na mídia precisam de atualização nas agendas. Tínhamos cerca de 800 organismos de políticas para as mulheres em diversos estados e municípios até 2015. De lá para cá esse número vem diminuindo, reflexo de políticas de rebaixamento da representação institucional de mulheres. Com cortes orçamentários, com a política de austeridade fiscal, com o teto de gastos, esses organismos tiveram seus orçamentos estritamente cortados. Tivemos um refluxo dos estados para os municípios e diminuíram de fato esses organismos de políticas para mulheres. O INESC, Instituto de estudos Socioeconômicos, tem feito um monitoramento muito cuidadoso, então o tema do orçamento para políticas de proteção da mulher é muito importante. Os temas que entram com mais força agora: mulher e meio ambiente, vem agora o alerta especial sobre a perspectiva de gênero, em relação aos impactos da mudança climática. Pensar que as mulheres e as meninas são desproporcionalmente afetadas quando há um desastre. Porque muitos dos seus meios de vida dependem do extrativismo, dependem da condição da terra, do território que estão que estão ocupando. E isso traz consequências realmente que poderão definir se uma pessoa vai viver ou não quando vem um desastre ambiental, e os efeitos da mudança. E aí, novamente, a necessidade

de ter mulheres participando das tomadas de decisão sobre metas de enfrentamento: a mudança climática de controle do aquecimento, é imperativo ter um olhar feminino. Eu diria, começa colocando uma indígena lá na frente de todo mundo que a gente vai conseguir entender, uma quilombola e a gente vai conseguir entender um pouco melhor do que essa pandemia está tentando ensinar para gente em relação ao cuidado com o planeta. Essa sabedoria, esse conhecimento que é ancestral e que é adquirido, que ninguém tira dessas mulheres, que são as donas dos nossos territórios precisam ser valorizados e reconhecidos e respeitados. Os direitos das meninas estão colocados também na agenda, porque tem questões da infância. E isso entra muito na questão do casamento infantil, porque para muitos países isso é um problema gigantesco. E aqui ele aparece para nós, não o casamento, mas, por exemplo, o estupro de uma criança e a maneira como ele foi espetacularizado, utilizado de maneira inaceitável nessas últimas semanas aqui e a gente sabe que ela não é a única que passa por isso. E um tema que entra para agenda, que a gente fala que é o tema 13. Mas, que é o tema da questão do cuidado, do cuidado descomunal, as mulheres fazem ao longo da vida e que é totalmente desproporcional dentro de uma casa: o trabalho doméstico. Seja ele pago ou não remunerado. O trabalho doméstico pago é um trabalho feminino não valorizado, quanto o trabalho que não é pago, que é a divisão desigual que impede as mulheres de terem as mesmas oportunidades que os homens para fora do ambiente doméstico. A carga de trabalho da mulher é muito maior do que a dos homens. E vamos para pandemia: quem vai ousar dizer que isso não é verdade? Esses são os temas da agenda que vamos atualizando em relação à Conferência de Pequim, de 1995. Tem uma estratégia de fazer coalizões. A interseccionalidade, como já foi falado aqui, aparece também como necessária de ser encarada especificamente no que se refere às discriminações. A interseccionalidade como Lúcia Xavier já nos ensinou: *“é o jeito que as mulheres pretas encontraram para explicar para as mulheres brancas que tem racismo, que a gente não é igual”*. Realmente pensando as questões étnico-raciais, porque as indígenas precisam ser trazidas para esse olhar também. E por saber que por orientação sexual

muitas mulheres não conseguem continuar vivas. Por amarem o mesmo sexo, ou amar os dois sexos, não podem seguir vivas. E aí todas as discriminações correlatas a isso são importantes de se proferir.

Pensando no âmbito internacional, é importante mencionar a *Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância* promovida pela [ONU](#), a Conferência de Durban (2001). Precisamos tratar esse tema com mais centralidade, em plena década afrodescendente. Pensando globalmente, a agenda está colocada dessa forma, eu vou sempre reforçar que nesse papel dos movimentos de mulheres e movimentos feministas no período de 25 anos para cá, principalmente nos últimos dez anos, as mulheres negras têm esse protagonismo de tensionar de forma muito positiva e necessária a agenda. E aí pensar um pouco Brasil. Eu acho que se a gente for pensar as conquistas institucionais que a agenda de Pequim do ordenamento internacional traz, percebemos a conquista de espaços institucionais e políticas públicas específicas.

Tem sido por meio das políticas nacionais que conseguimos promover a inclusão de muita gente. De novo pensar o Brasil antes e depois da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freire. Eu falo Nilcéia Freire, mas é claro que não estou dizendo que foi ela sozinha. São tantas mulheres que ajudaram a construir esse processo, mas com a liderança, generosidade e a estratégia dela, em articulação com os resultados das conferências. A importância da participação social para que a gente pudesse trazer tantos temas à baila e a gente observa agora tantos temas sendo desligados e apagados. Mas essa secretaria teve um papel importante que multiplicou os organismos, os governos, eu já chorei em relação a isso. Mas, do ponto de vista normativo, eu acho que a gente tem que lembrar de algumas leis importantes. Vou correr o risco de esquecer de outras, mas já falamos da nossa Lei Maria da Penha, que completou 14 anos agora, lei 11.340 de 2006. É uma lei constituída por um consórcio, por um conjunto de organizações que se juntam com deputadas e com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) para pensar uma lei que não é só uma lei de punição, é uma lei de preven-

ção, é uma lei que cria toda política pública que está embaixo dela. Ela estabelece que tem que ter Vara e Juizado Especial, ela estabelece que tem que ter rede de atendimento, que tem que ter casa de abrigo, que tem que ter centro de referência, que tem que ter delegacia da mulher, que tem que capacitar as pessoas, que tem que ter um serviço de atendimento que é o *Ligue 180* (que é o único serviço anterior a lei), o 180 já existia quando a lei chega. Então a Lei Maria da Penha organiza: existe uma coisa que é o consórcio, que é um conjunto de organizações acadêmicas e feministas, que acompanham a implementação da lei. Nesse momento, elas estão atívisimas e tentando resistir ao desmonte da lei, porque existem mais de 160 projetos de lei para alterar a Lei Maria da Penha. Algumas alterações podem ser positivas, tipo as mulheres que ficam deficientes por causa da violência. Tem questões muito importantes sendo olhadas. E tem outras que são para esvaziar a lei pelo ponto de vista da política pública e só aumentar a pena do agressor. Uma perspectiva punitivista que tem agora crescido no nosso país e é um risco para essência da Lei Maria da Penha. Inclusive o consórcio já alertou para isso esse ano, numa reunião com a *ONU Mulherese* com a própria Maria da Penha —ela estava lá, muito viva e presente. Isso tem chamado muito a atenção da bancada feminista antirracista e da bancada feminina como um todo, estão em defesa da Lei Maria da Penha, porque ela pode correr riscos. E toda a política pública que a acompanha, porque se não tem recurso para os equipamentos, você não tem como capacitar pessoas, e pessoas despreparadas não podem falar de gênero na escola e assim por diante. Como você vai prevenir a violência se a gente não pode falar de violência e de como ela ocorre? Outra lei super importante é a Lei do feminicídio, Lei 13.104 de 2015<sup>18</sup>. A lei do feminicídio é

---

<sup>18</sup> No dia nove de março de 2015, entrou em vigor a lei do feminicídio (Lei 13.104/15), o assassinato de mulheres por serem mulheres. A lei considera feminicídio quando o assassinato envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher da vítima. A nova legislação alterou o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) e estabeleceu o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Também modificou a Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/90), para incluir o feminicídio na lista. Com isso, o crime de feminicídio, um homicídio qualificado, tem de 12 a 30 anos de prisão. Fonte: Agência Câmara de Notícias.

um exemplo de como a questão internacional influencia os países, porque essa não é uma lei que nasce do Brasil. É uma lei que vinha do México, tinha outros países também tipificando o feminicídio: o crime de ódio por ser mulher. E ela chega no Brasil e é aprovada sem grandes resistências, porque o feminicídio de fato acontece muito no nosso país. O Brasil é o quinto país que mais mata mulher por feminicídio. Então, essa lei estabelece que o feminicídio é crime hediondo, aumenta a pena para o agressor. Enfim, tem uma série de coisas que começam a entrar no vocabulário da população. O importante é disputar simbolicamente essa cultura. A Lei Maria da Penha é uma lei que pegou. Você fala em qualquer briga, em algum lugar se fala: “cuidado com a Lei Maria da Penha”. É uma lei que as pessoas conhecem. A do feminicídio ainda está tentando chegar, se estabelecer. A Jacqueline Pitanguy<sup>19</sup> fala: “a violência é um tema que está no céu. Entre os debates ninguém vai contra violência contra mulher, mas na prática...”.

Outra lei importante, foi a emenda constitucional 72 de 2013, que foi regulamentado em 2015, que é a lei do trabalho doméstico. Então, a lei do trabalho doméstico é muito inspiradora e inclusive tem orientado outros países. Quando eu estava na Oxfam, ia fazer reunião em Hong Kong e outros países e eles não tinham nem sindicato. E outros países podem ter uma experiência dessa, que é uma experiência das mulheres negras brasileiras. Eu sei, a Benedita da Silva, deputada federal, teve um papel constitucional importante, porque foi uma trabalhadora doméstica e traz essa luta com muita seriedade. Igual a outras pessoas que abraçaram isso. A lei Áurea brasileira tem muito mais a ver com essa emenda constitucional do que a que teve lá para trás na nossa história. Enfim, teria outras, mas a última coisa que eu mencionaria do ponto de vista normativo, que acho que não é norma ainda, e que foi uma decisão recente: a decisão de 2018. Estou falando da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que levou a decisão do Tribunal Superior Eleitoral de destinar 30% do recurso eleitoral para mulheres.

---

<sup>19</sup> Jacqueline Pitanguy – feminista histórica, socióloga, coordenadora executiva da Organização CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação) e membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Nesse ano de 2020 que se conseguiu, a Talira Petrone, deputada federal desde 2018, estava me informando sobre os suportes para as candidaturas negras. Quem fez toda a fundamentação foi a Professora Ligia Fabris, coordenadora do *Programa Diversidade* e professora da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas. Com Leila Linhares Barsted, advogada, Coordenadora Executiva da CEPIA, membro do Comitê de Peritas da OEA para o Monitoramento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI/OEA), esse grupo de mulheres feministas representativas, da maior importância, do Rio de Janeiro. Daí só poderia sair coisa boa para nós. Conseguiram fazer a defesa no STF, conseguiram fazer a sustentação. Teve voto a favor e o TSE depois, com uma incidência importante das deputadas e das senadoras, conseguiram fazer os 30%. Porque é fundamental, não adianta ter a cota, a sua reserva de vaga e não ter condição de fazer a sua campanha, você ser usada como “laranja”. São usadas como “laranja” e fazem suas campanhas para valer com zero dinheiro e com muito pouco recurso. Então, o efeito dessa decisão em 2018, que foi meio confuso e foi em cima da hora, mas foi bom por isso. Hoje faz cinco dias só que foi aprovado. Aumentamos de 10% de representação feminina na câmara para 15% — aumentou 50%. Não estamos na paridade ainda, mas aumentou bastante e ainda não deu tempo de ter estudo de fato. A *ONU Mulheres* fez um estudo com o *Instituto Alziras*, uma organização que tem como missão ampliar e fortalecer a presença de mulheres, em toda sua diversidade, na política e na gestão pública, e que deve estar sendo publicado nesses tempos. E tem a ver com isso. As questões são: você teve acesso às cotas eleitorais? Fez diferença ou não fez? Enfim, várias questões, para algo que está mudando e a gente espera que fique. Teve reação dos partidos. A Benedita da Silva, ano passado, foi super importante para a gente enfrentar isso, junto com outras deputadas federais, da bancada feminina e de todos os espectros políticos, não só as progressistas. É óbvio que estavam tentando derrubar, teve até lei de anistia dos partidos, lei eleitoral e aquelas coisas. Então, eu acho que essas foram conquistas importantes. Eu queria mencionar também a lei 12.990/2014. Eu acho que é mais por uma questão afetiva. Mas eu acho que é importante dizer a Lei de

cotas no serviço público. Ela não dialoga diretamente com a Conferência de Beijing, mas dialoga com a Conferência de Durban (2001). Sabe, acho que o Brasil, com Luiza Bairros<sup>20</sup>, conseguiu aprovar uma lei histórica. E que abre o caminho para a gente ter mais pessoas nesses espaços de poder e de tomada de decisão para vida pública brasileira. Essa lei é muito importante. Eu falo de forma afetiva, porque combinávamos os passos com a ministra Luiza Bairros. Estávamos na Avaliação do Plano Juventude Viva, da Secretaria Nacional de Juventude, exatamente na semana que o Projeto de Lei estava na pauta. Levamos 50 jovens negros para o plenarinho, lá para galeria, gritando “Cotas Já”. E a grande maioria dos deputados votaram a favor. Mas a participação foi muito linda. Lembro até que o funcionário do canal Futura estava sem Identidade (RG), mas o segurança da câmara olhou para ele, viu que era um negro e disse: “ *você tá indo pro negócio da cota? Vai lá*”, expressou uma solidariedade, essa irmandade que foi muito linda. Enfim, acho que do ponto de vista normativo, tem muitas outras coisas de saúde da mulher, por exemplo, tem muitas outras coisas que é preciso fazer. O Brasil se tornou referência no cenário internacional. E acho que por isso que a gente precisa zelar tanto pelas conquistas.

Para fechar, eu acho que a gente nesse momento de pandemia enfrenta muitas violências contra a mulher, esse é um serviço essencial. Não se pode abrir mão, de tratar esse problema como um problema que é de todo mundo e não só um problema que é um problema contra mulheres e meninas. A gente tem ouvido, obviamente, que o abuso em casa vem aumentando. Outro limite que a gente precisa enfrentar é o limite da Lei Maria da Penha, como já foi colocado aqui. Tem uma questão das mulheres negras que não são devidamente atendidas por tudo que a Penha diz. Mas, mais do que isso, também as adolescentes estão fora da Lei Maria da Penha. Então, se gente pensar nas relações abusivas, nas relações que levam à violência psicológica, seja digital,

---

<sup>20</sup> Luiza Helena de Bairros (Porto Alegre, 27 de março de 1953 -Porto Alegre, 12 de julho de 2016) foi militante do Movimento Negro e da luta das Mulheres Negras, um dos grandes nomes do Brasil na luta contra o racismo e o sexismo. Foi ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil entre 2011 e 2014. Intelectual militante responsável pela produção de importantes estudos sobre o tema no Brasil.



seja nas relações interpessoais, essa menina não pode ir para uma casa-abrigo, porque ela não tem 18 anos. Como que os serviços de assistência à criança e ao adolescente estão vendo a violência de gênero com essas meninas. E aí trazendo a questão racial e a questão étnica, como uma lacuna dentre as que a Maria da Penha tem, com todo respeito que a gente tem a essa lei, e que deveria provocar as políticas públicas a pensar isso. Bem, a gente está vivendo esse momento de retrocesso, teve um esvaziamento completo da Política Nacional que estava rendendo resultados federativos importantes. Esse desmonte tem a ver com os cortes orçamentários, tem a ver com as alterações na norma, tem a ver com a não atenção aos serviços de prevenção e atendimento às vítimas. Então, se não tem recurso, como você vai fazer? E tem a invisibilização de vários sujeitos que mal tinham chegado às redes de atendimento. Quero dar um exemplo: das indígenas nas fronteiras. Eu ia fazer um monitoramento das delegacias da mulher e falava: *“Delegada, como estão atendendo as indígenas que vem da fronteira com a Colômbia, do Peru e formam aquela tríplice?”*. A delegada respondia: *“Elas não vêm, porque elas não entendem o que a gente fala”*, o problema do idioma. Como você vai atender essas pessoas? Aí o desafio também com as mulheres migrantes e refugiadas que estão chegando em Roraima. Tem uma série de vulnerabilidades que essas mulheres têm por serem imigrantes, por serem indígenas, serem pobres. Por estarem desprovidas de qualquer proteção e sabemos que muitas delas são expostas a muitos riscos. Esse é um grande desafio que está colocado.

**Eliane Ribeiro:** Podemos ir fechando porque já estamos com duas horas.

**Fernanda Papá:** A gente ia falar das agendas que estão colocadas de fato. A violência, eu queria falar da violência política, que é o tema do meu ativismo profissional, do meu ativismo pessoal nos últimos anos, e que é um dos temas que minam a nossa democracia. A gente vai perceber que quanto mais as mulheres vão ocupar os espaços, maior virá uma reação. Vem a reação para que elas não estejam nesses espaços. Não é?

Isso vem de forma violenta, seja violência psicológica, patrimonial, com violência física e ameaças. E a Marielle Franco é o maior exemplo disso, mas ela não é a primeira. Em 1998, a deputada Ceci Cunha foi assassinada pelo seu suplente e a gente sabe que toda mulher que está no espaço de poder passou por isso, mas não era nomeado. Então, está na hora de nomear. Vamos lutar por uma lei para coibir essa violência e ter maneiras de enfrentar isso coletivamente, é bem importante. Acho que tudo que tem a ver com Direitos Humanos de mulheres, indígenas, quilombolas, lésbicas, bissexuais e transexuais, nesse momento, está ameaçado. E a gente precisa ter estratégias e conectar isso de alguma forma. É importante porque essas pessoas estão realmente nesse momento entre a vida e a morte nos territórios. E aí acho que a resposta, como já conversamos antes, está nessa chegada necessária das mulheres negras — elas são a vanguarda, média guarda e toda guarda que a gente tem de inovação e de enfrentamentos possíveis que temos nesse momento. Quando falamos de como fazer a interseccionalidade na prática, eu diria é: *“saia da frente que tem uma negra, uma indígena, que tem que passar”*.

**Eliane Ribeiro:** Obrigada Fernanda Papa, querida Miriam Abramovay.

**Miriam Abramovay:** Depois de tudo que a Fernanda falou, fica pouco, porque ela falou sobre todos os temas, tocou em todos os temas. Eu só queria reforçar a questão do feminicídio, principalmente de mulheres negras. Que até no feminicídio isso acontece mais com mulheres negras do que com mulheres brancas. Queria reiterar a questão do aborto, tem que ser um tema que volte a ser reivindicado. Eu sei que nesse contexto é muito difícil, mas que volte a pauta na nossa sociedade, porque morrem mulheres com abortos clandestinos e durante a pandemia aumentou a violência sexual contra meninas. O tema da sexualidade não é discutido, são temas que têm que voltar com muita força na agenda das mulheres, das mulheres feministas e principalmente das mulheres negras que estão nesse momento com tanta força e podem nos dar tanta esperança.

**Eliane Ribeiro:** Obrigada Mirian Abramovay. Tauá Pires, querida.

**Tauá Pires:** Só agradecer, só agradecer. Vocês viram que aqui no finzinho eu fui amamentando meu filho.

**Eliane Ribeiro:** Foi lindo!

**Tauá Pires:** Agora a Kamila também está aparecendo com a filha. Eu acho isso maravilhoso. Então, só agradecer e reforçar. Acho que Miriam e Fernanda trouxeram vários desafios em vários campos de mudanças, para as nossas políticas, questões que a gente não pode perder de vista. Quero só reforçar um lado, vamos dizer, assim, mais subjetivo que eu reforcei na minha fala. Então, de certa forma a gente brinca que o termo gênero já não cabe mais, porque já tem tantas nomenclaturas. Mas, eu acho que é fato que a interseccionalidade veio para a gente poder discutir o que feminismo sozinho não estava dando conta. É dado o momento também da gente expandir essa reflexão mais conceitual sobre o tema de gênero, e as mulheres trans estão aí nos ensinando. Só para vocês saberem, todo ano eu preciso responder um relatório que a gente faz desagregação de dados, eu fico me perguntando onde é que eu coloco os não binários e onde é que eu coloco as pessoas trans. Não está cabendo. Essa é a verdade: não está cabendo. Isso tem a ver com uma questão de mudança, que eu também chamei atenção aqui. Então é isso, é transformar as estruturas, é transformar as linguagens. E é construir dentro dos nossos documentos a institucionalização. É como eu falei: para jovens negras as mudanças urgem, é tudo urgente, essas mudanças dos nossos tempos também urgem para que as práticas sejam diferentes. Então, não é mais um convite de mudança, é uma exigência. Não dá mais para vivermos na sociedade sem estarmos transformando as estruturas e passando por essas sutilezas de como a gente se comunica. E tem a ver com o fazer, então não é mais um momento de espera, é um momento de ação.

Agradeço, quero saudar a Wania Sant'Anna, sou uma grande admiradora dela. E me colocar à disposição, Eliane, para a gente conversar, não só sobre os binômios e todas as contradições que eu coloquei

aqui, mas como eu disse também sobre os sonhos e as utopias. Porque a gente não está querendo abrir mão de falar sobre isso. Afinal, a gente vive num tempo em que sonhar virou privilégio, porque as pessoas têm que lidar com a experiência prática. Então, se você pergunta para uma jovem mulher negra “*o que você vai fazer daqui a cinco anos?*”, esse pensamento do *daqui a cinco anos* é um pensamento muito distante, você precisa sobreviver. Então, como é que a gente quebra também essa noção de que o sonho é algo para poucos e que o sonho precisa ser algo presente na vida de todas as pessoas, especialmente das jovens mulheres negras? Obrigada, querida, foi um prazer estar aqui com vocês.

**Eliane Ribeiro:** Bom, quero agradecer muitíssimo, em nome da UNIRIO, foi lindo! Aprendemos muito com vocês. Como o tempo está apertado, peço que Wania faça o encerramento da Roda de Conversa.

**Wania Sant’Anna:** Estamos muito felizes em tocar esse projeto, começou de um jeito e está ficando cada vez melhor. Para nós, isso é muito salutar. E a gente tem tido respostas tão positivas, da disponibilidade de todas virem fazer a reflexão conosco. Isso é uma felicidade. Em especial nesse momento em que vivemos situações bem difíceis, temos a pandemia e, cada dia, acho que é muito pior do que nós havíamos imaginado no dia primeiro de janeiro de 2018. Está colocado para todas um grande desafio. Concordo com o que Miriam falou agora, existe um tema tabu, sobre violência sexual, e obviamente aquelas “arminhas”, aquele dedo armado, têm muitos significados nos corpos das mulheres, das mulheres negras, das pessoas LGBTQ+ e o campo está definido. Então, nós vamos ter que criar estratégias múltiplas. Nós, mulheres negras, brancas e trans. Radicalizaram de um lado. E acho que nós vamos ter que radicalizar do outro, no sentido de dizer que nós não vamos permitir retrocessos na luta em defesa da mulher. Porque se nós recuarmos agora, toda uma construção falha e omissa da nossa democracia recente se perde.

E só para terminar, sobre o que Fernanda Papa falou da história da violência política. Nós, brasileiras, não tínhamos colocado esse as-

sunto devidamente na agenda. Porque eu acho que como feminista, e Miriam também talvez reforce isso, o caso de Marielle Franco naquele março de 2018, quando ela foi assassinada, nós não tínhamos entendido o aviso. Mas era um aviso. Então, eu acho que falar, ter mais mulheres discutindo violência política é uma agenda nova, que eu acho que o feminismo ainda precisa tratar.

Só para lembrar que várias mulheres em lideranças de comunidades foram no passado interdidas no seu direito de representar politicamente sua própria comunidade. Por que que mulheres negras foram retiradas de determinadas associações de moradores? Como é que as mulheres foram interdidas no direito a ser representante sindical, rural? Porque sempre sofrer ameaças? Nossas mulheres ativistas abatidas, as ambientalistas. Então, a gente está precisando reler muitas pautas. Isso será ver a política a partir dos nossos olhares, do olhar feminino e uma forma da gente reverenciar aquelas que foram humilhadas, brecadas e destruídas, objetiva e subjetivamente. Muito obrigada!

As mulheres com deficiência representam ¼ da população feminina no Brasil. Segundo dados do IBGE (2010), 56,57% dos deficientes são mulheres e 30,9% das mulheres com deficiência se declaram negras. Os estudos na área apontam que as mulheres com deficiência têm menor acesso ao trabalho, à saúde, à educação, estão expostas a uma excessiva medicalização e sofrem um conjunto perverso de violências materiais e simbólicas. Os participantes da roda de *conversa “Lutas e conquistas das mulheres com deficiência”*<sup>1</sup>, Luciana Novaes, Pedro Prata, Rita Louzeiro e Thais Becker destacam, com muita propriedade, que a deficiência deve ser compreendida como um importante marcador social de desigualdades, de preconceitos e de estigmas. A roda de conversa aconteceu no dia 24 de setembro de 2020, de forma remota.

## **Na luta: limites, conquistas e direitos das mulheres com deficiência**

*Luciana Novaes  
Pedro Prata (curador)  
Rita Louzeiro  
Thais Becker*

“Nossas questões, enquanto mulheres com deficiência, não são separadas das lutas feministas. Por isso, salientamos a necessidade de compreender que a deficiência, assim como gênero, raça/etnia, geração, sexualidade e classe, nos submete a discriminações que acentuam violações de direitos. Portanto, precisamos de aliadas para o enfrentamento do capacitismo e do machismo, pois a desconstrução destas estruturas excludentes, presentes em todos os espaços da sociedade, se faz urgente.”

Vitória Bernardes  
(Guia “Mulheres com Deficiência:  
Garantia de Direitos para Exercício da Cidadania”)

**Eliane Ribeiro:** o imenso prazer em receber nesta roda de conversa sobre *“Lutas e conquistas das mulheres com deficiência”* a vereadora Luciana Novaes, a advogada Thais Becker, a pedagoga Rita Louzeiro e o nosso querido Pedro Prata. De início, gostaria de fazer

---

<sup>1</sup> A Roda foi conduzida pelas Professoras Eliane Ribeiro, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — UNIRIO, Wania Sant’Anna e Nilda Negreiros, da Associação para Gestão e Políticas Públicas — AGPP.

um agradecimento muito especial ao Pedro Prata, nosso curador nessa Roda. Se não fosse o Pedro, não conseguiríamos realizar o encontro. O Pedro é um parceiro que respeitamos muito, desde quando atuava na Secretaria Nacional de Juventude, sempre com muita seriedade e comprometido com a defesa dos direitos humanos no Brasil. Nossa gratidão. Por favor, Nilda e Wania, se apresentem.

**Nilda Negreiros:** Primeiro, quero agradecer imensamente ao Pedro, à Taís, à vereadora Luciana e à Rita por estarem conosco. Agradecer e dizer que o desejo é que a gente faça um grande barulho com o material final e mostre para a sociedade que são temas valiosos, que precisam ser debatidos, discutidos com foco em políticas públicas. Obrigada e que tenhamos uma boa hora de trabalho.

**Wania Sant'Anna:** Quero agradecer a todas vocês e a Pedro, em especial, pelo que já foi mencionado por Eliane, pela sua generosidade em nos reunir aqui. Todos nós temos especificidades e com certeza será melhor trabalhada se nós tivermos esses canais de escuta, de debate. E estamos convencidos do papel que a universidade tem nesse debate. Muito obrigado.

**Eliane Ribeiro:** Gostaria de apresentar o Pedro Prata, porque o Pedro é o nosso curador, ele que reuniu esse grupo extremamente qualificado e potente para a discussão. O Pedro Prata é Mestre em comunicação e Coordenador Geral da ONG *Escola de Gente Comunicação e Inclusão*<sup>2</sup> uma importante organização que tem o propósito de colocar a comunicação a serviço da inclusão. Eu tive a oportunidade

---

<sup>2</sup> A *Escola de Gente – Comunicação em Inclusão* é uma organização não governamental fundada em 2002 com o propósito de colocar a comunicação a serviço da inclusão na sociedade, principalmente de grupos vulneráveis como pessoas com deficiência. É um centro de criação de metodologias, programas e projetos inovadores que promovem práticas acessíveis e inclusivas. A comunicação é a estratégia de atuação para disseminar direitos que não são priorizados pela sociedade, especialmente os que se referem à infância e juventude. A missão é transformar políticas públicas em políticas públicas inclusivas para que pessoas com e sem deficiência exerçam seus direitos humanos desde a infância. A escola foi idealizada por Claudia Werneck, ativista brasileira em direitos humanos, pioneira na disseminação do conceito de sociedade inclusiva (ONU) na América Latina. Disponível em: <https://www.escoladegente.org.br/>

e a sorte de trabalhar com o Pedro na Secretaria Nacional de Juventude. E conhecer essa potência que ele é, sempre agitando novos temas, novos sujeitos, desvelando novas realidades. Hoje é o nosso curador para a realização dessa roda e é uma honra para a UNIRIO ter o Pedro Prata como curador, entregamos a ele a coordenação das nossas três grandes parceiras: Thais Becker, Luciana Novaes e | Rita Louzeiro. Pedro, é com você.

**Pedro Prata:** Obrigado de verdade. Eu aceitei ser curador porque, de fato, eu tenho uma admiração por você, Eliane Ribeiro, a Lili, porque você é aquela professora que sempre fala que dá para resolver, dá para fazer, propositiva. Eu lembro exatamente que não nos conhecíamos na minha primeira semana na Secretaria de Juventude, tínhamos uma questão pra resolver, que eu não me lembro exatamente qual era, alguém falou *“vamos ligar pra Eliane, nossa Professora Lili da UNIRIO, por que ela pode ajudar”* e eu falei *“ela não vai ter essa solução, imagina, aquela coisa de universidade, aquela burocracia”*. Ligamos e ela respondeu *“pode deixar, vou falar com a reitoria e tentar resolver”* e eu pensei *“quem é essa maluca que topou isso? Vai dar muito errado”*. Mas deu tudo certo. Você é uma pessoa que eu aprendi sempre a tentar para resolver os problemas, isso é muito valoroso, pessoa que a gente conhece ao longo da vida, pessoas que no serviço público fazem as coisas acontecerem.

Daí eu fiquei pensando qual seria o meu papel numa conversa sobre deficiência e sobre mulher, porque eu não tenho deficiência e não sou mulher, mas eu aprendo tanto com o tema da acessibilidade, da inclusão, da deficiência. Desde os dezoito anos é um tema que eu pesquiso, que eu me aprofundo, que de alguma forma eu tenho uma relação muito próxima, muito próxima mesmo. Eu acho que toda a minha formação em comunicação mudou radicalmente quando eu entendi o que era acessibilidade, o que era deficiência. E esse ano eu estou vivendo a experiência de ter uma mãe com deficiência e os desafios todos que eu acompanhava em teoria e agora passei a acompanhar na vida real. A minha admiração por mulheres que transformam a sociedade a partir desse tema aumentou, se multiplicou



de um jeito muito inédito. Eu tentei chamar pessoas com perfis diferentes que eu acho que vão enriquecer a conversa. Temos uma mulher legisladora que é um marco na cidade do Rio de Janeiro, que é uma figura respeitadíssima, uma pessoa que além de muito generosa, muito carinhosa, tem uma força que a cidade toda hoje já reconhece. Para nós é um privilégio ter a Luciana Novaes<sup>3</sup> aqui. Depois convidei uma mulher da academia que está pesquisando o tema que é a Thais Becker Henriques Silveira<sup>4</sup> e na mesma hora se prontificou. Eu não conheço a Thais pessoalmente, mas todo mundo fala da Thais com muita qualidade. Thais é advogada e hoje cursa o Mestrado na USP, estudando o tema sobre direitos da pessoa com deficiência. Por fim, convidamos a **Rita Louzeiro**<sup>5</sup>, que é uma militante daquelas que a gente fala “Nossa! O país precisa de mais Ritas!” Rita é pedagoga, ativista autista pela neurodiversidade e pela inclusão das pessoas com deficiência do Brasil. É membro da coordenação da *Abraça* (Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas).

---

<sup>3</sup> *Luciana Novaes cursava enfermagem em 2003, na Universidade Estácio de Sá, zona norte do Rio de Janeiro, quando foi atingida por um tiro de bala perdida no campus do Rio Comprido, fato que mudou a sua vida: ficou tetraplégica e dependente de ventilação mecânica. Mas nem o diagnóstico de apenas 1% de chance de sobrevivência a fez desistir. Luciana não só superou as dificuldades, como também se adaptou a nova vida e voltou a estudar, formando-se em Serviço Social e concluiu pós-graduação em Gestão Pública. Atuou também como palestrante motivacional e conselheira de Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência. Em 2016, após a terceira tentativa a um cargo parlamentar para ajudar mais pessoas, o que considera sua missão de vida, foi eleita a primeira vereadora tetraplégica do Rio de Janeiro. Desde então, vem lutando por uma cidade melhor para todos os cariocas. Informações disponíveis em: <https://www.vereadoraluciananovaes.com.br/>*

<sup>4</sup> Thais Becker é mestranda em Direito pela Universidade de São Paulo. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Titular do Prêmio Alumni 32' Luiz Carlos Cancellier de Olivo por Envolvimento Estudantil com a UFSC. Residente no Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos do Ministério Público de Santa Catarina. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas das Políticas Públicas para Inclusão Social da USP e do Núcleo de Estudos sobre Deficiência da UFSC. Militante na área dos direitos das pessoas com deficiência e integrante como membro especial da Comissão de Direito das Pessoas com Deficiência da OAB/SC. Durante a graduação integrou o Centro Acadêmico XI de Fevereiro e foi pesquisadora de iniciação científica – PIBIC (ID Lattes: 5471526315483530). Thais Becker cursava a faculdade de Direito, em 2015, quando sofreu um acidente de carro que a deixou tetraplégica.

<sup>5</sup> Rita Louzeiro é pedagoga formada pela Universidade de Brasília (UNB). Audiodescritora e ativista autista pela Neurodiversidade e pela inclusão das pessoas com deficiência do Brasil. É membro da coordenação da *Abraça* (Associação brasileira para ação por direitos das pessoas autistas) e da *Rede-In* (Rede Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência). Participa e promove rodas de conversa, palestras, audiências e outros eventos sobre inclusão, neurodiversidade, educação e acessibilidade.

Essa multiplicidade que a gente tem aqui hoje vai ser muito rica para conversar. Eu combinei mais ou menos uma dinâmica de cada uma falar dez minutos sobre o tema, eu vou ser um pouco chato nos microfones, como está gravando, a qualidade do áudio influencia mais ainda. E também no tempo, cada um fala dez minutos e depois trocamos algumas questões e vai fluindo ao longo dessa próxima hora, tudo bem? Eu vou pedir pra Luciana começar, depois a Thais e depois a Rita, tudo bem assim? Pode ser? Vamos lá gente. Luciana você começa.

**Luciana Novaes:** Oi, boa tarde a todos e todas, vocês conseguem me escutar bem? Primeiramente eu queria muito agradecer pelo convite porque eu acho que esse tema é um assunto muito importante e que ainda é pouco discutido na nossa sociedade. Para quem não me conhece, eu sou Luciana Novaes, eu sofri um acidente em 2003 quando eu estava dentro da faculdade, tendo aula, fui atingida por uma bala perdida e fiquei deficiente. Em 2016 me tornei a primeira vereadora da história do Rio de Janeiro com tetraplegia e desde 2003 eu sinto na pele as dificuldades de uma mulher com deficiência. Nunca é fácil mudar assim de hora para outra, mas quando acontece a gente não pode se abater, a gente não pode deixar de existir por conta dos obstáculos da vida, das dificuldades. Precisamos lutar e ter forças, foi isso que eu fiz e acredito muito — na época do meu acidente eu só tinha 1% de chance de sobreviver — que Deus me deixou viva com a missão de estar lutando por uma sociedade melhor para todos nós. Eu acho que a pauta da mulher é uma pauta que a gente precisa discutir, porque infelizmente ainda tem muito preconceito na nossa sociedade. A gente pensa que não, mas a mulher na visão de alguns homens ainda tem que estar em casa, não tem que estar em todos os lugares, não tem que ter os mesmos direitos que eles. Infelizmente ainda há esse preconceito, esse machismo na nossa sociedade em pleno século XXI. Eu sei que não é uma tarefa fácil, mas a gente vive num mundo capacitista, onde nós somos colocadas à prova em todos os momentos, nós mulheres, nós mulheres com deficiência. E eu vou falar pra vocês: não é fácil ser mulher e deficiente na política, sabe? É difícil demais. As pessoas já olham para

a gente de uma forma diferente e eu estou como vereadora municipal do Rio de Janeiro, sendo que lá são 51 vereadores e só tem 6 mulheres, tínhamos 7 mulheres, mas infelizmente uma tragédia ocorreu. Então hoje em dia são só 6 mulheres na câmara municipal e eu acredito que a mulher tem que ter uma representatividade maior na nossa sociedade em todos os lugares, nós precisamos ter mais mulheres na política e eu considero um ato político, por exemplo, eu acordar, ir trabalhar, sabe? E saber que eu estou com uma representatividade para muitas mulheres com deficiência, assim como eu e isso faz toda a diferença na minha vida. Por anos nós fomos muito invisibilizadas e eu acredito muito que nós precisamos de uma mudança, hoje estamos cada vez mais atuantes e eu acredito que são bate-papos assim como esse aqui que projetam nossas constantes buscas pelos nossos direitos. Não podemos mais permitir sermos invisibilizadas em aspecto nenhum e essa invisibilidade no campo da violência se dá por muitos motivos, um deles, eu acredito, é a grande dificuldade para fazer as denúncias, sabe? Aqui no Rio de Janeiro foi aprovada uma lei para que houvesse delegacias adaptadas para pessoas com deficiências, mas infelizmente essa lei não foi colocada em prática. Já não é uma coisa fácil mulheres sem deficiência denunciarem, imagina para mulheres com deficiência. Eu acredito que a situação é de medo: muitas vezes falta de apoio da família e até mesmo uma relação de afeto com o agressor. Isso só piora cada vez mais quando se fala de mulher com deficiência, no caso das surdas, por exemplo. Eu fico pensando muito nisso: como as mulheres surdas vão chegar nas delegacias para fazerem a denúncia, como elas vão dialogar se não há um intérprete de libras ali presente no local, como elas vão poder se comunicar. Fica totalmente inviável e acaba sendo mais um empecilho para que sejam feitas essas denúncias. E as mulheres com deficiência que dependem de seus agressores para questões básicas de locomoção? Muitas vezes até a mulher necessita do companheiro que a está agredindo — a gente tem que lembrar que não é só física, pode ser psicologicamente. Então fica muito difícil para a mulher com deficiência que depende daquele homem, daquele agressor, para denunciar. Me espanta muito que ainda hoje não tenhamos nenhum dado sobre a violência contra as

mulheres com deficiência. As informações sobre esses casos específicos não constam nos registros oficiais e acho isso um absurdo, pois é extremamente importante que as mulheres com deficiência sejam escutadas já que nós somos dentro da população feminina um grupo com muito mais vulnerabilidade. Nós mulheres com deficiência temos essa dupla vulnerabilidade, vamos dizer assim, primeiro por ser mulher e segundo ser deficiente, o que dificulta a pessoa de se defender ainda mais dos abusos. Na prática, é muito mais complicado do que se pensa.

Eu fico pensando: se fosse no meu caso — que graças a Deus vivo em um ambiente de extremo afeto e cuidado. Imagina, eu que sou tetraplégica, não tenho um movimento, como eu faria para denunciar o agressor que convive comigo? O meu grau de vulnerabilidade é muito alto comparado a uma mulher sem nenhuma deficiência e nós precisamos de políticas eficazes para que essas mulheres possam se defender. Qualquer mulher tem que ter o direito de fazer suas denúncias, independentemente de suas especificidades, mas eu acredito que nós precisamos estar juntas, precisávamos ter mais políticas de conscientização para as mulheres. Nós vemos que a política avançou um pouco, mas acredito que precisamos ter uma conscientização das mulheres, incentivar mais para que essas mulheres denunciem, para que elas possam saber que se estiverem morando com agressor, existe um local onde ela possa ser acolhida, algumas casas que possam acolhê-las. Precisamos fazer uma divulgação mais ampla, acredito nisso, e acredito que quanto mais for divulgado, mais as mulheres serão incentivadas a denunciar.

**Pedro Prata:** Obrigado Luciana. Me marca muito a questão do não suporte de abrigos para mulheres que precisam sair de casa. Eu acho que não existe, não aqui no Rio, eu já fui gestor na Secretaria de Direitos Humanos e ação social no Estado e não tinha nenhum tipo de mecanismo para que pudessem sair de casa e não conviverem com seus agressores. É um ponto que precisamos pensar. Eu vou passar para a Thais.

**Thais Becker:** Boa tarde a todas e todos, eu queria primeiro agradecer ao Pedro e a UNIRIO pelo convite, é um prazer estar aqui

junto com mulheres que eu ainda não conhecia, mas já estou muito feliz desde já pelo que eu ouvi, eu vou aproveitar para fazer minha descrição bem brevemente: eu sou uma mulher branca, tenho os cabelos ruivos que estão soltos, olhos claros, estou com fone de ouvido branco, uso uma camiseta preta de manga comprida e estou usando batom vermelho. Atrás de mim tem uma parede com alguns quadros e no meu lado direito uma janela. Bom, como o Pedro falou, me coube fazer uma fala talvez um pouco mais teórica, mas, como tem que ser, sem ser descolada da realidade, até porque eu sou uma mulher com deficiência. Como foi mencionado pela Luciana, eu também me tornei mulher com deficiência durante a graduação, cursando a faculdade de Direito. Isso impacta de diversas formas a nossa vida e no meu caso, especificamente, também aquilo que eu estudo e que eu trabalho sobre. Sou formada em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina e atualmente eu faço Mestrado em Direito na Universidade de São Paulo – USP. A minha pesquisa é sobre gênero e deficiência em políticas públicas, justamente nessa área de uma política pública de combate e enfrentamento à violência contra as mulheres com deficiência. O tempo é curto então vou tentar fazer uma fala mais geral, deixando algumas pistas para que todo mundo que quiser se aprofundar, se inteirar mais, saiba onde procurar essas informações.

Bom, o nosso tema orientador da conversa é o fato de a violência contra mulher com deficiência ainda ser tão invisibilizada. Para responder a essa pergunta, precisamos pensar uma outra coisa antes, que é: será que existe uma diferença entre a violência que sofre uma mulher com e uma mulher sem deficiência? E se existe essa diferença, qual é ela? E a que ela se deve? Quais são os fatores então que fazem com que a experiência da violência para uma mulher com deficiência seja diferente? Sabemos que a violência contra mulher é um crime, é uma violação de direitos, mas infelizmente ela acontece na vida de muitas mulheres. E essa violência tem raízes nas diferentes significações que atribuímos ao que significa ser homem e o que significa ser mulher. Esses valores sociais acabam gerando a prática discriminatória e esses atos de violência, mas essa prática não se reduz só a categoria gênero, acaba

tendo intersecções com outros marcadores sociais. É a partir daí que passamos a pensar sobre a violência contra a mulher com deficiência, e poderíamos avançar um pouco na discussão sobre o que significa a interseccionalidade. O que é então a interação desse marcador, gênero e deficiência, não vou ter tempo para avançar muito nessa parte, mas, em geral, o que eu poderia fazer é a sugestão da leitura de duas autoras: a Kimberly Crenshaw<sup>6</sup>, uma autora estadunidense, uma mulher negra. É importante pautar que essa discussão da interseccionalidade surge pelo movimento feminista negro discutindo a interseção de raça. O debate tem avançado para se pensar na interseção de outros marcadores. Inclusive, no caso específico, o marcador de gênero e deficiência. Temos também uma importante autora brasileira: a Carla Akotirene<sup>7</sup> que escreveu um livro chamado *Interseccionalidade*, faz parte da coletânea *Feminismos Plurais* que foi coordenado pela Djamila Ribeiro<sup>8</sup>, onde ela traz referências teóricas muito expressivas. Então, se vocês quiserem se aprofundar, é um livro de fácil compreensão. O importante em falar sobre a interseccionalidade é que precisamos compreender que ela não é a soma de fatores. A gente está pensando em como tudo isso se relaciona e produz pontos interseccionais, em que a experiência da mulher com deficiência vai ser totalmente diferente da experiência de uma mulher sem deficiência, da experiência de um homem com deficiência. Mas então o que faz com que haja invisibilização? E silenciamento? A gente pode pensar em dois motivos principais que diferem. A experiência específica da mulher com deficiência, quais são? A pri-

---

<sup>6</sup> KimberleCrenshaw é Professora de Direito da Universidade da Califórnia e da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. Pesquisadora e ativista norte-americana nas áreas dos direitos humanos, raça e gênero. Desenvolveu o conceito da interseccionalidade. CRENSHAW, Kimberle. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. *Rev. Estud. Fem.* [online], v.10, n.1, 2002, p.171-188.

<sup>7</sup> Carla Akotirene é pesquisadora no tema feminismo negro no Brasil, na perspectiva da interseccionalidade. AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo : Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

<sup>8</sup> Djamila Ribeiro – Escritora e filósofa. Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (2012). Possui Mestrado em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo. Tem experiência na área de Filosofia Política, com ênfase em teoria feminista, atuando principalmente nos seguintes temas: relações raciais e de gênero e feminismo. É autora das seguintes publicações: *Lugar de Fala* (2017), *Quem tem Medo do Feminismo Negro?* (2018) e *Pequeno Manual Antirracista* (2019). ID Lattes: 0264546132857519.

meira delas em relação aos estigmas, ao desvalor e ao descrédito que é atribuído à própria experiência da deficiência, isso pensando na violência doméstica e familiar e no exercício dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres com deficiência, que tem dois desdobramentos: a infantilização e a hipersexualização dessas mulheres. Então primeiro a gente pensa que as mulheres com deficiência não vão exercer a sua sexualidade, então são mulheres que não têm relações, em princípio, de afeto e que não vão ter relações sexuais, não vão se casar, não desejam ter filhos. Neste sentido a gente, em princípio, não percebe a mulher com deficiência como, sim, uma possível vítima de violência sexual, violência doméstica e familiar. Então essa infantilização influencia muito nesta não percepção por vezes da própria mulher com deficiência. Ao mesmo tempo, tem a questão da hipersexualização isso acontece muito com as mulheres com deficiência intelectual por que a gente pensa que essas mulheres não conseguem, se elas não teriam capacidade vamos essas palavra de se autogerir. E aí há uma violência que eu vou falar um pouquinho mais para frente mas já vou dar um *spoiler* aqui: é uma violência institucionalizada porque tem a questão da esterilização de muitas dessas mulheres. E o segundo aspecto são esses estigmas, o segundo aspecto seria a falta de acessibilidade, foi isso que já foi muito falado. Na fala anterior que é essa questão das barreiras.

Então a gente tem barreiras arquitetônicas, mas não só, a gente tem barreiras informacionais e comunicacionais e principalmente barreiras atitudinais que são os preconceitos contra as pessoas com deficiência. Neste caso, especificamente, contra as mulheres com deficiência, podemos pensar em exemplos, não vou conseguir trazer todos assim de violências específicas para as mulheres com deficiência. Um deles é essa questão da esterilização involuntária, e aí eu indico uma dissertação de Mestrado muito boa sobre esse tema que foi escrita pela Hebe Regis e chama: *Mulheres com deficiência intelectual e a esterilização involuntária — de quem é esse corpo?* E nesse trabalho ela justamente traz a diferença no que se refere a pessoas com deficiência intelectual do gênero feminino e masculino e ela mostra como as mulheres são esterilizadas e os homens com a mesma deficiência não são, justamente

pelo atravessamento dos gêneros, a gente entende que a responsabilidade pelo cuidado depois vai ser da mulher, não vai ser do homem. Então tudo isso se atravessa e acaba constituindo formas diferenciadas de violência, tem a questão da capacidade civil que a gente teve uma alteração jurídica. Mas também não vou me adentrar, mas isso influencia bastante, assim como os outros critérios que são fatores de vulnerabilização da mulher, que essa questão da dependência física. Nas relações de cuidado, muitas vezes, já estou me encaminhando para o fim, porque eu sei que já tá dando tempo, o responsável pelo cuidado também vai ser o agressor. Além da dependência financeira: nós temos dificuldades de nos inserir no mercado de trabalho e isso impacta, sim, na nossa possibilidade de fazer denúncia, na falta de informação e materiais acessíveis em libras, com linguagem simples, direta. E a impossibilidade de fazer a denúncia, enfim, tudo isso.

Eu vou trazer um relato bem pequeno que eu acho que é importante a gente também dar voz a essas Mulheres, a nós mulheres com deficiência. É um relato bem forte, ele foi feito no relatório sobre violência contra as mulheres com deficiência promovido por um instituto de Nova Iorque. É um relato de uma mulher com deficiência vítima de violência que traz muito desses aspectos que eu trouxe. Ela falou o seguinte *“meu marido ficava furioso quando eu me recusava a fazer sexo com ele e ele continuava a gritar comigo e me agarrava até eu desistir só para calar a boca dele, ele me controlava, não me deixava sair do quarto jogava ou quebrava minhas bengalas canadenses. Certa vez ele rasgou o meu pijama enquanto eu dormia. Cada um de nós procurou aconselhamento individual e agora a situação entre nós está bem melhor, porque compreendemos a origem desses problemas”*. Eu acho que esse relato traz um pouco do que eu falei, uma perspectiva mais teórica da interseção desses marcadores e o quanto isso é necessário. É urgente pensar numa política pública que de fato reconheça as mulheres com deficiência nas suas especificidades, pensando em todos esses atravessamentos. Só uma sugestão de leitura final que eu faço, eu participo também do coletivo feminista Helen Keller, que é um coletivo de mulheres com deficiência, e nós produzimos neste ano um guia, que é o guia *mulheres com deficiência – garantia de direitos para o exercício*



*da Cidadania*<sup>9</sup>. Esse guia foi feito só por e para mulheres com deficiência, discutindo muito dessas questões de violência, direitos sexuais e reprodutivos, qual é a rede de enfrentamento à violência doméstica. Então fica a sugestão. Ele está disponível nas redes sociais tanto do coletivo feminista Helen Keller como no meu Instagram, que é Thais Becker Silveira. Qualquer dúvida a gente segue à disposição. Obrigada.

**Pedro Prata:** Thais, super obrigado. Eu recebi o guia esse ano e é realmente muito bom, é muito bem feito, muito editado, conteúdo muito rico. Eu achei muito bacana mesmo, parabéns. Eu vou passar para Rita Louzeiro, a Rita além de ser uma super militante, além de ser mulher com deficiência, também é responsável pelo irmão que também tem deficiência. Quando a gente pensa o lugar da mulher com deficiência, eventualmente esquecemos do lugar da mulher que cuida de uma pessoa deficiente na família. Porque, invariavelmente, por mais que uma família tenha recurso financeiro e por mais que o pai, por exemplo, seja considerado um pai bacana, só porque ele faz o papel básico de pai, toda administração mental da deficiência está com a mulher. É uma coisa muito impressionante: a educação, a terapia, a fisioterapia, toda administração mental da criança com deficiência fica sempre com a mulher. É um outro debate também superimportante, sobre essa mulher que não tem deficiência, mas que é a responsável pelo um familiar com deficiência, isso é muito forte também. Rita é com você!

**Rita Louzeiro:** Bom dia! Eu preparei minha fala e coloquei essa questão das cuidadoras. Chamamos cuidadora no feminino já para fazer uma provocação mesmo. A Thais falou do guia feito pelo coletivo Helen Keller, eu participei desse guia também e participei de um curso feito pela prefeitura de São Paulo voltado para a capacitação da rede de segurança sobre a questão da violência contra mulher e uma

---

<sup>9</sup> Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1sS\\_5cg5sL0ONs2qtDlk4v8sNgCcUprg7/view](https://drive.google.com/file/d/1sS_5cg5sL0ONs2qtDlk4v8sNgCcUprg7/view) <https://www.facebook.com/coletivofeministahelenkeller/> e <https://vozesfemininas.com.br/2020/05/27/guia-feminista-para-mulheres-com-deficiencia-garantia-de-direitos-para-o-exercicio-da-cidadania/>

das coisas que eu acho que responde ou pode ser um caminho para entender essa pergunta norteadora, sobre porquê da violência contra as mulheres com deficiência ser tão invisibilizada, eu acho que está na nossa lei brasileira de inclusão, na legislação maravilhosa, sempre enfatizando isso. Temos uma legislação maravilhosa com relação às pessoas com deficiência aqui no Brasil e a nossa legislação traz um ponto que é importante, que é desenho universal. Quando pensamos em produtos e serviços e consideramos o desenho universal, já incluímos na sua formulação, na formação desses produtos e serviços, a previsão de que vamos atender todos os tipos de pessoas, incluindo mulheres com deficiência e sem deficiência, pessoas de classes diversas e de etnias diversas. Esse ponto eu acho importante e acho que a universidade pública de modo geral tem um papel fundamental de promover pesquisas tanto teóricas, tanto práticas para que a gente consiga de fato adentrar às políticas públicas e também a produção mesmo de produtos e serviços na iniciativa privada, considerando tudo que já temos de legislação, a universidade pode ser essa ponte. Um outro ponto que aí já vem a partir desse desenho universal mesmo, é a questão da acessibilidade que já foi tratada aqui: quando pensamos em acessibilidade, não tem como ignorar pessoas. As características ou barreiras, teoricamente, que eu vejo é que já temos todo o arcabouço que precisamos para que essa violência não apenas deixe de ser invisibilizada, mas que ela diminua drasticamente, para que as mulheres possam, consigam denunciar e tenham de fato acesso à proteção, a uma rede de proteção. E aí essa ideia de rede de proteção é muito importante, porque como trouxe a Luciana, a questão dos lugares de acolhimento, tudo isso faz parte da rede. Quando a gente pensa nessa questão que o Pedro falou, que mulheres tendem a cuidar de pessoas com deficiência, idosas, crianças, dentro das famílias brasileiras, sempre somos nós mulheres que cuidamos. Quase que é uma cultura. É cultural: se um avô que precisa de cuidados é uma mulher que vai assistir. Muito raramente vão pensar que um homem vai cuidar. A falta dessa rede gera, tanto para as pessoas com deficiência, quanto para seus familiares, um custo que a gente chama de custo da deficiência. E que esse custo é pago por

nós: pessoas com deficiência, familiares de pessoas deficientes. Aí o Pedro citou meu irmão queridíssimo, Sérgio. Sérgio é adulto, é autista também, não oralizado com um grau de demanda, de suporte que é o oposto ao meu. Eu tenho pouco grau de demanda de suporte, ele tem uma demanda de suporte que é diária, é 24 horas por dia. Então me revezo com a minha mãe para fazer, duas mulheres, não por acaso, para fazer esse acompanhamento dele, dar esse suporte, essa rede que eu monto com a minha mãe. Ela é fruto de uma violência do estado e da sociedade de modo geral, porque como o Sérgio não tem essa rede que todo mundo tem, que é um transporte que as pessoas conseguem acessar, escola. Meu irmão não teve acesso à escola, então tem uma consequência gravíssima na fase adulta. A rede de saúde, a última vez que eu levei ao Clínico, ele o chamou de paciente psiquiátrico para não querer atendê-lo, porque estava com problema intestinal. Com esse termo: *“mas ele é paciente psiquiátrico!”*. Então existe essa cultura, assim como as pessoas com deficiência estão historicamente isoladas, excluídas, a sociedade de modo geral ignora a existência. Respondo: ele é paciente psiquiátrico, ele faz uso desse serviço no seu entendimento, mas neste momento ele está com um problema clínico, como todo mundo pode ter, uma dor de dente, qualquer coisa. Mas se temos essa cultura aí, chega numa delegacia da mulher e não vai ter uma rede preparada para atender a mulher com deficiência, porque essa mulher foi ignorada. Então eu penso assim, voltando lá na questão do desenho universal, eu sempre bato nessa tecla porque eu vejo nessa ideia de você criar produtos e serviços pensando no todo, no conjunto de pessoas que vão usar esses produtos e serviços uma estratégia não só inclusiva como inteligente. É também de acordo com a ideia de uma economia que funciona bem, porque se você tem pessoas acessando os produtos, tendo condições de trabalhar, ter sua renda, você tem também uma economia que foi melhor. Estou dizendo isso porque no ativismo do movimento autista e do movimento de pessoas com deficiência, a gente escuta muitas desculpas para não implementar qualquer ação de inclusão, desculpas muito absurdas do tipo: *“ah mas isso vai encarecer”*; *“ah mas isso vai custar muito para o estado”*. Teve um projeto de acessibilidade

para as praias, por exemplo, que prefeitos estavam argumentando que isso seria péssimo porque as pessoas iam processar as prefeituras que não conseguissem implementar acessibilidade. Qualquer desculpa, por mais absurda que seja, vai aparecer quando a gente fala em propostas de inclusão e quando a gente fala com relação à violência contra mulheres com deficiência, e essas têm um impacto que é mais perceptível. Uma mulher que está sofrendo violência dentro de casa e que tem uma deficiência, portanto, ela está mais vulnerável porque ela já não tem essa rede de apoio externa, não conseguiu acessar nenhum canal de denúncia. Então, você fica preso numa situação de violência, uma mulher com deficiência vai ter um grau de vulnerabilidade tamanho que ela não consegue sair dali sem o mínimo de apoio. Então temos que construir a sua rede. Eu quero fechar só dizendo que a universidade, sobretudo a pública, tem um papel importantíssimo nesse caminho todo, também com a questão do diagnóstico. Diagnóstico de autismo em mulheres, por exemplo, é uma coisa que estamos discutindo agora, eu fui diagnosticada já adulta, e o fato de mulheres autistas não terem diagnóstico, faz com que elas tenham e enfrentem uma série de barreiras sem nem entender, e é horrível. Muitas mulheres entram em relacionamentos abusivos, não conseguem sair, não conseguem se manter no emprego, porque não têm nenhum diagnóstico para você poder acessar minimamente uma rede de apoio, nem que seja virtual, nem que seja para se entender como uma mulher autista. Então, o papel da universidade para fazer a ponte do que já temos de legislação e as políticas públicas e os produtos e serviços que vêm na iniciativa privada, eu acho que é fundamental. Obrigada.

**Pedro Prata:** Muito obrigado. Eu, toda vez que ouço a Rita, aprendo mais um pouquinho. Eu queria fazer duas questões, uma rodada de fala de vocês, com dois temas principais: primeiro essa questão do descrédito da mulher que precisa denunciar violência. Eu ouvi dois relatos, de uma mulher surda e de uma mulher cega: o primeiro, de uma mulher surda contando como funciona o estupro com a mulher surda, muito cruel, mas alguns homens estupram na expectativa

de que a mulher não vai gritar e se defender, isso é de uma perversidade imensurável; o segundo relato foi de mulheres cegas que não conseguem comprovar na justiça quem é o homem que a violentou, porque não compreendemos o que é uma pessoa que não enxerga. Então eu queria um pouco ouvir de vocês esse descrédito, que talvez as mulheres com autismo passem também, que é isso de novamente não serem reconhecidas como pessoas que sabem o que estão falando, é basicamente isso.

E pro outro tema eu queria fazer dois relatos que aconteceram com a minha mãe esse ano. A minha mãe morava em Minas e veio para o Rio cuidar de uma dor nas costas, descobriu um câncer, perdeu o movimento das pernas e não voltou mais para casa dela, ficou comigo. Durante muitas semanas, eu e a minha mãe ficávamos muito constrangidos com situações que passamos, por conta dessa nova condição de minha mãe: uma pessoa sem mobilidade. Ela foi fazer um exame de ressonância magnética e foi na cadeira de roda, não sei se a Thais já percebeu essa situação. Quando chegamos para fazer a ressonância magnética, a cadeira de rodas não podia entrar na sala. Daí surge a questão: como é que a pessoa vai entrar? Ficamos por muito tempo tentando, o lugar do exame não tinha uma solução para isso, não estava preparado para a deficiência. A minha questão é: vocês consideram que a falta de acessibilidade, que é o vivido por minha mãe numa sala ressonância, se encaixaria, inclusive juridicamente, numa violência simbólica? Porque eu a senti muito violentada mesmo, ao final, eu e uma outra pessoa carregamos a minha mãe da porta até a prancha da ressonância. Foi rápido, mas muito tenso. Então, dois casos de descrédito e violência simbólica por falta de acessibilidade.

**Rita Louzeiro:** A questão do descrédito é muito preocupante, o que acontece: as mulheres autistas, principalmente adultas que falam bem, sempre ouvem as pessoas falarem para nós: “*mas você fala muito bem*”, ou então: “*você escreve bem*”. Já têm o descrédito de não serem consideradas autistas. Eu tenho um laudo do SUS, eu faço terapia pelo SUS e não sou reconhecida como uma mulher autista, a perícia não

me reconhece, então não tenho acesso a nenhum tipo de adaptação. Aí imagina a interseção do descrédito que mulheres de modo geral já sofrem com relação à violência, principalmente violência sexual, interseccionando com esse descrédito em relação à mulher com deficiência, é extremamente violento. Tem a questão do capacitismo<sup>10</sup> que vai dizer assim: “*ela não sabe o que está falando*”, é interessante, porque eu não sou autista para ter direitos, mas eu sou autista para sofrer algum tipo de punição, ou ser considerada menos capaz, entende? Então essa interseção é muito cruel. Eu acho que a gente consegue ter algum vislumbre de solução com relação a isso, por meio de dados, não só a legislação, mas porque eu vejo que os governos, as pessoas, se convencem muito mais através dos dados. Então se você tem dados científicos, pesquisas, consegue levar mais para frente, além da luta política que a gente faz. Sobre essa outra questão da falta de acessibilidade, eu não acho que é uma violência simbólica não, acho que ela é concreta. Porque no momento em que a sua mãe não tem acesso, você teve que fazer algo que, se você não estivesse ali, quem iria fazer? Existem mulheres que não têm pessoas da família para fazer isso e elas vão ficar sem acesso, existem mulheres que não vão ao ginecologista porque não têm condição. E aí de repente desenvolve uma doença que poderia estar sendo cuidada, quando é descoberta já é grave, porque não teve acesso. Então acho que a falta de acessibilidade é uma violência completa, é isso.

**Thais Becker:** É interessante que você falou do descrédito e foi um pouco isso que me fez pesquisar sobre gênero e deficiência. Quando eu me tornei pessoa com deficiência, eu tinha zero intenção de pesquisar sobre direito das pessoas com deficiências, porque eu achava que ia ser muito desgastante. Nossa! Já vivo isso no meu dia a dia: vou estacionar e tem gente na vaga etc. Pensava: “*não vou levar isso para o meu lado profissional, não, não vai me fazer feliz*”. Enfim, era uma decisão que eu já tinha tomado. E aí fui numa audiência, eu estava sentada, eu uso cadeira de rodas e do meu lado estava o meu cliente, ele era jovem também. Eu aparento ser jovem e ele aparentava também, eu não acho

---

<sup>10</sup> Capacitismo é a discriminação e o preconceito social contra pessoas com alguma deficiência.

que foi tanta uma questão de idade, mas chegou o juiz, olhou para ele e falou assim “*você pode pedir para sua irmã esperar lá fora*” se referindo a mim e foi aí que eu percebi que não tinha como não levar, sabe? A cadeira sempre chega antes em qualquer espaço que eu vá e aquilo me incomodou profundamente. Eu olhei para ele e falei: “*não, eu sou a advogada, o senhor tem alguma questão para falar comigo?*” Isso nos atravessa em todos os espaços. Isso afeta as nossas possibilidades profissionais, eu até estava me sentindo segura, falei de maneira muito direta, mas isso pode ter afetado até o pedido do meu cliente. Então essas coisas atravessam o nosso cotidiano. Com certeza impacta e com relação a ser carregada eu digo: quem usa cadeira de rodas e não foi carregado nenhuma vez, não usa cadeira de rodas! Porque infelizmente é uma realidade.

Eu lembro que, quando eu estava em vias de fazer a prova da OAB, não tinha em Florianópolis um cursinho que tivesse acessibilidade, então ou eu era carregada ou não ia passar na prova. Uma vez eu fui fazer um exame ginecológico e a maca não era acessível, muitos dos equipamentos para fazer mamografia não são acessíveis para quem usa cadeira de rodas. Eu lembro também uma vez que eu passei um pouco isso que você falou, Pedro: eu fui com minha mãe, quando cheguei a moça que ia nos atender falou para minha mãe: “*qual é o nome dela?*”. Já começa assim... Aí minha mãe já olhou para mim, tipo: “*vai, Thaís, responde*”. Eu falei “*Oi... meu nome é Thaís, eu vou fazer tal coisa, tal coisa e tal coisa*”. Aí chegou na hora do exame e a maca não era acessível, não era aquela maca que rebaixa para conseguir me transferir. Aí a técnica de enfermagem novamente olhou para minha mãe e falou assim: “*ela não levanta nem um minutinho?*” e eu respondi “*não levanto*”. E ela: “*ué, mas como que a gente vai fazer?*” e eu falei: “*boa pergunta, como é que a gente vai fazer? Porque essa maca deveria rebaixar e não rebaixa*”.

São muitas situações e eu entendo também perfeitamente que eu sou uma mulher branca, eu sou formada, eu estudo direito, eu tenho o dinheiro para ir de carro até esses lugares, então a minha experiência também é uma experiência privilegiada de uma mulher com deficiência. E essa, infelizmente, não é a realidade da maioria das mulheres, então espaços como esse hoje são muito importantes tanto pelo que

a Rita falou. Para nós, enquanto Universidade, pensar o que a gente pode fazer, e a gente enquanto sociedade não esperar que a coisa chegue até nós para pensar em políticas assim. Que mudem essa realidade.

**Pedro Prata:** A experiência médica é desesperadora, estou pensando em fazer um artigo sobre isso, sobre como todo o aparato médico é pensado para o médico, para a médica, não para o paciente.

**Nilda Negreiros:** eu fiquei pensando sobre a questão da mulher surda numa consulta médica, como é que ela explica o que está sentindo.

**Pedro Prata:** Eu vou contar uma história que aconteceu em um grande hospital no Rio, Thais. A pessoa sofreu um processo de quemadura muito grande, foi atado. Botaram esparadrapo nele quase todo e ele não reclamava de dor, as pessoas não entendiam. Depois descobriram que ele era surdo, não oralizado e ele não conseguia pedir por um analgésico, então ele estava contido, como a Luciana me ensinou. A pessoa não conseguia verbalizar que sentia a dor, também não conseguia expressar porque as mãos estavam contidas. A não disponibilização de língua de sinal no atendimento de saúde é um absurdo muito grave. Luciana, eu vou passar para você e eu queria que você contasse a história da falta de acessibilidade na câmara dos vereadores.

**Luciana Novaes:** Pedro, são coisas que você falou e que a Thais também falou. Eu já sofri muito com essas coisas. A questão da ressonância também aconteceu comigo. Eu cheguei para fazer a ressonância, só que no meu caso ainda foi um pouco pior porque a *homecare* que me atende não avisou ao hospital que eu dependia de um aparelho mecânico para respirar, para viver, então quando eu cheguei para fazer o exame... As coisas comigo são muito lentas para eu poder me arrumar, eu estava marcada para as sete horas da manhã, eu acordei quatro e meia para poder tomar meu banho, sair de casa e, prontamente, sete da manhã eu estava lá. E tive problemas para fazer o exame porque o aparelho não podia entrar na sala de ressonância, minha cadeira não



podia entrar numa sala de ressonância. Então sofremos nessas questões, a questão do que a Thaís falou em relação ao preconceito. Por exemplo a gente vai até a consulta médica, o médico não olha para a gente e pergunta o que você está sentindo. Na maioria das vezes foi minha companhia, a minha irmã, ele olha para minha irmã e pergunta “*O que ela está sentido?*” e eu falo “*Doutor, eu estou sentindo isso, isso, isso*”. Eu lembro que na época de campanha, quando eu vim candidata a primeira vez, foi em 2016, eu vim candidata à vereadora e as pessoas chegavam e falavam na minha cara “*O que essa menina que não tem nenhum movimento quer fazer lá dentro?*”, “*mas o que ela vai fazer lá dentro?*” ou então, falavam para as pessoas que estavam comigo “*Vocês estão usando ela*” e eu falava: “*Eu estou usando eles, por que eu não tenho como panfletar pra vocês, então eu estou usando as mãos deles, mas a cabeça é minha*”. E eu tenho muito orgulho de dizer isso: para aquelas pessoas que muitas vezes passaram para mim e disseram “*O que que eu ia fazer ali dentro?*” que hoje eu sou a vereadora de primeiro mandato que mais aprovou leis. Eu tenho 150 fiscalizações feitas em que eu fui, presencialmente, em praticamente todas elas. Eu penso muito nisso, por exemplo, na questão do surdo que você falou. Porque eu acredito que a falta de informação, a falta de comunicação, é o que deixa a pessoa mais isolada de tudo. Então eu tenho uma lei —eu aprovei— que obriga a prefeitura a dar intérprete de libras em todos os lugares onde possuem serviços públicos, mas infelizmente essa lei não foi regulamentada. As coisas ainda são muito difíceis para as pessoas com deficiência. Eu acredito que gente já avançou na área da pessoa com deficiência, existem muitas leis para as pessoas com deficiência, só que não saem do papel. Então é o que eu digo: precisamos nos informar cada vez mais, porque quanto mais informações as pessoas tiverem, mais elas irão saber dos seus direitos. Você sabe que eu tenho aquela cartilha com direitos básicos da pessoa com deficiência, tenho uma pessoa idosa, acho extremamente importante a comunicação e você falou da questão da falta de acessibilidade da câmara. Quando eu cheguei ali na Câmara Municipal, não tinha acessibilidade nenhuma, nenhuma! Eu tinha sido eleita e não podia assumir o meu papel de vereadora porque não tinha

acessibilidade. Então eles fizeram uma rampa provisória na câmara, do lado de fora, para que eu pudesse entrar. Só que a rampa provisória só ficou lá durante um ano porque o patrimônio dizia que não podia deixar que a rampa continuasse, porque estava prejudicando a fachada do prédio. Então eles colocaram uma plataforma elevatória lá dentro porque lá tem escadas, só que, para eu acessar essa plataforma elevatória, tenho que acessar primeiro o elevador e nós sabemos que em caso de incêndio a primeira coisa que para é o elevador. Então se tiver um incêndio na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, eu e qualquer outro cadeirante que estiver ali dentro estaremos presos ali dentro daquele local. Então não é uma acessibilidade plena que temos naquela casa que eles dizem ser do *povo*. A gente ainda tem essa briga judicial, eu entrei na justiça contra o patrimônio para que a fachada do prédio não fosse prioridade em relação à vida da pessoa com deficiência que esteja ali dentro e eu luto por isso incessantemente e vou continuar lutando. Porque não é uma coisa que vai ser só para mim, é algo para qualquer cadeirante, para qualquer deficiente. Nós, as pessoas, precisamos enxergar que nós temos direitos como qualquer outra pessoa, nós somos pagadores de impostos como qualquer outra pessoa sem deficiência. Então o poder público precisa olhar a gente como pessoas que estamos cobrando direitos, nós não estamos pedindo favor. Você, Pedro, falou que não sabe de abrigo aqui no Rio de Janeiro, eu sei de duas casas: *Casa da Mulher Carioca* e *Casa da Mulher Carioca Tia Doca*. Elas dão assistências às mulheres que são vítimas de violência, uma assistência psicológica, de acompanhamento, para essas mulheres. Essas duas casas são em Realengo e em Madureira e nelas a assistência social pode encaminhar para um abrigo. Só sei de um abrigo que tem aqui no Rio de Janeiro, que é a *Casa Viva Mulher Cora Coralina*, só que a gente não sabe o endereço, porque justamente o endereço da casa é sigiloso para a segurança dessas mulheres e ali é um abrigo. Não sei como está funcionando hoje, atualmente, agora, porque a gente está vendo que o governo está tirando tantas coisas. Então eu falo: pelo desgoverno, infelizmente, não sei como estão esses atendimentos agora, principalmente por causa dessa pandemia que está acontecendo. Mas eu sei

que a pessoa pode procurar na *internet* tudo tem endereço direitinho dessas duas casas, Casas da Mulher Carioca.

**Wania Sant'Anna:** Eu tenho uma pergunta. De fato, a gente vai concordar que a falta de comunicação nos serviços públicos é um problema sério para as pessoas com deficiência. Temos um problema de atendimento. Eu trabalho com questões relacionadas à diversidade em ambientes corporativos e posso dizer para vocês, concordo com tudo que foi dito aqui e temos um problema que eu julgo estar no âmbito de uma invasão de privacidade. A gente fez uma campanha: *o que ela tem não é pergunta para ninguém, entendeu?* Porque a instituição, o escritório, deve se ocupar da gestão da Saúde de todos os seus empregados, empregadas, mas quando a pergunta vem de um colega de trabalho, não cabe. Só se a pessoa quiser dizer o que ela tem, é diferente. Então nós estamos nessa briga sobre como conduzir. Um grupo de nós advoga que informação de saúde é uma informação privada, as pessoas têm direito à sua privacidade. Minha pergunta: vocês acreditam que o serviço público pode oferecer a comunicação e a acessibilidade rotativa? Vou explicar: segunda, quarta e sexta em um determinado hospital, atendemos pessoas que têm deficiência visual, vai ter uma equipe que vai cuidar dessas pessoas, e na terça e quinta alguém que tem deficiência auditiva e assim por diante. É possível fazer uma racionalização da política pública? Queria que vocês refletissem um pouco sobre isso.

**Pedro Prata:** Podíamos fazer uma rodada respondendo à Wania e encerrando. Eu vou sugerir agora conversar com a Thaís, depois da Rita e encerrar com a Luciana.

**Thais Becker:** Eu não sei se eu entendi muito bem a proposta, Wania, mas vou falar aqui do que eu compreendi. No que se refere à disponibilização de profissionais para comunicação, como um intérprete de libras, eu entendo que alguns serviços façam essa gestão, por exemplo: nós teremos intérprete tais e tais dias. Para mim isso não é acessibilidade, isso não é inclusão. Melhora? Um pouco, mas não é inclusão, a gente não pode dizer que: ok, está resolvida a situação. Eu

acho que possibilita algumas coisas, mas dizer que é inclusão eu entendo que não dá, porque a pessoa que se comunica de maneira oral não vai ter que gerir o tempo. Então se tem uma diferença, a gente já não está mais falando de inclusão. Essa seria minha análise inicial do que eu entendi. E a título de encerramento, eu acho que é só agradecer, aprendi muito e é muito bom estar entre vocês. Agradeço bastante, especialmente à Luciana e à Rita que contribuíram para a conversa.

**Rita Louzeiro:** O Brasil é um país bilíngue. E a gente é bilíngue porque falamos português brasileiro e a língua brasileira de sinais (Libras). Acessibilidade, no caso da comunicação, se dá a partir do momento em que todos os serviços são de fato acessíveis na sua comunicação. Então a gente tem que ter libras, comunicação simples, linguagem simples, comunicação alternativa para as pessoas autistas não oralizadas, por exemplo. Eu entendo, eu vejo a galera que está tentando implementar acessibilidade nos espaços sem saber o que fazer porque é muito caro, o preço é alto. É uma adaptação razoável, a gente também trabalha com isso. Mas o caminho é que façamos a acessibilidade ampla na comunicação e de modo geral. Então crianças aprendendo libras desde Jardim de Infância, é isso.

Quero agradecer, é sempre muito bom. Sempre muito bom conversar com pessoas que fazem essa ponte entre a teoria, a prática, a vivência e tudo mais. A gente aprende muito e escuta também, eu sempre agradeço às pessoas por se colocarem abertas para escutar o que a gente fala e pensar soluções juntos. Então, muito obrigada e obrigada, Pedro, valeu!

**Luciana Novaes:** eu penso como a Thais. Eu acredito que quando temos que escolher “*ah, eu vou naquele local tal hora por que sei que ali vai ter um intérprete de libras*”. Quando nós deficientes temos que escolher, eu também acredito que isso não é uma inclusão verdadeira. É igual ao que eu tenho debatido muito: a questão da educação, quando bota uma criança na sala de aula e não tem ali um agente de apoio para estar orientando, para poder estar acompanhando os outros colegui-

nhas, isso não é uma inclusão. Isso é uma exclusão. Eu sempre costumo falar: a pessoa com deficiência tem que estar numa escola regular, mas com todos os acessos garantidos. Para que ela possa ter, mas dentro das limitações dela, é claro. Todos temos limitações, precisa existir um apoio, então eu costumo falar isso: às vezes a pessoa quer incluir, mas acaba excluindo. A questão do intérprete de libras, essa semana mesmo no dia 21 eu estava debatendo que deveríamos ter na nossa grade curricular Libras. Por que não? Porque seria muito mais fácil desde a educação infantil ter esse aprendizado. A criança que está ali poderia se comunicar com seu coleguinha, ela vai estar na escola comunicando somente com os intérpretes de libras que estão ali? Por que não está na nossa grade curricular?

E eu queria só deixar aqui também reiterado o que a Thais falou e eu esqueci de citar, que é a questão da cama adaptável para pessoa fazer o exame ginecológico. A cadeirante, aqui no município do Rio de Janeiro —eu fiz diversas fiscalizações em hospitais municipais e não tem essa maca adaptada para pessoa com deficiência —, se ela precisa fazer um exame ginecológico e não tem o dinheiro para pagar uma consulta particular, ela não faz. É muito triste isso, muito grave.

Por fim, eu quero muito agradecer o convite mais uma vez e dizer que essa troca para mim foi muito boa, foi incrível, mulheres fantásticas como a Rita e como a Thais. Eu quero fazer um agradecimento especial ao Pedro, porque eu admiro muito você. Pedro, é sempre um prazer enorme estar ao seu lado. Mesmo que virtualmente, quero me colocar à total disposição para que possamos buscar sempre saídas. Podem sempre contar comigo, sempre! As mulheres com deficiência, eu acredito, precisam ter suas vozes ecoadas e eu estou aqui para somar, para ajudar a dar voz para essa pauta.

**Pedro Prata:** Luciana, super obrigado, obrigado; Thais, obrigado, Rita, Lili, Wania, Nilda, todo mundo.

**Eliane Ribeiro:** Também queria agradecer muito e dizer que hoje foi muito forte. Trouxe todas nós para uma realidade pouco co-

nhecida. Mas tem um lado muito importante que é descobrir pessoas na luta e fazendo história: a Rita, a Thais e a Luciana. Todo nosso respeito e admiração. Agradecemos ao Pedro, imensamente. Pedro é sempre um grande parceiro.

**Wania Sant'Anna:** Quero mostrar todo o meu carinho e reconhecimento ao trabalho que vocês estão fazendo, como vocês pensam, que mundo vocês querem, para vocês e para todos nós e todas nós.

As mulheres compõem metade da população migrante no mundo. Muitas vezes acompanhadas de seus filhos, são obrigadas a deixar seu país devido a perseguições de caráter racial, religioso, por nacionalidade, opinião política, pertencimento a um grupo social específico ou ainda por graves e generalizadas violações de direitos humanos. Uma em cada cinco refugiadas são vítimas de violência sexual no mundo, de acordo com a *ONU Mulheres*. Mesmo diante de situações extremas, suas questões e demandas ainda são pouco visíveis no próprio debate de gênero. Com essas preocupações realizou-se, no dia 21 de setembro de 2020, a Roda de Conversa “**Mulheres Refugiadas no Brasil**”<sup>1</sup>, tendo a participação de Ana Karina Brenner (curadora), Mireille Muluila e Débora Alves.

## **Mulheres refugiadas no Brasil: relatos sobre interdições, direitos e coragem**

*Ana Karina Brenner (curadora)  
Mireille Muluila  
Débora Alves*

“Se refugiar é deixar tudo que você conquistou a vida toda, deixar tudo da sua vida para poder ir, fugir. As mulheres fazem isso só por um motivo: para salvar vidas, não só a sua vida, mas a vida da sua família, dos seus filhos. Então, a mulher que sai do seu território ela carrega tudo nas costas dela”.

Mireille Muluila

**Eliane Ribeiro:** Vamos dar início a roda de conversa sobre os desafios das mulheres refugiadas. Nossa curadora para organização do encontro foi a Professora Ana Karina da UERJ que, de modo absolutamente generoso, convidou duas mulheres comprometidas com a ampliação dos direitos humanos, em especial os direitos da proteção da mulher. Eu sou Eliane Ribeiro professora da UNIRIO e queria apresentar as professoras Wania Sant’Anna e a Nilda Negreiros para as boas-vindas.

**Wania Sant’Anna:** Olá, boa tarde! Eu também quero agradecer imensamente a disponibilidade de vocês em estarem conosco

---

<sup>1</sup> A Roda foi conduzida pelas Professoras Eliane Ribeiro, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — UNIRIO, Wania Sant’Anna e Nilda Negreiros, da Associação para Gestão e Políticas Públicas — AGPP.

aqui nessa roda de conversa, nessa empreitada. Sou Historiadora de formação, pesquisadora de relações raciais e de gênero e sou feminista, sou ativista do movimento negro e as rodas de conversas têm sido uma oportunidade extraordinária de afirmar o quanto nós temos a conquistar e o quanto que nós ainda temos por fazer em relação à afirmação dos direitos das mulheres no Brasil e o enfrentamento à discriminação de gênero. Então, é realmente um prazer enorme estar com vocês aqui.

**Nilda Negreiro:** Boa tarde! Também queria muito agradecer por estarem conosco trazendo essa bagagem de conhecimento tão importante e que vai proporcionar um encontro de aprendizagem. Eu faço parte da AGPP (Associação de Gestão para Políticas Públicas), uma organização da sociedade civil que desenvolve esse trabalho em parceria com a UNIRIO. Imensamente agradecida pela presença de vocês aqui.

**Kamila Eulalio:** Olá, boa tarde! Eu queria agradecer pela presença de vocês, pela disponibilidade em estar aqui. Eu tenho aprendido muito com as rodas de conversa, tem sido cada uma mais instigante que a outra. E hoje não será diferente.

**Eliane Ribeiro:** Obrigada. Hoje a nossa roda de conversa vai ser sobre os desafios das mulheres refugiadas. Nas rodas, temos tentado desvelar situações, temas, sujeitos, questões que ainda são pouco visíveis em nossa sociedade, mas estão aí, revelando desigualdades, preconceitos, injustiças. É o caso das mulheres refugiadas. Como o Brasil não tem uma população expressiva de refugiados, a situação das mulheres refugiadas acaba sendo pouco valorizada. Mas se entendemos que cada pessoa é uma pessoa, não é uma questão quantificável, mas é a trajetória da vida das pessoas. Segundo a ONU, metade das pessoas que foram forçadas a se deslocar do seu território são mulheres e meninas que, sem a proteção de seus governos ou famílias, se encontram frequentemente em situações de vulnerabilidade, restando apenas as redes de solidariedade. No Brasil, “Refugiados são Pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição



relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um grupo social específico ou opinião política e não podem ou não querem valer-se da proteção de seu país. Segundo a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, são também refugiadas as pessoas obrigadas a deixar seu país de nacionalidade devido a grave e generalizada violação de direitos humanos”.

Segundo dados divulgados pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) no relatório “Refúgio em Números”<sup>2</sup>, o Brasil, em 2018, atingiu a marca de 11.231 pessoas reconhecidas como refugiadas pelo Estado brasileiro. Desse total, os sírios representam 36% da população refugiada com registro ativo no Brasil, seguidos dos congolese, com 15%, e angolanos, com 9%. Segundo dados da ACNUR, o ano de 2018 foi o maior em número de solicitações de reconhecimento de condição de refugiado. Isso por conta do fluxo venezuelano de deslocamento. No total, foram mais de 80 mil solicitações, sendo 61.681 de venezuelanos. Em segundo lugar está o Haiti, com 7 mil solicitações. Os estados com mais solicitações em 2018 são Roraima (50.770), Amazonas (10.500) e São Paulo (9.977).

Para debater esse relevante tema vamos apresentar as três mulheres que estão aqui hoje: a primeira é a Mireille Muluila, da República Democrática do Congo e na condição de refugiada no Brasil. Formada em relações internacionais, trabalha como agente de integração do *Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio* (PARES) da *Cáritas* Arquidiocesana do Rio de Janeiro. A segunda é Débora Marques Alves, assistente social e Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ, coordenadora do setor de integração local do programa de atendimento a refugiados e solicitantes de refúgio da *Cáritas*<sup>3</sup> Arquidiocesana do Rio Janeiro<sup>4</sup>. Por fim,

<sup>2</sup> <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros-versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf>

<sup>3</sup> A Caritas é uma organização não governamental da Igreja Católica e organismo da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Seu princípio é contribuir para um mundo mais digno e mais justo, principalmente para as pessoas excluídas da sociedade.

<sup>4</sup> Em 1976, a Arquidiocese do Rio de Janeiro iniciou um trabalho **pioneiro** de assistência a refugiados que chegavam à cidade. O então arcebispo do Rio de Janeiro, **Dom Eugênio Sales**, decidiu instalar

nossa querida Professora Ana Karina Brenner, que precisamos fazer um agradecimento muito especial por ter sido nossa curadora. Sem a Ana não conseguiríamos chegar a Débora e a Mireille. A Ana é Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PROPEd). Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (1999), mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2006) e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2011). Participa do Grupo de Pesquisa “Aprendizados ao longo da vida: sujeitos, políticas e processos educativos”, inscrito na linha de pesquisa *Cotidianos, Redes Educativas e Processos Culturais* do PROPEd/ UERJ. É líder do Observatório Jovem do Rio de Janeiro/ UERJ, grupo de pesquisa vinculado ao PROPEd. E atualmente Coordena a Cátedra Sérgio Vieira de Mello para Refugiados<sup>5</sup> na UERJ, uma parceria com o Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Para começar, gostaríamos de escutar um pouco vocês: **quais as principais razões para as mulheres buscarem refúgio?**

**Débora Alves:** Eu queria agradecer o espaço, eu acho que levar o tema do refúgio para a Universidade é uma forma de a gente ampliar as possibilidades de acesso para essas pessoas, porque a falta de conhecimento sobre o tema também é um empecilho, um dificultador, no momento da integração deles. Com relação ao que leva essas mulheres a pedir Refúgio, pela experiência no trabalho, no dia a dia, observamos que depende do perfil dos conflitos, ou seja, da situação no território de origem. A gente tinha, por exemplo, na década de 90 a chegada muito grande dos angolanos por conta da guerra civil,

---

um serviço permanente de ajuda a refugiados, oferecendo abrigo e, com o apoio da **Agência da ONU para Refugiados (ACNUR)**, buscando encontrar um terceiro país que pudesse protegê-los. O cardeal designou a Cáritas RJ para assumir essa tarefa em nome da Arquidiocese, dando origem ao **primeiro trabalho sistematizado de atendimento a refugiados no Brasil**, que permanece até os dias de hoje.

<sup>5</sup> Desde 2003, o Agência da ONU para Refugiados, ACNUR -Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados implementa a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) em cooperação com centros universitários nacionais e com o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE). O objetivo é promover a educação, pesquisa e extensão acadêmica voltada a população em condição de refúgio.

e via que o perfil era de homens jovens, porque as famílias, quando conseguiam, tiravam os jovens já que eles eram recrutados forçosamente. As famílias tiravam do país os seus homens jovens para garantir a segurança deles e isso já muda um pouco de figura quando a gente começa a falar sobre o conflito da República Democrática do Congo. A Mireille Muluila vai poder falar com mais propriedade do que eu, porque ela é uma refugiada que veio de lá, mas o Congo já foi considerado, não sei se ainda é hoje, a capital mundial da violência sexual, então as famílias que podiam afastar as mulheres desse conflito, faziam isso. Então, começamos a ter um fluxo maior de mulheres e de crianças. Normalmente mulheres sozinhas com seus filhos porque os companheiros muitas vezes até já tinham falecido por conta dos conflitos ou permaneceram no país e as mulheres começaram a vir para cá. Sair, muitas vezes, é a única forma de proteger as mulheres. Então, tem muito a ver também com essa situação, com o tipo de conflito que gera o deslocamento. E aí a gente começa a observar como que é essa mudança: além de todo deslocamento, a pessoa já abre mão de tanta coisa, essa resignificação, o seu lugar de provedora da família, essa reorganização. Tudo entra nesse esquema de readaptação do país de origem a uma nova conjuntura no país de acolhida. Mireille quer acrescentar alguma coisa ou alguma outra situação?

**Mireille Muluila:** Obrigada pela oportunidade de conversar com vocês e de dividir um pouquinho da experiência e de trazer um pouquinho do que a gente passou da mudança de cultura, tudo mais. Essa pergunta do que é que leva as mulheres a saírem do país de origem, de pedir refúgio... acho que não é nada fácil. Já para começar, é uma pessoa deixando tudo que conquistou na vida toda e deixar tudo para trás, a família, o lugar de nascimento, tudo o que a pessoa pode se apegar. Tudo isso para ir para um lugar que muitas vezes você nem sabe onde fica. Você vai porque ouviu falar que existe tal lugar, mas você nunca foi, você não tem contato, não é nada fácil, sabe? Mesmo você querendo. Pelo consentimento, você pensa: *“olha está acontecendo isso e eu vou tomar uma decisão, vou sair do meu país para ir para tal lugar”*.

Mas nunca é fácil, sabe? Deixar tudo que você conquistou a vida toda, deixar tudo na sua vida para poder ir, fugir.

As mulheres fazem isso só por um motivo: eu acho que é para salvar a vida, a vida não só daquela mulher, mas salvar a vida delas e da família, dos filhos, sangue da família, nome da família. Então, a pessoa, a mulher, que sai do seu território ela carrega tudo nas costas dela. Aquele mulher que tem filho sai para proteger os filhos, proteger também a própria vida, e fazer com que o nome, o sangue da família, não suma. Por isso que as pessoas saem. Precisa se salvar, em outro lugar no território, algum outro lugar para se esconder. Sabemos que nos territórios de conflitos, como no Congo, que já foi um dia declarado como capital da violência sexual, do estupro, não é nada fácil, porque os grupos têm como foco as mulheres, e por que as mulheres? Porque eles querem usar elas como um tipo de arma de guerra<sup>6</sup>. Você, sabendo disso, vai ficar? Não é justo, você precisa correr, tem que sair para se salvar, porque eles não têm piedade, não têm perdão, eles não têm nada na cabeça que possa deixar aquelas mulheres livres, porque fazendo estupro eles não só param aí, eles vão além disso, até destruir essas mulheres, as partes íntimas aí as pessoas ficam arrasadas. Não dá para ficar, tem que sair mesmo para salvar a vida, querendo ou não. A melhor escolha é sair, por isso mesmo até a família ajuda, o esposo ele pode até ficar, porque ele é homem, pode lutar. Mas também pode morrer, pode ser recrutado para integrar aqueles grupos rebeldes, não sei o quê, mas a mulher tem que ser salva, tem que salvar porque ela é mais frágil naquela situação de conflito — ela e as crianças. Por isso que hoje em dia até as famílias vendem tudo e colocam tudo que eles têm em jogo só para poder deixar aquela mulher ir com os filhos e salvar a vida e o nome, o sangue da família, para ele permanecer existindo. Pode morrer praticamente todo mundo, mas se ficar pelo menos uma pessoa, uma mulher, uma criança, um sangue, é o nome da família que vai sobreviver.

---

<sup>6</sup> A violência sexual tem sido largamente usada como **arma de guerra** e uma ferramenta política de desumanização em todo o mundo, tendo como foco principal as mulheres. A violência sexual, segundo o Estatuto do Tribunal Penal Internacional, está inscrita na lista de crimes de guerra e na lista de atos que constituem crimes contra a humanidade. A violência sexual, como arma de guerra, revela concepções patriarcais que subalternizam os corpos das mulheres.

**Ana Karina Brenner:** Posso? Me permite um comentário? A partir de uma fala que Mireille fez, acho que já faz uns dois anos, no seminário *saúde global* organizado na UERJ que teve um componente sobre mulher como arma de guerra, ficamos sabendo que mundo afora o estupro é usado como arma de guerra, de fato, usado em diferentes lugares, na guerra dos Bálcãs, por exemplo. Mas eu me lembro de Mireille dizendo que tem um componente cultural do modo como no Congo se organizam as famílias e se produz algo que é ainda mais sensível no uso do estupro como arma de guerra, como um estupro destrutura uma família em função do modo de funcionar e como é definido. A mulher fica marcada para o conjunto da sociedade por este estupro e o marido tem problemas em manter-se junto da família depois de um evento como este, não é isso?

**Mireille Muluila:** Sim, aquilo tudo que eu acabei de falar. A Ana até me completou, a questão de estupro, da violência, tem muitos fatores, muitas coisas que fazem com que as mulheres tornem-se as pessoas mais vulneráveis dessas guerras. Porque como a Ana falou e eu falo sempre, isso é porque, na minha opinião, uma dor dói, sim, mas o melhor a fazer é falar. Tem que denunciar, tem que falar mesmo que dói para as pessoas, para que outras pessoas no outro lado do mundo possam entender e ficar ciente daquilo. Porque o que está acontecendo com as mulheres, com uma mulher no Congo, com uma mulher na Venezuela e em outras partes do mundo pode acontecer com qualquer mulher no mundo, pode acontecer em qualquer lugar do mundo e as pessoas têm que ficar ciente disso. Tem que aprender, tem que saber disso, para ficar atenta, para a gente refletir junto e ver o que que a gente pode fazer. Aquilo da cultura: a cultura africana é uma cultura bem difícil de se entender. Mas é assim: a gente nasceu nessa cultura e cresceu nessa cultura, trazemos isso dentro da gente — é isso, é a nossa a cultura. Na África, e também no Congo, o corpo de uma mulher é sagrado, ninguém pode tocar nela. Não pode tocar de qualquer jeito. Uma mulher não pode se expor, ela é muito mais sagrada, e ela é para uma pessoa só — o seu corpo. Até antigamente, para uma mu-

lher se casar e para ser orgulho da família, tinha que se casar virgem, hoje em dia as coisas estão mudando um pouco, mas até hoje na África quando a sua filha se casa virgem é uma honra, é uma honra absoluta da família. Agora, quando essa mulher passa pelo estupro, isso significa o quê? Se essa mulher estava casada, significa primeiramente que acabou o casamento, acabou o laço da família, até da vizinhança. A mulher fica de cabeça baixa, nunca mais vai levantar a cabeça para encarar as pessoas, o marido nunca mais vai gostar dela e nunca mais vai querer ficar junto, nem a família. E aí não tem jeito para ela permanecer no casamento, os filhos vão passar vergonha e até eles vão ficar afastados dessa mulher porque ela — não sei se a palavra vai ser entendida aqui — *desonrou* a família, aí ninguém vai querer mais ficar com ela. Outra coisa que não acontece em outros lugares é a destruição das partes íntimas dessa mulher, porque elas não falam só no estupro. Esses grupos fazem perversidades. Eles próprios estupram ou obrigam um outro membro da família a estuprar aquela mulher, como um filho fazer com uma mãe, ninguém pode acreditar. Aceitar aquilo pode levar até a morte das famílias. Em algumas tribos, quando uma mulher faz relação extraconjugal, com consentimento ou sem consentimento, ocorrem consequências bem graves depois disso. Quais são as consequências? Podem morrer pessoas na família, os filhos e o marido podem morrer. Com essa questão, a mulher vai ficar fora da família, ninguém vai aceitar mais, porque as pessoas vão começar a falar mal dessa mulher. E ela vai ficar como? Muito mal, destruída. Se a mulher está aqui no Brasil, na Europa, as pessoas poderiam falar que ela vai ficar depressiva, mas lá as pessoas nem ligam para a depressão, porque as pessoas vêem mais o espírito. Olha como é que ela ficou, porque a mulher vai ficar com a cabeça transtornada — vocês sabem como que é uma pessoa que está com a depressão. E uma mulher que não é casada, passar por isso significa o quê? Ela nunca mais vai casar, ninguém vai gostar dela, ninguém vai querer ficar com ela, ninguém mais vai olhar no rosto dela, ela é a desonra da família, ela é tudo de mal que pode acontecer na família. Ao invés de ter apoio da família, de ter uma pessoa para ajudar, para apoiar naquilo que ela precisa para conseguir se levantar, para seguir

em frente da vida — isso nunca vai acontecer. Por isso que é muito melhor você sair, fugir, do que ficar, para ficar depois marginalizada, descartada na família, e na sociedade. Porque a sociedade mesmo vai te jogar fora, ninguém vai querer mais nada com você, é isso.

**Ana Karina Brenner:** É isso, o estupro como uma arma de guerra, essa coisa histórica mesmo, a gente pode caminhar muito para trás. Mas o Brasil viveu isso no período da escravidão, como ferramenta de embranquecimento da sociedade. O estupro das escravas como uma arma de guerra, é, muitas vezes, conflito de longa duração, é tentar exterminar um determinado grupo, contra o qual se guerreia, inoculando a semente, fazendo nascer novos soldados do meu grupo. Então, por um lado, as mulheres vão ter filhos, os filhos serão um produto meu, e sou o ganhador e por outro se não puder mais ter filhos ok, porque tamanha é a violência. E esse processo você ainda consegue, por um elemento adicional, desestruturar a família. Porque as mudanças, as transformações, são também desejos. É um negócio que vai acontecendo muito devagar. Então você tem, na verdade, o conjunto de resultados da ação do estupro como arma de guerra, o que é assustador. A guerra nos Bálcãs teve muito disso. Na Bósnia-Herzegovina, naquele conflito do final dos anos 80. Mas podemos ir para outros tempos históricos e para outros lugares do mundo que também vamos encontrar.

**Wania Sant'Anna:** Mireille, toda a minha solidariedade, de coração. Eu só queria fazer um comentário, dividir, compartilhar com vocês uma coisa que talvez Mireille se alegre com isso. Complementando o que a Ana Karina falou, a identificação formal no direito internacional penal de que o estupro é uma arma de guerra é uma conquista recente e aconteceu a partir de dois casos muito específico: a guerra da Bósnia-Herzegovina, como Ana Karina mencionou, e também com o caso de Ruanda. Uma forte participação e incidência do movimento de mulheres internacional que conseguiu que a legislação internacional penal considerasse a violência sexual em momentos de conflito como uma arma de guerra e também de limpeza étnica, como é o caso que

Ana Karina mencionou aqui. Nessa luta, nós temos uma participação de uma pessoa muito importante entre nós e se chama Patrícia Célia, advogada americana, afro-americana, muito amiga de pessoas pacifistas no Congo. Patrícia também trabalhou no Brasil durante muitos anos, três anos, e é uma grande companheira entre nós. Ela foi procuradora no tribunal internacional penal, participou dos ligamentos buscados da Bósnia-Herzegovina e tem formado, pelo país inteiro, pelo mundo inteiro, novos procuradores para que a possamos identificar exatamente essas situações de violação muito específica contra as mulheres e como, na verdade, o estupro tem servido para destruir comunidades inteiras, como a Mireille falou. Tem aspectos resultantes na cultura, essa é uma forma muito efetiva de você destruir arranjos, comunidades. E no caso da África, isso tem sido muito forte em todas as situações de conflitos armados. Então, minha solidariedade no caso do Congo. Ele é isso mesmo porque tem um fator mesmo de destruição, é estupro combinado com destruição física e psíquica das mulheres, foi usado em larga escala e foi, digamos, escondido e esquecido por muitos de nós. Na verdade, destruir o corpo de uma mulher também é destruir a sua capacidade reprodutiva e um dos focos é esse, mesmo que ela sobreviva, muito provavelmente ela não vai ter a capacidade. Também o que caracteriza o genocídio.

**Débora Alves:** Realmente o relato da Mireille é muito real. Por meio dos relatos dela, a gente nunca vai ter dimensão do que é viver, de estar nessa situação. Mas, certamente, como a Mireille falou, as pessoas não escolhem deixar seu país, sua família, seu trabalho. Elas são obrigadas a se deslocar e ir para um lugar que muitas vezes elas nem conhecem, não sabem que idioma fala, não sabem se vão poder trabalhar com o que trabalhavam no país de origem. E você vem com só uma parte da família, muitas mulheres acabam vindo com cinco, seis filhos, ou só com um ou dois que eram os que estavam próximos no momento de deslocamento. Então chegar ao Brasil não é sonho dourado de ninguém, chegar sem falar português, sem ter uma rede de apoio. E por mais que a gente tenha uma legislação, que é consi-



derada internacionalmente como muito ampla, abrangente, ela deixa de fora aspectos fundamentais, que são esse apoio na chegada, por exemplo. Ela pode ter a documentação, ela pode trabalhar, ela pode ter acesso as políticas públicas, mas onde essa pessoa vai morar? Como vai comer enquanto está providenciando isso? Como aprende a circular pela cidade? Então, isso é uma lacuna importantíssima que a lei tem. A *Cáritas*, desde a chegada, no acolhimento, identifica algumas questões mais urgentes e tenta apoiar nessa interlocução com as políticas públicas. Essa chegada ela é muito, muito difícil porque a gente pensa sempre com elas um projeto, “processo de integração”, entre aspas mesmo. Porque a ideia é que não se anule o que elas trouxeram para se adequar exatamente ao que tem aqui, a ideia é que haja essa construção coletiva, mas que elas consigam se reorganizar, mas para se reorganizar, precisam estar bem psicológica e fisicamente, e não é dessa forma que muitas vezes chegam aqui, não é assim. Imagina uma mãe que saiu de um conflito, numa situação de conflito muito séria, mas que os filhos ficaram lá. Ela está aqui fisicamente, mas a cabeça dela está lá. Como é que você cobra de uma pessoa que ela tenha um trabalho, que ela organize sua vida para estudar se ela não consegue tirar da cabeça o seu lugar de origem. Atrás disso muitas vezes são pessoas, mulheres que nunca trabalharam fora. Que cuidavam dos seus filhos em casa e o marido, o companheiro era o provedor. Daí ela vem para o Brasil sozinha com as crianças e ela precisa gerar renda. Toda essa readaptação diante de tudo, todas as situações que ela já vivenciou. Atendemos, por exemplo, mulheres com seus filhos ou grávidas fruto dessa violência que sofreram lá. Estar num país novo, com uma língua diferente, com cultura diferente e dar à luz e cuidar de uma criança que é fruto dessa violência. São diversos aspectos e, nesse processo de recomeço, de adaptação no país de acolhida, o apoio psicológico, social e jurídico são fundamentais para resolver as questões de documentação. Mas sabemos que é um processo muito longo e que essas pessoas vão vivenciar o que a população de mais baixa renda do Rio de Janeiro vivencia, que é viver em comunidades, onde os alugueis são mais baratos, onde não há cobrança de fiador, e

acessar serviços públicos da mesma forma, mas com mais dificuldades, porque imagina você ir ao SUS e não saber falar português. Muitos só se comunicam em francês. Então até para você dizer ao médico: Qual é a sua dor? Qual é a doença? Já se passam aí meses e meses até você conseguir solucionar o seu problema. Tivemos uma experiência de uma moça que passou por três, quatro médicos: ela tomou três ou quatro diferentes tipos de medicamentos e no final entendemos que nada do que ela tomou tinha a ver com o que ela tinha de verdade. Conseguimos um médico, Dr. Pedro, lá do hospital Pedro Ernesto, da UERJ, que conseguiu conversar com ela de uma forma mais tranquila e entender qual era a questão dela, mas durante todo o tempo ela ficou tomando medicamentos sem ter o problema solucionado. São questões muito, muito difíceis, que não é nem no curto e nem no médio prazo que você consegue solucionar, é bem complexo.

**Ana Karina Brenner:** Pois é, então percebemos uma conjunção dos desafios, é uma luta mais universal, pela garantia de direitos de cidadania. É uma luta dos brasileiros que se associa com a produção da especificidade de políticas para refugiados e solicitantes de refúgio. Temos uma lei de refúgio, como disse a Débora, bastante ampla e ela é muito elogiada, lembro sempre de um refugiado que se chama Charlie. Charlie é um refugiado, também do Congo, que conta como o Brasil é fantástico porque tem uma lei de refúgio que permite que os refugiados possam trabalhar desde o primeiro dia em que chegam. E na maioria dos países europeus, norte-americanos, isso não está garantido, a pessoa está proibida de trabalhar e aí precisamos analisar o trabalho como uma dimensão da vida. As pessoas não querem viver de favor, o trabalho nos constitui. Portanto, ter um trabalho, ser capaz de prover a própria subsistência, tem uma dimensão absolutamente importante. Essa dimensão da lei, por exemplo, é muito elogiada pelos refugiados e existe razão nisso. Acontece que conseguir emprego não é coisa fácil, de uma hora para outra, e o Brasil é um país que vive um desemprego estrutural histórico, sempre teve, e que nesse momento está se aprofundando muito radicalmente.

A pandemia pelo COVID-19 também faz uma clivagem de classe, gênero, raça e refúgio mais intensamente. Mas a luta pela garantia dos direitos universais, cidadania, é por uma garantia de direitos para os refugiados. Se tivermos um SUS, uma política de Seguridade Social, que atenda universalmente aos brasileiros, a gente vai ter boa parte das questões de refugiados também atendidas. Ainda assim, resta uma especificidade que tem que ser produzida por dentro da política universal: não falar a língua. O refugiado precisa de acolhimento. Eu acho que o próprio termo acolhimento é muito pouco absorvido por toda a dinâmica do direito internacional e da discussão das relações internacionais.

Estávamos analisando as teses e dissertações que concorreram ao prêmio de teses e dissertações da Capes da Cátedra Sérgio Vieira de Melo e dizíamos justamente isso, as teses e dissertações mais interessantes se deslocaram: não estão mais no direito e nas relações internacionais —eu sou meio nova nesse campo, mas tinha gente do Direito, das Relações Internacionais dizendo “*Nossa, mudou... era sempre, em todos os concursos anteriores, uma concentração de estudos no campo do Direito e das Relações Internacionais*”. Agora temos um número expressivo de teses das Ciências Sociais, da Educação, da Antropologia, de Letras, de Serviço Social. Direito e Relações Internacionais estão tendo que dialogar com outras áreas do conhecimento, o urbanismo, com a produção ativa, o uso das narrativas dos refugiados para pensar o direito e o alcance do direito, não só a sistematização do conjunto das leis, entendeu? Uma das dissertações abordava as narrativas dos refugiados no atendimento feito pela Cáritas em São Paulo e colocou essas narrativas para dialogar com o direito, com a legislação e com as normativas para ver onde é que estão os furos todos os dias, mas a dimensão do acolhimento ainda está muito pouco contemplada. Tem muita letra da lei que não dá conta. Não há letra de lei que dê conta de pegar essas histórias e acolhê-las numa maneira de dar sustentação e dar apoio às pessoas, é algo que é muito mais individualizado, que é muito mais miúdo do que a letra da lei, subjetivo. Mas eu acho que é uma integração, a garantia de direitos universais de cidadania brasileira com a construção muito necessária de algumas especificidades para re-

fugiados. Temos, por exemplo, a política de abrigamento, a política de assistência social, que prevê a existência de abrigos para as pessoas que não têm moradia. Essa política é muito frágil e, igualmente, deixa de fora refugiados, não porque não aceite os refugiados, mas porque não dá conta de toda a demanda. E aí não dá conta da demanda nacional e igualmente não dá conta da demanda estrangeira que chega porque tem ainda muito mais dificuldade de entrar no sistema, de chegar lá e de ficar. Também porque os nossos abrigos são muito precários. Quem quer ficar nesses abrigos? Todas essas fragilidades recaem, sobretudo, nas refugiadas mulheres. A situação seríssima sobre a saúde da mulher, saúde reprodutiva, saúde mental, das muitas fases da vida e dos imensos traumas que vêm associados à violência sexual. Mas também, quando não é a violência sexual, há toda uma outra série de efeitos, ainda sobre a maternidade, de quem precisa deixar filhos.

**Débora Alves:** Uma curiosidade que a gente já escutou das refugiadas: algumas dizem que aqui no Brasil, no Rio de Janeiro, elas escutavam mais tiro do que no Congo onde havia uma guerra civil. Então, de fato, mesmo que essas pessoas fossem pessoas que tivessem uma situação até financeiramente organizada, estável nos seus países de origem, quando elas chegam aqui, vão conseguir viver em locais mais vulneráveis, acessar serviços mais precários. O que a Ana falou é importante, que são as políticas públicas. Existe um desconhecimento e às vezes até desinteresse de alguns setores de ao acharem um refugiado, dizer “*ah, refugiado? Manda para a Cáritas*”, como se eles não tivessem direito às políticas públicas. E aí também é o nosso papel reforçar e fazer esses direitos e políticas. Hoje existe o **Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados Migrantes (CEIPARM/RJ)**<sup>7</sup>, que tem esse espaço para pensar estratégias de

<sup>7</sup> **Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados Migrantes (CEIPARM/RJ):** instaurado em 2009 pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. É composto por órgãos governamentais de nível federal e estadual, organizações da sociedade civil, bem como a Organização das Nações Unidas. As reuniões ocorrem bimestralmente a fim de monitorar e executar o Plano Estadual de Políticas em Atenção a Refugiados, atuando em seis temas: documentação, educação, emprego e renda, moradia, saúde e ambiente sociocultural. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/acnur-no-brasil/conselhos-e-comites-no-brasil/>

atenção, não para criar coisas melhores, como melhores acessos para os refugiados do que para os brasileiros. Mas é pensar a atenção: quais são as especificidades da população e como garantir acesso igualitário? Então pela questão do idioma, pela questão do conhecimento da cidade, enfim, questão específicas de refugiados que os tornam ainda mais vulneráveis do que população vulnerável brasileira.

**Wania Sant’Anna:** Eu tenho um assunto para dialogar, duas perguntas. Vou fazer as duas perguntas juntas com uma consideração, falando da cidade do Rio de Janeiro e do Estado do Rio de Janeiro. **Qual é a população refugiada no Rio de Janeiro com esse status de refugiado no estado, na cidade ou pelo menos a que a Cáritas tem sob a sua gestão?** Porque eu entendo que o alto comissariado para refugiados no Brasil tem a Cáritas como organização parceira principal, questão de números total e de mulheres. E a outra coisa que eu queria perguntar é que, com a experiência de outros países, o fato de você ter políticas nacionais é importante por causa daquele guarda-chuva do ponto de vista legal, do *status*, mas **qual o papel da política local, de um estado, de uma cidade?** Porque em outros países as legislações ou acolhimento, em uma situação mais generalizada como disse a Ana, está sob a responsabilidade dos poderes locais, aliás até poderes locais que acabam dizendo “*não quero*” ou “*quero*”, ou ainda “*quero dessa forma*”. Então queria avançar para esse debate.

**Débora Alves:** Eu tenho o dado de que no ano de 2020 atendemos 1.045 mulheres na *Cáritas*, que passaram por algum tipo de atendimento social, de diversas nacionalidades e diversas situações. Essa questão da política local é muito importante. Tem uma política nacional que é inspirada em documentos internacionais de proteção ao refugiado e ela tem essa coisa que é inovadora. Considera refugiado aqueles que sofrem grave violação de direitos humanos e tem a preocupação com a integração, que é a possibilidade de trabalho, a utilização, na ação de apresentação, de documentos de escolaridade, por exemplo, mas ela tem essa lacuna que é exatamente isso: como que você traz sobre

a instância local? Porque as políticas públicas são operacionalizadas, na maior parte das vezes, pelos municípios. Então hoje temos no **Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados Migrantes (CEIPARM/RJ)**, criado em 2009, um plano estadual que foi instituído em 2014. O plano foi elaborado através de eixos, que são áreas importantes para pensar integração, então tem hoje: eixo de educação, eixo de trabalho, eixo de documentação, enfim, os atores envolvidos, as instituições que são responsáveis e os parceiros que podem apoiar nas ações. O que seria necessário, na verdade, seria ampliar a estrutura do comitê estadual para o nível municipal, porque conseguimos a partir do comitê estadual pensar ações, estratégias, articular com outros setores. Mas de fato a implementação das políticas lá na ponta, como que aquilo vai se reverter para uma facilitação do acesso, isso é no nível local, no municipal. A gente tem uma grande articulação com o município do Rio, mas devemos considerar que sempre temos avanços e retrocessos de acordo com o momento. Com quem está no poder, com mudanças na gestão, mas hoje já temos mais conquistas do que há dez anos, por exemplo. Antes recebíamos o refugiado na *Cáritas* dizendo que não tinha conseguido acesso à saúde porque apresentou o protocolo na unidade de saúde e não conseguiu atendimento. Hoje a gente já fez diversas capacitações, sensibilizações, atividades, cartilhas e dificilmente isso acontece. A grande dificuldade que as refugiadas têm hoje é não falar o português e também não saber como funcionam as instituições públicas. A primeira orientação que a *Cáritas* faz é ensinar como funcionam, como ela acessa a rede, porque a política de saúde, por exemplo, é diferente em diversos locais. Então entender que aqui existe um SUS, um Sistema Único de Saúde, que é gratuito, que é universal, como é que é a porta de entrada, que hospital ela vai procurar um acompanhamento, que hospital ela vai procurar por causa de uma emergência. Tudo isso é importante para saberem e poderem também buscar esse atendimento, não serem tuteladas. Nossa intenção é dar instrumento para que elas consigam se organizar. Temos mapeado no nosso sistema pessoas atendidas pela *Cáritas* no estado do Rio de Janeiro, sendo que a maior parte está no município do Rio, Duque de Caxias

e São Gonçalo, mas hoje temos também em Nova Friburgo e Região dos Lagos. Eles se deslocam conforme possibilidades de trabalho, aluguel mais barato ou transporte mais fácil. Isso também é uma grande dificuldade para estabelecer redes, referências nos territórios. É preciso se pensar em garantir condições mais duradouras, como também pensar nas políticas. A troca de gestão não pode impactar nas políticas.

**Ana Karina Brenner:** O curso de português com refugiados que é oferecido pela UERJ é realizado pela Cáritas com professores voluntários selecionados pela Cáritas, com material didático que, infelizmente, não teve mais recurso para ser produzido. Mas usamos estas questões faladas anteriormente e transformamos elas em aprendizagem de língua portuguesa. Então tem uma atividade que é sobre o SUS (Sistema Único de Saúde). Qual é a porta de entrada, complexidade, papéis e tal para aprender português a partir disto. E aprender português conhecendo o sistema de transporte público do município e da região Metropolitana porque temos um sistema que é bastante complexo: tem barca, ônibus, trem e metrô. Contamos um pouco da história da construção do BRT, por exemplo, de produzir o deslocamento, isso tudo dentro do material didático de português. Fizemos justamente uma conversa com a Mireille, com Charlie e mais alguém na época que começou a pensar isso para levantar com eles, que eram refugiados, que já estavam algum tempo no Brasil, conhecer a partir deles quais eram os desafios maiores na chegada ao lugar. Quando chega, o que precisa ser feito? Tem um detalhe que a Débora falou sobre o refugiado que não conseguiu atendimento no SUS por conta dos documentos. O refugiado, o solicitante de refúgio, ele chega à Polícia Federal e diz “*quero solicitar refúgio aqui*” e a Polícia Federal entrega para ele um papel que, sinceramente, parece um papel de pão da padaria, escrito com caneta azul, uma assinatura de um policial e este é todo documento que ele tem. Aquilo tem uma aparência de não valer muita coisa, entendeu? Então é um problema e continua sendo. O que você conseguiu fazer para ensinar as pessoas, os mecanismos de circulação e serviços no Brasil, os sistemas todos, de educação, de saúde, isso é mesmo válido,

isso tem peso. Existe uma lei central que é muito interessante, bastante aberta, que ampara a razão de refúgio por grave violação de direitos humanos, é uma coisa que nem o ACNUR reconhece, o ACNUR é mais restrito nisso e resiste muito a ampliação das categorias de refúgio. Há uma pressão muito grande para que questões ambientais virem uma razão de solicitação de refúgio, de concessão de refúgio, mas isso ainda não está dado e claro que há uma pressão internacional enorme, especialmente nos países que não querem combater o aquecimento global, que se recusam a fazer, para não colocar isso como motivo de refúgio porque significaria reconhecer que as situações climáticas são graves e permanentes. A realização da política vai se desdobrando nos níveis federal, estadual e municipal e a execução da política mais básica está no município: educação infantil, ensino fundamental, séries iniciais até as finais no município, atenção básica em saúde do município. Agora, ensino médio e certificação de ensino médio, por exemplo, é ainda um grande desafio, o Enem (*Exame Nacional do Ensino Médio*) era um caminho para se conseguir o diploma do ensino médio, mas agora não mais, ele só qualifica para o ingresso no ensino superior. Agora temos o Encceja (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) que a refugiada poderia realizar. Mas para todos esses exames organizados pelo MEC, a refugiada tem que saber português, porque você não consegue enfrentar uma prova — você pode saber o conteúdo, mas não consegue expressá-lo. Ou seja, tem um monte de camadas, muito além da questão do direito, da formalidade do direito, você tem o manejo da vida que está muitas camadas abaixo da camada da garantia formal do direito.

Mas se me permitem, queria fazer uma questão para Mireille. Nos últimos tempos, há um fluxo, uma transformação muito grande da condição, da situação de Refúgio no Brasil, com o fluxo de venezuelanos e, com isso, como a violação de direitos humanos é uma condição de os venezuelanos receberem um *status* especial concedido pelo governo brasileiro. Aí no ano passado foram concedidos aproximadamente cerca de vinte mil vistos de condição especial de refúgio. Foi um salto enorme, mas a Mireille está muitos anos já no Brasil



e está trabalhando diretamente na Cáritas, vendo esse fluxo todo. **Da sua experiência, o que você vê de mudanças ou permanências nas razões do refúgio, que foi a pergunta inicial, dentre esses diferentes segmentos ou agrupamentos de refugiados que saem dos seus países também por razões distintas?** Como Débora também falava no começo, depende um pouco da razão do refúgio, depende da razão do conflito de origem, daquilo que te faz sair do país. **Mireille, você também temesse olhar sobre esses trânsitos pela Cáritas, de quem vai chegando, de como é que vai mudando o perfil ou não muda o perfil de mulheres refugiadas?**

**Mireille Muluila:** Sobre mudança, desde que eu cheguei no Brasil, dia quatro de setembro de 2014, acabei de fazer 6 anos e estou na Caritas há cinco anos e meio, já vi muitas coisas. Muitas coisas e também muitas turmas, são pessoas chegando de vários lugares do mundo, porque quando eu cheguei o fluxo, na Cáritas, era muito mais de congoleses e sírios, além de outros países, tinha angolanos também. Mas os congoleses tinham muito mais mulheres porque o perfil estava mudando, tinha muitas mulheres com as crianças e os filhos. Aí tinha uma mistura, a maioria dos sírios era homem, não havia muitas mulheres, e as congolesas eram muitas. Quando eu falo da porta de oportunidade de saída e de recebimento do país que recebe, ali as pessoas tinham muito mais essa possibilidade, a oportunidade de poder sair e chegar aqui no Brasil e ser aceito. Conversávamos com refugiadas que nos ligavam para entender também como funciona aqui no Rio. Na época, nesse momento tinha muita gente, só que começou a mudar em 2018, começou a mudar a chegada das pessoas, começou a mudar um pouco e as portas começaram a se fechar, não tinha mais oportunidade. O Brasil começou a fechar as portas e as pessoas ficaram com muita mais dificuldade de poder alcançar e conseguir sair dos seus países para chegar aqui no Brasil. Isso aconteceu com várias pessoas, de várias nacionalidades, em primeiro lugar os congoleses, até os sírios que chegavam já com os documentos, com alguma coisa adiantada lá

na Síria, mas chegou no momento em que estava tudo fechado também para eles. O fluxo e também a chegada das pessoas de outro lugar, bem longe do mundo, começou a diminuir. E depois se abriu aqui do lado, quando aconteceu a crise da Venezuela, e começaram a chegar muito mais venezuelanos e eu acredito que essa chegada, essas oportunidades que eles estão conseguindo hoje, é um pouquinho difícil, mas eles conseguem porque tem a via terrestre que está ajudando, se não fosse isso ia ser muito mais difícil. Pode ser que, no momento, a gente no Brasil possa não ter alcançado 100 ou 200 refugiados no país inteiro no ano, porque as pessoas não conseguem mais chegar com mais facilidade e conseguir entrar no Brasil. Hoje em dia esse perfil está mudando, temos muito mais latinos chegando, chilenos, colombianos e até equatorianos. Pessoas que desde que cheguei eu nunca havia visto agora chegam. Vários países latinos chegam por conta dessa possibilidade de via terrestre, só que nessa chegada, eu percebo também que tem muitas mulheres, muitas mães, muitas famílias que chegam. Eu acho que se está chegando mulheres, as mães, é também para salvar essas vidas, delas e dessas crianças que elas têm, por que ficar é deixar, é ver os filhos morrerem, passar pela situação bem difícil de tudo que está acontecendo em cada país daqui da América. A melhor solução é sair com os filhos para tentar uma nova vida e uma mudança, dar coisas boas aos filhos: escolaridade, saúde, tudo aquilo que uma pessoa tem necessidade. É isso que eu percebi nesse momento que eu estou aqui de mudança do perfil das pessoas e das nacionalidades.

**Eliane Ribeiro:** Mireille, na tua experiência, no teu sentimento, o que é ser refugiado no Brasil?

**Mireille Muluila:** Ser refugiada no Brasil tem vários sentidos, eu vou começar a falar de mim, me desculpem, porque quando eu cheguei no Brasil, eu não sabia de muita coisa sobre Brasil, não sabia mesmo. O que eu sabia era aquilo que eu tinha estudado, Amazônia, é um país grande, meio continente, essas coisas básicas que eu sabia, porque na minha vida nunca pensei um dia sair do meu país para ir viver em

outro país. Pensava que eu podia visitar, podia viajar, só passar as férias, mas pedir refúgio? Nunca passou na minha cabeça que um dia podia sair para pedir refúgio em outro país. Então, quando cheguei aqui no Brasil, estava chegando com outro pensamento, com outras coisas na mente. Nem sabia como que funcionavam as coisas por aqui, não sabia como os brasileiros funcionavam e também a realidade. Nem sabia que no Brasil tem divisão de cor de pele e também como eu nunca vi isso na minha vida, eu nunca pude imaginar que isso também poderia acontecer comigo. Eu sabia que existia isso pelo estudo, porque eu estudei muitos conteúdos, muitas matérias sobre isso, mas sabe aquilo que a gente estuda só para ter informação, mas você nem se liga, nem pensa que aquilo pode acontecer mesmo? Eu gosto muito do Brasil, eu amo o Brasil, eu falo toda hora que o Brasil é o meu segundo país, que eu amo muito, foi ele que me abraçou, que me acolheu, que me ajudou e até hoje estou aqui, estou muito grata e serei grata a vida toda ao Brasil. Porque é o meu país, só que ser um refugiado não é tão fácil como muitas pessoas podem imaginar. A política brasileira é muito boa porque você chega, você tem possibilidade de poder trabalhar, diferente de outros países do mundo, você chega e não pode trabalhar. Aqui você chega, você tem direito para trabalho, você tem direito ao acesso à política pública, você tem tudo aquilo, é o máximo, é muito importante para uma pessoa que já chega com uma cabeça cheia de coisas, com muitos problemas, dificuldades, com essas oportunidades, a pessoa fica um pouquinho aliviada, porque pode ir trabalhar. Só que a primeira coisa é que no mundo não temos vários países que falam português, parece que são sete que falam português e aí você enfrenta a primeira barreira que é a maior de todas, de tudo: a língua. Não é fácil ser refugiada no país em que você não fala a língua, é difícil mesmo, toda vez falo que é tipo igual um bebê, sabe? O bebê quando nasce, o bebê não fala, quando um bebê tem dor de cabeça não consegue falar: mãe estou com dor de cabeça, estou com fome, quero mamar, um bebê só pode chorar e você, a mãe, o pai, o irmão é você que tem que descobrir o que está acontecendo com o bebê, é isso. Essa dificuldade é muito mais forte que qualquer uma, é o primeiro, você enfrenta aquilo, graças a

Deus, a gente tem a Caritas que nos ajuda a aprender o português, a língua na parte. Você aprendendo a língua e ficando, você percebe que além da língua existem outras barreiras, outras coisas que você vai ter que enfrentar também que você nunca viveu na sua pele, nunca aconteceu com você e aí você chega quer sair para ir comprar uma coisa você não pode ir porque você nem vai conseguir ler, você não vai conseguir pegar o ônibus sozinha, não vai conseguir enfrentar qualquer coisa aqui. Mas depois que aprendeu alguma coisa, consegue já se comunicar. Aí você abre a boca e começa a sofrer o preconceito. Pelo seu sotaque, sua forma de falar todos perguntam: “ *você não é daqui?*” Muitas pessoas perguntam no lugar de trabalho: “ *porque você está aqui? Por que você não ficou no teu país? Vocês saíram do país de vocês para roubar emprego da gente?*” As pessoas começam a julgar, a falar sem saber a história daquela pessoa, sem saber o porquê da pessoa estar aqui, pensam: “ *está aqui porque você cometeu algo errado, você fez uma coisa errada no teu país, você fugiu e por isso que você está aqui*”. Outra coisa que você vai perceber é a discriminação de cor da pele, não só da cor, mas também da fisionomia da pessoa. Porque se uma venezuelana está num lugar sem falar, pode até ser confundida com uma brasileira, mas quando ela abrir a boca, já “ *você não é daqui*”, então a pele para ela não é problema, mas a linguagem é um problema. E depois você descobre o outro preconceito, que é a cor da pele, você vai começar a viver e sofrer de racismo que, no seu país, você nunca sofreu, nunca passou na sua vida, aconteceu comigo uma coisa que na minha vida nunca podia imaginar que podia acontecer. Um dia eu estava saindo do meu trabalho, voltando para casa e dentro do ônibus tinha só uma vaga, entrei e fui sentar. Tinha uma senhora de cerca de 70 anos, ela estava sentada, ela viu que eu estava indo sentar ao lado dela, ela não se mexeu para que eu pudesse passar e sentar. Com educação eu falei “ *dá licença senhora, posso passar?*”. Ela fechou a cara e o que que ela fez? Ela se puxou bem no canto. Sabe onde você coloca o braço que impede uma pessoa de cair do banco do ônibus, ela levantou aquilo ela se afastou muito mais de mim, até com perigo dela cair, porque ela ficou meio apertada porque a outra parte estava um pouquinho caído e aí eu pensei “ *o que está acontecendo?*”, mas

eu não me liguei a primeira vista, eu sentei. Eu estava com a minha mochila e no minuto seguinte, ela olha pra mim e fala o seguinte: “*não quero que seu cabelo toque mim*”. Eu fiquei paralisada, não conseguia respirar, eu falei “*gente, o que que está acontecendo comigo?*”. Quando eu cheguei aqui as pessoas já me falavam disso, mas eu nem ligava, aí falei “*caramba, está acontecendo comigo*”, todo mundo olhava e ninguém falava nada, e a senhora se afastou, eu olhei, não falei nada, abri a minha mochila e peguei meu celular, liguei para uma amiga minha que está aqui no Brasil e comecei a contar para ela, contei a história. Porque eu contei a história? Para ela entender, primeiramente, que eu não sou brasileira. Por que ela está fazendo isso comigo? Eu não consegui falar com ela, já que ela era senhora, eu tenho muito respeito com os mais velhos e até com os pequenos e não podia bater boca com ela. E como eu não podia, eu fui falar com a minha amiga. Tinha uma outra pessoa que percebeu, que estava um pouco a frente, se levantou, não sei se ele já ia descer ou não, mas quando eu vi que ela estava se levantando, eu pedi de novo licença, “*Dá licença, senhora, vou deixar a senhora em paz. A senhora me dá licença para sentar ali?*”. Ela fez a mesma coisa que ela fez no início, ficou brava, se encolheu para que eu passasse sem tocar nela e eu saí para me sentar em outro lugar. É isso aí, no dia a dia, é muita coisa que a gente vive, mas o melhor é que não acontecem só coisas ruins, tem também coisas boas, tem muitas, pessoas, muitos brasileiros bacanas, acolhedores, que ajudam a gente, que fazem de tudo para a gente ficar integrado na sociedade e também dar um passo para frente, para poder conseguir fazer a vida, que não é fácil. Quando você já tem documentação como refugiado, aí você pode até ficar um pouquinho aliviada porque as coisas são tão boas que pode ser um pouquinho, bom, melhor para você do que para uma pessoa que está só com protocolo, que não tem muita experiência e também não pode trabalhar nas áreas da gente. É aquilo: não posso cobrar isso do Brasil porque o mundo inteiro, o mundo ocidental, funciona assim, não posso cobrar isso.

**Wania Sant’Anna:** Ah, muito bem. Eu vou fazer um comentário, se você me permite. Como você já viu, eu sou negra. Eu sou ati-

vista contra o racismo, só queria dizer a você o seguinte: esse país que é racista soube receber muito bem população branca, imigrante, pobre, analfabeta no final do século passado, século XIX e século XX, e deu a essa população pobre branca europeia analfabeta tudo que eles jamais imaginariam que iam poder ter na sua própria terra, isso está na raiz de uma pessoa idosa no transporte público fazer essa afronta à você, porque não me admira que essa senhora branca idosa que deveria dar-se ao respeito seja filha de um imigrante branco, pobre, semianalfabeto e que chegou a esse país e retirou, sem dúvida, a oportunidade de afro-brasileiros escravizados. Devemos aos afrodescendentes, aos africanos o que nós somos hoje e podemos nos sentir felizes, o racismo não é prática da população afrodescendente. Então, quando você diz uma coisa dessa, eu sinto uma revolta grande porque você tem razão. É muito diferente nesse país ser uma refugiada africana ou ser uma refugiada venezuelana. O que é sobre você e sobre todas as mulheres africanas refugiadas é que recai o racismo que aflige todas nós, mulheres negras, que fundamos esse país. Então, eu sinto muito, mas eu sinto muito mesmo, que além da experiência negativa, que é sem dúvida absurda, de ter que deixar o seu país, que você venha para um país com maioria negra e que tenha que ser afrontada por uma mulher branca andando em um transporte público. Mais uma vez a nossa solidariedade. Isso faz toda a diferença e eu acho que temos que associar acolhimento e que os refugiados não são todos iguais, nem aqui no Brasil nem no mundo. Sobre os povos africanos recai também o peso do racismo. No Brasil com uma população negra 56% temos que passar por isso. O Brasil é ótimo, mas aqui também tem um pouco de inferno.

**Ana Karina Brenner:** Quando eu comecei o trabalho UERJ e Cáritas, eu dizia isso: o Brasil, é ótimo, mas é um país cheio de contradições, a vida é cheia de contradições. O Brasil, o que ele tem de mais consistente a oferecer para os refugiados africanos é o racismo. Sair do seu país de origem não é uma escolha que se faça, é praticamente uma obrigação, a não ser que você queira perder a sua vida, seja física ou seja subjetivamente, uma obrigação que você tem muitas vezes de

sair e solicitar refúgio. Porque Mireille mesmo já contou: ou você fica e se submete à desumanização da vida, mesmo que a vida física continue, e a outra é sair, deixando tudo para trás. E o que se apresenta na sua nova vida? É essa experiência tão nova de que você é discriminado pela sua cor de pele.

**Wania Sant'Anna:** Mas aqui, Karina, a população refugiada africana vira população em risco só pela aparência. Eu estou muito sensibilizada que Mireille tenha sido tão enfática que todas as mulheres africanas têm preocupação com seus filhos, mas precisamos apontar que uma mulher africana refugiada numa comunidade, seus filhos e ela própria estão em risco, isso é uma condição agravante, entendeu? É muito importante para fazer a diferenciação de que nem todas as refugiadas vivem a mesma experiência, porque é muito importante. Porque se você for refugiado em Barbados, com uma população de maioria negra e padrão mais igualitário, você não vai sofrer essa humilhação, essa afronta no ônibus, porque são todos negros e faz diferença não sentir racismo. Eu, particularmente, como negra que já tive experiências de países de maioria negra e me sentir estrangeira, mesmo falando meu português, meu espanhol e um inglês quebrado, ainda assim é um alívio, uma experiência inenarrável, porque ninguém está ali para te julgar pela cor da pele. Então, você tem todo o sofrimento de você largar os seus país, e sabemos o que é isso pela experiência da escravidão e vir para um país como Brasil para ser humilhado pela cor da pele e isso só lutando contra o racismo. Por que eu gostaria que a população, violentada pelas guerras introjetadas nesses territórios africanos, pudesse ter a experiência de viver em um país que pelo menos isso não fosse mais uma das violências, porque isso é violência, o racismo é violência. Então é isso que se trata, você não vai apagar suas experiências do passado, como Mireille falou para gente. O refúgio é uma situação agravante como violação que quando a gente conseguir acolhimento, quando a gente conseguir trabalho, quando a gente conseguir a língua, quando a política municipal, estadual e nacional estiverem tudo funcionando, se não resolvermos esse assunto, ela será uma imigrante

refugiada ou imigrantes legalizados com racismo batendo à sua porta, ele pode ser doutor, pós-doutor, na terceira geração e vai ser a mesma coisa e é a característica da diferenciação.

**Ana Karina Brenner:** Temos um fluxo agora enorme de venezuelanos e teve também um fluxo muito grande de sírios e sempre de novo se reforça o racismo, e aí eu vou fazer uma crítica aqui que é aberta e contundente ao ACNUR e ao modo como o ACNUR também funciona. Eles têm muita dificuldade em reconhecer este racismo que lhe estrutura, porque é verdade, os refugiados africanos em todos os encontros que a gente vai, em todo momento que eles tenham a chance de dizer, eles apontam para a questão do racismo. E os agentes do ACNUR, eles não conseguem compreender. Mas é absolutamente verdade que os refugiados venezuelanos, sírios e todos os que não são negros, e aí não dá para a gente dizer não brancos, porque os venezuelanos também não são exatamente brancos, a população venezuelana também possui muitos mestiços, mas não são negros como os africanos e aí podemos até entrar no debate sobre colorismo. Mas os venezuelanos ganham muito mais centralidade, na mídia, nas ações, como ganhavam também os sírios que agora são fluxo menor e, portanto, tem menos visibilidade. Os africanos são sempre muito mais invisibilizados. São invisibilizados em todo processo de produção da cadeia de proteção destes agentes institucionais, e do agente institucional macro que é o ACNUR.

**Mireille Muluila:** É preciso pensar no contexto dos organismos internacionais. Os países africanos, eu sempre falo, são os países mais marginalizados. Vou dar um exemplo, é fácil o Congo, que está passando por dificuldades, com problemas bem sérios, sérios mesmo, que ninguém pode dizer que “*não é verdade*”, são problemas que são bem difíceis de guerra: milícias, a política, que na verdade se você vai no fundo não são os congolezes que criaram esse conflito, essas coisas todas. Os conflitos vieram de fora. Países poderosos trazem esses problemas para o Congo, porque o Congo tem minérios valiosos. O Congo está



sofrendo, antigamente passou pela colonização, mas o branco, os países colonizadores, não queria deixar a África, não queria deixar os países que eles tinham colonizado, mas os militantes daquela época se levantaram, gritaram, fizeram de tudo para ter liberdade, para ser decolonizado. Os colonizadores não querem comprar os minérios do Congo, não querem que o Congo faça o que quiser com a sua riqueza. Eles não querem comprar, eles querem pegar, eles querem ficar mandando. No fundo isso existe até hoje, como pode explicar um país onde morreu mais de seis milhões de pessoas e ninguém reconhece? A situação de outros países é muito grave, é forte, sim, mas pode ser que as pessoas que morrem no Congo sejam muito mais, o valor para outros países é maior do que para o Congo, mas na política internacional o tratamento não é o mesmo. Eu, por exemplo, estudei, sou formada em Relações Internacionais, se hoje mesmo eu saio daqui do Brasil, vou na França, porque a minha documentação está toda em francês, vou na França hoje e não vou conseguir trabalho, sabe por quê? Eles não vão aceitar o meu diploma. Dizem que não consideram o nível da formação do meu país. O Congo, a política da formação do Congo é muito boa, temos muito bons professores e seguimos tudo em dia, atualizado, temos muito mais matérias que outros países, no mesmo nível de estudo que outras pessoas em outros países, mas eles não aceitam. Eles vão te pedir o quê? Eles vão me pedir para fazer aqui o que eu já fiz no Congo, o que não é certo. E você refazendo, eles vão te dar uma prova, vão fazer de uma forma para você não conseguir aquilo que você tenta fazer, essa aí é a verdade, não tem outra verdade. Vocês vão reparar que onde tem guerra são os países que têm certas riquezas, como o minério. Tudo aquilo é a política mundial global que está acontecendo na pele da gente. Obrigada.

**Eliane Ribeiro:** Obrigada Mireille, temos que fechar a roda. Agradecemos muito à Ana Karina e Débora por apresentar e dar visibilidade ao tema e, em especial, a Mireille, não só pela sua experiência de vida, mas a sua reflexão sobre isso tudo. Eu acho que você tocou, Mireille, em problemas que são nossos mesmos, seis anos de Brasil e você já aprendeu tudo e mais alguma coisa, estamos juntas nessa luta.

Então, para fechar, Ana, Débora e Mireille, vocês querem falar alguma coisa para fechar essa roda?

**Ana Karina Brenner:** Eu queria agradecer a possibilidade e oportunidade de estar fazendo essa conversa e de ajudar a trazer o tema para a esfera pública, porque eu acho que esse livro contribui com isso, mas a publicação vira essa ferramenta de levar para esfera pública debates importantes, debates centrais, contemporâneos. Então agradeço a possibilidade de ter podido participar disso, e só como dados finais, o material adicional que o ACNUR lançou agora em julho — sempre sai em julho o relatório de tendências globais e esse é o relatório que tem os dados mais atualizados do movimento global de refugiados — vai dizer que, em dez anos, o número de refugiados quase dobrou, vai dar os dados atuais de quantos refugiados temos, onde eles estão, quantos homens, quantas mulheres, quantas crianças a gente tem hoje Débora, se não me falha a memória praticamente 50% dos refugiados são crianças—crianças e adolescentes. Antes a maioria eram homens, tem uma década mais ou menos que isso foi mudando e já temos muito mais mulheres refugiadas. Tem duas semanas que o ACNUR apresentou uma pesquisa sobre a situação da educação de crianças refugiadas<sup>8</sup>. E aí é interessante porque ele é apresentado um pouco como uma coisa Global, mas é uma pesquisa feita em sete países, que são os sete países que concentram o maior número de crianças refugiadas, mas são todos países da Ásia e da África, porque são os países mais próximos dos lugares de origem das pessoas que concentram o maior número de refugiados no mundo. Mas é interessante ver o que está sendo falado sobre educação, por exemplo, dos 17,2 milhões de refugiados sob a responsabilidade do ACNUR no mundo, 6,4 milhões têm entre 5 e 17 anos, ou seja, estão em idade escolar. Seu acesso à educação é limitado e cerca de 3,5 milhões deles estão impossibilitados de frequentar a escola<sup>9</sup>. Por fim, sugiro a leitura da dissertação de

<sup>8</sup> Disponível em: [https://www.unhcr.org/59b696f44.pdf#\\_ga=2.10251889.576934447.1613648901-1923192094.1613648901](https://www.unhcr.org/59b696f44.pdf#_ga=2.10251889.576934447.1613648901-1923192094.1613648901)

<sup>9</sup> A educação é um direito humano básico consagrado na Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 e na Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951.

Mestrado de João Cavalcante<sup>10</sup>, que foi defendida no IMS (Instituto de Medicina Social da UERJ). O autor fez um trabalho no banco de dados da Cáritas e fez o perfil dos solicitantes de refúgio que passaram pelo atendimento da *Cáritas* no ano de 2016/2017. O estudo traz alguns dados muito interessantes para combater um monte de senso comum sobre refugiados no Brasil, porque eles são aqueles que estão ali altamente escolarizados. A média de escolaridade de refugiados é bastante superior à média geral da população brasileira. A gente tem nove anos e pouco de média de escolarização e a média entre os refugiados é ensino médio completo e em geral ensino médio e técnico, então técnico em enfermagem, técnico em mecânica, e vários com ensino superior. Esses dados ajudam a bater no senso comum que opera no cotidiano e que precisamos combater, combate na narrativa, mas também com dados muito concretos.

**Débora Alves:** Queria agradecer também, é um espaço importante para gente refletir sobre esse tema. Uma coisa que eu sempre digo: quando a gente se aproxima da situação, a gente tem um olhar mais gentil. Os refugiados na verdade são pessoas como nós, são pessoas que tinham suas vidas, suas casas, seus trabalhos e por motivos alheios a sua vontade foram obrigados a largar tudo. E vieram para o Brasil como um país que a maioria não conhecia. Fazemos essa pergunta no primeiro atendimento social, o que a pessoa conhece sobre o Brasil? Até para pensar por onde se começa a introdução sobre essa maravilha de país. Aí se percebe que quanto mais distante territorialmente do Brasil, menos se conhece. Já ouviram falar de praia, carnaval, pontos turísticos, futebol. No caso dos latino-americanos, percebe-se que o conhecimento é um pouquinho maior. Falam um pouco sobre o clima, um pouquinho sobre a política, sabem que aqui se fala português. Mesmo sendo do mesmo grupo, também percebemos, nós que trabalhamos com refugiados, que a diversidade dentro desse grupo é

---

<sup>10</sup> CAVALCANTE, J. R. *Perfil, trajetórias e saúde de solicitantes de refúgio atendidos pela Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro entre 2016 e 2017*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-998967>.

enorme: em questão de escolaridade, em questão de experiências de vida, na questão de gênero, de idade e de histórias que eles trazem para cá. Então eu acho importante que a gente pense como um grupo para pensar políticas públicas, representatividade, a gente tem que pensar no coletivo, nas pessoas em situação de refúgio, mas nunca esquecer das singularidades, porque necessitamos se atentar para cada situação específica: é para mulher refugiada, para mulher negra, para população LGBT, para a criança, para o idoso. Então é o idoso que não tem renda, mas não consegue o BPC (Benefício de Prestação Continuada) porque ele é estrangeiro, enfim situações diversas que estão dentro desse universo, mas que tem suas singularidades, suas diferenças. Acho que é importante estarmos atentos para as diferenças.

**Mireille Muluila:** Queria agradecer o convite e a todas vocês maravilhosas, pela confiança e pela atenção e por tudo que a gente dividiu. Eu aprendi muito hoje, muito obrigada mesmo, estamos aqui para qualquer coisa, desculpa eu tomei muito tempo, me desculpa mesmo, mas foi muito legal, muito bom.

**Wania Sant’Anna:** Eu quero agradecer à Ana Karina, Débora, Mireille, muito obrigada mesmo por essa tarde, essa reflexão. Maravilhoso o trabalho de vocês, valorizar o trabalho de vocês, muito obrigada por estarem fazendo esse trabalho tão importante. E para Mireille, deixando em disponibilidade a sua vida, apoiar e ajudar outras pessoas refugiadas e mulher refugiadas, sinceramente, muito obrigada mesmo pelas reflexões e no que pudermos colaborar pra ter uma cidade do Rio de Janeiro mais acolhedora para pessoas refugiadas, em especial às mulheres, eu acho que a gente tem que tentar. O nosso projeto também é esse de fortalecer a melhoria de políticas públicas e eu acho que a gente está no caminho para fazer uma incidência a partir desse nosso livro. Eu acho, eu vejo espaço pra que se possa ampliar e continuar fazendo, dar mais força a esse debate.

**Nilda Negreiros:** Eu vou mesmo só agradecer a oportunidade de entender esse drama, ouvimos o senso comum, a mídia, sempre

desconfiando. Ouvir da Mireille, a voz, a partir de quem é o personagem da história, então muito obrigada pela oportunidade e vamos em frente colocar essa voz no mundo.

**Eliane Ribeiro:** Muito obrigado pelas palavras da Nilda e da Wania, eu só posso confirmar isso mesmo e eu acho que a questão das incidências nas políticas públicas é fundamental. Sem dúvida, as lutas são lutas difíceis, não são fáceis, são lutas que precisam conquistar corações e mentes, além da legislação. São lutas complexas e difíceis, mas acho que estamos juntas e temos que aumentar essa rede de solidariedade e de intenção em fazer um mundo melhor. A roda de conversa de hoje nos mostrou que apesar das imensas e complexas dificuldades, as mulheres refugiadas demonstram uma enorme resiliência ao refazer suas vidas e a dos seus filhos. Com essa força e coragem demonstradas aqui por Mireille melhoram a nossa sociedade, o nosso país. Muito obrigada, Débora. Muito obrigada, Ana Karina, muito obrigada, Mireille. Parabéns para vocês, palmas para vocês, obrigada de todo coração, vocês são o máximo. O melhor dessas rodas de conversas é a descoberta de pessoas maravilhosas.

A roda de conversa “*questões de gênero na escola*”<sup>1</sup> aconteceu de forma remota no dia 23 de outubro de 2020 e contou com a participação de três professoras que têm se destacado tanto em pesquisas sobre a relação entre gênero, sexualidade, igualdade e cidadania, como também por serem militantes comprometidas com a inclusão do debate nos currículos escolares, pela defesa da igualdade e da não discriminação sexual, são elas Mary Garcia Castro, Maria Luiza Sússekind e Ana Paula Santos.

## Questões de gênero e currículo: sobre respeito no chão da escola

Ana Paula Santos  
Maria Luiza Sússekind  
Mary Garcia Castro

“Abram a cabeça e o coração para conhecer o que está além das fronteiras do aceitável, para pensar e repensar, para criar novas visões, celebrou um ensino que permita as transgressões – um movimento contra as fronteiras. É esse movimento que transforma a educação na prática da liberdade”.

Bell Hooks” (2013)<sup>2</sup>

**Eliane Ribeiro:** Bom dia a todas! Gostaria de iniciar dando boas-vindas e chamando as parceiras na condução desse projeto, professoras Vânia Santana e Nilda Negreiros.

**Wania Sant’Anna:** As rodas de conversa têm sido uma experiência muito singular. O desenvolvimento das nossas rodas de conversa, a generosidade impressionante de todas as nossas convidadas — a maioria mulheres, sem dúvida — e a reflexão de temas que são de um cotidiano que, muitas vezes, nos passa despercebido. Só não passa despercebido por quem sofre a violência específica que é agravada na

---

<sup>1</sup> A Roda foi conduzida pelas Professoras Eliane Ribeiro, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — UNIRIO, Wania Sant’Anna e Nilda Negreiros, da Associação para Gestão e Políticas Públicas — AGPP.

<sup>2</sup> HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

sua condição de gênero. Então eu agradeço demais. Eu quero agradecer pela presença de todas e falar do carinho e respeito que eu tenho, em especial, pela profa. Mary Garcia Castro, companheira de longa jornada. Eu tenho certeza que você é uma pessoa que contribuiu com a sua generosidade para a história do movimento feminista. Eu agradeço a participação de Ana Paula, de Maria Luiz, de Miriam, a gente vai se cruzando nas quebradas.

**Nilda Negreiros:** Bom, eu vou endossar, agradecer imensamente o carinho de vocês de dispensarem um momento da agenda enlouquecida para a gente poder aprender e poder enriquecer esse grande debate que tem sido cada roda. Imensamente rico e emocionante. Quero agradecer essa parceria nossa com a UNIRIO, nós somos uma organização da sociedade civil, AGPP, Associação de Gestão em Políticas Públicas e a gente tem agradecido imensamente essa parceria e aprendido muito com vocês. Em especial, quero agradecer imensamente a minha amiga Ana Paula por trazer a experiência do chão da escola para a gente, para mostrar como é efetivamente essa história dentro da escola e na formação de professores que ela também atua. Então, vamos lá!

**Eliane Ribeiro:** Para começar, gostaria de apresentar as parceiras convidadas, que são, seguramente, as autoras do capítulo. Para a UNIRIO é uma grande honra ter Mary Garcia Castro, Maria Luiza Sússekind e Ana Paula Santos aqui conosco. Muito obrigada e muito bem-vindas.

A primeira é a Professora Ana Paula Santos<sup>3</sup> que tem doutorado em Educação pela PUC-RJ, graduação em Educação Física. Atualmente é professora dos cursos de graduação e pós-graduação Lato Sensu em Pedagogia e Educação Física da Universidade Estácio de Sá, da rede Municipal de Duque de Caxias e professora substituta da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tem experiência na área de educação física escolar com especial interesse nos temas de multiculturalismo, intercultura-

---

<sup>3</sup> ID Lattes: 8893823072451963.

lidade, decolonialidade, gênero e educação na perspectiva cultural. É integrante do Grupo de Pesquisas sobre o Cotidiano, Educação e Cultura(s) (GECEC - PUC-Rio), coordenado pela Profa. Dra. Vera Maria Candau. Ana Paula tem muita experiência em sala de aula, como ela mesmo diz: o chão da escola, da sala de aula.

E nossa segunda convidada é a Professora Mary Garcia Castro<sup>4</sup>, um nome muito importante no campo do feminismo, na discussão da sexualidade. É uma honra tê-la aqui. Mary Garcia Castro é uma feminista histórica, possui doutorado em Sociologia pela Universidade da Flórida e pós-doutorado também em Sociologia. Foi pesquisadora visitante no Centro de Estudos Porto-riquenhos do Hunter College, New York (2003-2006); bolsista da Rockefeller Foundation para estudos de pós-doutorado na Universidade de Campinas (2008). É professora aposentada da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e está como professora visitante no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) desde 2019. Também pesquisadora da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLA-CSO) e tem trabalhos publicados sobre gênero, feminismo, serviços domésticos, sexualidade e Juventude.

A nossa terceira convidada é a Professora Maria Luiza Sússekind<sup>5</sup>, para todos, *Luli*, minha companheira de UNIRIO. É licenciada em história, Doutora em Educação, Primeira Secretária Nacional da ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação). Ela é Pesquisadora Produtividade (CNPq) e Cientista do Nosso Estado (FAPERJ), e também professora do departamento de didática e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu) da UNIRIO. Na Universidade da Columbia Britânica (UBC), Canadá, fez estágio pós-doutoral sobre Curriculum Studies in Brazil junto ao Professor Emérito William Pinar, líder do Grupo de Pesquisa Práticas Educativas e Formação de Professores (GPPF/UNIRIO). Membro da ABdC (Associação Brasileira de Currículo), da AAACS (Associação Americana/Canadense de Estudos Avançados em Currículo), da IAACS (Associação

---

<sup>4</sup> ID Lattes: 5471996580293552.

<sup>5</sup> ID Lattes: 3054907039826552.



Internacional de Estudos Avançados em Currículo) e da AERA (Associação Americana de Pesquisa em Educação). Ela estuda currículo e as implicações no campo da sexualidade. Uma das primeiras pessoas que falou sobre a Teoria *Queer* no campo da Educação.

Para começar, é bom esclarecer que esse debate foi pensado com o objetivo de discutir a relevância do papel da escola no enfrentamento a uma reprodução das hierarquias naturalizadas entre os gêneros em nossa sociedade<sup>6</sup>, oposições e hierarquizações arbitrárias e historicamente construídas. Nesse sentido, eu queria começar por uma questão central muito discutida hoje em nosso país, considerando, sobretudo, uma certa guinada conservadora e negacionista existente. De início, gostaríamos de pensar com vocês sobre a seguinte questão: **Por que é importante discutir questões sobre a igualdade de gênero na escola contemporânea?** Por favor, se sintam bastante à vontade para fazer a reflexão que acharem por bem. Então vamos ver quem quer começar.

**Ana Paula:** Pode começar comigo. Bom dia, eu, sinceramente, me sinto muito privilegiada por estar aqui nesse espaço. Quero agradecer à Nilda pelo convite e dizer que estou lisonjeada por discutir um assunto tão importante ao lado da professora Eliane, da professora Mary Garcia Castro, da professora Maria Luiza Sússekind, duas referências enormes no campo do gênero, assim como muito feliz por conhecer a professora Miriam Abramovay, aqui assistindo, e a professora Wania. Sinceramente, eu não sei se vou dar conta de tanta grandeza aqui nesse momento. A minha fala se situa no chão da escola.

Eu sou professora de escola pública desde 2001 e, este ano, eu completo 19 anos de vivências e aprendizagens na educação básica. Este ano também, completei seis anos como professora universitária atuando na formação de professores dos cursos de Pedagogia e Educação Física.

O debate sobre gênero na escola vem se colocando como crucial para pensarmos uma escola plural, democrática e igualitária, embora

<sup>6</sup> BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

o momento atual, pelo contrário, esteja colaborando para a criminalização e a negação do debate no âmbito educacional. As questões de gênero sempre atravessaram a minha prática pedagógica enquanto professora. Eu acho importante dizer como tudo isso começou, pois foi na formação inicial em Educação Física, na Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ, no final da década de 90 e início dos anos 2000, onde eu tive o primeiro contato com essa temática, especificamente nas aulas de prática de ensino e didática.

Embora a insipiência do debate nesta época tenha sido por conta de uma iniciativa própria de uma professora que eu pude ter contato com as primeiras referências que tratavam sobre as questões de gênero no campo da Educação Física. Então a partir deste momento, tive acesso aos trabalhos das professoras Maria Saraiva do Carmo Kunz<sup>7</sup>, Eustáquia Salvadora de Souza, Helena Altmann<sup>8</sup> e Elaine Romero<sup>9</sup>. Tais autoras foram as minhas primeiras inspirações para pensar a prática pedagógica da Educação Física na perspectiva do gênero e, logo quando ingressei na escola pública em 2001, pude de fato perceber o quanto este debate estava posto no chão da escola, quer seja na dificuldade de promover a interação entre meninos e meninas, na vivência conjunta de diferentes práticas corporais culturalmente entendidas como masculinas ou femininas, quer seja na igualdade de oportunidades de tempos e espaços para tais vivências.

A professora Guacira Lopes Louro<sup>10</sup> destaca que, dentre todas as disciplinas escolares, é na Educação Física que as diferenças entre os gêneros se tornam mais evidentes, onde os corpos vão se constituindo em meio a uma tensão de generificações, ora consentindo com normatizações de gênero e sexualidade, ora subvertendo essas mesmas normatizações. Neste sentido, desde o início da minha atuação na escola básica, a construção de práticas pautadas na igualdade entre meninos e

---

<sup>7</sup> SARAIVA, M. do C. *Co-Educação Física e esportes: quando a diferença é um mito*. 2ª ed. Ijuí: Unijuí, 2005.

<sup>8</sup> SOUZA, E. S.; ALTMANN, H. "Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na Educação Física escolar". *Cadernos Cedes*, ano XIX, n. 48, ago., 1999.

<sup>9</sup> ROMERO, E. "Educação Física a serviço da ideologia sexista". *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Florianópolis, v.15, n.3, jan., 1994, p.226-234.

<sup>10</sup> LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

meninas eram consideradas pano de fundo para as experiências desenvolvidas com os/as estudantes.

O que eu percebia? Quando eu chegava à quadra para dar aula, era nítida a separação: meninas para um lado e meninos para o outro. Tal situação se colocava como um grande desafio para mim, pois, diferentemente, para outros professores e professoras, não se tratava de algo natural, comum e “normal”. A partir das leituras e reflexões que eu já havia realizado, a situação descrita se tratava de uma construção sociocultural realizada com base nas marcas de gênero que poderia, de alguma forma, ser transformada e modificada.

Desta forma, logo senti a necessidade de problematizar as questões de gênero com as crianças no sentido de interpelar em relação, prioritariamente, ao direito à participação da aula, ou seja, o direito a tempos, espaços e vivências livres de quaisquer imposições e normatizações.

Os espaços da escola dedicados às práticas corporais, quer seja a hora do recreio ou a aula de Educação Física, recorrentemente, estão ocupados, pelos meninos. Helena Altmann destaca o quanto que os meninos, principalmente imbuídos pela lógica esportiva nas aulas de Educação Física, se sentem grandes dominadores do espaço da aula. Desta forma, uma questão crucial para o desenvolvimento das aulas era, num primeiro momento, problematizar com os/as estudantes que ambos tinham direito de usufruir igualmente o espaço da aula de Educação Física e a partir daí em uma perspectiva coeducativa<sup>11</sup> promover a vivência de diferentes práticas corporais para ambos os gêneros.

É importante ressaltar que tal situação não aconteceu em um dia, em uma semana, em um mês, foi ao longo de muito tempo, pois desconstruir essas generificações, segundo Guacira Lopes e Louro e Silvana Goellner<sup>12</sup>, pode se tornar algo complexo diante de toda estrutura sexista, machista, homofóbica e transfóbica na qual a sociedade brasileira está mergulhada.

<sup>11</sup> AUIAD, D. “Educação para democracia e coeducação: apontamentos a partir da categoria gênero”. *Revista USP*, São Paulo, n. 56, dez./fev., 2003, p. 136-143.

<sup>12</sup> GOELLNER, S. V. A produção cultural do corpo. In: LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade – Um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 28-40.

No entanto, corroborando com muitas pesquisas realizadas nas aulas de Educação Física, comecei a perceber que ao vivenciar práticas em conjunto, os/as estudantes construíram um entendimento sobre as relações de gênero e, fundamentalmente, mostraram um olhar mais sensível às diferenças e ao respeito aos limites do outro. É importante destacar que havia meninos que não atendiam à normatização da masculinidade hegemônica e, nesta perspectiva, não apresentavam habilidades motoras concernentes com o padrão estabelecido socialmente. Porém, em contrapartida, algumas meninas que apresentavam habilidades para prática esportiva não tinham tanta dificuldade em participar das aulas.

Hoje a proposta de aula já é bem diferente. Além do esporte, outras práticas corporais são consideradas temas da Educação Física, como por exemplo, as danças, lutas, ginásticas, os jogos e esportes que precisam ser atravessados pelas questões de gênero, raça, classe, deficiência, territorialidade, religião dentre outros marcadores identitários, no intuito de possibilitar espaços educativos democráticos, justos e igualitários.

Nesse sentido, portanto, as questões de gênero não podem ficar fora dessa conversa e precisam ter destaque no chão da escola, desestruturando, desconstruindo, desnaturalizando uma lógica padronizada e homogênea que segue em andamento, talvez de modo mais perverso, atualmente, por conta desse movimento político ultraconservador que vem tomando espaços e cada vez mais reforçando ideias, pensamentos e valores pautados na moral e na preservação da “família”.

Assim, importa pensarmos não só nas questões de gênero, nas masculinidades e feminilidades, mas também nas sexualidades e nas múltiplas formas de viver a sexualidade. É óbvio, como dito antes, que enfrentamos um momento bastante tenso para discutir essas questões, um momento extremamente conservador com políticas neoliberais e neofuncionalistas que adentram cada vez mais a escola criminalizando, silenciando e pagando o debate de gênero na escola.

Acredito que esse tipo de conversa, esses encontros, nos fortalecem cada vez mais e nos provocam a defender e ratificar a importância

do debate e das ações a serem implementadas que subvertam o machismo, o sexismo, a homofobia e a transfobia.

É importante ressaltar, já finalizando, que esse debate antes de chegar nas crianças, nos adolescentes, jovens e adultos que estão na escola, precisam passar, também, pelos professores e professoras, seja na formação inicial ou na formação continuada. Nós temos uma carência muito grande desse debate de gênero na formação de professores, embora as pesquisas sobre esta temática já tenham atingido um nível considerável e relevante no campo da Educação Física.

Para ilustrar, na universidade privada que eu trabalho, pude ministrar uma disciplina chamada “Educação, sexualidade e gênero”, em uma turma com muitas alunas evangélicas, no primeiro ano de mandato do atual presidente, inclusive com muitas simpatizantes do mesmo. Portanto, ao mesmo tempo que foi um momento tenso, por conta de divergências ideológicas e políticas, foi um debate muito promissor, pois pudemos desconstruir as famosas *fakenews* em relação ao trabalho de gênero nas escolas. Tal fato foi muito enriquecedor, na medida em que potencializou uma discussão envolvendo professores e professoras em formação, entendendo que, quando eles problematizam isso na formação inicial, talvez tenham maiores possibilidades de enxergar o tema e sua importância no âmbito escolar.

**Mary Garcia Castro:** Vou falar, mas estou em um plano mais reflexivo-conceitual. Vocês trazem toda uma carga muito importante de experiências diretas na escola. As minhas reflexões são mais genéricas.

Agradeço o convite da UNIRIO, através da querida Profa. Eliane Ribeiro (UNIRIO), nossa Lili, para conversar sobre tal importante tema, “por que é importante discutir gênero na escola?”, e estar também com as colegas professoras Maria Luiza Süssekind (UNIRIO) e Ana Paula Santos (Estácio).

Início subvertendo a chamada e pedindo para refletirmos sobre o porquê de não se querer que se discuta gênero na escola. Para tanto, recorro a uma bricolagem de textos sobre juventudes e sexualidade, que decolam de pesquisas e ensaios que viemos publicando há alguns

tempos, em especial, quando a referência são estudos de casos e pesquisas empíricas com Miriam Abramovay, que como eu, também é da FLACSO. “*Por que não discutir gênero na escola?*” Um dos desafios para o campo da educação hoje é compreender que a onda neoconservadora que assola vários países, e que no Brasil tomou a forma de um golpe político-econômico-cultural instalando um regime de exceção a partir de 2015, precisa para se sustentar de uma “(des)educação” domesticadora contra o livre pensar, o pensamento crítico, ou seja contra o saber pensar para o saber agir e que tal golpe mescla capitalismo neoliberal com racismo e patriarcalismo.

Se o capitalismo neoliberal ataca o Estado de bem-estar, apoia-se na lei do mercado, em privatizações e na precariedade do trabalho, já o patriarcado<sup>13</sup> é entendido como a supremacia masculina, castradora de desejos e sexualidades que não se alinham à heteronormatividade. Apoia-se no poder do macho, do pai, da lei, autoridade, ou seja, em instituições e ideologias que consideram a mulher como objeto de reprodução e não sujeito de desejos e de escolhas próprias; o gay, transexual, travesti como “invertidos” e o negro e o indígena como não humanos. Ideias que vêm sendo defendidas também por fundamentalismo religioso e, em se tratando de sexualidade, por famílias que temem sua autoridade e moralismos questionados.

Não ao azar, tanto o golpe de base conservadora como uma Igreja patriarcal no Brasil combatem conquistas feministas, como perspectivas sobre gênero. Governo neoliberal e igreja fundamentalista contribuem para violências físicas, verbais, simbólicas, ou seja, aquelas em que as vítimas indiretamente colaboram para sua opressão, comumente pela sedução de ideias sobre maternidade, amor romântico e proteção familiar. O patriarcado é um sistema de opressão de gênero, entendido esse como construção social sobre relações entre os sexos, e avesso a uma única e imposta perfilhação cultural e normativa.

Nota-se que a mulher se tornou um dos alvos privilegiados de perseguição do atual governo no Brasil, e os direitos sexuais e repro-

<sup>13</sup> Sobre patriarcado, entre outros, ver: SAFFIOTI, Helleieth. *Gênero Patriarcado, Violência*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004.

ditivos objeto de censura e simplificação, como indica oposição desse governo no encerramento da 63ª sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher, em um dos maiores e mais importante encontros das Nações Unidas sobre direitos das mulheres, que reuniu mais de 5.200 representantes da sociedade civil e 1.800 delegados de governo em Nova Iorque entre 11 e 22 de março de 2019: o governo brasileiro se posicionou contra menções ao direito ao acesso universal a serviços de saúde reprodutiva e sexual, presente em um documento elaborado para uma conferência da ONU (Organização das Nações Unidas) por entender que estas expressões poderiam dar margem à “promoção do aborto”. Tal postura bem ilustra a simplificação do que se entende por direitos sexuais e reprodutivos, indicando desconhecimento da situação de tantas mulheres jovens.

Já em 2013, o relatório das Nações Unidas, baseado em pesquisa internacional, indicava que cerca de 15 em cada 100 adolescentes grávidas faziam aborto. Estima-se que “a cada dois dias, uma mulher morre vítima de aborto inseguro no Brasil”. Ora, gênero é saber que pede questionar, pensar. Gênero se alinha a um paradigma de conhecimento modelado na complexidade, não simplificando ou ficando nas aparências, e não é uma ideologia, se entendido tal termo como uma “falsa consciência de materialidades vividas”.

Já o que fundamentalistas chamam de “ideologia de gênero” para combater a perspectiva de gênero nas escolas, é, sim, parte de um paradigma sexista, um paradigma da simplificação, que dicotomiza e hierarquiza o mundo das relações sociais e sexuais. Movimentos de jovens em distintas pesquisas e manifestos destacam a escola como um ambiente em que se reproduzem LGBTTTQ+fobias, violências e silenciamentos sobre essas quando dirigidas contra um outro tido como inferior, a menina, o negro, aquele tido como gay, por exemplo.

A prática de violências contra homossexuais nas escolas é antiga. Os insultos, xingamentos homofóbicos são encontrados constantemente nas escolas, “biroba, bicha, *Barbie girl*, Maria macho, Maria João”, entre outros, bem como o silêncio de professores em relação a tais violências verbais, tidas como “brincadeiras” (ver entre ou-

tras pesquisas sobre violências nas escolas: ABRAMOVAY; CUNHA; CALAF, 2009)<sup>14</sup>. São formas de desprestigiar aqueles e aquelas que saem da heteronormatividade social validada nas escolas, na família, na mídia e em outros ambientes. São discriminados por trejeitos, maneira de falar, de se vestir. A violência verbal e humilhações reproduzem a ordem moral da sociedade, tendente a binarismo e discriminações, reforçando o sofrimento e comprometendo o presente e o futuro de crianças e adolescentes.

A partir de pesquisas em escolas, a reflexão de que grupos feministas jovens como movimentos LGBT ressaltam a família, a escola e o direito como fortalezas a serem implodidas, reconstruídas, para que outro saber e viver sobre sexualidade seja possível. São críticos de Igrejas, fundamentalismos, mas não necessariamente se afastam de orientações espirituais, preocupações com a transcendência

A escola viria deixando de lado o desenvolvimento de capacidades por um ‘sentir pensante’<sup>15</sup> crítico, que colabore no fazer escolhas, que combine o reconhecimento de vulnerabilidades sociais e a importância de proteção amiga, não castradora, considerando-se que o exercício de autonomia requer tanto ambiências protegidas como que se oportunize a liberdade e a capacidade de se fazer escolhas.

Há indícios de que se diversificam e se visibilizam formas de viver a sexualidade, subversões acionadas por jovens contra formas repressivas, em que a influência da herança feminista é notável. Mas ainda predominam as tendências a assimetrias por conta de gênero/classe/raça. São, nas escolas, gritantes as reproduções de divisões sexuais de poder, e casos de violências contra gays e mulheres jovens, inclusive nas relações afetivas e sexuais e racismos.

A campanha conservadora contra o que se demoniza como “ideologia de gênero”, defendendo como a única norma possível a heterossexualidade, vem contra ventos libertários, debates críticos sobre

<sup>14</sup> ABRAMOVAY, Miriam; CUNHA, Ana Lúcia; CALAF, Priscila Pinto. *Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas*. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latinoamericana, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2009.

<sup>15</sup> Expressão de Eduardo Galeano sobre a necessidade de um conhecimento latino-americano que reúna a reflexão intelectual, emoções e empatia em relação à dor do outro/a.



estereótipos em relação ao que seria ser mulher e ser homem, questionando desigualdades sociosexuais.

As escolas têm sido alvo privilegiado de ataques contra a razão, o pensar crítico, e em tal campanha vem se divulgando pós-verdades como a ideia de que uma educação em gênero retiraria a autoridade da família ou que propiciaria a pedofilia. O mais terrível é o apelo para a religiosidade do povo e à autoridade de religiosos junto às famílias, em especial de baixo poder aquisitivo. A confusão entre gênero, como perspectiva que advoga respeito ao outro, a outra; ênfase em direitos sexuais e reprodutivos; combate a violências várias contra homossexuais, transexuais com a ideia simplificadora de que gênero seria um conhecimento contra a família, a favor da pedofilia e da exploração sexual das crianças bem denota uma leitura enviesada sobre gênero e o desconhecimento de sua importância nas escolas.

Os que chamam “ideologia de gênero” desconhecem a complexidade de vivências das juventudes em relação à sexualidade e à orientação da perspectiva de gênero nas escolas contra violências, por exemplo. Fala-se em precocidade da sexualidade e se desconhece, por exemplo, que em grande medida a chamada gravidez precoce se associa a ideias românticas sobre sexualidade e à falta de debates sobre respeito, dignidade da mulher, autoestima e prevenção, ou seja, à falta de uma educação sexual com perspectiva de gênero.

Cerca de metade dos nascidos vivos de mães entre 15 a 19 anos com a maior probabilidade vivem em famílias sem a presença do pai biológico. A gravidez entre adolescentes e jovens tem um perfil social próprio: estima-se que mais da metade das adolescentes de 15 a 19 anos sem nenhum ano de escolaridade já tenha se tornado mãe. Em 2011, do total de nascimentos (2.913.160) cerca de 18,3% (533.103) foram de meninas de 15 a 19 anos. Apesar de ocorrer em diferentes grupos, a gravidez na adolescência está associada diretamente com baixa renda, baixa escolaridade e pouca perspectiva de futuro. Diversos estudos comprovam essa relação, inclusive com dados governamentais. Segundo relatório da UNICEF: entre 2011 e 2017, foi registrado no Brasil um aumento de 83% nas notificações de violências sexuais contra

crianças e adolescentes. No total, foram 184.524 casos. Considerando “A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar” (PeNSE, 2015)<sup>16</sup>, do IBGE, focada em estudantes do nono ano do Ensino Fundamental, tem-se que 9,5% de estudantes declararam deixar de ir à escola, pelo menos um dia, nos 30 dias, por não se sentirem seguros na escola.

Gênero diz respeito a relações sociais, à construção social do outro e da outra, incluindo, mas não se restringindo somente ao respeito à diversidade, como também à crítica às violências, inclusive institucionais.

Insisto: o paradigma de orientação feminista que assim delimita o que se entende por gênero é temido pelo conhecimento conservador, normatizador, que busca disciplinar corpos, vontades e principalmente o que mais teme: a constituição de “cidadanias insurgentes”<sup>17</sup>, jovens contestadores e críticos. O pavor a gênero dos conservadores bem indica a importância da cultura, da educação, do discutir gênero nas escolas, na viração de relações sociais, ou seja, na formação de sujeitos políticos avessos a repressões, desigualdades sociais e a discriminações de várias ordens.

“*Que perspectiva de gênero discutir na escola, e com quem?*”. Além do porque discutir gênero na escola e porque não discutir gênero, ficam outras questões que apenas anuncio: 1) Como modelar gênero, na medida em que este é um conceito que comporta diversas perspectivas? Ouseja, que perspectiva sobre gênero discutir na escola? O da construção social; o da igualdade; da diferença; a que, além da normatividade heterossexual, reflete sobre direitos do povo LGBTTTQI+; a que discute sobre transgêneros; a que questiona conceitos clássicos de gênero como a que defende perspectiva *queer*? Acredito que é uma questão que vai estar mais em outras narrativas, aqui, por exemplo, por Maria Luiza. 2) Outro complicador é com quem discutir gênero na escola? Creio que também tal tema está bem iniciado pela Ana Paula quando ela ressalta a importância da formação dos professores sobre

<sup>16</sup> UNICEF. *An Everyday Lesson #ENDViolence in Schools*, September, 2018. Division of Communication, Programme Division/Child Protection and Education.

<sup>17</sup> HOLSTON, James. *Cidadania Insurgente. Disjunções da Democracia e da Modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

gênero, considerando a complexidade de tal conhecimento e toca no que seria a pedra no sapato de todos que se preocupam não somente como gênero, mas com a forma como se discute e se realizam relações sociosexuais na escola, qual seja, a família. Então com quem discutir gênero na escola? Em que medida a escola se realiza tão somente no espaço escolar? Como envolver ou não uma instituição que se entrelaça com a escola, ampliando seu espaço, a família? Ora tais interrogações sugerem que gênero é conhecimento complexo que envolve formação teórica e principalmente conhecimento prático integral sobre os/as alunas, sua vida familiar e em comunidades, inclusive de pares.

Arredondando: Os movimentos de jovens, em distintas pesquisas e manifestos, destacam a escola como ambiente em que se reproduzem LGBTQfobias, violências, silenciamentos, quando vários outros são tidos como inferiores: a menina, o negro, aquele ou aquela tido como gay. A prática de violência com homossexuais na escola é antiga. Várias pesquisas, inclusive as nossas com Miriam Abramovay, entre 2004 a 2017 aproximadamente, inclusive algumas em que a Lili participou também, indicam que as violências se realizavam através das chamadas brincadeiras. Algo que não se pode deixar de discutir. Gênero pede que se questione o que são brincadeiras nas escolas e como lidar com a sutil fronteira entre autonomia e liberdade dos jovens e brincadeiras que são tóxicas. Por outro lado, como é que se pode falar em gênero na escola sem implodir a escola, sem reconstruí-la, para um outro saber viver, não só a sexualidade, mas para que outras formas de relações tanto entre professores e alunos, como entre esses, possam ser desenvolvidas?

Eu creio que quem não está falando de gênero na escola são os professores, porque os alunos falam, os jovens falam. Falam nos banheiros, falam nos corredores. Agora como falam? Muitas vezes reproduzindo hierarquias. Também gostaria de enfatizar que não basta, na escola, discutir tolerância. Tolerância é uma forma de “deixar cada um no seu lugar” ou então “deixar esses temas com a família porque sexualidade, racismo, sexismo não são temas da escola” ou «vamos tolerar porque isso é brincadeira».

Ousemos uma atitude radical, os conservadores estão mais agressivos, o conservadorismo, o fundamentalismo no Brasil e em várias partes do mundo vem crescendo, como já alertam vários pesquisadores, por causa do medo, porque temem o que lhes figurava como avanço das ondas libertárias. Temos que ser mais radicais. Mais radicais em relação a implodir a escola, ousar tentar mudar, e isso é com vocês que são da área de educação, como há que lidar com a espinhosa relação entre família e escola. Outra questão é ter claro que falar de gênero na escola não é estar restrito, ainda que seja muito importante, à questão da igualdade, é também discutir diferenças, trânsitos, e diversidade, se de sexualidade se trata e, principalmente, se pensar, questionar, discutir não for parte dos parâmetros da escola. Se nas várias outras matérias que não tocam em gênero não se ensina a pensar e a ser crítico, a questionar estereótipos sobre o outro, a outra, construções sociais, se não houver espaço para interlocuções, nunca se vai ter um bom debate sobre gênero na escola. Obrigada, amigas.

**Eliane Ribeiro:** Obrigada! Muito bom, muito bom, Prof. Mary Garcia Castro. Agora a nossa querida Prof. Maria Luiza Süsssekind. Nossa professora insurgente da UNIRIO. **Por que é importante discutir questões sobre a igualdade de gênero na escola contemporânea?**

**Maria Luiza Süsssekind:** É uma responsabilidade danada eu pegar agora essa discussão nesse momento, tendo que “implodir a escola sem acabar com ela”, porque sem ela, também, a gente perde um território de lutas e conquistas. E tendo que enfrentar uma coisa linda que Mary fala, que eu uso muito, a sociologia do segredo do Simmel (2009) para falar dos currículos em segredo, de como nós, professores, temos medo de conversar com as comunidades escolares e negociar nossos currículos com as comunidades escolares. Eu agradeço esse convite para esse território aqui, estou me sentido “na Bacurau”<sup>18</sup>

<sup>18</sup> Referência ao filme Bacurau. MENDONÇA FILHO, Kleber; DORNELES, Juliano. *Bacurau*. 2019.

com essa trindade nada santíssima, me acompanhando nessa roda de conversa, nesse território de resistência e de aprender.

Acho que a minha fala vai um pouco no que Wania diz: quando a gente fala de gênero interseccionado com escola, a gente está falando de violência. E já aceito o convite da Mary para deslocar a pergunta e perguntar assim: “*de quais gêneros a gente não fala na escola?*” Porque do patriarcado a gente fala o tempo todo! O patriarcado branco, europeu, ocidental é o sujeito, no singular, de grande parte, eu diria, da maioria absoluta das nossas reflexões nos currículos, tanto prescritos, quanto nos “currículos praticados” (OLIVEIRA, 2012) nos cotidianos escolares.

Eu vou começar tentando fazer um pouco desse exercício que Lili já anuncia que eu vou fazer, que é uma coisa que eu aprendi com Pinar na Universidade da Columbia Britânica no Canadá, onde fiz meu pós-doutorado, inclusive o capítulo dele que se chama “trollagem” (2020), ou seja *Punk’d*, no qual diz que as professoras são enganadas, elas são convidadas a fazer uma coisa que é impossível e que isso é uma armadilha das políticas curriculares, em relação, principalmente, às professoras. Ele usa o gênero feminino porque, para ele, política curricular é uma questão de gênero, uma aliança funesta entre controle e patriarcado. Em movimentos de criação, burla e proteção descrevemos esse “embichamento” curricular (SÜSSEKIND & REIS, 2015), que é o *queer* em currículo e que não é um movimento de sexualidade, é um movimento que nós convidamos os professores héteros a fazerem, porque é um movimento de “embichar”, de deslocar, o que a gente costuma, popularmente, chamar de conteúdos curriculares.

É o convite que o samba da Mangueira (RONNIE OLIVEIRA et al., 2019) nos faz: olhar o avesso do quadro e ver as histórias que não foram escritas. Então, quando, para fazer esse deslocamento teórico, eu preciso interseccionar necessariamente currículo, gênero e relações étnico-raciais, não é possível pensar uma questão sem fazer esse corte mais múltiplo. Com isso, eu vou usar algumas referências e tentar ser bem rápida e acho que a gente desdobra depois, mas eu uso o Michel de Certeau (1994) para argumentar que houve um equívoco de boa parte dos teóricos nas ciências humanas e sociais ao

entender as pessoas comuns como reprodutoras dos conhecimentos sociais. Nós somos todos praticantes e inventores das culturas no nosso cotidiano. Precisamos ser reconhecidos como tal, dando um novo sentido à ideia de consumo.

Nessa argumentação, currículo é uma prática, é uma conversa, se recheia de experiências vividas (SÜSSEKIND & REIS, 2015) e, para o Pinar (2012), é uma conversa complicada. Complicada porque é feita por gente. Então, a gente mente, a gente é transparente, ou não, a gente é levada pelos nossos desejos, a gente se envolve em conversas e, como Lili disse, às vezes a gente diz coisas que a gente nem concorda e depois você sai da conversa e diz “eu falei aquilo mesmo”, “era eu dizendo aquilo”, porque na conversa a gente se dissolve.

Não é à toa que o Deleuze (2011) diz que os corpos não têm órgãos. Então, essa conversa complicada que é o currículo, o tempo todo é permeada pela discussão de gênero e sexualidade e as relações étnico-raciais. Ela é permeada pelo “se”, pela negação e pela construção permanente do patriarcado branco europeu como sendo um signo de superioridade, tão arrogante que se torna único e apaga e aniquila as outras existências. Então, ou você é homem ou você não é nada, e essa é uma referência epistêmica, habitando outros conhecimentos além daqueles que identificamos com sendo “de gênero” como a história a geografia, a gramática, a biologia etc.

Nesse sentido, a gente tenta olhar essa questão como sendo o excesso, o conhecimento pelo excesso. Então, a questão não é a disputa da narrativa e o oferecimento de uma narrativa “empoderada” feminista ou trans. A questão é a desconstrução de uma narrativa, ou seja, o “empoderamento”, tirar do poder essa narrativa patriarcal, multiplicando os conhecimentos no cotidiano das escolas, com os conhecimentos de gênero e de sexualidade às outras culturas.

Vejam, nós estamos falando disso no pior momento do mundo para a gente falar disso. Acho que Mary já adianta e, é óbvio para todos nós, eu tenho chamado isso nos meus estudos “um tsunami neoliberal de proporções globais” (OLIVEIRA & SÜSSEKIND, 2019), características altamente conservadoras e tessituras locais de culturas aberta-

mente fascistas, onde no campo das políticas curriculares eu vejo como mais grave ameaça, nesse momento, a implantação feroz da BNCC<sup>19</sup>, inclusive na pandemia. Os avanços inquestionáveis do *homeschooling* (CURY, 2019), inclusive por conta da pandemia, nós já temos prefeituras assumindo o ensino híbrido como uma condição de funcionamento. A criança já não vai mais para a escola todo dia...

Os avanços inquestionáveis do “Escola sem Partido”(MOURA & SALLES, 2018) contra a liberdade de cátedra e, é uma questão extremamente interessante e contraditória, porque ao par e ao tempo que se consegue, e em números, vitórias no STF (Supremo Tribunal Federal) e até em tribunais regionais, essa disputa se adensa nos territórios e tem se tornando sangrenta para as pessoas e para os indivíduos.

As disputas institucionais têm vitimizado cada vez mais os indivíduos. Em abril, o movimento “Escola sem Partido” publica um *tweet* dizendo assim “os professores que se cuidem”. Quanto mais o Supremo julga a favor, mais vai caber aos pais fazerem justiça com as próprias mãos e defenderem as dignidades de suas filhas. Estamos falando de um conhecimento que está nas escolas pelo excesso e não pela falta. É o excesso de masculinidade que é, comumente, conhecido como masculinidade tóxica, como o racismo é o excesso de conhecimento da branquitude, não é a falta de conhecimento da legislação, não é a falta de conhecimento da cidadania, é ausência produzida nos conhecimentos étnico-raciais, como o patriarcado.

É a ausência produzida dos conhecimentos de gênero que são negados por que as pessoas são expulsas, inclusive, das escolas. Eu gosto mais quando eu falo dos currículos como lugar de criação, mas com Pinar, com Paul. B. Preciado, Silvia Federici, Lélia Gonzalez, eu tenho tentado observar e interagir com estudantes. Eu recebo escritas na uni-

---

<sup>19</sup> Referência à política curricular vigente. Ver: BRASIL *Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017; BRASIL. *MP 746 Reforma do Ensino Médio*. MEC/2018; BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular-Formação de Professores*. MEC/2019; BRASIL. *Resolução nº 2 de 20 de dezembro de 2019*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Brasília, DF, dez. 2019. Republicada em 10.02.2020; BRASIL. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Brasília, DF, fev. 2017.

versidade “*a sociedade cria seus monstros para exterminar depois*” (sic), “*As mulher quer abortar, vocês não deixa, os gays quer adotar, vocês não deixa. Quando a criança cresce vocês quer matar, vocês são mesmo bizarros*”(sic). Isso foi uma escrita lida exatamente como foi enviada para nós numa prova de currículo feita por uma pessoa estudante de graduação. Então, voltando um pouco ali para o Pinar (2020), essas políticas curriculares são patriarcais e são racistas e estimulam e alimentam cotidianamente as práticas sociais que criam, tecem e enredam as *fábricas interessantes de ódio* (SANTOS, 2019), a cultura do estupro, a ideia da violência sobre e contra a mulher como sendo um domínio proprietário sobre seus corpos e, sobretudo a cultura do “nós” e do “eles”, que é a cultura do fascismo: Ou você defende sua família ou você está com o professor. . .

Esse “ou”, o “ou as escolas públicas ou as particulares”, “ou você quer dar aula ou você é contra dar aula” — o divisionismo tem sido a forma mais eficiente de ataque contra o estado democrático de direito e de grave silenciamento dos professores. A gente já vê, de acordo com a BNCC, materiais didáticos indo para escola censurados e os professores numa situação de extrema vulnerabilidade, porque, além das situações que a Ana Paula traz, vemos duas situações muito simples: a da gente na universidade, que tem uma estudante na formação de professores que é de uma família que frequenta uma instituição religiosa, digamos, de cunho fundamentalista e que ela diz, claramente, para nós que o pai não quer que ela continue estudando, que o pai quer que ela “*case*”, que o pai “*não quer que ela leia*”. Vejam. . . É obrigação nossa como professores formar e trazer para o currículo, no cotidiano, naquele momento, como diz Judith Butler (2015) “suspender o juízo e imediatamente trabalhar esse patriarcado como um conhecimento do mundo”, sem imediatamente julgá-lo, porque o objetivo não é dizer para essa menina que o pai dela é um machista. O objetivo não é esse, mas é nossa obrigação, imediatamente, naquele momento intervir. Como quando um estudante disse para mim: “*a minha mãe trabalha desde os oito anos de idade e a experiência que ela teve e passou para mim sobre isso é maravilhosa*”. Eu tenho que dizer “*sim, eu tenho certeza, mas a sua mãe foi vítima de um crime e a gente aqui não pode sair dessa sala sem pactuar que*



*isso é um crime*". É uma situação muito corriqueira, por exemplo, uma menina de 1º ciclo do ensino fundamental, vai dizer: "*eu não posso fazer essa brincadeira porque meu pai diz que isso não é brincadeira de menina*". É nessa hora que só tem uma forma, é assumir essa conversa complicada, cheia de animosidades, que enfrenta essa suposta dicotomia *dentro-fora* da escola, que não existe, exige enfrentar essas barreiras entre a família, o currículo e a docência, que também não existem. São dicotomias criadas, justamente, para dificultar a nossa desconstrução dessas condições. Eu acho que é isso, Lili. Obrigada.

**Eliane Ribeiro:** Muito bom, gente! A gente já está pensando em mais rodas de conversa, porque são tantas importantes. Muito bom, com a palavra, Wania.

**Wania Sant'Anna:** Tem duas coisas que eu vou deixar. Como todas falaram da questão racial, me ocorre duas coisas importantes da luta do movimento negro e do movimento de mulheres negras em relação à educação. Com o trabalho dos direitos humanos, no sentido do direito de ir e vir, meios de comunicação e trabalho, a quinta agenda mais importante desde os primórdios do movimento negro contemporâneo (MNU) está relacionada à questão de educação. São cinco temas básicos, Prof. Mary Garcia Castro já viu eu escrever sobre isso uma síntese: são cinco. Alguns podem dizer, inclusive, a questão da moradia, mas nem tanto no sentido do movimento negro organizado. Eu queria chamar a atenção porque a educação, não por acaso, foi um tema de muita reflexão pelo fato de você ter muitas mulheres negras professoras. Isso faz toda a diferença quando você recupera a agenda de políticas públicas, é fundamental. Desse ponto de vista, as mulheres negras professoras foram intelectuais. Eu adorei, Maria, que você usa Certeau, ele é o cara, ele é o meu cara. É o cara da minha tese, é o cara que me orienta hoje. É muito importante tudo que ele fala sobre os intelectuais. Então, só para trazer as mulheres negras para esse protagonismo de reflexão que eu acho importante. E no debate sobre educação havia três pontos fundamentais sobre os quais circundam o

debate: um é o debate acerca do acesso, nunca esquecer que nós vivemos em situações, ainda hoje, sem escola. Que escola é essa? A ideia de que existe uma instituição que está aberta a essa comunidade é extremamente recente e a gente fez a crítica, não havia escola. A escola pública era boa quando não era para a gente, é isso que eu sempre digo. A outra questão fundamental era a permanência e isso Maria falou. São escolas que expulsam, são escolas que não reconhecem esse corpo, não reconhecem a sua criança, essa criança não cheira bem, ela não tem a meia correta, ou está comprida ou está curta e por aí vai. Por final, o terceiro ponto, importantíssimo, tem a ver com conteúdo. Não por acaso a nossa luta para discutir a história do negro e a história da África, o que conseguiria ter um currículo completamente diferente, porque elas estão impactando as matemáticas, a língua portuguesa, a história, a geografia, a educação física, por quê? Porque nós estamos vivendo numa sociedade racista, por óbvio que a instituição educação foi a primeira a dizer como vai ser e, ela disse “*vai ser expulsatória*”, vai ser o domínio exemplar do racismo, não teve outra história. Só para terminar, é muito chocante para nós, que somos ativistas, ouvir nesta semana a dona de um tamborete, porque aquilo não é banco, dizer que é “*muito constrangedor*”, que ela não quer baixar o nível. No final das contas, a pessoa chega ao mercado de trabalho e diz “*eu não consigo encontrar o engenheiro, a engenheira negra*”, tem a ver com esse debate que nós estamos aqui. Porque o sentido cognitivo e normativo do mercado de trabalho, quando ela fala isso, quando fala com o aval desta escola racista, que ela quer um engenheiro perfeito, ela quer um economista para os propósitos dela e não para os propósitos da sociedade. Então ela vai pedir desculpas, não!? Ela quer o normativo, neoliberal, domesticado que produza segundo as suas próprias especificidades. Ela não está querendo saber se é um direito, a constituição que vá para o cacete.

O que eu gosto muito nessa nossa reflexão é que todas vocês estão reconfigurando e trazendo o debate sobre o racismo para esta história de gênero. Não teremos as distintas formas de dispersão da humanidade sem que nós enfrentemos, sobretudo na sociedade brasileira, essa coisa que é “*eu não quero esse corpo preto*”, e a escola faz isso

todos os dias. Então é muito bonito, Profa. Mary Garcia Castro, a gente avançou e eu acho que não tem volta, acho que a gente está vivendo um momento muito difícil, mas isso é século XXI, é a conversa boa do século XXI.

**Eliane Ribeiro:** Obrigada, Wania. Muito obrigado por estar aqui com a gente também! Dando continuidade ao nosso diálogo potente. Na primeira parte vocês três trouxeram questões muito importantes para a gente continuar, pelo roteiro aqui, porque agora já tem muitas outras questões, mas vocês se sintam muito livres para falar o que quiserem, é só uma forma de estimular o debate. Myriam Abramovay que está assistindo, se quiser falar alguma coisa, é só entrar no debate.

**Queria que vocês falassem um pouco como é que aparece e se reproduz na escola essas relações patriarcais, de poder, que silenciam mulheres e populações LGBT ou mulheres e homens que não seguem os padrões normativos impostos, essa construção social absolutamente naturalizada, sem dúvida, para desnaturalizar, pessoas como vocês podem falar muito sobre essa questão.**

**Ana Paula:** Na verdade, durante a minha trajetória como professora, da educação infantil até o ensino superior, vivenciei muitas situações que nos mostram de forma muito nítida como a escola, de fato, reproduz, estereótipos de gênero e o quanto a escola ainda é sexista, machista, homofóbica. Eu lembro de uma situação em que estava em uma turma de educação infantil e nesse dia, chovia muito e, por conta disso, ficamos na sala de aula.

É interessante perceber como os espaços escolares podem ser explicitamente generificados. As divisões de gênero estão representadas nos murais, nas brincadeiras, nos arranjos, na estrutura dos locais onde as crianças circulam. Eu me lembro que nessa sala de aula estava muito evidente a separação entre as brincadeiras e brinquedos de meninas e meninos. Em um dado momento, estávamos sentados/as

vivenciando uma brincadeira de roda quando uma aluna questionou: “*a gente pode brincar com os brinquedos da sala?*”, eu disse que sim. Logo em seguida, de forma naturalizada, as meninas foram brincar de “panelinha”, de fazer “comidinha”, de “cuidar” de bonecas e os meninos foram brincar de “montar” prédios, “dirigir” carros e caminhões, “jogar” bola.

Tal situação me instigou a pensar em alternativas de intervenções para desestabilizar tal estrutura. Reconhecendo as resistências e transgressões existentes nas relações sociais, em um certo momento uma aluna me indagou “*eu posso brincar de carrinho?*”. E nesse momento, ressaltando as brechas decoloniais de Catherine Walsh<sup>20</sup> como os espaços onde não só a resistência e transgressão ocorrem, mas a ação, a insurgência, uma forma outra de se criar e construir novas perspectivas, a aluna pegou o carrinho e começou a brincar demonstrando muita satisfação. Quando eu percebi, meninos e meninas começaram a se misturar e brincar de formas variadas e utilizando diferentes brinquedos. Ao final da aula, quando a professora da turma chegou, olhou a situação e não se conteve dizendo: “*que bagunça é essa?*”. Obviamente, a minha resposta foi que as crianças estavam brincando livremente.

Mas uma vez a professora demonstrou a falta de sensibilidade para as questões de gênero argumentando: “*não! Está errado. Eles sabem os lugares nos quais eles podem brincar*”. Novamente procurando intervir de forma positiva destaquei: “ *você me desculpe, mas as crianças podem brincar como quiserem, você está negando o direito das meninas e meninos de vivenciarem diferentes experiências*”.

Mas porque eu estou trazendo esse exemplo? Para pensarmos como a escola, com a sua estrutura e uma cultura padronizada produz e reproduz as desigualdades de gênero. Neste sentido, a professora Vera Candau<sup>21</sup> contribui muito para refletirmos sobre essa construção ainda homogênea e monocultural da escola e de que forma é marcada por um padrão branco, masculino, heterossexual e cristão. Como a Maria

<sup>20</sup> WALSH, C. Notas pedagógicas a partir das brechas decoloniais. In: CANDAU, V. M. (org.). *Interculturalizar, decolonizar, democratizar: uma educação “outra”*. 1 ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2016, p.64-75.

<sup>21</sup> CANDAU, V. M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. (org.). *Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p.13-37.

Luiza ressaltou, o currículo é racista, é machista, sexista, marcado pelo patriarcado, mas, em contrapartida os professores e professoras tendem a reforçar isso, na medida em que não conseguem romper com esse silenciamento. Nesse sentido, podemos pensar, por exemplo, nas produções da professora Marluce Paraíso<sup>22</sup>, onde destaca que a escola opera em uma lógica que silencia e apaga as questões relacionadas à gênero e sexualidade. É como se o melhor fosse não tocar na ferida, para não gerar “problemas” maiores.

Outra história marcante em minha trajetória foi um pai que me sugeriu que eu ensinasse o filho a jogar futebol, pois nas palavras dele “*ele precisava virar homem*”. Esta situação ocorreu em uma escola privada e católica. Esse exemplo nos mostra o quanto nós, professores e professoras, precisamos estar atentos e sensíveis a tais discursos no sentido de não alimentarmos e reproduzirmos ainda mais essa estrutura machista e preconceituosa. Neste caso, é preciso assumir um posicionamento e esclarecer à família de que a sexualidade do filho não está atrelada ao tipo de prática corporal que ele vai escolher, brincar ou querer praticar.

Sabemos que são questões muito tensas as quais a escola precisa refletir e reconhecer a importância de problematizar essas questões. Algo que eu sempre destaco na formação de professores/as é a importância de refletirmos criticamente sobre os conhecimentos que envolvem as questões de gênero, pois assim podemos sensibilizar nossos olhares para tais situações e não perder de vista a busca pela transformação, desnaturalização e desestabilização das desigualdades de gênero.

Uma última situação para ilustrar como a escola faz, e muito bem, a reprodução de preconceitos e discriminações. Ao vivenciarmos a capoeira como conteúdo das aulas de Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental, uma menina de seis anos, afirmou “*eu não vou poder brincar de capoeira porque minha mãe não deixa*”. A mãe, pertencente a uma determinada religião, ao ir à escola observou que nós estávamos em roda, tocando o pandeiro e cantando músicas de

---

<sup>22</sup> NICOLINO, A. S.; PARAÍSO, M. A. “Escarização da sexualidade: o silêncio como prática pedagógica da Educação Física”. *Movimento*, 1(24), 2018, p.93-106.

origem afrodescendente. Naquele momento a mãe se sentiu no dever de proibir a filha de participar da aula. Imediatamente, reporteii o caso à direção da escola quando ouvi o seguinte pedido: “*Ana Paula, não arruma problema não, deixa essa mãe que já questiona tanto a gente com tantas coisas, mais essa?*”.

Realmente professores e professoras ficam em uma situação muito difícil quando a escola não se sensibiliza para tais questões. Se não for um projeto coletivo, debatido e discutido por toda a comunidade escolar, o professor e a professora podem se sentir sozinhos/as ao buscarem modificar essa perspectiva excludente em relação a diferentes conhecimentos e saberes. Algo muito interessante que eu pude perceber durante o desenvolvimento da minha pesquisa de mestrado<sup>23</sup>, inspirada na pesquisa-ação, é que ao mergulharmos no contexto de uma escola pública, encontramos uma professora de sala de aula e um professor de Educação Física dispostos a participar do estudo juntamente com uma turma de 5º ano do ensino fundamental. Após discutirmos os objetivos e a metodologia da pesquisa, a partir de encontros semanais, pudemos discutir e problematizar as questões de gênero pensando em estratégias pedagógicas que pudessem desnaturalizar desigualdades com base nos gêneros evidenciados na referida turma.

O professor de Educação Física relatou a sua dificuldade em promover práticas em que meninos e meninas interajam de forma respeitosa e igualitária durante as aulas. Foi interessante o quanto o professor e a professora ampliaram os seus olhares em relação à temática. A professora de sala de aula, por exemplo, separava filas de meninos e meninas, assim como todas as professoras da escola. Sobre esta questão, eu não utilizo filas há anos, principalmente para separar meninos de meninas e, até hoje, os/as professores/as quando olham as crianças fora da fila... — a sensação que eu tenho é que eles/elas associam a ausência de filas à bagunça e, ao mesmo tempo, pensam “*Caramba! vou ter que ‘arrumar’ essas crianças*”.

---

<sup>23</sup> SANTOS, A. P. S. *Currículo multi/intercultural da Educação Física e as relações de gênero na escola*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Voltando à pesquisa de mestrado, a professora modificou a questão das filas dizendo que já havia muito tempo que queria desconstruir esta forma de organização e, participando da pesquisa, ela encontrou um caminho, uma perspectiva que pudesse pautar tal iniciativa. Ela era a única professora da escola que não fazia mais filas separando meninos de meninas. Ela organizava, mas em filas mistas. O interessante é que a professora percebeu o quanto essa iniciativa, que modificou uma “norma” do cotidiano da sala de aula, foi enriquecedora para os meninos e meninas, pois com a vivência conjunta das práticas, conversas e diálogos começaram a ter um convívio muito mais respeitoso entre si.

O professor de Educação Física destacou que na formação inicial, só discutiu a temática em alguns momentos muito pontuais, a partir da iniciativa de uma única professora em toda a sua formação. Ressaltou também, que compreendia a importância, mas não conseguia planejar uma aula que conseguisse problematizar gênero com as crianças. Deste modo, viver a pesquisa no contexto do “chão da escola” foi bastante interessante, pois o professor e a professora participantes perceberam a importância do olhar sensível às diferenças e, de igual modo, problematizar de forma direta com os/as estudantes sobre gêneros e a sexualidades. Sabemos que não é algo simples, é um campo muito espinhoso, mas extremamente necessário nos dias atuais.

**Maria Luiza Süsskind:** Então, eu vou pegar a deixa de Ana Paula, justamente. Alguns professores, sobretudo professoras (certo?) vão ser obrigadas a fazer fila. E aí vão enriquecer o currículo fazendo a fila pela letra inicial do nome, por quem é mais alto por quem é mais baixo, por quem chegou primeiro e chegou depois. Não viver essa experiência de “embichamento” dos currículos em muitos conteúdos e disciplinas diferentes. É importante marcar isso para dizer o que eu vou dizer depois, porque vai parecer um pouco uma maldade. É disputa. Escola e currículo é território de disputa. A luta é contra a ordem hegemônica, se é contra a hegemonia, é arriscada, tem que ser feita em rede para que as pessoas não fiquem na linha de tiro, mas não pode, ao meu ver, contar com a ideia de que o professor não foi formado para

aquilo ou de que ele não consegue fazer, ou de que as pessoas têm dificuldades de fazer. Porque a luta contra a ordem hegemônica é uma luta contra a conveniência e contra o conforto. E as professoras fazem isso o tempo todo, nas invenções cotidianas, sem necessariamente estarem organizada e planejadamente lutando contra o *status quo*. Mas também podemos reforçar os divisionismos...

Então, quando Michel de Certeau fala nas adesões, quando perguntam a ele se as pessoas que são alienadas aderem ao fascismo. Porque elas estão enganadas, ele diz que não, elas aderem por conveniência, porque aquilo ali reforça os seus poderes mínimos e cotidianos. Acho que é isso, pensando que nós estamos falando de um contexto onde os direitos humanos, hoje operam muito mais como um discurso “sobre os direitos humanos”, porque uma parte gigantesca da população é apenas objeto desses discursos e não sujeitos dos seus direitos (SANTOS, 2013).

Quando a gente fala de crianças na escola, a distância, entre o que está no ECA (1990), que é a sociedade, a família, a escola garantindo autonomia e a cidadania daquela criança, a gente está muito distante. Temos uma disputa nos currículos escolares sobre quem é o dono daquela criança e não é à toa que a gente está enfrentando as dificuldades que estamos enfrentando. Não tem como fazer essa discussão sem considerar acesso, acessibilidade e permanência, continuamos falando de uma escola que não atende seu público-alvo. O ensino médio no Rio de Janeiro é de chorar. É trágico. Diante da pandemia é uma geração perdida, provavelmente. Então assim, Fanon (1968) diz “*a gente não vai lutar eficientemente, se a gente só usar as armas do colonizador*”. A gente tem que descolonizar e *despatriarcalizar* tudo, por exemplo, a língua. E, sim, brigar com os linguistas que, agora, resolveram se recusar a “*todes*”, como eles se recusaram ao “*você*”. Tem que descolonizar a história, a biologia. O aporte que o currículo da biologia dá, por exemplo, para os estudos de genética sobre os conhecimentos de gênero e sexualidade são *Fake News*, sabemos que aquilo é errado. Tem que rever, deslocar, *queerizar*, como disse Pinar (2020), que é um movimento de embichar. Na formação tem que ler menos homens, tem que querer sair da zona



de conforto, porque é claro que eu posso montar meu currículo só com os homens, mas eu tenho que fazer um esforço para trazer outras pessoas, para trazer os africanos, têm que ser menos homem, menos Freud, muito menos Freud no mundo, muito menos.

Toda vez que pensar em trazer o Freud, traz Deleuze, Guattari, traz Preciado, traz pelo avesso, porque para enfrentar, a gente tem que abrir mão das coisas, por exemplo, precisa provocar uma ecologia e tem que ler menos gente branca, tem que estudar menos gente branca. Agora, tem que lutar contra o controle dos currículos que, hoje, é um controle da formação de professores com a base nacional de formação. A ideia que você tem que formar um professor para ensinar aquilo e chegar na escola e conseguir que os testes verifiquem que os estudantes aprenderam aquilo é um reducionismo desesperador do que é a docência. Como a atividade intelectual castra toda a autonomia e toda a possibilidade de criação curricular.

Quem defende os estudos de gênero e os estudos raciais tem que lutar de modo inegociável contra as políticas de controle curricular, porque é justamente o controle curricular que vai dar o escape, Ana Paula, para o professor dizer *“eu não posso discutir isso agora porque eu tenho que dar conta desse ponto porque vai ter avaliação, vai ter SAEB no final do ano”*. Se não tem, não tem desculpa. Se não tem controle, se não tem essa cobrança, pelo contrário, se tem uma cobrança de cidadania, de debate e de conversa, eu acho que a gente caminha. É ensinar menos ciência e mais metodologia e, sobretudo, é falar menos de homem, a gente fala de homem o tempo todo. Outro dia eu briguei porque queria fazer uma mesa com quatro mulheres e alguém falou para mim que *“enquanto você for coordenadora desse fórum, só vai ter mesa com mulher?”* e eu falei que *“se eu coordenar dois mil anos, está bom”*. Acho que é isso que eu tinha para falar.

**Eliane Ribeiro:** Vamos lá, querida Profa. Mary Garcia Castro.

**Mary Garcia Castro:** Falar depois dessa maravilhosa prosa-depoimento é difícil. É outra coisa quem está no “chão na praça”, como

diz o poeta Moraes Moreira. Eu acho que Miriam tem muito mais a falar do chão da escola do que eu, pelas pesquisas mais atuais que vem desenvolvendo. Eu parei há um tempo de fazer pesquisa de campo, com dados primários. Fizemos, Miriam Abramovay e eu, muitas pesquisas sobre e com juventudes, ela continua. De vez em quando fico perplexa sobre os seus achados em pesquisas com jovens em escolas, que não era parte das que me envolvi até 2017, mais ou menos, como a questão da mutilação, do *cyberbullying*, da influência do virtual, da socialização via *internet*. Eu tenho dois netos que foram do Santo Agostinho e agora estão entrando na Universidade e dois netos na Bahia, também, que estão saindo do Ensino Médio e entrando na universidade. Acompanho por eles e por leituras algumas mudanças, como a afirmação das meninas, outras formas de viver e representar sexualidades, a diversidade sobre tipos de violências nos ambientes escolares, mas também mais rebeldia e afirmação por parte dos/das jovens. As meninas tendem mais a resistências e a escapar de enquadramentos, rebelando-se, formando coletivos e as mães, com isso, estão apavoradas. Tenho me informado via a “sociologia da fofoca” sobre o pânico dos pais de classe média com comportamentos ditos “rebeldes” dos seus filhos, os mal-estares de professores, com a socialização virtual, mas são observações pontuais. Então, vejam o que me disse uma profissional da área de saúde, que é maravilhosa no seu campo ocupacional, mas ela é o protótipo de mulher de classe média conservadora e mãe de um jovem adolescente. Quando eu disse que estava contente de vir participar de uma roda de conversa para falar “*por que gênero na escola?*”. Ela disse para eu tomar cuidado: “*isso é um tema perigoso, as reuniões de meninas são um absurdo, as meninas estão ficando com raiva dos meninos, a culpa é das escolas que estão deixando que elas se reúnam sozinhas, sem uma professora. Tem que ter uma professora, tem que ter uma orientadora, elas estão falando mal dos meninos*”. Eu disse: “*não é para falar não?*”, ela ficou horrorizada. As mães estão ficando preocupadas. Nas pesquisas de campo, tem que se ouvir os jovens, que gênero se fala nas escolas, o que eles estão falando entre eles e entre elas, e na escola reunir pais e mães, discutir contra representações fantasiosas, negativistas sobre gênero.

Hoje trabalho mais no plano de ensaios, estudos reflexivos e por análises de textos. Estou trabalhando nos cursos de pós-graduação da UFRJ sobre a decolonialidade do saber e considero muito importante o que nos apresenta a Maria Luiza Sússekind. Eu estou lendo sobre a filosofia africana, os/as autores/asa que ela se referiu. Temos que discutir a história da África, considerando as diversas etnias, mas não é só apresentar as comidas, ou o que trouxeram” “os escravizados”. Precisamos não objetificar o/a negro/a como o que chegou da África já despidido de sua humanidade, ou representá-los como os pobres negros que foram escravos, mas, sim, ressaltar o valor da ancestralidade, a história das etnias, a história pré-colonial, colonial e pós-colonial, e questionar como a única forma de modelar a sexualidade, os padrões ocidentais, com seu binarismos. Apresentar as histórias dos orixás e como no Ifá e em culturas originais iorubás, igbós e outras não necessariamente imperavam conceitos fechados por dicotomias como mulher e homem. *Oxum* é mãe, mas o homem também pode ser mãe. Há que expor as crianças e jovens a outros tipos de filosofia, de percepção de mundo que não seja a ocidental, domesticadora, binária. Não é fácil.

Eu me lembro de uma pesquisa que nós fizemos em 2006 (coordenamos com Miriam Abramovay, para a UNESCO): “A reprodução das desigualdades em nome da igualdade: racismo na escola”. Lembro da forma simplificada como, nas disciplinas sobre história da África e do povo negro, se apresentavam costumes e histórias de nações africanas, e do boicote que as professoras evangélicas faziam a essa disciplina (sancionada pela Lei 10.639/2003) da história da África, da história do povo negro, da história dos povos indígenas (essa posterior, 2008). Tem que se levar outros conhecimentos sobre a formação da nação, sobre o povo negro e os povos originais para dentro da escola. O debate sobre decolonialidade do saber, hoje parece que está restrito às Universidades e, mesmo lá, discutido só por certos acadêmicos. Mas graças a entrada pelas cotas, dos jovens negros, vem se pressionando por debates decoloniais e maior representatividade de professores negros e respeito a filosofias e teologias afro-brasileiras. Contudo, ainda é uma utopia as reflexões por outro conhecimento, como sugeria Lélia Gonzalez. Eu

fiquei maravilhada com as referências da Maria Luiza Sússekind, são as minhas. De fato, para Lélia Gonzalez os três pilares mitos da brasilidade precisam ser questionados: o mito da mãe preta, o mito da mucama, hoje empregada doméstica, e o mito da mulata gostosa. Nós temos que colaborar em todos os níveis da educação formal para decolonizar o conhecimento e eu creio que essas áreas de história da África, história dos legados africanos (como se refere a professora Marise de Santana da UESB), história do povo negro. Além de que também muito podem contribuir para os debates sobre gênero (ver, entre outras, as contribuições de Oyeronke Oyewumi)<sup>24</sup>.

Agora, ilustrações sobre o chão da escola, atuais, não tenho. Eu gostaria de passar para Miriam porque ela tem mais vivência atual em pesquisas de campo e melhor memória do que eu.

**Miriam Abramovay:** Eu fiquei até envergonhada com tanta sabedoria das nossas três mulheres falando. Maria Luiza Sússekind, eu amei o que você falou, Ana Paula também e, Profa. Mary Garcia Castro, eu já conheço de velhos tempos e a Profa. Eliane também. Nós nos conhecemos há muito tempo. Tivemos várias aventuras sociológicas e antropológicas, a Prof. Mary Garcia Castro pegava o material de campo e sabia pensar, colaborar e ajudar de uma forma incrível. A primeira pesquisa que fizemos foi sobre juventude e violência nas escolas, a segunda sobre juventude e sexualidade e a terceira sobre drogas na escola. Sobre o que a Profa. Mary Garcia Castro falou, eu queria lembrar que há alguns meses atrás tivemos uma grave denúncia sobre assédio sexual por parte de professores em uma escola de elite no Rio de Janeiro. Quem denunciou foram as meninas, com uma atitude completamente diferente. Fizemos uma pesquisa para o BID em que as jovens mulheres diziam que queriam aprender a ser como os

<sup>24</sup> Sugiro entre outras autoras sobre os temas desta intervenção: OYEWÙMÍ, Oyèrónké. “Visualizando o corpo: teorias ocidentais e sujeitos africanos”. Cachoeira, BA, *Novos Olhares Sociais*, v.1, n.2, 2018, p.294-317. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/ojs/index.php/novosolharessociais/article/view/452/207>. Acesso em: 06 de novembro de 2020; HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020 (ver neste, textos de Lélia Gonzalez e de Beatriz Nascimento, entre outros).

meninos, queriam aprender a brigar. Essa mudança a gente encontrou. Outra coisa que nós encontramos nessa última pesquisa foi a questão da automutilação e do suicídio, todos falando muito sobre esses graves problemas. A automutilação muito mais pelas meninas. Isso não quer dizer que os meninos também não façam. Então foi um fenômeno que a gente encontrou e que nos espantou muito porque a gente não esperava. Para vocês terem uma ideia, não estava nas nossas perguntas, foi uma coisa que saiu deles. Quando eles começavam a falar, todo mundo começava a chorar, foi uma coisa muito forte. Denúncias de assédio também... Quer dizer, tem esses casos terríveis que a gente leva para escola, tenta discutir na escola com os professores e, com outra abordagem, com os estudantes. Muitas vezes parece que as Secretarias de Educação não gosta de enfrentar essas questões que, sem dúvida, são difíceis, mas precisam ser enfrentadas. Eu acho que tem questões de gênero fundamentais na escola e a gente tem que continuar olhando, mas vocês foram maravilhosas e brilhantes.

**Eliane Ribeiro:** Obrigada Miriam, por ter entrando na conversa. A gente está chegando ao final do nosso encontro. Primeiro gostaríamos de agradecer, mas gostaríamos que cada uma de vocês fizesse um fechamento. O que vocês não colocaram que gostariam de ver presente nesse debate, para fechar a roda.

**Ana Paula:** O meu sentimento, agora, é de completa gratidão. Eu estou emocionada, de verdade. Eu quero agradecer demais à Nilda, à Eliane, à Wania, por proporcionarem este espaço de reflexão e debate. Dizer, Maria Luiza Sússekind, que você é incrível, quero ter o privilégio, novamente, de poder te ouvir, de poder ler os seus textos. Professora Mary, eu não tenho nem palavras para expressar a minha alegria em estar aqui e poder também ouvi-la, tanta sabedoria, que vai nos constituindo, não é? A nossa identidade docente vai se construindo a partir dessas trocas, a partir desses belos encontros. Professora Miriam, também, eu não tenho palavras para expressar o quanto estou feliz por compartilhar com você, nesta roda. Eu quero dizer que, ao

longo da minha trajetória como professora de escola básica, foi essencial não me afastar da universidade, buscando me atualizar, levando em consideração, é claro, a escola real, o “chão da escola”.

**Mary Garcia Castro:** Eu quero seguir Ana Paula. Tudo foi muito importante, mas esse encontro em si, o que ele nos deixa? Alguém, não sei se foi a própria Ana Paula, ou a Maria Luiza, ou a Wania, ou a Nilda, quando falaram a questão da rede. O momento hoje tende a nos adoecer, a solidão, é isso que eles querem, eles querem nos empurrar para o muro e a gente tem que estar junto. Temos que estar juntos porque sem estar junto não há resistência, sem cabeças como essas e, mais do que cabeças, de ações de vocês no chão da praça e na discussão, sem criação de rede, sem o debate da decolonização de saberes, decolonização de poderes e dessa interação entre a universidade, movimentos sociais e a escola não dá. Então, eu acho que essa roda de conversa trouxe muito em termo de intercâmbio de saberes, mas trouxe algo muito importante: *estímulo* para que nos ajudemos mutuamente, porque resistir não é fácil e nós vamos precisar estarmos juntas. Muito Obrigada, Lili, são essas iniciativas que rejuvenescem, estar com jovens como vocês, hoje é o meu campo. Antes, eu entrevistava jovens, hoje eu estou com as jovens cabeças.

**Ana Paula:** Mais do que resistências, encontros como esses nos fazem pensar nas insurgências, não é!? Que é colocar em ação, partir para a briga, porque precisamos ter essa atitude radical, professora Mary, que a senhora destacou em sua fala.

**Mary Garcia Castro:** Só para acrescentar uma coisa, uma das autoras do debate decolonial, que é minha favorita é a Rita Segato. Ela é uma antropóloga, ela é teórica e ela diz que mais do que resistência, o debate decolonial é reexistência<sup>25</sup>. O que nos negaram do passado, de bom e de ruim, mas o que a gente projeta para o futuro. Resistência é resistir ao presente. Reexistência é trabalhar o presente para construir outro futuro.

<sup>25</sup> SEGATO, Rita. La norma y el sexo: frente estatal, patriarcado, desposesion, colonialidad. In: BIDA-SECA, Karina (org.). *Feminismos y poscolonialidad*. Buenos Aires: Godot, 2016, p. 37-75.

**Eliane Ribeiro:** Certo, Profa. Mary Garcia Castro, querida. Profa. Maria Luiza Süssekind, por favor.

**Maria Luiza Süssekind:** Honrada, inspirada, alimentada para as lutas que a gente tem que ter todos os dias. Vou finalizar aqui agradecendo muito, fazendo coro com Miriam, Mary, Ana Paula... Os estudantes estão falando de gênero nas escolas, sempre falaram. Um dos primeiros atos de inquisição no Brasil matou, levou para a fogueira, uma travesti chamada “Arde-lhe-o-Rabo”, como era popularmente conhecida, segundo Laura de Mello e Souza (1986). Nós sempre estivemos aí, é como Bacurau. Quando o político chega, a gente se esconde para sobreviver e convida para ir para o Museu. Muito obrigada por esta manhã. Como diz Maturana (1998): “*a gente é o que a gente conversa*” e eu hoje sou aqui, com vocês. Estou muito honrada, muito obrigada, Lili, pelo convite, Nilda, um beijo para a Wania também, obrigada gente!

**Miriam Abramovay:** Eu queria dizer que eu choro até por ver a Ana Paula tão emocionada, o que me deixou também. Eu quero o contato da Ana Paula e de Maria também, foi maravilhoso, vocês foram brilhantes. Muito obrigado por essa hora e meia tão poderosa que nós tivemos. Lili e Nilda, obrigada por me deixaram entrar de contrabando e foi um prazer estar com vocês.

**Nilda Negreiros:** Quero sim. Quero agradecer imensamente, vou usar a palavra gratidão, como a Ana Paula. Para mim é muito mais do que um agradecimento, é aquilo que fica com a gente. Muito bom estar em contato com a Ana. Ela não falou, não colocou no currículo, mas ela é maratonista. Então é da minha praia... Além de todas as outras coisas. Quero agradecer imensamente e dizer que vivi minha vida inteira dentro do ensino público. Passei das criancinhas até a universidade. Então, é contar que a gente precisa trabalhar os nossos professores. É lindo ver quando eles abrem os olhos, e veem mais com olhos de ver essa realidade. É lindo ver esse despertar. Eu fui coordenadora pedagógica em muitas escolas do município do Rio e fazia esse trabalho do envolvimento.

A minha dissertação do mestrado foi sobre esse trabalho da coordenação pedagógica, da importância desse profissional dentro da escola. Não tenho palavras para descrever como é lindo esse despertar. Eles querem, mas a gente precisa descobrir o caminho para chegar a eles. Não vamos perder o ânimo. Hoje não estou diretamente ligada às escolas, mas esse trabalho nos projetos, em parceria com a universidade, tem feito a gente reencontrar as pessoas nesse caminho e também falar que os alunos também precisam, eles gritam por isso de uma forma meio torta, mas gritam pela necessidade desse desvendar. Então vamos continuar na luta sem desânimo. Obrigada por essa manhã rica. Obrigada, Ana, por ter aceitado esse convite. Foi muito engraçado, ontem, ela me dizer que estava com frio na barriga quando viu quem ia estar com ela. Eu falei que ela tirava de letra.

**Eliane Ribeiro:** Muito obrigada pela forma generosa que vocês dividiram toda uma trajetória rica em conhecimentos e reflexões. Profa. Ana Paula, você vir da escola, tem toda essa experiência e poder interpelar a nós todos, mesmo com tanta experiência como a Profa. Mary Garcia Castro, como a Profa. Maria Luiza Sússekind e como a Profa. Miriam Abramovay. Eu quero dizer que um dos objetivos desse trabalho é a criação de redes. Vamos lá, criar redes e colocar pesquisadores, professores e ativistas em diálogo, numa ação coletiva. Cada roda de conversa gera na cabeça da gente um conjunto de novas perguntas. E a proposta de realizar uma roda de conversa sobre gênero e escola foi fundamental e a gente acertou muito nas escolhas, porque vocês quatro trouxeram as questões centrais, fundamentais: *boas para se pensar*. Deixam a importante reflexão de que a escola não está separada do mundo, a escola é o mundo, acho que essa é a questão central para se pensar na relação escola, questões de gênero, igualdade e direitos. MUITÍSSIMO obrigada.



Os coletivos das jovens mães universitárias são organizados de forma independente e têm se multiplicado por todo o Brasil. O objetivo dos coletivos é dar visibilidade às lutas e demandas dessas mulheres que estão povoando as universidades brasileiras, na perspectiva de garantir um conjunto de direitos para que as mulheres mães possam dar continuidade às suas vidas profissional e intelectual, como também construir espaços de troca sobre suas experiências no âmbito da maternidade. Segundo os coletivos, a universidade não foi pensada para as mulheres, muito menos para que fossem cientistas e mães. Contudo, como vamos acompanhar nos relatos aqui apresentados, todos esses espaços estão sendo impelidos a se repensar. A roda de conversa *“Jovens Mães e novas demandas”*<sup>1</sup> aconteceu de forma remota em 21 de setembro de 2020, tendo como participantes as jovens mães universitárias: **Ayend Hammad, Kamila Eulálio Abreu, Jamily d’Carmo e Juliana Márcia Santos Silva.**

## **Jovens mães universitárias: relatos sobre maternidade, contratempos e demandas**

*Ayend Hammad  
Kamila Eulálio (curadora)  
Jamily d’Carmo  
Juliana Márcia Santos Silva*

*“A maternidade é uma dádiva maravilhosa, mas não seja definida apenas pela maternidade. Seja uma pessoa completa.”*

Chimamanda Ngozi Adichie<sup>2</sup>

*“A chegada de um(a) filho(a) na vida de mulheres que fazem carreira no contexto acadêmico traz uma série de dificuldades, especialmente aquelas relacionadas ao preconceito de gênero e ao processo de conciliação entre maternidade e vida acadêmica, o que já não ocorre entre os homens, que tendem a ascender mais rapidamente.”*

Ana Maria de Oliveira Urpia e Sônia Maria Rocha Sampaio<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> A Roda foi conduzida pelas Professoras Eliane Ribeiro, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — UNIRIO, Wania Sant’Anna e Nilda Negreiros, da Associação para Gestão e Políticas Públicas — AGPP.

<sup>2</sup> Chimamanda Ngozi Adichie é uma escritora nigeriana, feminista, reconhecida como uma das mais importantes jovens autoras africanas. Trecho do livro *Como educar crianças feministas*.

<sup>3</sup> URPIA, AMO.; SAMPAIO, S.M.R. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, S.M.R. (org.). *Observatório da vida estudantil: primeiros estudos*. Salvador: EDUFBA, 2011, pp.145-168.

**Eliane Ribeiro:** Primeiro, queríamos agradecer a Jamily d' Carmo, a Ayend Hammad, a Juliana Márcia e a Kamila Eulalio por estarem aqui, participando dessa roda de conversa sobre jovens mães universitárias. Um agradecimento especial à Kamila Eulalio, nossa bolsista de pós-graduação, por ter organizado a roda e ser nossa curadora. Inclusive a Kamila foi a responsável pela indicação do tema, que tem surgido com muita força na nossa universidade, a UNIRIO, e em muitas outras universidades no Brasil.

**Nilda Negreiros:** Agradecer imensamente a vocês, à disponibilidade de estar conosco, agregando conhecimentos. O projeto de rodas de conversa traz a possibilidade de discutirmos questões sobre a mulher, principalmente nesse momento de pandemia que a gente só ouve cada vez mais as notícias de aumento da violência contra a mulher.

**Eliane Ribeiro:** Esse é um tema que vem no bojo da discussão da construção social da juventude. A juventude chega com as suas demandas, com suas questões, e logo a juventude não é mais juventude no singular, é juventude rural, é juventude quilombola, é juventude negra e é a juventude mãe: vocês aqui! Novas identidades que fazem parte de temas muito atuais, muito contemporâneos. Vocês estão trazendo essas questões para a agenda pública e isso é muito importante para se pensar. Para começar, pedimos que cada uma de vocês se apresente, falem como é que chegaram ao debate e depois a Kamila Eulalio assume a condução da roda. Hoje a Kamila é nossa coordenadora da mesa, mais do que merecida, porque ela é uma batalhadora nessa questão. Kamila Eulalio é estudante de mestrado da UNIRIO e bolsista do nosso projeto, mãe da Helena, pesquisadora do tema e vai defender brevemente a dissertação *Jovens, mães e universitárias: do favor ao direito à permanência*. Além da Kamila, participam dessa roda: Ayend Hammad, estudante de Pedagogia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), tem 28 anos, é mãe do Rafael e do Marcos Paulo, um de quatro e outro de dois anos. Faz parte do coletivo de mães da UNIRIO e do

coletivo *Luísa Mahin*<sup>4</sup>. Nossa outra participante é Family d’Carmo, a mãe da Maria Flor de 11 meses, um bebezinho, graduanda em Ciências Sociais pela UERJ, membra do coletivo *Marta Trindade*<sup>5</sup> de Santa Cruz. A terceira é Juliana Márcia Santos Silva, pesquisadora, formada em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre em estudos interdisciplinares sobre mulher e Juventude feminina pela UFBA e Doutora em Serviço Social pela PUC-RJ. É pesquisadora do Núcleo Interseccional de Estudo sobre a Maternidade, NIEM<sup>6</sup>, e do Grupo de Pesquisa das ciências, gênero e educação. Pesquisa principalmente políticas públicas para mães na universidade, mães negras e maternidade científica. A roda é de vocês, demarcando o lugar de fala...

**Juliana Márcia:** Tem o debate sobre essa questão do “lugar de fala” para já entrar nesse debate do porquê que eu pesquiso maternidade. Eu acho que como a sociedade costuma definir as mulheres pela maternidade, e definiu unicamente pela maternidade durante muito tempo, a maternidade precisa ser uma questão de interesse de todas as mulheres. A gente precisa fazer essa união, mesmo, feminina, pautando as questões da maternidade, inclusive as questões do direito de não querer ser mãe. E não só o direito de não querer ser, mas o direito de planejar ser mãe. Então eu digo que eu não sou mãe ainda, porque eu tenho um planejamento de me tornar mãe, sim, mas como cidadã eu tenho o direito de escolher quando é que isso vai acontecer na minha vida e por isso eu pesquiso maternidade também. Eu cheguei nesse tema porque, na verdade, queria trabalhar com mães adolescentes. Iniciei, quando eu elaborei o meu primeiro projeto de pesquisa sobre

<sup>4</sup> O CNLM é um coletivo de identidade negra que está presente no cenário universitário em busca de conscientizar a todos edialogar assuntos de causa racial com as pessoas negras. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Disponível em: <https://www.facebook.com/coletivonegroluisamahin/>

<sup>5</sup> O Coletivo *Martha Trindade* é do bairro de Santa Cruz — Zona Oeste do Rio de Janeiro. Trabalha com educação popular, incidência e formação no território. Seus eixos são: meio ambiente, saúde e cidade. Foi o responsável pelo projeto *Vigilância Popular em Saúde*. Disponível em: <https://www.facebook.com/coletivomartha/>

<sup>6</sup> NIEM - O NIEM surgiu da necessidade de organizar, e assim impulsionou alguns coletivos universitários de mães. Hoje tem o intuito de criar uma rede de diálogo entre as mães pesquisadoras e de disponibilizar as produções acadêmicas deste sentido. Disponível em: <https://www.facebook.com/nucleoniem/>

gravidez na adolescência. Como eu fazia estágio na maternidade, as meninas — era época de vestibular, de Enem— sempre me falavam muito do que elas já tinham feito no ensino fundamental, ou que elas já tinham se tornado mães, ou que elas não tinham uma expectativa para além daquilo. Era a questão da maternidade: eram mães e estavam casadas, elas tinham chegado no que era a expectativa delas, era trabalhar em alguma coisa para sobreviver até o fim da vida. E aí eu comecei a pensar nessa coisa do estudo, sobre porque que as mulheres interrompiam os estudos por causa da gravidez e a minha orientadora de graduação me convidou a olhar para mim mesmo e querer entender porque que eu despertei para isso. E foi nesse momento que eu me dei conta de que a minha mãe tinha engravidado durante a graduação dela, no curso de farmácia, engravidou do meu irmão e eu sempre tive nesse lugar de cuidadora junto com ela, de dividir esse cuidado com ela. Porque mesmo que meu pai e a minha mãe morassem juntos, a segunda pessoa a cuidar do meu irmão nunca foi meu pai, sempre fui eu. Então eu comecei a pensar e olhar a maternidade a partir dessa lente, dessa rede de cuidado, que foi uma rede de apoio, que foi indispensável para que ela concluísse o curso de graduação e como essa rede também é uma rede muito feminina. Além disso, ainda pensando que o meu foco era maternidade e gestação também, a gravidez, eu comecei a pesquisar políticas públicas em todas as áreas voltadas para as mães. Seja na área da saúde, seja sobre tipos de violência obstétrica, escassez de políticas públicas em determinadas questões das esferas da vida pública, para educação, para segurança; e eu acabei me fascinando mesmo em pesquisar sobre os diversos tipos de mães. Então, hoje, eu pesquiso tudo que tiver a ver com maternidade, onde estiverem falando sobre maternidade, eu acabo entrando. Por isso eu acabei pesquisando maternidade científica, história da maternidade no Brasil, na França — eu acabei me apaixonando por pesquisar maternidade.

**Wania Sant'Anna:** Obrigada por vocês estarem aqui essa tarde compartilhando dos saberes de vocês, do percurso de vida. É um tema muito instigante, é um desafio muito bonito também que vocês sejam

jovens e estejam nessa pegada de problematizar a maternidade a partir da experiência, mas também lançando um olhar de análise, de avaliação, muito legal mesmo!

**Ayend Hammad:** Bom, boa tarde, na verdade ainda estou cursando, eu nem comecei ainda de fato. Eu estou no primeiro semestre ainda de Pedagogia e eu cheguei na Pedagogia por conta de que meu filho mais velho ele é especial. Assim, não foi fácil! Até estou emocionada pelo que a Juliana falou porque todo mundo julga muito que você é mãe então sua vida acabou ali, *“agora você é mãe e você vai trabalhar com qualquer coisa só para manter o seu filho”* e as pessoas não pensam que você pode ir além. Então, o meu objetivo começou lá em 2018. Eu coloquei na cabeça que em 2020 eu estaria dentro de uma faculdade e assim foi. Em 2019 eu fiz um cursinho pré-vestibular em que a maioria dos meus amigos, dos meus colegas, eram todos mais novos, tinham 16, 17 anos, e mesmo assim eu não desisti. Fiz o Enem, passei para uma federal e cá estou eu na UNIRIO, aos 28 anos iniciando uma faculdade.

Eu tenho um projeto para montar uma coisa pequena para crianças especiais quando eu terminar a faculdade, porque é muito difícil você encontrar escolas especializadas para crianças especiais. Eu tive muitos problemas com isso, com relação ao meu filho mais velho, então é uma coisa que eu quero muito ter no futuro. Então eu falo que eles me trouxeram até a Pedagogia e agora eu quero levar a Pedagogia até eles.

**Eliane Ribeiro:** Ayend Hammad, qual é a deficiência do seu filho, o que ele tem?

**Ayend Hammad:** Então, a princípio a gente achava que ele era autista. Mas, na verdade, ele tem um transtorno grave na fala, eu não lembro agora o nome. Ele tem essa deficiência, ele não fala, como as outras crianças e isso atrasou o desenvolvimento dele neurológico.

**Wania Sant’Anna:** Posso fazer uma fala então? Ayend Hammad também me emocionei com que você falou, mas eu vou dizer

uma coisa de coração: você está entre companheiras aqui. A gente na vida nunca escolhe quais são os nossos desafios, os nossos problemas. Mas eu vou lhe dizer uma coisa, você fez uma enorme conquista. Você já tem várias medalhas. A decisão de você assumir para si, sem temer, os seus filhos, porque são seus filhos agora e sempre serão. E você é uma vitoriosa de ter entrado numa universidade pública nesse país. Então, você está de parabéns. Que ótimo que você tenha tido experiência com os adolescentes e agora você vai encontrar um monte de pessoas também maduras.

**Nilda Negreiros:** Eu também quero falar uma coisa para Ayend Hammad, meu depoimento pessoal. Eu fiz a minha graduação, eu terminei a minha graduação com 42 anos de idade. Então não desista! Fiz minha graduação quando meus filhos já estavam numa idade que eu podia, eu não tinha com quem deixar então eu tinha que trabalhar e ser a mãe. Tive que abandonar algumas coisas temporariamente. Então quando voltei, eles já estavam numa idade que conseguiam caminhar, botar uma comida no prato... voltei e fui cuidar de mim. E aí fiz minha graduação, fiz pós-graduação, fiz meu mestrado, caminhei. Então não desanime.

**Ayend Hammad:** É muito importante ouvir isso, de coração. Desde que eu encontrei a Kamila, eu tenho me sentido muito acolhida lá no grupo e para mim realmente tem sido muito importante o grupo, encontrar pessoas com as quais você se reconhece.

**Jamily d' Carmo:** Boa tarde a todas! Eu faço o curso de Ciências Sociais na UERJ, já estou no oitavo período. Conforme eu descobri a gravidez, comecei a me atentar para algumas questões que não me atentava antes com relação às dificuldades, acesso, todos os problemas com relação a como seria, como eu iria dar conta, como eu iria lidar. Eu não tinha terminado, estava terminando a graduação ainda, ainda estou encaminhando para o fim, que seria isso: muita ansiedade, desespero, decepções, é muito mais fácil. Novamente eu tive problemas, problemas de ansiedade com relação à volta agora e eu estou vendo

aqui que está sendo um processo totalmente diferente do que eu pensei que seria. É tudo muito desafiador, e eu como mãe tenho que sempre estar vendo tudo que você tem em função da Maria Flor.

**Kamila Eulalio:** Primeiro quero agradecer a presença de todas vocês aqui. É um debate lindo, é uma roda de conversa que eu sonhei, porque pensar em maternidade, pensar em juventude dentro do ensino superior e pensar em mães é algo que é ainda hoje muito invisibilizado. Então pensar que a gente vai sair daqui com uma roda de conversa, com capítulo num livro, com capítulo num *ebook* falando sobre jovens mães é uma coisa com uma potência muito grande. Então eu só queria agradecer por todas vocês, principalmente as meninas que aceitaram o convite. Então vamos começar agora com as perguntas.

Bom, sabendo que há alguns anos a maternidade vem sendo questionada como o único local onde as mulheres podem estar, além das tarefas domésticas, muitas são as mulheres que quebram com esse paradigma patriarcal e saem para trabalhar, estudar e realizar as suas atividades para além da maternidade. O movimento feminista já fala em múltiplas jornadas e como isso afeta as mulheres. **Nós gostaríamos de saber como vocês, que fazem parte desse grupo, enxergam e vivenciam o fato de serem mães e terem essas múltiplas jornadas?** Quer começar Ayend Hammad? Pode começar.

**Ayend Hammad:** Bom, é difícil! É difícil ser mãe, é difícil trabalhar; no meu caso eu parei, porque graças a Deus eu tenho marido e ele é bem parceiro em várias coisas, então eu parei. Hoje eu só cuido dos meus filhos, cuido de toda essa parte e trabalho em casa. Mas, em compensação, eu cuido de toda parte do meu filho, de levar no médico, de tudo: neuro, fono, tudo sou eu. Então assim, é muito difícil. Quando eu tinha que deixar eles em casa para poder estudar, pensando no meu futuro e pensando que esse seria o melhor para mim e para eles. Então eu vejo mais por esse lado, eu tenho essa experiência: de deixá-los em casa e poder sair e ter que voltar, e ter que arrumar as coisas, ter que cuidar deles e estudar ao mesmo tempo, e me dividir e

dividir com a casa também. Então é muito difícil você ter um tempo para você porque você sempre dá o seu tempo mais para eles. Então é muito difícil! As pessoas não entendem, as pessoas julgam, as pessoas acham que é fácil, que só porque você está em casa você tem tempo para tudo e não é bem assim, a gente sabe disso, que a gente trabalha às vezes mais até em casa do que quando está no trabalho. É isso. Quando eu fiquei grávida as pessoas julgavam muito e foi bem difícil porque pessoas próximas não entendiam, meu irmão mais velho não entendia e é difícil você conciliar a sua vida, quem você é, deixar de sair, deixar de fazer determinadas coisas. Eu era muito ativa e, de repente, estava completamente em casa com ele — é difícil. Não tem muito o que dizer porque eu não trabalho fora, então não tenho essa questão do trabalhar, ter essa outra jornada, eu trabalho em casa o dia inteiro, eu não paro, fico com eles, e é isso.

**Kamila Eulálio:** Ayend Hammad, eu queria dizer para você que você trabalha o dobro de quem trabalha fora porque estar em casa e trabalhar com os filhos e estudar com os filhos é uma coisa, assim, surreal! É muito surreal, eu sei porque, aqui em casa, a gente está nesse período mesmo de trabalharem várias coisas, trabalhando dentro de casa, cuidando da criança o tempo todo — ela já pulou aqui o fio do computador, já foi pegar lápis de cor, giz de cera... Então são várias coisas que a gente tem que se preocupar. Ao mesmo tempo eu acho que você tem, sim, uma múltipla jornada porque você é uma mãe, é uma estudante, ainda tem que lidar com a casa e com uma a questão que, eu, por exemplo, não tenho, que é essa questão de ter que levar sua filha ao médico, procurar uma fono, de ter que levar em outros vários especialistas. Você tem várias jornadas, não apenas duas jornadas.

**Ayend Hammad:** É, quando eu estava estudando para o vestibular, estudava algumas vezes de madrugada porque é quando eles dormem. A gente tem uma rotina de dormir às dez horas, eles dormem às dez horas, então é quando eu tenho tempo realmente para poder estudar ou fazer qualquer outra atividade para mim. Eu estudava muito de



onze até às vezes umas três ou quatro da manhã, às vezes virava direto. E é aquilo, quando você vira a noite assim, geralmente você se cansa muito porque eles não entendem no dia seguinte, ninguém te dá um desconto. No dia seguinte eles estão com a corda toda, querem brincar — meus filhos querem comer o tempo todo, não param. Então você tem que se desdobrar mesmo. Era uma meta que para mim era uma coisa muito importante, e é isso, estou aqui, na universidade.

**Kamila Eulalio:** Family, você quer falar um pouco dessa sua jornada como mãe, estudante, fazendo parte de coletivo, como tem sido?

**Family d’Carmo:** Então, só tem agora a cada dia uma coisa diferente e ela mama diversas vezes, então isso afeta diretamente o meu sono. Então, eu não durmo uma noite inteira. Achei melhor que eu me afastasse e focasse só em mim e na Maria Flor.

**Kamila Eulalio:** Acho que você falou uma coisa que é muito fundamental que é esse período de amamentação e como ele é exaustivo porque a gente vive isso intensamente, quem faz livre demanda — eu fiz livre demanda também com a Helena — fica esgotada. O tempo todo a criança quer mamar. A gente sabe de todos os benefícios que isso traz para a criança, mas a mãe fica realmente muito cansada. Ter uma rede de apoio nesse momento é fundamental, como você disse. Juliana, você contou um pouco como foi sua inserção nessa temática de mães universitárias, mas a gente quer que você fale um pouco mais de como está sendo essa sua entrada, que começou desde a graduação, no mestrado e agora no doutorado... E outra coisa, como tem sido agora na pandemia, você como uma pesquisadora, como uma militante da temática de gênero, mas especificamente de mães, como você tem visto e recebido esses relatos dessas mães durante a pandemia, que a gente sabe que pesquisar sobre mães é algo muito complicado porque recebemos muito relatos de mães, relatos de como tem sido a vivência delas, e, para além disso, a Ju estava dando um curso para mães da pós graduação, um curso maravilhoso, de preparação para mães que queriam entrar para mestrado ou doutorado. Eu queria sa-

ber um pouco sobre isso de como você tem percebido essas vivências das mães dentro da pandemia.

**Juliana Márcia:** Bom, a minha pesquisa, como você falou, começou na graduação. Na graduação eu trabalhei com mães, na pós-graduação eu trabalhei com mães e no doutorado agora eu pesquiso coletivo de mães universitárias. A minha pesquisa, na verdade, eu encaro como se ela fosse uma coisa só, é uma continuidade e eu faço um recorte ou outro, dependendo do nível. Trabalhar com mães foi uma coisa que mudou minha visão de mundo como pesquisadora, como mulher, porque eu trabalhava muito. No primeiro momento que eu trabalhei, eu fazia perguntas e as meninas falavam muito sobre orientação sexual e depois sobre uma grande satisfação em ser mãe. Mas aí, quando você entrava em determinadas questões do cotidiano, vinha aquele sofrimento, na verdade vários, e principalmente porque eu trabalhei com mulheres negras. Todas as mulheres que eu entrevistei na vida sobre mães, na minha pesquisa sobre mães, foram mulheres negras. Eu trabalho com Raça na universidade, além de trabalhar com mães, eu trabalho com Raça. Então, quando pesquisei as mulheres que engravidaram na adolescência na graduação, elas eram mulheres que, em sua grande maioria, haviam se divorciado de seus companheiros. Algumas eram mães solo e uma delas inclusive durante a entrevista estava nesse processo de separação e era aquela coisa do “*a gente separa*” e automaticamente o sentimento do homem quando diz que vai separar significa se separar da mulher e dos filhos, porque para ele está tudo no mesmo pacote. E aí esses homens simplesmente saíam de casa e essas mulheres ficavam sozinhas para dar conta dessa criança. Algumas mulheres que entrevistei elas estavam inclusive morando sozinhas, longe da família, tinham saído do interior. Uma delas inclusive tinha dois filhos para dar conta então era essa coisa que você falou das múltiplas jornadas; e era a múltiplas jornadas muito solitárias. Quando ia analisar isso, eu percebia essa coisa da solidão junto com essa coisa de múltiplas jornadas. Na pós-graduação, no mestrado, tem uma pergunta que fez toda a diferença no meu na minha pesquisa eu perguntava para as mu-

lheres: o que é ser mãe para você? E elas falavam sobre como os filhos davam significado para a vida delas, o quanto elas se esforçavam em nome do filho, era aquela coisa da anulação da vontade e a mulher sumia e dava lugar à figura da mãe. Acabavam-se todos os desejos dela não só por parte dela mesmo, ela era cobrada a se anular por parentes, por amigos, por todas as pessoas estavam em volta — ela tinha que deixar de ser a pessoa que ela era para ser a mãe de fulano. Inclusive uma das mães problematiza isso, como ela perdeu a identidade porque ninguém se referia a ela pelo nome, mas como a mãe de fulano. E aí nesse momento, depois de perguntar sobre ser mãe e elas falarem das doçuras da maternidade, eu fiz a pergunta: e o que é uma mãe negra para você? A primeira pessoa que eu entrevistei, quando eu fiz essa pergunta, precisei interromper a entrevista por mais de 5 minutos por causa do choro e ela não conseguia verbalizar nada. E aí essas mulheres falavam sobre a violência e a escassez de políticas públicas e sobre várias violências. Sobre violência obstétrica, e dentro dessa violência obstétrica não só a violência física, mas também a violência de não permitir acompanhante no momento do parto; sobre manobras mesmo, sobre a violência física e manobras feitas que são consideradas como violência obstétrica, sobre a violência psicológica de “*ah, na hora de fazer foi bom*”; de achar que elas eram muito fortes, que elas tinham que aguentar. E depois também sobre a questão de que elas eram mulheres pobres, a maioria, estava fazendo mestrado, doutorado, mas eram mulheres pobres e elas dependiam diretamente de políticas públicas, de escola pública, de hospital público, de segurança. Então, nesse momento, começamos a falar sobre essa coisa do cotidiano, também muito dessas jornadas. Eu entrevistei muitas mulheres separadas ou divorciadas e que não tinham ajuda do companheiro. Essas mulheres que eu entrevistei eram também, em sua maioria, a principal provedora da casa e o fato de serem a principal provedora da casa não as tirou de todas as outras obrigações domésticas, todo o acúmulo de tarefas domésticas. Então, a gente começou a entrevista, na verdade, começamos a enveredar por essa coisa de dizer “*olha eu sou a pessoa que bota comida na mesa, mas eu sou a pessoa que tem que preparar comida que bota na mesa*

também”, “*eu sou a pessoa que tem que limpar a casa e cuidar dos filhos*”. Uma das minhas entrevistadas tinha filha com paralisia cerebral e ela interrompeu os estudos para tomar conta da sua filha durante esse período. E mesmo, depois que ela volta a estar numa condição financeira igual a do companheiro, ela continua sendo a única pessoa que cuida dessa filha com paralisia cerebral. Quem vem ajudar ela depois de um tempo é uma outra filha que ela teve. Mas, o companheiro, ela não contava com ele mesmo depois do momento em que ela era responsável por 85% da renda da família. Com a pandemia, o que aconteceu foi uma aceleração dos problemas, na verdade, dos preconceitos, de todas aquelas questões que a gente enfrentava: machismo, racismo etc. As formas de opressão se aceleraram durante a pandemia, a gente está tendo aí uma enxurrada de denúncias de violência doméstica e sabemos se tem uma denúncia que é feita, tem várias outras violências que não são denunciadas. E tem esse maior número de violência. A gente tem essa coisa do home office, que foi colocada e que eu sempre brinco dizendo que o *Home Office* é *Office* no *Home*, mas nunca o *Home* no *Office*. Porque a obrigação do *Office* vem pro *Home*, mas os problemas do *Home* não podem entrar no *Office*. As pessoas querem que você trabalhe dentro de casa e que você ligue o computador e, a partir do momento que o computador está ligado, a sua casa deixa de existir. Todos os problemas, todas as obrigações, elas deixam de existir. As mulheres trabalhadoras têm esse peso da cobrança. Tem essa demanda do trabalho dentro de casa e aí aquelas mulheres que, no horário em que elas estavam no trabalho, os filhos ou marido, quem estivesse em casa lavava, passava, cozinhava, mas agora eles não fazem mais porque a mulher está em casa. Eles começam a entender que ela também está ali para fazer. É o entendimento que está no imaginário social de que tudo dentro de casa é a mulher quem tem que fazer, e é o mesmo para as mães estudantes, é o que tem chegado para mim. O estudo do *Parent in Science* lançou dados provando que as mulheres brancas com filhos estão no mesmo grupo de quem teve queda na produção, junto com as mulheres negras com e sem filhos. Ou seja, a mulher negra já vem tão historicamente demandada que ela está no mesmo patamar de uma

mulher branca que tem filho. Então, isso tem chegado para esse grupo de pessoas, para as estudantes. Chegaram alguns relatos sobre demanda da câmera estar ligada durante a aula, e aí você precisa amamentar, com criança pulando. Tem professor que exige não só a câmera ligada como o microfone também, mas não quer ouvir o filho da aluna berando durante a aula, não quer criança chorando. Eu fui fazer uma *live* com o Núcleo, pelo NIEM, e aí o filho de uma das participantes começou a chorar e as pessoas nos comentários “*muta ela, desliga o microfone dela*”, “*vou ter que ficar ouvindo criança gritando*”. Vai ter que ouvir criança gritando, gente. Uma *live* com mãe, sobre maternidade. Então a gente está falando sobre a realidade das mães na pandemia e a realidade daquela mãe era amamentar uma criança num peito durante a chamada e a outra criança pulando atrás, berando e passando de um lado para o outro. As crianças gostam de aparecer na câmera. Por exemplo, meu irmão de 14 anos, todos os meus professores o conhecem, porque em todas as aulas ele aparece, abre essa portinha e coloca a cabeça aqui para aparecer em todas as aulas. Qual é o enorme problema nisso? É uma questão de estar aberto ou não a atender essas pessoas numa totalidade. Elas estão em casa. Não é a rotina da casa dela que tem que se adequar à nova realidade. Você que está entrando naquela casa e que tem que pedir licença para entrar.

Sobre o curso *Mamães na pós*, foi uma grande satisfação fazer isso. Eu tinha esse projeto, na verdade, desde a graduação, desde quando eu pensei em entrar no Mestrado. Comecei a pensar sobre as minhas amigas que não pensavam em fazer mestrado porque tinham filhos e percebi também que algumas informações sobre como elaborar um projeto de pesquisa são informações que circulam em grupos pequenos dentro da universidade. Você aprende a fazer um artigo se você está com um professor mais próximo de você, porque você entrega qualquer artigo sem norma no trabalho, o professor da nota e acabou. Ele vem e te diz o porquê você não tirou dez naquele artigo. Então, você acaba não aprendendo isso. Até o professor mesmo não tem esse tempo de estar ali e fazer junto porque é trabalhoso. Nos projetos de pesquisa, se você está no grupo de iniciação científica, você se prepara para ser um

pesquisador, se você não está, você tem que correr muito atrás sozinha. Quando você é mãe, para entrar no grupo de iniciação científica, você enfrenta inúmeras questões para além das que a gente já conhece. Então, tem professor que deixa de chamar a estudante para seleção porque sabe que ela tem um filho e que não vai ter aquela disponibilidade — que deveria ser de 20 horas, mas que às vezes ultrapassa porque tem professor que liga... Eu mesma fiz uma iniciação científica e recebi ligação da minha orientadora às sete ou seis horas da manhã, onze horas da noite, e uma mulher com filhos não teria essa disponibilidade. O *Mamães na pós* veio dessa necessidade de sanar essa falta de formação para mulheres que saíram da graduação e não sabiam fazer um projeto de pesquisa, um artigo. Então formei essa turma. Quando falei que conversei com a Kamila, que é a líder no NIEM, eu falei com ela que queria abrir essa turma, mas eu tinha muito medo de fazer isso pela *internet*, tinha medo de ataques, eu tinha medo de fazer e de não ter gente o suficiente para formar uma turma. A Kamila incentivou e a gente fez. Eu fiz a chamada do *Mamães na pós* eram umas 18 horas da tarde e, em poucas horas, tínhamos mais de 100 inscrições. Foi assustador porque o e-mail não parou. A gente encerrou as inscrições antes da hora. As inscrições já tinham encerrado, já tinha passado o prazo que estava previsto e as pessoas continuavam mandando e perguntando no e-mail. Assim que eu avisei que as inscrições se encerram, as pessoas me mandavam e-mail perguntando da turma seguinte. Até hoje nós temos comentários lá no NIEM. A última aula foi agora no sábado e foi muito emocionante porque eu comecei a receber projetos de mulheres que entraram sem saber de nada e eu recebi projetos muito bons, que era questão de a gente amadurecer as ideias, delimitar bem o objetivo, escrever na linguagem certa, na linguagem acadêmica. Já tem uma mãe que foi aprovada no doutorado, ela tinha terminado o mestrado há alguns anos e ela foi aprovada no doutorado e tem outras que vão fazer processos seletivos que vão abrir agora em setembro. Foi muito gratificante colocar esse projeto na rua, como a gente chama. Fazer acontecer. Começou em agosto e a gente teve seis aulas semanais, que foram gravadas. Elas eram ao vivo, mas também eram gravadas para as

mães que não podiam estar disponíveis no sábado no horário poderem assistir. Elas foram feitas pelo *Google Classroom* e a gente também fez as reuniões pelo *Google Meet*. Eu fiquei como professora do curso. O curso tinha a pretensão inicial de 20 vagas, humildemente. A gente ampliou esse curso para 100 vagas e a gente teve uma frequência muito boa das meninas conversando, dialogando, algumas não conseguiram frequentar as aulas ao vivo e assistiam depois e mandavam e-mail. A gente conseguiu fazer esse curso acontecer. Eu quero muito dar mais qualidade a ele no pós-pandemia. Se possível, colocá-lo como projeto de extensão de alguma universidade, ter monitores, eu sozinha para dar conta é muito difícil. Com outras pessoas qualificadas, para a gente montar uma equipe, isso pode fazer uma grande diferença nos números. Quando a gente vai estratificar os números, números esses que eu coletei, porque não existem números produzidos sobre quem é mãe, quem é pai na pós-graduação ou graduação. Os números que eu produzi sobre a UFBA, por exemplo. Para achar mães na graduação foi fácil, mas para achar mães na pós-graduação foi muito difícil. Eu consegui, em algumas áreas, cheguei num grupo de 80 mulheres e tinha um grupo de 1% ou 2% na área de exatas. Nessa primeira pesquisa, que foi quantitativa, eu encontrava mulheres brancas e negras, de qualquer raça, depois que eu fui fazendo as entrevistas com as mães negras, mas mesmo contando com as mães brancas que acabam tendo determinados privilégios e ocupando áreas mais embranquecidas como engenharia e outras áreas de exatas, ainda assim eu encontrei um número muito pequeno porque essas mulheres desistem do curso. A gente tem a portaria da CAPES sobre licença-maternidade, mas relatos de violação dessa licença foram abundantes nas entrevistas que eu fiz. Tenho relato de uma mãe que, claramente, foi à secretaria exigir a licença maternidade... Ela já foi informada unicamente para entrar com o pedido da licença, não foi consultar se tinha direito à licença-maternidade e o funcionário disse a ela “*para que a licença-maternidade, estudante de doutorado já tem quatro anos para fazer a pesquisa, não tem licença-maternidade*”. Esse não foi o único relato e, para além dessa questão, existem outras relacionadas à necessidade da licença-maternidade. Existe a necessidade de fraldário.

Eu tenho colegas que trocam os filhos, juntam as pernas e trocam os filhos em cima da coxa ou cima de uma mesa da sala. Então a gente não tem fraldário, a licença-maternidade – colocada como uma portaria da CAPES para pós-graduação, para bolsistas, é uma portaria que a gente tem violações —, ainda tem as questões de assédio moral —professores que constroem as aulas em sala de aula, que expulsam alunas das salas de aula. A gente teve casos recentes, inclusive, no Rio de Janeiro e não tem onde denunciar essas violações. Então, se o professor te coloca para fora, se durante uma videoconferência o professor te expulsa da videoconferência porque seu filho está fazendo barulho ou qualquer outra coisa, a quem você recorre? A gente não tem onde recorrer. Em resumo, é isso.

**Kamila Eulálio:** Toda vez que a Juliana vai falar eu fico parada ouvindo, ela é uma referência para mim. São muito poucas as que pesquisam mães, principalmente as que pesquisam mães negras. Então, é muito bom ouvir a Juliana e ter esse espaço de diálogo aberto a todas. Vamos mudar um pouco o assunto agora. A nossa próxima pergunta é para todas e, ao mesmo tempo, para a Juliana, a gente vai pedir para você falar um pouco mais dos seus relatos e o que você já ouviu. A gente vai falar agora sobre a violência obstétrica. Sabemos que os dados são alarmantes, principalmente quando se trata das mulheres negras. Em setembro de 2019, a resolução 2.232 que trata da recusa terapêutica para parturiente foi aprovada. É aquela em que a mulher pode se recusar a fazer qualquer tipo de tratamento durante o parto. **Nesse sentido gostaríamos que vocês falassem um pouco da experiência de vocês, como jovens mães negras, da experiência de parto e gravidez.** Ju, que a gente já sabe que estudou isso durante o mestrado e durante a graduação, a gente quer saber dos relatos que você, muito possivelmente, deve ter ouvido sobre partos e experiências de gravidez.

**Ayend Hammad:** Na minha primeira gravidez, minha tia trabalhava em uma maternidade pública, ela tinha uma equipe. Quando



cheguei, eles já estavam me esperando. Eu não sofri nada, pelo contrário, eu fui muito bem atendida no meu primeiro parto e tive uma experiência ótima. No segundo, minha tia não trabalhava mais lá. Então, quando cheguei, a primeira coisa foi que sofri violência obstétrica: o médico descolou minha placenta, foi péssimo. Eu senti dores um mês depois. Foi horrível, uma coisa que me marcou demais, me machucou demais. Era uma coisa que eu mal conseguia falar para as outras pessoas sem chorar e me senti horrorosa. Quando fui na sala, para poder ter, como ele fez esse descolamento, a minha barriga ficou dura. Quando eles me internaram, eu estava com quatro de dilatação. Aí, como fiquei muito nervosa, porque eu me preparei para o parto normal do segundo filho, mais ainda do que o primeiro, eu sabia o que ele tinha feito e que ele não tinha agido certo comigo. Aquilo me descontrolou totalmente. Eles queriam fazer uma cesariana e eu tinha medo. Eu tinha uma intuição que não ia dar certo e queria meu parto normal a qualquer custo. Então eu comecei a rezar e pedir e eles falavam que não era para eu ficar nervosa e gritar, porque não era meu primeiro filho, que eu sabia como ia ser, que ia doer mesmo e eu não era para eu estar daquele jeito. Eu falava e gritava e dizia que não ia ficar quieta, debatia. O que me chocou muito foram as enfermeiras que tiveram essa conduta e eu me lembro que um médico chegou para mim e falou que ia me dar um toque, eu neguei porque a enfermeira tinha acabado de me dar um toque e ele falou para mim que era para o meu melhor. Discuti que não era porque eu tinha estudado aquele momento e sabia que não era necessário —uma vez que a enfermeira já tinha feito. Ele ficou sendo grosseiro comigo, falou para que prepararem a sala da cesárea que eu ia subir para fazer a cesárea porque meu bebê estava entrando em agonia. Eu perguntei e ele falou que ia preparar a sala, pediu para subir o anestesista. Eu disse que já estava na sala e eles conversando com meu marido e ele tentando ficar o mais calmo possível. Eu disse que não ia subir, que ia ter meu filho ali. Chegou um médico mais experiente que tentou me acalmar. Eu pedi muito porque tenho fé, sou candomblecista. Eu pedi muito. Minha mãe de cabeça é Iemanjá, rainha das águas. Eu falei: *“mãe, abre o caminho para ele poder passar, abre*

*as águas*". Eu dilatei até 10 em 15 minutos. Eu tive meu filho ali naquela sala. Hoje eu falei para o meu marido que eu não quero ter filhos. Eu fiquei muito traumatizada de como as coisas aconteceram. Eu tinha um plano e meu médico queria forçar a cesárea. Eu não queria. Eu queria ter o parto normal, por isso fui para o público, para poder ter o parto normal. Foi muito ruim a experiência que eu tive no segundo parto. Foi horrível. Hoje, se eu tivesse condições de ter outro filho, não teria. Porque eu não quero passar por essa experiência de novo. Foi difícil, muito traumatizante para mim. Eu sei que isso, perto de outras coisas que ouvi de amigas, parece muito pequeno, mas são coisas que ninguém deveria ter que passar.

Quando eu estive na casa de uma grande amiga, ela estava com um bebê de sete meses e a gente conversando.... Ela perguntou se já que eu tive o primeiro por parto normal, porque não teria o outro também? É muito melhor. Então eu fui estudar, fui ler, fui me informar mais e, realmente, optei pelo parto normal. Quando eu conversei com o meu médico, ele falou que tudo bem e que íamos tentar. Quando eu fui para 39 semanas ele falou que era melhor deixar marcado, mas eu disse que não porque não queria fazer cesárea. Nesse meio tempo eu decidi ir para o público. Se eu fizesse a cesárea, eu iria "ligar", porque é uma coisa que eu já tinha conversado com meu marido, era uma coisa que eu queria. Ele disse que não, pois eu poderia querer ter outro futuramente e ele ia fazer a vasectomia. Só que é uma coisa que eu já pensei muitas vezes porque me assusta muito.

**Kamila Eulálio:** Eu queria agradecer Ayend Hammad. Queria que você se sentisse abraçada por todas nós, todas nós estamos com o mesmo sentimento de querer estar ao vivo para poder te abraçar e, em segundo, cada experiência é única. Independentemente se outra pessoa sofreu de tal forma, não dá para a gente medir as opressões e o sofrimento. Então, do jeito que você sofreu foi muito forte para você e a forma como eu sofri foi muito forte para mim. Assim vai ser para cada uma das pessoas. Nunca tente diminuir esse sofrimento, essa violência que você sofreu porque foi uma violência

e acho que Iemanjá se fez presente. Vamos dar graças a Iemanjá por isso. Gostaria de passar para a Jamily d’Carmo, se você se sentir à vontade, também compartilhar.

**Jamily d’Carmo:** Sim, eu me sinto à vontade. Para fazer os exames de gravidez eu fui muito bem acolhida pela equipe da Clínica da Família. Eles agiram de uma forma bem animada, sabe? Em descobrir uma nova gravidez, mas eles não perguntam se, para você, está sendo um momento bacana. Enfim, durante a gestação, as consultas eram com uma enfermeira. Quando passou a ser com o médico, eles alternavam, um dia era com o médico e 15 dias depois era com enfermeira. Quando foi a primeira consulta com o médico, eu estava super animada, assim com a Ayend Hammad. Eu também estudei bastante porque eu tinha a informação da minha mãe que engravidou quando eu tinha 11 anos de idade, uma gravidez de alto risco e ela teve muito acesso à informação na maternidade. Na Clínica da Família, a gente não tinha nenhum acesso à informação. Não tinha roda de conversa com mães para explicar sobre nada. Teve uma reunião sobre aleitamento em agosto, só isso. Tendo em vista esse problema da falta de informação, eu pesquisei muito sobre o tema. Eu já fui muito animada para a consulta com o médico, com várias informações e perguntas que eu anotava no celular. Cheguei na consulta, observaram que tinha problema com meu peso, em todas as consultas eu tinha problema com o peso: que eu tinha engordado muito de uma semana para outra, que eu estava muito acima do peso esperado para aquele momento da gravidez. O médico disse que eu estava comendo muitas baguetes e que não podia comer muitas baguetes assim. Eu falei que não estava comendo besteira. Eu levava *marmitinhas* para o estágio com frutas, pois tinha um medo horrível de comer besteira e prejudicar o bebê. Eu me alimentava da melhor forma possível e ele falando que eu estava mentindo para ele. Perguntou se minha mãe era gorda e eu disse que sim. Ele me disse para olhar para ela e não ser igual. [...]. Não tive nem coragem de falar com a diretora da clínica, minha vontade era de chorar. Depois de um tempo eu contei isso para minha mãe e só

consegui voltar na clínica uma semana depois, quando fui na direção e fiz a denúncia do que tinha acontecido e disse que não queria ser atendida por esse médico. Disse que se eu voltasse a ser atendida por ele, iria denunciar ao Conselho Regional de Medicina. Quando eu fui ter a Maria Flor, fui conhecer a maternidade, tudo direitinho. Então, tive muita preocupação em saber quais eram os processos porque eu tinha medo de sofrer violência obstétrica, participei de *lives* com advogados explicando sobre os direitos e tudo mais. Quando chegou lá — não sei se era um procedimento normal —, eu fiquei lá eternamente. Não sabiam da hora correta e eu fiquei horas. Eu tinha ido para o estágio, tinha acordado muito cedo, eu moro longe, peguei o trem em São Cristóvão, fui andando e voltei andando de novo. Cheguei em casa às 10, tomei um banho e a bolsa rompeu e tive que voltar para o hospital. Eu já estava exausta nesse momento, muito cansada. Então, ainda ter que encarar um parto foi completamente exaustivo. Eu fiquei lá e não sabia muito bem como fazer a força correta para ter o bebê, descobri que estava fazendo da forma errada. Durante os intervalos das contrações, eu ficava tão exausta que apagava e não conseguia ficar acordada, manter os olhos abertos. A equipe médica teve a preocupação de me atender bem, foram atenciosos. Só a enfermeira obstétrica que eu achei bem grossa. Eu lembro que eu pedi desculpas. Não deveria ter pedido, mas pedi pelo fato de eu ter gritado de dor e ter dado trabalho para elas. Foi uma situação assim. Graças a Deus, a maternidade é muito boa e o atendimento é muito bom. Eu estive tranquila enquanto estive lá, tive medo de vir para casa porque eu não ia ter o amparo das enfermeiras e médicas. Um outro caso que eu vi e é um problema imenso é a falta de informação. Uma parente minha teve bebê recentemente e foi para um hospital e ela ficou toda roxa. Ela é bem branca e ela ficou toda machucada. Se ela tivesse tido mais atenção, mais acesso à informação... Ela não teve a ideia de pesquisar, mas se na própria clínica tivessem dado mais informações nas consultas, ela não teria passado por isso, ela não teria aceitado essa situação. Ela sofreu coisas que não precisava ter sofrido por falta de informação, por não saber o que poderia ou não ser feito com ela ali. Nem a mãe

dela sabia também. Eu fiquei completamente chateada e triste por ela ter passado por isso. Por ela ter sofrido isso.

**Ayend Hammad:** Você fala da sua conhecida, eu trabalhei um ano e meio na Defensoria. Lá, fazemos o primeiro atendimento para saber a história e por que a pessoa estava ali. Eu tive uma menina que os médicos rasgaram ela até o joelho dos dois lados na perna, o porquê disso eu não sei. Eu sei que ela tinha uma cicatriz imensa até o joelho. Ela me contava e você via que ela não tinha nenhuma informação, não sabia explicar o motivo de ter sofrido aquilo. Informação faz falta, essa história me impactou demais, uma das que eu mais lembro de quando eu trabalhava lá porque para mim foi um negócio absurdo e desnecessário. Não foi um negócio pequeno.

**Kamila Eulalio:** É muito difícil ouvir essas histórias porque elas só demonstram o quanto ser mulher nessa sociedade é difícil. Quanto mais a gente escuta, mais percebe que é muito difícil estar gestante, é muito difícil você ser mãe e passar por um parto. O quanto à falta de informação, como vocês falaram, pesa muito sobre o como essa mulher vai ser tratada. Até tendo informação essa mulher pode ser maltratada dentro do serviço, seja público ou privado. Eu conheço pessoas que estavam no serviço privado e também foram maltratadas. Ju, eu queria passar para você, mas antes, eu queria contar meu relato também porque eu acho que, como a gente está falando sobre o parto, é muito importante contar isso. Hoje em dia eu já consigo falar sobre isso depois de muito de terapia. Falando da experiência de como você tem ouvido nas suas pesquisas. Eu tenho a Helena que tem quatro anos, vai fazer cinco. Eu engravidei dela no segundo período da faculdade e minha gravidez era de alto risco porque eu tinha pressão alta. Minha pressão ficou muito alta só durante a gravidez, não tive depois da gravidez e nem antes, e por isso tive que fazer acompanhamento. A Helena nasceu na época em que muitas crianças que nasciam estavam com microcefalia, tudo era suspeita de microcefalia. Aqui na Baixada, a maioria dos hospitais estavam fechados. Tinha um ou dois hospitais da mulher que estavam abertos, mas a grande

maioria estava fechado. Então, eu consegui um encaminhamento, consegui ser atendida no Hospital Geral de Bonsucesso, que é um hospital de referência e todo mundo conhece muito bem. Fui internada três vezes para ter a Helena. No dia específico que eu tive a Helena, cheguei ao hospital às oito da manhã, tinha ido no dia anterior e falei que estava com dor e mal. Eles não quiseram me internar, disseram que não era suficiente, que tinha que voltar para casa e pensei: *“vou esperar mudar o plantão e voltar para o hospital porque eu estou sentindo dor e fiquei a madrugada inteira acordada, sentindo dor, para poder ir ao hospital”*. Aí quando cheguei lá, o médico me examinou e me deu o toque, fiquei esperando para aumentar a dilatação que estava pouca ainda. Fiquei esperando das oito às onze da manhã para poder ver se ia aumentar a dilatação. Aí ele verificou e viu que não tinha aumentado a dilatação e me mandou para casa. Uma outra médica ouviu isso e achou estranho. Ela me examinou, me deu um terceiro toque e nesse terceiro toque ela viu que minha dilatação tinha aumentado e que eu poderia internar. Se eu voltasse para casa, ia voltar e ter o bebê. Fiquei internada a partir daquele momento e a Helena nasceu 01:57 da manhã do dia seguinte. Sentia estar sendo violentada por todos, inclusive pelo progenitor que me largou dentro local e foi embora. Nesses momentos, eu sempre tive muito medo de gritar. Acho que essa foi uma das coisas que eu sempre ouvi de hospital público: *“se você gritar vai ser pior”*. Então, eu sentia as dores, a contração vinha e eu não gritava, eu não colocava para fora. Aquilo ia me deixando cada vez mais nervosa e eu não colocava para fora. Num determinado momento eu consegui falar. Eu moro em São João e o Hospital Geral de Bonsucesso é em Bonsucesso. É uma distância muito grande e minha família não conseguiu ir para lá. Quem teve que ir foi a mãe dele. Num determinado momento, eu sentindo muita dor, já eram 11 horas da noite. Todas as mulheres que estavam no quarto já tinham parido e só faltava eu. Todo mundo foi dormir. Eu fiquei sozinha naquela sala de parto, eu e a avó da minha filha, sem saber o que fazer. Ninguém explica para você que a dor do parto é semelhante a dor de evacuar. Em momento algum alguém vai falar isso para você. Eu senti vontade de ir ao banheiro e fui. Fiz a força e nisso eu senti a cabeça da minha filha descendo. Eu coloquei a mão, fechei as pernas e

chamei a avó da minha filha. Ela me ajudou e nós fomos para a cama. Ela me falou para fazer a força e na hora que nascer alguém vai aparecer. Os médicos e as enfermeiras não estavam, não tinha ninguém, parecia que o hospital estava vazio. Só tinha eu e ela ali. O parto da minha filha durou cinco minutos. Eu fiquei tanto tempo em trabalho de parto que o parto dela durou cinco minutos. O médico chegou e, depois, eu descobri que a médica que estava responsável era muito inexperiente e não queria fazer o meu parto. Ela ficou esperando o médico responsável mais experiente chegar para poder fazer meu parto. Quando ele chegou, ele fez. Eu fiz duas forças e a Helena nasceu. Por conta desse processo todo, a Helena nasceu com os ossos da cabeça entrecostados, por que? Porque na hora que eu achei que ela estivesse nascendo, eu fechei as pernas para ela não cair dentro do vaso, o que aconteceu? O osso dela, como era molinho, entrecostados. Isso me deu um transtorno muito grande porque foi bem na época que todo mundo achava que tudo era microcefalia. Eu fiquei indo com a Helena por quatro meses, indo direto para o hospital fazer acompanhamento para ter certeza que ela não tinha microcefalia. Isso porque não tinha ninguém para me explicar que a dor que eu estava sentindo não era vontade de fazer cocô, era a dor do parto. Eu sempre fui muito bem informada, eu sempre li muito, igual a vocês. Eu procurei saber e assistir palestras, mas uma coisa tão básica não explicada pode causar um dano enorme na vida. . . Na minha vida, eu era muito nova, com 18/19 anos quando a Helena nasceu e foi algo que se perpetuou durante muito tempo. Igual a Ayend, eu tenho pavor de ficar grávida de novo, tenho pavor de outro filho. Quando falam que a Helena quer um irmão. Não! Eu não consigo pensar, eu não consigo cogitar a ideia de ficar grávida de novo porque foi um período tão difícil, foi um parto tão difícil que eu não consigo pensar em ter. Olha que eu faço terapia, faço tudo para conseguir lidar melhor com isso e falar para as pessoas o que aconteceu comigo, mas pensar em ter filho? Eu não cogito por conta dessa situação.

**Nilda Negreiros:** Meu filho mais velho tem 38 anos. É triste a gente ver que 38 anos depois você ainda ouve histórias. Eu vivi, na época, nem se falava em violência de nada, mulher tinha que enfrentar

e ponto final. Essa coisa do não gritar, não reclamar. Eu tive um trabalho de parto difícilíssimo, meu filho nasceu por fórceps, na época. Eu desesperada sem saber o que estava acontecendo depois de uma noite inteira de trabalho de parto. Os médicos foram dormir, a enfermeira foi dormir, todo mundo foi dormir e você lá... Então, 38 anos depois você ouvir tudo isso, porque eu fiquei tão traumatizada.

**Wania Sant'Anna:** Eu queria dar meu depoimento rapidinho, no espírito de compartilhar, e também para falar do que a Kamila disse. Eu tenho uma filha de 30 anos. A Flora nasceu na Holanda. Eu fui fazer o mestrado lá, saí do Brasil grávida e não sabia. Fiquei sabendo que estava grávida da Flora no dia 17 de setembro e eu tinha saído do Brasil no dia 30 de agosto. Fui para uma viagem de mestrado de dois anos e meio. Imagina, eu sozinha e decidi que ia ter fora, na Holanda. Na Holanda e na Bélgica, o sistema de parto é por parteira. Na Holanda quase 95%, na Bélgica um pouco menos. Eu tive um percalço no curso. Eu fui o primeiro caso de estudante que teve a criança durante o curso, mudando várias regras. Tanto é que ela ficou conhecida como o bebê do ISS, *Institute of Social Studies*. Quando eu entrei no sistema de saúde pública da Holanda, a primeira coisa que me disseram foi que não faziam cesárea —eles sabiam que eu vinha de um país em que as mulheres tinham partos cesarianos. Me disseram que tudo ia sair bem, que eu precisava cuidar da minha alimentação e da minha cabeça. Cuidar da sua cabeça é ter encontros com eles, terapia com outras gestantes, gestantes de todas as classes sociais. No início, eu não acreditei, eu queria uma cesárea, mas eles desfizeram a ideia rapidamente. A primeira coisa que elas me disseram era que a dor do parto era como ir fazer cocô —eu fiquei chocada —, é tão natural quanto cagar, esse foi o maior problema da terapia com as mães. Foi assim: Flora nasceu, Flora sentou e foi de risco. Uma das coisas que aprendi lá é que todos os partos são feitos em casa, o parto na maternidade é de risco, como se tornou o meu ou nos casos que eles avaliam que a casa não tem condições sanitárias para ter a criança. Quais são as condições sanitárias? O banheiro tem que ser o lugar impressionantemente limpo e, no



meu caso, eu tinha um banheiro coletivo, eu morava numa residência estudantil que a cada dois apartamentos tinha um banheiro. Isso já foi descartado direto. Foi uma das coisas que eu aprendi com elas, eram várias parteiras, quatro. A cada consulta você se encontra com alguém que, no final das contas, será sua parteira. Como você nunca sabe aquela que vai estar no plantão, o importante é que você conheça todas. No meu caso, particularmente, quem me assistiu no parto, foi a parteira com quem tive uma única consulta, era a mais nova do grupo. Uma das coisas que eu aprendi lá é que você não deixa uma mulher grávida sozinha, é fundamental. Outra coisa que aprendi que é fundamental e funciona de maneira extraordinária são as tais das toalhas, quente ou fria. Eles perguntam desde sempre como é que você toma banho, quente ou frio. Se você toma banho quente, você vai usar as compressas na barriga e na testa, frio. Se você toma banho frio, a toalha mais quente. Eu só queria compartilhar que foi muito diferente. Eu vejo as histórias aqui e tem coisas tão simples que não te dizem antes e que, naquela hora, são tão [...]. Chega um bando de toalhas quando você chega lá, você sabe, tem um balde de gelo com as toalhas para quem se sente melhor com toalha fria ou com toalhas quentes. É impressionante, psicologicamente falando, como as toalhas e a chegada das pessoas, a parteira do teu lado, até o final, porque eu tive parto com médico, ela é só uma auxiliar, porque a Flora nasceu de pé, ela sentou e não desceu mais. Não tive anestesia, mas uma das coisas que eu aprendi é que companhia é tudo. Não gritam. É interessante isso e eu perguntei depois: por que as pessoas não gritam? Elas disseram isso: *“quando você tem uma pessoa para falar com você e você sabe que de tantos em tantos minutos vai ter alguém, isso alivia a tensão”*. Isso é muito incrível, porque aqui a gente tem, mesmo no hospital privado, uma história de abandono. Então, eu sinto muito pela experiência... Todo mundo tinha medo de eu ter filho longe, sozinha, mas eu não estava sozinha porque o tempo todo elas me diziam *“você não vai estar sozinha”*. Quando cheguei ao hospital, minha parteira já estava lá. Então, essa confiança é muito importante, são coisas simples, mas que funcionaram muito. Sempre que vejo os partos antigos, as tais das toalhas, eu me lembro disso, porque o hospital não

te dá nada. Raspam as mulheres, aqui todo mundo raspa, lá ninguém raspa nada, ninguém tira a roupa porque as pessoas estão ali. Minha mãe cortou o cordão umbilical, no final do parto você toma um chá e o médico que fez... Nesse dia, foi uma madrugada também, foi um dia muito intenso porque nasceram três crianças e ninguém de cara amarrada. Pelo contrário, muito felizes porque alguém estava chegando. Essa falta de felicidade de algumas equipes médicas é muito chocante — lá não é um trabalho, lá é um acontecimento que você está ali. É só um momento e depois a coisa vai passar, mas essa coisa de dizer que é como se você fosse cagar, para mim foi demais — é exatamente isso. Essa coisa de lavagem, não tem nada disso. Às vezes a simplicidade e a honestidade ajudam, não é que a gente vai ficar sabendo de tudo, mas saber do essencial e um essencial de humanidade. Eu não fiquei um único minuto sozinha e isso ajuda muito. Eu acredito em parteira por causa disso. Ela ficava ali até a criança nascer, não é por acaso.

**Juliana Márcia:** A Kamila pediu para falar do que chegou para mim através dos relatos da pesquisa. Bem, pela pesquisa chegaram mais relatos das mães que engravidaram na adolescência. Principalmente porque a gente não oferece orientação sexual para as meninas e meninos. Quando a menina fica grávida, ela recebe o atendimento de uma pessoa que tem todo o domínio daquilo que está acontecendo com ela, todo domínio da sexualidade dela e isso não é metade. Os relatos que vieram eram nesse sentido: mães que não sabiam que tinham direito a acompanhante porque eram gestantes e, também, porque eram menores de idade e não tiveram esse direito; violência física, deixá-las muito tempo esperando por atendimento. Meninas que ficaram sozinhas e tiveram o parto sozinhas. Enquanto vocês estavam conversando, eu estava aqui refletindo sobre essa coisa da companhia. O parto sempre foi um ritual feminino, sempre foi um ritual de mulheres, tradicionalmente. Inclusive, a medicina só vem a se interessar pela ginecologia, pelo parto, nos primeiros anos do século XIX, a medicina já existia antes. A gente tem essa coisa da intervenção do médico muito recentemente porque a medicina não se interessava por isso. Eles consideravam que este era um assunto

de mulheres. Tem um livro que se chama *A Polícia das famílias*, de Jacques Donzelot<sup>7</sup>, que fala que este era um assunto de comadre. Então, quando você ia parir, tinha a companhia das suas ditas comadres. No Brasil, as mulheres também tinham essa coisa da parteira. A parteira não era uma médica formada, era uma mulher mais experiente e o parto não era entre a parteira e a parturiente, era uma coisa coletiva de um grupo de mulheres. A gente tem registros de mulheres que estavam escravizadas e que pariram na companhia de outras mulheres escravizadas, mas também havia apoio das esposas de seus donos, daqueles que escravizam elas. Elas iam fazer os partos das sinhás e outras mulheres estavam presentes. Isso foi uma coisa de mulheres por muito tempo e, quando a medicina chega, esse parto passa a ser uma coisa solitária: a mãe e o médico. Tem o protagonismo também. O protagonismo deixa de ser da mulher que está parindo e passa a ser da intervenção que o médico vai fazer. Por muito tempo, as mulheres que decidiam se o parto ia ser normal ou cesariano. Hoje, a gente tem esse desafio porque temos essa cultura muito forte do médico como dono do corpo e do procedimento. Se você está doente, quem decide é o médico e você só acata. Minha avó era filha de parteira e queria ser parteira. Minha bisavó era parteira no interior de Santo Amaro, interior da Bahia. Quando a gente falava sobre o médico, ela mandava pesquisar porque o médico falava e ela não questionava. O médico dava uma orientação e, às vezes, na bula, tinha uma orientação diferente. A gente tem essa cultura do não autorizar e questionar. Muito da violência vem disso. Aqui a gente está falando num grupo de mulheres informadas, mas e para as mulheres não informadas que acatam tudo que o médico fala? Para mim, como mulher, chegaram relatos de amigas... Uma que teve prolapso uterino por conta de uma violência obstétrica, tive colegas que tiveram laceração por conta de violência obstétrica. Uma coisa que chegou para mim e eu não imaginava, uma violência que escancara o machismo na sociedade, o quanto o corpo da mulher não é para ela, é para o outro, uma pessoa que veio me relatar sobre o “ponto do marido”, o médico dá o ponto extra para que o canal vaginal da mulher fique

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://craspsicologia.files.wordpress.com/2017/05/donzelot-a-policia-das-familias1-1.pdf>

mais fechado para o prazer do homem. Esse “ponto do marido” causa um sofrimento físico para mulher, causa dor, quando faz o ponto não dilata como deveria, o canal vaginal não vai dilatar por causa daquele ponto extra que foi dado. É o ponto que o médico faz e, depois que eu fui pesquisar, vi mulheres falarem que o médico disse ao marido “*fiz um agrado para você*”. O médico faz isso no corpo da mulher, sem autorização dela, para favorecer esse marido. Isso é uma coisa que eu fiquei sabendo por que essa pessoa chegou para mim para contar, mas quanta gente não sabe da existência disso. Quantas mulheres voltam desse parto sentindo essa dor e elas não sabem o porquê. Elas nem sequer foram informadas sobre isso. Essa cultura do corpo da mulher para um marido, para um homem. Também remete a essa coisa da laqueadura, porque tem médicos que pedem a autorização do marido para fazer a laqueadura na mulher. É uma decisão dela, é o corpo dela e essa coisa vem, um questionamento se o marido vai autorizar. Os homens que conseguem fazer laqueadura, eles não são questionados sobre isso. O que chega para mim é que eles não são questionados, fazem a laqueadura e pronto. Entra na coisa da diversão sem consequências, o sexo para o homem é para diversão, para mulher é para a reprodução. Então esses relatos chegaram nesse sentido.

É preciso também pensar nesse termo *violência obstétrica*. Em 2019, o Ministério da Saúde falou que tiraria o termo dos documentos oficiais porque considerava o termo inadequado e que ele estaria dentro de algum tipo de conspiração socialista, junto com a dita ideologia de gênero, ditadura gay e entre outras coisas. Muitos médicos, inclusive, concordam que não existe violência obstétrica, o que existe são mulheres frescas e “reclamonas” querendo opinar sobre uma coisa que elas não entendem. Tem a questão da imposição de cesariana. A Wania falou que a gente vem de um país que faz muita cesariana, mas a gente faz muita cesariana porque é conveniente fazer cesariana, principalmente na rede privada, porque a gente tem um índice muito grande de parto normal no SUS. Quando eu fiz estágio na maternidade, eu fazia na enfermaria, não era no centro obstétrico. Eu ficava chocada com a quantidade de partos normais que aconteciam. Minha mãe trabalha numa maternidade. Pode ser uma questão que me levou, subjetivamente, a pesquisar

sobre maternidade. Minha mãe trabalha na maternidade universitária, aqui em Salvador. Eu, de certa forma, cresci naqueles corredores, acompanhava muito minha mãe indo ao trabalho e ficava ali numa biblioteca que tem perto. Passava a tarde na biblioteca esperando o horário dela sair do trabalho e a gente retornava junto para casa. Eu vi muita coisa acontecendo e entendi a importância de ter uma maternidade pública. A maternidade que minha mãe trabalha recebe muita gente em situação de rua. Muito bom, mas também levanta aquela questão: se as mulheres que estão ali acompanhadas passam por determinadas violências, imagina uma mulher em situação de rua, desinformada, que chega ali sozinha para fazer um atendimento, totalmente desprotegida, é uma pessoa que está mais vulnerável a determinadas situações.

**Kamila Eulalio:** Eu ia pedir para vocês se despedirem. Desde já quero agradecer pela presença de vocês todas aqui, foi maravilhoso ouvi-las e compartilhar essas vivências, a gente sabe: ser mulher e ser negra é uma série de vivências que não atravessam outras pessoas, pode ser muito pesado, mas é bom poder dividir também. Eu acredito que para além do conhecimento que estamos aqui dizendo, que vai ser produzido e levado de alguma forma, eu acredito que poder dividir essas questões torna o fardo um pouco mais leve. Só agradecer.

**Ayend Hammad:** Queria agradecer a vocês que fizeram esse convite maravilhoso e só agradecer mesmo porque é muito bom quando a gente se sente acolhida, escuta outras vivências, é realmente maravilhoso. Muito obrigada a todos, Juliana, muito obrigado por trazer, apesar de você não ter a experiência de ser mãe, de trazer todo o seu conhecimento, é muito bom ouvir essa parte. Muito Obrigada.

**Juliana Márcia:** Eu quero agradecer pelo convite de vocês, principalmente à Kamilla, nós fizemos uma parceria muito legal. Agradecer vocês, Jamily d’Carmo, Ayend Hammad, todas vocês que compartilharam as suas próprias experiências. É muito bom me sentir acolhida assim. Recentemente, eu tive problema dessa coisa de não ser mãe e estar pesquisando sobre maternidade. É muito bom estar nesse espaço

que tem um acolhimento, eu falo do meu lugar de pesquisadora, da pessoa que escutou, no máximo do meu lugar de mulher, de quem cuidou de uma criança, mas não sendo mãe. Obrigada mesmo por me receber.

**Jamily d’Carmo:** Também agradeço por poder participar dessa conversa, achei que foi muito rica e foi uma oportunidade incrível de poder ouvi-las e eu adorei a sua pesquisa, achei muito interessante. Adorei bastante ouvir vocês e achei muito importante essa troca, esses espaços de conversa, não tem muito um espaço aberto para diálogo para conversarmos sobre esses temas.

**Wania Sant’Anna:** Eu quero agradecer esse momento de troca de experiência e dizer o quanto é importante trocar. Somos gerações diferentes, minha filha já está com 30 anos, mais idade do que vocês. Eu acho que, nesse assunto, uma das coisas que me impressiona muito, e é bom ter o grupo, é que sobre esse aspecto da maternidade se fala muito pouco. As coisas que são, neste momento, parto e pós-parto e que não é trivial receber— eu tinha medo de afogar a criança. Eu não sabia que era uma menina, eu fiquei sabendo uma semana antes, porque não tinha ultrassonografia na Holanda, onde ela nasceu não faziam. Só fui fazer ultrassonografia porque ela estava sentada e foram as parteiras que viram que ela estava sentada e ela foi engordando. Eu fui saber um dia antes, na Bélgica, porque eu fui à casa de um amigo que era obstetra e ele acabou me levando, mas oficialmente, ela nasceu num domingo e eu fiquei sabendo numa segunda-feira antes. Falamos pouco disso, eu achava que ela ia afogar, foi na maternidade que me ensinaram a dar banho, porque te ensinam uma série de coisas antes de você sair. Se você está no hospital, você pode ficar lá quatro dias só para aprender e eu fiquei lá, em quatro dias aprendi tudo. Todo mundo vindo para te ensinar como é que você leva uma criança para casa. Aqui é tudo de boca e todo mundo tem opinião, todo mundo acha que sabe mais do que você. Lá a gente aprende a dar banho na criança e eu vi que não ia afogar. Eu acho legal fazer grupo de mulheres para falar desse momento, porque, aqui no Brasil, se dá muita importância a cor do berço, ao quarto, o presente... Eu tive uma

experiência completamente diversa e, para mim, ajudou muito. As pessoas dão as coisas, você ganha as coisas. Você compra pouquíssima coisa nova, só se você quiser. Tem uma cultura de solidariedade e eu acho que é uma coisa que falta. A maternidade, a diferença não é um ato privado, é um ato social e, graças a Deus, eu tive essa experiência. Tive ajuda das minhas irmãs africanas que estudavam comigo, isso foi muito importante. Eu vi e vejo até hoje que a maternidade é uma coisa da família e não da sociedade. Isso prejudica muito, você se sente muito isolada, muitas vezes culpada. Vai passando uma série de coisas durante a gestação e não tem com quem trocar. Essa coisa de que tem gente para cuidar da sua barriga e tem gente para cuidar da sua cabeça, eu achei fantástico. Essa coisa da cabeça, não é um terapeuta, é com outras que estão na mesma fase de gestação, no mesmo mundo. Depois todo mundo tem filho junto, que é uma coisa muito legal. Mas o incrível mesmo é aprender que é uma coisa que você não tem que viver sozinha e nem uma coisa que tem relação com sua família, você vive na comunidade e a comunidade é importante para isso. Que bom que vocês estão criando um espaço de troca porque é assim que a gente luta contra toda a forma de discriminação. Uma mulher grávida é uma mulher discriminada, isso a gente tem que aprender porque todo mundo acha engraçadinho, mas no fundo você é mãe e, ao mesmo tempo, tem sempre alguém para dizer “*mas foi nessa hora?*”, “*engordou demais*”, “*tá fazendo aquilo?*”. Graças a Deus não tive ninguém para encher minha cabeça. Você ouve muita historinha. Por isso que eu acho que um coletivo ajuda a pôr as coisas no lugar certo.

**Jamily d’Carmo:** Você falou das pessoas quando sai a notícia da gravidez, eu tinha tanto medo do que as pessoas iam falar. Eu não queria saber o que elas iam dizer. Então, não contei para ninguém que eu estava grávida, só pessoas próximas. Por um lado, foi bom e, por outro, foi ruim. Você quer contar e tinha outra menina grávida na minha turma da UERJ, queria conversar com ela, mas não queria contar que estava grávida. Eu escondi até os cinco meses, demorou para a barriga aparecer. Eu escondi bastante porque não queria ter a recepção das pessoas. Na primeira consulta com a enfermeira na Clínica da Família,

ela já falou um monte de coisas, imagina as pessoas. Não contei nem para os parentes. Só contei para pessoas próximas, bem do núcleo. Foi assim que eu evitei esse problema.

**Nilda Negreiros:** Queria agradecer, foi fantástico, ao mesmo tempo é você pensar que viveu uma experiência há 38 anos e depois 35 anos atrás, tenho dois filhos, e você vê que muita coisa ainda acontece hoje em dia. Você não imagina que tanto tempo depois determinadas coisas ainda aconteçam. Esse nosso pedacinho aqui é uma luta desse “tamanhozinho”, mas é uma pecinha que vai encaixando e vai formando essa luta maior. Obrigada por terem vindo e trocar com a gente.

**Kamila Eulálio:** A primeira coisa é que eu entendo muito bem quando você vai contar para algumas pessoas que está grávida. Eu lembro que quando contei para uma tia minha que estava grávida, ela quase desmaiou. Só que eu tenho seis tias, imagina se as seis tias desmaiassem porque eu estava grávida. Uma das coisas que me marcou muito é que as pessoas diziam que eu tinha um futuro tão brilhante e eu ia ter um filho, “*acabou sua vida*”. Gosto sempre de lembrar que tenho futuro brilhante sendo mestranda, fazendo coisas para o doutorado, trabalhando em inúmeros lugares. Minha vida não parou pelo fato de ser mãe. As pessoas estão muito acostumadas com isso, a mulher vai ser mãe então ela vai ser unicamente mãe e não todas as outras coisas que ela também pode ser.

**Ayend Hammad:** A primeira pessoa que soube que eu estava grávida foi a minha melhor amiga. Eu não queria ter e ela disse que ia ficar do meu lado. Meu irmão mais velho, eu falei para ele depois que tinha feito a primeira ultra, eu estava com dois meses. Eu não tenho meus pais, aí contei para meu irmão mais novo e mais velho. O mais novo ficou meio assim, a primeira coisa que ele falou “*eu vou ser o padrinho*”, e o mais velho falou, foi mais duro. Aquilo me destruiu por dentro, porque meus irmãos são os meus pilares. Mas minha cunhada me apoiou, ficou do meu lado. Uns meses depois nos sentamos para conversar e ele mudou, foi mais aberto. Já no meu segundo, como eu já sou casada, no primeiro eu não era ainda, as pessoas tiveram uma



recepção maior e melhor. O mais velho foi uma das primeiras pessoas que contei, chamei para ser o padrinho e o olho chegava a brilhar. Foi totalmente diferente. As pessoas também falavam que eu tinha tanta coisa pela frente e eu ia parar. Quando minha amiga engravidou, eu falei para ela que a vida só estava começando, bola para frente.

**Nilda Negreiros:** É muito engraçada a reação das pessoas. A minha nora ficou grávida e descobriu exatamente quando entrou a quarentena e muitos só viram o lado negativo. Quando me contaram, eu saí pulando e ela ficou toda feliz.

**Ayend Hammad:** Quando o Rafa nasceu, ele foi o primeiro neto, o primeiro filho, o primeiro bisneto, o primeiro tudo. O primeiro afilhado de todos os padrinhos. Ao mesmo tempo que, no começo, as pessoas ficavam “*será?*”, depois aquele amor fluiu de uma forma tão natural. Se eu não mandar foto, reclama. Minha avó me dá conselhos. Todo mundo cuida muito, principalmente dele que foi o primeiro, é o xodó do meu tio, da minha avó. Depois que todo mundo aceita e não tem mais jeito, flui.

**Kamila Eulalio:** Verdade. Muito obrigada por este espaço. Saímos daqui com o coração um pouco mais leve. Fico feliz por Juliana ter se sentindo aceita nesse espaço. Estou muito feliz por termos realizado essa roda. Vamos aguardar o livro sair para mostrar para as pessoas tudo que estamos conversando.

**Eliane Ribeiro:** Com base no relato de vocês, fecho a roda lembrando de uma reflexão bem apropriada. Um extrato da grande escritora e psicanalista Neusa Souza Santos<sup>8</sup>: “*uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesma*”.

---

<sup>8</sup> Neusa Santos Souza, negra, nasceu em Cachoeira (Bahia) em 1948 e faleceu no Rio de Janeiro, em 2008. Psiquiatra, psicanalista e escritora brasileira, seu trabalho é referência sobre os aspectos sociológicos e psicanalíticos contemporâneos e analíticos sobre o racismo no Brasil. Sua obra de referência: SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: LeBooks, 2019.

A Roda de Conversa: **As religiões e os feminismos**<sup>9</sup>, aconteceu de forma remota no dia 07 de outubro de 2020. Para o debate estiveram presentes as Professoras Regina Novaes, Renata Menezes e Wania Sant’Ana, e ainda contou com a participação da estudante de Ciências Sociais da Unirio, Juliana Baptista. O debate foi pensado a partir da pergunta: como as religiões interpelam os feminismos? Ou, invertendo, como os feminismos interpelam as religiões? Considerando a complexidade da pergunta, as quatro participantes procuraram, com base em suas memórias, trajetórias, vivências e pesquisas realizadas construir um diálogo sobre feminismo, experiência religiosa.

## **As religiões e os feminismos: pertencimentos múltiplos e urgência de interlocução.**

*Regina Novaes (curadora)*  
*Juliana Baptista*  
*Renata Menezes*  
*Wania Sant’Ana*

*Mulheres de diferentes credos tem mostrado que as religiões não são apenas locus de reprodução do conservadorismo, pois no seu interior também se abrem possibilidades de questionamento das opressões de gênero.*

(Regina Novaes, 07/10/2020, roda de conversa Unirio)

**Nilda Negreiros:** Agradeço imensamente a vocês por terem aceitado o convite. Sou a coordenadora, pela AGPP que é a “Associação em Gestão de Políticas Públicas”, uma organização da sociedade civil parceira da Unirio neste projeto. No início, com a pandemia, a gente ficou meio sem saber como realizar nossas atividades. A solução das Rodas de Conversa foi a melhor possível. , – Então, assim, agradeço imensamente em nome da associação. Espero que hoje seja mais um dia de muito aprendizado e de muita emoção.

**Wania Sant’Ana:** Compartilho inteiramente essa reflexão da Nilda, tem sido momentos de intenso aprendizado e há coisas que,

---

<sup>9</sup> A roda de Conversa foi conduzida pela Professoras Eliane Ribeiro, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- UNIRIO, Nilda Negreiros e Vânia Santana, da Associação para Gestão e Políticas Públicas - AGPP.

como Nilda disse, no início nos pareceu difícil reinventar um projeto no meio da pandemia, mas é realmente impressionante como alterar fez toda a diferença. Eu nem sei explicar bem como é impressionante que algo tenha nos alertado, aberto os olhos de um conjunto de temáticas. Partimos de um aspecto para tratar de violência e, cada vez mais, estamos dando materialidade a ideia da “Defesa”, com múltiplos olhares. Nós estamos com essa cara boa, contentes, porque realmente tem sido um prazer fazer as rodas de conversa. A gente tem histórias duras, mas tem sido um grande momento para todas nós.

**Kamilla Eulalio:** Olá a todos. To muito feliz de estar aqui encontrando vários rostinhos amigos, a Ju das Ciências Sociais, a Regina, que eu estava morrendo de saudades de poder ver mais uma vez, a professora Renata Menezes falando, assisto muito ansiosa. Eu queria dizer que sou eu quem transcrevo e eu fico duplamente ansiosa: a primeira para participar e depois para ouvir tudo novamente e fazer as anotações e pensar em tudo que vocês falam.

**Eliane Ribeiro:** Gostaria de apresentar as quatro grandes mulheres que estão aqui nessa roda de conversa. Começo pela querida **Regina Novaes**<sup>10</sup>, doutora em antropologia, pesquisadora do CNPq, professora durante muitos anos da UFRJ, onde formou inúmeras gerações de pesquisadores, lá Regina se aposentou em 2005. Foi editora da Revista Religião e Sociedade. foi Secretária Geral da Associação Nacional de Antropologia (ANA); foi Presidente do Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER) e Presidente do Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE). Foi secretaria adjunta da Secretaria Nacional de Juventude e hoje é Professora Visitante na Unirio, em nosso Programa de Pós Graduação em Educação. O nosso desejo é que ela fique para sempre com a gente. Regina é importante referência na área da religião, como também na área da juventude. A gente agradece muito, mais uma vez a Regina, sempre muito companheira e nossa eterna mestra. Regina ajudou a organizar a roda de forma

---

<sup>10</sup> ID Lattes: 4659182276807502

efetiva, o que a torna nossa curadora da Roda de Conversa. Muito obrigada pelo seu aporte.

**A segunda é a Renata de Castro Menezes<sup>11</sup>.** A Renata, que também é uma grande querida, parceira de vida, é professora associada do departamento de Antropologia do Museu Nacional da UFRJ. Antropóloga, pesquisadora do CNPQ, e Cientista do Nosso Estado / Faperj, coordenadora do Laboratório de Antropologia do Lúdico e do Sagrado – Ludens, no Museu Nacional E tem muitos livros publicados sobre o tema. A Renata tem ensinado muito sobre religião para gente pois ela tem um olhar muito atual, muito contemporâneo e ajuda muito. Essa roda surgiu logo após ouvir a Renata em uma palestra, que de um modo informal nos provocou perguntando: como é que é religiões interpelam a questão do feminino? Queria agradecer muito a Renata por tá sempre também provocando a gente com olhar muito cuidadoso sobre os estudos de religião e agora ela também está estudando carnaval.

Nossa terceira participante é a **Juliana Baptista Pereira**, estudante de Ciências Sociais da Unirio, nossa querida aluna, mas já é graduada em Artes Cênicas pela UFRJ. Educadora social, consultora de projetos no Instituto BEM (pré-vestibular comunitário que fica na região de Realengo, zona oeste do Rio de Janeiro). Tem interesse nos temas da antropologia nas áreas da religião e política, abordando principalmente o tema dos evangélicos. É evangélica, confessionalmente. Em 2018 fez parte da Frente Evangélica pela Legalização do Aborto, tendo participado no Justificando da Revista Carta Capital e convidada pela Heloísa Buarque de Holanda para fazer uma parte da sua última coletânea sobre feminismo, o livro *Explosão Feminista*<sup>12</sup>.

Por fim, apresento novamente, agora com uma das debatedoras da roda, trazendo a discussão sobre as religiões de matriz afro, nossa querida Professora **Wania Sant'Ana**<sup>13</sup>, parceira desse Projeto Mapa em defesa da Mulher. Ela é historiadora, tem atuado nas seguintes áreas

---

<sup>11</sup> ID Lattes: 0362564363969147

<sup>12</sup> *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*, de Heloisa Buarque de Hollanda. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

<sup>13</sup> ID Lattes: 8401701572314250

de conhecimento: Relações Raciais e de Gênero, Direitos Humanos, Políticas de Desenvolvimento, Políticas Públicas, Cooperação Internacional e Relações Internacionais; Vice-Presidente do Conselho Curador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ). Foi Secretária de Direitos Humanos no Estado do Rio de Janeiro, é uma feminista histórica, com muito destaque na área. Hoje atua na assessoria da deputada Benedita da Silva. Wania é uma pessoa espiritualizada e ela vai contar um pouco para a gente essa relação dentro do Candomblé.

Nessa Roda de Conversa dialogam essas quatro mulheres que possuem trajetórias profissionais, pessoais e religiosas distintas mas que muito se identificam pela busca do reconhecimento dos desejos, demandas, direitos das mulheres. Como ponto de partida, solicitamos a contribuição de Regina Novaes com seus apontamentos sobre os encontros e desencontros entre religiões e feminismos. É com você, Regina.

**Regina Novaes:** É uma grande alegria estar aqui. Começo cumprimentando Wania Sant'Ana. Faz muito tempo que a gente não se vê, mas já fizemos muitas coisas juntas. Nossos caminhos profissionais e de militância se cruzam vez por outra. Em vários momentos aprendi muito com a Vânia sobre racismo e sobre feminismo. Vânia colocou esses temas em pauta quando eles estavam ainda no subterrâneo do espaço público. Então, destacando todo trabalho de Wania, eu quero saudar todas as mulheres que estão aqui: Nilda, Kamila, Juliana, Renata, Eliane. Prazer imenso de (re)encontrar vocês.

Para começar nossa conversa, importante seria nos perguntar como falar hoje em religião e como falar em feminismo? E como relacionar religião e feminismo? Começemos pela religião. Como se sabe, a religião é a primeira forma de pensamento humano. Todas as outras formas de pensamento vieram depois. Pensar a religião produtora de conhecimento sobre o mundo, é também dizer que - enquanto as pessoas tiverem necessidade de dar sentido para a vida- as religiões existirão. As religiões produzem símbolos e sentidos coletivos e, assim, também

produzem espaços de agregação social. Relações de parentesco, de vizinhança, de trabalho são atravessadas por crenças e valores religiosos...

A religião socializa e produz sociabilidade. Está presente na vida cotidiana: nas devoções, nas obrigações, nas condutas. Fornece marcadores de tempo e ao espaço, separando o cotidiano dos momentos extraordinários e rituais. Para além de trazer concepções sobre a morte e a eternidade, as religiões fornecem formas de estar no mundo e de se movimentar na sociedade. Na vida, no aqui e agora, elas dão sentido para o sofrimento, tornando-o “sofrível”.

Do ponto de vista antropológico, as religiões expressam a realidade social em que elas foram engendradas e se modificam no curso da história. Na verdade, quando a gente fala de sociedades simples, indígenas por exemplo, a gente percebe que o “ser” e o “crer” estão juntos, estão articuladas em uma cosmologia. Nesses contextos não há uma separação entre diferentes dimensões da vida. As pessoas creem porque são e são porque creem. A separação entre o “ser” e o “crer” é produto histórico, se estabelece nas chamadas sociedades complexas. Na sociedade ocidental, capitalista, a religião é vista como uma dimensão da vida privada. Idealmente, no mundo contemporâneo, as religiões não deveriam estar presentes na vida pública. Nesse cenário, entre o “ser” e o “crer” surgem possibilidades de distintas adesões, conversões e pertencimentos. Ou seja, surge a possibilidade de “escolha” de religião.

Hoje, teoricamente, em uma mesma sociedade, poderiam coexistir diferentes religiões. Podem mesmo? A interrogação é válida porque na medida em que o campo religioso passa a incluir disputas entre credos surgem as hierarquias entre alternativas religiosas dominantes e dominadas. É verdade que, do ponto de vista antropológico, não há religiões falsas. Não é que não existam igrejas com interesses institucionais escusos ou até mesmo personagens charlatões no mundo das religiões. Certamente existem. Mas, nem por isso, do ponto de vista das ciências sociais, podemos dizer que uma religião é falsa e outra é verdadeira. Tal questão só se coloca no contexto de competição entre religiões. É do ponto de vista religioso que a adesão a uma vertente exige a desqualificação da outra.

Porém, por outro lado, é importante também problematizar a oposição entre religião e ciência. Podemos falar de conhecimento falso/religioso X conhecimento verdadeiro/científico? Ou, seria bem mais adequado considerar como dois diferentes campos com diferentes regras e objetos de disputas? Prefiro a segunda hipótese. E é a partir daí que podemos apelar para pressupostos e contribuições das ciências sociais e, assim, relacionar as religiões e os feminismos.

As fronteiras que separam as religiões da vida (privada e pública) das mulheres não são estaques e impermeáveis. Na religião e na política, inter cruzam-se expedientes para circunscrever “o lugar” das mulheres na vida privada e no espaço público. Como se sabe, os papéis femininos e masculinos não foram sendo definidos apenas por critérios biológicos, eles mudam em diferentes culturas. Acompanhando a acumulação do capital e o estabelecimento das hierarquias na sociedade, o patriarcalismo foi se consolidando. Nesse sentido, “gênero” pode ser pensado como arcabouço social que diferencia e tem impactos na realidade social, ou seja na vida das mulheres de diferentes gerações.

Olhando para o Brasil, observamos que as fronteiras (e passagens) entre religião e a vida política deveriam ser entendidas não só a partir de nossa formação histórica, mas também deveriam ser contextualizadas em relação às diferentes fases do desenvolvimento econômico e, também, e em relação às disputas entre as diferentes alternativas presentes no campo religioso. Em outras palavras, não há como compreender a história das instituições religiosas brasileiras sem localizá-las nas disputas históricas que configuram o campo político, legitimam as crescentes desigualdades sociais e (re) definem o lugar das mulheres nas igrejas e na sociedade.

Em nosso país, a histórica (e mutante) hegemonia católica; a subordinada presença das religiões de matriz afro-brasileira; o significativo crescimento evangélico (sobretudo pentecostal) e o visível aumento dos “sem religião” não só inter-relacionam as religiões com outras dimensões da vida social - modificando padrões de socialização e sociabilidade de diferentes gerações - como também dão lugar às reações de

mulheres religiosas conectadas com sucessivas e diferentes tendências e ondas feministas que se apresentam no espaço público.

De maneira geral nas igrejas e os demais espaços religiosos, os papéis masculinos têm sido supervalorizados. De maneira geral, os papéis femininos nos espaços religiosos reproduzem papéis introjetados na sociedade. Ou melhor, nos espaços religiosos se produzem e reproduzem expedientes de repressão sexual como se a vocação maternidade como se fosse o único destino das mulheres. Ou seja, se é há uma tendência geral na sociedade para conservar as hierarquias que ela mesmo produziu, os espaços religiosos são muito importantes para sua naturalização.

Mas, ao mesmo tempo, sucessivas ondas feministas foram questionando aquilo que foi socialmente e religiosamente naturalizado. Vejamos. Desde o final do século XIX até os meados do século XX, em uma primeira onda destaca-se a luta pelo sufrágio feminino. Uma segunda onda, vigente sobretudo entre os anos de 1970 e 1980, se caracteriza pela luta por direitos civis, pela afirmação de valores e expressões artísticas (classificadas como parte da “contra-cultura”), pelo direito ao corpo, liberdade sexual, pela igualdade no mundo do trabalho e. Não por acaso, 1975 foi declarado pela ONU o Ano Internacional da Mulher.

Aos objetivos da segunda onda, somaram-se outros que caracterizam uma terceira onda, evidenciada nos anos de 1990. O tema do assédio e a articulação entre o feminismo e outras diferenças e desigualdades sociais fizeram com que o conceito de interseccionalidade, tal como proposto por Judith Buther, se disseminasse nos estudos acadêmicos e nos grupos feministas militantes. Para dar visibilidade a estas lutas, as ONGs feministas contaram com as resoluções da Conferência Mundial de Beijing (1995). No Brasil, o Planeta Fêmea, tenda organizada durante a ECO92 (1992), também foi um marco importante. Nesses anos algumas feministas ocuparam cargos no governo brasileiro para executar políticas públicas voltadas para as mulheres.

Após 2004, com o início dos governos petistas em nosso país, em Conferências, Conselhos e em instancias governamentais reforça-



ram-se as demandas de políticas públicas pela equidade de gênero. Ao mesmo tempo, o poder público deu apoio ao trabalho realizado por ONGs feministas. Mas, esse ciclo foi encerrado em 2016, ano do golpe parlamentar que afastou a presidente Dilma Rousseff. Por outro lado, sobretudo após as jornadas de junho de 2013, na sociedade civil diferentes “feminismos” ganharam maior visibilidade: feminismo negro; feminismo gay; feminismo classista; feminismo católico; feminismo evangélico, feminismos interseccionais...

Mulheres de diferentes credos tem mostrado que as religiões não são apenas lócus de reprodução do conservadorismo, pois no seu interior também se abrem possibilidades de questionamento das opressões de gênero. Certamente, não é a maior parte das mulheres (religiosas ou não) que desnaturalizam preconceitos, discriminações e violência doméstica. São pessoas e minorias que se expressam em grupos, correntes, coletivos... Mas, é importante dizer que quando questionamentos desse tipo se dão dentro de um espaço religioso, eles podem vir até com mais força do que quando acontecem em um espaço laico e secular. No espaço religioso torna-se possível realizar um outro tipo singular junção entre o “crer” e o “ser”. Aproximam-se o atemporal e o temporal. O sagrado e o profano. Vejamos alguns exemplos.

O grupo *Católicas pelo direito de decidir*, foi fundado no dia Internacional da Mulher em 1993 e assim se auto-define em sua página na internet (<http://catolicas.org.br>): somos “um movimento político de cunho internacional que se articula em organizações não-governamentais (ONGs) hoje em 12 países pelo mundo. Formada por mulheres que são católicas, a ONG propõe um questionamento sobre determinadas leis eclesiais da instituição, em especial aquelas relacionadas ao aborto, direitos reprodutivos e autonomia das mulheres sobre o próprio corpo.”

Hoje podemos dizer que o grupo – fundado por ocasião da terceira onda feminista – abraçou também as características da quarta onda na medida em que em sua página afirma que suas “atividades são direcionadas para mulheres, jovens, LGBTs, negras”, apontando assim para sua conexão com os chamados feminismos interseccionais. Um

exemplo disso é a presença de jovens católicos em blogs e canais do you tube. O canal “Muro Pequeno” - realização de um jovem católico, gay e negro chamado Murilo Araújo - recebe militantes do movimento Católicas pelo Direito de Decidir e de outros coletivos de jovens católicos que inter-relacionam as lutas contra o racismo, o machismo e a homofobia. O uso das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) dificultam o tradicional controle da Igreja Católica.

As redes de “Juventude de Terreiro” reúnem um conjunto de religiões afro-brasileiras (tais como candomblé, umbanda, tambor de mina, jurema, xangô, batuque, entre outras) que se articulou nos anos 2000 em busca de políticas públicas que atendessem demandas da juventude (onde se destacam as pautas feministas e etno-raciais) e, também ampliasse o protagonismo da juventude no interior dos terreiros. Vemos aí um movimento dos terreiros para a sociedade. Por outro lado, tanto no Movimento das Mulheres Negras (MMN) quanto nos coletivos independentes que articulam classe, raça e gênero, na medida em que se valoriza a ancestralidade temos um movimento da sociedade para a valorização dos terreiros.

Ainda buscando ilustrar as relações entre juventude/religião/quarta onda feminista podemos observar o que tem acontecido no interior do chamado (e diferenciado) “mundo evangélico”. Certamente, por um lado, não se trata de deixar de considerar criticamente a atuação dos coronéis/empresários/milicianos da fé que, em suas cruzadas atuais, se colocam contra os direitos das mulheres conquistados ou a conquistar. Por outro lado, é importante dizer que há uma contra-corrente entre jovens evangélicas. Sobre isso muitos exemplos poderiam ser dados. Mas vou citar apenas uma das protagonistas: Simony dos Anjos, feminista, evangélica, cientista social e recentemente candidata à prefeitura de Osasco pelo PSOL.

Em seu artigo intitulado “O feminismo e as mulheres evangélicas: um diálogo que urge!” (postado nas redes sociais em 26/11/2019), Simony afirma: “(...) não dá para o movimento feminista não se preocupar em conversar com mulheres religiosas, não dá para confundir a instituição cristã com as mulheres que estão dentro dela, não será pos-

sível um levante feminista se deixarmos as religiosas para trás, ainda mais em um país como o nosso”. Em sua argumentação, a autora chama atenção para o acolhimento oferecido pelas igrejas para pessoas socialmente invisibilizadas e afirma que as integrantes do Coletivo Evangélicas Pela Igualdade de Gênero (EIG) são “mensageiras do feminismo”. Como participante desse Coletivo, Simony acredita que o feminismo “não é contrário à fé” e conclui: “a nossa fé é pela vida digna, pela alegria e pela vida das mulheres”.

Simony defende uma ação no interior das Igrejas. Mas nesse imbricamento entre o mundo virtual e dinâmicas presenciais, há outras experiências e encaminhamentos. Há jovens que trocam a designação “desviados” (adjetivo pejorativo utilizado pelas igrejas para designar aqueles que deixam de frequentá-las) por “desigrejados”: esses continuam a se definir como “evangélicos”, mas deixam as batalhas no interior de suas igrejas por eles consideradas conservadoras e, também, abrem mão da possibilidade de fundar outras denominações (a exemplo das igrejas inclusivas). Como “desigrejadas” participam de coletivos com diferentes causas, entre elas as causas feministas.

Em resumo, no Brasil é impossível pensar uma quarta onda feminista sem chamar a atenção para quatro aspectos, a saber: 1) a existência de projetos sociais, conferências, conselhos e programas governamentais que favoreceram a chegada de mulheres das classes populares, sobretudo negras, às universidades entre 2005 e 2015; 2) a internet e as redes sociais que - bem mais do que os meios de comunicação tradicional - ampliaram as possibilidades de expressão de coletivos feministas com diferentes motivações e tamanhos e 3) mudanças no campo religioso que ampliaram as possibilidades de jovens escolherem entre alternativas existentes e reinventarem formas de pertencimento/adesão religiosa e 4) a conexão entre as lutas feministas e outros marcadores de desigualdade social, em particular o racismo estrutural.

Esses pontos de partida indicam que não vale à pena olhar nem para a religião e nem para o feminismo de uma maneira estática e homogeneizante. Pensar encontros e desencontros entre religiões e feminismos (ambos no plural) ajuda a visualizar caminhos para a valorização

da diversidade (religiosa, racial e de gênero) como fundamento para a construção de políticas públicas que tornem a sociedade menos excludente e mais igualitária. Nesse cenário, é importante reafirmar o papel da formação e da pesquisa na universidade. Trata-se de ampliar a capacidade de escuta entre gerações e, também, trata-se de incentivar a interlocução entre os jovens dessa nova geração, sobretudo com as jovens mulheres negras que recentemente chegaram ao mundo universitário. Nada será como antes.

Por fim, um lembrete: tal escuta dialógica não pode se realizar apenas no viés da “razão prática” isto é nos termos consagrados no campo da militância (religiosa e/ou política). Para compreender as atuais possibilidades de engajamento, temos que trazer à tona processos de socialização, histórias de acolhimento, eficácia de símbolos, sentidos da vida, sociabilidades fundamentais. Em uma palavra: as trajetórias de vida que ancoram e podem vir a ancorar as lutas por equidade de gênero.

**Eliane Ribeiro:** Agora, com a palavra Wania Sant'Ana, Juliana Batista Pereira e Renata de Castro Menezes. Vamos começar com a Wania Sant'Ana, com uma importante trajetória de mulher negra, do candomblé e feminista

**Wania Sant'Ana:** Regina, foi maravilhosa sua reflexão sobre as possibilidades, a juventude e o diálogo, se é possível ou não entre religião e feminismo. Eu vou falar um pouco de mim, da minha experiência pessoal. Eu sou uma mulher negra, nasci me criei no subúrbio do Rio de Janeiro, nasci em Madureira, a minha família está em Madureira desde o século 19, ou seja, a minha avó nasceu lá em 1902 e ela já é falecida, a minha mãe nasceu em 1926, também já é falecida e eu nasci em 1961, eu tenho uma filha que não nasceu em Madureira mas viveu um pequeno pedaço da sua primeira infância em Madureira E a primeira escola que ela estudou no Brasil foi em Bento Ribeiro.

Estou contando essa história para dizer o seguinte: a minha experiência como mulher negra suburbana me colocou, desde muito cedo, encontrado com religiões de matriz africana, de verdade. A

minha família é uma família católica, eu não tinha ninguém da minha família no Santo. O meu avô, que eu não conheci, era baiano e a gente também não sabe se na família dele havia alguém do Santo. Mas a gente sabe que na família da minha avó não tinha ninguém do Santo. Talvez, a irmã dela mais nova, tivesse alguma manifestação, mas seguiu como se não fosse do Santo mas em torno da nossa vizinhança tinham várias pessoas do Santo, da Umbanda e do Candomblé. no quarteirão da minha rua, uma vizinha, Dona Célia, que era a yalorixá responsável por um famoso centro de Umbanda entre Madureira e Oswaldo Cruz. Muito importante Dona Célia, de pele clara e praticantes da Umbanda. Todos nós sabíamos que Dona Célia era “macumbeira”. na minha rua, até onde nós sabíamos, éramos macumbeiros e católicos e com vivíamos muito bem, um exemplo disso eram as festas de São João que frequentamos todos igualmente, o São Cosme e Damião que era sempre um sucesso extraordinário e era um momento importante do centro de Dona Célia. inclusive, ser convidado para festa de São Cosme Damião na casa dela e não no centro, para fazer parte da festa da mesa, que era antes de [...] São Cosme Damião era um momento especial para todas as crianças da rua. Inclusive, porque só recebia o cartão para festa de mesa de Dona Célia as crianças que tinham sido no ano interior, estudiosas, não Malcriadas, que faziam as coisas direitinho em casa, aquelas crianças que não ficavam fora de casa quando a chuva começava no meio da rua. Tínhamos todo o medo que pudesse cair um raio. Enfim, quando começava a chuva nós tínhamos a certeza que todos iam para casa porque como correr o risco de perder a festa de mesa de Dona célia só por causa de uma chuva, nem pensar.

Estou contando essa história pelo seguinte: é muito interessante o que a Regina menciona sobre sociabilidades. A minha experiência hoje dentro de uma comunidade de terreiro vem de uma sociabilidade desta natureza que fazem parte o carinho e o reconhecimento. Existe uma coisa profundamente amorosa e sobre as quais nós temos vontade de lembrar, porque a lembrança é fundamental na religião de matriz africana. não se oculta o que se viu ouviu falar apenas, mas se conta o

que se viveu e isso é fundamental porque você não vive sozinho, você vive com outros, você aprende e é assim ponto.

Eu fui batizada quando tinha menos de 10 anos num centro de Umbanda do Seu Birajara em Oswaldo Cruz, famoso centro de Umbanda, famosíssimo e lindo, todo de azul e branco e eu me lembro muito bem disso, tanto eu quanto meu irmão que era mais velho que eu sete anos, vestimos uma roupa e fomos batizar. Quem nos levou? Minha mãe própria que frequentava o centro de Umbanda, católica que era, mas frequentava centro de Umbanda. Além disso, o nosso Elo de ligação era uma benzedeira, a Pelúcia, que trabalhou na nossa casa. Uma pessoa que era amiga da família, minha avó pequena, a pessoa que entendia tudo sobre mim, ela era uma benzedeira excelente, maravilhosa. então, eu quero dizer logo de início que as gerações de matriz africana trazem um conhecimento, uma formulação, uma visão de mundo que é completamente diferente das religiões ocidentais. Mesmo eu, que tive essa participação, mesmo eu que tive experiência de bairro, católicos e macumbeiros, que fui batizada no centro de Umbanda levada pela minha mãe e mais Pelúcia, a benzedeira. Por decisão própria - e aí sim, eu escolhi, eu fiz primeira comunhão, mas eu escolhi ser do Candomblé e o Candomblé me escolheu.

“Eu quero você” e eu fiquei com ela dos meus 20 até os meus 50 anos. Quando eu fiz 50 anos, na casa de Mãe Meninazinha, que eu só tinha ido duas vezes, oxum me suspendeu para ser Equeude da Yalorixá. eles me queriam mesmo. para você ter uma ideia no dia que eu estive na festa de Oxum na casa de Mãe Meninazinha, e orixá me escolheu. essa é uma diferença extraordinária e completamente diferente das religiões ocidentais. É ele que te escolhe, É ele que vai dizer o que você vai ser e o que você vai deixar de ser. Isso é maravilhoso, sabe por quê? Porque é lógico que a gente tem o livre arbítrio, mas o fato de ser escolhido também tem uma implicação de ser acolhido e é uma relação completamente intensa e inexplicável, não a explicação possível, porque quando alguém te escolhe da forma como ele já te escolheu só tem uma possibilidade, você tem que segurar nele e ele não é, definitivamente, algo que você possa descrever, é assim mesmo. eu acredito que

Devotos de Nossa Senhora, de São Jorge, de todos os santos escolhe para você ser devota completamente. Então, só não incorpora, mas a experiência profunda de ser escolhido faz uma decisão muito grande na vida de cada um. então, falando de feminismo só para chegarmos ao debate, no espaço com tamanho grau de liberdade, história, porque você tem que pensar, a decisões para serem tomadas. O orixá pode escolher e você dizer que não quer, não vou, não posso agora. existem processos de escolha e, na minha opinião, do ponto de vista da produção de um conhecimento de um outro lugar, eu diria, para início, que essas são as primeiras conexões que eu faço com feminismo, sem contar a imensa participação equitativa de mulheres, mas do ponto de vista filosófico político tem escolha e o feminismo veio para discutir escolhas para quem não tinha escolhas. Por isso eu venho de religiões de matriz africana. Porque são casadas, são terreiros como espaços profundamente políticos e o primeiro passo é o seguinte: você vai sair dessa comunidade ou você não vai sair dessa comunidade? Tem um momento em que você escolhe, mas tem aquele momento do amor em que você é escolhido. é muito interessante, é isso que eu queria falar, sobre essas conexões.

**Eliane Ribeiro:** E agora vamos chamar a nossa querida estudante de ciências sociais da Unirio, Juliana Baptista.

**Juliana Baptista:** Falar depois dessas mulheres? Me ajudem. Obrigada. É um prazer ouvir vocês, eu aprendo demais. Professora Edlaine Gomes minha orientadora nas Ciências Sociais, quando eu disse para ela que ia vir ela me pediu: “se posicione”. Pediu para explicar que essa não é a minha área de pesquisa. Eu não sou pesquisadora de gênero e, inclusive, queria dizer que existem mulheres maravilhosas incríveis que eu sigo, que são amigas e que estudam gênero, estudam as evangélicas e estudam esse movimento de uma maneira incrível. Eu consigo citar aqui de cabeça a Ruth Noemi, metodista, como eu; a Jacqueline Moraes, professora de Antropologia da USP, aquela querida. Há também as de descrição confessionalmente evan-

gêlicas: a Angélica Tostes, que estuda teologia feminista, e etc. Eu leio muito essas mulheres porque acho que elas trazem uma coisa muito boa para discussão, tentando fazer esse apanhado teológico, de certa forma antropológico e misturando um pouco tudo isso. Porque a própria Teologia sempre foi muito masculina. Veja o que essas mulheres estão falando: elas contam da sua experiência, falando do que é sair de um seminário Batista do Sul, estudando numa classe com 50 homens, e ainda assim querendo se formar teólogas, num mundo como esse. Antropologia inclusive é uma das matérias do curso de teologia. Enfim, mesmo com todas as questões que isso pode trazer, eu fico muito feliz de saber disso.

Quando Wania fala para mim de acolhimento, é engraçado para quem foi nascida e criada na igreja como eu. Eu sou filha de pastor, de uma linhagem de três ou quatro gerações de metodistas. A minha avó era órfã e foi interna no Instituto Ana Gonzaga, um Instituto Metodista que fica em Inhoaíba. A história de Ana Gonzaga como mulher cristã já é uma história muito interessante. Uma mulher super rica que deixou sua casa, uma fazenda enorme na região de Inhoaíba, para a Igreja Metodista. Durante anos, todo Primeiro de Maio, dia do trabalhador (e eu acho isso muito simbólico) a gente ia para Instituto Ana Gonzaga para uma festa em que todas as igrejas metodistas se reuniam. Tinha campeonato de futebol, você encontrava seus amigos da igreja perto, de um pouco mais longe também, todos os jovens. Isso tinha uma força. Agregava muito.

Eu lembro sempre da minha avó que criou 10 filhos. Isso sempre foi muito forte porque a minha família é uma família importante dentro da Igreja Metodista. Eu fui Metodista minha infância e minha juventude inteira. Hoje, eu não estou na Igreja Metodista, mas é impressionante como eu consigo olhar para a Igreja Metodista e pensar: “nossa, mas eles nem eram conservadores assim”. Às vezes olho e fico pensando: “eu tive uma pastora mulher negra, a pastora Carmem, e ela já nos Anos 80 nos colocava essas questões, inclusive a pastoral antirracista da Igreja Metodista é super forte. Eu fico analisando essas coisas que sempre me circundaram ali.



A professora Ludmila Maria Moreira Lima, do curso de ciências sociais da Unirio, também sempre me fala como a minha própria trajetória coloca em voga a questão do “agenciamento”. Porque eu tinha uma série de opções, seguir uma determinada vertente, que hoje a gente entende como mais conservadora, mas isso também estava ali. Isso, portanto, concorda muito com o que a Regina Novaes diz sobre como as coisas não estão estáticas. Apesar do exclusivismo religioso que estudamos hoje, acho muito que nós evangélicos não estávamos estáticos.

Às vezes, isso vem com a ideia, o argumento de que “o mundo está entrando na igreja”, essa coisa da secularização. Nesse momento as coisas começam a mudar dentro das igrejas evangélica. Há essa ideia de que “o mundo está entrando na igreja”, mas a igreja nunca esteve fora do mundo. As mulheres que ficam dentro da igreja circulam fora nesse mundo também, trabalham, fazem sua vida, estudam, são universitárias, são mães, são mulheres. Isso tem uma explicação para a maneira como se vive a própria fé. Pensando assim, tem uma lógica. Eu fiquei tentando pensar o que era mais importante nessa minha trajetória, o que tinha sido mais significativo. Eu acho que ter sido parte de uma igreja foi bem significativo nesse sentido, e era uma igreja democrática de certa forma.

Ter sido filha de uma mãe que se divorciou muito cedo. Meu pai se tornou pastor já no segundo casamento e a minha mãe sempre foi muito firme sobre o posicionamento dela dentro da igreja, de mulher divorciada, o que era completamente um ultraje. Ainda é hoje. Mas naquela época era muito mais quando ela se divorciou, 27 anos atrás. Eu vejo o quanto ela nunca disse para mim: “Seja feminista”. Sou feminista sim, mas o quanto de minha mãe “professora”, “grevista”, perpassava pela maneira como apreendi da fé com ela. Apreendi a como ser uma mulher de oração, mas ainda assim uma mulher firme com seus valores. Minha mãe sempre falou muito de caráter. Ela via muitas coisas na igreja que achava errado, a gente conversava muito sobre isso, então, esse é o meu caso. Muito do que eu conversei com as jovens (feministas cristãs) passa sobre isso. A gente fala das nossas vivências e a gente vê que se parecem bastante.

Como a gente, de alguma maneira, vai conquistando uma emancipação, mesmo dentro da igreja, mesmo “super crentes”, “super mulheres de oração” e “super missionárias”. Mesmo assim, apareciam coisas que saltavam mais aos nossos olhos, muito mais fortes. É engraçado conversar com meninas que se encontram no feminismo porque no nosso caso a gente fala que quase foi obrigada a conhecer o feminismo, afinal, na igreja, a gente só estava tentando sobreviver. A minha mãe só queria sobreviver como uma mulher de fé dentro da igreja e que era divorciada. Ela não escolheu se divorciar, ela não casou para se divorciar, mas ela precisava conciliar aquela nova identidade de mulher, aquela nova versão de si mesma de uma mulher divorciada, mas que também era mãe de duas filhas. Uma mulher que precisava passar para outras mulheres o que ela era como mulher, mas também como professora, mãe. Nesse ponto para mim, a aparente “insubmissão” fica sendo questionada. Minha mãe mostrava na sua própria ação como mulher de fé, mostrava que ela não precisava ser a “mulher divorciada”. Que não era um ser, alguém, que precisava ser “execrado” dentro da igreja. E com a frequência que isso passa a acontecer, cada vez mais essas igrejas têm que aceitar isso (o divórcio, a separação), de certa forma. Essas mulheres são a base do serviço. Os homens estão ali nos púlpitos, eles falam, mas as mulheres fazem tudo. Eu fiquei pensando em como fazer uma “tipificação ideal” de como seriam esses espaços das mulheres, e tipo, a conservação do templo está nas mãos delas. Aquela mulher que põe a florzinha toda semana, que troca as cortinas. Isso fala de um cuidado muito grande que vai sendo passado. Há essa ideia de que “o meu cuidado com a igreja”, o meu cuidado “com as coisas de Deus” é o meu “cuidado com Deus”. Isso é mais uma “moedinha” na minha legitimação social, mostra como eu sou “mulher de Deus” ainda que eu seja divorciada, viúva ou solteira, meu caso, por exemplo. As mulheres do espaço da educação infantil na sociedade: Você vai para os cursos de pedagogia e olhem quantas mulheres. Quando você vai para a educação na Igreja há uma ampla maioria de mulheres. Os espaços já são associados nas igrejas, às mulheres - isso aparece com muita força na minha memória.

Os grupos de oração, momentos de oração. Há aquela consagração que acontece às oito da manhã, quem está lá? Uma Senhorinha com outras cinco mulheres, se tem um café da manhã, quem fez? As mulheres. Eu vejo que havia uma rede constitutiva muito grande e eu fui formada nessa rede. Fui formada nessa rede de mulheres de outras denominações também, mas que, para mim, nunca foram subjugadas., “submissas”.

Às vezes, a coisa da “submissão” está muito próxima da subjugação, ideia que uma mulher está sempre sendo inferiorizada e essas mulheres nunca me passaram isso, pelo contrário. Então, quando eu olhei o texto da Jacqueline Teixeira (antropóloga/USP)<sup>14</sup>, por exemplo, [...] quando ela fala que o processo de empoderamento das mulheres passa a ser [...] com a própria igreja, eu vejo muito isso na minha trajetória. Mulheres que não vão se intitular feministas, não leram Simone de Beauvoir, não vão se situar em nenhuma onda do feminismo, mas a maneira como resistem, como sobrevivem, como questionam e como se impõe dentro da igreja, para mim já mostra o quanto de emancipação circula. Me mostra também que os meios não estão estáticos, essa interpretação é muito importante.

Pra falarmos das católicas, por exemplo; A gente fez um evento com as “Católicas pelo Direito de Decidir” lá na UFF, na época que eu estava parte da frente Evangélica Pela Legalização do Aborto. É sempre engraçado ver como muito da nossa teologia feminista é católica, porque as mulheres católicas lançaram as bases disso que a gente entende como teologia feminista, uma leitura a partir das mulheres e à partir da realidade da vida. Há um tanto de afastamento em alguns casos, mas hoje eu vejo como católicas e evangélicas têm um discurso que é muito intercruzado, como mulheres isso tem aproximações e afastamentos. Tem algumas realidades por exemplo, que são muito características das igrejas evangélicas: essa questão do casamento, das imagens, e etc. Eu acho que, de alguma maneira, nos perpassa.

Eu queria focar nessa ideia da submissão para questionar um pouco essa ideia de “submissão”. Sempre tem essa fala muito forte em

---

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/589176-para-muitas-mulheres-o-processo-de-empoderamento-esta-atrelado-a-igreja>

relação a nós. É uma das primeiras coisas que a gente vê quando se fala em evangélicas [...] Essa identidade é muito dúbia porque, a mulher ao mesmo tempo que ela recebe essa “coisa da submissão”, as mulheres também são aquelas “capciosas” não é? A gente tem uma “Eva inteira” para jogar todos os pecados do mundo nas nossas costas como mulher. Se você quiser, desde o Gênesis, você pode aprisionar as mulheres e já fazer com que ela se sinta julgada, mas ao mesmo tempo, a própria prática no dia a dia na comunidade subverte um pouco isso, a minha vivência foi muito essa.

Encontrar outras mulheres hoje, discutindo esse espaço sobre feminismo ao mesmo tempo para mim é isso. Éramos mulheres nos formando, mulheres, que estavam questionando, e a gente se encontrou nesse questionamento sem perder a dimensão da teologia que nos abraçava. De alguma maneira a gente teve que dialogar com o feminismo, dialogar com essa teologia, porque tudo isso compunha a gente de alguma forma. Ser mulher de fé, ser acadêmica, ser trabalhadora. Tudo isso estava ali e a gente precisava de alguma forma fazer sentido disso. Como a Eliane falou, enquanto a gente precisar “fazer sentido”, enquanto existirem signos, a gente vai estar sempre significando a nossa existência e, para mim, esse é um aspecto muito importante da religião. É o aspecto que mais me abraça. Dar sentido. Dar sentido ao mundo e tornar a existência possível, a melhor possível para nós e para todos, para o meio ambiente.

**Eliane Ribeiro:** Agora vamos chamar a Renata Menezes que vai falar sobre devoções, cotidiano, trajetórias e experiências na relação com o feminino. A fala é sua, Renata.

**Renata Menezes:** Estou aqui enfrentando um certo dilema quanto a saber o que fazer. Porque eu não pesquiso feminismo, nem sou uma ativista de destaque. Também não sou tão religiosa quanto a Wania e a Juliana. Sou uma pesquisadora de religião, de rituais e simbolismo. Mas como dei a ideia de uma roda de conversa sobre o tema, agora vou ter que achar um caminho, uma saída.

Vou começar estimulada pela Wania. Ela falou de Cosme e Damião e desde 2013 coordeno uma pesquisa sobre sua celebração, no Museu Nacional. Agora em setembro, inauguramos uma exposição virtual sobre a devoção a esses santos no Rio de Janeiro, no Instagram do nosso laboratório (@ludensmn).

A devoção a esses santos passa muito pela vida de subúrbio e, em um dos primeiros anos da pesquisa, fui aprender como se compram os doces no bairro do Engenho de Dentro, com uma moça “nascida e criada” no Méier. Ela me levou à loja em que vai todos os anos, às oito da manhã, porque em seguida, teria que ir trabalhar. Começou a comprar rapidamente, com uma técnica impressionante, invejável: apertava um para ver se estava macio, lia o preço de outro, reconhecia as marcas, se movimentava pelo espaço com intimidade. E eu, ao lado dela, etnografando a situação, ajudando à medida do possível, às vezes atrapalhando. Em determinado momento, já com o carrinho de compras cheio, ela vira subitamente para mim e pergunta “você está querendo saber de Cosme e Damião para que?”. Expliquei que era uma pesquisa do Museu Nacional. “Você tinha que falar com a minha mãe, porque ela continua a história da minha avó. A minha família dá doces há mais de cinquenta anos e essa época do ano eu lembro muito da minha avó”. Ela começou a chorar e disse que Cosme e Damião era lembrar da avó. Então, eu comecei a chorar também, porque quando uma pessoa chega para mim e chora lembrança de avó, eu acompanho. E, naquele dia, eu escrevi em meu caderno de campo (e também num artigo que publiquei depois, em MENEZES, 2016)<sup>15</sup>, que eu achava que tanto a festa de Cosme e Damião, como a própria religião, poderiam ser definidas dessa maneira: são coisas que as famílias fazem, e são coisas que fazem famílias. A religião, ao mesmo tempo que é feita pela família, faz a família. Considerei uma boa definição para tratar a religião a partir do cotidiano, das experiências vividas, das práticas.

---

<sup>15</sup> MENEZES, Renata de Castro. Doces santos: sobre os saquinhos de Cosme e Damião. In: Edlaine de Campos Gomes; Paola Lins de Oliveira. (Org.). *Olhares sobre o patrimônio religioso*. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2016, p. 57-87.

Já o choro das avós, ou pelas avós, relaciona-se diretamente à concepção que tenho de feminismo, e por isso eu evoquei esse episódio. Considerações sobre os direitos das mulheres, preocupações com emancipação, começaram em minha vida bem cedo, pela minha linhagem materna, através da mãe da minha mãe, e da irmã dela. Ambas eram do interior de Minas Gerais, sabiam benzer muito bem, me levavam a missa, me ensinaram a rezar para o anjo da guarda, e foram fundamentais na minha infância de zona norte do Rio de Janeiro. Eu gravitava entre a Tijuca, onde morava, e a casa delas, em Vila Isabel, numa época em que umbanda, ou melhor, a *macumba* era muito mais presentes no espaço público da cidade (digo *macumba* como categoria nativa e sem nenhum sentido pejorativo, pois foi assim que aprendi a falar na infância e com respeito. Não tenho a menor intenção de ser ofensiva. Dizem que quem tem simpatia pela curimba, ou quem é chegado a um atabaque, pode usar essa expressão, espero que seja verdade). Mesmo que a minha família se definisse como católica, havia uma presença cotidiana nos dois bairros com a religiosidade afro: sempre ouvíamos um som de atabaque, encontrávamos um despacho numa encruzilhada, havia contato com a religião afro nas ruas, na TV, no rádio e nos jornais do Rio de Janeiro muito mais forte nos anos 60 e anos 70 do que hoje, a ponto de que ela fosse naturalizado.

Não é que elas não existam hoje! Não é isso que eu quero dizer. Eu estou querendo chamar a atenção que essa convivência, essa sociabilidade harmoniosa de vizinhos, de que a Vânia falou, provavelmente, se você voltar em Madureira não vai estar igual. Há uma presença afro grande, mas essa possibilidade de conviver com a diferença sem ficar em pânico, mudou no Brasil, no tempo das nossas vidas.

**Wania Sant'Ana:** Graças a Deus Madureira continua sendo um bairro.

**Renata Menezes:** Eu sei que ainda tem essa presença da vizinhança, mas por exemplo, Cosme e Damião hoje, é preciso perguntar primeiro se pode dar o doce para a criança, já não é mais essa doação

tranquila do passado, que era conviver com a diferença. Crianças evangélicas não pegam doce. E a diferença é apresentada como um mal. Vivemos uma situação de intolerância religiosa muito grande.

Voltando ao feminismo: eu lembrei da minha avó, pois no interior de Minas, ela queria ser cantora de ópera, médica, professora, e o pai dela não permitiu nada disso. A única alternativa possível foi casar com meu avô. E da mesma forma, a irmã dela foi “obrigada” (o termo forte era delas mesmo) a casar com outro rapaz do Rio de Janeiro, embora tivesse uma paixão desde a adolescência na sua cidade. Eu fui criada muito próxima à minha avó e a essa irmã dela, que não teve filhos e como que “adotou” minha mãe, que era a filha única de duas mães. Eu sou filha única também, fiquei sendo, pela linha materna, a neta única de uma casa cheia de mulheres.

Minha avó, pressionada a casar com meu avô, veio com ele para o Rio de Janeiro, e ele, que era engenheiro da Rede Ferroviária Federal, morreu quando minha mãe tinha 11 anos. Uma época em que não havia INSS, aposentadoria, pensão, amparo social. Ou seja, uma época em que não havia previdência, para a qual estamos voltando. Minha avó, sem emprego, sem formação profissional, perdeu tudo da noite para o dia e teve que criar minha mãe sozinha, com a ajuda dessa irmã e do marido dela. Mais tarde conseguiu se estruturar minimamente a partir de um emprego público de técnica-administrativa.

Uma das coisas que ela fez para escolarizar bem a minha mãe – o que para ela era uma prioridade - foi obter uma bolsa de estudos no Colégio Batista Sheppard – minha mãe queria cursar medicina, e precisava se preparar num curso científico, que então não era usual para moças. E toda vez que minha mãe, católica, ia se confessar com um padre, e comentava que estudava num colégio batista, ele dizia que ela estava em pecado, que tinha que sair do colégio porque, como católica, não podia estudar em um colégio protestante.

Minha mãe e minha avó resolveram o problema: deixaram de se confessar. Deixaram de ir à missa regularmente, tornaram-se o que chamaríamos de católicas nominais, ou católicas não-praticantes. A religião, nesse meu núcleo familiar, era algo assim. Ela tinha um limite,

que era o limite da opressão. Se oprimir e for para atrapalhar, vamos deixar de lado e vamos aqui na nossa benzedeira, vamos tomar passe no centro espírita, vamos ouvir ângelus na rádio, compondo um repertório de proteção e vamos frequentando espaços mais inclusivos, menos rígidos, digamos assim. Portanto, ficava óbvio que ser católica não-praticante não queria dizer não praticar nada.

O resultado é que minha mãe nunca me deixou estudar em colégio de padre ou freira, porque tomou horror (também tinha agonia com geladeira vazia, pelas dificuldades que passara, mas isso é outra história). Depois dessa experiência de ser culpabilizada por estudar em um colégio protestante, onde ela acabou se formando, ela jurou que eu nunca iria para uma escola religiosa, porque não queria esse tipo de pressão na minha cabeça. Então, fui parar em um colégio de militares, e a partir do ensino médio, numa escola pública federal, mas em colégio religioso (mesmo que fosse melhor, ou mais barato, ou mais perto), nunca. E minha formação religiosa básica veio toda da família, tanto do lado de minha mãe como, com menor influência, do lado de meu pai, uma linhagem carioca igualmente flexível em termos religiosos, embora com outras composições.

Um episódio que me marcou muito foi quando a minha tia avó, isto é, essa irmã da minha avó que ajudou a criar minha mãe, morreu. Foi a primeira morte próxima que eu tive maior consciência: eu deveria ter uns dez anos e ela, setenta. E um pouco antes de morrer, ela pediu à minha mãe para colocar o retrato do outro namorado, aquele que o pai não deixou casar, no caixão. Ela passou cinquenta anos casada com um homem, sem esquecer o outro. Achei isso muito forte. Muito triste, mas ao mesmo tempo, um sinal de perseverança, teimosia, resistência.

Portanto, na minha vida, religião, mulheres, feminismo, está tudo misturado. Um feminismo que talvez não seja propriamente o do movimento feminista, mas aquele da avó viúva criando com dificuldade a filha que se tornou minha mãe, querendo que ela pudesse realizar seus sonhos profissionais. Por isso, uma coisa que me preocupa é quando o feminismo assume o risco de ser prescritivo, de dizer como as coisas têm que ser idealmente e se relacionar com o mundo de uma forma



quase que “inaugural”. Me parece que o ponto de partida deveria ser o reconhecimento do que as gerações anteriores de mulheres, nas suas igrejas, nas suas casas e seus terreiros fizeram para manter suas comunidades viva, para manterem-se vivas. O que a Vânia falou é perfeito: o direito a diferença, o direito a escolha. Com todo o respeito pelo feminismo enquanto um movimento, estou querendo chamar a atenção de que mesmo mulheres que não se definem enquanto feministas podem estar lutando tremendamente, e cotidianamente, para que suas filhas e seus filhos tenham escolhas, tenham direitos. O direito de dizer sim, o direito de dizer não, porque o direito de dizer não também foi conquistado duramente pelas mulheres

Por exemplo, é curioso que na geração de minha filha e de meu filho, quando eles começaram a sair à noite no Rio de Janeiro, por volta dos anos 2005/2010, ouvi algumas histórias de meninas que iam dançar e o cara puxava o cabelo, beijava à força. E as meninas tinham que inventar um pretexto para não “ficar” com eles. O que é isso? Puxar o cabelo? Numa boate? Beijar sem a pessoa querer? Inventar pretexto? E o direito de dizer não? Fiquei com uma sensação de retrocesso, de involução. Pensei: pior que no meu tempo. Claro que não é monolítico assim, ou pior ou melhor. Essas observações não podem ser generalizadas. Mas fica evidente que não se trata de um progresso linear.

Eu queria dar destaque às mulheres que são apagadas: a mulher que cuida, a que dá o remédio a noite, a que limpa o santo na igreja, a que se matou lavando roupa para o filho estudar, ou costurando. Para mim, ou o feminismo inclui a memória dessas mulheres como parte da luta - a sabedoria adquirida e transmitida por elas, em sua resistência cotidiana - ou eu acho que o feminismo está perdendo. Obviamente, as coisas mudam e a gente vai renovando as pautas, aprendendo também com as novas gerações e se deixando interpelar por elas. Até lembrei que o pai da Marielle Franco, em um depoimento, falou com muito carinho do quanto aprendeu com a própria filha, que ela lhe ensinou sobre gênero e outras pautas de um novo mundo. Portanto, não é que a gente não vá aprender com a juventude, com o novo, mas ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que essas lutas não começaram apenas ontem.

Por outro lado, o que a Juliana está trazendo de sua experiência evangélica, coincide muito com minha experiência enquanto católica. Porque minha família, como eu disse, não era católica praticante, mas eu me tornei. Me “converti” ao catolicismo lá pelos nove, dez anos, a partir de um filme sobre Cristo em que ele era um palhaço hippie (*Godspell*, 1973). Achei maravilhosa a sensação de liberdade, saí do cinema querendo aquilo para mim - até já escrevi brevemente sobre isso em uma publicação (MENEZES, 2017)<sup>16</sup>.

Durante quinze anos da minha vida, mais ou menos, foi possível ter uma experiência religiosa dentro do catolicismo de liberdade, empoderamento e instrumentalização da palavra no sentido dos direitos. Isso só foi possível porque eu fui catequizada no pós Vaticano II. Como não estudei em colégio religioso, passei dos “primeiros ensinamentos” da minha família à perspectiva libertadora (da Teologia da Libertação), em um momento muito singular de América Latina, de associação do catolicismo com o Marxismo, com os direitos, com a luta contra as ditaduras latino-americanas. Foi uma experiência religiosa plena, que deixei de ter por volta dos 20 anos – talvez por conta da questão da sexualidade, que eu acho que é um grande nó na Igreja Católica,

Eu consegui ter uma experiência religiosa de liberdade e depois que me afastei da Igreja, fui trabalhar com isso na ONG ISER Assessoria, com educação popular e assessorias a entidades de base e grupos populares, por uma sociedade mais justa e solidária. A partir dessa posição, participei de algumas redes religiosas mundiais, entre os anos 1993 e 2006, que tinham a questão de gênero na pauta. Nelas experimentei uma coisa muito interessante, que foi o fato das feministas “do norte”, olharem para as feministas “do sul”, da América-Latina, África, Ásia com um certo tom de condescendência. Como se nós, mulheres do sul, não tivéssemos nada a ensinar ou a trocar, dado que viéssemos de sociedades “patriarcais”, “atrasadas” que não são como as sociedades “avançadas” europeias e norte-americanas, onde as mulheres teriam teoricamente seu espaço consolidado. Algo muito etnocêntrico. Dava

<sup>16</sup> MENEZES, Renata de Castro. Sobre crenças e esperanças. In: Faustino Teixeira, Carlos Rodrigues Brandão. (Org.). *Em que creio eu?* São Paulo: Terceira Via: Fontes Editorial, 2017, p. 244-247.

vontade de sacudir “você estão pressupondo o quê? Venham para América Latina para ver o que que as mulheres aqui fazem. Você não sabem quantas mulheres tiveram que se desdobrar para a gente pudesse votar, estudar e estar aqui com você, hoje “.

Estou querendo chamar a atenção que mesmo dentro do cristianismo, teologicamente uma religião de conversão de mensagem universal, porque essas redes eram ecumênicas, de matiz cristão, as questões Norte e Sul se colocavam muito fortemente, operando uma clivagem no interior dos grupos de mulheres. Era como se houvesse uma concepção evolucionista, “nós somos feministas mais avançadas que você”. Daí, talvez meu desconforto em ver feministas desdenhando outros caminhos. Não dá para importar, ou exportar, modelos ideais de luta se você não considerar as condições objetivas e diferenciadas em que vivemos, as formas diversas de resistência que inventamos, o que fazemos e fizemos para estar aqui.

Isso que falei até agora foi pelo lado de evocar experiências pessoais. Por outro lado, tentarei traduzir esses meus desconfortos e evocações em algumas questões, transformando-os em objetos de reflexão, o que é, afinal, parte do meu ofício.

Como pesquisadora, a religião e o feminismo se cruzam em uma série de pontos. Primeiro, há que se considerar a relação entre religião e sociedade. Há uma relação entre as religiões e a sociedade, mas ela não é a de um espelhamento pura e simples. Trata-se de uma relação de causa e efeito? Ou de afinidades eletivas? É possível que uma sociedade patriarcal tenha uma religião não-patriarcal? Sabemos que há formas religiosas que não são patriarcais, e movimentos contra o patriarcado dentro de muitas religiões. Mas essas formas religiosas estão sendo atacadas, constringidas, moldadas por forças patriarcais. Como é possível entender a relação entre uma sociedade patriarcal e as suas formas religiosas e em que medida haveria um possível grau de autonomia entre elas, em que medida haveria uma marcação de influência?

Outro ponto a destacar e que Juliana já abordou. Nas religiões cristãs, onde você tem o sacerdócio muito concentrado na mão dos homens, embora existam pastoras e toda uma luta para alargar esse espa-

ço, surge um desafio compreensivo. Menos do que apenas considerar ou denunciar as formas de dominação, embora elas aconteçam, é preciso tentar entender a lógica, os as lógicas, das mulheres que seguram o dia-a-dia religioso quando, em certos lugares de poder, são os homens que controlam, são os homens que aparecem. É preciso perguntar se há outras formas de poder, menos visíveis, que estão passando por aí, em que as mulheres estão se articulando. Estou falando mais do cristianismo, neste caso, no sentido que foi a religião não apenas que eu pratiquei, mas a que eu pesquisei com mais recorrência.

Falamos de gênero, mas é preciso focar também o tema da sexualidade. Religião e sexualidade, acho que é outro ponto em que a mulher, digamos assim, “se ferra”. Relaciona-se a aborto, a direitos reprodutivos, a liberdade sexual. Considero que a questão das regulações de gênero e sexualidade sejam grandes nós que atam o mundo religioso, que produzem grandes impasses. Pois, articulando ao tema da religião e sociedade, são como diria Foucault, regulações fundamentais da própria modernidade.

Sobre pertencimentos religiosos, escolhas, trânsitos, acho que a Vânia mencionou um tópico muito importante, a partir da experiência dela. Do lado de fora da religião (ou da pessoa...) parece que você está escolhendo uma religião. Do lado de dentro, a sensação é a de que você está sendo escolhida, sendo chamada o tempo todo. Quero dizer que, do ponto de vista da exterioridade, pode parecer que, ao aderir à religião, você está tomando uma decisão, sopesando argumentos - ideias, sistemas - deliberando, fazendo escolhas. Do lado de dentro, do vivido, tudo é percebido como um sinal e um chamado a que se deve atender. Ou a uma obrigação que se deve cumprir. Costumo dizer que as devoções nos colocam num mundo de sinais, ou na frequência dos sinais. Uma boa metáfora seria associar a gramática religiosa a uma clave musical: se você está numa clave de sol, vai ler as notas da partitura de determinada maneira, se você passa para a clave de fá, vai lê-las de uma outra. Quando você está imerso na clave da religião, tudo vira sinal. São sinais do sagrado pipocando em sua vida.

Portanto, tensões entre prescrição e compreensão nos movimentos ativistas; gênero, sexualidade e religião; relações de poder e lugar das mulheres nas igrejas e outros templos; autonomia relativa entre religião e sociedade e necessidade de compreensão das formas profundas de engajamento religioso são as questões que deixo para a continuidade do nosso debate.

**Regina Novaes:** Bem, faço dois comentários para alimentar o debate, na perspectiva das vivências religiosas e feminismos, fronteiras e passagens. Ouvimos três excelentes e intrigantes reflexões. Wania Sant’Ana, a partir de uma experiência pessoal, fez uma excelente descrição do que se passava no Brasil – sobretudo antes do crescimento evangélico pentecostal – quando se vivia o sentimento de duplo pertencimento entre o catolicismo hegemônico e as religiões de matriz africana em posição subordinada no campo religioso. Subordinada, mas fundamental na socialização e na sociabilidade. É verdade que no Brasil houve muita perseguição para as religiões de matriz africana, o que poderia justificar que a quase totalidade dos brasileiros se definissem como católicos. Mas, não se tratava só de uma estratégia de sobrevivência religiosa: tal convivência produzia sentimentos, negociações simbólicas, vivências, possibilidades de pertencimento compartilhado.

Pode-se aqui fazer um diálogo entre as belas lembranças de Wania Sant’Ana e as referências de Renata de Castro Menezes sobre a força das devoções a Cosme e Damião. Um depoimento que recolhi conta como uma jovem moradora da favela, quando era evangélica da Assembléia de Deus continuava distribuindo doces sob a orientação de sua avó, que era mãe de santo. O pastor dizia que distribuir doces “era coisa do diabo”. Mas sua palavra “entrava no ouvido e saía pelo outro”: a experiência pessoal e o afeto pela avó relativizava o discurso da autoridade religiosa.

Olhando de fora é bem mais fácil estabelecer fronteiras entre pertencimentos, sentimentos, comportamentos conservadores e progressistas das mulheres e das igrejas. Ao contar sua história em Madureira, Wania nos fez ver como em uma mesma vizinhança conviviam

(e ainda devem conviver) a benzedeira católica, os adeptos de religiões afro, outras religiões... Ao revisitar sua socialização e redes de sociabilidades Juliana também relativizou o conservadorismo de sua denominação evangélica e localizou o “feminismo” vivenciado por sua mãe. Bem como Renata nos convoca para reconhecer o “feminismo” presente nas gerações anteriores em as mulheres nas suas igrejas, nas suas casas e seus terreiros encontraram caminhos e expedientes para manter a comunidade viva, para manter as mulheres vivas.

Wania agora quer fazer algumas colocações sobre intersecção de opressões, vivências das mulheres no campo de religiões de matriz africana.

**Wania Sant'Ana:** Gostaria de fazer uma consideração em relação às mulheres do Candomblé e as mulheres da Umbanda. Vou falar da minha tradição dentro do campo de religiões de matriz africana. As mulheres vivem múltiplas formas de opressão resultantes de uma sociedade hierarquizada, onde o gênero masculino tem toda a estrutura de poder nas suas mãos. São trabalhadoras, ganham menos que os homens, numa claríssima divisão do trabalho. São professoras, são enfermeiras, médicas, advogadas etc. , mas todas já viveram alguma situação de assédio. As mulheres do Candomblé também vivem. Porque o mundo é duro, é disso que se trata. não é o fato de você ser uma pessoa de fé praticante que te deixe melhor do que ninguém, isso é falso. Portanto, há necessidade específica de discutir situações de opressão que são para além dos muros dos terreiros, das igrejas, ponto final. No caso da mulher negra tem uma situação agravante, estrutural, que é o racismo. A maioria das religiões praticadas no Brasil se utilizam da estrutura racista, sem discussão. As religiões, de um modo geral, são profundamente racistas. Algumas expressam esse racismo demonizando, permanentemente, as religiões de matriz Africana e toda a cultura afro-brasileira para colher no nosso jardim, e isso é um fato. Cresceram dizendo que tem demônio, que Exu, imagina... Nosso querido Exu está travando o Caminho das pessoas, que tudo que acontece dentro de uma casa de Candomblé, de umbanda, de Jurema é a personificação

do mal. Imagina para nós que somos praticantes e amamos o orixá. Como eu disse antes, somos escolhidos, então, existe uma intersecção de opressão que é muito bem percebida pelas pessoas de religião de matriz africana que é subordinação e opressão. Esse é um ponto importante se a gente quer falar de feminismo, porque definitivamente, no caso das religiões de matriz africana, a perseguição, a exclusão, a discriminação, o preconceito baseado no racismo, dá a gente muita história. Porque é nesse nível, é claro, que os irmãos mais jovens hoje, tem muito mais chances de falar essa palavra Isso se dá pela estrutura e pela mudança de comportamento da sociedade, Mãe Meninazinha nasceu feminista porque ela nasceu de uma yalorixá, das mãos de outra yalorixá. isso é o que faz toda a diferença, a gente não nasce na religião se não pela mão de uma mãe e de um pai autorizado por uma mãe, é uma coisa extraordinária. isso aí é uma concepção. não é fácil fundar uma casa de Santo: é comprar o terreno, é comprar o tijolo, é comprar telha, é comprar canos, bicas, portas, e essas coisas foram feitas por mulheres, dizendo ogã que ele tem que trabalhar e trazer o dinheiro para ela poder comprar essas coisas e essas coisas serem postas de pé, Isso faz uma diferença enorme. Muitos pais de Santo, é verdade; muitas filhas de Santo, é verdade, mas o lugar de participação das mulheres na formatação física da casa é extraordinária. Que o diga Mãe Aninha, que diga a primeira casa grande de Mesquita, quando herdou os assentamentos de João Abá. O que eu quero dizer com isso? O terreiro é uma cidade, a gente vê como um espaço físico, mas é a Cosmologia de uma cidade. Uma cidade precisa de todos e de todas Mas alguém tem que coordenar os negócios, Alguém tem que dizer o que tem que ser feito e as mulheres têm o poder extraordinário nas coisas que devem ser feitas e que não devem ser feitas. inclusive, diz-se que um dos conflitos na atualidade é que esse lugar de participação, incontestável, das mulheres nas decisões estratégicas estejam sendo diminuída com a maior participação dos homens nesse lugar. Mesmo assim, vez por outra, orixá grita, o orixá grita e diz que isso não pode ser feito dessa maneira. é certo que o feminismo no caso brasileiro não chegou perto ainda de perceber, pelo menos, nas religiões de matriz africana, que es-

ses lugares. tem sido uma batalha como a nossa “Mulheres do Axé pelo fim da violência” que é um projeto da nossa casa. Ou outras coisas que a gente faz, mas eu tenho a sensação e a expectativa que tem muita coisa produzida e nós vamos chegar lá, mas é um avanço extraordinário e de que As mulheres têm esse lugar de colocar o Axé na frente na ponta da reflexão, isso é incontestável. as mulheres pensam esse lugar de pensamento nas comunidades de candomblé, é um lugar muito importante nas tomadas de decisão. Isso é uma parte e é uma parte importante do ponto de vista política, por que? Veja bem, não posso deixar de falar do movimento negro e do movimento de mulheres negras, aonde você vai a cena pública por reivindicação e você coloca que essa religião é que ordena a parte do seu lugar de sujeito político, isso é extraordinário. Não é por acaso que o ataque às religiões de matriz africana tem a ver com o fato de não haver, no seu exercício, um lugar de que me leve, sobretudo, dos Homens, a coordenar como as coisas devem ser feitas e se posicionar como sujeitos políticos nesse lugar e isso é profundamente amedrontador. As religiões de Matriz africanas são atacadas porque as mulheres têm lugar e elas se anunciam nesse lugar. não é o acaso e não é algo que está dissociado, porque por ali existe exercícios de ser, de estar político, de estar religião o que difere fundamentalmente. é óbvio que, numa sociedade como a gente vive, isso é profundamente ameaçador. As pessoas negras que saem das religiões de matriz africana e abraçam as igrejas evangélicas, eu as compreendo. Eu tenho que as compreender porque é desafiador ser livre e a religião de matriz africana te dá Liberdade. Qual a liberdade? você é o sujeito que escolhe e é o escolhido. Então você precisa ir para um lugar onde todas as coisas estão confortáveis e, numa sociedade racista como o Brasil, isso é fundamental. Porque nega ao indivíduo, que sempre lutou por liberdade o desejo de ser um sujeito Livre. a Igreja conservadora precisa aprisionar corpos e aprisionar mentes. na religião de matriz africana você não consegue fazer isso.

**Regina Novaes:** Essa última exposição de Wania complementa bem algumas instigantes idéias trazidas por Juliana e Renata. No cruzamento entre seus pertencimentos e experiências, as três expo-



sições nos fazem indagar sobre o que exatamente estamos falando quando classificamos um espaço religioso apenas como “conservador” ou opressor. Que comparações estão sendo implicitamente feitas? Até que ponto existem situações em que - mesmo sofrendo violência doméstica e mesmo não tendo reconhecimento nas hierarquias religiosas - as mulheres podem encontrar formas de exercer algum tipo de poder?

Victor Turner<sup>17</sup>, antropólogo inglês, utilizou a expressão “poder dos fracos” para falar das formas (muitas vezes justificadas por mitologias e práticas rituais) que as mulheres encontram para marcar a sua importância em sociedades de descendência patrilinear. Na maioria das religiões presentes no Brasil são geralmente as mulheres que cuidam dos espaços sagrados, que têm lugar destacado nos rituais, que são as mediadoras que buscam recursos sagrados para os seus familiares. Que tipo de poder pode vir daí? Como os feminismos podem dialogar com esse particular poder? O lugar das mulheres nas religiões, como o lugar do cuidado, precisa ser compreendido. As coisas não andariam se elas não estivessem lá.

No que diz respeito às religiões afro brasileira, é bom lembrar que a casa de candomblé do Gantois<sup>18</sup> ficou 40 anos sob a direção de Mãe Menininha e que, desde 2002, é sua filha, Mãe Carmem, quem comanda o terreiro. O templo segue uma linha matriarcal, nunca tendo sido dirigido por homens. Que reflexão podemos fazer a partir daí? Em sua exposição, Wania Sant’Ana afirmou: “as mais jovens têm muito mais chances de falar essa palavra “feminismo” do que Mãe Meninazinha, minha yalorixá”. Mas, ainda segundo Wania, do ponto de vista religioso, Mãe Meninazinha nasceu feminista porque ela

<sup>17</sup> Turner, Victor. (1974 [1969]). O processo ritual: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes

<sup>18</sup> *Ié Iyá Omi Àse Iyamasé*, conhecido popularmente como Gantois foi fundado em 1849, pela africana Maria Júlia da Conceição Nazareth, constituindo-se num espaço sagrado de longa expressão religiosa e notável santuário que mantém os costumes e os legados milenares dos povos Iorubá (Abeokutá), preservando o culto aos Orixás, seguindo uma tradição matriarcal com base na estrutura familiar de manutenção dos laços parentais, onde as dirigentes são sempre do sexo feminino obedecendo aos critérios de hereditariedade e consanguineidade. Tradicional e centenário candomblé da Bahia é oriundo do Ilé Asé Airá Intilé (Candomblé da Barroquinha). Disponível em: <http://terreirodogantois.com.br/index.php/o-terreiro/>

nasceu yalorixá das mãos de outra yalorixá. Nasce-se na religião pela mão de uma mãe e de um pai autorizado por uma mãe. As diferentes e mais recentes expressões de feminismo terão sempre que dialogar com essa ancestralidade.

Outro ponto importante que foi aqui colocado diz respeito às conjunturas e disputas no interior das instituições religiosas. Juliana se referiu à Igreja Metodista, geralmente, considerada uma denominação progressista, até mesmo porque foi uma das primeiras a ordenar pastoras. Mas, a Igreja Metodista também tem suas disputas internas que determinam conjunturas de maior ou menos abertura para questões feministas. Como na Igreja Católica, a Igreja Metodista no Brasil também conhece conjunturas em que é mais fácil ou mais difícil falar sobre questões feministas, sobre justiça social. Mas é importante dizer que, mesmo uma conjuntura mais conservadora, há diferenciações internas (grupos e correntes) que continuam tensionando e trazendo intepretações bíblicas que questionam a submissão e a violência contra as mulheres.

Contradições entre feminismos podem surgir quando pensamos em história e desenvolvimento social em nível global. Renata nos contou que feministas cristãs da Europa ou da América do Norte, por vezes, olham para feministas da américa-latina com um certo tom de condescendência, considerando-se “feministas mais avançadas que vocês”. Esse olhar evolucionista não reconhece o que se faz por aqui e como se complementam (e/ou entram em conflito) identidades religiosas e políticas em nossa história. De fato, Renata nos alerta para o risco que os movimentos feministas correm ao estabelecer modelos normativos. Importante alerta. Mas, ao mesmo tempo, pensando nas diferentes “ondas do feminismo” não podemos deixar de reconhecer que são esses movimentos globais também tem oferecido um arcabouço mais amplo capaz de conectar e potencializar experiências locais e individuais (como aquelas que foram trazidas para essa roda de conversa).

É verdade que, nos dias atuais, a questão do aborto ainda cria muitos ruídos. Sobre esse ponto não há consenso nem entre jovens católicas, evangélicas, espíritas e candomblecistas que se consideram

feministas. Não sabemos quando e como se desenvolverá esse tenso debate. Mas, concordando com uma ênfase de Wania, podemos dizer que hoje – depois de tantas lutas (e da chegada de jovens negros e negras nas Universidades) – há um amálgama que une diferentes matizes de feminismos, a saber: a conjugação das lutas das mulheres com o combate ao racismo estrutural tão evidente em nosso país. No reconhecimento do racismo está a possibilidade de minorias ativas de jovens – com diferentes pertencimentos religiosos – se identificarem e compartilharem lutas. No Brasil o diálogo feminista inter religioso passa hoje necessariamente pela questão racial.

Enfim, a desnaturalização da opressão interiorizada nas mulheres só acontece por meio de argumentações (religiosas e políticas) que deem sentido aos feminismos, sempre em transformação. Não homogeneizar o que é heterogêneo abre possibilidades de diálogo. O diálogo exige que se diferencie as trajetórias, as possibilidades e as formas de pertencimento. Quando não considera ambivalências, ambiguidades, contradições e níveis de negociação cristalizam-se fronteiras e fecham-se possibilidades de diálogos.

**Eliane Ribeiro:** Estamos chegando ao nosso final, infelizmente, sugiro que cada uma feche sua reflexão nessa roda tão desafiadora de se pensar. Vamos começar pela Juliana.

**Juliana Baptista:** Eu queria agradecer. Durante as falas eu lembrei de um dado muito importante que para mim, foi um ponto de virada: Uma matéria falava que das mulheres que denunciam violência doméstica, cerca de 45% eram evangélicas. A gente fez uma roda de conversa numa igreja em Realengo, onde eu moro. Uma igreja que tem uma visibilidade enorme e a gente levou mulheres incríveis para falar sobre isso, mulheres maravilhosas. A gente discutiu essa questão dos feminismos, a partir desses dados, que eram dados científicos, sociais, importantes. Isso agregou as mulheres, porque, em relação à violência, todo mundo já tinha sofrido um assédio que talvez não tivesse se desenrolado numa violência física, mas reconhecia como assédio. Isso

para mim é importantíssimo, que mulheres cristãs possam reconhecer assédios, possam reconhecer que seu corpo é seu, que ele não deve ser violado, nem pelo marido, nem pelo pastor, nem por ninguém. Ressaltar a importância que isso tem. Dizer pra essa mulher que ela pode falar sobre isso na igreja, dizer para ela que ela não precisa “ficar com esse marido porque o que Deus uniu ninguém separa”, mas poder dizer para ela que o pastor deve denunciar, que ela pode denunciar e que ela pode se separar sim! Glória a Deus! Dizer que Jesus está nisso, está do lado dela e ela vai vencer, em nome de Jesus. Isso para mim foi importantíssimo. A gente levou mulheres e pudemos falar disso. Trazer os dados, trazer a fé, trazer a experiência e a memória de cada uma, de mulheres jovens, de mulheres mais velhas. Quer dizer, esses espaços estão aí, isso é muito importante. Eu queria ler um texto para vocês, mas só vou ler um trechinho: “Jesus não apenas andou com mulheres, suas várias discípulas, mas quantas também defendeu? A mulher adúltera, por exemplo. Ele anunciou as boas novas, no caso da mulher samaritana. Se preocupou com as doenças que eram inerentes ao sexo feminino, trazendo cura, o caso da mulher do fluxo de sangue, por exemplo. Ensinou de forma exclusiva e privilegiada o evangelho para mulheres. O episódio de Marta e Maria, o maior tapa na cara de uma sociedade machista foi ele ter aparecido. Após a sua ressurreição, primeiramente foi para as mulheres que apareceu. As enviou para proclamar essa notícia mesmo sabendo que seus testemunhos não tinham valor. Cristo bateu de frente com o machismo”. Esse texto é de uma mulher que se diz “antifeminista”. É uma página com mais de cinco mil pessoas, sobre “Teologia pentecostal de esquina”<sup>19</sup>. Ela é explicitamente antifeminista disse que o machismo não vai ser combatido com o feminismo. Essa mulher “antifeminista” faz lives reforçando sobre quanto as feministas são um problema para a sociedade e o tipo de coisas que o feminismo reproduz. Eu olhei esse texto dela, centralizado na figura de um Jesus acolhedor e essa é uma das muitas disputas que a gente tem entre os evangélicos, os fundamentalistas, os progressistas. Buscamos centralizar na figura dele como inclusivo, colocando no “guarda-chu-

<sup>19</sup> <http://esquinapentecostal.blogspot.com/>

va de Jesus”, o antirracismo, o feminismo, todas essas coisas, o amor pelos lgbs. Eu leio um texto desses e fico pensando que meu trabalho agora mudou. Se a gente antes ficava lutando para legitimar o discurso feminista de dentro, de alguma forma, agora a gente vê um outro desdobramento desse discurso. As pessoas hiper conservadoras, mas que entendem o lugar das mulheres e que estão ali falando a mesma coisa que a gente. Eu quis ler isso porque eu poderia ter escrito esse texto, pelo menos esse trecho, com certeza. A pessoa se diz “antifeminista”, claramente anti feminista. Isso é muito louco. Esses agenciamentos não estão isolados. Esse é o desafio: saber que o discurso está posto, o espaço está aí e as recompensas são múltiplas. Cada um vai colher dali uma forma de se diferenciar no mundo, encontrar um lugar de identidade, um discurso da política, isso também não está isolado. Eu particularmente entendo que meu Evangelho é de uma certa forma, esse, o evangelho que me faz olhar para quem eu vou votar, para certos tipos de política e tal. São sempre muitas coisas, enfim. Foi um enorme prazer estar aqui com vocês.

**Eliane Ribeiro:** Muito obrigada Juliana. Foi muito bacana trazer uma jovem ativista para discutir com esse grupo que estuda o campo há muito tempo.

**Wania Sant’Ana:** Quero dizer que foi uma delícia essa roda de conversa, tem que ter uma segunda roda. é um tema difícil, é um tema novo, eu tenho muitas saudades dos debates sobre o feminismo e o sagrado, que eram promovidos pelo ISER (Instituto de Estudos da Religião)<sup>20</sup>. Esse é o clássico dos clássicos, é um diálogo incrível. Lembrei da experiência do núcleo de mulheres do ISER com esse diálogo inter-religioso e foi um período maravilhoso. aquele momento era um momento em que se via o quanto importante é esse debate, coisas que foram, naquele momento, antecipadas. Além de agradecer como feminista que sou, o feminismo me salvou de verdade, a minha militância começa com o feminismo e, um ano depois, eu entro no

---

<sup>20</sup> <https://www.iser.org.br/>

movimento negro. eu sempre digo que há muitas formas de se viver o feminismo e dizem que tem, eu acredito que tenha mesmo, um feminismo negro emergente e pulsante no país. Eu acho que foi isso que a gente buscou nas últimas três décadas travar. Eu vejo e entendo que o debate sobre aborto, por exemplo, é um debate muito estratégico para o movimento feminista no Brasil e no mundo inteiro. Temos uma história, uma memória de violência sexual. Assim, o feminino, no caso brasileiro, tem que ter a coragem de desnudar como nessa territorialidade os corpos são tratados e descartados e aviltados. nós temos que nos envolver nessa radicalidade sobre o corpo. Porque há corpos sendo descartados e mulheres sofrendo feminicídio. a gente tem múltiplas formas de extermínio objetivo desde que esse país foi fundado. então, a única coisa que lamento às vezes no feminismo é não explorar a radicalidade que esse país nos apresenta com corpos despedaçados. Qual é a nossa tarefa libertária? Nós somos um território feito sob vidas. quer falar de vidas? Vamos falar, vamos falar mesmo, vamos radicalizar. Quais são as concepções não moral, mas ética. Porque o discurso está no terreno da moralidade, falta um debate ético para ser nação, porque até agora é um ajuntamento que se chama país. e nós feministas não discutimos a nação. Na minha opinião toda feminista Tem que ler Casa-grande e Senzala, porque a gente teve que lidar, de alguma maneira, com a dubiedade da Casa Grande. A violência estava nos dois espaços. Eu costumo dizer que as experiências no Brasil são tão fortes que ninguém vai inventar, não vão criar nada por quê a experiência está na esquina todo dia e nós temos fortes experiências de destruição. Não discutir aborto, por exemplo, é a subordinação absolutamente necessária para nos impedir de tratar o que é nação. E aí as Americanas têm um papel interessante nesse momento porque elas têm a obrigação de radicalizar, as feministas negras radicalizaram, as indígenas negras estão radicalizando e eu acho que nós temos esses papel de radicalidade, eu acho que a juventude está fazendo isso, eu concordo e não poderia concordar mais com essa palavra “conjuntura”, uma conjuntura que negocia e que rompe silêncios, porque também nós estamos vivendo um momento de tensão muito singular.

**Regina Novaes:** Agora chamamos Renata Menezes para suas reflexões finais.

**Renata Menezes:** Eu queria esclarecer que, quando eu assumi um tom crítico, ou toquei em alguns pontos críticos, não estava me referindo ao feminismo como um todo, mas a alguns segmentos que parecem considerar que a resistência está começando do zero, ou achar que a luta começou no ano 2000. Nem de longe eu quis insinuar que o feminismo não é importante, pelo contrário, a minha demanda é por mais feminismo. Se houvesse mais feminismo, a minha avó materna não precisaria ter feito as escolhas que fez. Portanto, a saída não é não ter feminismo é ter cada vez mais feminismo, mas um feminismo que preste atenção na ancestralidade. É a isso que eu quis fazer um certo apelo, a um feminismo que reconheça a cadeia de mulheres que nos possibilitou estar aqui. Quanto mais feminismo melhor, para que nossas filhas e nossas netas não precisem passar pelo que as nossas avós passaram, porém, simultaneamente, precisamos realizar um esforço de preservar essas memórias. Embora a gente saiba que o processo histórico não é evolutivo, ou não é de progresso linear - não é um jogo acabado, ganho: ainda estamos jogando e temos que nos mover permanentemente. E talvez por isso mesmo a memória seja um patrimônio a utilizar.

Um segundo ponto: tanto Regina Novaes como eu escrevemos sobre a religião na Marcha das Vadias, ainda que focalizando anos e questões diferentes (NOVAES, 2012; MENEZES, 2017)<sup>21</sup>. Porém, ambas estávamos de alguma forma tematizando os impasses do religioso na Marcha, isto é, como pode ser difícil conjugar identidade religiosa e identidade feminista, entretanto algo tão necessário. Em certas situações é mais fácil, é mais negociável e em outras situações, as identidades se demarcam, se polarizam.

Em meu artigo, analisei o caso da quebra de imagens de santos por um coletivo artístico, que aconteceu em 2013. Foi uma perfor-

---

<sup>21</sup> NOVAES, Regina. Juventude, religião e espaço público: exemplos “bons para pensar” tempos e sinais. *Religião e Sociedade*, vol 32, nº 1. Rio de Janeiro, 2012: 184-208; MENEZES, Renata de Castro. Santos, vadias e fetos. PONTO URBE, São Paulo, no., 20 p. 3486 (1-19), 2017.

mance artística em que os participantes faziam sexo e quebravam uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, na busca de “livrar-se” do controle religioso sobre os corpos das mulheres, o que acabou resultando em ataques contra o movimento, da parte de religiosos fundamentalistas. Porém, foi muito interessante esse caso de 2013, porque a crítica à quebra de imagens também partiu de dentro da própria Marcha, e não necessariamente das feministas católicas. Foram as feministas negras, ligadas às religiões de matriz africana que protestaram mais veemente, porque associaram a performance à violência contra os terreiros, à quebra de imagens associada à intolerância religiosas. Elas disseram que não queriam que fizesse com os outros a mesma coisa que estavam fazendo com elas, com os terreiros. A religião surgia então como um grande desafio, como avançar na luta feminista, considerando, ao mesmo tempo que a opressão pode vir dali, mas que se você quebrar, mesmo que seja para denunciar e se libertar, você vai perder aliados. É um arranjo complicado, como é que se lida com isso. O episódio aponta para como a iconoclastia pode ser associada à linguagem da violência. A ruptura, mesmo que simbólica, tem um limite, ela pode ter contraprodução, porque ela evoca uma coisa horrorosa que está acontecendo no país.

Creio que a pergunta a ser feita é quem ganha com a polarização entre religião e mulheres? Ou entre religião afro e pentecostais? Não são as próprias mulheres, ou não são as mulheres que estão preocupadas com seus filhos que estão morrendo, a maioria delas mulheres negras, muitas pentecostais e pobres. A grande interrogação é: quem ganha com a polarização, com esse ódio que está sendo instaurado? Com a falta de reconhecimento de que o outro pode ser diferente e que nem por isso é o demônio? Quem está ganhando com isso?

Não estou querendo dizer que tudo é só um jogo de interesse e manipulação, mas estou propondo que se reconheça que há muita gente perdendo com essa polarização, e que assumir o papel de tentar construir algum tipo de ponte pode ajudar as colegas nesse momento. Na verdade, acho a expressão que a Regina vem usando muito interessante, “os coronéis da fé”. Enquanto o povo se mata de ódio, os coronéis - agora da fé - continuam mandando nesse país.



A Wania também tocou em pontos muito emocionantes, muito bonitos, ainda que tragicamente bonitos: o reconhecimento desses corpos em pedaços, dessas mães e meninas, num país que mata seus filhos e filhas dessa forma todos os dias. Além da tristeza da pandemia que nós estamos vivendo, os corpos negros estão em pedaços. Cada dia a gente vê isso de forma mais evidente, mesmo que mantendo a perplexidade e o sofrimento e às vezes sem saber muito bem o que fazer. Eu queria chamar atenção para isso, porque eu acho que tem gente ganhando com essa polarização e esse sofrimento, mas não somos nós. Gostaria de terminar com esse ponto.

**Eliane Ribeiro:** Bem, como disse a Regina Novaes: o debate precisa continuar! Nós estamos aqui a quase a duas horas e meia. É uma discussão complexa, mas muito desafiadora e próxima das nossas infâncias. Demonstra que a socialização que tivemos não é facilmente anulada. Muito importante trazer nossas memórias nesse momento de polarização que estamos vivendo. As memórias vão vindo e ajudam a reflexão.

**Kamilla Eulálio:** Aqui na Baixada Fluminense, periferia da cidade do Rio de Janeiro, eu percebi uma mudança de estratégia para dar doces, agora dão no Dia das Crianças porque todo mundo parou de pegar doce de São Cosme e Damião. Porque o Dia das Crianças não vincularia com um determinado campo religioso. Isso porque a gente está num lugar onde as religiões evangélicas estão muito fortes.

**Renata Menezes:** É uma estratégia de negociação, mas no fundo eu acho triste, porque você achar que o doce pode te fazer mal é muito triste, por um lado.

**Wania Sant'Ana:** Eu quero agradecer a todas vocês. Foi muito bom e eu acho esse debate necessário. A gente faz trabalho na nossa comunidade. Ile Iemolu e Oxum é uma comunidade de axé comprometida com a luta contra a violência e pelo empoderamento das mulheres. O trabalho social é muito concreto e muito forte, a gente é inspirada por mulheres e a gente parte do princípio que mulheres de axé fazem

conhecimento. Essa é a grande filosofia de Mãe Meninazinha, a gente aprende a cozinhar e vira cozinheira, a gente aprende a costurar, nós somos excelentes artesãs, excelentes costureiras. A gente entende o espaço de terreiro como um espaço de terreiro objetivo das mulheres e é um saber feminino e, por isso, eu acho que é um espaço feminista, porque o saber do sagrado é transmitido para homens e para as mulheres, mas é, sobretudo entre nós mulheres. Então, eu não posso ver uma expressão mais bonita do feminismo que é uma mulher ensinar a outra mulher a ocupar o lugar que ela tem que ocupar, esse lugar de responsabilidade. A gente se ajuda entre nós, nós somos irmãs de verdade

**Nilda Negreiros:** Eu também queria agradecer mesmo! Foi muito bom, realmente muitas interrogações e, acho que vai ficar, já fiquei imaginando o capítulo, para pensar.

**Eliane Ribeiro:** Muito obrigada as quatro autoras desse capítulo. Em nome da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, a Unirio, queremos agradecer a participação de vocês, o debate, a divisão de conhecimento com a nossa comunidade. Penso que esse tema tem crescido no Brasil e, sem dúvida, pode estar em desenvolvimento um campo próprio de estudos da religião na relação com os Feminismos. Vamos em frente compartilhando achados e mais perguntas, chamando mais gente para a conversa como essa, visando sempre qualificar demandas que façam diferença na vida das mulheres brasileiras. As religiões, como uma das mais importantes manifestações culturais de qualquer povo, devem se alinhar na promoção da igualdade racial e de gênero, ponto essencial de um Estado laico e de uma sociedade democrática.

A maior parte dos estudos sobre mulheres está centrada em experiências com mulheres adultas. No entanto, nos últimos anos, a juventude tem se mostrado um importante ator social, nomeadamente as jovens mulheres, que, com novas formas de se colocar no mundo, têm deslocado os **modos clássicos de participação política** e exercido um papel de destaque no enfrentamento de violências e discriminações às quais estão submetidas. Na roda de conversa **“juventude e política: mulheres na luta”**<sup>1</sup>, realizada de forma remota no dia 02 de setembro de 2020, Alana Oliveira e Leilane Andrade revelam um ativismo diferente, com novos sujeitos, novos temas, novas questões: os chamados coletivos de mulheres jovens.

## **Jovens mulheres em coletivos: nada será como antes<sup>2</sup>**

*Alana Oliveira  
Kamila Eulálio (curadora)  
Leilane Andrade*

*“Conectados globalmente, coletivos juvenis operam localmente a partir das singularidades dos seus territórios. No contexto atual, é impossível falar em ativismo sem considerar as jovens mulheres”.*

Regina Novaes<sup>3</sup>

**Eliane Ribeiro:** Gostaríamos de saudar as jovens mulheres participantes dessa roda de conversa que se propõe a discutir o tema **“Juventude e Política: Mulheres na Luta”**, Alana Oliveira e Leilane Andrade. E um agradecimento especial à Kamila Eulálio, nossa bolsista da pós-graduação, que organizou essa roda.

**Wania Sant’Anna:** Estou muito feliz de vocês estarem conosco aqui, sem dúvida a atuação das mulheres jovens tem feito uma diferença extraordinária para pensar o país. Estamos juntas na luta.

<sup>1</sup> A Roda foi conduzida pelas Professoras Eliane Ribeiro, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — UNIRIO, Wania Sant’Anna e Nilda Negreiros, da Associação para Gestão e Políticas Públicas — AGPP.

<sup>2</sup> “Nada será como antes” é uma expressão cunhada pela Professora Dra. Regina Novaes.

<sup>3</sup> A Professora Dra. Regina Novaes é antropóloga, professora-visitante do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Pesquisadora do CNPq, desenvolve estudos sobre juventude, ativismos políticos e cultura religiosa.

**Nilda Negreiros:** Faço parte da equipe da AGPP, que é uma organização da sociedade civil, parceira da UNIRIO nesse projeto. Acredito que hoje seja mais um dia de emoção, muito obrigada e um bom trabalho para todas nós.

**Kamila Eulálio:** Bom dia a todas, eu estou muito feliz dessa roda de conversa estar acontecendo. Pensamos em trazer mulheres, jovens mulheres, que estivessem atuantes dentro de coletivos para falar um pouco sobre essa atualização e para falar um pouco também como é ser jovem e estar dentro de um coletivo que preza pelo desenvolvimento da sociedade. Eu estou muito feliz de estar aqui e da professora Eliane me pedir para organizar essa roda.

**Eliane Ribeiro:** Eu gostaria de apresentar as nossas duas participantes presentes: Leilane Andrade, nascida e criada no Complexo da Maré, um conjunto de favelas no Rio de Janeiro, faz pedagogia na UERJ e é estudante cotista. Faz parte do Coletivo *Resistência Lésbica* da Maré e da *União da Juventude Socialista*. Alana Oliveira é graduanda em licenciatura por Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO) e também graduanda em jornalismo pela Estácio de Sá. É coordenadora do coletivo *Vascaínas Contra o Assédio* e militante do *Movimento Esquerda Socialista*. O interessante aqui para ser destacado é a atualidade desse ativismo que está expressa nos coletivos, que tem crescido muito, sobretudo, entre jovens, e na chave gênero e raça.

Para começar eu gostaria de lembrar que acabamos de completar sete anos da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude. A Lei que estabelece o Estatuto da Juventude faz com que o Estado brasileiro reconheça o papel estratégico da juventude no desenvolvimento do país. Contudo, o estatuto ainda é muito pouco conhecido e precisa ser discutido em nossa sociedade na perspectiva de ampliação e de garantia de que os jovens sejam tratados como sujeitos de direitos, especialmente, o direito à diversidade e à igualdade. De

início, gostaríamos de convidar a Kamila Eulalio para conduzir a roda, nossa representante jovem. Gostaríamos que falassem um pouco como chegaram a esse tipo de engajamento.

**Alana Oliveira:** Bom dia, sou Alana Oliveira. Desde criança eu sou muito vascaína<sup>4</sup>. E eu tinha muita dificuldade porque minha mãe morria de medo, fui crescendo e minha mãe só me deixava ir ao campo de futebol (Maracanã etc.) se fosse com algum homem ou algo assim. Conforme fui crescendo, observei que realmente é um ambiente muito hostil para as mulheres e fui entendendo o medo em assistir uma partida de futebol. Há dois anos, com um grupo de amigas, começamos a nos organizar para tentar entender melhor e consegui mudar essa realidade. A partir das nossas discussões e do desejo de estar presente nos estádios de futebol, criamos o coletivo *Vascaínas Contra o Assédio*<sup>5</sup>. O nosso objetivo é que, por meio de campanhas, se consiga conscientizar melhor sobre isso, principalmente, que já existem várias regras, várias leis dentro do estádio que punem o assédio feminino, só que não são divulgadas. E quando acontece alguma coisa, a gente não sabe muito bem como agir, como proceder. Então, estamos tentando sempre divulgar. E uma coisa que eu acho que é nossa principal ação é recrutar as mulheres para irmos juntas para os estádios. Cada uma vem de uma Zona da cidade do Rio de Janeiro, tentamos organizar a ida, encontros nas estações de metrô e nas estações de trem, para não deixar as mulheres virem sozinhas, serem assediadas e assim se afastarem do meio futebolístico. Nos jogos nos acostumamos a assistir todas juntas, que foi uma forma que encontramos de minimizar o assédio e as situações desagradáveis. Temos várias ações, como a entrega do “machistômetro” para conscientizar sobre isso. Quando tem, por exemplo, o caso de um goleiro que bateu na mulher, aconteceu recentemente,

---

<sup>4</sup> Club de Regatas Vasco da Gama é uma entidade sociopoliésportiva brasileira com sede na cidade do Rio de Janeiro, que tem uma das equipes de futebol mais importantes do Brasil, com número expressivo de torcedores.

<sup>5</sup> Coletivo composto por mulheres vascaínas e idealizadoras de campanhas contra o assédio nas arquibancadas do campo de futebol. Disponível em: <https://www.facebook.com/vascainascontraoassedio/>

tentamos, através do nosso Clube de futebol ter contato com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), ter contato com as instituições representativas e denunciar: “*não, isso está errado*”; “*por que esse jogador continua atuando no futebol?*”; “*por que esse jogador continua sendo ídolo para muita gente?*”. Daí nos encontramos por meio do ativismo da juventude, todas nós, na coordenação, temos entre 20 e 30 anos, e temos procurado conscientizar mulheres mais velhas. Algumas, quando encontram com a gente falam “*Já tem 20 anos que eu não ia em um estádio de futebol*” e respondemos “*Não, esse lugar também é seu, vem ocupar a arquibancada com a gente*”. Então, esses dois anos foram muito bons, começamos de fato a ver uma transformação na arquibancada. Em São Januário, que é o lugar do Vasco, que é a casa do Vasco, o estádio do Vasco, conseguimos ver nitidamente nosso trabalho nesse tempo. Tanto que temos contato com a diretoria, para conseguirmos um acesso melhor, para conseguirmos reclamar caso aconteça alguma coisa. Ter de fato alguma assistência da Grupamento Especial de Policiamento em Estádios (GEPI), que é a polícia de futebol, caso aconteça um dos inúmeros casos de assédio. O intuito é nos ajudar, hoje nosso grupo do *Facebook* tem mais de duas mil mulheres, conseguimos ajudar bastante, numa dimensão que não imaginávamos quando criamos o movimento. Agora, no isolamento social, a gente tem tentado fazer campanha mesmo que pela *internet* para mostrar que quando voltar o público, quando tudo estiver normal, a gente vai se manter e agora se unir cada vez mais. Afrouxar essa distância entre a gente para que quando volte a gente consiga ter essa união feminina na arquibancada, para nos proteger e resguardar. E é isso, gente, obrigado por ouvirem.

**Leilane Andrade:** Vou começar a falar. Oi, gente, eu sou Leilane e, como vocês sabem, sou estudante de Pedagogia, nascida e criada no Complexo da Maré. Eu, durante muito tempo, passei por muita desigualdade dentro de casa e dentro do Complexo da Maré em relação à minha família, em relação à aceitação, em relação às minhas lutas e ser sempre ativa e perguntando sempre por que certas coisas ocorriam. E sempre fui muito estudiosa, sempre lutei para conse-

guir estudar no lugar que eu achava que seria bom para mim. Porque dentro do ambiente escolar sempre foi muito complicado para eu ter amigos e também entender, fazer parte de algum grupo e socializar com os professores. E eu comecei a frequentar o CEASM<sup>6</sup>, comecei a frequentar os lugares da Maré, em que tinham pessoas como eu e que entendiam essa minha luta. Foi então que eu consegui entrar na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Hoje eu estou no terceiro período de Pedagogia, é uma coisa que eu sempre lutei para fazer, sempre batalhei muito para realizar esse sonho, essa conquista. Hoje eu sou a primeira mulher negra da minha família que frequenta uma Universidade Pública e eu tenho muito orgulho disso. Mas também foi a partir daí que a minha vida começou a dar uma reviravolta e começaram a surgir problemas que eu nem imaginava que, como mulher, teria de passar. Apesar da minha família ter tido muito orgulho, eu ainda tive muito desses problemas, fora a agressão e a não aceitação como mulher lésbica também. E aí a partir do momento que eu entrei na UERJ, que eu comecei a interagir, que eu comecei a fazer parte do movimento estudantil, juvenil. Eu não sou muito atuante na área, mas foi a partir daí que eu comecei a entender melhor os meus direitos. Porque eu não entendi porque que na Maré eu não conhecia nenhum coletivo que fizesse essa luta, que protegesse realmente as mulheres. Porque existem muitas mulheres lésbicas na Maré que passam pela mesma situação. Lésbicas e Bi, sabe? Assim como homens gays também. Comecei a pesquisar e depois de um tempo, na UERJ, conheci outras meninas que também moram no Complexo da Maré e que passaram pelo mesmo processo que eu. E foi a partir daí que comecei a ter mais contato no Complexo da Maré e conheci o *Coletivo de Resistência Lésbica*. Hoje eu faço parte também do coletivo da Maré e a gente vem atuando firmemente no território para proteger, dar apoio emocional, apoio financeiro, ajudando com cesta básica. A gente agora vai estar organizando para conseguir uma doação de cestas básicas e de produtos de mamãe/bebê para distribuir lá pelo Complexo da

---

<sup>6</sup> O Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) é uma organização não governamental localizada no conjunto de favelas da Maré, Rio de Janeiro.

Maré, vamos fazer esse repasse, a doação chegou ontem se eu não me engano, só falta ainda organizar as datas para poder fazer a distribuição. A gente está sempre presentes nos projetos, nos projetos juvenis que tem dentro da Maré. Nos projetos do Museu da Maré, do CEASM, sempre nessa atividade. E vendo como as mulheres da Maré sofrem, quanto mais os dias vão passando mais elas sofrem. E é muito complicado você ser lésbica, você ser negra dentro do Complexo da Maré, as coisas ficam um pouco mais inviáveis para gente. E é isso: a gente está atuante na luta e fazendo o possível para poder dar as mãos.

**Wania Sant'Anna:** Sinceramente, todas vocês se lançaram a desafios incríveis e diferentes. Duas frentes diferentes. E eu tenho uma pergunta para Alana: **as outras torcidas, como as outras torcidas viram essa iniciativa de vocês do Vasco?** Essa é a primeira pergunta. Você já falou de que você tem tido apoio do time, do Vasco, **queria que você pudesse falar um pouco se desde o início houve um grau de aceitação do Vasco ou distanciamento?** Vou dizer também que eu tenho uma filha super vascaína e que frequenta estádio, que frequenta o São Januário — sou flamenguista, mas ela seguiu o avô que é super vacaíno — e estou aqui lamentando por não poder ficar até o final da roda.

E também, a outra pergunta que eu vou deixar aqui para a nossa Leilane. **Quais são e quais foram as resistências que vocês têm passado?** Porque realmente a Maré é um território com muitos grupos atuantes, com grupos de juventudes. Enfim, é uma comunidade que a gente pode realmente dizer que realmente se organiza, no sentido de muito trabalho e muita gente se congregando em muitos sentidos. Queria que você falasse um pouco de como foram essas dificuldades mais objetivas, porque você diz que foram dificuldades. Eu vou ficar com vocês mais uns 15 minutos.

**Alana Oliveira:** Vamos, posso começar respondendo. Então, obrigada pelas perguntas. Em relação à diretoria do Vasco, a gente no início teve uma aceitação muito grande, só que agora a gente vai di-



zer que vai ter relação mais complicada. A gente teve alguns problemas porque a começamos a crescer muito e a diretoria queria tomar o nosso movimento como se fosse uma ação deles, mas não queríamos institucionalizar nosso movimento, porque não queríamos capitalizar ele. Como foi alguma coisa que fez todas nós sofrerem muito, não queremos monetizar isso. Então, a gente teve algumas discrepâncias com a diretoria nisso, com não querer institucionalizar. A gente se fala, sim, mas não é uma relação tão boa quanto a gente esperava que fosse.

Em relação as outras torcidas, o *Vascaínas Contra o Assédio* foi o primeiro grande movimento de arquibancada, logo depois tiveram vários outros, principalmente o *Verdonas*, que é do Palmeiras. O movimento está enorme e, hoje em dia, a gente tem um contato muito bom. Temos um grupo com o Brasil todo, com todos os times do brasileirão, que tem essa parte feminina da arquibancada, temos encontros, todas nós juntas, quando tem jogo fora do Rio ou em outro lugar a gente se encontra, debate, faz reuniões, vê como está a situação nos outros estados. Principalmente para compartilhar sobre nossas campanhas, ver o que deu mais certo em algum lugar e reproduzir em outro. E aqui no Rio tem crescido muito, é uma coisa que eu acho um pouco chata, que hoje em dia tem vários grupos femininos no mesmo time não é uma coisa tão unificada como a gente conseguiu fazer dentro do Vasco, mas ainda sim, é muito legal velho quanto está crescendo. Como a gente acaba tendo uma visibilidade maior por já ter jogado nesse meio a um tempo. Muita gente manda mensagem para as redes sociais falando: “E aí como foi isso? Como começar? Quais campanhas vocês fazem, para de fato conseguir serem ouvidas?” Porque no início era como eu falei, o estádio é um território muito hostil para as mulheres. Então, no início a gente ia fazer campanha e distribuía coisas, no carnaval, por exemplo, a gente distribuía ventarola, que muitos políticos também distribuem, e batiam na gente com a ventarola. E já aconteceu de pessoas falarem: “*Nossa, mas você é feia, por que você está lutando pelo assédio? Ninguém vai assediar você*”. Ou então, “*Nossa, você fazendo campanha com esse short, claro que vão te assediar*”. Então, mesmo a gente unida continuava sendo uma coisa bizarra, a gente teve que se fortalecer muito

psicologicamente, inclusive tem psicólogas no grupo, para não se deixar abalar com tudo isso. Porque o assédio não parou, a gente que se fortaleceu para conseguir lidar melhor com as situações e conseguir se firmar. Esse ano é ano de campanha dentro do Vasco, acho importante a gente falar que, embora nossa relação com a diretoria atual não seja muito boa, a gente conseguiu fazer uma *live* com todos os “partidos” que vão se jogar, produzimos uma cartilha com todas as torcedoras que têm contato com a gente, entregamos para todos os grupos e falamos “*Olha, essas são as nossas reivindicações, embora a gente seja suprapartidária, a gente não vai fazer campanha para ninguém, mas caso você queira nos ouvir, temos essa a cartilha falando como achamos que tudo pode melhorar e não é uma coisas que tiramos do nada, é um trabalho que a gente vem fazendo há dois anos, conversando com as mulheres, fazendo as nossas pesquisas, para como de fato você pode ajudar a gente*”. Temos um viés de que a nossa relação com a nova diretoria pode ser muito boa. Até porque nós fizemos inúmeras entrevistas, então todos sabem bastante como é o nosso posicionamento dentro da arquibancada, então se a nova diretoria estiver disposta a ter um diálogo com a gente, já deixamos claro que estamos abertas para isso. E é isso. Espero ter respondido bem as perguntas.

**Leilane Andrade:** É, então, eu falei sobre o *Coletivo Resistência Lésbica* que eu faço parte hoje, que é justamente o coletivo que está sempre atuando em toda a área da Maré, para ver, para englobar as mulheres junto da gente e fornecer esse auxílio, esse auxílio que a gente tanto precisa. Em questão de ter que fornecer uma alimentação, cesta básica ou então um auxílio de outros tipos, quando a gente sabe de umas entrevistas de emprego, por exemplo, de inscrições para as mulheres conseguirem emprego, aí a gente envia e manda. E agora a gente vai começar a receber doações de cestas básicas e vai distribuir pela maré. E tem outros grupos, como o *Grupo Elas, mulheres na Maré* que fazem parte — eu acho que até tem alguém aqui que faz parte — que também querem estabelecer esse contato com pessoas que são LGBT, que são lésbicas, pessoas negras, que estão numa situação vulnerável, seja psicologicamente, financeiramente ou sobre alimentação também, saúde.

**Kamila Eulalio:** Eu vou fazer a segunda pergunta, porque essa que a Wania fez já foi a primeira, e vale para as duas, tanto para a Alana quanto para a Leilane. Sabemos que a juventude nos últimos anos deixou de ser entendida apenas como uma fase, muitas vezes ignorada, para ser considerada como um grupo potente muito motivado pelos jovens que estavam em participação direta nos governos anteriores. Levando em consideração que hoje os jovens já são considerados como sujeitos de direito pelo Estatuto da Juventude, **como vocês, mulheres jovens, percebem a participação e a importância das lutas coletivas atuais, cada uma dentro dos seus próprios coletivos?**

**Alana Oliveira:** Eu acho até que eu já tinha pincelado um pouco sobre isso, nas outras respostas. Dentro do movimento, uma coisa que eu achei muito importante foi ele ter vindo de jovens, porque foi como eu falei: uma galera um pouco mais velha já tinha desistido e dado esse espaço como um espaço perdido. É como se fosse uma geração já suturada e conseguimos trazer de volta esse direito. E como vocês sempre falam de juventude não ser só de idade: juventude sendo uma característica de um modo geral. E fomos sentindo muito isso, que conseguimos trazer de volta a juventude para muitas mulheres que já tinham esse período dado como perdidos, justamente por terem sido tomados todos os espaços onde as mulheres sentiam o direito de serem jovens, digamos assim. E nosso movimento se expandindo, a gente não só conseguiu espaço nas arquibancadas, mas no nosso momento antes do jogo também, que a gente fica no bar na frente do estádio tomando uma cerveja, conversando, tendo um momento de entretenimento mais livre, é um momento principalmente quando a gente está entre mulheres, um momento feminino, que a gente pode conversar sobre nossas pautas com pessoas que entendam. Então, sobre isso, eu acho que a gente consegue trazer à tona muitas questões, porque no momento em que temos uma roda de conversa só com mulheres, acaba que ficamos mais à vontade para falar sobre assuntos pessoais, que quando são expostos, entendemos que não são tão pessoais assim, que são assuntos coletivos, que também angustiam as mulheres que estão

ao nosso redor. Então, eu vejo tudo isso com um ganho muito grande e de importância extrema, a juventude ter se levantando novamente para conseguir se reunir e conseguir tomar de volta nossos espaços.

**Kamila Eulálio:** Nossa, maravilhoso, muito bom Alana, gostei muito da sua fala e eu acho que isso que você falou é muito importante, sobre uma juventude perdida para muitas mulheres que se sentiam afastadas do movimento, sobre essas mulheres que se sentiram afastadas de dentro do estádio. Porque eu, por exemplo, sempre fiquei com muito medo de ir a um estádio sozinha. Nunca fui, nunca consegui ir no estádio para assistir um jogo do Flamengo, eu sou flamenguista, Alana sabe, e nunca consegui assistir um jogo do Flamengo, porque não tenho coragem de ir sozinha e a única vez que eu fui era um jogo extremamente aleatório e foi até em São Januário também. A relação se dá muito nesse lugar do medo do que pode acontecer com você, de o que pode ocorrer se a mulher está habitando um espaço que é normatizado como masculino.

**Nilda Negreiros:** Mas, na verdade essa coisa do medo do estádio, eu acho que de uma forma geral atinge também as famílias que vão com crianças. Porque é uma coisa que eu me lembro: quando meus filhos eram pequenos, meu marido nunca foi de frequentar muito Maracanã, mas conhecia, tinha ido já alguns jogos e ele queria levar os meninos para conhecer o Maracanã. A gente escolheu aquele jogo que não tem nenhuma expressão, naquela época ainda tinha geral, era o Maracanã antigo, 35 anos atrás, e ficamos nas cadeiras. Foi num jogo que não tinha a menor expressão, nenhuma decisão, nada, ele era fluminense, então era um jogo do fluminense e um time que ninguém conhecia, tudo por causa do receio. E aí eu me lembro do meu caçula já adolescente, “*não, não, pai, vamos, vamos, vamos*”, eles foram e saíram de casa bem cedo, mas o William foi de camisa de time, e no meio do caminho aquela coisa, aquela confusão, e meu marido ficou nervoso porque o William estava de camisa de time, então é uma coisa que não é de agora. Que fique bem claro, que esse medo não é de agora, apesar

de que agora é muito pior, porque a coisa é muito combinada, muito articulada nas redes, mas antigamente já tinha essas confusões.

**Eliane Ribeiro:** Alana, aproveitando que a Alana está aqui. **Que tipo de assédio as mulheres mais anunciam, denunciam ou colocam para vocês dentro de um estádio de futebol?**

**Alana Oliveira:** Lili, antes uma coisa. Só para pegar um ganquinho no que a Nilda estava falando, realmente muitas famílias estão afastadas e quando a gente fala de afastar criança, a gente fala diretamente de afastar mulheres. Porque as mulheres que normalmente tomam conta das crianças, a gente já conhece bem essa história. Então, toda vez que a gente fala desse perigo, é importante falar que não são famílias no geral que são afastadas, que são mulheres que mais uma vez são afastadas. A gente fez uma pesquisa que perguntava: *“Por que as pessoas não iam mais aos jogos? Por que as mulheres estavam se afastando mais de jogos?”*. E além de todo perigo ao redor e dentro do estádio, além dos horários serem tarde, a gente ouviu muito fala sobre isso, sobre o que que é ser mulher. Porque a mulher trabalha o dia inteiro e tem que arrumar a casa, então ela não tem esse tempo livre quarta-feira à noite para conseguir ir para um jogo. No jogo de domingo ela tem que estar com as crianças que não estão na creche, não estão nas escolas. Então, é importante falar: quando falamos de famílias estarem afastadas, isso também está intrinsecamente correlacionado a mulheres terem sido afastadas mais uma vez. E agora respondendo o que a Lili falou, os assédios acontecem muito normalmente na hora do gol, que tem aquela comoção geral de todo mundo se abraçar, nesse momento os homens acham que, por estarmos no momento de comemoração, eles têm direito a nos tocarem e tudo isso. E uma reclamação também que a gente tem constante são de mulheres lésbicas, mulheres que estão em um relacionamento lésbico, de ficarem com assédio moral, *“Ah, duas mulheres juntas, tanto homem aqui”* e piadinhas de pergunta sobre *ménage* ou qualquer coisa asquerosa desse tipo. E aí desde que entrou em vigor uma lei, que é da Dani

Monteiro, deputada estadual sobre assédio, sobre tudo isso, a gente começou a indagar porque as mulheres acabam não denunciando e é uma coisa muito chata porque logo depois que você sofre assédio por algum torcedor, é muito comum que você sofra outro assédio por parte da polícia, uma sucessão de indagação e ninguém acredita em você. Então, além de sofrer um assédio no início do jogo, que é algo que já estragou seu dia ali, depois ainda tem um policial te questionando por muitas coisas e aí você fica perdendo 40 minutos do seu jogo, e o ingresso não é uma coisa barata, a gente sabe o como o futebol hoje em dia está sendo uma coisa super elitista, você perde todo o seu jogo com um policial te questionando e trazendo à tona milhões de questões — e a parte da polícia é muito difícil de lidar. Porque são “*Ah, mais olha a roupa que você está?*”, “*Ah, olha isso, olha aquilo*”. E acontece muito, por exemplo, eu sempre chego muito antes nos jogos, porque eu também sou de organizada, então eu boto bandeira, boto faixa e é sempre uma correria tudo isso. Então, às vezes, eu fico de *short* e fico com *top* de malhar e com a blusa no braço com esse material, porque eu fico com muito calor, e a gente vê os olhares da polícia para a gente, como um objeto, sabe? Como um pedaço de carne e a gente fica com sentimento de medo constante. Se a polícia que está ali para te proteger, antes de ter acontecido alguma coisa, já está tratando a gente como um nada, faz a gente se sentir de fato como uma isca, sabe? E aí quando acontece alguma coisa e temos que denunciar, a partir do momento que a gente chega, antes de falar qualquer coisa, a gente percebe uns olhares assim de cima a baixo, julgando nossa roupa, sendo que estádio é um lugar muito quente e uma mulher ir de *short* para o estádio não deveria ser considerado uma coisa tão diferente assim ou então que ainda causasse todas as situações constrangedoras. E depois tudo isso é relatado para nós: que as mulheres não denunciam porque logo depois é um assédio maior ainda que a gente sofre da polícia. Então é bem difícil, isso é uma coisa que não tem muito o que se fazer, porque temos um diálogo maior com essas mulheres, mas como vamos incentivar elas a denunciar se a gente sabe disso tudo que acontece. A gente fala para denunciar por-

que a gente precisa de números. A gente precisa de números sobre isso para que a gente consiga políticas públicas. Mas, de fato, a gente sabe que é uma situação super desagradável.

**Wania Sant’Anna:** Eu queria saber também da arquibancada. Mas, eu fiquei com uma curiosidade imensa sobre o campo. **O que dizem os jogadores?** Porque ele também são parte.

**Alana Oliveira:** Ah, eu respondo agora. As jogadoras abraçam a gente da melhor forma possível. Elas seguem a gente nas redes sociais, divulgam tudo. Até porque, é uma coisa interessante a sua pergunta, que eu esqueci de falar, a gente começou a divulgar os jogos femininos, que era uma coisa que não acontecia. E a gente começou a lutar para que os jogos fossem em São Januário. Porque uma coisa que acontecia era ter jogo masculino no Domingo, então sábado o gramado vai ficar ruim e o jogo das meninas era transferido para um lugar super distante e inacessível. E um dia antes do jogo ainda estava mudando o lugar e não tinha nada certo. E a gente começou a se firmar, e falar *“Gente, o Vasco tem casa, não tem porque colocarem as meninas de São Januário para jogar num lugar inacessível”, “Não, se o Vasco tem casa, as meninas vão jogar aqui”*. Por parte das jogadoras, elas nos acolhem muito, tem uma troca muito boa. A gente consegue sentir o calor delas e temos políticas para elas que também são muito importantes. A discutimos igualdade salarial, delas jogarem em São Januário e dar visibilidade. E a gente se junta e vamos aos jogos, porque geralmente em jogos femininos só vão as famílias e por quê? Então a gente também tem o costume de puxar caravana para os jogos femininos. Aí elas também sentem que é uma via de mão dupla, elas ajudam a gente com divulgação, que são perfis que têm muitos seguidores e a gente ajuda com coisas que vão impactar nas carreiras delas. E aconteceu um caso tristíssimo, uma menina, uma jogadora, que era muito próxima da gente, que foi demitida do Vasco por viés político, por estar sempre colocando a boca para falar de como o Vasco era um ambiente completamente rude com as mulheres, e a gente se mantém aí para falar que a

gente quer que a Laina seja recontratada, ela era uma ótima jogadora e não deram nenhuma justificativa para isso, sabe? E uma coisa que eu acho muito importante falar, que passa muito despercebido de quem não é do meio do futebol, é sobre as camisas. Camisas femininas são super decotadas. E a gente começou a lutar para que a camisa feminina e masculina seja igual, que no máximo seja uma *babylook*, mas que não tenha um decote chamando atenção para os seios das jogadoras. E uma coisa que a gente via muito na televisão quando passava o momento do gol: botavam o *replay* em câmera lenta e aí apareciam as jogadoras pulando com os seios em câmera lenta, uma coisa completamente sexualizada. Começamos a lutar contra isso, e é muito legal que, como a gente foi tomando muita visibilidade, conseguimos ir na Fátima Bernardes falar sobre isso. A gente já esteve no Globo Esporte e por estarmos ganhando essa visibilidade, o clube se sente pressionado a fazer alguma coisa, então é bem legal ver uma coisa que era muito utópica para nós e ver isso sintetizado: a gente conseguindo chegar nas mídias para falar isso, ver como o clube se sente pressionado a ouvir nossas demandas. E isso é muito legal, muito gratificante.

### **Eliane Ribeiro: Alana, e os jogadores homens?**

**Alana Oliveira:** Então, não temos muita coisa ativa da parte deles. Não há nenhuma repressão por parte deles, mas também não há nada acolhedor, nenhum apoio por parte deles. Pelos jogadores da base, os jogadores que não são do profissional, a gente até consegue um acolhimento um pouco maior, porque como eles também são deixados um pouco à margem do clube, conseguimos um pouco mais de troca, porque a gente também vai a jogos, a gente também fica lá falando o quanto a base é importante, nos jogos deles também só tem família e, como a gente dá mais visibilidade para isso, eles conseguem dar um retorno bom. A gente comenta nas redes deles “*Ah, os meninos da Colina! Vamos para cima! Vamos dar visibilidade para eles!*”. Mas, para os jogadores do profissional, parece que a gente simplesmente não existe. E, talvez não seja nem uma coisa proposital deles, talvez eles, por terem muita



coisa na cabeça, não se atentem para isso, mas realmente é um *deficit* que é muito importante a gente afirmar que existe. Para se perguntar: por que ele ainda existe?

**Eliane Ribeiro:** Alana, **você sabe se existem movimentos internacionais, em outras partes?**

**Alana Oliveira:** Existe. Hoje em dia superpotências tem essa organização. Foi crescendo, principalmente na América Latina, a gente tem a Libertadores, que é o campeonato que reúne todos esses clubes, e na América Latina toda é muito hostil enquanto território para mulheres. Como a gente tem muitos jogos juntas, essas outras torcidas foram vendo faixas e companhias. Então, hoje em dia os principais clubes daqui já tem essa torcida feminina. Na Europa eu não sei dizer os clubes que têm, mas eu tenho uma organização que é como se fosse mulheres de arquibancada, que não é de um time específico mas são coletivos já para debater isso. Uma coisa importante, são as técnicas e gandulas, elas gostam muito do nosso trabalho, jornalistas também. Gandula é quem fica ali pegando a bola, na beira do campo, e que sofre muito assédio principalmente pela roupa que usam, e as jornalistas porque elas também sofrem muito assédio. Sobre as jornalistas, há casos super famosos de que já foram agarradas ao vivo. Sempre fica esse questionamento: se ao vivo, se ali no meio do campo acontece tudo isso, imagina o que não acontece quando as câmeras estão desligadas?

Então, a gente tem uma relação muito boa com isso e estamos sempre denunciando. Então, eu já falei antes nosso o acolhimento, que todas as mulheres têm contatos com a gente, então, para a gente, é uma coisa mágica, é muito bom estar junto de outras mulheres porque elas agradecem. Elas falam “*Nossa, muito importante, é fundamental que hoje em dia tenha esse movimento*”.

**Leilane Andrade:** Os jovens estão cada vez mais usando sua voz na sociedade para defender os seus direitos, seja o direito de estar estudando em uma universidade pública, seja a garantia de estar em um país democrático e igualitário, fazemos parte de uma sociedade cheia

de preconceitos e muitos deles vêm de adultos que têm o pensamento mais conservador, percebendo isso os jovens estão usando sua voz para garantir o direito à vida de todos, porque realmente é isso que acontece. Nós, jovens negros, e principalmente LGBTs, estamos morrendo a todo momento. Seja saindo para rua para lutar pelo nosso direito, de ser agredido por policiais que têm uma estrutura completamente racista e machista, então a gente acaba sendo agredido e morto por causa disso. Então, é percebendo que muitos dos nossos não estão ficando para trás, vamos dizer assim, porque a gente vai para a luta e a gente não sabe se a gente vai voltar, e é justamente para isso que a gente precisa usar a nossa voz, a gente precisa usar para falar sobre nossos direitos, porque não é só aqui no Brasil, é em todo lugar que a gente está sendo atacado.

**Kamila Eulálio:** Esses temas são tão instigantes. A gente fica aqui pensando tanto e eu ia fazer uma pergunta que acho que serve para ambas: que é **como vocês enxergam isso subjetivamente. Como a participação dentro desses grupos afetou a vida de vocês.** Como a participação, Alana, para você, dentro do *Vascaínas contra o assédio* foi importante ou como isso te afetou. E, para Leilane, como a sua participação dentro do coletivo de lésbicas lá da Maré afetou na sua vida?

**Alana Oliveira:** Sou suspeita para falar porque como disse antes, eu sou muito vascaína desde criança. Então, foi uma coisa que mudou minha vida porque mudou minha maneira de ver o mundo. A Kamila é minha amiga pessoal e ela sabe que eu sou doida pelo Vasco, tenho tatuagem do Vasco, minha casa inteira é de coisa do Vasco e saber que eu posso ser uma figura ativa dentro de São Januário é uma coisa muito importante para mim. Hoje em dia muitas mulheres me veem e veem o movimento. Como eu sou muito faltante e dou muita entrevista pelo movimento, estou sempre muito ativa nessas coisas, muitas mulheres me veem como referência dentro de São Januário. Isso é uma coisa que explode meu coração de felicidade. É muito gratificante você ver que uma coisa que era uma angústia para você se tornou isso, você

conseguir transformar sua dor em uma coisa com uma potência tão grande. Então, a subjetividade por trás disso é uma coisa muito mágica. Para além das nossas objetividades, do que fazer nos dias de jogos, tudo isso, tem a maneira como isso muda a gente, como você consegue se sentir um sujeito dentro desse espaço. É muito gratificante. Como eu sou coordenadora, temos muita demanda por entrevista. Tem muitas mulheres que fazem o TCC sobre a gente e é incrível. Você ver alguém fazendo uma coisa tão importante para a carreira dela e citar você, citar o movimento que foi você que fundou, que é você que coordena, é uma sensação de que você está fazendo algo por mulheres ao seu redor. No início era uma ideia, éramos um grupo de amigas e queríamos expandir isso, mas era um sonho. Estávamos fazendo o possível para isso, mas se não acontecesse estava tudo bem dentro da nossa realidade e ver tudo isso crescendo é uma coisa maravilhosa porque a gente se vê como potência, nós que crescemos esse tanto podemos crescer mais ainda. Hoje em dia, pensamos em jogos do brasileirão que têm forte público feminino, fazemos campanha com os dois times juntos e já conseguimos levar faixas e coisas assim. Para quem não conhece o mundo do futebol, principalmente o Vasco e torcidas banidas, é muito difícil conseguir entrar com bandeiras e faixas porque tem leis muito duras. Como o *Vascaínas contra o Assédio* não é uma torcida organizada registrada porque, inclusive, tem meninas de várias torcidas organizadas, nós somos um movimento social. No início teve muita dificuldade quanto a isso e hoje em dia já nos reconhecem enquanto movimento social e conseguimos entrar com nosso material dentro do estádio. Isso é uma coisa que pode parecer simples, mas a parte burocrática disso é muito difícil, isso é muito simbólico hoje em dia. Agora, com os estádios sem público, a gente vai um dia antes do jogo e consegue entrar lá e colocar nossa bandeira, mesmo sem estarmos lá, nossa bandeira está lá aparecendo na TV e divulgando a gente. Quando foi 8 de março, nós levamos uma faixa de 16 metros para dentro do estádio escrito "*Deixa ela torcer*". Foi um perrengue, foi no Maracanã, falaram que nossa faixa não podia ficar presa em lugar nenhum porque ela era muito grande. A gente passou o jogo todo com 40 pessoas segurando a faixa porque não podíamos

amarrar. São muitos impasses que aparecem o tempo todo. São coisas só para atrapalhar mesmo porque não têm muita justificativa e a gente se vê dando nosso jeito. Teve uma época que falaram que só podíamos ir com faixas se fossem de TNT<sup>7</sup> branco, não sei. O TNT branco, em jogos a noite, com refletor, não aparece o que está escrito, porque a luz ultrapassa. Nós conseguimos organizar entre nós mesmas para que todas fossemos com camisas pretas. Colocávamos as faixas em cima das nossas camisas e era possível ler. É a gente se reinventando o tempo todo para fazer isso dar certo. Toda vez que alguém vai perguntar sobre a subjetividade disso eu chego a ficar emocionada. Tem muito mais do que uma vascaína ali, tem muita parte de mim como Alana pessoa, com características individuais. Tem muito de mim ali e estou aqui super boba de poder trazer esse assunto à tona.

**Leilane Andrade:** Então, a minha participação no coletivo tem sido muito importante para mim. Antes eu entrar no coletivo eu já tinha passado por muitas questões que envolvem a saúde da mulher. É até um pouco difícil falar sobre isso porque o coletivo veio para me ajudar. Eu tive contato com as meninas do coletivo, que foi uma atividade de mulheres lésbicas que teve no movimento LGBT, e lá foi a primeira vez que eu pude falar da minha vida e sobre as coisas que aconteceram comigo. Foi a primeira vez que eu me senti segura para estar abrindo minha vida com um grupo de mulheres que, a princípio, eu não tinha a noção do quanto todos os problemas que eu passei, elas também passaram. Eu, ouvindo os relatos, me senti muito mais segura de falar e aprendi a importância de colocar em pauta isso. Existem muitas jovens mulheres que estão começando a passar por isso agora e não sabem o suporte que elas têm. Nós somos o suporte. Esse é ponto mais importante que me faz querer permanecer dentro do coletivo de resistência lésbica da Maré. Eu entrei em contato com as meninas em outro momento para perguntar se elas conheciam alguma psicóloga que fazia atendimento gratuito para me atender. Elas me atenderam super bem, eu adorei a

---

<sup>7</sup> TNT é a abreviatura de “tecido-não tecido”, um material fabricado a partir de uma liga de fibras e um polímero (polipropileno) que são unidos e colados por calor ou pressão.

receptividade e pensei em fazer parte desse coletivo porque na Maré, assim como eu, há muitas mulheres que precisam realmente dessa ajuda. Elas estão do meu lado, próximas a mim. Aprendi que, quando a gente acha que as coisas estão indo a nosso favor, elas não vão, porque a gente, nascida e criada no Complexo da Maré, vê de tudo. Eu comecei a ver dentro da minha própria casa, morando com meus pais, o quão errado eram muitas coisas que aconteciam. Meu pai tem muitos pensamentos conservadores — ele não é conservador, eu acho que tem uma diferença entre ser e ter pensamentos. Ele sempre me tratou como uma deusa dentro de casa, sempre me tratou super bem, sempre foi um ótimo pai para mim, mas a partir do momento em que eu me reconheci como mulher negra e lésbica, ele começou a me repreender e essa repreensão foi muito forte para mim porque ele chegou a me agredir. Foi a partir daí que eu percebi o quão importante é a minha voz, ela incomoda. O quão importante é eu usá-la para ajudar outras mulheres. Aí ele me expulsou de casa e foi muito dura essa época para mim. Hoje eu estou casada com uma mulher, a gente conquistou a nossa casa e é isso que eu quero para a maior parte das mulheres. A minha permanência e meu sentimento sobre fazer parte do *Coletivo de Resistência Lésbica* é você perceber as mulheres que estão passando por isso e você acolher até elas terem como se estabelecer, sabe!? É isso.

**Kamila Eulalio:** Obrigada, Leilane. Eu sou meio suspeita para falar de coletivo porque eu também faço parte de um coletivo, eu sou mãe e faço parte de um coletivo de mães universitárias. Sei o quão importante é olhar para outras mulheres e nos reconhecermos dentro delas. Isso que elas estão passando, eu também passo. É o que a Alana colocou. Muitas vezes a gente acha que é uma luta individual, mas não é, é uma luta coletiva. A gente sabe bem que dentro da juventude tem um termo muito utilizado que é o medo de sobrar. A gente, enquanto jovens, tem muito medo de ficar sobrando dentro da sociedade e de várias formas: trabalho, educação, na vida afetiva. Os jovens têm muito medo de sobrar. Eu queria saber como vocês, enquanto jovens, encaram esse conceito que é o *medo de sobrar*.

**Alana Oliveira:** Acho que de novo posso falar do estar ali. Muitas vezes tem esse medo de sobrar e na arquibancada não é só um medo de que acontecesse, não. A arquibancada é feita para a gente estar a margem. Então, é a gente se fortalecer e chegar botando o pé na porta e falando que a gente vai ficar aqui. É importante a gente falar que vai ficar e tudo que envolve isso e tudo que está por trás disso e quais são as consequências de falar que “*a gente vai ficar aqui*”. É um estudo muito grande, é sentar e pensar o que podemos fazer. Falar que vamos estar ali não é tão fácil quanto parece, não é tão bonito quanto parece, não é tão simples assim. É muito o estudo do ambiente que a gente está e porque ali é feito para a gente sobrar, como a gente pode fazer para não sobrar. A partir desse momento que a gente se põe no espaço e não se deixa ser colocada à margem, como isso pode impactar na nossa vida, o que a gente pode fazer para que não impacte de uma forma negativa, como fazer para que sejam só coisas boas. Então, eu vejo isso como um estudo muito grande do que é nossa essência ali naquele lugar.

**Leilane Andrade:** Eu sempre vejo muitos jovens, os que estão próximos a mim, mas imagino que isso aconteça com todo mundo. A questão do sobrar no geral, na sociedade, na educação, na saúde. Eu acho que é mais um sentimento, na minha visão, é uma questão de você ter onde permanecer. Assim, a gente está tão escasso de ter em casa, se sentir permanecido naquele ambiente familiar. Digo isso por mim e por primos meus e amigos que relatam isso. Eles estão sempre se perguntando, com medo de não achar alguém e acabar estando sozinho para poder realizar sonhos. Eu acho que isso é um problema muito importante que a gente tem que debater na sociedade porque são, principalmente, jovens LGBTs que acabam sofrendo uma exclusão. Por isso esse sentimento de sobrar. A exclusão de você ser negro, você não conseguir um contrato numa empresa porque é negro, você está sempre competindo com alguém que tem mais oportunidades de estudo, que tem um currículo mais acessível e também cor, gênero, sexualidade, isso influencia muito. Eu sei que isso acontece também com jovens brancos e héteros, mas isso acontece com menos frequência. Eu acho que o fato de você ter uma escassez de ter com

quem contar, de que com quem conversar principalmente nesse momento de pandemia, a gente tem que ficar trancando em casa, as pessoas estão sendo demitidas do trabalho, tem gente que não tem o que comer dentro de casa, não está conseguindo pagar as contas. Sobrar vai muito mais além. Tem gente que, realmente, não tem. Que foi expulso da casa dos pais e que está morando de favor na casa de amigos, que não consegue emprego de jeito nenhum. Eu conheço muitas pessoas que estão passando por isso. Eu acho que o sobrar que a gente tem que pensar e parar para debater é em todos os espaços, seja sobre pessoas negras que estão começando a entrar na universidade agora e não podem estudar por causa da pandemia e não tiveram experiência de ter uma aula na universidade, presencial, e estão enfrentando esse EAD que é muito difícil de se adaptar, adaptar sua vida e outras coisas. A vida toda nós, mulheres, negros e LGBTs passamos por um perigo até dentro de casa. Não é porque você tem uma família dentro de casa que eles te acolhem. Sobrar também é escasso por causa disso, porque você tem uma família, mas você não é acolhido. Então você sente faltando. Você sente que está a margem de sofrer alguma coisa ali dentro do ambiente que você deveria se sentir acolhido e protegido.

**Alana Oliveira:** Eu só queria agradecer ao espaço porque é muito importante para mim que eu consiga dar visibilidade para o *Vascaínas contra o Assédio*. Queria agradecer o convite da Kamila. É muito importante essa troca que a gente pode ter, é importante poder falar sobre isso.

**Leilane Andrade:** Acho que também não tenho muito a acrescentar. Quero agradecer o convite e dar boa sorte na publicação do *ebook*. Que tenhamos sucesso, que seja reconhecido e valorizado. Precisamos disso. Nosso trabalho importa.

**Kamila Eulalio:** Eu queria agradecer à presença de vocês, foi um espaço muito bom, mesmo com a *internet* caindo e voltando, essas coisas acontecem na *internet*. Eu queria agradecer à presença de vocês e à professora Eliane por ter me passado a incumbência de organizar essa roda.

A roda de conversa “*Discutindo sobre novas masculinidades*”<sup>8</sup> aconteceu no dia 23 de outubro de 2020, com a participação dos professores Ricardo Salztrager (curador), Daniela Murta e Maicon Cunha, da Psicologia, que têm procurado mobilizar esse tema. Na primeira etapa do projeto *Mapa em Políticas Públicas em Defesa da Mulher*, quando foi possível realizar um amplo levantamento sobre o campo em questão, nos deparamos com um debate bastante pujante, mesmo ainda com pouca presença no campo acadêmico, mas um pouco mais de força entre os movimentos sociais, em especial os de mulheres, que traz para o campo de gênero a discussão a invisibilidade de outras masculinidades, considerando, sobretudo, que a sustentação da ideia de uma masculinidade hegemônica<sup>9</sup>, colonial, baseada na dominação e no poder patriarcal traz, de forma radical, formas perversas de sofrimento humano. Apontam que romper com esses modelos baseados em imagens estereotipadas do masculino passaria, hoje, por um debate sobre distintas e plurais masculinidades. As questões trazidas pelos professores convidados, segundo eles, tomam a abordagem psicanalítica para a análise, tendo como referência básica três autores: Michael Foucault, Judith Butler e Sigmund Freud.

## Refletindo sobre masculinidades plurais no debate com as questões de gênero

Ricardo Salztrager (curador)  
Daniela Murta  
Maicon Cunha

*“Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nula”*

Judith Butler<sup>10</sup>

<sup>8</sup> A Roda foi conduzida pelas Professoras Eliane Ribeiro, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — UNIRIO, Wania Sant’Anna e Nilda Negreiros, da Associação para Gestão e Políticas Públicas — AGPP.

<sup>9</sup> CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito”. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v.21, n.1, abr.,2013, p.241-282. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2013000100014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100014&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

<sup>10</sup> BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Coleção Sujeito & História 13ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 2017.



**Eliane Ribeiro:** Primeiro gostaríamos de agradecer aos convidados, mas eu queria fazer um agradecimento especial para o professor Ricardo Salztrager pela disponibilidade dele em aceitar esse desafio de organizar essa roda de conversa, sendo o curador.

**Nilda Negreiros:** Bem, eu sou Nilda Negreiros, também sou professora, nesse momento estou coordenadora pela organização da sociedade civil, parceira da UNIRIO nesse projeto, a AGPP, Associação para a Gestão de Políticas Públicas. Agradeço imensamente pela participação de vocês e estou preparada para mais uma tarde de muito aprendizado.

**Wânia Sant'Anna:** Boa tarde a todos e todas, o meu nome é Wania Sant'Anna, sou historiadora e pesquisadora das Relações Raciais e Relações de Gênero. Também quero muito agradecer a Daniela, Maicon e Ricardo por estarem conosco, refletindo sobre um aspecto que é extremamente relevante na atualidade. E nós, concentradas que estamos em refletir sobre mulheres, direitos e violência, não podíamos deixar de trazer essa reflexão a nossas rodas de conversa. Então, eu sinceramente espero que a gente possa ter uma troca, porque novos temas com certeza sempre nos exigem isso, em particular nesse momento tão crítico da sociedade brasileira, para assuntos que a gente sabe que vieram para revolucionar o século XXI.

**Kamila Eulalio:** Olá, gente, boa tarde. Eu sou Kamila Eulalio, eu sou mestranda em Políticas Públicas de Educação, mãe da Helena que vem aqui falar junto comigo. Eu faço parte do projeto como bolsista, sou eu que faço as transcrições de todas essas *lives*.

**Eliane Ribeiro:** Agora eu queria apresentar os nossos convidados. Bom, primeiro eu queria começar pelo Ricardo Salztrager que é psicanalista, Mestre e Doutor em Teoria Psicanalítica, é professor associado do programa de pós-graduação em Memória Social da UNIRIO, é professor da Faculdade de Educação. O Ricardo trouxe para UNIRIO um debate sobre masculinidade, mas ele também trouxe um

debate sobre a questão da diversidade. Ele fez o primeiro encontro Trans da UNIRIO e o primeiro sobre diversidade. Então, o Ricardo é um grande parceiro no sentido de desnaturalizar aquilo que parece muito natural. Então, primeiro, o nosso curador hoje é o Ricardo. Eu queria apresentar Daniela Murta, que é psicóloga, Mestre e Doutora em Saúde Coletiva pelo IMS da UERJ, professora da Faculdade de Psicologia e Medicina da Universidade Estácio de Sá, coordenadora após em psicologia hospitalar da Fundação Técnico Educacional Souza Marques e apoiadora técnica da Superintendência de Atenção Psicossocial a Populações Vulneráveis na Coordenação de Equidade em Saúde e Populações Específicas da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro. E queria, por fim, apresentar o Maicon Cunha, que é Mestre e Doutor também em Teoria Psicanalítica pela UFRJ, membro do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, Diretor Clínico e Supervisor do Instituto de Estudos da Complexidade do Rio de Janeiro e professor de psicologia da Universidade Estácio de Sá. Bom, então muito obrigado pela presença de vocês.

Eu queria dizer que esse tema não foi um tema que a gente pensou de início. Foi um tema que veio com o levantamento que fizemos e com as próprias rodas, até o momento em que a gente pensou: bom, temos que fazer uma roda sobre novas masculinidades que é uma questão que está chegando e chegando muito forte. Nas rodas de mulheres a masculinidade clássica tradicional tem aparecido como um modelo de exclusão, ficou muito claro, domínio do outro na subordinação frente ao padrão patriarcal que a gente vive. Apareceu também que as novas masculinidades são produtos ou consequências do próprio feminismo. Ou seja, o movimento de mulheres leva a uma grande questão: quem é esse outro chamado homem? O que significa ser homem em nossa sociedade? Um debate muito interessante, que vincula o debate de gênero ao ganho de visibilidade das novas masculinidades, que são tão diversas e tão plurais. Então nesse sentido gostaríamos de discutir essas masculinidades, se essas masculinidades clássicas estão em crise e tudo mais. O que é ser mulher e o que é ser homem. E por isso a gente reuniu três

olhares que se alicerçam nos estudos da psicanálise. Então, muito obrigado a todos. Ricardo, é com você.

**Ricardo Salztrager:** Obrigado, Eliane, pelo convite e também à Nilda, Wania, Kamila e sua filha Helena, no seu colo. É muito bacana a gente poder valorizar essa função social da Universidade, principalmente da Universidade pública. É interessante levar para a comunidade e para o público em geral as nossas pesquisas e todos os conhecimentos que a gente produz aqui dentro. E esse é um projeto com uma função social imensa e para a gente discutir essas questões, eu trouxe Daniela e Maicon, dois amigos queridos e de referenciais teóricos parecidos com os meus. A gente vai falar aqui de Foucault, de Butler e de Freud para analisar, justamente, a questão das novas masculinidades. Geralmente, nós começamos as mesas com os convidados, mas hoje vamos fazer um pouco diferente.

Eu mesmo vou começar já que minha fala vai ser um pouco mais introdutória. Depois vou passar para o Maicon e para a Daniela. O título que pensei para a minha fala é “O homem como construção social”, o título da exposição do Maicon é “Novos Masculinos: um caminho de dúvida” e a fala da Daniela se chamará “O homem trans e as fissuras da masculinidade”.

Eu pensei em várias maneiras de introduzir o tema do homem como construção social e de falar sobre o quanto esse modelo tradicional de homem vem sendo problematizado e desconstruído na contemporaneidade. A melhor forma que encontrei foi trazer logo de cara o exemplo de um rapaz que eu conheço. Ele tem 21-23 anos e é um rapaz bissexual. Certo dia, há pouco tempo, ele apareceu namorando uma menina, de fato, completamente apaixonada por ele e ele por ela. E a história é exatamente essa e acaba exatamente aí. Os dois não se fizeram maiores problematizações a respeito da relação, ela não questionou o fato de ele ser bissexual, tampouco a possibilidade de, eventualmente, os dois entrarem em um acordo para ele também ter satisfação com homens. Sobretudo, ela não entrou no mérito de ele ser um rapaz razoavelmente “afeminado”. Simplesmente, ela se apai-

xonou por ele e não questionou a ausência ou presença de virilidade no rapaz e eu achei isso um barato. De fato, um exemplo do quanto os modelos tradicionais de gênero estão se transformando, a ponto de nenhum questionamento ou problematização ter sido feita. Eles estavam apaixonados e ponto final. E isso é algo que há cinco ou dez anos seria impossível de acontecer sem maiores problemas. Isso demonstra o quanto o modelo ideal de homem vem sendo desconstruído, o modelo tradicional de mulher vem sendo questionado e, principalmente, a concepção de que homens e mulheres foram feitos um para o outro, cada um com determinadas características e papéis na relação, ele com sua razão e ela com sua sensibilidade, ele com sua virilidade e ela com sua paixão... São novos laços sociais que vêm sendo feitos. Bom, quando a Eliane me convidou para fazer essa roda, eu pensei que seria uma oportunidade de realizar um sonho. Um sonho que até pouco tempo atrás me dava medo de confessar que o tinha. É o seguinte: a Judith Butler tem um livro chamado *Problemas de gênero*<sup>11</sup>, seu primeiro e mais conhecido livro, no qual ela vai problematizar toda a construção social idealizatória e moralizante a respeito da mulher. O objetivo do livro é demonstrar, de forma crítica, como se deu a construção social da mulher, é claro, mas sempre que a lia, eu pensava na possibilidade de fazer a mesma demonstração crítica a respeito do conceito de homem. Os mesmos questionamentos, a mesma problematização, a mesma tentativa de desconstrução, e é sobre isso que eu vou falar um pouquinho.

Assim como a Butler vê a mulher como uma construção social, normativa e ideal, eu pretendo falar do homem também enquanto uma construção normativa, idealizada, de cunho social e discursivo. No livro, ela traz como pergunta central: o que é a mulher? Como a mulher é conceituada? E, assim, parte justamente da impossibilidade, da total impossibilidade de definir o que é a mulher. Isto porque não há nada, nenhuma característica, nenhum atributo que as mulheres possuam em comum. Então, ela vai problematizar certo feminismo de até então, um feminismo fortemente embasado na categoria identitária de mulher para falar da própria impossibilidade de se conceituar o que é a

<sup>11</sup> BUTLER, J. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

mulher. E fora que ela não está falando exatamente da diferença que há entre as mulheres ocidentais e mulheres islâmicas, por exemplo, ou entre as mulheres ricas e as mulheres pobres... Ela vai mais além e traz à tona a própria impossibilidade de se definir um sujeito enquanto “mulher” porque, além das mulheres se diferenciarem entre si, cada mulher, ao longo da sua existência, vai se diferenciando de si própria. Isto torna inviável uma definição ou algo da ordem de uma representação ligada ao domínio identitário. Então, partindo de Butler, eu também queria perguntar “*o que é o homem?*”. Me digam uma — apenas uma — característica que todos os homens possuem em comum. Com efeito, é impossível definir e representar o que é o homem. E não só porque todos os homens são diferentes entre si, mas também porque cada homem se difere de si próprio conforme vai vivendo e experienciando coisas novas. Butler pergunta: “*será que há uma natureza feminina? Ou será que a própria ideia de natureza já é em si uma construção discursiva e social? Será que há uma natureza biológica da mulher? Ou será que foi a sociedade quem construiu a ideia de que há uma natureza feminina? A mulher é um produto discursivo? A mulher é uma produção social? Há uma essência eminentemente feminina? Há uma verdade a respeito da mulher?*”. Ou será que “ser mulher” corresponde a um ato que ela chama de performativo? Segundo a autora, conforme os sujeitos que se definem enquanto “mulheres” vão vivendo enquanto “mulheres”, seus gêneros vão se construindo como se dissessem respeito a algo natural. Deste modo, não haveria nenhuma essência feminina, não haveria nenhuma verdade a respeito da mulher, ou pelo menos, nenhuma verdade absoluta. O que há são verdades que vão sendo produzidas conforme as pessoas vão performando algo que, em si, não se liga a qualquer tipo de essência. Trata-se, no domínio dos gêneros, de algo da ordem — como Foucault<sup>12</sup> coloca — de construções discursivas que funcionam como verdades (embora não o sejam), mas que possuem “efeitos de verdade” sobre a sociedade. E enquanto promotoras desses “efeitos de verdades”, é claro, tais construções discursivas vão atingindo ao corpo social inteiro. Mas é importante ressaltar que jamais se trataria aqui de uma verdade liga-

<sup>12</sup> FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

da à essência ou à natureza... E daí, conforme lia Butler, eu ficava me perguntando também em relação ao conceito de homem: será que há uma natureza masculina ou será que o homem também é uma construção social e discursiva? Será que nós somos efetivamente homens ou será que aprendemos a ser homem, sem nunca o conseguir plenamente? Com efeito, ser homem também pode ser um ato performativo e é muito comum a gente ver isso acontecendo: alguém que se intitula “homem” encontra na rua um grupo de cinco amigos e começa a performatizar o gênero masculino, ou seja, isso que se entende por “homem” ou o que se representa como “homem”. Ele começa a falar sobre mulheres, sobre o quão garanhão ele é, fala também de futebol e passa a assumir uma postura viril. E, enquanto psicanalista, eu queria destacar o sofrimento que isso pode trazer a este sujeito. Porque também há uma representação social que preconiza que o homem não sofre. E eu acho que está na hora de perguntarmos o quanto que “ser homem” é um ato performativo que traz sofrimento. Tentar se constituir e vivenciar o tempo inteiro um modelo ideal de homem sem nunca conseguir gera um sofrimento muito contundente. E por quê? Porque essa categoria de homem, assim como a de mulher, é, ao mesmo tempo, normativa e excludente. Butler, ainda com base em Foucault, coloca que há um modelo de “mulher normal” e que, conseqüentemente, todas as mulheres que escapam a esse modelo são tidas como “anormais”. Então, essa categoria de mulher, essa categoria identitária de mulher, é excludente. Ela exclui de seus domínios tudo o que não diz respeito a esse modelo ideal de “mulher”. E o mesmo se dá com a categoria de “homem”. A gente tem o homem normal: provedor, forte, garanhão, racional, que vive para trabalhar, que conversa sobre “coisas de homem”, que sempre amou “brincadeiras de meninos”, que sempre gostou de vestir azul e, assim, cabe perguntar: existe esse homem? Talvez o que exista são vários sujeitos que se identificam com o sexo masculino tentando ser esse homem ideal, porém sem nunca conseguir. E mais: Butler fala, no caso das mulheres, de uma coerência necessária entre o que há na ordem do sexo, na ordem do gênero e na ordem do desejo, isso em referência à ideia de que o sexo biológico determina o

gênero “mulher” e, conseqüentemente, um desejo heterossexual. Assim, toda mulher que escapa a essa coerência, coerência ligada ao domínio que ela nomeia de “heterossexualidade compulsória”, é tida como “anormal”. E, neste sentido, podemos colocar isso também em relação aos homens. A gente vive em uma sociedade que construiu para si a ideia de que o sexo biológico faz necessariamente originar o gênero masculino, assim como o desejo heterossexual. Por este viés, todo mundo que escapa a essa regra é tido como “anormal”, ou seja, no final das contas todos os homens do mundo seriam “anormais”. E é por isso que eu acho necessária essa desconstrução do que se entende por “masculinidade”, algo ligado a um modelo ideal de homem, um modelo que vai ser intimamente procurado por todos os homens sem nunca ser achado. E aí a gente se pergunta: será que existe um homem normal? Será que há qualquer tipo de coerência interna a essa identidade masculina? Ou será que sempre que eu me comporto como homem — e esse que é grande barato porque é aí que entra Freud<sup>13</sup> —, sempre que eu tento me identificar como homem, acaba sobrando um resto? Um resto que vai atordoar qualquer um que pretenda ser “homem”, um resto que vai se presentificar o tempo inteiro quanto mais a gente tenta “ser homem”. Por quê? Ora, porque, por exemplo, eu só posso me dizer racional, eu só posso me comportar como racional, se eu deixar de fora de mim toda a questão da sensibilidade. E essa sensibilidade recalcada não vai me deixar em paz. Vai se presentificar o tempo inteiro quanto maior for a minha pretensão de ser um “homem racional”. Todo mundo aqui conhece homem e sabe que é verdade que homem não chora. Efetivamente, homem não chora, homem esperneia, homem parece criança quando chora, se debate, agita braços, pernas e fica completamente descontrolado. E tudo isso talvez por conta dessa sensibilidade negada, que quanto mais negada mais tentará se fazer presente, até que finalmente o invade provocando o esperneio. Outro exemplo: um homem só pode se dizer forte, só pode atuar ou se representar enquanto forte a partir do momento que deixa de lado toda a

---

<sup>13</sup> FREUD, S. O “estranho”. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, v.17. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

sua fraqueza. Fraqueza que vai então se constituir enquanto “resto”. Fraqueza que não vai deixá-lo em paz e que vai incisivamente insistir em se mostra. Assim, nos momentos em que ele mais exigir de si a força, nos instantes em que lhe será necessário provar que é forte, essa fraqueza negada vai se presentificar atrapalhando-o e até mesmo o deixando em situações esdrúxulas. Enfim, é uma questão psicanalítica, algo que também se faz presente na Butler e em Foucault e que consiste em: o que a gente faz com esse resto? Quais mudanças sociais podem ser promovidas a partir da afirmação desse resto? Esse resto que sobra da operação de “ser homem”, esse resto que sobra da operação de “ser mulher”... Butler ensina que a construção de gênero é propriamente frágil. Nós pensamos que ela existe desde sempre, mas não, é algo que foi instituído há muito pouco tempo, mas que, por ser transmitida de modo tão cristalizado, acaba sendo naturalizada pela sociedade, fazendo advir a impressão de que sempre foi assim, mulheres sempre foram assim, faz parte da natureza delas, homens sempre foram assim, faz parte da natureza deles. E então cabe refletir como é que nós, homens e mulheres “anormais” — já que se partirmos de um referencial de normalidade, todos seremos anormais — como é que vamos conseguir matar um inimigo que imaginamos “natural”, ou seja, muito mais forte do que nós? Ora, essa proposta de desnaturalização de gêneros acaba fazendo com que vejamos o inimigo como mais fraco, o que simplifica bastante a nossa luta e a torna até viável. Um inimigo que talvez esteja dentro de nós, já que somos nós que ficamos nos observando e nos examinando com o intuito de sermos “homens” ou “mulheres”. Isto porque podemos depreender da obra de Foucault<sup>14</sup> que não há ninguém no alto da torre de um panóptico ditando o que é “ser homem” ou o que é “ser mulher”. Pelo contrário, é o próprio discurso da ciência presente nas famílias, repetido entre os educadores e recorrente nas mais diversas instituições que, em um nível micro, acabam ditando as normas de gênero. Quando Foucault, principalmente nos livros *O saber psiquiátrico* e *Os anormais*, estuda a origem destas ideias de normatividade nos domínios da psiquiatria, da psicologia e dos cientistas humanos

<sup>14</sup> FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1996.



e sociais da época, a gente vê que todas estas construções identitárias a respeito da normalidade não fazem lá tanto sentido e que não surgiram de um estudo científico *strictu sensu*. Todos esses saberes foram constituídos nos séculos XVIII e XIX de forma muito pouco crítica, acabando por constituir determinado modelo do que é um “indivíduo normal”, um “menino normal”, uma “menina normal”, uma “família normal” e, assim por diante, modelos que — vale repetir — são incisivamente por nós acalentados e aos quais — até mesmo sem saber — nos esforçamos para alcançar. Por fim, acho interessante colocar o quanto o educador — já que a gente está em uma Universidade — pode ser tido, justamente, como aquele que tem a oportunidade de fazer diferente. Se a gente oferecer uma formação crítica aos nossos alunos, poderemos ver o quanto esses modelos de “ser homem” ou de “ser mulher” podem ser problematizados, desnaturalizados ou mesmo desconstruídos. E a partir daí coisas novas podem vir aparecendo, novas formas de “ser” vão surgindo, talvez não tão fundadas sobre esse pano de fundo moralizatório que envolve o que é “bom”, o que é “mau”, o que é “normal” e o que é “anormal”. Enfim, uma proposta mais questionadora, mostrando como a ideia de normatividade de gênero não faz lá muito sentido e como ela pode ser desconstruída. Assim, eu preparo o meio de campo para o Maicon e para a Daniela entrarem com a fala deles. Eu vou passar a palavra ao Maicon. Como eu disse no início, o título da fala dele é “Novos Masculinos: um caminho de dúvida”.

**Maicon Cunha:** Obrigado, Ricardo. Obrigado a todos por essa troca, por essa oportunidade, por a gente estar nessa tarde agradável aqui, pensando, trocando, refletindo, problematizando. Eu vou tentar não ser muito extenso, então vou fazer uma apresentação de alguns pontos, e que inclusive a gente pode vir a esmiuçar depois. Esta breve apresentação pretende não oferecer respostas, mas ao contrário, colocar perguntas, e quem sabe, oferecer algumas pistas que abram para mais perguntas. Digo isso a título de introdução, na intenção de fazer uma espécie de metalinguagem, haja visto que o campo do sexual pode comportar uma dimensão de determinadas certezas; certezas que in-

clusive podem incidir no debate sobre as questões sexuais, de gênero, enfim, mesmo que com uma roupagem de reconfiguração do campo.

A questão do masculino insere, nesse sentido, a necessidade de um diálogo que inscreva constantemente o registro da dúvida, dúvida que sabemos desde Descartes que confere um nível de existência. É claro que a questão de Descartes sobre a dúvida hiperbólica diz respeito a uma composição muito mais ampla, mas apenas para realçar a importância de sempre trazermos a dúvida como preciosidade às nossas problematizações. Não quero entrar aqui na questão do conceito do masculino, do que é ser homem, ou do feminino, o que é ser mulher. Muito disso já foi feito, refeito e é constantemente necessário serem os pressupostos colocados e recolocados sob múltiplos olhares e saberes. A minha fala vai aqui no sentido de questionar o masculino como figura necessária na manutenção de uma estrutura de poder, e nesse sentido, não é ao ser do masculino que me volto, mas em como essa categoria exerce uma importância na rede de composição discursiva, e que gera efeitos identitários. Nos estudos sobre gênero, o masculino resta um pouco como intocado num primeiro momento, ou como a referência, mesmo quando se deseja questionar uma superioridade masculina. Os debates em geral se colocam dentro do campo das questões femininas e feministas. Não se nasce mulher, torna-se mulher. Parece haver uma tendência a ser interrogado o ser feminino. O masculino fica como um território de bases meio que inabaláveis. Os questionamentos sobre o masculino parecem sempre vir depois. Até em termos de saúde isso se mostra desse jeito. Um debate no campo da saúde pública revela as dificuldades até de se cuidar da saúde do homem porque simplesmente o homem não chega aos locais de saúde. Teoricamente, avanços têm sido feitos, mas ainda de maneira incipiente nas teorizações, e puxo mais para o campo em que habito, a psicanálise, tratou-se inicialmente o masculino como sendo o equivalente do porte, do ter. Ter o falo, um pênis, significaria ter um tesouro muito precioso, de forma que o homem ficaria com medo de perder; a mulher teria, por sua vez, a inveja, e toda essa historinha que relaciona complexo edipiano e complexo de castração, fundamentais no pensamento

freudiano e eixo fundamental para toda a psicanálise. Essa construção teórica, inclusive, é bastante criticada por ser considerada machista. Quer dizer, aí tanto o homem quanto a mulher ficariam referidos à lógica fálica, ao ter, ao masculino, portanto. No entanto, me parece que o mais interessante é a realocação teórica conferida tanto ao feminino quanto ao masculino, não à lógica do fálico, mas na referência ao feminino como sendo originário. Se num primeiro momento a lógica fálica é predominante, há um deslocamento mais para o final da obra de Freud, quando num texto de 1932, chamado exatamente de *Feminilidade*<sup>15</sup>, ele evoca esse caráter mais primevo do feminino, no qual tanto as mulheres quanto os homens estariam submetidos. Ou melhor, toda construção de reconhecimento sexual ou identitário é sempre posterior, essa é a ideia. No início há o enigma do feminino, algo mais originário, e que acho que o pintor Gustave Courbet expressou tão bem em sua pintura “A origem do Mundo”<sup>16</sup>. Neste sentido, a interrogação que cabe é se é possível sair de uma lógica binária, que localiza como oposição o masculino e o feminino. Por essa chave interpretativa, acho que sim. Nesse sentido, o múltiplo do sexual parece ter ressonâncias nas cartografias realizadas a partir da relativização de outro binarismo: gênero e sexo. Se o início dos estudos de gênero avançou na problematização sobre gênero, o sexo enquanto categoria conceitual permanecia meio intocável, como falei a respeito do masculino. Aqui tem debates aos montes e complexos, e não cabe aqui adentrá-los. Ainda há discussões acaloradas, interessantíssimas, mas sobretudo a questão trans coloca no centro da questão sexual a necessidade de se pensá-la não ao campo do binário, mas ao campo do múltiplo. O sexual é sempre uma construção. Pensar numa naturalização somente reforça uma leitura que reincorpora o binarismo, algo que não cabe aí. Outros esforços deveriam ser feitos no sentido de pensar não a questão da sexualidade, mas das sexualidades. Existem tantas sexualidades quantas pessoas e discursividades e modos de existir forem possíveis. No en-

<sup>15</sup> FREUD, S. *Feminilidade*. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v.22. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

<sup>16</sup> COURBET, G. *A origem do mundo*. Óleo sobre tela, 46cm x 55cm. Coleção Museu de Orsay. 1866.

tanto uma determinada posição apoiada apenas em constatações naturalistas, cientificistas pode reforçar uma leitura que reduz o que é o ser do sexual ou os seres, se me permitem a brincadeira semiológica. A hermenêutica sexual não cabe na semiologia estabilizada. Senão incorremos no risco de ontologizarmos o sexual vinculando ao campo do natural, que é uma produção hermenêutica, por sua vez, por se tratar de uma produção de sentidos. Aí é preciso destacar que a ciência não pode se restringir ao discurso das ciências naturais. Essa ciência não pode se resumir à pretensão de se colocar no lugar de Deus (Deus foi morto, não foi essa a sentença de Nietzsche?), sob o risco de não ser Deus, mas o diabo. É um campo de tensões: as ciências sociais não são menores que as ciências naturais. E no interior desse cenário é preciso destacar que o interessante é lançar o destaque ao sexual como campo de produção discursiva e não natural. O natural, em essência, não é natural. A masculinidade, neste sentido, está inserida numa estrutura de poder. Ser homem, nesse sentido, é uma construção organizada para que um sistema de colonização de corpos, de mentes, de comportamentos se mantenha e se perpetue. Ser homem deve ser mais do que ter o pênis. O feminismo não pode se resumir, absolutamente, à inveja do pênis, sob o risco de o binarismo sexual ser reforçado por nossas teorizações. O múltiplo do sexual, assim, há de nos ajudar a vetorizar a importância de sustentar um outro lugar possível para o homem, esse homem dominador, violento, cheio de certezas —como afirmei no início, as certezas são sempre um conforto apenas imaginário, mas os efeitos podem ser cruéis e violentamente concretos. A violência contra as mulheres, negros, contra a população homossexual ou transexual, enfim, são uma tentativa de resistir e reagir à flexibilização do poder do patriarcado, que é em essência uma discursividade. Este homem, poderoso, viril, macho-alfa parece estar ameaçado, ou será que é o próprio sistema do patriarcado, que se utiliza dessa figura masculina, que se vê ameaçado e reage? Vemos atualmente figuras pitorescas e absurdas como Trump ou Bolsonaro. São símbolos da reação desesperada e que se impõe de forma absolutamente violenta de um capitalismo neoliberal, colonial, racista, sexista que agoniza sob a face dis-

farçada de um empoderamento das liberdades individuais, o que é absolutamente perigoso. Ser homem há de ser mais do que amar a imagem de si mesmo, o eu ideal do Bolsonaro é o Trump. Há uma libido profundamente homossexual que é reafirmada justamente pela tentativa de negá-la. Narciso morre por conta de sua própria autoimagem vangloriada e apaixonada. O capitalismo se utiliza, majoritariamente, do poder masculino como uma arma necropolítica a serviço de sua manutenção. Ouvimos que mulheres rivalizam e homens são corporativistas. Silvia Federici faz uma bela genealogia dessa história de rivalidade entre mulheres como estratégia que se iniciou na idade média e toda a história da caça às bruxas<sup>17</sup>. Ser homem não pode ser sinônimo de macho dominador, que respeita apenas outro homem, num pacto de (nem sempre) cavalheiros, pacto este que é tão tolo quanto forte; este homem ele próprio está enredado na estrutura de poder que, se por um lado, o privilegia, por outro o força a esgarçar seus ideais de masculinidade, ao qual este homem se sente aquém, e que, vamos combinar, é deveras frágil. Não é à toa a discussão atual sobre armamento civil. Longe de justificar atitudes machistas, estamos aqui tentando problematizar um *modus operandi* no qual é interessante sublinhar que apenas se torna sujeito dentro de uma determinada configuração, dentro de uma estrutura, de forma que todos são potencialmente vítimas, mas algozes e essas posições são transmutáveis. Como na leitura subversiva de Hannah Arendt<sup>18</sup>, na qual reverte a frase de Tolstói, de que tudo compreender é tudo perdoar, Hannah Arendt afirma que tudo compreender não é tudo perdoar, lembrando da banalidade do mal, e o julgamento de Eichmann em Jerusalém. E só para finalizar com um exemplo: um paciente meu me narra uma história de uma depressão. Ao longo da análise vou vendo que se trata de uma repetição da história do pai, que morreu de depressão, depois de fracasso econômico na era Collor. Ele repete a história. Podemos olhar pela perspectiva edípica. Mas acredito que transformar algo dessa dinâmi-

<sup>17</sup> FEDERICI, S. *Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais*. São Paulo: Boitempo, 2019.

<sup>18</sup> ARENDT, H. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ca efetivamente significa transpor esta historinha grega sobre a qual Freud fundou a psicanálise para o exame da estrutura de poder do capitalismo colonial, machista, racista, sexista, que retira a capacidade das pessoas de sonharem em novos mundos possíveis, novas funções, novas organizações possíveis. Ser homem nesse sentido significa ultrapassar um velho modelo rígido e sufocante. Certamente esse é um caminho de muitas dúvidas. Obrigado.

**Ricardo Salztrager:** Obrigado, Maicon, pela fala. Eu vou passar agora para Daniela Murta. A fala delatam como título “O homem trans e as fissuras da masculinidade”.

**Daniela Murta:** Bom, gente, primeiramente, boa tarde. Queria agradecer ao convite da professora Eliane Ribeiro, do professor Ricardo Salztrager, para participar dessa roda de conversa. Cumprimentar todos os colegas aqui presentes, saudar as pessoas que nos assistem e dizer que é um prazer enorme estar com todos vocês. Poder compartilhar, debater ideias sobre um assunto tão essencial na atualidade como é a questão das novas masculinidades. Este que é um assunto tão caro a mim que trabalho com as questões das desigualdades promovidas pelas questões de gênero. Colocar em pauta essas masculinidades, repensar os modelos hegemônicos, colocar em discurso as novas configurações, as possibilidades que podem se produzir, os deslocamentos potentes que existem a partir dessas discussões, para que a gente se encaminhe para uma sociedade que seja mais igualitária e menos violenta física, psíquica e moralmente. A minha proposta é trazer algumas reflexões sobre como as vivências trans e, no caso, as transmasculinidades, rompem com o modelo tradicional da masculinidade, permitem o deslocamento do que a gente define e identifica como masculino, seja nas referências anatômicas, nos estereótipos e nos desejos. A partir de uma descrição crítica sobre binarismo de gênero, universalização da cis-heteronormatividade, reiteração das normas de gênero que naturalizam um único modelo de masculinidade, eu pretendo lançar luz às potentes e contínuas fissuras que são produzidas pelas vivências trans, nas con-

cepções no caso sobre o masculino, entendendo que existe um *continuum* nos marcadores dos gêneros e que os mesmos não são definidos assim. Então, para discutir essas novas masculinidades existem alguns fatos sobre os quais precisamos nos debruçar que são as origens do que tradicionalmente é compreendido como masculinidade, na produção da diferença sexual e da necessidade de adequação dos corpos e das identidades no sistema classificatório binário cis-heterossexual, que foi forjado na modernidade. A noção de que há uma essência masculina é produto de um imperativo moral a partir da reinterpretação do corpo, que instaurou uma matriz binária-hierárquica e fundamentou uma diferença radical entre masculino e feminino. Tornou o corpo um ponto de ancoragem para o discurso cultural e definiu um lugar para os homens e para as mulheres na sociedade. Isso a partir da delimitação de estereótipos para cada um deles, homens e mulheres. Ainda que da Antiguidade até a Renascença já existisse uma hierarquia entre homens e mulheres, foi a necessidade da redefinição de papéis para manutenção da Ordem Social burguesa e para a manutenção do lugar de inferioridade da mulher em relação ao homem que os sexos masculino e feminino foram diferenciados social e culturalmente, sendo definida uma diferença natural biológica, que passou a justificar e propor inserções diferentes para cada sexo. Segundo Silvia Nunes<sup>19</sup>, a gente vai ter uma diferença de gênero na modernidade, acoplada a essa noção da diferença sexual, onde se compreendeu que cada indivíduo vai ter especificidades que vão variar de acordo com seu sexo biológico, e que vão complementar essas mesmas especificidades do sexo oposto. Nessa configuração, de uma diferença ontológica entre masculino e feminino, na qual se pressupõe que o indivíduo tem uma essência sexual que é determinada pela natureza, essa matriz binária construída no contexto político e social da modernidade também impôs um modelo de sexualidade. Segundo Foucault<sup>20</sup>, o surgimento de um dispositivo saber-poder deu origem a uma produção discursiva sobre o sexo, trouxe nor-

---

<sup>19</sup> NUNES, S. A. *O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>20</sup> FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

mas e padrões de identidade que demarcaram parâmetros de normalidade e categorias que definem as identidades sexuais. Nessa perspectiva, Foucault vai afirmar que o sexo não é um fenômeno natural, não é um atributo do corpo, assim como a heterossexualidade, mas, sim, um produto histórico, que resulta de regulações sociais. Nesse momento, se constitui na tradição ocidental moderna um discurso científico sobre o sexo, que estabeleceu normas e padrões sexuais e trouxe algumas consequências para a nossa sociedade como a psiquiatrização do prazer perverso, a problematização da homossexualidade, a ideia de que há uma coerência natural entre sexo e gênero e a construção de um modelo de masculinidade, centrado na ideia de que o homem é naturalmente pragmático, racional, forte e viril. E, na sequência disso, que ele é um sujeito universal e a mulher é o negativo dele. Tudo aquilo que fugia à norma sexual passou a ser compreendido como anormal e patológico e, através de dispositivos como a família, a igreja, a escola, o direito e a medicina, a gente teve a sedimentação de uma norma de gênero cis-heterossexista e reprodutiva, que vai conferir força, poder e o espaço público àqueles que são identificados como homens, e fragilidade, sujeição e o espaço privado ao seu negativo, que é a mulher. De acordo com Corrêa e Arán<sup>21</sup>, fenômenos constitutivos como a crise da família nuclear, monogâmica e heterossexual, a entrada da mulher no mercado de trabalho, a separação da sexualidade da reprodução e uma política de visibilidade da homossexualidade provocaram na segunda metade do século XX e XXI mudanças nas representações e práticas e identidades sexuais com um declínio da masculinidade tradicional. Esses acontecimentos, somados à visibilidade e ao reconhecimento de direitos da população LGBTI vêm produzindo deslocamentos extremamente significativos nas nossas concepções de gênero e sexualidade, que possibilitam, entre outras coisas, a emergência de novas vivências e expressões da feminilidade e da masculinidade. Apesar da óbvia relevância que foi a retirada das práticas homoeróticas dos códigos penais de diversos países, da desmedicalização da homossexual-

---

<sup>21</sup> CORRÊA, M.; ARÁN, M. "Tecnologia e normas de gênero: contribuições para o debate da bioética feminista". *Revista Bioética*, v.16, n.2, 2008, p.191-206.



lidade, do reconhecimento do casamento homoafetivo, é possível destacar como fatores que contribuíram significativamente nesse processo a apropriação médica das experiências trans e a possibilidade de modificação de Registro Civil, desatrelada de cirurgias genitais. Embora a gente tenha ainda a transexualidade e travestilidade como experiências que são revestidas pelo estigma e preconceito, que tem uma história atravessada pela patologização e pela normalização, que são operadas por uma lógica cis-normativa, é possível considerar que as vivências trans subvertem as normas de gênero e, nesse sentido, permitem um alargamento das fronteiras dos territórios de inteligibilidade, que é uma teoria trabalhada pela Butler, quando ela vai discutir os corpos que importam, os corpos inteligíveis. Enfim, quando a gente revisita a trajetória de reconhecimento das experiências trans, é possível notar que, embora essa seja uma condição que faça parte da literatura psiquiátrica desde o século XIX, a sua visibilização está atrelada à apropriação médica da transexualidade no século XX. Em consequência do surgimento de uma nova combinação entre sexo, gênero e sexualidade e da viabilidade tecnológica para mudança cirúrgica do sexo e especialmente da normatividade sexual vigente foi possível constituir um modelo de atenção para redesignação sexual que ao mesmo tempo em que evidencia os processos de reiteração de normas de gênero denota também um potencial de subversão. No que se refere à reiteração das normas de gênero, é possível destacar a patologização de vivências trans e o processo normalizador que está envolvido no acesso às tecnologias médicas para modificação corporal do sexo. A definição da transexualidade como uma síndrome clinicamente diferenciada das outras condições semelhantes, o chamado transexualismo verdadeiro, sua incorporação pela Medicina como uma categoria diagnóstica e como critério fundamental de acesso aos procedimentos para transição corporal denotam a incidência de uma matriz binária, cis-heterossexual no processo de cuidado ainda que, recentemente, a transexualidade tenha sido retirada da categoria dos transtornos mentais do CID-11, sendo definida como incongruência de gênero, e que no DSM V ela tenha retornado à sua categoria anterior que era disforia de gênero. A pressuposição de que

há uma identidade de gênero verdadeira a ser identificada, quando não é atribuída apenas às pessoas trans, como se as pessoas cis não tivessem uma identidade de gênero, necessidade de identificação e confirmação a partir desses critérios de avaliação baseados em estereótipos de masculinidade e feminilidade, tudo isso indica o quanto o acesso aos procedimentos médicos para transição de gênero, ao mesmo tempo em que conferem o reconhecimento às vivências trans, também operam como um dispositivo de reiteração da cis-normatividade, que vai impor essa coerência natural entre sexo e gênero. Ou seja, o que está em jogo é a produção de gêneros inteligíveis, através da recuperação dessa continuidade entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais. Inegavelmente, o discurso patologizado sobre as vivências trans e a lógica normalizadora que está envolvida no processo de transição de gênero produz efeitos que tanto podem se materializar na apropriação de um discurso que reitera as normas de gênero, como pode produzir variabilidade, deslocamentos e subversões do próprio dispositivo da sexualidade. Como afirma o Aran e Peixoto Júnior<sup>22</sup>, além dos corpos nunca obedecerem totalmente às normas pelas quais sua materialização se produz, a ideia de uma “verdade sobre o gênero” é uma ficção reguladora que para se sustentar necessita de uma repetição reiterativa e, nessa necessidade de repetição, que a lei reguladora pode ser reaproveitada numa repetição diferencial, que é aí onde vão ser produzidos os deslocamentos.

Enfim, considerando que as vivências trans colocam em questão, de forma radical, a insuficiência de sistema classificatório de sexo e gênero e promovem fissuras nesse sistema e nos dispositivos de regulação de gênero, é possível pensar que essas vivências, promovem um borramento das margens que delimitam a diferença sexual, bem como dos marcadores que tradicionalmente separam a masculinidade e a feminilidade. Mulheres, trans, travestis e homens trans ao mesmo tempo em que não constroem suas identidades em oposição ao binarismo de gêne-

---

<sup>22</sup> ARAN, M. & PEIXOTO JUNIOR, C. “Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler”. *Cad. Pagu*, Campinas, n.28, jun., 2007, p.129-147. Disponível em:[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332007000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: fevereiro de 2021.

ro, podem reiterar essas normas de gênero e, assim, reproduzir atitudes e desejos tipicamente masculinos e femininos, inclusive os violentos, também provocam fissuras que subvertem esses estereótipos de gênero e nos conduzem a uma resignificação do que constitui um homem e uma mulher. É possível ver isso de uma forma mais radical quando pensamos sobre as pessoas trans que se definem como não binárias e/ou que não desejam modificar completamente seus corpos, homens trans que desejam engravidar, e necessidades de saúde, que eu chamo de necessidades generificadas ou cuidados generificados, como é o caso da atenção ginecológica e os cuidados urológicos que são tradicionalmente associados ao corpo masculino. Tais construções e demandas nos confrontam com a limitação do modelo binário de gênero, como aponta Almeida<sup>23</sup>, ao equívoco de entender que a ruptura para compreensão binária das relações de gênero é uma exigência mecânica entre as pessoas trans. Do mesmo modo que é possível reconhecer homens trans que adotam um ponto de vista feminista e recusam a desigualdade de gênero, também é possível identificar homens trans que compreendem a transição de gênero como a possibilidade de acessar os privilégios concedidos, conferidos às masculinidades hegemônicas e que reproduzem atos machistas e de opressão às mulheres. Nessa medida, é possível dizer: as vivências trans produzem novas masculinidades, mas esta não é uma consequência óbvia ou natural. Em outras palavras, elas tanto podem reiterar as masculinidades hegemônicas, sem necessariamente ser um lugar radical, como produzir deslocamentos. Obrigada.

**Ricardo Salztrager:** Ótimo, Dani. É engraçado porque eu estava acostumado a discutir todas essas questões com vocês dois em mesas de bar e é a primeira vez que a gente está fazendo uma mesa com todo mundo. Adorei. São questões importantes que estão sendo trazidas para o debate.

**Eliane Ribeiro:** É bom para se pensar, como se diz nas Ciências Sociais, muita coisa interessante. Pensando sobre esse medo da nossa

---

<sup>23</sup> ALMEIDA, G. "Revisitando a aquarela das masculinidades". *Revista Cult.*, Ed. 242, 2019.

sociedade, da civilização sair do discurso da dualidade, do binarismo, da masculinidade e feminilidade. Quando se coloca tudo no plural, masculinidades, feminilidades, sexualidades, causa tanto medo de rupturas, deslocamentos, das dúvidas. Kamila, sua pergunta, por favor.

**Kamila Eulalio:** Primeiro eu quero agradecer pela fala, porque foi uma aula muito interessante, é bom para pensar, como a Eliane sempre fala. E eu fiquei pensando. Eu sou professora da educação infantil também, sei que mais cedo nós fizemos a roda sobre gênero na escola, então acho que o dia hoje está conversando muito, as rodas de conversa estão dialogando muito, e fiquei pensando em qual seria o papel do professor e da escola frente a essa socialização. Porque a gente sabe que ser mulher e ser homem é uma socialização que vem muito antes da criança nascer. Eu comecei a estudar maternidade, eu estudo maternidade dentro da Universidade e comecei a estudar maternidade porque fui mãe. E, logo assim que fui mãe, quando falei para as pessoas que estava grávida, todo mundo dizia *“Ah, você tem que comprar isso aqui rosa”*, isso aqui dessa forma, isso aqui vai ser de outra forma, se for menina não vai poder usar isso, se for menino não vai poder usar aquilo. Tem roupas que são consideradas de menino e roupas de menina, e eu nunca tive isso, nunca foi um problema. Então, eu fico pensando, **qual seria o papel do professor, qual seria o papel da escola frente a essa socialização?** Porque, como professora, eu tenho essa questão de como eu vou ensinar, como eu vou levar essas questões e como trazer tudo isso para as crianças e para os adolescentes de uma forma que não vá entrar totalmente em confronto, se é que deve entrar em confronto. Essa semana agora aconteceu uma coisa muito engraçada aqui em casa. A minha filha estava brincando, ela pegou duas bonecas *barbies* e foi brincar, aí eu perguntei *“Ah filha, o que que tá acontecendo?”* e minha filha disse: *“As barbies vão casar”*. Aí eu falei *“Ah, as barbies vão casar, elas duas, juntas?”* e ela *“É, juntas”*, aí eu falei *“Sério?”* e ela *“Sério, mãe, juntas. E elas têm muitas exigências, são noivas muito exigentes”*. Então, eu fiquei com isso na cabeça, de como a socialização às vezes pode beneficiar toda uma sociedade. Porque para mim aquilo ali nunca foi um problema, e que automaticamente vai lidando

com as coisas como se fosse tudo muito natural. Então eu queria saber um pouco do professor Ricardo o que ele acha sobre isso. Obrigada.

**Nilda Negreiros:** A minha perspectiva vai muito na mesma mão do que a Kamila falou. De manhã, na roda sobre escola, a professora Ana Paula contou sobre um pai que chegou para ela e falou que ela, como professora de Educação Física, tinha que ensinar o filho dele a jogar futebol, porque ele tinha que *aprender a ser homem*. Eu lembrei de uma amiga minha que teve um problema sério com o filho na escola, na faixa de uns 8 anos, porque ele não gostava de futebol. E os professores de Educação Física em algumas escolas têm o hábito de dividir em bimestres em práticas. E aí num bimestre é futebol, depois é basquetebol, num outro é voleibol e o menino detestava futebol. Então, a professora reprovou o menino porque as notas dele naquele bimestre foram todas muito ruins já que ele não gostava de futebol e não praticava. Ela colocava ele sentado lá e, simplesmente, não avaliava o menino, porque o menino não praticou a aula de futebol. Então, juntando tudo isso, o que a Kamila falou, juntando na escola, e aí pelo olhar de vocês, que é psicanalítico, até para entender melhor como que a gente, na escola, trabalha essas questões, como desenvolve essa temática. **Como é que se discute isso, como é que a gente trabalha isso com o professor?** Porque esse professor também tem muita questão.

**Wania Sant'Anna:** Primeiro gostaria de dizer que vocês levantaram vários aspectos, da minha perspectiva teórica tem pontos de convergências e pontos de divergências. Eu sou uma feminista marxista e, ao mesmo tempo, tenho uma inserção no pensamento de teóricos que não são de feminismo negro, *strictosensu*, embora seja uma fonte relevante. Mas os meus autores são outros autores e autores que têm muito profundamente questionado formas de percepção do ocidente. Então, isso a gente abre todo um debate. Mas, de qualquer maneira, para limitarmos a esse ponto específico eu acho que não existe dúvidas sobre o fato, e eu gostaria que vocês pudessem, se quiserem, mencionar um pouco disso que é: nós fomos construindo, na modernidade, modelos de subalterni-

zação e hierarquização e produção de valores culturais que se transformaram em valores políticos e a base da subalternação, subalternidade, está aí. Existem, de fato, sujeitos subalternizados. E esses sujeitos subalternizados se tornaram sujeitos subalternizados porque o sujeito foi capaz ou foi habilitado — gosto muito mais dessa última palavra — para exercer a subalternização de um outro ser humano. Nesse caso, aquele ser humano subalternizado caracterizado como o feminino. O feminino é subalternizado. O feminino foi profundamente subalternizado, profundamente utilizado na expansão Cristã e profundamente instrumentalizado na expansão colonial. O Brasil é construído como sociedade dessa subordinação, dessa hierarquização. E as dicotomias de subalternização estão no centro da formação cultural brasileira, inclusive dos seus binários. *Casa-grande & senzala, Sobrados e Mucambos*, só para dar alguns exemplos. Então, a pergunta é: **existe ou não existe um complexo de subordinação e hierarquização, no qual esse masculino está no topo da chamada “cadeia alimentar”?** Porque mesmo que eu diga que seja, que haja uma possibilidade das ações e das mudanças que se espera alguma coisa sobre hierarquia e subordinação, a gente vai ter que tratar. E elas são lógicas muito importantes não só das identidades, mas das relações sociais de classe que vivem sobre hierarquias, e são jogos poderosíssimos porque são as instituições, o Estado, a Igreja, a Legislação. Sendo assim, eu queria um pouco que vocês falassem, se possível, porque o debate é longo. É óbvio que as subordinações e as hierarquias mexem profundamente com as subjetividades, porque elas são amarras e vai ver que por serem valores mentais, sabe lá, produzam escolhas. E isso é profundo para a identidade do ser humano, para o processo de escolhas. Era isso que eu queria fazer um comentário.

**Eliane Ribeiro:** Eu queria pegar um gancho. Quer dizer, do ponto de vista da psicanálise é uma construção discursiva, sem dúvida nenhuma, mas é uma adição discursiva que cria sofrimentos e subjetividades. Cria muito sofrimento. Pensando na abordagem que a Daniela trouxe da questão dos trans e da tamanha violência, queria que vocês falassem um pouco sobre isso.

**Maicon Cunha:** Eu posso falar alguma coisa assim rapidamente. Agradecer novamente aqui por essa tarde agradável. Eu concordo com isso tudo colocado, porque é preciso debatermos constantemente e perpetuamente, porque isso é trazer para a cena as não essencialidades, mas essas não essencialidades são produtoras de efeitos de verdade. Isso que é complicado, porque geram padrões identitários, padrões de comportamento, padrões de mentalidade, que produzem verdades, normas, imperfeitas, visíveis e invisíveis, no sentido não daquilo que se exterioriza apenas como também do que é invisível no sentido daquilo que é uma estrutura social, ainda que gere efeitos muito visíveis, certamente. Então eu acho que é trazer para a visibilidade essas problematizações e mexer nessas estruturas discursivas, que significa mexer nas estruturas sociais. Que é o que a gente está tentando fazer aqui, agora, hoje, com a fala da Kamila, também da Nilda, da Wania, e me veio à cabeça: eu tenho um paciente que é professor e me contou, em algum momento da análise, que estuda metodologia de roda de conversa, e é alguém que tem uma profunda dificuldade de conversar. Então, ele a usa como um objeto, e em algum momento a gente evidentemente construiu sobre isso, e ele teoriza sobre, diz que era algo que lhe era difícil, a ideia de conversar. Mas isso é fabuloso, porque aí, lá pelas tantas, ele fala algo sobre isso, e eu falo: *“você vem para cá para a gente fazer uma roda de conversa; como você é útil lá no seu trabalho, não é, fulano?”*. É um professor, que é da escola pública e é gay, e aí lá pelas tantas ele fala assim: *“Hoje eu passei por uma situação curiosa. Duas meninas começam a ter um namorico lá na escola e começam a sofrer um bullying, uma hostilidade”* e aí ele fala *“eu consegui intervir”*. Porque ele se preparou, isso que é da ordem de um capital humano, ele se instrumentalizou afetivamente para poder agir, mediar e poder fazer alguma coisa numa situação complicada. Então eu acho que é isso. A gente que trabalha com capital humano, a gente precisa estar sempre em contato com os nossos pensamentos, e nossos sentimentos, nossos afetos, como forma de integrar todos esses aspectos, todas as pontas e dar um laço, e fazer com que a gente promova novas formas de estar no mundo.

**Daniela Murta:** Eu vou tentar contemplar todas as questões numa única fala. Assim, de uns tempos para cá eu tenho trabalhado muito, até em função da atividade que eu desenvolvo na Secretaria de Estado, com a ideia dos marcadores sociais da diferença. A partir do estudo desses marcadores sociais da diferença, procuro entender os efeitos da diferença e como os mesmos produzem hierarquia, subalternização. Eu tenho pensado muito que uma alternativa para que a gente promova algum deslocamento desse binarismo, porque nós estamos completamente inseridos nele, nós nos organizamos psiquicamente dessa forma porque somos produzidos por eles e tentamos produzir outros binarismos, é naturalizar a diferença. E foi muito curioso, porque essa semana eu participei de um outro debate sobre saúde da população LGBTI e quando eu falei sobre essa naturalização das diferenças, a debatedora falou assim: “nossa, que engraçado ouvir isso, porque eu que trabalho com violência sempre disse que a gente não pode naturalizar a violência”. Eu falei: “pois é, porque a gente agrega a diferença a um componente negativo, e é o que o estudo dos marcadores da diferença social propõe. O que há de simbólico ou quais os significados que são associados aquela diferença, para que você possa sair desse lugar da hierarquização, da desigualdade, da opressão. Então eu acho que uma proposta no campo da Educação, no campo da Saúde, no campo Social, efetivamente é naturalizar a diferença. É a gente partir do princípio de que sempre haverá uma diferença. E aí, pegando o que o Ricardo falou, os homens não são iguais, sejam eles cis, sejam eles trans. As mulheres não são iguais. E quando a gente adota uma perspectiva interseccional para falar disso, que vai agregando, vai articulando outros marcadores, isso se torna mais complexo ainda. Então, penso que a naturalização da diferença é um caminho. E na prática? Como é que faz isso na prática? Na lógica da não pressuposição. Eu não pressupor. Eu não pressuponho que você é heterossexual, eu não pressuponho que você é cis, eu não pressuponho que o fato de você ter a marca mulher ou homem você vai ser de uma determinada forma. Porque a gente que mexe na psique, que faz Clínica, a gente basicamente, nosso trabalho, é o manejo da expectativa. Essa pressuposição, ela vai gerando expectativas, e a expec-



tativa ela vai gerando frustrações, ela vai ela vai gerando conflitos. Então, a operacionalização disso, eu acho que dá pela não pressuposição. Assim, no processo de cuidado, no processo do ensino assim, como eu vou pressupor quem é essa menina, quem é esse menino? Ele tem que jogar futebol? Onde que está escrito aqui menino tem que gostar de futebol? Ele pode não gostar de futebol, mas ele pode gostar de vôlei, ou não gostar de jogo nenhum. É óbvio que incentivar o exercício é bom, mas eu acho que tem uma perspectiva de normatização na Educação Física. A gente sabe que fazer exercício é bom, mas faz sentido que isso valha uma nota? Você ser avaliado por isso? Nem todo mundo tem habilidade com bola, pode ser que seja outra habilidade. Pode ser artística, de outra ordem, enfim. Então, eu acho que passa um pouco por aí. A gente tem que, o tempo inteiro, colocar em pauta o que esses binarismos são e promovem de hierarquia. Porque aí eu me alinho muito com o que a Judith Butler fala sobre o corpo que importa, o corpo que a gente reconhece e o corpo que a gente não reconhece. Porque na vida prática, na vida real, isso promove vulnerabilidade. Então, quando você não reconhece aquele corpo e não confere valor a ele, você viola direitos. Existe uma violação de direitos, existe uma negação, um negligenciamento. Tanto que a gente fala muito em populações vulneráveis e eu gosto mais de falar em populações negligenciadas. Porque essas pessoas são vulnerabilizadas, elas se tornam vulneráveis por uma série de questões. Que são questões de gênero, de raça, de classe, de status social entre outras coisas. E, pegando uma carona no que o Maicon falou, eu também acho que o discurso é potência. E eu sou muito daquela linha “tem que ser visto para ser lembrado”. Se a gente não fala de um assunto, se a gente não fala da diferença, a gente não consegue criar esse processo de naturalização que eu mencionei. Então, em espaços como esse, dentro do ambiente Universitário, se a gente começa a falar disso, sobretudo na escola, a gente promove uma cultura de naturalização da diferença, que ressignifica essa diferença, e torna a diferença parte da estrutura, dessa estrutura simbólica que o Maicon falou que a gente acha que faz parte dela e que ela é natural, quando ela não é. Seria um deslocamento que a diferença permite. Mas a diferença, não

pode ser reconhecida numa perspectiva de adequá-la, como foi o caso, o exemplo que eu dei das pessoas trans. Como uma condição na qual eu reconheço a sua existência apenas porque você quer se normalizar e para você se normalizar. Basicamente é isso.

**Ricardo Salztrager:** É, eu queria responder um pouquinho, mas não vai dar para falar tudo o que eu pensei. Sem a gente combinar, acho que minha resposta será bem afinada com as de Maicon e Daniela. Bom, quanto a esse exemplo do pai que disse que o filho tem que jogar futebol para aprender a ser homem, o que ele não percebeu é que, de um modo irônico, todo mundo tem que aprender a ser homem. “Homem” não algo que a gente é, mas sim, algo que a gente aprende a ser. Não há uma essência ligada ao que é “ser homem”, a gente vai aprendendo, performatizando. E, à medida que vamos aprendendo, vamos deixando coisas desaprendidas, restos pelo caminho, restos que têm um potencial subversivo impressionante. E que escapam também, tanto ao que é “ser homem” quanto ao que é “ser mulher”. Vale também marcar que aquilo que escapa ao processo performativo de “ser homem” não é algo necessariamente ligado ao feminino, porque entre o masculino e o feminino há infinitas configurações possíveis. A pergunta da Kamila também foi um pouco parecida com a da Nilda. É o grande desafio do educador. Acho que a gente tem que partir do pressuposto de que os educadores foram um dos principais responsáveis por tudo isso que a gente está problematizando agora. Uma pedagogia completamente isenta de crítica, uma série de psicólogos da educação falando que há um “desenvolvimento normal” e um “desenvolvimento anormal”. Nós, cientistas humanos e sociais, também fomos responsáveis pela disseminação de todas essas ideias e agora cabe a nós tentar reverter esse quadro de alguma maneira. É claro que uma tradição tem que ser passada, mas talvez não algo necessariamente ligado à norma. Quem disse que disciplinar ou educar deve ser sinônimo de normatizar? Eu acho que é possível e é o grande desafio de todos nós: fazer configurar uma proposta educativa situada para além da disseminação das ideias de “normal” e de “anormal”, de “bom” e de “mau”. Há pais que não irão gostar, que irão

tirar os filhos do colégio, por exemplo. Mas isso não deve nos calar, pois acho que se existe alguém na sociedade com um grande potencial revolucionário, esse alguém é o professor. Não é à toa que as pessoas têm tanto medo da gente. Quanto à pergunta da Eliane, sim, a gente trabalha na clínica com o conceito de realidade psíquica. Freud, em linhas gerais, desde o início de seu pensamento, atendeu uma série de pessoas falando de cenas de sedução na infância. E ele percebeu que muitas dessas cenas diziam respeito a fantasias delas próprias e não à realidade em si. Com isso, Freud postulou que uma fantasia, por si só, é capaz de promover os mesmos efeitos nocivos a alguém do que uma situação efetivamente vivenciada. Daí o psicanalista trabalha nesse domínio de relativização do conceito de verdade, de modo a postular a existência de “verdades”. Para a psicanálise, a verdade não é única ou absoluta, ela é subjetiva, singular. Cada sujeito sofre em virtude das verdades que ele mesmo constrói, das fantasias que ele mesmo construiu ou que construíram para ele. E, assim, parte do processo analítico é justamente tentar efetuar certa problematização desse universo fantasístico, das verdades que o sujeito foi construindo e das fantasias que construíram sobre ele. Então, a clínica psicanalítica trabalha nessa relativização do conceito de verdade e talvez seja correto afirmar que, tal como Foucault, o psicanalista prefere fazer referência a algo que tem “efeito de verdade”, algo que o sujeito abraça como se fosse uma verdade, apesar de não o ser.

Agora, a questão da Wania é mais complexa. A Wania trouxe algumas ideias de cunho marxista e nós estamos falando de autores críticos do marxismo como Freud, Foucault e Butler. A gente pode até mesmo dizer que o Foucault construiu grande parte da teoria dele em oposição, não exatamente ao Marx, mas a certo marxismo, de modo a dizer, em pleno 68, que o poder não é repressivo. Dentro desse cenário de discussão a respeito dos movimentos minoritários há certo embate entre foucaultianos e marxistas no sentido de que Foucault critica aquilo que, talvez, é o que há de mais valioso para um marxista, que é a ideia do poder enquanto algo repressivo. E há também muita gente que pergunta porque eu abracei o Foucault. Foi pela minha história, pela minha vida, pelas minhas questões e que não necessariamente são as

mesmas da Wania ou de outros marxistas. O importante é que a gente consiga se unir nas nossas diferenças e por isso eu acho esse diálogo com autores marxistas muito frutífero porque há sempre uma tendência em encarar o autor que a gente valoriza como aquele verdadeiro, o que estaria certo e os outros errados. Então é sempre bom ouvir pesquisadores com referenciais teóricos diferentes para irmos nos repensando, inclusive porque a verdade é algo, como diria Foucault em um de seus últimos textos: “*vocês conseguem perceber que desde Platão...*”

**Wania Sant’Anna:** Mas olha só, eu sou uma leitora, eu uso o Foucault e muito. Eu sou historiadora. Mas o que estou querendo dizer é que da perspectiva de quem fala sobre colonialismo, sobre subordinações e perspectivas étnico-raciais, o que me traz na construção de uma crítica ao Capitalismo é uma crítica contundente e que nos faz muito sentido. E os processos libertários são, pelo menos na sociedade contemporânea, os deslocamentos para você deslocar sua classe social. Então, não é à toa que uma Angela Davis, com seu debate sobre gênero, classe e raça, seja tão potente ainda, quando foi escrito nos anos 70. Entende? Então, quando eu me disse marxista, talvez eu não tenha dito que eu sou uma militante do movimento negro. Agora, você sabe, há uma cultura psicanalítica e nós vivemos num país marcado por diferenças ontológicas. Aqui tem um corpo negro que, desde que foi trazido para cá, precisou ser extinto e isso traz uma complexidade extraordinária. Por isso que eu falei da subordinação, muito menos para discutir questões relacionadas ao posicionamento teórico e à reflexão sobre subordinações, hierarquias, racismo, colônia, branquitude, que agora chegaram à conclusão que existe.

**Ricardo Salztrager:** É isso, você acabou respondendo por mim. Em um dos últimos textos do Foucault, ele disse: “*Vocês percebem que, desde Platão, a gente briga pra saber quem tem razão?*”. Eu acho que há determinados fenômenos que podem ser explicados com base no poder repressivo, como você está trazendo. E eu acho viável até que haja um foucaultiano que pense também a repressão. Até porque ele não nega a ideia de subordinação, a ideia de repressão, apenas diz que as

coisas não se reduzem a isso. As relações sociais não se reduzem a isso. Há muita coisa para além de um poder que emana unicamente de cima pra baixo. O poder também pode emanar de baixo para cima, pode emanar da direita para a esquerda, da esquerda para a direita, em todas as diagonais possíveis. É um jogo de forças, um jogo de poderes e as mudanças sociais podem ser vistas dessa forma. E, sim, existe hierarquia, existe a subordinação, existe a apropriação da força, existe a repressão do corpo negro. Sim, existe. Mas também existe, para alguém que tenha o Foucault como referência, também existe muita coisa para além disso. E de repente uma resistência pode ser constituída daí.

**Maicon Cunha:** Só uma palavrinha sobre isso que você está falando. Tem um livro, na verdade um textinho que eu acho interessante do Foucault, de 1975, que chama “Nietzsche, Freud e Marx”<sup>24</sup>. Acho que é interessante demais, a leitura é rápida, e aí ele desenvolve a tese de que esses três autores (Nietzsche, Freud e Marx) são arautos do que ele chama de modernismo. Seria uma consciência crítica da modernidade. Justamente com a tese de que a metafísica caiu. Não há mais a metafísica, e esses autores são autores que colocam aí, Nietzsche, Freud e Marx, e cada um a seu modo, a dialética em um jogo, cada um dentro do seu campo. Eu acho isso fabuloso. O que não impede que esses movimentos estejam constantemente criando e reproduzindo outras ordens discursivas e de alguma forma resgatando uma ideia de origem de um Deus, de um ser que seja a causa de todas as causas e determine novas formas de subordinação de discursos. Esses fenômenos são móveis. Eu acho que dá para a gente pensar sobre isso.

**Eliane Ribeiro:** Bem, observamos aqui que essa é uma discussão bastante complexa. Nós só temos a agradecer a experiência de dialogar com três professores do campo da Psicologia, trazendo aqui interpretações a partir da abordagem psicanalítica, muito obrigada.

---

<sup>24</sup> FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, Freud, Marx*—Theatrum Philosophicum. Tradução de Jorge Lima Barreto. São Paulo: Princípio, 1997.

Em 29 de outubro de 2020, o projeto *“Diálogos sobre a Violência Contra a Mulher: Desafios e Propostas”* recebeu as ativistas Vanda Menezes, Ieda Leal e Regina Adami para um diálogo profundo e sensível sobre os processos de organização do movimento de mulheres negras no Brasil, reflexão sobre o racismo no país e visões sobre o que as mulheres negras defendem como sendo o BemViver. Foi uma tarde de memórias, vivência e reconhecimento do quanto as mulheres negras têm atuado politicamente contra a discriminação racial, o racismo. Ao final uma certeza, só haverá democracia no Brasil quando essas nossas visões e atuações públicas forem plenamente consideradas e reconhecidas. Essa foi a roda de conversa *“Mulheres negra e visões de enfrentamento ao racismo”*.

## Mulheres negras e visões de enfrentamento ao racismo

Vanda Menezes<sup>1</sup>  
Ieda Leal<sup>2</sup>  
Regina Adami<sup>3</sup>

*“O nosso feminismo é negro exatamente porque a gente luta pelo bem-estar de todos e todas, não só do nosso próprio bem-estar. O que a gente precisa para viver bem é que todos estejam bem, só assim teremos nosso tão almejado BemViver.”*

Vanda Menezes

---

<sup>1</sup> Vanda Menezes é psicóloga de formação, perita criminal aposentada. Foi a primeira Secretária Estadual da Mulher, no Estado de Alagoas, entre os anos de 2002 e 2016. Tem forte atuação de consultoria em secretarias municipais e estaduais de políticas para as mulheres e esse tem sido o caso a. Também foi coordenadora do Programa de Saúde da Mulher do Município de Alagoas. Foi assessora parlamentar para questões relacionadas a gênero e raça no mandato da Deputada Federal Celia Rocha (2010-2012) e atuou como consultora da Petrobras Distribuidora na implementação das Unidades Móveis de Treinamento, na temática de enfrentamento à violência doméstica e familiar. Vanda tem se dedicado, particularmente, às atividades de formação e capacitação de gestores públicos das áreas de saúde e assistência social. Na atualidade é psicóloga do município de Teotônio Vilela (Alagoas), coordenando o Programa de Saúde da Mulher na Secretaria Municipal de Saúde.

<sup>2</sup> Ieda Leal é Graduada em Pedagogia pela PUC GO, Especialista em Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade Salgado de Oliveira. Foi Conselheira do Conselho Estadual de Educação de Goiás. Ativista do Movimento Negro e do Movimento Sindical. Atualmente é Secretária de Combate ao Racismo da Confederação Nacional dos Trabalhadores/as em Educação (CNTE) e Secretária de Comunicação da CUIT Goiás. Na atualidade, Ieda é Coordenadora do Centro de Referência Negra Lélia Gonzáles – organização de mulheres negras de Goiás e Coordenadora Nacional do MNU - Movimento Negro Unificado. Ieda mora na cidade de Goiânia, é mãe de quatro mulheres.

<sup>3</sup> Regina Adami é formada em gestão pública. Foi Coordenadora da Assessoria Parlamentar na Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e Ministério das Mulheres entre os anos de 2003 e 2016. Entre os anos de 1987 e 1993, atuou na Câmara dos Deputados na condição de Assessora Parlamentar de diversos mandatos. Foi assessora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA para assuntos parlamentares. Conselheira do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal (1998-2000). Coordenou o Curso de Capacitação em Administração Pública da Comunidade Afro-Brasileira. E, atualmente, é Gerente de Projetos do IROHIN - Centro de Documentação, Comunicação e Memória Afro-brasileira.

*“Todo mundo que luta contra a falta de democracia, o racismo, o machismo e todos os ‘ismos’, tem que se fortalecer lembrando das nossas histórias vitoriosas, nossas memórias ancestrálicas, a gente precisa estar mais que grudadas e traçar um caminho para a vitória.”*

Ieda Leal

**Vanda Menezes:** Boa tarde a todas, é um prazer imenso estar aqui e poder me reunir, principalmente nessa época de pandemia, com mulheres tão valorosas, que estão na labuta pela nação brasileira, nas universidades, nas organizações da sociedade civil e que fazem um trabalho importante na luta por direitos. É um trabalho fantástico que todas nós fazemos nas ONGs que participamos e atuamos. Eu continuo na luta e, atualmente, faço parte da *Rede de Mulheres Negras de Alagoas* com algumas outras companheiras, somos sete mulheres que estão no movimento feminista e movimento negro há muitos anos, desde a década de 80, quando da retomada da Serra da Barriga. Somos do tempo de criação das primeiras entidades feministas no Estado.

Eu estou também na *Coalização Negra por Direitos*, que é uma entidade com cerca de 150 organizações negras no Brasil e que tem feito uma incidência importantíssima, tanto a nível nacional como no âmbito internacional. Eu faço parte da Operativa da Coalizão, um núcleo composto por 20 entidades que recebe as demandas, discute estratégias e formas de atuação, repassa para o grupo maior para conhecimento e aprovação e, depois, executa incidências importantes no enfrentamento ao racismo. O que nós temos feito me dá muito prazer, tenho muito prazer em conseguir realizar um trabalho dessa envergadura num momento tão difícil como o que estamos passando nesse país no que diz respeito à retirada de direitos.

As *lives* que eu tenho sido convidada para participar servem como alento, é uma outra forma de viver o que é possível realizar nesse momento. Um outro mundo é possível e a luta que nós fazemos, cotidianamente, contra o machismo, o sexismo, a homofobia, a lesbofobia, a transfobia e todas as interdições que impossibilitam o BemViver para todos e todas exige que estejamos presentes em

debates como esses. Essas participações nos estimulam a cada dia. As *lives*, para mim, têm sido essa possibilidade, uma possibilidade de nós continuarmos na luta, de dizer que não vamos abrir mão dela, principalmente agora que a gente tem a certeza, com essa pandemia, do quanto a vida é provisória, é muito curta, e a gente precisa fazer nela o melhor possível. Vocês que estão dividindo comigo esse tema são parceiras. Nós contamos umas com as outras. Para além da nossa militância política, a gente se dá conta e presta conta das nossas vidas e isso é muito bom de viver. Então, estar com vocês é fantástico, muito obrigada.

**Iêda Leal:** Boa tarde a todas as pessoas presentes aqui neste espaço de resistência. Eu sempre agradeço muito quando tenho oportunidade de me reunir com mulheres que pensam e concretizam a luta contra o racismo. Estar aqui com mulheres que se baseiam nas referências do nosso passado, que pensam um futuro nesse presente tão maluco é bom demais para mim. Eu tenho ficado mais tranquila porque eu sei que vamos conseguir ir mais longe em todos os sentidos.

Nós temos uma trajetória, eu, Vanda, Wania, Regina e outras mulheres negras, com o compromisso sedimentado num grande entrelaçamento de muitas ideias de mulheres negras que passaram em nossas vidas. Nesse sentido, nós devolvemos agora para a sociedade tudo o que a gente recebeu na nossa juventude. Nós traduzimos através das nossas ações no cotidiano, tudo para o presente, com compromisso de ficarmos o tempo todo em alerta e juntas.

Ao mesmo tempo, ainda que estejamos muito distantes geograficamente, nós estamos falando de certas coisas e realizando muitas outras para termos a nossa voz ouvida e respeitada. Eu acho que isso é muito bom, é saudável. Nós podemos estar em qualquer lugar do planeta que nós teremos uma sintonia na luta contra todo tipo de preconceito, contra racismo e saberemos, perfeitamente, qual medida que devemos tomar para fortalecer a luta. Isso é o resultado de nossas tantas experiências militando nos lugares certos, na companhia de certas mulheres e assim tomarmos as melhores decisões. Não tem como



abrimos mão desse sentimento do pertencimento racial. As pessoas entendem isso, eu sinto que entendem.

Mas vamos ser estudadas e pesquisadas daqui há alguns anos sobre essa forma de nos organizarmos. E aí, a grande pergunta será: *“Como esse conjunto de mulheres conseguiu este feito? Como conseguiram não estar aglomeradas no mesmo lugar e terem o sentido exato da luta?”*. Essa nossa fortaleza, em cada espaço ocupado por nós, ninguém nos tira! Isso é fantástico!

São entidades desenvolvendo uma luta diária contra todo tipo de preconceito nesse mundo, e conseguimos fazer uma coisa mais fantástica ainda, entender a outra, dar as mãos, nos movimentarmos na coletividade. Essa oportunidade que nós temos de não andarmos sozinhas, e não é só com nosso povo, mas na medida correta da nossa luta, nós nos expandirmos todos os dias, isso é fantástico!

Eu tenho que agradecer e dizer que é um espaço que eu tenho, cada vez mais, participado, pois este espaço virtual nos dá a possibilidade de chegarmos mais próximo de outras pessoas. Por conta dessa facilidade da roda nas telas, por conta dos computadores, nós estamos reinventando os círculos de conversa. Mas, então, eu posso afirmar que estes últimos acontecimentos, nossa Marcha, em 2015, e o nosso Encontro de Mulheres, em 2018, vieram para reafirmar que estamos indo no caminho certo, apenas reforçando aquilo que eu aprendi com as minhas matriarcas, as mais próximas, Luiza Bairros e Lélia Gonzalez. Nós temos outras referências que eu poderia falar aqui também, mas vamos ficar com essas duas. Daqui há alguns dias, ou anos, nós seremos as referências de muitas que estão chegando hoje, as muitas jovens que estão chegando. Eu quero poder ser referência. Quando eu me for, quero ser referência, mas aqui e agora a gente pega essas referências. E não esquecendo dos homens que nos acompanham e respeitam a nossa grandiosidade.

Aqui nós temos Regina, Vanda e Wania, que são mulheres guerreiras, absolutamente responsáveis por várias mudanças. É no olhar, no respirar, no escrever, no produzir que a gente faz muitas mudanças. Isso me enche de orgulho e eu gosto muito de estar aqui nesse mundo

lutando. Eu tenho 55 anos, quero fazer 150, desse jeito, na luta! Eu quero agradecer muito à Nilda, Eliane e Kamila presentes aqui e registrar que é sempre muito bom cuidar dos nossos, cuidar das vidas. Eu fico apaixonada com a possibilidade de termos filhos e filhas, netos/as, amigos/as, cuidando de ter mais filhos e filhas e a gente poder ajudar na cura dessa doença que é o racismo, todo o preconceito, essa sandice que é a matança de mulheres no nosso país.

**Regina Adami:** Queria saudar minhas irmãs, Ieda e Vanda Menezes, e também saudar Nilda, Eliane e Kamila. Eu sou Regina Adami e é um prazer estar aqui. Nós fazemos parte da luta mais honrada que existe que é a luta contra o racismo, luta contra toda forma de opressão, que mata os seres humanos, que mata as mulheres de forma vil — mata em vida e mata no assassinato. Eu acredito que essa é a luta mais digna porque, de todas as lutas que pudemos empreender, a luta contra o racismo é a luta pela dignidade humana em relação às nossas existências. Nós dedicamos nossa vida à essa luta. Aqui, nós quatro nos conhecemos muito jovens, tínhamos 20 e poucos anos, passamos nossa vida inteira lutando contra as formas de opressão, nos juntamos contra o sexismo, nos juntamos contra todas as formas de discriminação e chegamos aqui. Chegamos até aqui e continuamos lutando para que o povo tenha vida digna.

Hoje, nós sabemos que pertencemos a uma geração que permitiu que homens e mulheres pudessem ingressar nas universidades e que pudessem se assumir como negros de uma maneira plena. Nossa geração foi a geração que superou os nossos cabelos alisados, superou a vergonha de ser negro. Nós nos construímos como uma geração que tem orgulho de suas características, que tem esse orgulho de ser negro. Eu acho que essa foi a maior transformação que a sociedade brasileira fez. Nós dissemos às pessoas que eram oprimidas pelo racismo que elas seriam uma grande pessoa, que elas teriam potenciais e que iriam à luta. Nós dissemos a elas que teriam todas as portas abertas porque a luta permitiria isso, permitiria essa transformação sobre elas. É dessa luta que nós fazemos parte, da construção desse lugar de dignidade, de lugar de pessoas dignas do mundo.

Desde a década de 80 nós fizemos parte de todos os grandes momentos da luta contra o racismo no país e chegamos até aqui, em 2020. Construímos a Marcha de 95, a Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, construímos a Marcha Zumbi+10 e construímos a Marcha de 2015, das mulheres negras. Isso significa que nós construímos possibilidades, legislações, levantamos e pautamos uma série de questões. Trabalhamos em conselhos e construímos políticas públicas, eu acho que temos uma vida em todas essas ações. A Ieda disse que quer ser estudada, e eu acho que já temos algo para sermos estudadas porque nossa geração fez muitas coisas, construímos muitas coisas e possibilidades. E é por isso que é um prazer estar com vocês nessa luta e trajetória.

**Wania Sant'Anna:** Então, em dezembro de 2018, as mulheres negras brasileiras organizadas realizaram em Goiânia o Encontro Nacional de Mulheres Negras, 30 anos - Contra o Racismo, a Violência e pelo BemViver: mulheres negras movem o Brasil. O Encontro buscou revisar a trajetória de atuação pública das mulheres negras no país desde a realização do seu 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado em Valença, Rio de Janeiro, no ano de 1988. Transcorridos esses 30 anos de constituição das mulheres negras como sujeitos políticos no país, temos por aqui duas perguntas e gostaríamos de conhecer a opinião de vocês.

**Qual foi o maior ganho para as mulheres negras brasileiras nesse processo de organização política? Qual o maior desafio presente na vida das mulheres negras, quais são os temas, os assuntos que vocês consideram como sendo os mais sensíveis e relevantes no cotidiano e na vida das mulheres negras no país?**

**Ieda Leal:** Tenho que registrar que foi um encontro histórico, um encontro e reencontro. Foi uma articulação que eu vou chamar de articulação internacional das mulheres negras no Brasil. Primeiro, a temática foi, absolutamente, muito pensada e organizada para que

pudesse favorecer o encontro das gerações, com alguns conflitos e algumas possibilidades, mas a reunião de mulheres em um momento difícil para o país, um momento de desconfiança. Para onde nós iríamos caminhar? Naquele momento nos coube garantir um encontro dessas mulheres e os seus processos de organização. O encontro foi o resultado de um rearranjo, uma reorganização nacional, porque as mulheres que estavam aqui em Goiânia, em dezembro de 2018, tiveram a possibilidade de representar vários cantos do país. Nós tínhamos quilombolas, domésticas, doutoras, professoras, médicas, empresárias, escritoras, o povo de terreiro, as trans, as jovens, da população LGBTQ+. Enfim, todas as mulheres.

O nosso encontro nos deu, e essa é uma das teses que defendo, a segurança política de continuarmos lutando. Tanto é verdade que nós temos hoje, em 2020, a presença de mulheres em vários locais em busca do poder. E o poder que eu estou falando aqui é o poder de estar dentro de uma Câmara Municipal, Assembleia Legislativa, nas coordenações de partidos políticos, nos sindicatos... As mulheres negras tiveram a oportunidade de reforçar aquilo que a gente vinha o tempo todo dizendo: nós podemos e nós queremos estar em locais de poder, nós precisamos.

Para além de fazer a nossa entrada nas universidades, através das cotas, nós precisamos ficar nas universidades e assumir os Departamentos e Reitorias. Nós precisamos, para além de eleger prefeitas, ser eleitas. Nós queremos ir para os Conselhos Tutelares. Nós queremos ir para as associações de bairro e para os Conselhos de Saúde. Nós queremos ir para todos os lugares e discutir a pauta que nos interessa, que favoreça a nossa democracia e combata o racismo. Então, combater o racismo, naquele momento de realização do encontro, com 1.000 mulheres negras, foi reviver o encontro de 30 anos atrás e, sim, lutar contra o racismo e pelo Bem Viver. É isso, porque nós ampliamos o Bem Viver para nós, para o Brasil. O Bem Viver é tudo aquilo que nós colocamos na Carta de Goiânia e que diz que nós precisamos lutar por uma sociedade saudável. Para que a sociedade seja saudável, é preciso salvar a vida das mulheres que estão sendo exterminadas. Este processo

de organização nos deu mais fôlego e mais certeza daquilo que a gente vem falando há 30 anos, há 50 anos, há 100 anos, que é o papel fundamental das mulheres negras no país.

Nós realizamos a Marcha, que foi um espetáculo, um espetáculo de organização das mulheres. Nós chegamos no encontro 30 anos depois, e isso nos dá a certeza de que nós não precisamos mais ser só eleitoras, ser só pessoas que estão observando, nós precisamos entrar e fazer a nossa história, tomar o poder. O poder nós tomaremos silenciosamente, vamos eliminar as coisas que nos fazem ficar retidas e seguiremos nos levantando para as mudanças significativas na sociedade. Ninguém consegue viver numa sociedade em que não há, de verdade, respeito aos 56% da população e, para isso, eu preciso estar nos lugares mais estratégicos para fazer a mudança.

**Regina Adami:** Eu avalio que o Encontro Nacional de Mulheres Negras – 30 anos tem uma história própria em todo o seu processo de organização. Nós já falávamos em celebrar essa realização há muito. Pensamos que era importante fazer isso nos seus 25 anos e não conseguimos realizar. Mas foi importante que tivesses conseguido realizar essa comemoração no aniversário de 30 anos. Eu avalio, inclusive, que o processo de organização da Marcha nos permitiu essa tomada de decisão, nos deu a certeza de que precisávamos nos manter organizadas. Nós vivenciamos dois momentos distintos no Brasil. Primeiro, a quebra da democracia com o *impeachment* do governo Dilma, mas mesmo aí, nesse momento, nós sabíamos que tínhamos que nos organizar. Naquele momento do processo de *impeachment*, essa consciência se intensificou com a quebra da democracia, com o golpe de 2016. Ali nós tínhamos a certeza de que era preciso fazer algo em âmbito nacional para movimentar as mulheres negras que estiveram na Marcha.

Eu acho que é importante lembrar que depois da Marcha de 2015 nós nos mantivemos nas ruas em 2016 e em 2017 contra o golpe, nós fomos um dos grupos sociais organizados que mais colocou pessoas nas ruas. Tirando a mobilização do #elenão, nós tivemos essa potência de mobilização. É importante que se relembre que todas

as vezes que fomos chamadas às ruas, nós, as mulheres negras, estivemos presentes. É isso, também, que explica como conseguimos construir o momento 2018 — o Encontro Nacional. Aliás, vale frisar, que nós conseguimos organizar o Encontro Nacional em menos de um ano e que contamos com participação de mulheres negras de 26 estados e mais o Distrito Federal.

Todos os estados realizaram seus encontros locais, os tais encontros estaduais de preparação do Encontro Nacional. Todos os estados estiveram representados, do Acre e Rondônia ao Rio Grande do Sul, do Pará ao Rio de Janeiro e Minas Gerais. Nós mobilizamos os lugares. Nós conseguimos que o Encontro Nacional ressoasse por todo o país. E, permita aqui um parêntesis, é importante que se diga que nós não precisamos estar viajando de um lado ao outro do país como nós fizemos em 1995, por exemplo, como teve que ser feito na preparação da Marcha de 1995. É impressionante como o tambor bateu e a gente conseguiu se mobilizar de uma forma impressionante para este encontro. Nós só tínhamos 1.000 vagas, mas se nós tivéssemos 2.000 vagas, nós teríamos colocado 2.000 mulheres.

Então, eu acho que é muito importante estar mobilizada, estar no lugar de disputa no meio da sociedade, estar com os nossos iguais, os nossos irmãos e irmãs negras fazendo a disputa política. Eu acho que esse foi um salto de organização e estamos vivenciando isso até hoje. Isso é provado com a quantidade de pessoas negras que estão saindo candidatas, de mulheres negras que estão saindo candidatas, e isso tem a ver com todo esse impulsionamento, com toda a caminhada que veio de 2015 a 2018. E é isso, estamos aqui, em 2020, com um monte de mulheres negras se colocando como candidatas no processo eleitoral.

Tudo isso é fruto dessa articulação que as mulheres puderam fazer, e puderam fazer porque elas são, no conjunto da sociedade, as mais sozinhas, as que têm lutado por mais tempo, as que estão na base das organizações sociais mistas durante todo o tempo. Mesmo lá atrás, quando os homens eram os dirigentes, quem estava na base dessas organizações sociais sempre foram as mulheres e o que nós fizemos foi dar um salto e colocar a cara para fora.

Em 2018 nós pudemos ver essa grandeza e fazer uma avaliação dos 30 anos dessa trajetória. Sim, uma trajetória anterior que tem como marco o ano de 1988, com a realização do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, e daí que, 30 anos depois, nós podemos fazer essa avaliação. Os estados também puderam fazer essa avaliação, puderam avaliar qual foi o processo organizativo no estado. Eu participei do encontro estadual do Distrito Federal e foi muito importante porque nós vimos muita gente nova, e mulheres mais velhas que estão na ativa. Nós pudemos avaliar o que aconteceu nesses últimos 30 anos, tanto no âmbito do estado, como no âmbito da sociedade civil.

Esse nosso encontro nacional ocorre num momento em que a gente, a população negra, está disputando com as milícias em nossos territórios. Então, as mulheres do território puderam fazer essas conversas no sentido da organização, no sentido do que é necessário para se organizar. O mesmo em relação às igrejas evangélicas nos nossos territórios. Nós estamos tentando fazer essa disputa, também, como parte desse processo de debate sobre a cidadania. Eu não sei se o racismo recrudescer, não, eu acho que as pessoas explicitaram mais o seu racismo. Então, eu acho que, nesse momento, foi muito importante travar esse debate. As pessoas estão falando e quanto mais as pessoas discutem, se organizam e se mobilizam para discutir o racismo, mais nós nos fortalecemos.

É preciso que as lideranças sejam reconhecidas onde elas estão, no lugar onde elas estão, seja dona Mariazinha que cuida da água, seja dona Francisquinha que está cuidando da rua, todas as mulheres precisam ser reconhecidas. São essas lideranças que a gente precisa reconhecer e a gente sabia que essas lideranças iriam aflorar no processo de organização da Marcha, assim como no processo de organização do Encontro Nacional. E foram essas lideranças que nós conseguimos trazer para o encontro e que vieram com muita energia.

Tem um dado, no Encontro Nacional cada uma de nós só conhecia 10% das que estavam lá, as mulheres mais velhas. A grande maioria das mulheres nós não conhecíamos, as mulheres mais velhas não conheciam as mulheres mais novas. Havia sim, mulheres com

mais idade, mas novas na luta, que se revelaram no processo de organização do movimento de mulheres negras e que puderam se fortalecer nesse processo. Então, eu acho que esse foi o grande ganho que nós conseguimos: é saber que tem um monte de outras mulheres que a gente não encontra, mas estão, hoje mesmo, ainda lutando e devem ser conhecidas como lideranças reais.

**Vanda Menezes:** Ouvindo o que vocês falaram, eu acho que não há muito a complementar. Minha avaliação é que foi um grande ganho reafirmar nossa mobilização permanente. O exemplo que a Regina nos dá é fantástico porque nós não conhecíamos a maioria das mulheres que ali estavam. Mas é bom saber que, de alguma maneira, elas se espelham em nós ou em nossas iguais, isso é muito importante.

Vocês falando, eu fico aqui refletindo o que nós temos vivido ultimamente. No ano passado, durante a realização do Seminário Internacional da Coalizão, nós não conseguimos fazer uma foto só nossa, e isso porque vinham outras pessoas, os jovens e as jovens e entravam no meio. Eu me lembro que a Dulce Pereira disse: *“minha gente, a gente é referência já?”*, *“porque a gente não consegue fazer uma foto só nossa”*.

É muito importante essa reflexão que a Regina faz. Eu fico pensando, as mulheres que estavam no seminário da Coalizão — jovens, idosas, de meia-idade, adultas jovens, mulheres e homens que estão há pouco tempo na luta ou há mais tempo — descobriram a questão racial, a militância e o ativismo. E elas, com certeza, se espelham em outras mulheres como nós e em outros companheiros comprometidos com a luta contra o racismo.

Quando a Ieda fala sobre a questão do poder, eu acredito que no Encontro Nacional, quando decidimos fazer a reflexão sobre os 30 anos do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, que aconteceu em Valença (RJ), nós assumimos a coletividade, a gente consegue dizer que não dá para ir sozinha, a gente vai embando, uma entra e trabalha com todas. Esse é o exercício do BemViver, esse é o exercício de luta pelo Bem Viver.

Nós conseguimos acessar espaços de poder porque os partidos não nos permitem. Nós vimos, agora mesmo, a briga em relação ao



fundo eleitoral, nós vimos todas as dificuldades de acesso a esse fundo. Então, se não dá para ir só, como uma candidatura única, nós precisamos ir em candidaturas coletivas, em quatro, em cinco. Eu acho que isso é uma forma fantástica de lutar pelo Bem Viver, uma forma fantástica de demonstrar que o nosso BemViver significa coletividade. Não é só eu estar bem. Eu sempre digo, viver bem não é BemViver, viver bem é algo individual, BemViver é algo coletivo.

No Encontro Nacional, eu tive a honra de ser a pessoa que representou todas essas redes e fóruns constituídos por esse Brasil inteiro. Foi emocionante estar ali representando milhares de mulheres, e não era só as mil que estavam ali presentes, mas todas aquelas que propiciaram aquele encontro que não foi fácil. Mas a nossa organização reafirma a nossa capacidade de articulação, a nossa competência e eficiência em fazer essas articulações.

Eu digo isso com muito orgulho de Ieda, Ivana, Josenira e todas as outras poucas mulheres em Goiânia, porque não eram muitas mulheres localmente, mas elas conseguiram nos receber daquela forma organizada, acolhedora e afetuosa, como a gente nunca teve, só em Valença que a gente teve aquilo. Então, para mim, o saldo positivo é a reafirmação da nossa capacidade de sobrevivência, da nossa capacidade de continuar lutando com competência e eficiência cotidiana de estar vivo, fazer viver e não permitir morrer.

É esse espírito que tem em mim quando eu saio dali revigorada, com vontade de fazer o tempo inteiro, de ajudar os meus iguais e acreditar que outro mundo é possível, que se depender da minha luta, os meus filhos e os meus netos não precisarão passar pelo que passamos nesse país que tem em sua estrutura o patriarcado e a escravidão como modelo. Eu tenho que construir algo diferente, onde eles possam viver de forma digna, onde elas e eles possam acessar uma boa educação, ter saúde de qualidade, ter segurança de caminhar e ter o direito de respirar.

Isso é o saldo fantástico que esse encontro nos dá. Não é só a presença dessas mulheres, é o que significa a vida daquelas mulheres nas suas localidades, nos seus territórios, fazendo essa luta cotidiana

da sua forma. Tivemos um respeito imenso a essas formas de fazer, o jeito próprio de organização. O nosso feminismo é negro exatamente porque a gente luta pelo bem-estar de todos e todas, não só do nosso próprio bem-estar. O que a gente precisa para viver bem é que todos estejam bem, só assim teremos nosso tão almejado Bem Viver. É isso que me faz lutar todos os dias para que minha neta, e todas e todos netos e netas das minhas irmãs e irmãos tenham o direito de ir e vir com tranquilidade, que tenham esse direito básico da vida.

**Wania Sant'Anna:** Antes de seguir para a próxima pergunta, eu também gostaria de compartilhar algo sobre essa decisão de comemorar a realização do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras nos seus 30 anos. Nós sempre sonhamos em fazer algo assim. Nós pensamos em comemorar os 25 anos, as Bodas de Prata, não deu. Nós decidimos fazer essa comemoração de 30 anos em março de 2018, durante a realização do Fórum Social Mundial, em Salvador. Como parte das atividades do FSM, nós organizamos um evento nos dias 13 e 14 de março, e é dessa reflexão coletiva de dois dias que nasce a decisão de realizar essa comemoração em dezembro. Lembrando que o 1º Encontro Nacional aconteceu em dezembro de 1988, no ano do centenário da Abolição. Nesse evento de dois dias no FSM havia umas 350 mulheres.

E entre o dia 13 e o dia 14, uma coisa muito séria que nos aconteceu, o assassinato de Marielle Franco, foi uma comoção entre nós. Nós estávamos no meio dessa discussão de dois dias. Ficamos sabendo do assassinato no meio da noite do dia 13. No dia seguinte a gente parou a plenária, fomos para a manifestação dentro do Fórum em memória da Marielle e voltamos mais seguras do que nunca que era fundamental fazer o encontro nacional no meio de um ano eleitoral. A confiança política que aquelas 350 mulheres dentro do FSM nos deram ali: o BemViver é fundamental.

São essas coisas que nos acontecem que só podem ser explicadas pela ancestralidade. Naquele momento, nós podíamos recuar e nós não recuamos. Ao contrário, nós dissemos que isso era fundamental. Fomos

à manifestação e quando retornamos, às 13 horas da tarde, o espaço estava cheio, as mulheres estavam lá e mais convictas, mais decididas de que nós tínhamos um encontro nacional para tocar. Havia uma decisão, todas falaram sobre isso muito bem: a decisão da organização política.

**Vanda Menezes:** Isso é para não esquecer que nossos passos vêm de longe. Há muito tempo, lutar para nós é verbo, é lutar.

**Wania Sant'Anna:** Foi assim mesmo. E eu gostaria de, em nossa roda, fazer a segunda pergunta. Em 18 de novembro de 2015, no meio de uma agitação política impressionante, as mulheres negras realizaram em Brasília a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo BemViver, com mais de 50 mil mulheres participantes de todo o país. Sabemos que o processo de organização foi resultado de um longo processo de negociação e engajamento das ativistas e grupo de mulheres negras, de norte a sul do país, considerando esse processo organizativo, gostaríamos que vocês pudessem refletir um pouco, em torno de duas perguntas também. Na opinião de vocês, **qual foi o saldo mais positivo desse processo de organização da Marcha de Mulheres Negras? Haveria, de alguma maneira, a identificação de uma temática emergente para o debate público sobre o enfrentamento ao racismo proposto pelas mulheres negras? Qual o lugar político de afirmar o BemViver para as mulheres negras brasileiras?**

**Regina Adami:** Eu acho que o maior saldo organizativo que nós tivemos no processo da Marcha foi a nossa própria organização. Eu acho que o grande saldo organizativo foi nos apresentar à sociedade brasileira, ter o nosso protagonismo. O protagonismo das mulheres negras foi importante porque o tempo todo nós tivemos a nossa luta do feminismo, a nossa luta do movimento negro, fizemos nosso movimento de mulheres, mas nunca havíamos feito uma ação tão pública enquanto movimento de mulheres negras.

Esse foi um movimento muito interessante, com muitos conflitos, com muitas tensões junto a outros diversos grupos — o movi-

mento negro não queria que as mulheres negras fizessem a Marcha no dia 20 de novembro, as mulheres brancas que queriam estar dentro da organização da marcha...E nós ali, firmes, que “*não!*”. Nós somos as protagonistas deste momento. E essa afirmação significa que está implícito, que nós falamos em nosso próprio nome, não precisamos de nenhum outro interlocutor. Nós negociamos as nossas próprias pautas, não precisamos de interlocução. Nós negociamos nossos próprios recursos e, também, não precisamos de negociadores.

Falamos em nosso próprio nome, e esse foi um saldo fundamental da marcha, o protagonismo. Somos o movimento de mulheres negras, mas tem muita gente falando em nosso nome, a partir da Marcha não fala mais, nós falamos em nosso próprio nome. Então, eu acho que esse é um grande saldo.

Para além desse saldo, a própria organização das mulheres negras. Nós dizíamos que, na marcha, poderia haver mais de 50 mil participantes, mas poderíamos ter mais que esse número. Se todas as mulheres que estavam nos acompanhando no processo de organização e mobilização estivessem lá o número seria bem maior, e foi maior. Nós estávamos lá por todos os nossos ancestrais, por todas as pessoas que quiseram vir, estávamos lá por todas que não tiveram a liberação de emprego, por todas que, nos estados, não conseguiram recursos para contratar os 10 ônibus que pretendiam, e só conseguiram estar presentes com cinco ônibus e por isso muitas não puderam chegar e ficaram nos seus estados.

Nós sabíamos que quanto mais ônibus estivessem disponíveis, eles iriam lotar em cada um dos estados, e é fato que nós não tínhamos condição financeira para arcar com isso. Então, na verdade, nós estávamos marchando com muita mais gente. Aquelas 50 mil se transformaram em 100 mil, 200 mil, 300 mil mulheres negras. E nós estávamos com muitas pessoas entre nós, espiritualmente. Havia ali essa coisa da conexão e de reconexão com os nossos, isso foi muito legal.

Também acho que, no processo organizativo, houve uma coisa fundamental. Nós readquirimos uma prática política que nós tínhamos perdido por causa de cooptação política. Por estar muito perto do Es-

tado, nós passamos a ter uma prática política dependente do Estado e a Marcha nos trouxe a possibilidade de voltar a fazer uma coisa bonita e que não dependesse do Estado. Nós passamos a fazer, de novo, a feijoadá, fazer rifa, coletar dinheiro. Nós passamos a fazer mil coisas, passamos a nos encontrar para fazer ações que pudessem levantar dinheiro.

No plano nacional, nós utilizamos recursos de duas emendas parlamentares, uma da Deputada Federal Luiza Erundina e outra da Deputada Federal Janete Pieta, duas deputadas federais que foram super parceiras. Foram, praticamente, esses recursos. Houve alguma coisa pouca por parte do Estado, negociamos algo também com o Ministério da Reforma Agrária, que nos forneceu alambrados, banheiros e essas coisas mais físicas. Mas a Marcha em si não contou com recursos do Estado, ela contou com o nosso próprio recurso. E, se nos estados os grupos negociaram uma coisa ou outra, isso foi pouco. Sim, não vou ser injusta, tivemos recursos do Sesi, recurso usado na alimentação, isso nós conseguimos também. Fora isso, o que conseguimos fazer foi feito com nossos próprios esforços e foi muito importante.

E quero dizer também que não houve sequer um momento, durante o processo de coordenação da Marcha, que não tivéssemos batido em portas, solicitando apoio, nós batemos em muitas portas. Nós fomos descobrindo que o racismo estava lá junto das muitas portas que a gente bateu. Nós batemos às portas do BNDES, às portas do Correios, batemos em um não sei onde, fomos a muitos lugares. A Deputada Benedita da Silva, parceira, conosco em todos os momentos dessa peregrinação. E aí nós vamos percebendo o racismo. De todos esses momentos de bater às portas, não saiu nenhum apoio, nem um toldo de lona desses parceiros. Nós sabíamos que havia tido apoio a muitas outras marchas, mas para as mulheres negras não foi possível, e a maioria das parcerias tentadas nem resposta nos deu. Então, é bom nós registrarmos isso porque é válido.

Nós sabemos como nos movimentar, nós temos mais maturidade sobre como nos movimentar com os ditos parceiros. Aliás, parceiros, mais ou menos, porque nunca acreditaram na gente. A surpresa foi a nossa força de vir, de estar em Marcha enquanto mulher negra. Essa

foi à surpresa para os que nunca acreditaram. É isso, nós conseguimos fazer um Encontro e uma Marcha que foi fundamental. Depois, no final, nós contamos com a Central Única dos Trabalhadores, que foi fundamental para nos ajudar a pagar nossas dívidas, Ieda foi a negociadora nesse processo. Sim, para pagar nossas dívidas e não sair por aí penduradas de dívidas de alimentação, e mais uma coisa e outra. Então, eu acho que foi um processo bem grande de amadurecimento.

Sobre a nossa pauta? A Nilda Bentes disse que a gente poderia fazer uma Marcha mostrando só a nossa pele. Eu dizia que a gente deveria ter um bando de pautas e, de fato hoje, eu reconheço que naquela Marcha só bastávamos nós. A nossa pele dizia de todos os processos de exclusão a que fomos submetidas ao longo da história desse país. A democracia é muito relativa quando você leva em consideração os grupos políticos do país e os grupos raciais desse país. Para nós, os negros e negras, a democracia é algo que a gente ainda não viu e esse é um debate que, se não for esse, não é nenhum. Como nós podemos ter igualdade de direitos? Eu acho que esse é o grande tema, o tema da democracia.

**Wania Sant’Anna:** Muito boa, Ieda, sua reflexão sobre a Marcha. Você foi a mulher do microfone. E, sim, nós precisamos dizer também que colocamos para correr aquele acampamento fascista plantado na frente do Congresso Nacional.

**Ieda Leal:** Tudo o que eu aprendi no movimento sindical, condução do microfone, participações em grandes atos, da organização e participação das pessoas em atividades, tudo serviu para muita coisa. Mas, naquele dia, a tomada do microfone e a subida no caminhão era uma marcha, era a marcha do meu povo, das mulheres negras do Brasil! A cada momento, elas iam no carro e diziam: “*você não falou de Itumbiara, nós estamos aqui!*”. Depois vinham outras, as evangélicas, as de terreiros: “*você tem que falar*”. E eu dizia absolutamente tudo. Isso foi uma coisa de grande responsabilidade, e elas sentirem que poderiam falar, que nós poderíamos falar ali no caminhão por elas, anunciando para Brasília que estávamos ali.

Eu acho que está certo, Regina, o meu sentimento era de que nós andávamos ali como se fôssemos 100 mil mulheres negras. É exatamente o que você disse, o sentimento de quem estava espiritualmente conosco e quem estava ausente, mas presentes em seus estados, isso foi marcante. Nós marchamos com as pernas dessas mulheres. Isso, para mim, era visível. Teve um momento em que eu chamei a Conceição Evaristo para o caminhão e ela, com aquele cabelo solto, linda, e as mulheres negras marchando ali ao lado falavam assim, “*Teda, a Conceição!*”, nós nos olhamos e eu pedi que ela subisse, e ela subiu e disse para mim: “*Mas eu não vou falar, eu gosto é de escrever*”. Aí eu falei assim para ela: “*Escreva com sua voz agora aqui*”. E ela escreveu com sua voz uma saudação às mulheres ali presentes. Emocionante! Foi como se nós pudessemos ouvir todas as palavras de seus livros.

Foram vários momentos absolutamente emocionantes. Quando Luiza Bairros subiu: “Ah! não quero falar”. Daquele jeito da Luiza e eu disse: “Vai falar sim, sobe.” Ela subiu e falou! Ela falou para ela, para nós, para as nossas antepassadas, para futura geração, magnífico! Tiveram vários momentos fantásticos. Teve um momento que eu achei engraçado, tinha um homem americano, de um canal de notícias, ele estava filmando. Nós estávamos falando que não podia ficar lá em cima, e as mulheres exigiram que ele descesse do caminhão.

É isso, é a nossa compreensão de que não precisávamos de partidos, nós não precisávamos de sindicatos, nós não precisávamos de outros homens nos representando, nós poderíamos fazer a Marcha com nossas próprias mãos e com o apoio de todas e foi assim que foi feito. Nós negociamos, nós brigamos, nós falamos e nós fomos recebidas pela Presidenta da República! Nós entoamos uma cantiga para ela, a Mãe Meninazinha de Oxum cantou uma cantiga para Dilma. Eu lembro, nós tínhamos a certeza do que Dilma precisava ouvir e ela recebeu.

Então, na Marcha foi tudo muito completo. Nós saímos dos estados, nós fomos para Brasília, nós derrubamos o acampamento fascista que prostrado na frente do Congresso Nacional e a Presidenta da República recebeu a Marcha. Isso tem que ficar registrado. O símbolo da resistência de mulheres negras que carregam a nossa história. A gente

precisa lembrar todos os anos o dia 18 de novembro. Esse dia tinha que ser lembrado por nós todos os anos, lembrado pelos feitos daquelas pessoas negras anônimas.

Saiu daqui de Goiás a presidenta da Associação das Lavadeiras de uma cidade do interior. Elas disseram que precisavam estar em Brasília porque elas se organizaram na cidade como uma associação de mulheres negras, que sempre lavaram as roupas para os donos e donas da cidade. E elas disseram que o povo da cidade delas não as reconheciam como um grupo de mulheres trabalhadoras. Então, sair da cidade dela, daqui do interior, para participar da Marcha daria a elas mais condição de continuar a luta, que elas saíram mais fortalecidas. Eu acho que andar com os pés de todas as mulheres negras do país, em 2015, gerou em nós o desejo do reencontro de 2018 e de lá a certeza e do compromisso de nunca desistirmos da luta.

Simbolizando essa nossa luta durante a Marcha, nós tivemos aquelas jovens meninas vestidas de preto e com a mão em punho para cima, um grupo de jovens do Rio de Janeiro. Aquela cena delas, enfileiradas com os punhos estendidos, as fotos desse grupo de mulheres são a síntese da gente em luta sempre. A juventude nos ajudando e lutando, mas eu olho para o cantinho, está lá: Naomi, Nuala, Nayla e Julia, minhas filhas. Isso me deu uma outra certeza, essa luta brota! E as filhas das outras pessoas também, das minhas amigas todas. Eu lembro que, na primeira Marcha, eu estava grávida da Naomi, na outra Marcha de Zumbi dos Palmares, a Naomi já estava com 12 anos e foi todo mundo, inclusive minha mãe. Regina, eu recuperei um monte de fotos. Nós temos que fazer uma postagem, foi maravilhoso! Agora, na Marcha das Mulheres Negras estavam as minhas filhas, as filhas das minhas amigas e amigos.

Vários homens que não subiram no caminhão, e sequer perguntaram se podiam falar ao microfone, estavam lá e marcharam ali do nosso lado, porque eles sabiam o lugar deles naquele momento. Aquela condução foi toda feita por nós, mulheres negras.

Quando a Benedita da Silva e as outras autoridades saíram do caminhão para negociar a liberação dos carros de som e verificar a



violência que os ocupantes do acampamento fascista estavam fazendo contra nós, nós nos juntamos a elas e fomos à luta e vencemos. Ali a Benedita não era qualquer pessoa, era uma autoridade, isso é fundamental. Então, para mim, ali, naquele confronto, foi um tratado de vida porque nós sabemos o que é perder as vidas.

Ali havia mulheres que tinham tido filhos e filhas com a vida interrompida, mulheres que sofreram abusos em suas casas, as domésticas violentadas nas casas que trabalharam... Ali, erámos nós mulheres que lutávamos o tempo todo contra o racismo, em todos os locais das nossas vidas, mas ali estávamos dando nome aos nossos desejos. Cada cartaz, cada faixa que a gente lia, estava escrito um desejo nosso. E o desejo daqueles cartazes não é o desejo dessa sociedade hipócrita, que acha que o único desejo que tem é o desejo sexual. Ali era o desejo da moradia, da educação, da saúde, da escola, da alimentação, do lazer.

Na Marcha é quando Conceição Evaristo fala, quando Mãe Meninazinha entra no Palácio do Planalto junto com a Irmandade da Boa Morte de Cachoeira, quando o Planalto é tomado por 100 mil mulheres, quando Benedita diz no microfone “*parem de fazer violência com as mulheres negras*”, para mim o desafio foi colocado e era o dia de viver.

Nós precisamos viver para ter todos os nossos desejos realizados, e nós demos uma aula de cidadania para o país porque a Marcha foi falada em vários locais. Então cuidar, lutar, exigir, denunciar, nos reunir para dizer o que nós queremos viver e que nós queremos o poder, foi isso o que nós fizemos na Marcha. Eu quero dizer que os 56% da população brasileira, todos e todas, estavam representados e representadas ali por nós. Então, é a garantia de vida das nossas crianças. A nossa história precisava ser registrada ali.

Eu quero dizer que aquele momento deve ser celebrado todos os anos. Todos os anos eu estou aqui pensando em algumas coisas. Nós precisamos dizer que, naquele dia, as mulheres negras do Brasil foram recebidas pela Presidenta da República. Naquele dia, mulheres simples do campo, diferente de outras mulheres do campo que também são negras, mas têm outra organização, marcharam em Brasília pela vida. Nós marchamos pelo desejo de termos várias questões resolvidas e

pela entrega de uma carta na qual nós dissemos “*se não nos enxergar, nada será completo nesse país*”. Eu acho que é isso.

Eu fico emocionada, eu gosto demais, cada vez que eu penso na Marcha, eu penso em algumas coisas, alguns *flashes*, algumas situações que vão nos dando a certeza de que nós estávamos absolutamente certas. Tem outra coisa, as mães que perderam seus filhos pela violência policial gritaram, e gritam sempre, que os nossos mortos têm voz. Os nossos mortos têm perna, braço, têm toda uma configuração para que a gente possa continuar lutando e nós vamos continuar. Acho que a gente precisa celebrar esses momentos, lembrar, contar para as meninas e meninos menores o que nós fizemos em 2015. Isto é cuidar da memória para não sofrermos nenhum tipo de apagão.

**Wania Sant’Anna:** Muito emocionante.

**Vanda Menezes:** E pensar que disseram que a Nilma Bentes, nossa companheira do Pará, era louca. Eu fico aqui pensando como sou privilegiada em poder participar desses momentos. Eu estava por lá quando a Nilma veio com a ideia, “*minha gente, vamos levar cem mil mulheres para Brasília, vamos marchar!*”. E eu, “*O quê? Quando?*”. Eu acho que nós precisamos evidenciar potências como nossa Nilma Bentes. Precisamos evidenciar essas tantas potências que temos entre nós.

No Fórum Social Mundial, em 13 e 14 de março de 2018, eu tive a ideia de chamar a Nilma para que todas conhecessem quem era ela. Ela, depois, me diz assim: “*Vanda, não faz isso comigo pois não tenho mais idade. Eu quase infarto ali*”. É preciso que as mais novas, aquela que estão chegando, conheçam pessoas como a Nilma Bentes, que conheçam pessoas como nós e como tantas outras que estão aqui. Quando Ieda fala que quer ser referência, quando eu for referência, nós estamos falando desse processo de reconhecimento. Eu tenho muito prazer de ter visto isso hoje, quando se homenageia a Conceição Evaristo e a Sueli Carneiro em vida. É preciso fazer isso em vida pelo legado que representam hoje.

Então, em síntese, o que eu percebo na Marcha, primeiro, é reafirmação da nossa luta contra o racismo, mas também a tomada

de consciência de que somos nós por nós, e que nós temos essa condição de realização. Quando nós começamos a fazer a feijoada, nós estamos trazendo de volta toda uma forma de organicidade. Foi isso o que fez o movimento negro nesses 40 anos de existência. O Edson Cardoso diz isso muito bem, a gente sobrevive, a gente faz coisa que nem imaginavam que seríamos capazes de fazer nas décadas de 1910 e 1920. Se nós não tivéssemos sabido fazer o que fizemos, a gente já tinha acabado. Nós estamos aqui, nesses últimos 40 anos, como uma grande prova de luta.

Eu tive a oportunidade de estar na parte da frente, cuidando das *Yás* que abriam a Marcha, muitas pessoas dizem que eu perdi muita coisa, mas eu não perdi nada, eu fiquei com a ancestralidade, com aquelas mulheres que eram entidades em vida, abrindo a nossa Marcha. Eu vi as filhas da Ieda, o meu filho estava lá também ajudando muito, fazendo e distribuindo o almoço, ele com o filho da Isabel. Ele participou de tudo, e na hora das bombas de gás eu o puxava e ele dizia “*não mãe, a gente precisa enfrentar*”. Ele disse isso porque via a potência.

Então, é fantástico isso porque a Marcha traz para nós a tomada de consciência da nossa capacidade, de luta, de articulação, nos traz certeza e a reafirmação de que é nós por nós, e de que com esse *nós por nós* a gente chega aonde a gente quiser. Não adianta, sabe?! Por isso nós partimos para a realização do encontro, porque sentíamos que era possível, nós temos potência. Claro, nós temos que procurar a Erundina e as nossas aliadas, mas na hora do vamos ver, é nós por nós e isso nós provamos na Marcha. Em resumo, eu olhava para trás e não via o fim da Marcha e dizia, “*estamos fazendo Palmares de novo*”. É isso, o consciente coletivo Jung é isso, a nossa ancestralidade nos fortalece de uma tal forma que não existe medo.

Quando você me pergunta, “*fala um pouco de você*”. Eu penso no que nós fizemos para desapropriar a Serra da Barriga, para dignificar o nosso Quilombo dos Palmares, isso só pode ser a ancestralidade, só pode ser a força da ancestralidade. Nós dizemos o tempo inteiro que os nossos mortos estão entre nós. Não somos sós porque nós somos muito poucos, a matéria é muito pouca, a gente não tem essa força, mas

nós temos o poder dos nossos Orixás, dos Eguns, dos Caboclos, sabe?! São eles que nos dão essa capacidade de resiliência o tempo inteiro. Então, a Marcha me emociona.

Então, quando temos os pedidos de apoio negados, quando decidem que não irão nos dar os recursos necessários, isso acontece porque eles têm medo, eles não conhecem essa capacidade e de onde vem essa força, eles não conhecem de onde vem esse poder e que a cada dia a gente está tomando consciência e fazendo na prática. A gente vai chegar a transformar o país, nós iremos tomar o poder porque é necessário tomar para mudar esse estado de coisas. Acessando os espaços de poder e de decisão, nós iremos poder fazer para todos, todas e todes, porque nós temos o Bem Viver como meta de vida e esse Bem Viver é coletivo, esse Bem Viver não é só para mulheres e homens negros, esse Bem Viver é para toda a população brasileira que precisa ter qualidade e uma vida tranquila, que precisa respirar.

O que é mais importante, para finalizar, eu só consigo fazer isso quando estou com vocês. Essa é a prova que o que coletivo me dá é o que me move, são as cabeças, os afetos, as semelhanças de pensamento e de luta que fazem a minha vida ter sentido.

**Wania Sant’Anna:** Muito legal, Vanda, muito legal. Eu sou suspeitíssima para falar porque eu sou daquele grupo que, quando a Nilma Bentes propunha colocar 100 mil mulheres em Brasília, dizia, “*Mas minha gente, como é que a gente vai fazer isso? Isso é uma loucura, a gente não tem condições de fazer isso!*”. Comecei a dizendo isso, comecei falando assim em uma de nossas conferências nacionais, e quatro dias depois eu já estava abduzida pela proposta.

Eu acho que todas as reflexões que vocês nos trazem sobre o processo organizativo são experiências bem concretas e objetivas, elas são muito importantes para este debate que estamos fazendo nas rodas de conversa. As mulheres negras organizadas jamais se omitiram das convocações para elaboração de políticas públicas que fossem mais adequadas aos interesses e necessidades da população brasileira. Nos últimos anos, nós participamos de todas os processos de organização

das conferências nacionais para a elaboração de políticas públicas. Nós participamos das Conferências Nacionais da Juventude, de Mulheres, da Igualdade Racial, de Pessoas com Deficiência, de Saúde, de Educação, mas, de fato, nós precisamos demonstrar nossa autonomia.

Esses dois momentos, sobretudo o da Marcha, demonstram isso muito bem. Não se trata só de nossos coloridos, de nossas faixas com demandas e exposição do racismo, mas esse incrível enraizamento de participação política que as mulheres negras possuem realmente. O que nós temos, muitas sem o devido reconhecimento político, e a presença de mulheres negras em grupos de mulheres, grupos feministas, sindicatos, igrejas, partidos políticos... Na Marcha as mulheres negras se fizeram presentes coma identidade de mulher negra e, também, essas outras tantas marcas de inserção política, e isso porque nós não somos uma coisa só. Foi muito bonita a demonstração dessa multiplicidade de inserção política.

As negociações de financiamento, como a Regina disse, não foram fáceis para todas nós. Naquele momento, de verdade, já vivíamos um momento de derrocada da democracia brasileira e o que é mais incrível é que duvidaram do caráter da nossa marcha. Por isso é que, em minha opinião, parece incrível que não tivessem nos dado o apoio. Nós éramos o campo de esquerda e poderíamos, naquele momento, reafirmar demandas de um segmento importante da população brasileira, que somos nós a população negra.

É importante que se diga que a última marcha democrática em Brasília foi a nossa. O fato histórico é que nós fomos às últimas a marchar livres até o Planalto e foi lindo ter Dilma conosco. Em 2005, na Marcha Zumbi+10, nós estivemos com Lula. É importante que se registre que, nas duas situações, nós, digamos assim, tiramos essas audiências na unha. Nada é fácil para nós, nunca! Não dá para esquecer que as nossas mais velhas tiveram que ficar lá na porta, esperando autorização. Se fosse pelo desejo da burocracia, só duas ou três teriam a audiência com a Dilma, mas isso estava fora de cogitação, queríamos que fossem todas as nossas mais velhas, elas estavam lá, em grupo, para isso.

Quando a Dilma nos recebeu, ela percebeu o que quase perdeu. Ela precisava daquele abraço, ela precisava daquele aconchego, ela precisava daquelas mulheres porque foram as únicas mulheres que chegaram ali para não pedir nada a ela. Nós não fomos pedir nada à Presidência, nós fomos dizer a ela o que nós éramos, que compreendíamos que ela estava passando um momento muito difícil, mas que nós estávamos com ela. Isso também foi muito importante. Até a minha Mãe Meninazinha que não fala, falou para ela. No final, teve aquela foto linda. A Presidenta perguntou se podia beijar ela, se podia beijar a Mãe Meninazinha. A Mãe disse, “*mas é claro minha filha*”. O Ricardo Stuckert, fotógrafo, estava cobrindo essa audiência e registrou em fotos. A Mãe Meninazinha tem essa foto emoldurada, enorme, no terreiro para todo mundo ver.

**Eliane Ribeiro:** Nesse momento de memória tão importante, eu fiquei pensando, será que **a gente pode afirmar que o movimento de mulheres, o chamado feminismo eurocêntrico, branco, ocidental está em crise e que hoje, no Brasil? Qual está sendo essa relação gênero e raça?**

**Regina Adami:** Eu acho que a gestão pública é absolutamente importante, mas o discurso da gestão pública também nos leva a abandonar coisas importantes relacionadas às nossas práticas e pensamento. Durante os governos populares e democráticos, houve uma imbricação muito direta para a realização e a gestão das políticas públicas. Eu acredito que nós ainda precisamos refletir muito sobre isso, porque eu acho que, em determinado momento, nós perdemos a pauta. O movimento feminista, e eu me considero uma feminista, perdeu esse rumo e um pouco do discurso.

Nós, as mulheres negras, não viemos do lugar da classe média, nós viemos do lugar de demanda da empregada doméstica, da demanda da lavadeira. Esse é o conjunto das mulheres negras, uma ou outra está fora, mas esse é o conjunto de vida das mulheres negras. O movimento reflete esse conjunto de experiências vividas. Então, o

movimento de mulheres negras se torna mais denso nesse momento porque representa esse conjunto de experiências vividas e nós somos densas o suficiente para expressar isso como uma pauta política, essa experiência. Eu acho que isso o movimento feminista não teve. Não é que nós tenhamos substituído o movimento feminista, nós não substituímos e nem precisamos substituir porque o movimento feminista é nosso parceiro, é importante, é importante o conjunto de suas reflexões, a forma e o pensamento. Ele é absolutamente importante, mas eu acho que a nossa experiência reverberou mais e nossa atuação em conjunto também.

Nos processos de organização das conferências nacionais de políticas para as mulheres, a Wania chamou até atenção sobre elas aqui, nós vínhamos em uma progressão, com a participação de um número cada vez maior de mulheres negras. Na 3ª Conferência, nós já éramos a maioria. Um levantamento realizado pelo IPEA notou que o tema “gênero e raça” está presente em todos os eixos definidos nas conferências de políticas públicas para as mulheres, nos eixos de segurança desde o debate sobre segurança pública, comunicação, saúde. Uma das conferências nacionais de saúde foi presidida por uma mulher negra, a Jurema Werneck.

É bom lembrar que nós vínhamos produzindo esse amadurecimento político e eu não acho que nós substituímos o movimento feminista, o que nós tivemos foi outro salto. E eu espero que o Encontro Nacional Feminista se realize até o fim do ano que vem. O pensamento feminista é fundamental para o avanço das ações do conjunto da sociedade brasileira também.

Eu queria complementar o que Wania disse, a Dilma nos recebeu em 2015, o Lula nos recebeu em 2005, na Marcha Zumbi+10 e o Fernando Henrique nos recebeu em 1995, na Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida. Essas foram as três marchas realizadas e nas quais nós fomos recebidos pelos Presidentes da República em exercício. Agora, o que a gente precisa avaliar é o que, de fato, resultou em políticas públicas esses momentos de audiências com os Presidentes.

Finalmente, eu queria dizer o seguinte, a luta contra o racismo é fundamental porque, na verdade, ela é uma luta que visa todo o conjunto da sociedade brasileira. Ela é uma luta que tem como pauta a democracia e os direitos humanos das pessoas. Florestan Fernandes já dizia isso. Quando a gente está embaixo na pirâmide é que nós podemos vislumbrar uma sociedade de iguais, uma sociedade onde todos estejam iguais. É desse ponto de vista, de quem está muito embaixo, que podemos visualizar essa sociedade igual. Então, é pela luta contra o racismo. Lutamos para que todos os seres humanos tenham direitos iguais apesar das suas diferenças físicas e suas diferenças de possibilidades.

**Ieda Leal:** Eu acho que a Regina fez um resumo e eu fico querendo acertar com as palavras.

**Vanda Menezes:** Eu acho que é bem interessante esse debate, como eu estive na gestão pública como Secretária das Mulheres em Alagoas, eu acho que nós precisamos, em algum momento, fazer uma boa avaliação sobre isso. Aonde eu vou, em todos os cargos que eu ocupei, o meu princípio era levar as minhas lutas para dentro do Estado. Quando eu ingressei no partido político, foi assim que eu fiz. Eu não sou orgânica de partido, eu levo para o meu partido as questões de raça e de gênero. Eu acho que é essa compreensão que as mulheres têm tido, a gente não perde esse fio.

Quando eu estive nessa que foi a primeira secretaria estadual da mulher do país eu não só utilizei o espaço de decisão que eu tinha para trazer as minhas companheiras e companheiros negros para a secretaria, porque elas e eles tinham evidentes competências para isso, como eu trabalhei. Nós realizamos o primeiro encontro nacional de mulheres quilombolas, o primeiro encontro de mulheres do rádio, o primeiro e o segundo encontro de benzedeiras e curandeiras. Isso é um *flash* bem rápido, mas o que eu quero dizer é que nós tínhamos como mote a questão racial, e não só de mulheres, mas de mulheres negras. Enfim, eu teria que estar a serviço da minha comunidade. Eu não fiz mais do que todos eles fazem, acho que precisamos ter essa consciência e essa relação com a so-



cidade civil sempre. Primeiro porque é um espaço transitório, você sai, mas você volta para o movimento. É preciso ter essa relação e esse diálogo cotidiano com o movimento social e sobre o lugar do movimento social.

Nós não perdemos esse fio, essa condução das coisas. Eu sou feminista, aprendi com feminismo e aprendo todos os dias, eu faço parte mesmo, tenho grandes amigas, grandes companheiras de luta. Sem o feminismo eu não sei onde eu estaria. O feminismo é importantíssimo na minha vida e para o conjunto da sociedade.

**Ieda Leal:** Eu sempre acho que a gente precisa conversar mais sobre isso. Todas as vezes que eu percebo que alguém menciona “*vocês são feministas, estão no movimento de mulheres negras*”, vejo essas coisas que a gente não separa. Acho que Vanda foi feliz, Regina foi muito feliz. Nós temos um compromisso que nos une, a vida. Como o grande útero da humanidade, e isso é uma coisa muito séria.

E nós precisamos discutir mais o processo de colaboração sem querer eliminar ninguém, eu acho que é isso. Eu gosto muito de saber que tenho companheiras que querem lutar comigo e não gosto de saber que tem algumas pessoas que querem me engolir ou falar por nós. Por isso que, de vez em quando, dá esses arranca rabos, se fosse uma roda de capoeira, a gente diria que recebe um martelo e ginga, mas continuar a ginga e sair vitoriosa dessas rodas é fundamental.

A luta também passa por esse entendimento do que é o feminismo e qual é a importância que ele tem para nós. Somos todas muito vigorosas, muito intensas, e acho que isso nos transforma em grandes lutadoras. Todo mundo que luta contra a falta de democracia, o racismo, o machismo e todos os “ismos”, tem que se fortalecer lembrando das nossas histórias vitoriosas, nossas memórias ancestrais, a gente precisa estar mais que grudadas e traçar um caminho para a vitória. A mulher negra no poder é, absolutamente, necessária e possível. Nós somos mulheres que construímos uma história de resistência, e o poder que queremos é o poder para contribuir com a destruição de racismo. O que nós queremos é ter condições para decidir nossos caminhos e fazer todo o possível para garantir a nossa história de vida.

**KamilaEulalio:** Eu estou aqui maravilhada. Eu e Lili estávamos comentando como é bom para mim que sou mais jovem e mulher negra ouvir as minhas mais velhas e tanta sabedoria em uma tarde. Tem tanta coisa que até... Mas o que eu tenho em mente, o que fica para mim, é que a luta precisa continuar. Aconteceu, mas a gente precisa continuar e vocês só mostram como isso é importante. Agradeço imensamente por essa roda.

**Ieda Leal:** Não somos mais velhas, nós somos mais antigas, viu!? Porque antigo é tudo de bom. Tudo que é antigo é mais caro, é *vintage*.

**Eliane Ribeiro:** A Kamila organizou o primeiro Coletivo Nacional de Jovens Mães e Negras.

**KamilaEulalio:** Sim, um Coletivo dentro da UNIRIO. Eu estava na mesa de comemoração e fui convidada para o primeiro Coletivo de Mães da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. É isso, manter essa luta viva.

**Nilda Negreiros:** Quero agradecer a vocês por essa tarde, pela quantidade de aprendizado que todas nós recebemos em cada roda que aconteceu. Cada uma mais emocionante que a outra e nós estávamos com uma expectativa muito grande nessas rodas que a Wania está organizando e vocês foram as primeiras e entraram assim para abalar. Muito obrigada pela tarde de hoje.

A Roda de Conversa *“Memória e Movimento Feminista”* foi realizada em 10 de novembro de 2020, logo após a eleição presidencial dos Estados Unidos. Foi nesse clima de eleição da primeira afro-americana, Kamala Harris, à Vice-Presidente e retorno do Partido Democrata, com John Biden, à Casa Branca, que recebemos Branca Moreira Alves e Rita Andrea em um diálogo remoto, mas repleto de interação. Recuperar fatos e motivações que levaram à formação do movimento feminista contemporâneo foi o pano de fundo para falar, também, sobre como as mulheres brasileiras passaram a tornar público situações de violência doméstica e familiar. Nessa roda tivemos a oportunidade de refletir sobre patriarcado, subordinação, políticas públicas, racismo e outros temas que persistem como desafios à organização política das mulheres brasileiras.

## Memória e Movimento Feminista

*Branca Moreira Alves<sup>1</sup>*

*Rita Andrea<sup>2</sup>*

*“Eu acho que não é só a violência que nos une, é a condição de mulher que nos une. É o patriarcado que nos une, que une as classes. É claro que é fundamental conhecer a diferença entre cada grupo social.”*

Branca Moreira Alves

*“Em várias partes do mundo, nós não conseguimos romper com o patriarcado e tampouco com racismo estrutural!”*

Rita Andrea

---

<sup>1</sup> Branca Moreira Alves é Feminista histórica, formada em história e direito, foi promotora no Rio de Janeiro. Por indicação do movimento de mulheres, em 1987, Branca Moreira Alves foi a primeira presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher no Rio de Janeiro - CEDIM/RJ. Em 1992 foi convidada pela Organização das Nações Unidas para abrir e dirigir o escritório do UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para Mulher para o Brasil e o Cone Sul, onde permaneceu por onze anos. Autora, juntamente com Jacqueline Pitanguy, de um livro que marca a história da construção do feminismo no Brasil. O livro *O que é feminismo*, foi lançado em 1981 pela coleção primeiros passos, editora Brasiliense.

<sup>2</sup> RITA ANDRÉA é Feminista histórica. A socióloga Rita de Cássia Lima Andréa, com parceiras feministas, cria, em 1981, no Rio de Janeiro, o grupo SOS-Mulher RJ, que vai se propor a atender as mulheres vítimas de violência. Especialista em Segurança Pública, fundou a ONG Cemina e foi membro da Comissão Especial de Segurança da Mulher – Cedim/RJ. Trabalhou no Governo do Estado do Amapá e do Acre, com o programa “Polícia Cidadã”, trabalhou na Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, desenvolveu consultoria no Ministério da Saúde e no Ministério de Desenvolvimento Agrário. Foi consultora de 2008 a 2010 nos projetos Mulheres da Paz, onde foi responsável pela coordenação e formação das 2.550 mulheres e projetos de espaços urbanos seguros. Conselheira do Fundo Elas.

**Branca Moreira Alves:** Eu tinha certeza que nós iríamos mudar o mundo na década de 70.

**Wania Sant'Anna:** E a Kamala Harris? Que mulher extraordinária.

**Nilda Negreiros:** Nunca acompanhei tanto uma eleição nos Estados Unidos como nesse ano.

**Rita Andrea:** A semana toda eu só fiz assistir eleição dos Estados Unidos.

**Branca Moreira Alves:** Você sabe que eu sou americana, nasci em Boston. Então, eu tenho cidadania e eu posso votar, xará.

**Wania Sant'Anna:** Mas, Branca, está todo mundo falando que todos os votos contam, e você vem nos falar isso hoje?

**Branca Moreira Alves:** Só que o meu voto não faz diferença naquele sistema eleitoral maluco. O meu voto é na Califórnia.

**Wania Sant'Anna:** Foi lindo o discurso e a forma da Kamala falar, dizer que ela é a primeira, mas ela tem certeza que não será a última.

**Branca Moreira Alves:** Gente, eu chorava.

**Rita Andrea:** Eu fiquei emocionada.

**Nilda Negreiros:** Quatro milhões a mais do que o Trump teve em 2016.

**Wania Sant'Anna:** Mas foi uma boa notícia, e esse é um assunto que tem muito a ver com a nossa conversa de hoje. Daí, a nossa primeira pergunta. No Brasil, vimos a emergência do movimento feminista e do movimento de mulheres no período de redemocratização do país, isso nos anos 80 do século passado. Essa emergência

trouxe à sociedade o debate público sobre diversos temas importantes à cidadania das mulheres. Entre esses temas está o debate sobre a violência doméstica e familiar e a violência sexual. *Slogans* como “*em briga de marido e mulher é preciso meter a colher*”, “*quem ama não mata*” despontam como crítica e, ao mesmo tempo, alertam para a formação de uma opinião pública contra diversas formas de subordinação das mulheres no país.

**Qual é a memória que vocês têm desse período de publicização do assunto, de exposição do mundo privado e de organização política das mulheres brasileiras?**

**Branca Moreira Alves:** Eu começo porque a Rita estava exilada em Paris, vivendo a boa vida, tomando *champagne* e comendo queijo francês. Eu estou na turma que começou em 1985. Se estamos falando de memória, vamos à década de 70 que é fundamental. Todas as companheiras que retornam do exílio se referem a esse momento de realização do seminário na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em 1975. Foi um seminário em celebração ao Ano Internacional da Mulher, que nós organizamos, um grupo de mulheres esteve à frente da organização. Hoje em dia é lembrado assim, mas essas mulheres já vinham se reunindo há uns dois anos, em grupos de reflexão. Engraçado, a coisa vai assim... um caldo de cultura que começa a aparecer, um grupo de reflexão aqui e outro ali, são mulheres se reunindo, tomando consciência de si próprias sem ter intervenção masculina.

No meu grupo, por exemplo, já estavam a Jacqueline Pitanguy, Leila Linhares, a Mariska Ribeiro, que entrou depois. Nós soube-mos que havia um outro grupo, o grupo da Mariska se reunindo também. Como era o Ano Internacional da Mulher, nós queríamos sair às ruas, sair dos nossos cantinhos e grupinhos, onde estudávamos, falávamos dos nossos problemas e encontrávamos companheiras com os mesmos problemas. A gente via o quanto era política a nossa história pessoal. Se elas eram espelho meu, isso significava que havia alguma coisa por baixo que ligava isso tudo e essa foi a grande descoberta, a deque o pessoal era político.

Então, nós nos reunimos com o grupo da Mariska Ribeiro. Ela conhecia uma pessoa da ONU e eu conhecia o pessoal da ABI. A ABI nos ofereceu o lugar e a ONU nos deu a cobertura, o guarda-chuva para que não caíssemos nas mãos da polícia. Nós organizamos uma semana que se chamava “A realidade da mulher brasileira”, um nome bem neutro. Essa semana foi interessante, eu estou vendo isso nesse livro de memórias que estamos escrevendo, a Jacqueline, eu e todo mundo, que é uma espécie de colcha de retalhos, cada uma contando sua memória. As pessoas dizem que ficaram feministas no seminário da ABI. É muito emocionante voltar a isso, porque a gente fez o seminário sem a menor intenção de fazer história e a gente estava fazendo história.

Nesse seminário, a ABI nos ofereceu também uma sala para usar antes do horário das conferências e ocupamos esse espaço. Percebemos que as pessoas estavam interessadas em continuar se encontrando, queriam ter um lugar para conversar. Foi assim que se teve a ideia de se formar uma organização, não vou dizer que era uma ONG porque a gente se juntou, juntou nossos dinheiros e alugamos uma sala. O Centro da Mulher Brasileira começou ali, assim. Então, foi ali que começamos a falar da nova pauta. Não era só a questão política, do voto das sufragistas. Era uma pauta que questionava a condição da mulher, a cultura patriarcal, etc. Eu me orgulho muito de ter participado desse momento porque nós começamos pequenas e fomos crescendo. Bom, a violência era uma das pautas.

A pauta que era para além de voto e participação política, incluía a questão da sexualidade, dos direitos reprodutivos, do direito ao aborto e da violência. Havia, realmente, muita resistência dos partidos políticos.

O Partido Comunista era um partido clandestino, evidentemente e colocou as mulheres deles — hoje em dia até rimos quando falamos sobre isso. Elas foram como ponta de lança do partidão para aparelhar o Centro da Mulher Brasileira e as burguesinhas, como eu, que queriam falar de violência e de aborto. Era uma brigalhada danada. Tem depoimentos maravilhosos dizendo que levaram a

questão da mulher para o partido e o partido dizia coisas absurdas: “*isso é o imperialismo americano que está querendo dividir a classe operária brasileira*”. Elas viram que ali não era o lugar delas e se mandaram. Quer dizer, isso aconteceu nos partidos franceses e italianos daquela época também.

Então, a questão da violência nesse *podcast* que foi lançado agora, *Praia dos Ossos*, veio a público o assassinato da Ângela Diniz e, praticamente, a absolvição do Doca Street, ele saiu livre e caminhando ao lado do advogado dele. No primeiro julgamento centram o debate em cima do argumento de legítima defesa da honra. No segundo julgamento, nós já estávamos preparadas, acho que no primeiro, digamos, a gente dormiu no ponto, não esperávamos que fosse acontecer assim. No segundo julgamento, nós elaboramos um manifesto, com várias mulheres assinando, minhas filhas tinham 17 anos e eu coloquei o nome delas, e a história mudou completamente. Em dois anos nós conseguimos fazer um “auê”, reagir com força. No segundo julgamento ele saiu condenado. O advogado de defesa havia mudado e dizia que as feministas eram fascistas e camisas negras, que eram mal-amadas. Nós estávamos acostumadas com isso, com esse tipo de ataque, e pouco nos importamos.

Depois do caso da Ângela Diniz, em 1981, tivemos outros dois casos muito famosos e simbólicos na história da violência contra as mulheres no Brasil, os assassinatos de Eloísa Ballesteros e Maria Regina Santos Souza Rocha, em Minas Gerais, com apenas duas semanas de diferença entre os dois casos. As mulheres de Belo Horizonte se mobilizaram intensamente em relação a esses casos. O trabalho de ativismo de Celina Albano, da Elizabeth Fleury, que tinham vinte e pouco anos, foi muito incrível. Em 15 dias lançaram uma campanha que mobilizou Belo Horizonte inteira. A história dessa agitação é muito bonita e elas contaram sobre isso nesse *podcast*, *Praia dos Ossos*.

Então, o que a Mirian Chrystus conta, e que eu acho super legal, é que apareceu no muro de uma escola de freiras, lá em Belo Horizonte, a frase “*se se ama, não se mata*”. Elas, muito espertas, uma delas, acho que foi a Celina Albano, pegou essa frase e a transfor-

mou em “*Quem ama, não mata*”. Foi o slogan, dessas coisas que são um achado. Estourou pelo Brasil e está aí até hoje. A Rita entra com a história do *SOS Mulher*.

**Rita Andrea:** Eu gostaria de voltar um pouco. Quando retornei ao Brasil, eu estava estudando em Paris 1 –Sorbonne, estava grávida, inclusive, e tive o primeiro filho lá, nesse período. Não estava tomando *champagne* como a Branca falou, estudava, cuidava de um bebê e das tarefas domésticas, claro, compartilhadas com meu marido à época. Quando retornei, havia o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) todo mobilizado, em 1979. Foi lá que eu comecei a encontrar as mulheres, a Ângela Borba, a Lúcia Arruda, a Lulu, a Madalena Guilhon, entre outras mulheres. Foi uma feliz descoberta! Então, eu me organizei, com elas. Elas eram do grupo e jornal *Brasil Mulher*, uma entidade de comunicação feminista, no Rio e São Paulo, que fazia um jornal.

Eu fiquei nesse grupo porque me identifiquei mais, e a partir daí eu comecei a atuar no movimento feminista. O que eu queria era trabalhar a questão da violência, naquela época não havia nenhum grupo que atuasse no tema e fizesse atendimento às mulheres vítimas de violência. Aquela época foi o início de tudo. Fui convidada por um grupo de mulheres recém-chegadas da Europa, que eram feministas e já tinham sido militantes por lá, na França e em outros países da Europa. Esse era um grupo de reflexão feminista, que pensava na questão da violência. Algumas eram, inclusive, do grupo que a Branca pertencia, o CMB. A partir daí eu comecei a fazer falas sobre a prática de atendimento às mulheres, que eu achava que era a coisa mais importante e essencial a ser feita, mas isso era uma coisa da minha cabeça, de vontade de fazer. Assim, iniciamos com mais foco em uma reflexão sobre essa questão.

Esse grupo saiu do Centro das Mulheres Brasileiras e formou-se como um grupo de reflexão feminista sobre a questão da violência contra a mulher. Nós nos reuníamos na casa uma das outras e discutíamos os assassinatos das mulheres e a violência contra a mulher numa perspectiva feminista. Debatíamos textos teóricos sobre esse assunto.



Fomos motivadas pelos vários casos de assassinatos de mulheres àquela época, entre esses o de Ângela Diniz e, outros casos também divulgados pela imprensa.

Esse grupo de reflexão foi muito impactado por um caso específico, e depois tiveram outras mulheres assassinadas também. Uma delas teve contato direto com o nosso coletivo. Esse foi o caso da Cristhel, uma mulher alemã, que o marido assassinou na época em que ela estava entrando em contato conosco, e recebendo suporte do grupo. Esse caso foi a gota d'água para a criação do *SOS Mulheres*, não dava mais para ficar apenas na reflexão.

Até então, nós atendíamos onde era possível, em locais públicos — atendia em bar, restaurante, sempre preservando a identidade das mulheres. Nós encontrávamos com as mulheres que nos procuravam e que precisavam de apoio. Procurávamos ir sempre em dupla, e fazíamos o atendimento em qualquer lugar. Então, o SOS foi fundado oficialmente, mais ou menos, em 1982, quando alugamos uma sala.

Foi aí que percebemos que era preciso mudar um pouco, nessa linha de atuação, atendendo mulheres em bares, restaurantes, locais públicos e onde fosse possível... Percebemos que não dava certo porque a quantidade de mulheres que começaram a ser assassinadas e outras mulheres que nos procuravam para discutir a relação dela com o marido, relações de opressão e dominação do patriarcado era muito grande. Os casos eram muitos fortes e pegaram a gente. Nós precisávamos de um local adequado para realizar os atendimentos. Então decidimos alugar uma sala do centro da cidade, um lugar que facilitasse o acesso das mulheres.

Nós nos cotizávamos para pagar o aluguel da sala, alugamos também um telefone e ganhamos de presente uma secretária eletrônica, e senão me falha a memória foi um presente da Danda Prado, nossa grande amiga feminista. E aí passamos a atender nessa sala. Todo mundo divulgava o telefone do SOS, anotávamos todos os recados para fazer os atendimentos. Iniciamos o atendimento em duas tardes por semana, que entravam pela noite adentro... e muitas vezes porque tínhamos que discutir os casos. Foi um processo de

construção de política pública de uma perspectiva feminista e que no futuro veio a ser uma política pública governamental, foi tudo acontecendo na prática.

Havia uma metodologia que, não dá para detalhar agora, mas acho que é uma das coisas mais importantes. Construímos o atendimento com uma metodologia feminista, onde a horizontalidade era marca nos atendimentos à essas mulheres com a visão feminista. O que chamam hoje de “sororidade”, nós chamávamos de sensibilidade feminina, feminista. Éramos irmãs e nos colocávamos no lugar da outra, essa era a dinâmica do que começamos fazer. A gente sentia a dor daquela mulher que chegava para falar com a gente, dos casos que nos contavam, as suas histórias... Era uma escuta qualificada, mas não julgávamos as mulheres, ouvíamos e abríamos um diálogo com elas.

No início, nós ficávamos muito perturbadas com isso, não sabíamos como dar conta!!! Nós começamos a montar, também, um grupo de solidariedade de advogadas mulheres e depois de advogados. As primeiras foram, as feministas que tinham um escritório, lembro da Leonor Nunes Paiva que coordenava, mas havia outras, não lembro os nomes... Percebemos que precisávamos de criminalistas, começamos a procurar e, alguns se fizeram presentes. Um deles foi o Dr. Antônio Carlos Barandier, que faleceu recentemente. Ele foi um dos mais importantes apoiadores do SOS na área criminal.

Eu lembro de alguns nomes, não gosto de citar porque a gente lembra de uns e esquece outros. Mas havia também as advogadas que trabalharam com a gente, atendendo no SOS e desdobrando os casos de delegacia e de encaminhamento à justiça. A Dra. Márcia Calainho foi incansável durante a existência do SOS. Até depois do SOS, quando eu precisava de algo, recorria à Márcia. Ela virou uma pessoa como se fosse o SOS, ela não era feminista, mas se sensibilizou e se tornou feminista a partir dessa experiência. O mesmo aconteceu com o Dr. Balandier, com outros advogados e advogadas, que passaram a nos encaminhar mulheres e famílias que necessitavam do nosso apoio. Era uma via de mão dupla, quando percebiam que as mulheres precisavam de apoio a mais, de uma reflexão feminista, elas eram encaminhadas

para o SOS. Foi uma coisa muito interessante o que aconteceu, estabeleceu uma circularidade nessa relação.

Eu acho que tem uma mística, não religiosa, mas uma mística de interiorização da dor do outro. No caso, a dor da outra, a sensibilidade que nós tivemos para alcançar o coração dessas mulheres e elas acreditarem na em nós. Nós nos vimos, muitas vezes, como se estivéssemos em um tabuleiro de xadrez, fomos aos poucos construindo a metodologia desse atendimento às mulheres vítimas, e descobrimos, por exemplo, a importância do atendimento em duplas. Aí começa a construção desse trabalho do SOS, discutindo os casos coletivamente e definíamos os encaminhamentos adequados. Uma dizia uma coisa, a outra dizia outra coisa e tomávamos as decisões coletivamente.

Outra coisa importante dessa metodologia, que eu falo como uma mística do atendimento, é que as mulheres do SOS não eram psicólogas. Eu sou socióloga, não tinha ninguém da área do Direito, depois entrou uma psicóloga que não era especializada em atendimento clínico. No SOS, a maioria de nós eram da área de exatas, físicas e matemáticas. Isso é, na minha opinião, uma questão muito interessante para demonstrar que não era a profissão que as levava lá, e sim a solidariedade feminista. Nós inventamos um monte de dinâmicas e, eu acho que isso foi o ponto alto do aprofundamento e nas descobertas na questão do atendimento.

Nós atendemos muitos casos, mulheres de diferentes classes sociais. Nós dizíamos que, infelizmente, a violência contra as mulheres era um fenômeno democrático e que atingia todas as mulheres igualmente, e independente da condição social, era um fenômeno transversal que atravessava todas as classes sociais. A gente foi crescendo o atendimento e foi uma coisa que tomou conta. Existe uma cronologia dos casos mais gritantes que atendemos como a Mônica Granuzo, adolescente, acho que tinha 12, ou 14 anos. E a jovem atriz, Daniela Perez, filha da novelista, Glória Peres.

As mulheres pobres, muitas vezes, enxergavam a violência doméstica como uma fatalidade, “foi assim com a minha avó, foi assim com a minha mãe e está sendo assim comigo” – isso era recorrente. E

elas também não tinham confiança nas instituições jurídicas e de segurança, as delegacias, onde eram muito maltratadas “novamente” quando buscavam apoio. Esse nosso atendimento mexia com autoestima dessas mulheres. Aos poucos, nós víamos a transformação, chegavam com um batom, um peteado diferente, uma roupa nova... Elas iam percebendo isso, essa transformação entre elas, sentadas naquelas almofadas, elas conversavam, trocavam elogios. E, também, houve os casos gritantes, por exemplo, dos assassinatos da Mônica Granuzo, uma adolescente, e da Daniella Perez, filha da novelista Glória Perez.

Na experiência do SOS-Mulher, nos aproximamos da OAB Mulher, fomos incentivar que elas viessem trabalhar com a gente, que se inserissem no atendimento, que se somassem a esse trabalho, construindo uma rede de apoio às mulheres, e elas colaboraram.

Inicialmente, no SOS, denominávamos mulheres vítima de violência. Depois passamos a denominar mulheres em situação de violência, fazendo uma reflexão que elas, as mulheres, não seriam vítimas a vida toda. Hoje em dia, pessoalmente, eu revejo algumas coisas, e penso que a sua condição de vítima foi fundamental para sair dessa situação. Ela só saiu porque se enxergou, se viu como vítima.

Ela pode perceber que estava num lugar de vítima e não no que diziam a elas, que ela apanhava porque gostava, porque não trabalhava, porque era um zero à esquerda. As mulheres eram humilhadas e desqualificadas, não tinham uma cara, uma identidade, elas eram vítimas. A metodologia feminista que adotamos permitia a reflexão e a superação dessa condição de vítima, permitia que as mulheres dessem um salto e transformassem as suas vidas. Na metodologia construída nós fomos descobrindo o ritmo das mulheres, e o momento de cada delas.

Agora na pandemia, com confinamento, a situação de violência contra a mulher tem se agravado, isso tem sido dito na grande imprensa. E temos visto novas iniciativas de denúncias desses crimes, de denúncias dos agressores, dos abusadores e, ao mesmo tempo, de apoio e solidariedade a essas mulheres. Na época em que iniciamos essa luta, não havia essa compreensão e visibilidade da questão da violência nos meios de comunicação.

A sociedade avançou, as mulheres avançaram, se não tivesse aquele início, acho que as mulheres estariam perdidas, nós mulheres não teríamos lugar nesse mundo, ou continuaríamos sem lugar nesse mundo. Esse avanço de hoje foi resultado do trabalho das feministas lá atrás. As denúncias possibilitaram esse avanço, o de visibilidade e reconhecimento da violência de gênero, como denominamos hoje. Agora a gente tem lugar nesse mundo e sabe, exatamente, de onde partimos e onde queremos chegar. Isso é a grande transformação do feminismo nas nossas vidas e na vida das mulheres na sociedade e na vida dos homens também.

**Wania Sant’Anna:** Branca, eu gostaria que você falasse um pouco sobre isso. Até hoje, e frequentemente, o feminismo é atacado como sendo um movimento político burguês e como se não estivesse comprometido com as causas profundas e estruturantes da subordinação das mulheres. Mesmo em país como o Brasil, pelo histórico que tem, o feminismo é apontado dessa forma. Vejo isso como uma forma de desqualificação do movimento político. Mas, retornando à questão da violência e dos casos concretos que foram aparecendo nesse período e dos quais qual estamos comentando, estava bastante claro que não era. Àquela foi uma época de descobrimentos, descortinamos que a violência doméstica, descortinamos o que acontece dentro da casa e que era presente em todas as classes sociais.

O caso da Ângela Diniz expos bastante isso porque, a rigor, não se imaginava que mulheres de determinada classe social estivessem vivendo sob esse tipo de violência. Temos aí um momento de “Não! Basta”. Vocês acreditam que o tema da violência é, de fato, um assunto que une todas nós? Qual foi a importância em dizer a violência acontece com todas e ninguém está livre disso? Vocês acreditam que o tema da violência é, de fato, um assunto aglutinador.

**Branca Moreira Alves:** Eu queria colocar uma coisa para Rita. Rita falou do maravilhoso trabalho que elas fizeram àquela época, mas não falou da questão fundamental que toda essa experiência do SOS

mostrou. Essa experiência mostrou a necessidade de recorrer a uma política pública como, por exemplo, a necessidade de criação das Delegacias da Mulher.

O SOS é o fundamento da criação das delegacias da mulher, o Brasil foi o primeiro país no mundo a criar delegacias de atendimento às mulheres vítimas de violência, e a Rita teve uma participação fundamental. Vocês trabalhavam com advogados, eu participei no início dos anos 80 da experiência de um escritório de advocacia feminista com a Leila Linhares, Comba Marques Porto, Leonor Nunes de Paiva, mas você precisa falar sobre essa prática que vocês faziam, a ida com as mulheres até a delegacia.

**Rita Andrea:** Tem razão, Branca, a nossa metodologia incluía que nós acompanhássemos as mulheres até as delegacias, as advogadas e advogados até as delegacias, íamos ao Instituto Médico Legal (IML) realizar os exames de corpo e delito. E, nesses lugares, fomos construindo parcerias e identificando homens com mais abertura de pensamento, porque não havia, por exemplo, mulheres atuando no IML do Rio, eram só homens. Nós conseguimos, com o diretor do IML, à época o Dr. Talvani de Moraes, que houvesse mulheres médicas legistas na realização desse trabalho, que tivesse uma equipe com mulheres no IML. Esse é dos exemplos de nossa entrada na política pública governamental.

O salto dado à política pública aconteceu a partir da necessidade do atendimento às mulheres. Nós começamos a ver como as mulheres eram maltratadas nas delegacias. Se as mulheres eram estupradas, os policiais falavam do batom vermelho, do tipo de roupa, do tamanho da roupa, da hora que estavam na rua... Em nossa atuação, percebemos a síndrome de culpabilizar a mulher pela violência. E eles não tinham o direito de julgar as mulheres insinuando que elas estavam no lugar errado, que mulher não podia ser bonita ou sedutora. E aqui estabelecemos o paralelo com a Ângela Diniz, aqui transversalizamos. A Ângela era uma mulher da classe "A" e sofria a mesma violência que outras mulheres. Mulheres empregadas do-

mésticas, e outras mulheres simples da sociedade, foram atendidas sofrendo, mais ou menos a mesma coisa.

Com o trabalho do SOS, sentimos na pele que era preciso ter políticas públicas governamentais para ampliar o atendimento às mulheres nas delegacias. Esse foi um salto de qualidade muito importante, mas, ao mesmo tempo, criou divergência no interior do SOS. A delegacia de mulheres foi, como disse a Branca, uma invenção e reivindicação nossa, das feministas, queríamos ter mulheres policiais atendendo às mulheres vítimas. Nos compreendíamos que ter mulheres policiais no atendimento evitaria constrangimentos e, muitas vezes, o desestímulo de “prestar queixas”. A divergência que apareceu no SOS, era mais de fundo, era o de trabalhar junto com a polícia.

Nesse processo de construção de políticas públicas na área da segurança, houve no Rio de Janeiro, um projeto criado pela UFRJ, que foi a criação de serviços de atendimento com a participação de assistentes sociais nas delegacias. Eu acompanhei esse projeto da universidade e trabalhei com as assistentes sociais na primeira DEAM. Esse projeto foi trabalhar na primeira DEAM e mesmo depois que ele terminou como projeto da UFRJ, duas ou três assistentes sociais seguiram no atendimento junto comigo.

Tem um caso interessante, que é sobre a primeira delegada titular nomeada para a DEAM, que foi a Dra. Marli Preston. No início, ela teve muitas resistências e não tinha a compreensão de que era necessário a criação de uma DP, delegacia especializada de atendimento às mulheres, não compreendia o porquê disso. Ela estava em licença maternidade e foi convocada para assumir a titularidade dessa delegacia porque era, naquela época, a única mulher delegada titular na Polícia Civil do Rio de Janeiro. Mas ela foi se abrindo e aos poucos compreendendo, ampliando seus horizontes e permitindo que nós fizéssemos o trabalho de atendimento às mulheres vítimas e, também, o trabalho de formação das policiais mulheres que atuavam na DEAM, segundo a nossa metodologia feminista.

Eu penso que também foi muito importante, por exemplo, a criação do grupo de vítimas. Tínhamos uma sala que foi especialmen-

te preparada para esse atendimento em grupo, e a nossa metodologia era a que construímos no *SOSMulher*, de ouvir umas às outras, realizar oficinas de vivências, resgatar a fala e a escuta entre elas — a fala era importante e a escuta também, era um resgate de identidade delas próprias, ver que não estavam sozinhas, que elas estavam imersas em um fenômeno social, e que a violência e a opressão eram uma construção social e cultural inerente à condição feminina, na nossa sociedade. E esse trabalho também sensibilizou algumas profissionais policiais que quiseram participar dessas oficinas e vivências. Foram momentos de grande alegria para mim.

Esse trabalho sensibilizou a delegada, a Dra. Marli Preston, foi possível dar continuidade, por exemplo, à formação de policiais por muito tempo. Não há como negar que houve abertura na Secretaria de Segurança Pública, em sucessivas gestões de governos, para dar continuidade a essa conquista que foram as DEAMs, uma conquista do movimento feminista e do movimento de mulheres.

**Branca Moreira Alves:** Tem aquela experiência também que você esteve envolvida no CEDIM (Conselho Estadual de Direitos da Mulher do Rio de Janeiro). Porque quando nós criamos o conselho no governo Moreira Franco, a Rita foi atuar na Comissão de Violência, óbvio. Ela e a Rosane Lavigne também da Comissão, fizeram um trabalho na Legião Brasileira de Assistência.

**Rita Andrea:** Eu quero dizer sobre a importância que a Branca teve quando presidiu o Conselho dos Direitos da Mulher do Estado do Rio de Janeiro. Lembrando que naquela época o Conselho teve papel de gestão. Eu participei dessa gestão na Comissão de Violência, com Rosane Lavigne, Glória Márcia Percinoto e outras de nós, feministas. Branca não sabia se iria dar certo, mas ela confiava em nós. Ela perguntava o que tinha que fazer, nós dizíamos e ela confiava. Foi assim que chegamos à Solange Amaral, que era Superintendente Regional da LBA. Ela teve uma postura aberta e, também, comprou a nossa ideia. Lembrando que, naquela época, a



LBA estava sendo desmobilizada, era época do governo Collor, e uma série de equipamentos e espaços ficaram ociosos. Houve um desmonte das políticas sociais e foi aí que nós entramos, esse foi o início. Nós tínhamos um desenho mínimo do que era necessário, como políticas públicas para atender as mulheres e, assim, construímos a política governamental de atendimento às mulheres vítimas de violência, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher Vítima de Violência na LBA.

Nós tínhamos um desenho mínimo do que era necessário, como Políticas Públicas para atender de modo geral as mulheres vítimas: as delegacias, os centros de referência, o atendimento jurídico, que é a ideia de ter nas defensorias públicas atendimento especializado a essas mulheres, e as casas abrigo, onde as mulheres pudessem se alojar caso não tivessem família ou amigos que pudessem acolhê-las, iriam elas com seus filhos menores de 14 anos. As casas abrigos eram para acolher mulheres ameaçadas de morte, mulheres que estavam no limite de serem assassinadas. Em São Paulo já havia o COMVIDA, o primeiro abrigo para mulheres vítimas implantado no país.

Nós sabíamos o que era importante para o atendimento, ainda tinha também a justiça, corpo jurídico governamental, e é dessa reflexão que surge também defensoria da mulher e a casa abrigo. Essa foi a primeira experiência estruturada de atendimento governamental. E assim construímos a política governamental de atendimento às mulheres vítimas de violência. Essa foi uma política montada naquela época e já denominada como um centro de referência de atendimento.

**Wania Sant'Anna:** Eu queria que vocês falassem sobre isso, algo que aparece quase o tempo todo, em tom acusatório, que o feminismo é elitista. Eu gostaria que vocês refletissem sobre isso. Realmente, enfrentar a violência contra as mulheres permitiu ao feminismo mostrar algo bem diferente, não apenas uma solidariedade de classe, mas algo no qual todas estão submersas e sujeitas a isso. Além disso, para interagir com o que Rita falou sobre esse momento do movimento, havia uma coisa muito cara ao movimento feminis-

ta àquela época que era a autonomia. Um forte apelo para não negociar a autonomia. Existia um princípio de autonomia do trabalho e na forma de organização dos grupos que acabava sendo transmitindo para a metodologia. Eu acho que isso, esse princípio, ajudou todas a nossas práticas naquele momento. Nós queríamos subverter aquelas estruturas nas quais íamos entrando. Eu acho que a Branca fez muito isso na primeira secretária de mulheres do Brasil. Digo que era uma Secretária, porque não era um conselho.

**Branca Moreira Alves:** São Paulo criou o primeiro Conselho da Condição Feminina de São Paulo e, depois, Tancredo Neves criou em Minas Gerais o Centro de Defesa das Mulheres. A criação da delegacia de mulheres do Rio de Janeiro aconteceu bem depois. Eu acho que, no Rio de Janeiro, o Conselho foi criado logo quando o Moreira Franco tomou posse, acho que 1986 e a delegacia em 1987.

Sobre essa pergunta, eu acho que o movimento feminista dessa segunda onda, da década de 70, começou no Rio de Janeiro com mulheres universitárias, mulheres burguesas. Eu vejo muito a burguesia como aquela que não trabalha e é sustentada. Nós éramos todas universitárias, ou profissionais, trabalhávamos e tínhamos filhos. Era aquela confusão toda. Mas ele tomou força no final da década de 70, no Rio mesmo, foi sendo reproduzido nas sessões feministas de sindicatos, com o movimento negro também.

Tem uma expressão da Hildete Pereira, na entrevista que nos concedeu para o livro que estamos escrevendo, e que não sei se um dia vai sair, mas ela diz *“foi um rastilho de pólvora”*. Não só no Rio como no resto do país, não é?! Foi criado o SOS em Recife, a Bahia entrou, Minas, São Paulo. Houve aquele pontapé inicial, em 1975, no Rio, no seminário da ABI, e se espalhou porque tinha aquela pólvora em baixo. Nós fizemos o seminário sobre a realidade da mulher brasileira e aquele negócio explodiu aqui e ali. Foi muito bonito.

Eu digo que no final da década de 70, a gente não conhecia todas quando nos encontrávamos nos encontros nacionais. No começo, em 76 e 77, eu ia a São Paulo e eu conhecia o pessoal de São Paulo, eu ia

a Minas e conhecia, nós éramos poucas. Já no fim dos anos 70, já não nos conhecíamos todas. Tinha explodido e era uma coisa muito linda.

Eu acho que não é só a violência que nos une, é a condição de mulher que nos une. É o patriarcado que nos une, que une as classes. É claro que é fundamental conhecer a diferença entre cada grupo social. A questão da opressão da mulher negra é diferente da burguesa, a questão do trabalho, do operariado. São lugares de discriminação que têm sua especificidade e sua diferenciação. O que nos une é a condição, realmente, é a condição. Eu, pessoalmente, posso dizer que sou uma mulher burguesa, fui criada na alta classe brasileira, eu tinha chofer e mordomo em casa, estudei em colégio de freira, eu casei virgem e para ficar casada. Eu não sei o que tinha dentro de mim e essa coisa fez *boom*.

Foi lá em Berkeley (Universidade da Califórnia) que eu tive a sorte de estudar. Meu marido foi fazer uma bolsa de estudos em 70, e lá era a ponta de lança da resistência estudantil à guerra do Vietnã, era a sede dos *Black Panthers*, movimento radical negro, dos *hippies* e dos grupos feministas, que tinham suas livrarias, jornais, centros de saúde, tudo precário e voluntário, mas muito forte e criativo, anarquista mesmo.

Então, eu tive a sorte de viver esse momento histórico do movimento negro, do movimento de mulheres, do movimento estudantil contra a guerra do Vietnã e aquilo era uma farra só. Aqui era Médici, era a fase talvez mais dura e repressiva da ditadura. Quando eu cheguei em Berkeley, saindo do governo Médici e entrei naquele campus, é uma coisa que me arrepiava até hoje, tinha um monte de mesinhas, aquelas pessoas distribuindo panfletos sobre tudo o que era possível imaginar, todas as revoluções estavam ali em Berkeley. Antes de ir para Berkeley eu já tinha voltado a estudar, estava de saco cheio de ser esposa e mãe e não fazer nada, e lá a ficha caiu.

Quando caiu a ficha do feminismo foi com uma carta da Danda Prado, que estava exilada em Paris e fazia parte do grupo de mulheres brasileiras feministas. Ela me perguntava: “*O que você pensa do feminismo?*”. Eu lia tudo que tinha a ver com -revolução, os barbudos todos, Marx, Engels, Lenin, Kautsky, Regis Debray, Guevara, Fidel,

fascinada, querendo ser também parte de uma revolução. Mas não via a mulher, e não me via como mulher. Vocês acreditam que eu era tão cega que fiz um trabalho sobre a Rosa Luxemburgo sem vê-la na condição de mulher? Quando veio aquela carta e a pergunta da Danda, a ficha caiu na hora. Foi como o famoso “Estalo de Vieira”, em que a gente vê tudo claro assim de repente! Eu me vi como filha, irmã, esposa, mãe, e me valorizei como mulher pela primeira vez. Descobri ali mesmo que eu era importante e que ser mulher também era parte da famosa “revolução” onde eu tinha procurado me encaixar sem encontrar meu lugar. Com essa pergunta, encontrei esse lugar! Ai pronto, não sobrou mais nada. Essa burguesa, criada como contei para vocês, tem dentro dela a questão do “ser mulher”. Eu me vi na hora em que li a carta da Danda, eu vi que tudo estava explicado. Realmente o que nos une é a condição de mulher.

**Rita Andrea:** Eu acho que a Branca tem razão. São caminhos diferentes, mas que são transversais a todas as mulheres de todas as classes sociais. A questão da violência tem um potencial de transformação interna que, quando as mulheres conseguem sair minimamente, elas conseguem se ver como mulheres. Então, elas tomam rumos diferenciados independentemente da condição social ou classe a que pertence.

Na época que eu trabalhava com o SOS, havia outros grupos feministas que atuavam nas favelas do Rio de Janeiro, na Rocinha, por exemplo, atuavam na Baixada Fluminense, em bairros da cidade de Caxias. Eu ia muito com a Lulu (Lúcia Arruda), em 1982 ela foi eleita deputada estadual. Eu passei a fazer viagens de fim de semana com a Lulu para a Baixada Fluminense, onde fazíamos grupos de escuta e discussões com as mulheres, nós discutíamos os temas levantados por elas —saúde, sexualidade, violência, emprego. Tínhamos muito trabalho, muitas coisas a fazer, éramos um mandato coletivo. Nós tínhamos todos os temas e demandas. Eu tenho certeza de que é transversal, e que é a condição feminina e a condição de mulher que nos une. Na hora que dá o estalo, não importa a sua condição social, se expressam do mesmo jeito, é uma coisa que vem de dentro, você se descobre mu-

lher, “*eu sou alguém, eu não sou aquilo que eu pensava que eu era na minha casa, onde eu apanhava e era dominada*”.

Essa questão da autonomia e da horizontalidade nas relações é uma questão muito cara ao feminismo. As mulheres pensavam na emancipação, é essa a nossa história de mulheres que foi crescendo e avançando. Eu ficava incomodada quando se falava em emancipação, com essa terminologia, porque eu dizia que já éramos emancipadas. A gente precisa quebrar o patriarcado, a gente tem que buscar nossa autonomia e continuo achando isso.

**Wania Sant’Anna: Quais temas e agendas vocês acham que permanecem tabus? Ou sem tratamento e abordagem necessária, para as duas?** Queria fazer um adendo, para mim, a palavra autonomia ou entender as violências foi fundamental, é isso que me leva para o Coletivo Feminista do Rio de Janeiro com a Danda Prado, a Eunice Gutman, a Maria José de Lima e outras mais. Elas estavam concluindo o livro *Cícera, um destino de uma mulher*. Estavam relatando o caso e luta da Cícera para conseguir que a filha dela, menor de idade que foi sexualmente abusada pelo padrasto, pudesse ter acesso ao aborto legal.

Eu cheguei no Coletivo no meio dessa história. Eu nunca tinha ouvido falar desse assunto, de abuso sexual, estupro na família, aborto legal. Era uma coisa distante da minha realidade, claro que a gente ouvia um “*presta atenção naquilo*”, mas eu nunca tinha tido, na minha vizinhança, nenhuma informação sobre um caso como esse. Aquilo me chocou, como violência, tão profundamente. Era tão claro, eu conheci a Cícera naquele momento de lançamento do livro. Eu olhava para aquela mulher e, claro, ela se tornou outra pessoa no convívio com as feministas porque teve o acolhimento necessário. E eu me dei conta que era isso o que eu queria para minha vida. Não é que vá acontecer uma questão de violência, mas pode acontecer e eu fui começando a entender o que era violência patriarcal. E eu pensei, eu não posso me afastar de um grupo como esse e que eu sei que se me acontecer qualquer coisa, eu posso ser acolhida. E ter mais amigas naquilo e podendo trazer outras amigas para esse assunto. Isso me motivou a ficar nessa

luta, acho que esse caso foi muito importante naquele período. **Quais os temas permanecem um tabu ou sem tratamento necessário na opinião de vocês?**

**Branca Moreira Alves:** Acho que a gente cobriu tudo. Hoje em dia, se você falar de aborto, só falta te colocar no pelourinho. Mas eu acho que a gente cobriu.

**Rita Andrea:** Eu acho que é o patriarcado e a questão da negritude, do racismo estrutural que permanecem como agendas. Para mim, o patriarcado foi só tocado, mas tocado pela gente. O patriarcado não é entendido pela sociedade. Quando você fala em patriarcalismo, as pessoas não compreendem. Porque nós continuamos dominadas, para a sociedade continuamos como um apêndice, a nossa participação nem sempre é reconhecida. A nossa condição é, em geral, subalternizada. Em várias partes do mundo, nós não conseguimos romper com o patriarcado e tampouco com o racismo estrutural. Por exemplo, existe alguma razão objetiva para as mulheres ganharem salários diferentes, inferior ao dos homens para trabalho igual?

**Wania Sant'Anna: Qual o tema que não veio para a cena pública, e que angaria uma sensibilização no debate público?**

**Branca Moreira Alves:** Não sei, eu não vejo nenhum. Eu acho que o movimento brasileiro e internacional levantou todos os temas que o patriarcado leva. As décadas de 60 e 70 têm uma produção intelectual incrível mostrando isso. Mostrando o que nos ajuda a nos entender como pessoas, como esposas, filhas, mães. Nosso lugar na sociedade é destrinchar o patriarcado.

Eu discordo da Rita que diz que as pessoas não entendem. Eu acho que entendem, sim. Eu acho que você pode falar de patriarcado no jornal e as pessoas sabem o que é. Na década de 70 não sabiam. Ele é resiliente e ele volta. Existe um *tsunami* que nos espera a cada esquina, e a cada momento que a gente avança uma coisinha, vem esse *tsunami* do patriarcado.

Agora mesmo, nós estamos vivendo isso, nós estamos vivendo isso no Brasil, algo como se estivéssemos na Idade Média. Eu só espero não ser queimada na fogueira, porque se eles pudessem, fariam isso, com essas milícias evangélicas e o que for. É o retorno do atraso mais completo. São pessoas que não veem o mundo com a cabeça aberta, só veem aquele discurso, aquele objetivo de converter todo mundo. Não tem um espaço para ouvir os outros. Esse é o patriarcado nos devolvendo. É muito sério. O patriarcado é resiliente, a gente não derrotou e nem tão cedo vamos derrotar.

Agora, eu acho que as gerações novas estão vindo, sem conhecer a nossa história, elas estão sentindo o que é isso tudo de reação, elas sabem usar as redes e estão muito ativas. Ainda que não sejam muitas, mas nós também não éramos muitas. Então, eu tenho muita esperança nas novas gerações. Elas não estão aceitando. Eu vejo isso pelas minhas netas, imagina passar pela cabeça delas ser como eu fui ou como foi minha mãe, e a minha avó. Ficar dependendo de marido, ser operária ganhando menos, e os companheiros não deixavam que elas entrassem nos sindicatos. Não passa pela cabeça delas se sujeitarem a isso. E considero isso um avanço. Agora, tabus, não vejo.

**Wania Sant’Anna:** Pode ser que a palavra tabu não seja a mais ajustada. Claro que são opiniões. Eu queria fazer uma breve intervenção, sem tomar partido de um ou de outro, porque temos ainda uma terceira pergunta nessa nossa roda. Essas abordagens são muito importantes para nossa reflexão, o que são avanços e que não são avanços. Se tem uma coisa que nós conseguimos colocar como uma novidade, como uma problemática que deveria ser parte da agenda das mulheres no Brasil, essa novidade é a força que tem o debate sobre o racismo.

Existe hoje um reconhecimento generalizado sobre a precarização das mulheres negras, com a interface dos movimentos feministas e do movimento negro. Compreendo que foi esse embate político que fez surgir o sujeito político “mulheres negras”, trazendo a questão do racismo para o centro do debate e apontando o quanto o racismo afe-

ta o conjunto das relações sociais no Brasil. O racismo, nesse sentido, era um tabu, falar de racismo no movimento de mulheres pode ter sido, àquela época, um tabu.

**Branca Moreira Alves:** A gente não pode ver o movimento feminista como um bloco, *“todo mundo assim e todo mundo assado”*.

**Wania Sant’Anna:** Sim, mas, de qualquer maneira, houve situações que eram de enfrentamento e de diferenciação.

**Rita Andrea:** Eu continuo achando que a questão do patriarcado está colocada, mas não resolvida. Os homens não têm essa percepção de que eles estão em lugar de poder que é só deles. E não abrem mão desse lugar. Então, está na raiz das coisas, e é como eu digo também sobre a questão do racismo estrutural. Nós fomos colonizados pelos portugueses, temos uma origem muito perversa de dominação e que carregamos até hoje. Como é que houve toda essa escravidão e opressão, com esse processo, e a gente hoje, de alguns aninhos para cá, é que falamos de reparação — é o reconhecimento de que houve o racismo, que ele é estrutural, construiu uma marca na vida de pessoas e morrem milhares por isso. O Jessé de Souza, professor, sociólogo e escritor, tem falado muito sobre a história política do Brasil nos seus livros.

Acho que, nesse sentido, não é bem um tabu, mas é que ainda não alcançamos o cerne dessa questão do patriarcado e do racismo estrutural. Eu acho que nós tangenciamos, muitas vezes, o patriarcado e, também, o racismo estrutural. No fundo, é uma questão de poder. O poder está aí constituído, é o sistema capitalista dominante e nós ficamos no meio disso. Digo isso não como uma crítica a nós mesmas, mas é algo que a sociedade ainda não construiu uma outra alternativa. São coisas que a gente vê muito arraigadas na sociedade, eu tenho essa dimensão.

Quando eu penso em autonomia, a autonomia é tudo para a gente conseguir conquistar essas outras coisas, esses outros patamares. Isso não significa que estejamos na Idade Média ou no século passado. As redes sociais, como você falou, são um exemplo, o racismo é uma conversa no portão. De vez em quando, vejo essas meninas negras da



periferia se empoderando, têm uma outra postura que não é o da minha época, que não havia 20 anos atrás. A televisão mudou, o mundo mudou. Quando vejo homens falando no programa “Papô de segunda”, esses jovens comunicadores dizerem que se descobriram machistas e que estão rompendo com isso. Isso é uma mudança, reconheço que a sociedade está em permanente transformação, eu sou otimista. Falar isso assim é porque as coisas estão mudando mesmo. Acho que é por aí que vamos conquistar esses espaços.

Há mais presença do movimento negro, eu acho que as mulheres negras estão dando banho. Lélia Gonzalez foi uma das precursoras desses novos tempos, ela sempre falou de machismo e racismo. Hoje temos muitas outras, por exemplo, a Djamila Ribeiro, temos a Sueli Carneiro, que é nossa contemporânea. Todas nós estávamos nesse início de movimento contra o patriarcado e o racismo. E, na prática política, temos a Benedita da Silva.

As mulheres negras vêm com conteúdo e embasamento teóricos que, na verdade, acabaram com a coisa da classe social totalizante. Eu acho que é uma autocrítica, mas não no sentido da gente se chicotear, ou *mea culpa*. Foi o que a trajetória permitiu e, também, me permitiu crescer. Permitiu a nós mudarmos desse lugar de privilégio que a gente tinha, de brancas e classe média que era muito da concessão. O que eu quero dizer é que as mulheres negras estavam presentes e criando frentes e lutas contra o racismo dentro do movimento feminista.

Tudo aconteceu nas nossas vidas ao mesmo tempo, lembra, Branca? O Cedim, o Fórum Feminista, os mandatos de mulheres feministas... Aquela época foi de muita efervescência política. A nova visão das mulheres em seus espaços políticos partidários faz parte dessa efervescência. Nós mulheres construímos uma inserção nos partidos, levando nossas visões e formas de ver o mundo. Foi isso que nos levou a pautar as políticas de cotas para as mulheres nos espaços de poder partidário e poder político.

**Branca Moreira Alves:** Quando fiquei feminista, em 72, eu via tudo como um bloco só, eu achava que éramos todas mulheres e

era tudo igual. Aos poucos é que eu fui descobrindo as diferenças e, principalmente, a questão do racismo. Acho que no racismo a gente vê tão frontalmente, tão claro, as diferenças, que não dá mais para você achar que todo mundo é igual, entendeu? A gente foi fazendo, não era um “*mea culpa*”, nós fomos nos abrindo e conhecendo mais o que era o feminismo, o que era esse movimento, o que era ser mulher numa sociedade patriarcal que também era racista, fomos entendendo mais. Eu falei disso na minha tese, a questão da ideologia sexista e racista.

É uma maravilha ser feminista, são os óculos que abrem e você fica, pelo menos na década de 70, com aquela cumplicidade. Você era amiga daquela que estava do seu lado, que era outra feminista e que você nunca tinha visto na vida, que você não precisava saber de onde era, que cor tinha. E eu sinto isso até hoje. É uma benção termos nos conscientizado.

**Wania Sant’Anna:** Não é à toa que, na movimentação de mulheres negras, tanto aqui como nos Estados Unidos, ninguém abriu mão desse lugar de referência que é o lugar da solidariedade e da horizontalidade. É isso que tem feito com que a gente cresça e amplie o pensamento. É claro que tem divergência entre nós, mas tem uma base, na política, que é o de estar juntas, isso foi fundamental.

**Rita Andrea:** No feminismo branco, se é assim que eu posso dizer, também. Tem diferenças, mas a gente vai avançado.

**Wania Sant’Anna:** A última pergunta tem a ver com isso que você, Branca, começou a falar. **Diante do avanço objetivo das forças conservadoras que presenciamos no Brasil, quais são as ameaças que persistem sobre a organização das mulheres no Brasil?**

**Branca Moreira Alves:** Eu acho que o que a gente está vendo é um retrocesso tão terrível que eu acho que os retrocessos são até físicos. Eu sinto mais pavor com o que eu estou vendo agora do que durante a ditadura. Talvez porque, na ditadura, nós não éramos apon-

tadas. Os militares não sacaram que nós éramos revolucionárias. Tanto que fizemos 10 mil reuniões, saímos às ruas, carregamos placas durante a ditadura e ninguém foi preso por isso. Muitas de nós eram ex-presas, exiladas, o que for, foram torturadas, muitas de nós, mas por sermos feministas ninguém nos prendeu. E isso porque eles não davam a menor para as mulheres. Eles achavam que era secundário, que não éramos importantes, com a sua visão patriarcal. Já hoje, nós somos apontadas. Isso é muito perigoso. Eu fico gelada quando penso.

**Rita Andrea:** É uma revolução de costumes para eles o que nós fazíamos.

**Branca Moreira Alves:** Nós somos anárquicas, nós somos inimigas, apontadas e denunciadas, nomeadas, é uma coisa muito assustadora. Da mesma forma como as redes sociais são um veículo para a mobilização feminista, são também para a mobilização oposta, para as ameaças.

**Rita Andrea:** Eu acho que a primeira questão, Branca, nós somos ativistas e os ativistas são perseguidos por este governo. Ativistas que estão em ONGs e organizações sociais em geral já estão sendo perseguidas e tem havido recuo tático. E isso se faz necessário no momento. Depois tem a pandemia que nos calou também. Nós estamos muito nas redes sociais, mas não estamos nas ruas. E isso é um retrocesso, nos faz muita falta!

Nós tivemos a ditadura, depois vieram as liberdades democráticas e tivemos a construção da democracia com a participação das mulheres. E hoje temos um avanço de uma direita fascista no mundo, vejam o que está acontecendo aqui no Brasil e nos Estados Unidos. As instituições de direitos humanos tiveram que se transformar para não sofrer retaliações. E isso tudo sinaliza para nós que o retrocesso tem sido grande.

É um retrocesso, por exemplo, o que está acontecendo com o Ministério da Mulher. Todas as políticas públicas governamentais que construímos ao longo dessas últimas décadas estão sendo desconstruídas ou simplesmente eliminadas. Uma outra coisa que me chama aten-

ção é essa exclusão do campo da esquerda, sobretudo do PT, em vários debates públicos e na grande mídia. E nesse ambiente que se instauram mensagens fascistas, machistas, racistas, xenofóbicas e transfóbicas. Tudo isso é retrocesso aos avanços conquistados, tudo isso são ameaças à democracia.

Isso tem, como a Branca está falando, efeitos sobre a segurança das atividades. Nós temos amigas que estão fora do país, tem essas coisas todas acontecendo. As ambientalistas que não podem mais estar na Amazônia defendendo o meio ambiente.

**Wania Sant’Anna:** Isso também é uma coisa muito importante a ser dita. Nós vivemos uma época em que as mulheres foram atuar em muitas e distintos tipos de organização. Nós temos grande número de mulheres que são ambientalistas, que atuam no movimento por saúde, pelo SUS. Nós temos mulheres incríveis em muitas posições de liderança em todas as áreas. Parece bastante claro que estão sendo muito, particularmente, atacadas.

**Eliane Ribeiro:** Eu estou aqui maravilhada com esses depoimentos que são muito importantes para se tornar um livro, e um registro para as novas gerações entenderem um pouco a origem de algumas coisas e que elas não nasceram agora. A Kamila está aí, começando nessa militância forte como mulher negra. Ela tem uma história muito importante para a gente valorizar. Tem coisas que precisamos agradecer à luta de vocês, que possibilitou nossas filhas terem condições melhores de poderem ser mulheres.

Olhando essa história, eu acho que temos avanços. Eu acho incrível o que vocês falaram sobre identidades: mulheres ciganas, de terreiros, mães universitárias. Isso se abre, milhares de identidades que estão aí e ninguém mais fala sobre elas. Eu lembro que quando eu era jovem, a gente falava sobre a juventude e hoje a juventude fala sobre a juventude ou falava pelas mulheres negras, rurais, pobres... Eu acho que hoje as mulheres falam com suas identidades, e essa história tem que ser contada.

É impressionante como você ter um ativismo faz a diferença — ou seja, você coloca a pauta e influencia a política pública. Eu acho que essa história que vocês construíram, e incluo a Wania, eu não era do movimento feminista, eu era militante do movimento estudantil e no movimento estudantil ser mulher não era nada, depois fui participar do movimento de associação de moradores, e também fomos para essa frente. A cada dia que passa, que vou envelhecendo, me torno mais feminista. Ouvindo vocês, eu vejo a importância de estar nessa luta. Ela é, realmente, estrutural.

**Kamila Eulalio:** Eu adorei a roda e estou sem palavras para dizer o que ouvi. Sou muito nova e estudei as coisas que vocês estão falando. Estou muito impactada com tudo o que foi falado e é um desafio muito grande estar aqui na frente de luta. É isso que vocês fazem, vocês passam a bola para a gente e vamos ter que fazer.

**Nilda Negreiros:** Nós mulheres do movimento, de vez em quando, precisamos recuar para voltar com força. Quero agradecer a vocês pela lição. Na escola, como professora, eu vivi isso à distância vendo, ou lendo, ou ouvindo, não diretamente na luta lá como vocês, mas no meu pedacinho batalhando sempre.

Falando dos dias atuais, nós vemos esse retrocesso, é muito triste a gente ver o que é o desvalor por parte de pessoas que comandam o país e que deviam respeitar a população. Tenho a impressão de que, de repente, as pessoas resolveram mostrar quem são. E eu penso que não é uma influência, mas algo que estava enrustido e que, agora, se sentem com liberdade para falar e para agir dessa forma. Então, é muito triste isso, mas a gente vai superar essa fase.

Eu nunca torci tanto e nunca acompanhei tanto uma eleição nos Estados Unidos como dessa vez. Para mim é ver uma luz no final do túnel e que, em 2022, a gente possa ter uma nova história surgindo nesse país de novo.

**Wania Sant’Anna:** Eu quero agradecer esse papo maravilhoso com vocês. Como eu já disse, o contato e a convivência política me

salvaram, o feminismo me salvou. A Danda Prado é uma pessoa fundamental na minha vida, a Ângela Borba, a Eunice Gutman, a Zezé Lima, o feminismo foi o lugar que eu me senti segura e, com certeza, vocês foram fundamentais para que eu pudesse enfrentar o racismo. Muito provavelmente eu não teria conseguido enfrentar o racismo na minha juventude se não tivesse sido pela determinação política que vocês, feministas, me deram. Não foi dentro do movimento negro ou de mulheres negras, que não existia, foi nesse embate e formação dentro do movimento feminista que nós nos afirmamos.

Eu tenho muito orgulho de termos tido mulheres negras dentro do movimento feminista, para que a gente tivesse descoberto que a gente tinha que ter saído dessa merda toda juntas. Essas mulheres negras foram fundamentais, foram pessoas que tinham a conversa política muito clara. E a quem tiver o exato interesse com a história, vale recuperar os exemplares dos jornais *Brasil Mulher*, do *Mulherio*, isso está lá, esse debate está ali colocado. Se forem ver nossas fotos, ler nossas cartas de intenção, nossos princípios, esse debate e reflexão estão ali. Branca, o 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Valença, em 1988, se deve a você que disse “*vai que nós vamos conseguir o dinheiro para fazer*” e a gente conseguiu o dinheiro para fazer. Você foi até Valença para a abertura do Encontro e aquilo a gente não esquece. Naquele momento, que você tinha como nos apoiar, você nos apoiou do jeito que podia apoiar, e aquilo foi fundamental. Então, 30 anos, celebrando esse 1º Encontro, nos reunimos em Goiânia, em 2018, Encontro Nacional de Mulheres Negras – 30 anos. Lá nós nos reunimos com mais de mil mulheres negras de todo o país, tendo ainda como convidada a Ângela Davis, porque a gente quer subir o negócio. A luta das mulheres e das mulheres negras é global.

A partir da realização de um amplo levantamento sobre questões, temas e narrativas sobre defesa e proteção da mulher, a publicação busca dialogar, por um lado com a memória do movimento de mulheres no Brasil, e por outro com novos coletivos de mulheres, na tentativa de captar quem são esses sujeitos sociais que têm acionado a identidade feminina na esfera pública e como estão surgindo e sendo tratadas as demandas e os temas emergentes. Os debates foram organizados a partir de 12 Rodas de Conversa, evidenciando o fato de que as relações de gênero patriarcais geram uma grande diversidade de violências, simbólicas e materiais, fruto de uma sociedade marcada por representações que, sistematicamente, reproduzem e produzem desigualdades, sobretudo sobre o valor social de cada sujeito, sustentando, de forma dramática, a interdependência entre violência e gênero.